

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS OITOCENTISTAS**  
**OLHARES DE JÚLIO DINIS SOBRE O QUOTIDIANO PORTUGUÊS**

**DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA**

**ESPECIALIDADE**

**REPRESENTAÇÕES, PODERES E PRÁTICAS CULTURAIS**

**MARIA DE JESUS ANTUNES DA CRUZ PEREIRA**

**2017**

**UNIVERSIDADE ABERTA**



**REPRESENTAÇÕES SOCIOCULTURAIS OITOCENTISTAS  
OLHARES DE JÚLIO DINIS SOBRE O QUOTIDIANO PORTUGUÊS**

**DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA**

**ESPECIALIDADE**

**REPRESENTAÇÕES, PODERES E PRÁTICAS CULTURAIS**

**TESE ORIENTADA PELA**

**PROFESSORA DOUTORA ANA PAULA AVELAR**

**MARIA DE JESUS ANTUNES DA CRUZ PEREIRA**

**2017**



## Resumo

O presente trabalho visa o estudo da sociedade portuguesa das décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, através do olhar do escritor Júlio Dinis, uma vez que, na sua obra literária, do teatro e da poesia ao romance, passando pelo conto, nos deixou muitas páginas com retratos socioculturais, reveladores do mundo em que viveu e da sua forma de o encarar e de o sentir.

O romancista nasceu no Porto, onde cresceu, estudou, escreveu e viu publicados alguns dos seus contos e romances em *O Jornal do Porto*, o jornal diário onde também encontramos os anseios e os problemas de homens e mulheres e a presença da mudança de mentalidades a que Júlio Dinis assistia e na qual desejou intervir ativamente, através da sua escrita. No Porto e algures, no reino, entre 1850 e 1870, numa aldeia ou freguesia, famílias e personagens dinisianas, com seus modos de viver e de pensar, poderiam trabalhar e conviver, constituindo o núcleo de uma sociedade em mudança - a mudança que tardava para colocar Portugal na rota da modernidade. Este estudo do romance de costumes de Júlio Dinis, é um contributo para o estudo da sociedade portuguesa em que viveu e escreveu e para a valorização do papel da literatura para o conhecimento e a compreensão da vida em sociedade. No campo da cultura portuguesa, este projeto apresenta-se como proposta de estudo e exploração da relação entre o escritor e a sua obra literária, com a vida intelectual e com o seu contexto político, social e cultural, que conseguimos identificar, reconhecer e questionar através de *O Jornal do Porto*, um dos diários portuenses.

Palavras-chave: Portugal, Liberalismo, Cultura, História, Sociedade, Literatura, Júlio Dinis



## **Abstract**

This manuscript focuses on the study of the Portuguese 19th century society, with particular emphasis on the fifty and sixty decades, through the work of writer Júlio Dinis. Through his books, scripts, poetry, romance and fables, Dinis left a vast sociocultural archive, revealing his world and his perspectives. Born and raised in Porto, he often wrote for the *O Jornal do Porto*, a daily publication where it is also possible to find evidence of the struggles and mentalities of that time, as well as Dinis' attempt to intervene through his writings. His characters, their way of thinking and behaving are the core of a changing society wishing to bring Portugal to the forefront of the modern world. These study of Dinis' work is a contribute to a better understanding of Portuguese society and underlines the role of literature in the understanding of community life. This project attempts to explore the relationship between the author, his literary work and how the intellectual and political, the social and cultural backgrounds were interpreted and ascertained through study of contemporary Portuguese daily press, represented by *O Jornal do Porto*.

---

Keywords: Portugal, Liberalism, Culture, History, Society, Literature, Júlio Dinis

## Índice

Resumo	iii
Abstract	iv
Índice	v
Índice de figuras e quadros	vi
Introdução	1
CAPÍTULO I - JÚLIO DINIS, UM ESCRITOR NO SEU TEMPO	11
1.1. Enquadramento teórico e metodológico	13
1.1.1. Do objeto de estudo e das opções metodológicas	14
1.1.2. Para um “Estado da Arte”	25
1.2. Júlio Dinis - dados biográficos e espólio do escritor	42
1.2.1. Da biografia	47
1.2.2. Espólio do escritor	57
CAPÍTULO II - PORTUGAL NO INÍCIO DA 2ª METADE DO SÉCULO XIX NO “JORNAL DO PORTO”	85
2.1. <i>Jornal do Porto</i> – Retratos de um país	99
2.1.1. As comunicações	108
2.1.2. Quadros sociais	134
2.2. <i>Jornal do Porto</i> - retratos da emigração portuguesa para o Brasil	205
CAPÍTULO III - JÚLIO DINIS – DAS CENAS DA VIDA DO PORTO ÀS CRÓNICAS DA ALDEIA	257
3.1. Da cidade e do campo – um mosaico de quadros sociais na obra de Júlio Dinis	261
3.2. Da cidade do Porto em Júlio Dinis e nas páginas do <i>Jornal do Porto</i>	310
3.2.1. A vida no Porto – os munícipes e as autoridades municipais	312
3.2.2. A vida no Porto – a assistência à pobreza	321
3.2.3. Júlio Dinis – cenas da vida do Porto	336
3.3. Do campo - a sociedade rural portuguesa na obra de Júlio Dinis e nas páginas do <i>Jornal do Porto</i>	356
3.3.1. A sociedade rural portuguesa nas páginas do <i>Jornal do Porto</i>	357
3.3.2. As aldeias dinisianas – retratos da vida no Minho, da vida rural à emigração	375
CONCLUSÃO	429
BIBLIOGRAFIA	441
ANEXO 1 - Edições e Editores da obra de Júlio Dinis	463
Anexo II – Júlio Dinis, Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)	473

## Índice de figuras

Fig. 1.1	Casa Museu Júlio Dinis, Uma casa owarese	53
Fig. 1.2	JD36, Espólio de Júlio Dinis, <i>Relação dos livros que emprestou</i>	58
Fig. 1.3	Espólio de Júlio Dinis, BPMP, JD34. <i>A vida nas terras pequenas</i>	64
Fig. 1.4	JD 40 Espólio de Júlio Dinis, BPMP, <i>Ideias que me ocorrem</i>	68
Fig. 1.5	JD40, Espólio de Júlio Dinis, BPMP, <i>Ideias que me ocorrem</i>	68
Fig. 1.6	JD40, Espólio de Júlio Dinis, BPMP, <i>Ideias que me ocorrem</i>	71
Fig. 1.7	JD 36. <i>No fim da jornada</i>	74
Fig. 1.8	Estátua de Júlio Dinis, no Porto	81
Fig. 1.9	Estátua de Júlio Dinis, no Funchal	82
Fig. 3.1	<i>As Apreensões de uma mãe</i> , excerto da secção <i>Folhetim</i> , no <i>Jornal do Porto</i>	264
Fig. 3.2	Júlio Dinis, <i>Os Fidalgos da Casa Mourisca</i> , 1ª edição, Porto, 1871	300
Fig. 3.3	Fachada do Palácio das Carrancas, Porto	316
Fig. 3.4	Porto, Antiga Rua Dos Ingleses	350
Fig. 3.5	<i>Clara</i> , pintura de José Malhoa, 1903	378
Fig. 3.6	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	382
Fig. 3.7	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	383
Fig. 3.8	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	384
Fig. 3.9	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	385
Fig. 3.10	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	389
Fig. 3.11	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	391
Fig. 3.12	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	393
Fig.3.13	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	395
Fig.3.14	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	396
Fig.3.15	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	397
Fig. 3.16	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	398
Fig. 3.17	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	399
Fig. 3.18	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	400
Fig. 3.19	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	401
Fig. 3.20	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	402
Fig. 3.21	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	403
Fig. 3.22	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	404

Fig.3.23	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	406
Fig. 3.24	Ilustração de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	407
Fig. 3.25	Ilustrações de Roque Gameiro, para edição de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	408
Fig. 3.26	Quadro de Columbano Bordalo Pinheiro, representando José das Dornas de <i>As Pupilas do Senhor Reitor</i>	409
Fig. 3.27	Ilustração de Roque Gameiro, para capa da 28ª edição de <i>A Morgadinha dos Canaviais</i>	411
Fig. 3.28	Ilustração de Roque Gameiro, para 28ª edição de <i>A Morgadinha dos Canaviais</i>	412
Quadro I	Idade dos 34 emigrantes portugueses	246
	falecidos no Brasil entre 7 e 23 de janeiro de 1862	
Quadro II	Idade dos 34 emigrantes portugueses	246
	falecidos no Brasil entre 7 e 23 de janeiro de 1862 por grupos etários	
Quadro III	Causas de morte	247
	de emigrantes portugueses no Brasil de 7 de janeiro a 23 de janeiro de 1862	

## Introdução

Este é um projeto de investigação que surge na sequência de outros trabalhos pessoais sobre questões sociais e culturais do nosso tempo e sobre as suas características, procurando traços identitários no período que constitui a passagem do Portugal do Antigo Regime para o Portugal liberal, no início da segunda metade do século XIX. Este é um período em que a produção literária e cultural foi intensa, reconhecendo-se a presença de vários vultos da cultura portuguesa oitocentista, marcos literários e culturais, que nos permitem ir ao encontro de muitas das tradições, crenças, superstições, problemas, dúvidas, certezas e estereótipos, com que todos os dias nos cruzamos. O estudo da Cultura Portuguesa faz hoje parte do trabalho de muitos investigadores em Ciências Sociais e no meu percurso pessoal é um interesse que se foi cruzando com a vida académica e a experiência profissional. Este trabalho tem como antecedentes académicos imediatos a frequência de cursos de mestrado e as respetivas teses de mestrado, apresentadas à Universidade Aberta em 2010 e 2012, no âmbito do Mestrado em Relações Interculturais<sup>1</sup> e do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares<sup>2</sup>.

No centro deste projeto de investigação está a obra de Júlio Dinis, literariamente situado entre Camilo e Eça de Queirós e que escreveu continuamente entre 1857 e 1870. Considerado um precursor do realismo literário português, como verificamos na obra de Maria Lúcia Lepecki<sup>3</sup>, Isabel Pires de Lima<sup>4</sup>, Ana Rita Soveral Navarro<sup>5</sup>, Carmen Matos Abreu<sup>6</sup>, Joaquim Carvalho<sup>7</sup>. Dele podemos afirmar que nos

---

<sup>1</sup> Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira, *As Aquistas nas Termas das Caldas da Rainha - estudo de caso*, Dissertação de Mestrado, MRI, Universidade Aberta, Lisboa, 2010, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 01.02.2017.

<sup>2</sup> Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira, *As Pupilas do Senhor Reitor, Um retrato das mulheres na sociedade portuguesa do início da 2ª metade do século XIX*, MEPM, Universidade Aberta, Lisboa, 2012, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 01.02.2017.

<sup>3</sup> Lúcia Lepecki, *Romantismo e Realismo na Obra de Júlio Dinis*, 1979, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>, consulta de 01.02.2017.

<sup>4</sup> Isabel Pires de Lima, *Júlio Dinis e a antecipação do romance realista*, in *História da Literatura Portuguesa*, vol 4, Direção de Carlos Reis, Lisboa, Ed. Alfa, 2001.

<sup>5</sup> Ana Rita Soveral Padeira Navarro, *Da Personagem Romanesca à Personagem Fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 01.02.2017.

quadros sociais que criou nos seus romances de costumes nos revela a vida dos portugueses seus contemporâneos, que quer apresentar aos vindouros. Isto é, Júlio Dinis retrata a vida quotidiana na aldeia e na cidade, e a relação entre elas, permitindo-nos identificar problemas e aspirações e traçar retratos do quotidiano da população portuguesa, na sociedade liberal das décadas de 1850-70, da regeneração política<sup>8</sup> e do desenvolvimento dos transportes, e da lenta criação de uma nova forma de ser português<sup>9</sup>, num país iminentemente rural<sup>10</sup>, em confronto com muitos traços de uma mentalidade que privilegiava a permanência de tradições e modos de vida conservadores<sup>11</sup>.

Esta é uma tese em que também se procura contribuir para o aprofundamento do estudo da relação da literatura com a realidade das sociedades, refletindo sobre o seu papel na construção de identidades sociais e na criação e divulgação de modelos de comportamentos de mudança ou de preservação da tradição e de estereótipos sociais e culturais. A influência social e cultural da literatura não se restringe ao seu próprio tempo - prolonga-se no tempo e no espaço, através da leitura da obra de cada um dos escritores, acompanhando e influenciando os movimentos sociais e culturais. Assim

---

<sup>6</sup> Carmen da Conceição da Silva Matos Abreu, *Júlio Dinis, Representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 01.02.2017

<sup>7</sup> Joaquim Jorge Silva Carvalho, *Acção, Cenas e Personagens na Narrativa Dinisiana: As Pupilas do Senhor Escritor*, Coimbra, 2010, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 01.02.2017.

<sup>8</sup> «O processo político português, que até meados de Oitocentos viveu um percurso de intermitentes oscilações e de tensos conflitos sociais, experimenta, a partir de 1851, alguma estabilidade, com a aplicação e prática de regras de acção política. O equilíbrio do sistema consolidar-se-á, porém, mediante o funcionamento regular das instituições.» , Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Regeneração e o seu significado*, in *História de Portugal*, direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 121.

As citações efetuadas ao longo desta tese de doutoramento serão colocadas em itálico.

<sup>9</sup> «[em] clima de acalmia política e ideológica, subsequente aos trinta anos de instabilidade e de confrontações que haviam impedido o desenvolvimento do capitalismo em Portugal ao ritmo europeu, um momento, pois, em que a burguesia portuguesa havia finalmente tomado consciência da urgência de encontrar uma plataforma conciliadora dos interesses das várias classes detentoras do poder económico e uma forma de governo capaz de ser estável, de modo a viabilizar um projecto expansionista da economia nacional que permitisse o fomento material necessário ao próprio avanço do capitalismo.» Isabel Pires de Lima, in *Júlio Dinis e a antecipação do romance realista*, in *História da Literatura Portuguesa*, Direção de Carlos Reis, vol 4, Lisboa, Ed. Alfa, 2001, p. 107.

<sup>10</sup> «O mundo camponês caracteriza-se por uma evolução muito lenta, a ritmos diferentes, conforme as regiões, e por uma grande heterogeneidade em termos sociais. A posse da terra e a sua forma de exploração são o principal critério que determina o lugar de cada um na hierarquia social, sendo também fundamento da sociedade. (...) Na sociedade rural, a propriedade, e em particular a propriedade fundiária, não representava apenas um instrumento de produção e um investimento seguro, mas era condição de acesso a um estatuto social e a uma posição prestigiada no seio da comunidade rural. Para muitos era mesmo condição de independência económica.» , Irene Vaquinhas, *O Camponês*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 481.

<sup>11</sup> Cf. Maria de Jesus Antunes Pereira, *ob cit.*, capítulo II- *Caracterização do ambiente político, económico, social e cultural do início da 2ª metade do século XIX*, pp.26-50.

sendo, à semelhança do papel social e cultural dos romances de Júlio Dinis, lidos em folhetim, na imprensa diária portuense do seu tempo, os seus livros estiveram presentes na formação dos jovens e das jovens, em casa e na escola, ao longo do século XX. Segundo J. Tengarrinha, nos anos setenta do século XX, Júlio Dinis era o segundo autor português mais lido nas bibliotecas portuguesas, ao lado de Camilo Castelo Branco e de Eça de Queirós<sup>12</sup>. A obra do escritor Júlio Dinis pertence ao conjunto de leituras que foram acompanhando a formação de diferentes gerações de jovens leitores e cidadãos portugueses. Os seus romances foram, e são, veículo de valores na sociedade portuguesa, contribuindo para a construção de identidades, em que coexistem a permanência e a mudança social e cultural.

Assim, torna-se importante procurar identificar o papel social do romance de Júlio Dinis, no seu tempo, tendo em atenção o público a que se dirigia – os leitores e as leitoras de folhetins<sup>13</sup> e de romances, no meio urbano, onde o analfabetismo era ainda muito acentuado. Recordamos que, nos seus contos e romances, apresenta e promove a relação entre fidalguia e burguesia, entre ricos e pobres, valoriza o papel da educação, do trabalho, da honra, da honestidade, da lealdade, bem como o desenvolvimento do sistema bancário e do empreendedorismo agrícola e comercial. A educação dos rapazes e das raparigas está sempre presente, de forma consistente, pedagógica e até doutrinária, tomando partido pela defesa do estudo, da leitura e do jovem autodidata, a quem a sociedade não permitiu o usufruto da formação e da educação escolar. Os seus jovens são empreendedores e agentes da mudança. Júlio Dinis, apresenta-se-nos como um escritor portador de mensagens políticas e socioculturais, como um dos representantes e divulgadores da nova ordem política, económica, social e cultural, do espírito liberal recém implantado em Portugal. O estudo da obra de Júlio Dinis, maioritariamente publicada em vida do autor<sup>14</sup>, permite-nos verificar que, nos quadros

---

<sup>12</sup> J. Tengarrinha, *A novela e o leitor português: Estudo de Sociologia da Leitura*, Lisboa, Prelo, 1973, Cf. Maria Ivone Miranda Fedeli, *A mão que balança o berço. Funções do feminino em Júlio Dinis*, São Paulo, 2007, p.54, disponível em [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br), consulta de 20/10/2016.

<sup>13</sup> «(...) um fenómeno de progressivo e significativo alargamento e diversificação do leitorado cada vez mais em contacto com uma cultura escrita que se inscreve num tempo de ócio, um leitorado que busca e a quem é oferecido um objecto de entretenimento; uma escrita que todo o literato, com maior ou menor poder simbólico no campo literário oitocentista de então, cultivava, até pela adesão pessoal a uma prática cultural da viagem, à época em expansão crescente.» Maria de Fátima Outeirinho, *Fragmento e narrativa de viagem*, s/d, p. 310, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6712.pdf>, consulta de 20.02.2017.

<sup>14</sup> Júlio Dinis fez publicar alguns dos seus contos e romances, na secção *Folhetim*, no *Jornal do Porto*, antes de 1867, data a partir da qual surgem as primeiras edições em livro. Em 1867 surgem *As Pupilas do Senhor Reitor*, em 1868, *A Morgadinha dos Canaviais* e *Uma Família Inglesa* (com o título inicial de

sociais que criou, estão sempre presentes algumas preocupações do seu tempo, como a família, o desenvolvimento da agricultura, a emigração. Aí encontramos crítica social e política, mas o autor também nos apresenta modelos de intervenção social, económica e cultural – o seu pensamento e o de autores que lhe servem de modelo. Desenha nas suas personagens o padrão moral e as atitudes socialmente valorizadas, numa perspetiva de construção da modernidade.

Face à sua importância social, educativa e cultural, a literatura é um dos veículos privilegiados de divulgação de ensinamentos, sonhos e mentalidades e um contributo para facilitar a permanência ou a mudança cultural e social, favorecendo a rutura ou a continuidade de tradições e costumes, como referiu Isabel Pires de Lima, a propósito do romance dinisiano: <sup>15</sup>«o nosso autor acredita (...) na possibilidade da mudança individual em articulação dialéctica com as alterações sociais, (...)»<sup>16</sup>. Júlio Dinis, tal como outros autores, merece, no âmbito da Cultura Portuguesa e das Ciências Sociais, a atenção e estudos que envolvam a mensagem veiculada e a estreita relação entre sociedade e literatura; a este propósito, recordemos Ana Rita Soveral Navarro quando afirma que os romances de Júlio Dinis «são efectivamente do seu tempo e ilustram a estreita conexão entre a história e a literatura»<sup>17</sup> e que os «ideais por que o romancista se bate são também os do homem comum da época em que viveu»<sup>18</sup>. Mas, a par da literatura, a imprensa teve, e tem, um lugar de destaque entre os fazedores de opinião e os construtores de movimentos sociais e culturais pelo que, hoje, também constituem fontes privilegiadas para a investigação em Ciências Sociais. E assim surge neste projeto a presença de *O Jornal do Porto*<sup>19</sup> – o jornal diário que seria uma

---

*Uma Família de ingleses*). *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, em 1871, já após a morte do escritor e o seu maior conto, *Justiça de Sua Majestade*, em 1879, incluído na 3ª edição de *Serões da Província*.

<sup>15</sup> As citações efetuadas ao longo desta tese de doutoramento serão colocadas em itálico.

<sup>16</sup> Isabel Pires Lima, «Júlio Dinis: o “romance rosa” moderno», escrito para o *Catálogo da Exposição sobre Júlio Dinis, nos 150 anos do seu nascimento*, Biblioteca Municipal do Porto, 1989, p.329, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 01.02.2016.

<sup>17</sup> Ana Rita Soveral Navarro, *ob. cit.*, p.109.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>19</sup> *O Jornal do Porto*, diário portuense, que se publica entre março de 1859 e outubro de 1892, disponível online na página da BNP, em <http://purl.pt>. Nesta dissertação, *O Jornal do Porto* será designado por *Jornal do Porto*, seguindo a forma como é designado pelo escritor Júlio Dinis e ao longo das suas páginas, pela redação, por correspondentes e leitores, como se confirma nos seguintes excertos:

- «Li de princípio ao fim o «Jornal do Porto» e o «Comércio» de ontem;», Cf. Júlio Dinis, «Cartas Particulares», carta XII ao seu amigo Custódio Passos, datada de Felgueiras, 22 de julho de 1865, in *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p. 859; - « (...) segundo vejo das locais do Jornal do Porto (...)», Cf. Júlio Dinis, «Cartas Particulares», carta LV ao seu amigo Custódio Passos, datada do Funchal, 20 de dezembro de 1870, in *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p. 902; - «(...) particularmente das senhoras que nos fizeram a honra de ler o Jornal do Porto.», Cf. edição de 26 de maio de 1859; - «(...) pediu-me que lhe fizesse uma rezenha das modas de Paris para o Jornal do Porto.», Cf. edição de 26 de maio de



companhia diária na casa da família de Júlio Dinis e nos meios culturais e sociais que frequentava. Uma fonte de informação que contribuiu para moldar o seu pensamento político, cultural e social e através do qual o escritor acompanhava a vida do Porto, mesmo quando a sua saúde o mantinha longe, como sabemos pela sua correspondência particular<sup>20</sup>. Um jornal diário, um veículo constante de opinião e de informação, sobre muitos assuntos da atualidade internacional e nacional e muito particularmente do quotidiano dos cidadãos do Porto e do Norte de Portugal.

Através da análise da obra de Júlio Dinis e das páginas do *Jornal do Porto*, onde Júlio Dinis terá igualmente apreendido a situação política, cultural, económica e social do reino e aprendido a pensar sobre a vida dos portugueses, pretendemos aprofundar conhecimentos sobre a sociedade portuguesa, debruçando-nos sobre diversos aspetos da vida quotidiana da população portuguesa retratada pelo autor - da política, à economia, ao ensino e à educação, passando pela emigração e pelas questões da mudança e da construção da modernidade. Numa época de forte confronto da modernidade com a tradição, ao nível económico, social e cultural, numa época de afirmação do paradigma burguês da promoção da ascensão social e do valor do trabalho e da educação, apresentamos aqui um retrato do quotidiano português, sob o olhar de Júlio Dinis, o portuense, escritor e médico que viveu entre a ciência e a ficção, entre o estudo da medicina, da saúde e da doença dos portuenses, entre a reflexão, o estudo e as representações da saúde e da doença, das tristezas e da felicidade dos cidadãos, das famílias e da sociedade em que viveu. Morreu com pouco mais de trinta anos, vítima da doença que dizimou a sua família e que o acompanhou longos anos, transformando-o num viajante forçado, num homem solitário, numa solidão apenas quebrada pela escrita - as suas cartas e os seus romances.

Algumas décadas depois, no início do século XX, Roque Gameiro, compreendendo a dimensão social, cultural e política da obra dinisiana, deixou-se

---

1859; -«Também, como a redação do *Jornal do Porto*, nós temos pouca fé em comissões, porque os analfabetos, com raras exceções, são sempre os preferidos.», Cf. edição de 31 de janeiro de 1860; - «(...) e se fui ao baile, foi por causa do *Jornal do Porto*, e não por causa do baile.», Cf. edição de 21 de junho de 1859; - «No n.º 61 (...) do seu bom – *Jornal do Porto* – saiu copiada uma correspondência (...)», Cf. edição de 21 de maio de 1859; - «Cumpre-nos por isso advertir, que o *Jornal do Porto* é uma publicação (...)», Cf. edição de 29 de dezembro de 1859.

<sup>20</sup> No Funchal, em 20 de dezembro de 1870, em carta dirigida ao seu amigo Custódio Passos, Júlio Dinis escreveu: "O Porto, segundo vejo das locais do *Jornal do Porto*, passa sem novidade. Deus o conserve.", *Carta a Custódio Passos*, Funchal, datada de 20 de dezembro/1870, Cf. «Cartas Particulares», in *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p. 902.

cativar pela sua mensagem e pelo encanto das suas crónicas da aldeia, tendo empreendido uma investigação cuidada sobre a vida na aldeia que iria representar nas aguarelas e nos desenhos com que ilustrou uma edição de luxo de *As Pupilas do Senhor Reitor*. Por isso, ao longo deste trabalho iremos também visitar a obra de Roque Gameiro, naquela que foi a sua faceta de ilustrador da obra dinisiana, considerando que o pintor foi um leitor atento do escritor.

O presente trabalho de investigação surge na sequência e teve início com «*As Pupilas do Senhor Reitor, um retrato das mulheres na sociedade portuguesa do início da 2ª metade do século XIX*», dissertação de mestrado realizada no âmbito do Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, na Universidade Aberta, no curso 2010-12. Este trabalho visa analisar o modo como a sociedade portuguesa de Oitocentos foi ficcionada por Júlio Dinis. Isto é, a partir dos seus romances, procuramos reconstruir quadros socioculturais, atendendo às memórias de um tempo particular. Este é um estudo de caso, em que se procura identificar e retratar uma realidade, situando-a no seu contexto, descobrindo-a, sob o olhar de Júlio Dinis, que lhe deu forma e a preservou na sua obra.

Com o romance de Júlio Dinis e através das páginas do diário portuense *Jornal do Porto*, desde o seu aparecimento, em março de 1859, e até ao final do ano de 1863, procuramos traçar retratos da vida quotidiana na sociedade portuguesa das décadas de 1850 e 1860 e estabelecer pontes na relação entre história e literatura. A escolha do *Jornal do Porto* é justificável pelo facto de, como veremos mais adiante, ser um diário que Júlio Dinis lia e onde publicou a sua obra, em episódios, na secção *Folhetim*. O período selecionado, de 1859 a 1863, coincide com o início da publicação do jornal, em 1859, e com o ano em que Júlio Dinis concluiu a escrita de *As Pupilas do Senhor Reitor*, em 1863, com 24 anos, já médico e com uma clara vocação para a escrita – recordemos que, em 1859, já havia concretizado, em prosa, a novela *Justiça de Sua Majestade*.

Assim, no capítulo I, intitulado *Júlio Dinis, um escritor no seu tempo*, é estabelecido o enquadramento teórico e metodológico que preside ao desenvolvimento da investigação e apresentados dados biográficos do escritor, numa breve síntese entre as informações já apresentadas por outros investigadores dinisianos e o estudo das *palavras e pensamentos* que nos deixou<sup>21</sup>, das suas cartas literárias<sup>22</sup> e particulares<sup>23</sup>

---

<sup>21</sup> Júlio Dinis, «Ideias que me ocorrem», Cf. *Obras de Júlio Dinis*, volume II, pp.540-553

<sup>22</sup> Júlio Dinis, «Cartas Literárias», *idem*, pp. 673-773.

aos inúmeros papéis manuscritos que integram o seu espólio<sup>24</sup> - cadernos, textos, cartas, contos, poesia, capítulos de romances, apontamentos.

No capítulo II, subordinado ao título *Portugal no início da 2ª metade do século XIX no Jornal do Porto*, vamos apresentar a pesquisa realizada nas páginas do *Jornal do Porto*, com o objetivo de obter retratos do país e de estabelecer pontes entre a vida quotidiana refletida na informação deste diário portuense e na intriga dos romances dinisianos. Através das notícias e artigos relativos às questões sociais e de qualidade de vida no Porto e ao desenvolvimento e às dificuldades encontradas para a implantação no território da nova e moderna rede de comunicações, especialmente no que respeita às novas estradas e ao caminho de ferro, procura-se estabelecer retratos de um país. E também através da emigração portuguesa no Brasil, uma vez que o *Jornal do Porto* faz eco dessa realidade, com notícias e artigos produzidos nos dois lados do Atlântico, procurando ter um papel pedagógico ativo na informação e na transformação de atitudes e comportamentos entre a população do Norte, que alimentava o forte contingente de emigração portuguesa para o Brasil.

O capítulo III - *Júlio Dinis - das cenas da vida do Porto às crónicas da aldeia*-, apresenta a cidade e o campo, através das páginas do *Jornal do Porto* e dos quadros sociais pintados por Júlio Dinis, nos seus romances de costumes. Procuramos analisar a vida e as preocupações das elites culturais e da burguesia comercial e financeira do Porto, desde logo delineadas em *Uma Família Inglesa*<sup>25</sup>, onde nos surge a assistência aos pobres e aos órfãos e as preocupações com a agricultura, considerada a primordial fonte de rendimento e de desenvolvimento do reino. Visamos descortinar ao longo das páginas de Júlio Dinis, nas suas crónicas da aldeia, retratos da vida no Minho, região em que as aldeias estão distantes dos centros de decisão. Procuramos analisar um tempo de lenta abertura à modernidade, em que os homens, as crianças e as mulheres realizam um percurso de vida onde a emigração, o analfabetismo, a pobreza, a doença, a indiferença, o caciquismo e a falta de oportunidades fazem parte de um quotidiano duro e difícil de alterar.

---

<sup>23</sup> Cf. Júlio Dinis, «Cartas Particulares», *ibidem*, pp. 775-905.

<sup>24</sup> Cf. anexo: *Júlio Dinis - Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP: no espólio do escritor, em depósito na BPMP, constam 58 conjuntos de documentos, maioritariamente manuscritos com os quais podemos percorrer sua vida literária e encontrar elementos para o estudo do seu pensamento.

<sup>25</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma família Inglesa*, romance escrito em 1863, publicado em folhetim no *Jornal do Porto* sob o título «*Uma Família de Ingleses*» e em livro, no ano de 1868, com uma 2ª edição revista pelo autor, publicada em 1870. Cf. Isabel Pires Lima, *ob. cit.*, p.324.

Como é salientado por Isabel Pires de Lima<sup>26</sup>, o otimismo de Júlio Dinis, «num momento histórico de profundas e irreversíveis mutações sociais»<sup>27</sup>, assume-se como uma forma de intervenção pedagógica, política, cultural e social, pois que na intriga dos seus romances são «as superiores qualidades das personagens que possibilitam a sua transição de uma classe ou de um estatuto social para outro sem criar rupturas, bem pelo contrário, ultrapassando conflitos previamente existentes e abandonando, ou levando a abandonar, atitudes predominantemente de cariz negativo.»<sup>28</sup>

O sucesso editorial imediato do escritor, entre os seus conterrâneos e os seus contemporâneos, com retratos que representam o seu próprio tempo, é salientado por Carmen Matos Abreu<sup>29</sup>, que nos apresenta duas grandes razões para esse sucesso: em primeiro lugar, o facto de os seus romances serem uma oferta inovadora<sup>30</sup>, e em segundo lugar, aponta as motivações locais da burguesia portuense e a sua aposta na cultura<sup>31</sup>. Ao longo de várias décadas, a obra de Júlio Dinis foi sucessivamente editada<sup>32</sup>, traduzida<sup>33</sup> e levada ao cinema<sup>34</sup>, demonstrando que a sociedade portuguesa lhe reconhece interesse, na representação de um quotidiano possível<sup>35</sup>, na afirmação e

---

<sup>26</sup> «o nosso autor acredita com acentuado optimismo e outro tanto de idealismo romântico, assumindo uma atitude pedagógica e moralizadora já de cariz realista, na capacidade de auto-regeneração do homem, na possibilidade da mudança individual em articulação dialéctica com as alterações sociais, (...)», Isabel Pires Lima, *ob. cit.*, p. 329.

<sup>27</sup> *Idem.*

<sup>28</sup> *Ibidem.*

<sup>29</sup> Carmen Abreu Matos, *O filtro doutrinário e a liberdade criadora. Que tipo de censura nos romances de Júlio Dinis?* -, s/d, pp.1-11, disponível em <http://web.letras.up.pt>, consulta de 01.02.2017.

<sup>30</sup> «(...) um género romanesco inovador, híbrido, constituído por propostas de traçado romântico que se conjugam, de feição caleidoscópica, com outras de um novo género que introduzia em Portugal o realismo literário» *Idem*, p.1.

<sup>31</sup> «Quanto à segunda razão, – e referimo-nos às motivações locais, já que Júlio Dinis é um escritor do Porto –, poder-se-á prender com o emergente interesse na aposta cultural, exactamente pelo facto de "o Porto dos anos 50 e 60 [ser] a cidade da burguesia conservadora que desfruta o desafio económico e vive a Liberdade" (REIS, 1989:292).» *Ibidem.*

<sup>32</sup> Cf. Bibliografia, *Algumas Edições e Editores da Obra de Júlio Dinis.*

<sup>33</sup> Ana Cláudia Silva afirma: «A nível literário, o romance é alvo de várias traduções: italiano – *Pupille del Signor Curato* (1896), checoslovaco – *Svérenky Páne Farárovy* (1913), espanhol – *Las Pupilas del Señor Rector* (1926), francês – *Le Recteur et Ses Pupilles* (1943), entre outras, como inglês, alemão, russo e mandarim, distinguindo-se ainda as adaptações para crianças e jovens. », in Ana Cláudia Silva, *O romance matrimonial, a representação do casamento na obra romanesca de Júlio Dinis*, Universidade de Évora, 2014, disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc>, p. 547.

Cf. Ana Rita Soveral Padeira Navarro, *ob. cit.* pp.633.

<sup>34</sup> Cf. Ana Rita Soveral Padeira Navarro, *ob. cit.* pp.634-638.

<sup>35</sup> «A vida no último quartel do século XIX transparece em larga medida nos ambientes, nos acontecimentos e nas personagens que recitou. O universo ficcional em que se movem as personagens 'filhas da sua imaginação' nada apresenta de verdadeiramente extraordinário. É a vida comum que retrata na rotina do dia a dia, quer no campo, quer na cidade, mas são, fundamentalmente, os sentimentos que movem as mesmas personagens, os aspectos que verdadeiramente lhe importam e que veicula através da sua sensibilidade delicada. O romance de Júlio Dinis apresenta-se, por conseguinte,

na transmissão de valores e na formação de mentalidades, porque «*soube contar histórias, afinal tão simples, soube também criar figuras típicas à medida da nova ficção, algumas das quais, não sendo propriamente criações geniais, perduraram, não obstante e por razões diversas, enquanto tipos sociais, na memória colectiva*»<sup>36</sup>. Assim, ao longo desta tese procuramos desvendar o perfil biográfico de Júlio Dinis e encontrar na sua obra características socioculturais, económicas e políticas do seu tempo.

---

como o testemunho de uma época, uma visão particular da política, da sociedade, da cultura e, também, da economia do seu tempo.» *Idem*, p.11.

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 12.



## **CAPÍTULO I**

### **JÚLIO DINIS, UM ESCRITOR NO SEU TEMPO**

Esta tese de doutoramento, enquadrada no domínio da História, Representações, Poderes e Práticas Culturais, visando o Portugal Oitocentista, tem como objetivo o aprofundamento do saber sobre a sociedade portuguesa nas décadas de 1850 e 1860. Nesta sociedade acabada de sair de um longo período de confronto entre absolutismo e liberalismo, com enorme nível de analfabetismo<sup>37</sup> e em que a emigração<sup>38</sup> se constituiu como importante estratégia económica e social para tantas famílias. Através do olhar do escritor portuense Júlio Dinis, e das páginas do *Jornal do Porto*<sup>39</sup>, diário onde o escritor publicou artigos, poesia, contos e romances, em folhetim, e com cuja orientação editorial se identificaria<sup>40</sup>, pretendemos estudar o quotidiano da população portuguesa do seu tempo, isto é, estudar poderes, sociedade e cultura, no Portugal Liberal Oitocentista.

Visamos aprofundar a reflexão sobre o modo como a literatura projeta a sociedade e, conseqüentemente, contribuir para alargar o âmbito das relações entre os estudos históricos e literários. No domínio metodológico, no discurso historiográfico da história social e cultural, a observação e a descrição devem estar no cerne da investigação e da preocupação dos investigadores e devem preceder a teoria, seguindo o pensamento de Krzysztof Pomian, quando afirma que «*o que prioritariamente deve saber quem hoje pratica a história cultural é ver e descrever o que vê*»<sup>41</sup>. Por outro lado, a noção de cultura tem-se alargado, e neste conceito podemos incluir as mentalidades, a cultura das elites e a cultura popular, a demarcação entre produção e recepção das obras, entre texto, contexto e paratexto, a fronteira entre o real e as suas representações, como cultura espiritual ou material, numa perspectiva mais teórica ou pragmática<sup>42</sup>. É nesta perspetiva que se enquadra este projeto de investigação: ver e descrever, identificar elementos culturais no quotidiano da sociedade portuguesa

---

<sup>37</sup> Cf. capítulo II, *Portugal no início da 2ª metade do século XIX no “Jornal do Porto”*, 2.1.2, *A sociedade*.

<sup>38</sup> Cf. capítulo I, *Júlio Dinis, um escritor no seu tempo*, 1.1.2, *Para um “Estado da Arte”*.

<sup>39</sup> Disponível na biblioteca digital da Biblioteca Nacional de Portugal, BNP, [www.bnportugal.pt/purl.pt](http://www.bnportugal.pt/purl.pt), consulta de 12.10.2016.

<sup>40</sup> Cf. José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa, das origens a 1865*, col. Temas e Debates, Círculo dos Leitores, 2013, p. 742; Cf. Arthur Barroso Moreira, *Padronização da imprensa periódica*, Porto, 2012, p. 22, disponível em <http://bdigital.ufp.pt>, consulta de 12.10.2016.

<sup>41</sup> Krzysztof Pomian, «História cultural, história dos semióforos», pp. 71-95, in Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, Direção de, *Para uma história cultural*, 1997, Editorial Estampa, col. Nova História, nº 34, Lisboa, 1998, p. 93.

<sup>42</sup> Cf. Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, direção de, *Para uma história cultural*, 1997, Editorial Estampa, col. Nova História, nº 34, Lisboa, 1998, p. 19.



oitocentista, perscrutar a fronteira entre o real e as suas representações, nas páginas da obra dinisiana e do *Jornal do Porto*, um diário portuense, representativo da sociedade e da cultura em que Júlio Dinis viveu e sobre a qual procurou agir com o seu trabalho literário.

### 1.1. Enquadramento teórico e metodológico

A metodologia científica em História centra-se na recolha e estudo de fontes, na sua análise e comparação e no seu confronto com as fontes e as conclusões de outros trabalhos académicos, permitindo avançar no processo de questionamento e de produção de conhecimento. No campo metodológico, nas últimas décadas, da história às várias ciências sociais, muitos trabalhos têm sido desenvolvidos, valorizando estudos de casos, de histórias parcelares, particulares, alargando o âmbito teórico e metodológico na área da cultura, cujo conceito tem vindo a ser cada vez mais amplo, indo do campo mais antológico ao mais antropológico<sup>43</sup>. Como afirmam Alain Corbin ou Maria Antónia Lopes. Para a investigadora, *«(...) são as histórias parcelares (...) que sem cessar obrigam a modificar a traça de um edifício inacabado e que nunca será definitivo. Se o fosse, a história teria morrido, significaria estarem esgotadas todas as perguntas, não mais existirem «novos problemas», «novas abordagens» e «novos objectos» que permanentemente obrigam a repensar o passado humano.»*<sup>44</sup>

Alain Corbin, na mesma linha de pensamento, afirma que *«histórias culturais atualmente são múltiplas; a dos objectos culturais, a das instituições culturais, dos agentes que as animam, dos sistemas que lhes regulamentam o funcionamento, a das práticas culturais e dos conjuntos de normas que as ordenam, a das ideias, dos saberes, e da sua distribuição (...)»*<sup>45</sup>.

Ao longo do processo de concretização do projeto procura-se constituir um corpo de saberes e conhecimentos que se pretende que sejam apresentados à comunidade científica e possam ser estímulo para outros investigadores e fonte de informação para todos os interessados na temática. Para a definição do objeto de estudo,

---

<sup>43</sup>Cf. Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli, *ob. cit.*, p.17.

<sup>44</sup> Maria Antónia Lopes, *Notas para o estudo do papel social da mãe, Representações e Normas no Theatro De Manoel de Figueiredo*, s/d, p. 72, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 20.10.2016.

<sup>45</sup> Alain Corbin, «Do limousin às culturas sensíveis», p. 97-110, in Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli, *ob. cit.*, p. 108.

no âmbito da análise e estudo do quotidiano oitocentista, da família, às questões de género, aos aspetos económicos, políticos, religiosos, sociais e culturais, e seguindo a perspetiva de Jean-François Sirinelli, pretendemos integrar o quadro teórico e metodológico em que se procede ao

*«(...) estudo das formas de representação do mundo (...)Um mundo figurado ou sublimado – pelas artes plásticas ou pela literatura -, mas também um mundo codificado – os valores, o lugar do trabalho e do lazer, a relação com os outros -, contornado – o divertimento -, pensado – pelas grandes construções intelectuais -, explicado – pela ciência – e parcialmente dominado – pelas técnicas -, dotado de sentido – pelas crenças e o sistemas religiosos ou profanos, e mesmo mitos -, um mundo legado, finalmente, pelas transmissões devidas ao meio, à educação, à instrução.»<sup>46</sup>*

### 1.1.1. Do objeto de estudo e das opções metodológicas

A obra de Júlio Dinis é a expressão ficcionada de uma dada realidade, num dado momento da sociedade portuguesa, pelo que se nos oferece como um caso privilegiado para o estudo da sociedade portuguesa das décadas de cinquenta e sessenta, do século XIX, e permite-nos perceber melhor os modos de viver e de pensar dos portugueses e como se relacionaram com a profunda mudança política, económica e cultural do início da segunda metade do século XIX em Portugal. Através da obra de Júlio Dinis temos a oportunidade de encontrar modos de vida e quadros sociais vivenciados e retratados pelo próprio escritor. Este papel cultural da literatura, como fonte de estudo para os costumes da época foi valorizado pelo próprio autor, que não só o sentiu como o escreveu<sup>47</sup>. O papel cultural da literatura integra o pensamento de Jean-François Sirinelli<sup>48</sup>, que se interroga sobre como é que os grupos humanos representam ou imaginam o mundo que os rodeia. Tal como vemos nas palavras de Georges Duby, quando afirmou que *«uma cultura se define tanto pelo que rejeita como pelo que*

<sup>46</sup> Jean- François Sirinelli, «Introdução, Um domínio e um olhar», in Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli, *ob. cit.*, p.20.

<sup>47</sup> «Os romances de costumes, bem compreendidos, pintando a maneira de viver e o pensar comum dos povos, sobre serem de irresistível interesse para a atualidade (...) são mina preciosa para o estudo da época fornecida aos vindouros» Cf. Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, p. 536.

<sup>48</sup> «A história cultural é a que fixa o estudo das formas de representação do mundo no seio de um grupo humano cuja natureza pode variar – nacional ou regional, social ou política -, e de que analisa a gestação, a expressão e a transmissão. Como é que os grupos humanos representam ou imaginam o mundo que os rodeia?(...)», Jean-Pierre Rioux, «Introdução, Um domínio e um olhar», pp.11-22, in Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli, *ob.cit.*, p. 20.

venera, como o fascínio e as adesões, devem observar-se os bloqueios, as exclusões, as recusas, (...)»<sup>49</sup> e que aos historiadores compete observar e estudar todo um vasto conjunto de símbolos e signos. Para o autor,

*«Reconstituir a herança que cada geração recolhe do passado, os poemas ou os cânticos que escuta, os livros que lê, as obras de arte que admira, os espectáculos que aprendem, os ritos que respeita, os «autores» que venera, não basta; é ainda preciso desmontar os mecanismos do seu sistema de educação, introduzir-se entre os seus diversos órgãos de iniciação, a família, a escola, o fórum, caserna, a equipa de trabalho, (...) »*<sup>50</sup>

Assim, subscrevendo este quadro conceptual, um dos objetivos deste projeto consiste em verificar o papel da literatura, especificamente do romance dinisiano, na análise e crítica social, para o estudo das sociedades. Consideramos o autor como cidadão, isto é, membro de uma sociedade e de diversos grupos sociais, fruto do seu contexto e ele próprio participante ativo na construção de uma nova realidade, a sua e a dos seus contemporâneos, incorporando elementos culturais do passado e do seu presente. Esta dinâmica cultural, social, económica e política, em que tradição e modernidade se conjugam de forma desigual, está sempre presente, procurando-se a construção de equilíbrios, na ficção literária e no quotidiano das sociedades e dos indivíduos<sup>51</sup>.

Para o estudo deste período da nossa história, recordemos que o *«processo político português, que até meados de Oitocentos viveu um percurso de intermitentes oscilações e de tensos conflitos sociais, experimenta, a partir de 1851, alguma estabilidade, com a aplicação e prática de regras de acção política. O equilíbrio do sistema consolidar-se-á, porém, mediante o funcionamento regular das instituições.»*<sup>52</sup>

A sociedade liberal e burguesa com os seus valores, conhecida e defendida por Júlio Dinis, apostada na construção da modernidade, tardava nas nossas aldeias, no mundo rural e, também na cidade, onde a industrialização era lenta e a sociedade ainda

---

<sup>49</sup> Georges Duby, «A História Cultural», pp.403-408, in Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli, *ob. cit.*, p. 405.

<sup>50</sup> *Idem*, p. 407.

<sup>51</sup> O levantamento bibliográfico realizado para o estudo da sociedade portuguesa e do quotidiano da segunda metade de Oitocentos, foi realizado ao longo de vários momentos, neste meu percurso académico, tendo sido feito especialmente no âmbito do mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, em 2011-12, e na preparação desta dissertação, em 2013-15.

<sup>52</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *A Regeneração e o seu significado*, in *História de Portugal*, direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 121.

pouco preparada para a vivência dos ideais burgueses. Tardava a modernidade, especialmente notada no confronto entre a capital e o resto do país, conforme o próprio Júlio Dinis escreveu:

*«Quando pelas secretarias do Terreiro do Paço, pelos gabinetes dos ministros, pelas salas e corredores das duas câmaras e pelas praças e teatros principia a vogar esta palavra — reforma — os ouvidos da capital escutam-na com prazer; mas, se os ventos a transmitem às províncias, se os ecos da Imprensa a repercutem, é raro que não estremeçam de apreensões os espíritos menos timoratos. De onde provém esta diferença? É que ha muito as reformas manifestam-se em Lisboa por ampliação nos quadros dos funcionários, aumento da despesa pública, elevação das cifras de vencimentos, criação de sinecuras, com que a proverbial indolência dos nossos compatriotas do sul se pressente lisonjeada.*

*Para nós, porém, os que vivemos longe do sol, aquele belo e fomentador sol da capital, diversa e quase antinómica acepção tem a palavra, quando a procuramos no dicionário, que por experiência sabemos ser o mais fiel. Em tudo é assim. Como a antiga Roma, que fora da sua cidade não via senão países bárbaros, Lisboa para lá dos seus muros, esquece que existe o País e procura só por si absorver tudo.»*<sup>53</sup>

Tardava a mudança social, económica e cultural que se anunciava como próxima e urgente. Também a mudança política se revela de difícil concretização, sendo disso exemplo a intensa atividade parlamentar e eleitoral, parte constituinte da evolução política da monarquia constitucional. As eleições *«constituem uma prática regular do exercício da cidadania, que se foi reformulando (...) sobretudo a partir da Regeneração, exerciam uma função de legitimação do poder político, muitas vezes, porém, de aparente legalidade. (...) desempenhavam três funções: legitimação do Poder, controle social, selecção e rotativismo das elites. (...) A consolidação da nova ordem liberal é indissociável da prática eleitoral.»*<sup>54</sup>

Na historiografia portuguesa, sobre este período da nossa história, dever-se-á atender a estudos como os de Madga Avelar Pinto<sup>55</sup>, sobre os caminhos de ferro e os investimentos estrangeiros, Maria Antonieta Cruz<sup>56</sup>, sobre os recenseamentos e a elites, ou a investigação realizada sob coordenação de José Mattoso<sup>57</sup>, com Irene Vaquinhas<sup>58</sup>,

---

<sup>53</sup> *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p.530.

<sup>54</sup> Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Estruturas política: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p.191.

<sup>55</sup> Magda de Avelar Pinheiro, «Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX», in *Análise Social*, vol. XV (58), 1979, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 10.02.2016.

<sup>56</sup> Maria Antonieta Cruz, *Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República*, Porto, 2009.

<sup>57</sup> José Mattoso, *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, ob.cit.

sobre a vida rural e os camponeses, Vitor Neto<sup>59</sup>, sobre o Estado e a Igreja, Reis Torgal<sup>60</sup> e Luís Alberto Marques Alves<sup>61</sup>, sobre o ensino. Salientamos a importância deste estudos historiográficos, sobre um passado ainda recente, em consonância com o pensamento de Jean-François Sirinelli, quando afirma e alerta para o facto de a visão que cada comunidade tem do seu passado, pesar na percepção que essa comunidade tem do seu presente e para a construção da representação que faz do seu futuro, «*relido, através do prisma de uma memória forçosamente deformante, e portanto, revisitado*»<sup>62</sup>. O historiador refere ainda que a «*construção das memórias colectivas é, pois, essencial, tanto mais que estas alimentam estereótipos e mitos e moldam imaginários*»<sup>63</sup>, considerando que a história não deve ocupar-se apenas com a reconstrução aproximada da realidade, mas também «*preocupar-se com a percepção que dela tinham os contemporâneos*»<sup>64</sup>. Estudar práticas e produtos culturais, como afirma Nicolas Mariot e Philippe Olivera<sup>65</sup>, evidencia e identifica a diferenciação e a diversidade entre grupos, a partilha social, a mobilidade e a interpenetração entre grupos.

Um dos fatores que marcaram a sociedade oitocentista foi a emigração portuguesa para o Brasil, uma área das Ciências Sociais que tem sido muito trabalhada e alvo de um grande desenvolvimento nas últimas décadas<sup>66</sup>. Trata-se de uma problemática que Júlio Dinis não esquece na poesia, nos contos e nos romances, e que se encontra frequentemente nas páginas do *Jornal do Porto*<sup>67</sup>, com a presença constante de debates, relatos de dramas humanos, de notícias, de anúncios, e de artigos sobre o Brasil, revelando a sua importância para o Porto e para o Norte de Portugal. Assim, esta é a área do saber que mais atenção e mais espaço recebe neste projeto, uma vez que a emigração é um tema transnacional e intemporal, em que, ontem como hoje, sonhos e dramas estão presentes na realidade de muitas famílias, em todo o mundo, especificamente no contexto português, como confirmamos com o intenso trabalho

---

<sup>58</sup> Irene Vaquinhas, «O Campesinato», in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, *ob.cit.*

<sup>59</sup> Vitor Neto, «O Estado e a Igreja», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, *ob.cit.*

<sup>60</sup> Luís Reis Torgal, *A Instrução Primária*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993.

<sup>61</sup> Luís Alberto Marques Alves, *O ensino da segunda metade do século XIX*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2001, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 10.12.2016.

<sup>62</sup> Jean- François Sirinelli, «Elogio da complexidade», pp.409-418, in Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli, Direção de, *ob. cit.*, p.418.

<sup>63</sup> *Idem.*

<sup>64</sup> *Ibidem.*

<sup>65</sup> Nicolas Mariot e Philippe Olivera, «Histoire culturelle em France», pp.185-193, in C. Delacroix, and all, direção de, *Historiographies, I, Concepts et Débats*, éditions Gallimard, 2010, p.193.

<sup>66</sup> Cf. capítulo I, 1.1.2, *Para um “Estado da Arte”*.

<sup>67</sup> Cf. capítulo II, 2.2, *Jornal do Porto - retratos da emigração portuguesa para o Brasil*.

académico desenvolvido nas últimas décadas<sup>68</sup>. Assim, no contexto português assumimos a emigração como uma forte marca identitária – na 2ª metade do século XIX, no século XX e hoje, pois que o século XXI português se está a construir também com uma forte presença das questões da emigração, o que não podemos deixar de confirmar pelos dados regularmente publicados pelo Instituto Nacional de Estatística<sup>69</sup> e pela Pordata<sup>70</sup>.

Como estudo de caso, foi feita a análise sistemática da obra do autor e delineado um percurso de trabalho que permitisse a descoberta do seu pensamento, interrogando-o, procurando identificar as particularidades e as anotações, as alterações ou correções que o autor realizou em diversos momentos da sua vida literária, desde a produção à publicação dos seus trabalhos. Trata-se de fontes primordiais, que exigiriam atividade de investigação arquivística, nos fundos documentais da Biblioteca Pública Municipal do Porto (BPMP) e na Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL), imprescindíveis para o estudo do espólio de Júlio Dinis e para a concretização deste projeto.

Para além de ler o seu espólio, era necessário conhecer o *Jornal do Porto* onde publicou grande parte da sua obra, em folhetim<sup>71</sup>, antes da edição em livro<sup>72</sup>, o que significava mais um obstáculo: a falta de tempo para deslocações e leitura do diário portuense, o que foi resolvido com o facto de a BNP disponibilizar o *Jornal do Porto* digitalizado, acessível para leitura online. No entanto, como jornal diário, não seria possível abranger todos os números, nem todos os anos, no período correspondente à fase da intensa produção e publicação literária do nosso autor. Foi necessário definir um critério e optou-se por acompanhar o *Jornal do Porto*, desde o seu aparecimento, em 1859, e até ao outono de 1863, data da conclusão da escrita de *As Pupilas do Senhor Reitor*. Júlio Dinis, começou a escrever bastante cedo, dedicando-se à escrita de peças de teatro, de poemas e de alguns contos, em que também retrata a vida campestre; salientamos que, em 1858, com 19 anos, escreveu o conto *Justiça de Sua Majestade*, em 1862, *Uma Família de Ingleses*, título depois fixado como *Uma família Inglesa* e

---

<sup>68</sup> Cf. capítulo I, 1.1.2, *Para um “Estado da Arte”*.

<sup>69</sup> Cf. <https://www.ine.pt>, consulta de 01.02.2018.

<sup>70</sup> Cf. [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt), consulta de 01.02.2018.

<sup>71</sup> *Jornal do Porto*, edição de 11 de março de 1862, início da publicação de «*As Apreensões de uma mãe*», por Julio Diniz, «*oferecido à redacção do Jornal do Porto*».

<sup>72</sup> Júlio Dinis, a partir de 1862, publicou contos no *Jornal do Porto*, na secção *Folhetim*, e foi também aí que deu a conhecer ao público, *As Pupilas do Senhor Reitor*, em 1866, *Uma família Inglesa*, em 1867 e *A Morgadinha dos Canaviais*, em 1868.

que, em 1863, surgiu o seu primeiro romance rural<sup>73</sup>. Júlio Dinis tinha então 24 anos e uma já intensa atividade literária, sempre aliada à sua vida estudantil. O *Jornal do Porto* surgiu em 1859, conseguiu implantar-se na imprensa portuense<sup>74</sup>, o seu conteúdo e as suas opções editoriais foram acompanhando o conhecimento e a reflexão que o escritor construiu sobre a sua cidade, os seus conterrâneos e sobre o país.

A leitura do *Jornal do Porto* seria uma das atividades de Júlio Dinis. Nas páginas deste diário portuense<sup>75</sup> obtemos um retrato sobre a sociedade portuguesa da época, especialmente na região Norte e no Porto, cidade onde Júlio Dinis viveu e iniciou a sua vida literária, região em que situa a ação de toda a sua obra. Júlio Dinis também viu a sociedade e os tipos sociais do seu tempo através do olhar do *Jornal do Porto*. Neste jornal diário portuense, a par das notícias sobre a vida na cidade e no país, temos muitos artigos que são exemplos de participação política, cívica e cultural, procurando não só informar, mas também agir sobre a sociedade local e nacional. A par desta orientação editorial, no *Jornal do Porto* há um importante espaço dedicado ao Brasil, que permite obter retratos da emigração portuguesa de Oitocentos, traçar retratos sociais que completam, confirmam ou questionam os quadros sociais, as representações sociais e culturais que encontramos na obra de Júlio Dinis e nos trabalhos historiográficos<sup>76</sup> que têm sido produzidos sobre o século XIX português, especialmente sobre o forte movimento de emigração para o Brasil, que se gerou entre os portugueses da região Norte do reino.

Júlio Dinis faz eco desta problemática. Na sua poesia<sup>77</sup>, o brasileiro rico, vindo da Baía, com dinheiro, é bem sucedido nos amores, rapidamente chega a conselheiro e pouco depois a barão<sup>78</sup>. Nos seus contos<sup>79</sup>, também não ficou alheado do drama de

---

<sup>73</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor, crónica da aldeia*, romance rural, escrito em Ovar e no Porto, em 1863, publicado em folhetim no jornal do Porto, entre 12 de maio e 11 de julho de 1866, publicado em livro em 1867.

<sup>74</sup> O *Jornal do Porto* publicou-se durante 34 anos, de 1 de março de 1859 a 27 de outubro de 1892

<sup>75</sup> Sobre a imprensa portuguesa no século XIX, ver:

- Adriana Mello Guimarães e Nuno Ricardo Fernandes, *O jornalismo em evolução*, 2012, disponível em <https://comum.rcaap.pt>, consulta de 11.12.2016;

- Francisco Ribeiro da Silva, *Jornais e revistas do Porto no tempo de Camilo*, in *História do Porto*, p.119-142, 2005, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 11.12.2016;

- José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa, das origens a 1865*, Temas e Debates, Círculo de Leitores, 2013;

- Jorge Pedro Sousa, *Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo: os livros pioneiros sobre história do jornalismo publicados por autores portugueses em Portugal até à Revolução de Abril de 1974, s/d*, disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>, consulta de 11.12.2016.

<sup>76</sup> Cf. capítulo I, 1.1.2, *Para um "Estado da Arte"*.

<sup>77</sup> Júlio Dinis, *As mulheres (recordações de um velho)*, Cf. *Obras de Júlio Dinis, ob.cit.*, p. 478/487.

<sup>78</sup> *Idem*, p. 485.

tanto homens e de tantas famílias. Escreveu sobre o brasileiro rico: José Urbano, o tio de Clementina, comerciante de Braga, que conta que andou pelas roças do sertão brasileiro<sup>80</sup>, e que trabalhou muito, que sofreu muito, não evitando qualquer trabalho, por mais duro que fosse<sup>81</sup>. E, no conto *O espólio do senhor Cipriano*<sup>82</sup>, não deixou de nos surpreender com a figura do infeliz emigrante retornado, a quem o Brasil não garantiu o sustento, como aconteceu com Agostinho, o sobrinho de Cipriano e Maquelina<sup>83</sup>. Nos seus romances rurais, ainda que de forma marginal à intriga, o sonho da emigração está presente - José das Dornas<sup>84</sup> pondera enviar Daniel para o Brasil, o pai de Linda, Cancela, o Herodes, deixa a aldeia, rumo à cidade, porque «*dizem que estão engajando por lá trabalhadores para o Brasil*»<sup>85</sup>, o fidalgo D. Luís, pensa no Brasil como um lugar de oportunidades para Maurício<sup>86</sup>. E Seabra afirma que comeu «*candeias acesas pelo Brasil, para arranjar um bocado de pão para o resto da vida; com isso me contento.*»<sup>87</sup>

O *Jornal do Porto* fornecia a Júlio Dinis informação diária sobre as preferências, os modos de viver e de pensar de muitos portugueses. Na secção *Folhetim*<sup>88</sup> uma presença diária, da primeira página do jornal, muitas vezes ocupando também parte da 2ª página, seguia a linha editorial da redação, não se dirigia a um tipo específico de leitor. Tratava-se de uma secção em que aparecerem, em episódios, obras de autores portugueses<sup>89</sup>, adaptações<sup>90</sup> e traduções de romances de autores estrangeiros -

---

<sup>79</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade e O espólio do senhor Cipriano*, in *Serões da Província*, Mel Editores, 2010, pp. 9 - 99 e pp. 166 a 187.

<sup>80</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 27.

<sup>81</sup> *Idem*, p. 94: «*O Brasil principiou-me então a sorrir com as suas promessas de riquezas, com que a tantos atrai.(...) Trabalhei deveras. Não me fazia hesitar qualquer trabalho, por penoso que fosse. Recusava apenas as empresas menos honestas. Tive que sofrer e muito. (...) No fim de oito anos, podia-me dizer rico(...)*».

<sup>82</sup> Júlio Dinis, *O espólio do senhor Cipriano*, in *Serões da Província*, pp. 166 a 187.

<sup>83</sup> *Idem*, p.181.

<sup>84</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, *ob. cit.*, pp. 308-309: «*Tem diabo o rapaz! Já vejo que é impossível deixá-lo ficar aqui na terra. Lá me custa, que sempre é meu filho, mas não há outro remédio. Que vá para o Brasil. (...) Pode enriquecer por lá, que é terra para isso. Que dúvida? E pelo menos escusa de andar por aqui a desacreditar as raparigas da aldeia.*».

<sup>85</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 392.

<sup>86</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p.57.

<sup>87</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 139.

<sup>88</sup> Sobre a secção *Folhetim*, na imprensa periódica, Cf. Ana Rita Soveral Padeira Navarro, *Da Personagem Romanesca à Personagem Fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor*, pp. 82/83.

<sup>89</sup> *Jornal do Porto*, edição de 18 de março de 1862, «As Apreensões de uma mãe», por Julio Diniz, «oferecido à redacção do *Jornal do Porto*»; edição de 31 de dezembro de 1862, *Folhetim*:«*Desgraça e ventura*», conto original de Alfredo Elysio Pinto de Almeida; edição de 27 de maio de 1861, «*Uma receita do Roberto do Diabo*», por Julio Cezar Machado.

<sup>90</sup> *Jornal do Porto*, edição de 5 de janeiro de 1860, *Folhetim*: «*Amor e odio*» romance marítimo (imitação do hispanhol).



espanhóis<sup>91</sup>, franceses<sup>92</sup>, holandeses<sup>93</sup> -, artigos de opinião<sup>94</sup>, relatos de eventos, discursos<sup>95</sup>, crónicas de correspondentes<sup>96</sup>. As opções editoriais, para esta secção diária do jornal, são diversas e não são explicitadas, pelo que podemos dizer que eram o reflexo das preferências literárias da redação ou dos leitores, e que estavam ao serviço das problemáticas da atualidade da cidade ou da política nacional. O seu público alvo seria diversificado. Mas, esse é também o público a que se dirige Júlio Dinis – um público diversificado, plural: o restrito círculo do público leitor feminino<sup>97</sup>, a elite burguesa citadina, a classe dos funcionários alfabetizados, os proprietários rurais e as pequenas elites rurais a quem o jornal chegava, por assinatura, pelo correio. Francisco Ribeiro da Silva, apresenta-nos a imprensa portuense como muito ativa e fortemente politizada<sup>98</sup>:

*Quanto aos diários, (...) entre 1850 e 1890 publicaram-se no Porto pelo menos 68, mais de 1,6 de média anual de novos títulos. É evidente que não coexistiram todos. Em 1850 contámos 5 mas em 1890 o número dos jornais diários era de 18 (...) se excluirmos os três grandes jornais que ainda hoje sobrevivem (“O Comércio o Porto”, “O Primeiro de Janeiro” e “Jornal de Notícias”), a média de vida de cada um rondou os 5 anos. A média anual de títulos em circulação durante este período andarà à volta de 9 (...) apenas 14, para além dos três veteranos, contaram mais de 5 anos de vida.»<sup>99</sup>*

A leitura das páginas do *Jornal do Porto* tornou-se um exercício diário muito estimulante para o estudo do contexto da vida e da obra de Júlio Dinis. O questionamento e a descoberta da sociedade portuguesa no *Jornal do Porto* acabou por ser um grande desafio, ultrapassando o tempo previsto, devido ao interesse de muitas

---

<sup>91</sup> *Jornal do Porto*, edição de 12 de dezembro de 1859, *Folhetim*: «O diadema de perolas», «romance historico original da senhora Sinues de Marco».

<sup>92</sup> *Jornal do Porto*, edição de 21 de outubro de 1862, *Folhetim*: «Mocidade de Henrique IV», de Visconde Ponson du Terrail; edição de 13 de maio de 1861, «O dragão vermelho», por León Gozlan.

<sup>93</sup> *Jornal do Porto*, edição de 13 de abril de 1861 *Folhetim*: «Scenas da vida holandeza», s/ autor.

<sup>94</sup> *Jornal do Porto*, edição de 6 de junho de 1859: «*Revista do Porto*» assinada por Ramalho Ortigão.

<sup>95</sup> *Jornal do Porto*, edição de 16 de dezembro de 1859, *Folhetim*: «Discurso pronunciado pelo reitor da Universidade de Coimbra, o conselheiro Bazílio Alberto de Souza Pinto, na solemne distribuição dos prémios aos alunos mais beneméritos, no dia 8 de dezembro.».

<sup>96</sup> *Jornal do Porto*, edição de 10 de dezembro de 1859: «*Modas de Paris*», assinada por Luiza; edição de 9 de dezembro de 1859: «*Revista de Madrid*»; edição de dia 2 de dezembro de 1859: «*Revista de Paris*», assinada por Daniel; edição de dia 1 de dezembro: «*Carta a (?)*», assinada por Daniel e datada de «*Paris 22 de novembro de 1859*»; edição de dia 4 de abril de 1861, «*Revista de Lisboa*», assinada por Victor.

<sup>97</sup> Cf. Francisco Ribeiro da Silva, *ob. cit.*, pp. 121-122: «Em 1890, 64,7% da população masculina portuense com idade superior a 7 anos era alfabetizada contra 36,5% do sector feminino, o que dá uma média de 50% de indivíduos capazes de ler.».

<sup>98</sup> *Idem*, p. 122: «cada jornal, ao alinhar-se politicamente contaria à partida com determinada franja da população alfabetizada e com prováveis apoios publicitários e talvez até de outra ordem. E a sua vida durava obviamente enquanto durassem os apoios e a sua utilidade se fizesse sentir».

<sup>99</sup> *Idem*, p. 121.

das suas páginas. A grelha de leitura do *Jornal do Porto* foi delineada para estar ao serviço da leitura da obra de Júlio Dinis, mas podemos afirmar que o volume e a diversidade da informação aí encontrada, lida e recolhida sobre a vida quotidiana oitocentista portuguesa, remete para a importância da imprensa diária oitocentista para o estudo da cultura portuguesa, no âmbito da história social cultural e, no caso concreto do *Jornal do Porto*, também para o estudo da vida quotidiana nos bairros portuenses, do centro às periferias. A título de curiosidade, uma vez que não nos ocuparemos destas problemáticas neste trabalho, salientamos que, na página 4 deste diário surgem continuamente anúncios a produtos e casas comerciais, notícias sobre chegada e partida de navios de carga e de passageiros, para a Europa e a América, permitindo obter informações sobre o movimento de passageiros, sobre importações e exportações e a vida industrial e agrícola no Norte do país.

Importava também determo-nos sobre a obra de Alexandre Herculano (1810-1877), autor contemporâneo de Júlio Dinis (1839-1871) que, não sendo seu conterrâneo, conheceu a obra dinisiana e, de algum modo, se lhe referiu. Em *O Pároco de Aldeia*<sup>100</sup>, de Alexandre Herculano, publicado em 1844, Júlio Dinis afirmou ter obtido a inspiração para a figura do reitor<sup>101</sup> de *As Pupilas do Senhor Reitor*, romance que dedicou a Herculano, que manifestou apreciar a sua escrita, deixando o jovem escritor em grande alvoroço<sup>102</sup>. Refira-se também que Eça de Queirós escreveu sobre o autor, primeiro aquando da sua morte, na sua crónica de setembro de 1871, em *As Farpas*<sup>103</sup>; mais tarde, o escritor debruçou-se sobre a vida no campo e a vida da população rural,

---

<sup>100</sup> Alexandre Herculano, *O Pároco de Aldeia*, Livraria Bertrand, 1969 (Prefácio de Vitorino Nemésio).

<sup>101</sup> Afirma Júlio Dinis, em carta a Alexandre Herculano, escrita no Porto a 7 de abril de 1867: «*Este romance das «Pupilas» é a realização de um pensamento, filho das impressões que, desde a idade de doze anos, tenho recebido das sucessivas leituras do «Pároco de Aldeia». O meu reitor não fez mais do que seguir, a passo incerto, as fundas pisadas que o inimitável tipo criado por V. Exa deixou na sua passagem.*» Cf. Júlio Dinis, «A Alexandre Herculano», *Inéditos e Esparsos*, in *Obras de Júlio Dinis*, Vol. 2, p. 812.

<sup>102</sup> Em carta datada de 7 de abril de 1867, Júlio Dinis escreve a Alexandre Herculano: «*Recebi ontem uma carta do meu amigo A. Soromenho, na qual ele teve a bondade de me comunicar a opinião, em extremo lisonjeira, que V. Ex<sup>a</sup> formava de uma produção literária minha (...) que eu lhe pedira para sujeitar à valiosa apreciação de V. Ex<sup>a</sup>. Quando o alvoroço em que a notícia me deixou (...) me permitiu, serenando, conceber um pensamento, foi o primeiro o de agradecer do coração a benevolência de tal juízo, tanto mais para apreciar, quanto, vindo da origem que vem, é além de uma grande recompensa a um pequeno trabalho, um grande estímulo para trabalhos novos.*», *Idem*, p.812.

<sup>103</sup> Referindo-se a Júlio Dinis, após a sua morte, Eça de Queirós escreveu: «*Tal é o nosso mal, que este espírito excelente não ficou popular: a nossa memória, fugitiva como a água, só retém aqueles que vivem ruidosamente, com um relevo forte: Júlio Dinis viveu de leve, escreveu de leve, morreu de leve. (...) Foi simples. Foi inteligente. Foi puro. Trabalhou, criou, morreu. (...)*», Cf. Eça de Queirós, «Júlio Dinis», in *As Farpas*, volume I, XXXII, setembro de 1871, disponível em [figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/CampanhaAlegre/CampanhaAlegreI.rtf](http://figaro.fis.uc.pt/queiros/obras/CampanhaAlegre/CampanhaAlegreI.rtf), disponível em <https://books.google.pt>, consulta de 01.02.2017.

no mesmo contexto geográfico – o Norte de Portugal, nomeadamente o Minho, em *A Cidade e as Serras*<sup>104</sup>, romance publicado em 1901<sup>105</sup>. Assim, pareceu-nos importante ler *O Pároco de Aldeia*, de Alexandre Herculano - que Júlio Dinis afirmou ter lido repetidamente<sup>106</sup> - e *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queirós – que, após a sua morte, em *As Farpas*, mostra conhecer a sua obra<sup>107</sup>, e ter lido, se não todos os seus romances<sup>108</sup>, pelo menos o primeiro, que nomeia<sup>109</sup>. A leitura destas duas obras foi um dos passos dados neste projeto, constituindo-se como fonte de interrogação sobre as populações e o quotidiano cultural, económico e social que Júlio Dinis retratou e onde situou a ação e o carácter das suas personagens - o quotidiano português no período oitocentista. O mesmo quotidiano em que Herculano situou a sua aldeia salaia da primeira metade do século XIX e em que Eça de Queirós, já no final do século, quis retratar a vida de uma aldeia minhota.

No estudo dos romances dinisianos procedemos ao levantamento de palavras e situações que mostram as ideias e a formação académica de Júlio Dinis, como vê e entende o mundo rural e a cidade, como descreve a vida citadina de Lisboa, Coimbra e Porto. Interessa verificar se propõe modelos educativos, se identifica cargos políticos, o seu círculo familiar, profissional e de convívio cultural, político e social. E se, através da sua obra e do seu espólio, encontramos referências aos autores que leu e aos que lhe serviram de modelo literário e cultural, Júlio Dinis escreve para descrever e representar realidades, pelo que a sua escrita também serve para apontar o dedo aos aspetos da sociedade que lhe parecia ser preciso mudar. E, assim, a sua ficção permitiam-lhe uma certa forma de intervenção social. Júlio Dinis é portador de uma identidade política, económica, cultural e social, leu outros autores seus contemporâneos, portugueses,

---

<sup>104</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, s/d.

<sup>105</sup> A 18 de novembro de 1893, já o romance está em preparação e, em carta ao seu editor, refere-se-lhe como «une nouvelle phantaisiste», Cf. Helena Cidade Moura, «Nota Final», in Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, p. 251.

<sup>106</sup> Cf. nota de rodapé 96.

<sup>107</sup> Sobre a obra de Júlio Dinis, Eça de Queirós escreveu logo após a sua morte: «As suas aldeias são verdadeiras mas são poéticas: parece que ele as vê e as desenha (...) Além d'isso os seus livros são páginas de memória; elle faz a aquarella suave das paisagens em que viveu (...)», in Eça de Queirós, *As Farpas*, disponível em [http://purl.pt/256/4/pp-7311-p\\_1871](http://purl.pt/256/4/pp-7311-p_1871), p. 418, consulta de 02.02.2017.

<sup>108</sup> Afirma Eça de Queirós, referindo-se aos livros de Júlio Dinis: «Depois das Pupillas do Sr Reitor os livros de J. Diniz passaram de leve, entre as atenções transviadas. Terão o seu dia de justiça e de amor (...)» *Idem*, p.420.

<sup>109</sup> Sobre Júlio Dinis e sobre o seu romance *As Pupillas do Senhor Reitor*, Eça de Queirós escreveu: «Um só momento seu, um romance, - fez palpar fortemente as curiosidades sympathicas: foram *As Pupillas do Sr Reitor* : aquelle livro fresco, idyllico, todo cortado de largos fundos de paisagem, habitado por creações delicadas, vivas, originaes – surpreendeu. Era um livro real (...)» *Ibidem*, pp.417 e 418.

franceses e ingleses, alguns dos quais o escritor traduz e comenta nas suas notas<sup>110</sup> e nos seus romances<sup>111, 112</sup>. Em *Uma Família Inglesa*, vemos o narrador apresentar Mr Richard e o estereótipo inglês recorrendo a autores<sup>113</sup> e a heróis<sup>114</sup> da literatura britânica; também os jovens amigos de Carlos Whitestone, manifestam interesse pela literatura<sup>115</sup> portuguesa, francesa e inglesa, citando Garrett, Xavier de Maistre, Stern, Vitor Hugo, Lamartine. E, numa ida ao escritório de seu pai, Carlos introduz, na conversa com o caixeiro Manuel Quintino, personagens de Walter Scott e de Jules Sandeau, propondo-se mesmo emprestar-lhe romances para ler<sup>116</sup>.

A reflexão sobre os objetivos e a metodologia, em articulação com as opções e os campos de interesse historiográfico e cultural presentes neste trabalho, conduziu à seleção e planeamento das atividades essenciais para a concretização deste projeto, dentro do tempo disponível: trata-se de um estudo de caso, a interrogação e o estudo da obra de Júlio Dinis, na busca de respostas e formulação de teses sobre o conhecimento, a análise e a interpretação do escritor sobre a vida dos seus conterrâneos e contemporâneos, também por ele observada nas páginas dos jornais, particularmente no diário *Jornal do Porto*, em cujas páginas, ao longo dos anos foram publicados os seus trabalhos literários - a poesia, o conto e os romances, a par de alguns artigos de opinião sob o pseudónimo de Diana de Aveleda<sup>117</sup>.

---

<sup>110</sup> Entre os seus textos encontramos comentários, trechos e traduções de Thackeray Deschanel, Pascal, Guizot, Cf. «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, pp.531-535.

<sup>111</sup> Ana Rita Soveral Navarro afirma que: «À literatura inglesa foi Dinis buscar o gosto pelo pormenor, a tendência para a filantropia e a recriação de caracteres originais, bem como certo discurso moralista e pedagogo. Estas seriam qualidades da ficção dinisiana, que a preferência por episódios tirados da vida comum e a dimensão humana de determinadas personagens menores vieram com toda a certeza reforçar.», Ana Rita Soveral Navarro, *ob. cit.*, p.58.

<sup>112</sup> Carmen Matos Abreu refere que «Sabe-se, contudo, que este método de construção romanesca que desenvolve no texto a arte da conversação e do diálogo foi igualmente utilizado por alguns dos nossos escritores coevos a Júlio Dinis, mas recorde-se que tinha já sido amplamente explorado pelo irlandês Laurence Sterne e pelo francês Diderot, e logo a seguir pelo inglês Henry Fielding – e deste referimo-nos em particular ao romance *Tom Jones* (1746), texto que Júlio Dinis conhecia de perto e que foi, reconhecidamente, motivador de inúmeras estratégias narrativas homólogas nos seus trabalhos literários, como recentemente se provou (Vide: ABREU, 2010: 231-246).», Carmen Matos Abreu, *O filtro doutrinário e a liberdade criadora. Que tipo de censura nos romances de Júlio Dinis?*, p.8.

<sup>113</sup> *Idem*, pp.8 e 9.

<sup>114</sup> «*Tom Jones* [personagem de Henry Fielding] e o próprio *Falstaff* [personagem de William Shakespeare] são tipos mais ingleses talvez do que uns sombrios caracteres que Byron pôs à moda», Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.13.

<sup>115</sup> *Idem*, p.35.

<sup>116</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>117</sup> «Foi também enquanto “Diana de Aveleda” que dirigiu cartas a articulistas da imprensa portuense e à personagem ficcional “Cecília”, explanando nestas últimas, do ponto de vista de uma mulher, as suas reflexões sobre a índole feminina.», Carlos Reis, coord. de, *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa*, disponível em <http://dp.uc.pt/>, consulta de 20.02.2017.

A propósito deste pseudónimo de Júlio Dinis, Ana Rita Soveral Navarro afirma: «Contrariamente à postura de recato assumida pelo romancista, o qual não participou porque não quis em contendas do

### 1.1.2. Para um “Estado da Arte”

Até ao final da década de noventa do século XX, Júlio Dinis recebeu uma discreta atenção da investigação e da produção académica, uma vez que foi encontrado um número reduzido de trabalhos, teses ou artigos em que académicos e investigadores se propusessem trabalhar sobre a vida e a obra do escritor portuense. Ao longo das décadas de setenta, oitenta e noventa do século XX, debruçaram-se sobre a obra dinisiana alguns autores<sup>118</sup> como Maria Lúvia Marchon<sup>119</sup>, Marina de Almeida Ribeiro<sup>120</sup>, Liberto Cruz<sup>121</sup> e Irwin Stern<sup>122</sup>. Irwin Stern foi um dos primeiros autores a apresentar uma visão abrangente da ficção dinisiana e do universo nela apresentado. Para o autor, Júlio Dinis, «filho do século XIX, luta nos seus romances, sob diferentes aspectos, pelo avanço sociopolítico de Portugal»<sup>123</sup>.

Recentemente, parece haver na academia uma vaga de interesse pela obra deste autor oitocentista, com o aparecimento de investigadores dinisianos, de entre os quais salientamos Ana Rita Soveral Navarro<sup>124</sup>, Isabel Pires de Lima<sup>125</sup> e Carmen Abreu<sup>126</sup>, de que resulta uma maior visibilidade do autor na esfera cultural, o interesse pela

---

foro literário, já aqui o dissemos, Diana de Avelada, cujo carácter se apresenta muito mais extrovertido (por vezes até irreverente e violento), em relação ao de Júlio Dinis, insurgiu-se abertamente pelos seus ideais, batendo-se por valores em que acreditava (...) Voltando a Diana de Avelada, verificamos que a convergência do pseudónimo para a área semântica do feminino, toda ela muito marcada e sobrevalorizada em Júlio Dinis, principalmente no que toca a questões de sensibilidade, não deixa de ser um facto curioso que também traduz uma atitude invulgar, tanto quanto sabemos, na nossa literatura.», Ana Rita Soveral Navarro, pp. 92-94.

<sup>118</sup> Cf Maria de Jesus Pereira, *ob. cit.*, pp. 18 e 19

<sup>119</sup> Maria Lúvia Diana de Araújo Marchon, *A arte de contar em Júlio Dinis: alguns aspectos da sua técnica narrativa*, Coimbra, Livraria Almedina, 1980

<sup>120</sup> Marina de Almeida Ribeiro, *O simbolismo da casa em Júlio Dinis*, Lisboa, 1990.

<sup>121</sup> Liberto Cruz, «Júlio Dinis e o sentido Social da sua obra», in *Revista Colóquio/Letras* da FCG, edição nº5, maio de 1972, Lisboa, 1972, disponível em <http://colouquio.gulbenkian.pt>. O autor refere-se a Júlio Dinis, como um *escritor político* e salienta que a sua obra «parece seguir o propósito deliberado de encaminhar o leitor para uma direcção social», Cf. *ob. cit.*, p.39.

<sup>122</sup> Irwin Stern, *Júlio Dinis e o romance português: 1860-1870*, Lello e Irmão Editores, Porto, 1972; Irwin Stern, «Jane Austen e Júlio Dinis», in *Revista Colóquio/Letras* da FCG, edição nº 30, março de 1976, Lisboa, 1976.

<sup>123</sup> Irwin Stern, *Jane Austen e Júlio Dinis*, in *ob.cit.*, p. 64.

<sup>124</sup> Ana Rita Soveral Navarro, *ob. cit.*, pp. 92-94.

<sup>125</sup> Cf. Isabel Pires de Lima, *Júlio Dinis e a antecipação do romance realista*, 2001, *ob. cit.*

<sup>126</sup> Cf. Carmen Abreu, *Júlio Dinis, Representações romanesecas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, *ob. cit.*

promoção de eventos culturais<sup>127</sup>, a sua presença em conferências<sup>128</sup> e testes de mestrado e de doutoramento<sup>129</sup>, especialmente na área da literatura, que muito contribuem para a divulgação do autor e da sua obra. Daqui surge a convicção de que este projeto pode despertar o interesse de outros investigadores, conduzindo a novos trabalhos e podendo contribuir para uma maior atenção da escola à obra do autor, ao nível básico e secundário, como sugestão de leitura juvenil recreativa ou como leitura orientada, com abordagem literária e de contextualização histórica, cultural e social. E, assim, contribuir para que, no sistema de ensino, através da leitura e da literatura seja possível cativar leitores, como também afirma Joaquim Carvalho<sup>130</sup>, que defende a inscrição do texto literário no universo da educação e do ensino da Língua Portuguesa:

*«Tentámos sobretudo demonstrar a utilidade de uma narrativa amável – como a que é representada pelos romances de Dinis – no contexto da promoção de hábitos de leitura. O recurso estratégico à literatura para o ensino da língua e, num plano mais lato, para a educação artístico-literária do público mais jovem (...) não deve ignorar a necessidade de se conquistarem leitores jovens. A simplicidade da narrativa dinisiana (...) são aspectos objectivamente vantajosos, nesta pragmática equação que há anos tentamos resolver: inscrever, de modo agradável, o texto literário no universo do ensino da Língua Portuguesa e no da educação para os valores que idealmente fundam e orientam a sociedade humana.(...) A verdade é que, muitas vezes, é mesmo nas aulas da língua materna que se começa a perder um leitor. (...) O ensino da língua e o ensino da literatura são uma necessidade, mas a sua concretização obriga, em nosso entender, a um esforço de amavelmente convenceremos o público discente da importância e riqueza desse tesouro(...)»<sup>131</sup>*

Da pesquisa conducente à realização do estado da arte, resulta a bibliografia dedicada à obra do autor apresentada neste projeto<sup>132</sup>, devendo ser salientada a importância primordial do trabalho do professor Egas Moniz, na organização, na publicação<sup>133</sup> e na divulgação da obra dinisiana<sup>134</sup>.

---

<sup>127</sup> Veja-se a iniciativa da Câmara Municipal de Ovar, com a realização dos Encontros Dinisianos, que ocorrem no *Museu de Júlio Dinis - Uma Casa Ovarense*, anualmente, a 14 de novembro, na comemoração anual do seu nascimento.

<sup>128</sup> Cf. Ana Rita Soveral Padeira Navarro, *Da personagem literária à personagem fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor – um estudo de caso*, IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 2001, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 11/11/2016.

<sup>129</sup> Cf. Bibliografia – salientando-se a presença de dissertações de mestrado e de doutoramento apresentadas entre 2010 e 2016, na Universidade Aberta, na Universidade de Aveiro, Coimbra e Évora.

<sup>130</sup> Joaquim Jorge Silva Carvalho, *Acção, cenas e personagens na narrativa dionisina: As Pupilas do Senhor Escritor*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2010, pp. 444 e 445, disponível em <http://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 12.02.2016.

<sup>131</sup> *Idem*.

<sup>132</sup> Cf. Bibliografia.

<sup>133</sup> Egas Moniz, *Júlio Dinis e a sua obra*, 2 vols., Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1924.

Para a definição do contexto epocal, foi realizada a leitura de obras da historiografia específica sobre a atividade política, económica e social da época, com especial relevo para a área cultural, social e da emigração portuguesa para o Brasil, incluindo o papel do brasileiro, o emigrante que retornou a Portugal<sup>135</sup>.

No âmbito dos estudos dinisianos, salientamos os textos que citaremos ao longo desta tese, de autores como Ana Rita Navarro, Carlos Reis, Fernanda Monteiro Vicente, Isabel Pires de Lima, Irwin Stern, Marina Almeida Ribeiro, Maria Lúcia Lepecki, Liberto Cruz, Nuno Valério, Vitorino Nemésio. Alguns destes autores, de reconhecida competência na área da literatura e da historiografia, dedicam a Júlio Dinis artigos e não obras completas. Quanto a autores de dissertações de mestrado e doutoramento, apresentadas nas universidades portuguesas, e essenciais para o desenvolvimento deste projeto, salientamos Ana Rita Navarro<sup>136</sup> (Universidade Aberta, 1999), Carmen Abreu<sup>137</sup> (Universidade do Porto, 2010), Joaquim Carvalho<sup>138</sup> (Universidade de Coimbra, 2010), Rosa Margarida Pinto Leite<sup>139</sup> (Universidade de Aveiro, 2010) e Fernanda Monteiro Vicente<sup>140</sup> (Universidade de Aveiro, 2011), cujos trabalhos se debruçaram especialmente sobre aspetos de carácter literário na obra de Júlio Dinis. Todos eles relativamente recentes, talvez demonstrando que está a terminar o longo período de falta de atenção da academia à obra dinisiana. Recentemente, surgiram, no Repositório Aberto da Universidade Portuguesa, dois outros trabalhos académicos, da autoria de Ana Cláudia Silva<sup>141</sup> e de Fernanda Grieben<sup>142</sup>. Sobre Ana Cláudia Silva, note-se que, na sua tese de doutoramento, para obtenção do Grau de Doutor em Literatura, se debruçou sobre os casamentos na obra Júlio Dinis. A autora

---

<sup>134</sup> Cf Bibliografia e Anexo 1.

<sup>135</sup> Salientamos o trabalho de cooperação entre investigadores e instituições de Portugal e do Brasil e autores como Costa Leite, Jorge Alves, Maria Adelina Piloto, Maria Antónia Lopes, Maria Beatriz Rocha Trindade, Maria Isabel João, Miguel Monteiro. Cf. Bibliografia.

<sup>136</sup> Ana Rita Soveral Padeira Navarro, *Da Personagem Romanesca à Personagem Fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor*.

<sup>137</sup> Carmen da Conceição da Silva Matos Abreu, *Júlio Dinis, Representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*.

<sup>138</sup> Joaquim Jorge Silva Carvalho, *ob. cit.*

<sup>139</sup> Rosa Margarida Pinto Leite, *A narrativa breve de Júlio Dinis*, Universidade de Aveiro, 2010, disponível em <https://ria.ua.pt>, consulta de 02.06.2016.

<sup>140</sup> Fernanda Monteiro Vicente, *O Locus Amoenus na produção narrativa de Júlio Dinis*, Universidade de Aveiro, 2011, disponível em <https://ria.ua.pt>, consulta de 03.03.2016.

<sup>141</sup> Ana Cláudia Silva, *O romance matrimonial, a representação do casamento na obra romanescas de Júlio Dinis*, Universidade de Évora, 2014, disponível em <http://dspace.uevora.pt/rdpc>, consulta de 02.02.2017.

<sup>142</sup> Fernanda Grieben, *Júlio Dinis, apologista da Kunstreligion: influência de uma corrente de pensamento europeu no percurso literário dinisiano*, Universidade Aberta, 2016, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 15.03.2017.



anuncia que: «Reproduzindo o quotidiano, as práticas comuns, os modos e os costumes da época oitocentista em Portugal, quer no espaço campestre, quer no espaço citadino, a obra romanesca de Júlio Dinis expressa as relações pessoais e sociais, os significados e os valores do país, representando, simultaneamente, o caráter e o padrão social e cultural português durante o período da Regeneração»<sup>143</sup>.

A investigadora considera que nos romances do autor se destacam «a preocupação com o bem público, adveniente da realização do indivíduo e da harmonização das relações intersociais»<sup>144</sup>, e que a produção literária dinisiana

«representa a realidade comum, com acontecimentos do quotidiano e personagens que surgem como pessoas autênticas, com aspirações reais, movimentando-se em circunstâncias concretas e verosímeis, enquadradas no tempo e no espaço de vivência do escritor, pelo que os romances de Júlio Dinis são construídos a partir de factos da atualidade, tornando-se o autor o precursor do romance moderno, como lugar de reflexão em torno das relações entre indivíduo e sociedade»<sup>145</sup>.

Em *O romance matrimonial*, a representação do casamento na obra romanesca de Júlio Dinis, Ana Cláudia Silva defende que os romances dinisianos

«constituem instrumentos de formação e de transformação, tendentes à renovação do país, apresentando uma conceção de vida centrada no valor do amor conjugal como princípio, na ordem como base e no progresso como objetivo, expressando a crença na capacidade do ser humano em se autorregenerar, em estabelecer conexões, em firmar compromissos seguros e em proporcionar a regeneração da sociedade, com vista à sua melhoria»<sup>146</sup>.

Para a autora, «Parecendo simples histórias de amor, os romances dinisianos representam o lento fluir de uma sociedade, cruzando evolução histórica e destinos

---

<sup>143</sup> Ana Cláudia Silva, *ob. cit.*, p.vii.

<sup>144</sup> *Idem*, p. 580. A autora refere ainda que: «Além do determinismo de Hippolyte Taine (1828-1893), os romances do autor destacam, assim, a preocupação com o bem público, adveniente da realização do indivíduo e da harmonização das relações intersociais, expressa por Auguste Comte (1798-1857), fundamentos partilhados por Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), que defende a justiça, a liberdade e a equanimidade, promotoras do desenvolvimento e do aperfeiçoamento da humanidade.».

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 580.

<sup>146</sup> *Ibidem*, p.581. Acrescenta a autora que «Não se justificam, pois, a designação de escritor “cor-de-rosa” ou leve e a denotação de intrigas repetitivas, porquanto, construindo enredos modelares, em que ressaltam os bons sentimentos, as virtudes e os valores nobres, tal não significa que o autor não esteja consciente das alterações que se fazem sentir no panorama da sociedade portuguesa oitocentista, as quais são apresentadas nos seus romances, tornando-se os mesmos documentos sociológicos, representativos da época em Portugal.».



*individuais, reproduzindo as ideias contemporâneas e a complexidade de relações, destacando a confluência de experiências de subjetividade e de alteridade, inscritas nesta realidade representada ficcionalmente.»*<sup>147</sup>

Por sua vez, na sua tese de doutoramento em Estudos Portugueses, na especialidade de Literatura Portuguesa, Fernanda Grieben, debruça-se sobre a influência do pensamento europeu em Júlio Dinis, afirmando que ele foi influenciado pelo «*Kunstreligion (religião da arte)*»<sup>148</sup>, em que a «*missão a cumprir seria a de educar e civilizar o povo europeu, num tempo em que as sociedades da Europa ocidental experienciam um acelerado processo de secularização.*»<sup>149</sup>. Para a investigadora, os textos dinisianos, «*nasceram da grande capacidade de observação que o seu autor neles revela, das suas experiências humanas e sociais, assim como das suas próprias vivências psicológicas e, talvez, da necessidade de as esclarecer e ultrapassar*»<sup>150</sup>. Fernanda Grieben defende que o escritor «*assume, com a sua produção literária, uma posição interventiva na sociedade portuguesa, num tempo em que essa sociedade apresenta fortes indícios de uma secularização manifesta*»<sup>151</sup>. Salientando que a sua vida pessoal cheia de desgostos, «*o obrigou a confrontar-se, permanentemente, com a morte*»<sup>152</sup>, realça a autora que:

*«ao contrário do que seria previsível, o olhar que Júlio Dinis lança sobre a realidade portuguesa do seu tempo, e que os seus textos literários registam, não é de desencanto. Não corresponde a uma forma de observar materialista, pessimista e mal-humorada, a que o pai da psicologia médica, Ernst von Feuchtersleben – que Júlio Dinis apelida de douto, em Uma Família Inglesa –, designa por prosa vulgar da vida. Bem pelo contrário, o olhar que Júlio Dinis lança sobre a realidade portuguesa do seu tempo é criativo, dinâmico, recria a realidade observada – é a forma de observar de quem possui uma visão de mundo, uma*

---

<sup>147</sup> Ana Cláudia Silva, *ob. cit.*, p. 582.

<sup>148</sup> «*A corrente de pensamento (...) comumente designada por Kunstreligion (religião da arte), por ter conhecido o seu centro teórico na Alemanha, embora, a partir de 1850, se tenha expandido por outros países europeus, onde a sua receção se efetuou, primeiramente, de forma pontual, por parte de alguns artistas – entre eles o nosso Júlio Dinis, mas também Antero de Quental – que começaram então a exaltar a arte como religião, da qual o artista, assumindo funções ministeriais, se apresenta como sacerdote. (...) Desta forma, na segunda metade do século XIX, o conceito de Kunstreligion radicaliza-se, começando a exprimir uma relação de concorrência, no espaço público, entre a arte e a religião oficial – no caso português, entre a arte e o catolicismo*», Fernanda Grieben, *ob. cit.*, p. ii.

<sup>149</sup> *Idem*, p.ii.

<sup>150</sup> *Ibidem*, p. 247.

<sup>151</sup> *Ibidem*, p. 248. A autora, afirma ainda que «*a apologia que Júlio Dinis faz da Kunstreligion (religião da arte), a nível programático, é concretizada pelo nosso autor nas suas próprias composições literárias, na medida em que nelas desenvolve temas onde ecoam preocupações de ordem ecológica e socioambiental, ético-social, sociocultural, sociopolítica, socioeconómica e ético-religiosa.*».

<sup>152</sup> *Ibidem*, p. 247.

cosmovisão. (...) [A]dinâmica que o nosso autor imprime às suas narrativas comporta uma dimensão litúrgica,(...). Logo, é uma dinâmica intencional (...)»<sup>153</sup>.

Júlio Dinis foi um dos autores da juventude de muitos portugueses e portuguesas, como o atesta as sucessivas edições da obra do autor<sup>154</sup> e o trabalho de José Tengarrinha, que o situa entre os três escritores portugueses mais lidos nos anos de 1970<sup>155</sup>. Das diversas edições, especialmente na 2ª metade do século XX, salientamos, a atividade livreira da Livraria Lello e Irmãos, das Publicações Europa-América, da Livraria Civilização, da Livraria Bertrand, da Livraria Figueirinhas, da Porto Editora<sup>156</sup>. A primeira edição de *As Pupilas do Senhor Reitor*, surgiu em 1867, com a chancela Cruz Coutinho, do Porto, o ano seguinte surgiu a publicação de *A Morgadinha dos Canaviais* e de *Uma família Inglesa*; e, em 1871, saiu da tipografia do *Jornal do Porto*, o último romance do escritor, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Logo em 1875, surgiu a 3ª edição de *Uma família Inglesa*. No início do século XX, o interesse pelo romance dinisiano continua e nesse movimento se enquadra o interesse de Roque Gameiro<sup>157</sup> e o interesse do público por edições de luxo<sup>158</sup>.

Júlio Dinis prestou atenção à sociedade portuguesa<sup>159</sup>, aos problemas<sup>160</sup> e anseios das populações, sem esquecer o fenómeno social, cultural e económico da emigração, e do retorno do emigrante, na 2ª metade do século XIX. Um fenómeno relevante no contexto económico e social do Norte de Portugal, como também

---

<sup>153</sup> *Ibidem*, pp. 247/248.

<sup>154</sup> Na publicação da obra de Júlio Dinis, especialmente na 2ª metade do século XX, salientamos a atividade livreira da Livraria Lello e Irmãos, Publicações Europa-América, da Livraria Civilização, da Livraria Bertrand, Livraria Figueirinhas, Porto Editora. Nos últimos anos, de 2000 a 2017, publicaram alguns dos romances do autor as Publicações Europa-América, Mel Editores, Quidnovi, Porto Editora, Temas e Debates, Oficina do Livro, Verbo, Ed Guerra e Paz, Quasi Edições, Ulisseia, Lello Editores. Cf. <https://www.wook.pt/livro/obras-completas-de-julio-dinis-edicao-especial-julio-dinis/62055> consulta de 02.03.2017.

Cf. <http://bibliografia.bnportugal.pt>, consulta de 02.03.2017.

<sup>155</sup> J. Tengarrinha, *A novela e o leitor português*, Cf. Maria Ivone Miranda Fedeli, *A mão que balança o berço, Funções do feminino em Júlio Dinis*, São Paulo, 2007, p.54, disponível em [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br), consulta de 10.02.2016.

<sup>156</sup> Cf. Anexo

<sup>157</sup> Cf. capítulo III, *Júlio Dinis – das cenas da vida do Porto às crónicas da aldeia*.

<sup>158</sup> *Idem*.

<sup>159</sup> Cf. Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira, *ob. cit.*, cap III, *Júlio Dinis e As Pupilas do Senhor Reitor*, pp. 26-85.

<sup>160</sup> «(...) Júlio Dinis não estaria assim tão acreditado no conforto e felicidade dos seus habitantes. Encontrava-lhes marcas de mal-estar, agravadas talvez ainda por memórias descarnadas das lutas civis que, com a distância de duas décadas, se tinham representado no palco portuense. O flagrante exemplo expõe-se em *Uma Família Inglesa*, quando Manuel Quintino passeia na cidade para refúgio às azáfamas comerciais do quotidiano: a personagem deambula por entre atmosferas que não lhe oferecem as venturas de um passado histórico risonho. Antes tropeça, aqui e além, em marcos de turbulências mais ou menos próximas (...)», Cf. Carmen Abreu, *Júlio Dinis, Representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, *ob.cit.*, p.36.

poderemos verificar através da análise das páginas do *Jornal do Porto*. Como não podia deixar de ser, devido à sua importância social e económica, a emigração e a figura do “brasileiro” - o emigrante retornado - está presente na poesia, nos contos e nos romances dinisianos<sup>161</sup>. Sobre a figura do “brasileiro” e a questão dos fluxos migratórios, para além dos trabalhos de Joel Serrão<sup>162</sup>, de Maria Antónia Lopes<sup>163</sup> e de Maria Beatriz Rocha Trindade<sup>164</sup>, é hoje possível verificar uma forte dinâmica deste setor académico, através dos inúmeros investigadores dedicados a esta área do saber e cuja atividade está disponível online, nas páginas eletrónicas de entidades como o Museu das Migrações e das Comunidades<sup>165</sup>, o CEPESE<sup>166</sup> ou o Museu da Imigração do Estado de S. Paulo<sup>167</sup>. Salientamos a existência de trabalho académico realizado em parceria, em Portugal e no Brasil, e teses ou artigos publicados por Domingos Caeiro<sup>168</sup>, Fernando de Sousa<sup>169</sup>, Jorge Fernandes Alves<sup>170</sup>, Maria Adelina Piloto<sup>171</sup>,

<sup>161</sup> Júlio Dinis não deixou de transpor para a sua escrita a realidade social da emigração e do retorno: no Porto de *Uma Família Inglesa*, na Rua dos Ingleses, encontramos os capitalistas brasileiros; na aldeia de Madalena, em *A Morgadinha dos Canaviais*, o Seabra exhibe na sua casa a riqueza adquirida no Brasil e procura intervir nas obras da igreja e na política local, e o recoveiro sabe onde e quem contrata homens para o Brasil e dispõe-se a partir; José das Dornas, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, admite enviar Daniel para o Brasil, terra que afirma ser fácil enriquecer; em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, D. Luís imagina o seu filho Maurício a partir para o Brasil; Em *Justiça de Sua Majestade*, José Urbano, o tio de Clementina, o rico comerciante de Braga, sócio da empresa da diligência, enriqueceu no Brasil; no conto *O Espólio do Senhor Cipriano*, Agostinho, o sobrinho do Sr Cipriano é o exemplo do jovem que regressa pobre e que, por isso mesmo, não é bem acolhido na sua aldeia natal; mas, Júlio Dinis ainda nos dá outro exemplo de “brasileiro”: na sua poesia, ao relatar as recordações dos seus amores, um velho fala-nos de um brasileiro que mal chega à corte cativa as jovens, faz casamento vantajoso e adquire títulos de nobreza. Júlio Dinis criou personagens que refletem a sociedade, os lugares e o tempo em que vive e situa a sua obra.

<sup>162</sup> Joel Serrão, *Conspecto histórico da emigração portuguesa*, Análise Social, Vol. VIII, 1971, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 05.03.2016.

<sup>163</sup> Maria Antónia Lopes, *Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho de Meda (1889-1896)*, em *Revista Portuguesa de História*, T. 35, 2001-2002, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 15.09.2016.

<sup>164</sup> Maria Beatriz Rocha Trindade, *Emigração e Retorno: Imagens Cruzadas num Webmuseu e o Papel da Tecnociência no Caso de* [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org), 2006, disponível em [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org), consulta de 05.08.2016.

<sup>165</sup> Museu das Migrações e das Comunidades, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 11.11.2016.

<sup>166</sup> CEPESE, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>, consulta de 11.11.2016.

<sup>167</sup> Museu da Imigração do Estado de S. Paulo, disponível em <http://museudaimigracao.org.br>, consulta de 11.11.2016.

<sup>168</sup> Domingos Caeiro, *E aos centos, em multidão... com os olhos postos numa felicidade: a visibilidade da emigração na imprensa, 1890-1920*, Universidade Aberta, Lisboa, 2002, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt> - <http://hdl.handle.net/10400.2/2419>, consulta de 10.11.2016.

<sup>169</sup> Fernando de Sousa et al, (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>, consulta de 10.11.2016.

<sup>170</sup> Jorge Fernandes Alves, *Os «Brasileiros»: Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1993, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>, consulta de 10.11.2016.

<sup>171</sup> Maria Adelina de Azevedo Piloto, *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno (1865-1913)*, tese de doutoramento em História, Universidade do Porto, 2010, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 10.11.2016.

Miguel Teixeira Alves Monteiro<sup>172</sup>. São trabalhos de investigação que permitem um mais aprofundado conhecimento da emigração portuguesa para o Brasil, especialmente na região Norte do país e em contextos locais, como o Porto, Fafe ou Vila do Conde. Maria Marta Lobo de Araújo<sup>173</sup>, com *Os "Brasileiros" enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, demonstra o interesse suscitado entre investigadores e comunidades locais, pelo estudo da vida dos seus antepassados, retornados ou não ao torrão natal. Por outro lado, Maria Adelina de Azevedo Piloto debruça-se sobre emigração e retorno em Vila do Conde e revela-nos não só um vasto trabalho de investigação local, mas também a existência de um trabalho académico profícuo, continuado e em rede, entre instituições na costa este e na costa oeste do Atlântico, nomeadamente através da atividade de investigação da autora<sup>174</sup>.

Por outro lado, é igualmente importante salientar o trabalho de Fernando de Sousa, em colaboração com outros investigadores, que, no âmbito do CEPESE<sup>175</sup> nos apresenta estudos relativos à emigração portuguesa para o Brasil<sup>176</sup>, especificamente, sobre os que partiram do Norte de Portugal<sup>177</sup>, alterando a vida das vilas e aldeias que deixaram para trás. Em *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*<sup>178</sup>, conta também com a colaboração de «*investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis que se têm centrado, nas suas investigações, sobre o complexo fenómeno da emigração/imigração para o Brasil, através do levantamento e análise dos fundos documentais disponíveis num e no outro lado do Oceano*»<sup>179</sup>.

---

<sup>172</sup> Miguel Monteiro, *Migrantes e Emigrantes de Fafe: dois Comportamentos sociais diferenciados*, Congresso Internacional de Demografia Histórica, V Congreso de la ADEH, Logroño, 1999 disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 10.11.2016.

<sup>173</sup> Maria Marta Lobo de Araújo, *Os "Brasileiros" enquanto agentes de mudança: poder e assistência*, Universidade do Minho, 2013, disponível em [repositorium.sdum.uminho.pt](http://repositorium.sdum.uminho.pt), consulta de 10.11.2016.

<sup>174</sup> O fenómeno da emigração portuguesa para o Brasil tem vindo a suscitar interesse nas universidades portuguesas e brasileiras, sendo possível verificar, por exemplo, que o Estado de S. Paulo, no seu Museu da Imigração<sup>174</sup>, disponibiliza online muita informação digitalizada pertencente ao Arquivo Público de São Paulo, incluindo cartas de chamada, que permitem verificar a existência de emigração familiar e em rede. Estes documentos, a par de todos os que têm vindo a ser reunidos em Portugal, permitem enriquecer as fontes para o estudo deste fenómeno social português, que levou milhares de jovens e homens para o Brasil, na fase pós independência, ainda com o estatuto de colonos.

<sup>175</sup> CEPESE, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, <http://www.cepesepublicacoes.pt>, consulta de 12.11.2016.

<sup>176</sup> Fernando de Sousa et al, (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, CEPESE, Ed. Afrontamento, Porto, 2007, disponível em <http://www.uff.br>, consulta de 12.11.2016.

<sup>177</sup> Fernando de Sousa e Teresa Cirne, *Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)*, in Conceição Meireles Pereira et al, (org.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, p. 203- 270, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 11.11.2016.

<sup>178</sup> Fernando de Sousa et al (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>, consulta de 12.11.2016.

<sup>179</sup> *Idem*, p.519.

O Minho é uma região nuclear no romance dinisiano e, sobre a emigração massiva do Minho para o Brasil no século XIX, no trabalho de Adília Fernandes e Odete Paiva<sup>180</sup> concluiu-se que com esse movimento populacional se alterou «*profundamente a face social e económica da região*»<sup>181</sup>, tendo perturbado o regular desenvolvimento e funcionamento da pirâmide etária da região. Recordam as autoras que da «*História à Literatura, o fenómeno da emigração/imigração é recorrente nos autores lusos e brasileiros*»<sup>182</sup> e que o ‘brasileiro’, passando «*pela banca, pela indústria, pelo comércio, pela construção imobiliária, pela instrução (construção de escolas e subsídios), pela saúde e assistência, fez mudar gentes e territórios*»<sup>183</sup>, desempenha um importante papel na sociedade e na economia do Brasil e da sua terra natal. Para estes portugueses enriquecidos no Brasil, a «*participação em irmandades, bem como a criação de vínculos com pessoas da elite foi elemento de salvaguarda e trânsito social*»<sup>184</sup>, confirmando a tese de que muitos alcançaram prestígio e poder social através da participação na vida religiosa, no desenvolvimento do ensino e da assistência local. Entre os bem sucedidos, havia traços distintivos e elementos comuns: «*partiam para o Brasil na adolescência; contavam com redes de parentesco e de proximidade na sua ida e início de vida na nova terra; conheciam, graças ao sucesso económico, a ascensão social; deixavam marcas na terra de acolhimento e em Portugal*»<sup>185</sup>.

As autoras, Adília Fernandes e Odete Paiva, chamam a atenção para o facto de Camilo Castelo Branco ter na sua obra a figura do brasileiro, emigrante bem sucedido, como tema recorrente na sua obra e que outros autores também nos contam as histórias de vida de muitos brasileiros, sendo que, no entanto, «*nem sempre os brasileiros de sucesso, aqueles que compraram quintas, fizeram palacetes, ofereceram festas e banquetes, foram bem sucedidos até ao fim das suas vidas*»<sup>186</sup>. A par deste tipo de retornados, surgem os «*abrasileirados, expressão que Jorge Alves atribui àqueles que retornavam com o dinheiro suficiente para endireitar a vida, v.g., melhorar a casa, resgatar a hipoteca, pagar as dívidas contraídas, comprar algumas terras, ou montar*

---

<sup>180</sup> Adília Fernandes e Odete Paiva, *Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros*, in Fernando de Sousa et al (coord.), *ob. cit.*, pp. 411- 423.

<sup>181</sup> *Idem*, p. 411.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 411.

<sup>183</sup> *Ibidem*

<sup>184</sup> *Ibidem*.

<sup>185</sup> *Ibidem*, p. 415.

<sup>186</sup> *Ibidem*.

um pequeno negócio»<sup>187</sup>. São estudos de caso - casos individuais de emigrantes os que as autoras nos trazem, contribuindo para a conhecimento desta realidade social e tornando evidente que, na emigração para o Brasil, ao lado dos casos de sucesso, há casos em que as famílias conhecem a miséria e a infelicidade e até a morte, como também a obra dinisiana<sup>188</sup> referenciou. Como adiante demonstraremos<sup>189</sup>, pudemos também observar a realidade da emigração portuguesa de Oitocentos, através das páginas do *Jornal do Porto* que, no período estudado, de 1859 a 1863, apresenta regularmente à sociedade portuguesa informação e alertas sobre a realidade e os problemas dos emigrantes portugueses no Brasil; embora apresente também casos de homens e famílias enriquecidas e relate os donativos que chegavam, para acudir à população desvalida. Se, na imprensa, a problemática da emigração e a saída anual de milhares de jovens e homens, de tantas famílias das aldeias do norte de Portugal, rumo ao Brasil, é um tema social obrigatório, Júlio Dinis, um cidadão socialmente comprometido com o seu tempo e os seus concidadãos, faz eco dessa necessidade na sua obra. Júlio Dinis transpôs para a literatura, as desgraças, os sucessos e as expectativas que o Brasil então representava para alimentar o sonho e prover à sobrevivência. A sua literatura é edificante, modelar, os seus romances eram livros com que pretendia apontar o dedo contribuir para educação popular, eram «*livros instrumentos (...) para andarem nas mãos de todos, para o uso quotidiano, para educarem, civilizarem e doutrinarem as massas*»<sup>190</sup>.

Por outro lado, deparamo-nos igualmente com a escrita de memórias familiares e coletivas em muitas aldeias e vilas de Portugal, reforçando traços identitários e (re)elaborando memórias coletivas que permitem (re)fazer histórias familiares e a história local e encontrar novas explicações e novos significados para a realidade que hoje somos, enquanto portugueses. Joel Serrão que, na década de setenta e oitenta do século XX, publicou vários trabalhos sobre a emigração portuguesa, em *Conspecto histórico da emigração portuguesa*<sup>191</sup> escreveu sobre a distinção entre colonizadores e

---

<sup>187</sup> *Ibidem*.

<sup>188</sup> Júlio Dinis, em *A Morgadinha dos Canaviais*, na cena da chegada e da distribuição do correio apresenta-nos uma velha senhora, pobremente vestida, que é chamada para receber uma carta: «*Será do seu Antônio, será – respondeu o insensível funcionário; - o que lhe posso dizer é que traz obreira preta. (...) Se foi o filho que lhe morreu, não sei que há-de ser dela – disse um dos circunstantes.*», Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 40.

<sup>189</sup> Cf.. capítulo II, *Portugal no início da 2ª metade do século XIX no Jornal do Porto*, 2.2 *Jornal do Porto - retratos da emigração portuguesa para o Brasil*.

<sup>190</sup> Cf Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, Vol II, *ob. cit.*, pp.553

<sup>191</sup> Joel Serrão, *Conspecto histórico da emigração portuguesa*, Análise Social, Vol. VIII, 1970, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 02.02.2016.

emigrantes, no processo de constante saída de Portugal para o Brasil ao longo dos tempos, organizada pelo Estado ou por decisão individual ou familiar, até à independência em 1822. Já relativamente à 2ª metade do século XIX e recorrendo ao Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração, de 1873<sup>192</sup> o autor conclui que o Estado Português conhecia a situação dos milhares de homens e mulheres que rumavam ao Brasil, levados para uma vida rude e difícil, para satisfazer as necessidades de mão de obra braçal, substituta da escravatura:

*«comiam, dormiam e trabalhavam como os escravos,(...). Senzalas eram as habitações, que constavam de um pequeno quarto, não solhado, com a porta e janela, tendo por cama uma esteira, e por mobília uma pedra para se sentarem. Trabalhavam a par dos escravos, comandados pelo feitor também escravo e ornado do competente velho (vergalho de castigo), trabalho que principiava ao romper de alva e terminava às nove horas da noite, apenas com interrupção das refeições. De dia cavavam na terra, de noite lançavam ou tiravam tijolos do forno»<sup>193</sup>.*

O que teria levado tantos portugueses, especialmente do Norte de Portugal, a partir à aventura, num país que permanecia pobre, explica Joel Serrão, seguindo Alexandre Herculano, foram o aumento populacional e os baixos salários, o insuficiente rendimento obtido no campo e no artesanato, apesar do movimento provocado pelo trabalho nas vias férreas, nas estradas e nos novos centros industriais<sup>194</sup>. Joel Serrão recorda que as remessas dos emigrantes se tornaram financeiramente essenciais e que, aliadas à riqueza trazida pelos brasileiros de torna-viagem, serviram para alterar a paisagem nacional, sem esquecer que as exportações nacionais, para servir os hábitos e necessidades da comunidade portuguesa, se tornaram uma considerável fonte de rendimento. Outro aspeto importante deste trabalho de Joel Serrão é a referência à emigração no feminino, dirigida aos prostíbulos do Rio de Janeiro<sup>195</sup>. Estes estudos ajudam a contextualizar o mundo em que viveu Júlio Dinis, o pensamento e as preocupações sociais presentes na sua obra, com retratos que procuram contribuir para a renovação de usos e costumes, para a transformação de mentalidades, para a regeneração do reino.

Júlio Dinis ficciona, de certo modo ecoando as fortes preocupações que encontramos nas páginas do *Jornal do Porto*. Na sua obra, apresenta-nos vários tipos de

---

<sup>192</sup> *Idem*, p. 604.

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 605.

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 610.

<sup>195</sup> *Ibidem*, p. 615.

emigrante retornado: o rico, que faz deslumbrar os corações das mulheres<sup>196</sup>; o abastado proprietário de aldeia<sup>197</sup>, que tem ambições políticas; o pobre jovem, o sobrinho do Sr Cipriano – que partiu pobre e, envergonhado, pobre voltou<sup>198</sup>; o laborioso e rico empresário José Urbano, de Braga<sup>199</sup> - tio de Maria Clementina que não esconde as dificuldades que encontrou no Brasil. Júlio Dinis apresenta-nos retratos de brasileiros bem sucedidos, mas também o caso dos desprotegidos da sorte no Brasil, pelo que podemos concluir, seguindo o pensamento de Joel Serrão, e em total consonância com os objetivos deste nosso projeto:

*«Averiguar qual a imagem, ou as imagens sucessivas, do «brasileiro» nas perspectivas dos nossos escritos (Camilo, Luís de Magalhães, etc), eis aí o tema de um estudo que se revestiria de grande interesse, e não foi tentado ainda de modo sistemático. Por aí se buscaria caracterizar esse tipo humano e, integrado na realidade portuguesa coeva, valorizá-lo como elemento útil ou nefasto à sociedade. Os remoques de que ele foi objecto assumem pertinente significado social e ideológico»<sup>200</sup>.*

Seguindo esta linha de pensamento, com esta tese conseguimos percorrer um caminho que também procura chamar a atenção para este grande setor da nossa população e para as experiências da diáspora portuguesa<sup>201</sup>. Assim, o presente projeto, centrado na obra de Júlio Dinis, constitui uma oportunidade para refletir sobre o Portugal de hoje e continuar o estudo da sociedade portuguesa de Oitocentos, *ouvindo e*

---

<sup>196</sup> *As mulheres, recordações de um velho*, poema de Júlio Dinis, datado de julho de 1859: «Foi o caso que num dia / Chegou, vindo da Baía, / E lhe lançou o anzol, / Um ricaço brasileiro, / Que cheirando-lhe a dinheiro, / Casou ele e pôs-me ao sol. / Causou-me um vivo desgosto / Ver-me assim, sem mais, deposto / Por este sensaborão.. / Mas então? Tinha dinheiro, / Em breve o vi Conselheiro / E pouco depois Barão», Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, p.478-487.

<sup>197</sup> «(...) o próprio brasileiro, apesar de toda a sua economia política, ainda não pudera contra ele [o conselheiro]; nem ousara romper hostilidades com receio de ficar vencido» Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 148.

<sup>198</sup> «Emprego não o pôde ele obter. Naquela cidade, como em muitas outras terras do reino, não de vêem com bons olhos os infelizes que voltam do Brasil pobres.», Júlio Dinis, *O espólio do Senhor Cipriano*, Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, p. 182.

<sup>199</sup> «O Brasil principiou-me então a sorrir com as suas promessas de riquezas, que a tantos atrai.(...) Seria curiosa e rica de experiência a história da minha vida no Rio de Janeiro, (...) Basta que diga que trabalhei! Trabalhei deveras!», Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, p. 94.

<sup>200</sup> Joel Serrão, *Conspecto histórico da emigração portuguesa*, *Análise Social*, Vol. VIII, 1970, p. 615, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 25.03.2016.

<sup>201</sup> Neste projeto procurámos percorrer um caminho que também nos permitisse dar continuidade aos estudos sobre emigração já explorados no Mestrado de Relações Interculturais - Ver plano de estudos do MRI, Mestrado em Relações Interculturais, Universidade Aberta, curso de 2008-2010.



vendo o que pensam e fazem as personagens do nosso romancista e o que nos quiseram contam os redatores e os correspondentes do *Jornal do Porto*, sobre a vida política, sociocultural e económica do país.

A problemática da emigração, como qualquer outro aspeto da vida das sociedades, existe em contexto, integrando-se no ambiente político<sup>202</sup>, económico<sup>203</sup>, social e cultural<sup>204</sup>. Para a caracterização da época e do contexto em que viveu e escreveu Júlio Dinis, vamos seguir e sublinhar o trabalho já desenvolvido no Mestrado em Estudos Portugueses Multidisciplinares, citando os investigadores que produziram artigos científicos ou obras sobre o Portugal liberal e a Regeneração; entre eles, estão Isabel Pires de Lima<sup>205</sup>, Luís Alberto Marques Alves<sup>206</sup>, Magda de Avelar Pinheiro<sup>207</sup>, José Miguel Sardica<sup>208</sup>, Maria Antonieta Cruz<sup>209</sup>, Rui Grácio<sup>210</sup> Maria Manuela Tavares

---

<sup>202</sup> Ambiente político em que «a persistência dos localismos políticos e da «economia» clientelar de troca — de benesses, de favores, de amizades — sabotou toda e qualquer esperança (se é que ela existiu) de conferir aos partidos uma maior homogeneidade e carácter inovador, tanto no plano organizativo como no plano programático.(...) o anónimo e colectivo zé-povinho, a política e os partidos estavam ao largo, porque o Estado só lhe batia à porta na figura do juiz, do imposto ou da chamada para o serviço militar », J. Miguel Sardica, «A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração», in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997, 4.º-5.º, 747-777, p. 749.

<sup>203</sup> Segundo Maria Manuela Tavares Ribeiro, o « processo político português, que até meados de Oitocentos viveu um percurso de intermitentes oscilações e de tensos conflitos sociais, experimenta, a partir de 1851, alguma estabilidade, com a aplicação e prática de regras de acção política. O equilíbrio do sistema consolidar-se-á, porém, mediante o funcionamento regular das instituições», Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A Regeneração e o seu significado», in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 121.

<sup>204</sup> O desenvolvimento social e cultural estava intrinsecamente ligado à alfabetização e ao desenvolvimento do ensino, como escreveu Alexandre Herculano: «o cidadão deve tomar o lugar do súbdito e ser habilitado a intervir no sufrágio, nas sentenças judiciais (jurados), no debate público da imprensa e das assembleias; “a instrução é um arroteamento” (...) nos meios urbanos, a pequena burguesia, o operariado artesanal e fabril, com as suas associações mutualistas dão algum impulso ao ensino primário e abrem cursos noturnos de primeiras letras», in Rui Grácio, «Ensino primário e analfabetismo», in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol II, Lisboa, 1971, p. 50.

<sup>205</sup> A vida familiar, profissional, artística e literária de Júlio Dinis desenvolve-se em plena época da Regeneração, o período que Isabel Pires de Lima caracteriza como «(...) um momento, pois, em que a burguesia portuguesa havia finalmente tomado consciência da urgência de encontrar uma plataforma conciliadora dos interesses das várias classes detentoras do poder económico e uma forma de governo capaz de ser estável, de modo a viabilizar um projecto expansionista da economia nacional que permitisse o fomento material necessário ao próprio avanço do capitalismo.», Isabel Pires de Lima, «Júlio Dinis e a antecipação do romance realista», in *História da Literatura Portuguesa*, Direcção de Carlos Reis, vol 4, Lisboa, Ed. Alfa, 2001, p.107.

<sup>206</sup> Luís Alberto Marques Alves, «O ensino da segunda metade do século XIX», in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2001, p. 62 disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 02.04.2016.

<sup>207</sup> Magda de Avelar Pinheiro, «Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX», in *Análise Social*, vol. XV (58), 1979, p. 273, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 15.05.2016.

<sup>208</sup> J. Miguel Sardica, *ob. cit.*, pp. 747-777.

<sup>209</sup> Maria Antonieta Cruz, *Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República*, Porto, 2009, p.161.

<sup>210</sup> Rui Grácio, «Ensino primário e analfabetismo», in *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol II, Lisboa, 1971, p.49.

Ribeiro<sup>211</sup>, Isabel Nobre Vargues<sup>212</sup>, Vitor Neto<sup>213</sup>, Luís Reis Torgal<sup>214</sup>, Irene Vaquinhas<sup>215</sup>. São autores que nos trazem a problemática do desenvolvimento do ensino<sup>216</sup>, dos transportes e das comunicações, a realidade do sistema eleitoral, da intriga política, da assistência aos pobres e aos doentes, aos órfãos e às viúvas. Num país que não acompanhou o ritmo da mudança que chegava da Europa e onde o capitalismo se mostrava insipiente e dependente do Estado, Portugal mantinha-se rural, apesar dos ventos da mudança económica e social proporcionada pela industrialização.<sup>217</sup> Segundo Irene Vaquinhas,

*«O mundo camponês caracteriza-se por uma evolução muito lenta, a ritmos diferentes, conforme as regiões, e por uma grande heterogeneidade em termos sociais. A posse da terra e a sua forma de exploração são o principal critério que determina o lugar de cada um na hierarquia social, sendo também fundamento da sociedade. (...) Na sociedade rural, a propriedade, e em particular a propriedade fundiária, não representava apenas um instrumento de produção e um investimento seguro, mas era condição de acesso a um estatuto social e*

<sup>211</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A Regeneração e o seu significado», in *História de Portugal*, direção de José Mattoso, *ob.cit.*, p. 129.

<sup>212</sup> Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, «Estruturas política: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias», in Direção de José Mattoso, *História de Portugal*, *ob.cit.*, p.191.

<sup>213</sup> Vitor Neto, «O Estado e a Igreja», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, *ob.cit.*, p. 274

<sup>214</sup> Luís Reis Torgal, «A Instrução Primária», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, *ob.cit.*, p. 619.

<sup>215</sup> Irene Vaquinhas, «O Campesinato», in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, *ob.cit.*, p. 481

<sup>216</sup> Na década de 1850, a maioria dos alunos das escolas primárias, apesar de uma proveniência heterogénea, eram filhos de famílias abastadas e urbanas, pois que muitos pais fugiam à lei e não mandavam os filhos à escola, obrigando-os a trabalhar. No entanto, a escolarização foi paulatinamente aumentando, salientando-se que a presença feminina na escola continuava diminuta. Este atraso distanciava-nos cada vez mais de outros países europeus, sendo impossível tentar estabelecer comparação com a situação em Espanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suécia, Prússia, Holanda, Baviera ou com os Estados Unidos, como é referido no Relatório do decreto de 16 de agosto de 1870 da responsabilidade de D. António da Costa, citado por Marques Alves: «(...) Portugal tem apenas 2300 escolas oficiais, e destas só 350 do sexo feminino. Para estarmos, não diremos na situação que recomendavam as necessidades da população e do ensino, mas apenas na situação em que se acha a Espanha, deveríamos ter 7.000 escolas oficiais; 8.000 em relação à França, Bélgica e Baviera; 10.000 a 12.000 para correspondermos proporcionalmente à Inglaterra, Holanda, Suécia e Prússia; 21.000 para hobbrearmos com os Estados Unidos. (...) O número total dos alunos (das escolas oficiais e das livres) no ano de 1867 era de 132.000. De 757.000 crianças de 7 a 15 anos de idade, 600.000 não frequentavam as escolas, o que é um facto lamentável, não o sendo menos que desse mesmo diminuto número de frequentadores a maior parte o era tão irregularmente, que tornava as próprias escolas existentes menos produtivas do que indicaria o seu número (...)», Marques Alves, *ob.cit.*, p.62.

<sup>217</sup> Segundo Ana Cláudia Silva, a regeneração «concretiza-se na instauração do parlamentarismo, no progresso da agricultura, do comércio e da indústria, no incremento dos transportes e das comunicações, na importância crescente da burguesia, na criação de legislação inovadora e na promoção de novos movimentos estético-artísticos, características que são representadas na obra romanesca de Júlio Dinis.», Ana Cláudia Silva, *ob. cit.*, p.168,

*a uma posição prestigiada no seio da comunidade rural. Para muitos era mesmo condição de independência económica.»*<sup>218</sup>

A burguesia rural que não se modernizou, o atraso na mecanização e a persistência de processos de produção tradicionais, associada ao lento progresso das vias de comunicação capazes de fazer o escoamento de produtos, fazem com que as condições de vida não se alterem significativamente nas décadas de 1850-70. Apesar da exportação de vinho e das exposições agrícolas realizadas pelo país, para a população rural as condições de vida mantêm-se difíceis e à dificuldade no acesso à cidade, junta-se a dificuldade no acesso a novas profissões, porque não surgem oportunidades ou porque a população não aspira à mudança. Assim, vemos as nossas aldeias com uma população analfabeta e dependente de soluções tradicionais para sobreviver, com uma economia de quase autossubsistência, com deficientes condições no acesso à saúde e à educação. Mesmo os tumultos que, um pouco por toda a parte, vão acontecendo, deixam a população rural esquecida.

No entanto, no Portugal de Oitocentos, é no campo que as mudanças se evidenciam mais cedo - num contexto nacional em que a população era maioritariamente rural, é na aldeia que se sente mais cedo o aumento da população e a melhoria da alimentação e, em consequência, o êxodo rural e a emigração. Simultaneamente, é aí mais forte o aumento do consumo de vinho, em resultado do aumento da viticultura. Multiplicam-se as tabernas, que se tornam um dos principais locais da sociabilidade masculina, onde se joga às cartas e se gasta o dinheiro que de si já é pouco para o sustento da família, como afirma o Senhor Reitor de Júlio Dinis<sup>219</sup>. Para as mulheres, a casa, onde cozinham, lavam, limpam, costuram e cuidam dos filhos continua a ser o seu espaço, tendo apenas como tempo e espaço público de convívio o campo onde trabalham e o rio onde, em grupo, vão lavar a roupa, ou a mercearia, como vemos em *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>220</sup>.

Com a Regeneração, Portugal procura atingir uma fase de maturidade política e os processos eleitorais são importantes fontes para o estudo da implantação do

---

<sup>218</sup> Irene Vaquinhas, «O Campesinato», in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 481.

<sup>219</sup> «E vós tivestes alma para vos entregardes a este jogo danado com um homem que punha em cima da mesa o pão e o sangue de seus filhos e de sua mãe!», Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.86.

<sup>220</sup> «-Não posso [Sra Joana, a governanta de João Semana, na loja de João da Esquina] estar a tamarelar das vidas alheias, que tenho a olhar por a minha (...) Não lhe ficaram fazendo muito boas ausências as mulheres que se conservavam na loja», *idem*, p.299.

liberalismo e da vida social portuguesa. A este propósito, Maria Antonieta Cruz<sup>221</sup> afirma que as «eleições jamais deixarão de ser directas, alargando-se ou retraindo-se o sufrágio em função dos objectivos e opções doutrinárias das elites políticas que dominavam o corpo legislativo»<sup>222</sup>, acrescentando que os debates parlamentares são elucidativos da importância da vida eleitoral e dos recenseamentos, para a formação do corpo eleitoral<sup>223</sup>. A autora não deixa de estabelecer a comparação da realidade política nacional com a de outras nações europeias:

*«os índices de participação eleitoral dos “cidadãos activos” era elevado no nosso, como em outros países do mundo liberal. Melvin Edelstein, por exemplo, estudou as eleições de 1790 no departamento (província) de Landes, muito longe de Paris, e verificou que 61% dos “cidadãos activos” participaram no processo. Este conjunto, de acordo com o autor, inclui grupos sociais muito diversificados “nomeadamente minorias de cultivadores”. Em Portugal, na segunda metade do século XIX, a percentagem de votantes ultrapassou sempre os 50% de eleitores. De assinalar que a participação foi maior na cidade do Porto que na de Lisboa. Nesta as percentagens ficavam aquém da média nacional, de acordo com os dados coligidos por Pedro Tavares de Almeida.»<sup>224</sup>*

O *Jornal do Porto* faz eco destas questões, em artigos de opinião, da redação e dos leitores, contribuindo para a informação e para a formação cívica do cidadão<sup>225</sup>, sendo certo que, como afirma José Miguel Sardica, para os portugueses, para o cidadão, para «o anónimo e colectivo zé-povinho, a política e os partidos estavam ao largo, porque o Estado só lhe batia à porta na figura do juiz, do imposto ou da chamada para o serviço militar».<sup>226</sup>

Estávamos num país com elevadíssima taxa de analfabetismo e de falta de informação, que favorecia o aparecimento do caciquismo e do uso indevido do direito

---

<sup>221</sup> Maria Antonieta Cruz, *Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República*, Porto, 2009, p.161.

<sup>222</sup> *Idem*.

<sup>223</sup> *Ibidem*.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p.163.

<sup>225</sup> Cf. Capítulo II, p.63. O próprio rei terá manifestado o seu apreço pela sua leitura, como podemos inferir das palavras do correspondente de Lisboa que, em carta datada de 14 de dezembro de 1859 (ainda nos primeiros meses de vida do *Jornal do Porto*, que surgiu em março de 1859), afirma: «Saberá que o *Jornal do Porto* é tido no paço pelo melhor dos nossos jornais. S.m. não deixa de o ler, nem o sr visconde da Carreira, e gostão dos seus artigos. Vê-se que é um jornal independente; não está ligado a fracções que o dominem; defende os interesses do paiz; e diz as verdades, agradem ou não agradem aos governos: e el-rei aprecia muito isto, segundo nos consta.» Cf. *Jornal do Porto*, 16 de dezembro de 1859. Correspondência de Lisboa, datada de 14 de dezembro.

<sup>226</sup> J. Miguel Sardica (1997), «A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração», in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997, 4.º-5.º, 747-777, p.750.

de voto do povo<sup>227</sup>. É nesse contexto e sobre os efeitos perversos desse sistema político local que José Miguel Sardica salienta as consequências da criação dos clientelismos locais, sobre o sistema político nacional: «a persistência dos localismos políticos e da «economia» clientelar de troca — de benesses, de favores, de amizades — sabotou toda e qualquer esperança (se é que ela existiu) de conferir aos partidos uma maior homogeneidade e carácter inovador, tanto no plano organizativo como no plano programático.»<sup>228</sup> No entanto, podemos considerar ser este um dos mais férteis e interessantes, períodos da nossa História, porque se trata do desenvolvimento de uma sociedade tendencialmente mais aberta, com «respeito pelos direitos e pelas garantias individuais, os direitos e as liberdades cívicas e políticas, a separação dos poderes do Estado, a liberdade de imprensa, o carácter eletivo do Parlamento e dos órgãos da administração local por sufrágio popular e a igualdade dos cidadãos perante a lei»<sup>229</sup>, permitindo e prometendo a possibilidade de ascensão social e económica e abertura ao mundo, num ritmo e num nível até aí desconhecidos, que inclui a mudança de padrão no mercado de casamentos e na formação das novas gerações.

Na obra de Júlio Dinis, da poesia, ao conto e ao romance, vemos a construção do amor romântico, “verdadeiro”, entre jovens, sem as tradicionais escolhas e imposições da estrutura familiar, representando uma mudança cultural e social. É neste contexto que podemos citar Ana Cláudia Silva quando afirma que «Júlio Dinis detém-se na construção de personagens virtuosas, que configuram modelos positivos, capazes de atitudes íntegras, possibilitando, através da sua união, a criação de uma sociedade equilibrada e desenvolvida, assente na genuinidade e na perpetuidade de valores, centrados na vivência do amor verdadeiro, concretizado no casamento.»<sup>230</sup>

A contextualização epocal de Júlio Dinis e o estudo de alguns aspetos da sua vida permite-nos observar, abordar e questionar personagens, lugares e intrigas da obra dinisiana, sem esquecer que o próprio escritor<sup>231</sup>, nas suas reflexões, em 1870, enunciou dois importantes objetivos que estavam presentes na sua obra literária: criar *livros instrumentos*<sup>232</sup>, pedagógicos para os seus contemporâneos e que, ao mesmo tempo, fornecessem informação aos historiadores<sup>233</sup>.

---

<sup>227</sup> Cf. nota de rodapé 191.

<sup>228</sup> J. Miguel Sardica, *ob.cit.*, p. 749.

<sup>229</sup> Ana Cláudia Silva, *ob. cit.*, p. 175.

<sup>230</sup> *Idem*, p. 411.

<sup>231</sup> Ver nota de rodapé 44.

<sup>232</sup> No Funchal, em fevereiro de 1870, Júlio Dinis, em *Ideias que me ocorrem*, escreveu: «(...) há livros que são monumentos e livros que são instrumentos. (...) Os livros instrumentos são (...) para andarem nas

Júlio Dinis, o jovem intelectual portuense, médico e escritor de romances de costumes, que assinala como cenas da vida do Porto<sup>234</sup> e crónicas da aldeia<sup>235</sup> cada um dos seus romances, situando a ação e a vida quotidiana das suas personagens, criando retratos relativos à maneira de viver e de pensar dos portugueses de Oitocentos.

## 1.2. Júlio Dinis - dados biográficos e espólio do escritor

A partir dos dados já publicados sobre a vida de Júlio Dinis, consideramos que ainda nos falta uma biografia aprofundada, que nos permita visitar o autor, como cidadão e como intelectual do seu tempo. Com os trabalhos académicos que têm surgido nos últimos anos, debruçados sobre a sua obra, do teatro à poesia, dos contos aos romances, podemos crer que cada vez será maior o interesse académico para o estudo da vida do escritor e das suas opções ideológicas e culturais. A sua vida de criança decorreu na cidade do Porto, e nos seus arredores, dentro de uma família numerosa e com a presença de sucessivos desgostos, devidos à morte prematura da mãe e dos irmãos. Amigos, conhecemos-lhe alguns, poucos, através da sua correspondência particular<sup>236</sup>, sendo particularmente regular a correspondência enviada ao seu amigo Custódio Passos<sup>237</sup>.

---

*mãos de todos, para o uso quotidiano, para educarem, civilizarem e doutrinare as massas.*», in *Obras de Júlio Dinis*, pp. 552/553.

<sup>233</sup> Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, p. 536.

<sup>234</sup> *Cenas da vida do Porto*, subtítulo do romance dinisiano *Uma Família Inglesa*.

<sup>235</sup> *Crónica da aldeia* é o subtítulo dado pelo autor aos seus três romances rurais: *As Pupilas do Senhor Reitor*, *A Morgadinha dos Canaviais*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

<sup>236</sup> Entre as suas cartas particulares dirigidas aos amigos, encontramos algumas em que assina G.C., Gomes Coelho, J. G. Gomes Coelho, Joaquim G. Gomes Coelho, Joaquim G. G. Coelho; na maior parte das cartas dirigidas ao seu amigo Custódio Passos ( em 36 das 58 cartas ) assina apenas Coelho; nas cartas dirigidas à familiares assina quase sempre Joaquim. Nas cartas particulares de Júlio Dinis publicadas, encontramos cartas para seu pai (duas, uma de Felgueiras, datada de 24 de julho de 1865 e a outra de Lisboa, sem data), para a sobrinha Anitas (treze, nove escritas em Ovar, em 1863 e 1866, duas escritas em Felgueiras, em julho de 1865, uma em Aveiro em setembro de 1866, e uma sem indicação de local, datada de outubro de 1867 ), para o primo José Joaquim Pinto Coelho (cinco, datadas entre 1867 e junho de 1870, uma sem indicação de local, duas escritas em Lisboa e duas no Funchal, ), para sua madrinha D. Rita de Cassia Pinto Coelho (oito, sete das quais escritas em Ovar, entre maio e agosto de 1863 e uma escrita no Funchal em 19 de abril de 1870); para além das cartas para familiares, há cartas para os amigos: - uma para Alexandre Herculano, escrita no Porto, em abril de 1867, e uma para Eugénio Luso, escrita no Porto, em outubro de 1864; - seis para o visconde Júlio de Castilho, escritas entre 1868 e 1869, quatro no Porto, uma em Lisboa e uma no Funchal; - treze para João Pedro Basto, escritas entre 1868 e 1871, sete no Porto e seis no Funchal;

O seu espólio, pertença da família e entregue à guarda da BPMP - está disponível na BPMP, para consulta no local - pode conter algumas respostas, aguardando estudo aprofundado. A leitura dos papéis e cadernos que constituem o espólio do escritor afigurou-se-nos como uma estratégia essencial para alcançar o objetivo de conhecer melhor o método de trabalho, as fontes, o tempo dedicado à preparação da escrita e o espaço em que se movimentou, as críticas que teria recebido e a forma como as encarou. O espólio é constituído por muitas folhas e cadernos, que merecem o olhar dedicado e as interrogações de investigadores das várias áreas da cultura portuguesa. São muitas páginas de apontamentos e reflexões que surgem interligadas quando se trata de estudar a obra de uma personalidade como Júlio Dinis. Num contexto científico em que o conceito de cultura é cada vez mais amplo e abrangente, indo do campo mais antropológico ao mais ontológico, como afirmam Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli<sup>238</sup>, verificamos que, na área da Cultura Portuguesa, é importante o interesse académico pelas relações entre a literatura, o estudo de costumes e mentalidades e o quotidiano das populações, na área da História, da Sociologia e da Ciência Política. Este é um estudo de caso que pode ser gerador de outros olhares sobre o espólio e a obra de Júlio Dinis, em particular sobre os seus romances, mas sem esquecer os contos, o teatro e a poesia.

Júlio Dinis foi um escritor portuense que cedo se dedicou aos estudos e à escrita, que pouco viajou no país e que não saiu das nossas fronteiras, tendo as suas viagens servido exclusivamente objetivos terapêuticos, pois que procurava tratamento ou alívio para o seu sofrimento. Num tempo em que as viagens se estavam a tornar cada vez mais fáceis, face à expansão da rede ferroviária na Europa, Júlio Dinis saiu do Porto, por largos períodos, entre 1863 e 1871, mas não foi para além de Lisboa e do Funchal. A doença não permitiu a Júlio Dinis outras viagens que não aquelas que fez em busca da cura, ou, pelo menos de mais algum bem-estar. O próprio se refere às viagens, as suas e as dos outros, num longo texto intitulado *A Ilha da Madeira*, que escreveu no Funchal, em março de 1870, sob a forma de carta dirigida a um «Meu

---

- oito para José Pedro da Costa Basto, escritas entre 1869 e 1871, cinco no Funchal e três no Porto; Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, pp.777- 840.

<sup>237</sup> São cinquenta e oito as cartas publicadas dirigidas a Custódio Passos, entre 1863 e 1871: quarenta e cinco cartas, datadas entre 11 de maio de 1863 e 20 de março de 1870; sete a partir de Ovar, uma de Leiria, de Aveiro, de Fânzeres e de Matosinhos, três de Felgueiras, sete do Porto, nove de Lisboa, nove do Funchal e ainda seis sem localidade identificada; *idem*, pp. 841-893; catorze cartas datadas entre 18 abril de 1870 e 24 maio de 1871; sete a partir de Funchal, quatro de Lisboa, três de Vila Nova de Famalicão, *ibidem*, pp. 895-905.

<sup>238</sup> Cf. Jean-Pierre Rioux e Jean- François Sirinelli, *ob.cit.*, p.17.

amigo»: «As viagens, esse sonho dourado que tanto seduz a imaginação da mocidade, ansiosa como a ave prisioneira, por alargar horizontes e bater asas, em demanda de climas novos, transforma-se em amarga proscricção, sempre que as empreendemos, forçados por uma triste necessidade e partimos levando o espírito assombrado por uma ideia, ou antes, por um pressentimento doloroso.»<sup>239</sup>

Ainda em 1870, no mês seguinte, a 18 de abril, em carta a Custódio Passos, volta a falar de viagens, aquelas em que acredita:

«Meu caro Passos  
Causou-me surpresa e prazer a resolução que tomaste de interromperes a apatia de tua vida por uma excursão pela província.  
Creio na eficácia do remédio para curar certos estados de corpo e de espírito muito meus e teus conhecidos.  
Quem poucos laços tem a prendê-lo a casa deve compensar a falta de gozos domésticos usando, tanto quanto puder, da liberdade que dolorosamente adquiriu.»<sup>240</sup>

Escreveu romances de costumes, foi o artista que pintou retratos de jovens, homens e mulheres e procurou registrar momentos da vida de algumas famílias portuguesas. De seu nome de batismo, Joaquim Guilherme Gomes Coelho, este médico, intelectual, liberal e portuense, sobre a sua obra romanesca, e parecendo querer dar resposta aos seus críticos, em *Ideias que me ocorrem*<sup>241</sup>, escreveu, em 1869, no Funchal: «Nos meus romances não há indivíduos caracterizadamente maus. Não tenho pintado crimes; quando muito, vícios. Alguém há que me tem feito o favor de me louvar essa falta como virtude, como se andasse nisso propósito literário. Verdadeiramente não há.»<sup>242</sup> No conjunto da obra dinisiana, o texto *Ideias que me ocorrem*, deve ser considerado para o estudo do pensamento e do quadro de referência do autor, no que respeita à estética do romance moderno.

Nasceu em 1839 e, teve uma curta existência de cerca de 32 anos. Ora assinando com o seu nome de batismo<sup>243</sup>, ora como Júlio Dinis, ora como Diana de

---

<sup>239</sup> Júlio Dinis, «Carta Literárias», in *Obras de Júlio Dinis*, vol.II, p. 768.

<sup>240</sup> Júlio Dinis, Funchal, 18 de abril de 1870, «A Custódio Passos», Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, p. 894.

<sup>241</sup> Júlio Dinis, «Ideias que me ocorrem», Funchal, 1869/1870, in *Inéditos e Esparsos*, Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, pp. 541-553.

<sup>242</sup> *Idem*, Funchal, novembro de 1869, p. 547.

<sup>243</sup> Júlio Dinis, nas cartas dirigidas a familiares ( ver nota de rodapé nº 225), assina quase sempre Joaquim. Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, pp. 777- 811.



Aveleda<sup>244</sup>, escreveu poesia, teatro, contos e romances e muitas cartas, particulares e literárias. Em 1869, num momento em que se dedicou também a deixar registadas algumas reflexões literárias sob o título de *Ideias que me Ocorrem*, conta-nos que: «A verdade parece-me ser o atributo essencial do romance bem compreendido, verdade das descrições, verdade dos caracteres, verdade na evolução das paixões e verdade, enfim, nos efeitos que resultam do encontro de determinados caracteres e de determinadas paixões.»<sup>245</sup>

Júlio Dinis, um portuense, citadino, efetuou retratos sociais, soube descrever tipos sociais, representados pelas suas personagens. O Porto, com o seu porto sempre ativo, com navios que chegavam e partiam, para Lisboa, para a Europa e para a América, era então o centro de atração de toda a região norte<sup>246</sup>. Júlio Dinis foi um português do seu tempo, foi um intelectual cuja morte prematura o impediu de nos demonstrar qual era a vocação da sua vida. A medicina? Ser médico e professor na

---

<sup>244</sup> É nas suas cartas literárias que encontramos o pseudónimo Diana de Avelada. Diana de Avelada assina cartas ao redator do *Jornal do Porto*, e cartas para publicação no mesmo jornal, destinadas a Cecília uma amiga, datadas de 1863, 1864, 1865; em 1867, foi publicada no semanário *Mocidade* uma carta dirigida a Cecília, intitulada *Amas, Mestras e Maridos*. Diana de Avelada vivia preocupada com as questões pertinentes da época, a educação, o papel da mulher na sociedade - pedra angular da família, mãe, educadora, alicerce da sociedade, sobre quem recaia a responsabilidade da família e do lar. Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol. II., pp. 675-773.

<sup>245</sup> Júlio Dinis, Funchal, novembro de 1869, «Ideias que me ocorrem», in *Serões na Província*, Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II., p.544.

<sup>246</sup> No diário *Jornal do Porto*, na última página, todos os dias havia anúncios de navios que acabavam de chegar ou que se preparavam para partir, com mercadoria e passageiros, com destino europeu ou americano; no mês de agosto de 1859, encontramos vários anúncios de vários navios que partem para os vários portos do Brasil: Pará, Maranhão, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco, disponível em <http://purl.pt/14338>, consulta de 10.02.2016.

Exemplos de anúncios relativos ao movimento de passageiros e de importação e exportação de mercadorias no Porto:

- «Chegou hontem a Lisboa o paquete inglez «Tamar» procedente dos portos do Brazil», *Jornal do Porto*, edição do dia 1 de junho de 1859, *idem*

- «Para New-York, o Patacho João 1º: Este patacho, forrado de cobre, capitão Mesquita, sairá brevemente; quem quizer carregar dirija-se a João Francisco Gomes & Irmão, no cáis da Ribeira nº 19, ou a Joaquim Carlos Riesenbrger, rua de S. Francisco nº8», *idem*

- «Para o Pará, A Barca União, de 1ª viagem= forrada de cobre. Capitão Jozé da Rocha. =Vai sair com muita brevidade: para carga e passageiros trata-se com PINTO & ROCHA, largo de S. João Novo nº2.», *idem*

- «Para a Ilha da Madeira, O PATACHO CRUZ 1º, Capitão Antonio Nunes dos Santos – Vai sair com brevidade; quem quizer carregar dirija-se a Antonio Francisco da Silva Vianna, ou a João Camillo de Castro, rua d'Assumpção, aos Clerigos nº 29 e 30», *idem*

- «Para o Rio de Janeiro, A BARCA MARIA FELIZ, Esta veleira barca sahirá até 10 de junho; para carga e passageiros trata-se com Antonio Monteiro de Sequeira, rua de Fernandes Thomaz nº 44.», *Jornal do Porto*, edição do dia 9 junho 1859, *idem*

- «Para o Rio Grande do Sul (...) Recebe passageiros a pagar n'este ou n'aquelle porto. Tem belos commodos e tratamento (...)», *Jornal do Porto*, edição de 29 de agosto de 1859, *idem*

- «Para Londres. O vapor inglez General Codrington, (...) quem quizer carregar (...) rua dos Inglezes, nº81», *Jornal do Porto*, edição de 12 de agosto de 1859, *idem*.

- «Para Lisboa – em 12 horas – Hoje, 6 de agosto, às 5 horas da tarde. O vapor Luzitania (...)», *Jornal do Porto*, edição de 6 de agosto, de 1859, *idem*.

cidade? Médico de partido, numa longínqua freguesia da região? O jornalismo? A política? A vida familiar? A vida na cidade? A vida no campo? São interrogações, sem resposta, e para as quais poderemos começar a construir hipóteses, à medida que, na investigação, se cruzem trabalhos nas várias áreas do saber, da cultura portuguesa, da historiografia à literatura. Todas estas interrogações podem conduzir a respostas, conseguidas através do seu percurso de vida e da sua obra, uma vez que, quer nos seus contos, quer nos seus romances, o escritor optou por elaborar principalmente retratos do Portugal profundo, das aldeias, no contexto da vida rural, ainda que possamos dizer que também procurou demonstrar uma perspetiva de aproximação à cidade, ao ideal de progresso e modernidade que imanava da capital e dos jornais e revistas rurais<sup>247</sup>, que chegava ao Porto e daí ia, lentamente, contaminando o quotidiano nacional. Recordemos que Júlio Dinis optou por construir finais para os seus romances rurais que deixaram uma perspectiva de uma positiva mudança social e económica, seja através do que acontece aos protagonistas, seja no ambiente que se vivencia nas aldeias. Paradigmático do que acabamos de referir, é epílogo de *A Morgadinha dos Canaviais*:

*«Augusto, além de se ocupar da agricultura, alimenta a imaginação, já não a fazer versos, mas em outra forma de poesia: a organizar a escola sob bases mais racionais, e dotação mais fecunda; a generalizar e educar os processos agrícolas, a implantar indústrias novas.*

*É assim que a sericultura, graças aos seus cuidados, é hoje ali cultivada com bons resultados, e outras já principiaram a ensaiar-se.»*<sup>248</sup>

Mas, atente-se nalguns traços biográficos do autor.

### 1.2.1. Da Biografia

Júlio Dinis nasceu, viveu e cresceu no Porto, no seio de uma família burguesa, sendo o pai médico, português, e a mãe de origem inglesa<sup>249</sup>. A sua educação e

---

<sup>247</sup> Cf. capítulo II, *Portugal no início da 2ª metade do século XIX no “Jornal do Porto”*. Ao longo das edições do *Jornal do Porto* encontramos artigos de primeira página, artigos de opinião de leitores e de correspondentes que apontam para a grande importância atribuída pela redação à agricultura e à formação dos agricultores. Também Júlio Dinis parece querer contribuir para a atualização e a formação dos camponeses e agricultores, através da ação de algumas das suas personagens, nos seus romances rurais, apresentando as casas agrícolas de José das Dornas (*As Pupilas do Senhor Reitor*), de Jorge e Tomé (*Os Fidalgos da Casa Mourisca*), de Alvapenha, da casa do Mosteiro e da quinta dos Canaviais (*A Morgadinha dos Canaviais*).

<sup>248</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp. 421- 422.

<sup>249</sup> Carmen Abreu inclui a questão religiosa entre as causas possíveis para a vinda da família Potter, a família de sua mãe, para o Porto: «Teria sido na busca de melhores condições de vida? Teria sido para

formação cultural fez-se nos círculos da burguesia comercial portuense, aquela em que ele situa o enredo de *Uma Família Inglesa*. O seu mundo é o Porto<sup>250</sup> – é aí que ele cresce, observa e aprende a realidade da sociedade portuguesa que perpassa nos seus romances, onde coloca a defesa do que é português e do que é ser português, numa sociedade que se abria à Europa e ao que dela nos chegava pela literatura, pela imprensa e pela modernidade, de que o comboio e posteriormente o telefone vão ser símbolos. Modernidade expressa na comodidade e na velocidade do comboio<sup>251</sup>, que a obra dinisiana não reflete, pois que nela apenas ecoa a nova estrada e a diligência que transporta pessoas, notícias e afetos, os jornais e cartas ansiosamente esperadas<sup>252</sup> e avidamente lidas, pelas vilas e aldeias do país<sup>253</sup>, onde o serviço de correio começa a ser implantado.

Do Porto<sup>254</sup>, mostra-nos cenas da vida citadina: o carnaval com os bailes de máscaras<sup>255</sup>, as bandas<sup>256</sup>, a falta de assistência, o teatro<sup>257</sup>, os jovens, os banqueiros, os

---

*fugir às disputas de credos religiosos? Ou porque simplesmente se integraram numa onda de emigração para benefício familiar de exploração comercial? Tudo é possível, tudo é incerto, e tudo são conjecturas. Mas, finalmente, cremos que não se duvidará do facto de os ascendentes do escritor terem trazido na bagagem, e muito particularmente na da bisavó materna, recordações culturais da Irlanda.»* Carmen Abreu, *ob. cit.*, p. 659.

<sup>250</sup> Em 1869, o escritor escreve sobre a relação que naquele momento tem com a cidade do Porto: «Ficou-me desta doença um ódio ao Pôrto, (...). Odeio-o debaixo do ponto de vista meteorológico, topográfico, político, artístico, literário e patriótico, sob todos os quais estou persuadido que não presta para nada a nossa cidade natal. E se tiver ocasião de a abandonar, sem grande prejuízo de interesses, com tãda a vontade o faria. Veremos.» Júlio Dinis, 1869, «Carta a Custódio José de Passos» in *Seara Nova*, nº 739, Lisboa, 1941, p. 39, Anexo 2, Cf. Carmen Abreu, 2010, p. 29.

<sup>251</sup> Júlio Dinis, em carta escrita, em Ovar, a 28 de julho de 1863, a sua madrinha, D. Rita de Cassia Pinto Coelho, referindo-se, provavelmente, ao comboio escreve: «*facilidade de transportes com que actualmente se percorre o espaço que me separa do Porto, (...)*», Júlio Dinis, «*Cartas Particulares*» in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p.806.

<sup>252</sup> «*Meu caro Passos, dizes-me na tua carta, que se esta ilha pertencesse aos Ingleses, os meios de comunicação com a metrópole não seriam tão escassos como os que nós temos daqui para Portugal; (...) Em quanto nós, os Portugueses, só sabemos notícias dos nossos duas vezes no mês, a colónia inglesa daqui tem-nas de Inglaterra quase de oito em oito dias (...) Causam-me inveja aqueles diabos, que a cada momento me aparecem nas ruas a lerem a correspondência que receberam.*» Júlio Dinis, «*Cartas Particulares*», p 878.

<sup>253</sup> O serviço de correio de cuja necessidade e qualidade o *Jornal do Porto* faz regularmente eco, servindo de porta-voz de dificuldades e erros que os leitores apontam e dando sugestões para melhorar o seu funcionamento:

*Jornal do Porto*, 21 de outubro de 1859: «*Se querem que o correio renda, aperfeiçõem quanto possível o seu serviço, e exijão um porte modico; (...)*»; *Jornal do Porto*, 09 de setembro de 1859: «*Desde que começamos a publicação do nosso jornal, e não tem elle muito tempo d'existencia, temos tido já infelizmente muitas occaziões de convencer-nos, de que na importante repartição do correio se faz em muitas partes um péssimo serviço. (...) porque amiudo novas provas nos chegão das faltas cometidas em varias estações postais.*».

<sup>254</sup> *Cenas da vida do Porto*, subtítulo de *Uma Família Inglesa*.

<sup>255</sup> «*À porta dos teatros apinhava-se a multidão; os altos brados dos vendedores de senhas e os agudos falsetes dos mascarados atordoavam os ouvidos. (...) pendiam vestuários correspondentes a todas as épocas e a todas as nações, e alguns não era possível assinar época, nação, classe ou condição social conhecida.*», Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 24.

capitalistas<sup>258</sup>, os funcionários<sup>259</sup>, a tradição, as diferenças sociais, as senhoras e suas criadas, fala-nos das memórias da guerra civil<sup>260</sup>.

Júlio Dinis é contemporâneo da discussão nacional sobre o traçado e a construção do caminho de ferro. Nas páginas do *Jornal do Porto*, a informação oficial<sup>261</sup> cruza-se frequentemente com artigos de opinião, sobre os problemas, os atrasos e o traçado das novas vias de comunicação<sup>262</sup>. Júlio Dinis, decerto usou o comboio<sup>263</sup>, mas na sua obra não se debruça sobre as suas vantagens ou sobre a problemática da construção do caminho de ferro. As novas estradas estão presentes, desde logo em *Justiça de Sua Majestade*<sup>264</sup> e nos seus romances. Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, temos uma breve referência à presença dos homens das obras das estradas<sup>265</sup> e, em *A Morgadinha dos Canaviais*, são sinal de progresso, mas são também motivo para jogos partidários e conflito entre a população, os proprietários e autoridades:

---

<sup>256</sup> «Principiava a ensaiar os instrumentos o pessoal da filarmónica, dirigida por mestre Pertunhas, cuja trompa célebre servia também de batuta. Chiava já o clarinete, assobiava o flautim, roncava a trompa, uivava a flauta (...) distribuídas as partituras, e vendo todos a postos, deu sinal de principiar.» Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 227.

<sup>257</sup> «Dias depois, afixaram-se cartazes nas esquinas, anunciando a *Lúcia de Lamermoor*.», Júlio Dinis, *Uma família Inglesa*, ob. cit., p. 166, capítulo XVI, pp. 166-178.

<sup>258</sup> «Havia grande actividade na larga rua, chamada dos Ingleses, à hora em que o filho de Mr Whitestone ali chegou.» Idem, p. 80, capítulo VIII, pp. 80-90.

<sup>259</sup> «(...) havia vinte anos que escrevia, adicionava, subtraía, multiplicava e dividia Algarismos (...) primeiro guarda-livros (...). Manuel Quintino era a alma daquele recinto.(...)». Idem, p.91, capítulo IX, pp. 91-105.

<sup>260</sup> «Os tristes vestígios das guerras civis estão ainda naquele lugar muito evidentes (...). Manuel Quintino, como quase todos os portuenses da sua idade, havia sido mais do que simples espectador das cenas trágicas dessas memoráveis épocas.» idem, p.215.

<sup>261</sup> «Diário de Lisboa» e «Parte oficial» é o título das rubricas diárias publicadas no *Jornal do Porto*, com as informações oficiais da corte e das cortes, publicadas no dia seguir, ou dois dias depois, da data que a carta apresenta.

<sup>262</sup> Do Porto à Régua, são 90 quilómetros de estrada em terreno difícil e o custo da obra «será maior que o dos caminhos de ferro feitos em Portugal», *Jornal do Porto*, 7 de novembro de 1862, Cf. capítulo II, *Portugal no início da 2ª metade do século XIX no "Jornal do Porto"*.

<sup>263</sup> Carta de Júlio Dinis a Custódio Passos, escrita em Lisboa, a 27 de maio de 1870: «Meu Passos (...) Eu marquei para dia da minha partida a segunda-feira (...) Desejo cortar a jornada para me não maçar, mas ainda não resolvi em que ponto lhe darei o corte, se em Coimbra, se no Buçaco, ou se em Aveiro. Se é certo que tencionas vir a alguma estação esperar-me, diz-me aonde vens, para ver se isso me tira desta hesitação.» Júlio Dinis, «Cartas Particulares», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p.895.

<sup>264</sup> «Era uma das diligências da Companhia Viação Portuense, que escolhera aquele dia solene para inauguração das suas viagens. (...) Vocês, sem querer, saudaram um grande acontecimento – a inauguração da Companhia Viação Portuense, da qual eu [José Urbano]posuo vinte e três acções. Não sabem o que saudaram com esses foguetes? Saudaram o Minho, saudaram Braga, saudaram o progresso, os melhoramentos desta nossa terra, o engrandecimento da província, do comércio e da agricultura.» Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 21.

<sup>265</sup> «(...) o reitor perguntou-lhe [ a João da Esquina], com rosto severo, se o casamento da filha com o empreiteiro das estradas não viria reparar mais falhas na inteireza da sua boa fama doméstica.» Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 167.

*«Finalmente, até o princípio dos trabalhos para as estradas, cujo protraído adiamento fora até aquele tempo um capítulo de acusação contra o pai de Madalena, servia agora de arma à oposição. O brasileiro, em atenção a quem se adoptara o traçado que ia ser posto em execução, era o que provocava à saciedade, com grande exibição de cifras e de razões económicas, ser esse traçado, sobre dispendioso, irracional. E, cumpre advertir que estes argumentos ouvira-os ele ao próprio conselheiro, quando este os alegava para ver se conseguia demovê-lo do empenho que mostrava em que o traçado em questão fosse preferido aos outros. Tal era o estado das coisas públicas na terra no dia em que principiaram os primeiros trabalhos de campo.»*<sup>266</sup>

Apenas com Diana de Aveleda, descortinamos o caminho de ferro nas palavras de Júlio Dinis, através de artigo no *Jornal do Porto*, em 1864, numa breve referência, em que, em vez de fator de progresso, era apontado como perturbador da solidão e da poesia dos lugares<sup>267</sup>. O escritor não usou na sua obra o caminho de ferro como símbolo do progresso e da facilidade de circulação de pessoas e ideias, apesar de afirmar que pretendia levar a atualidade aos vindouros:

*«Os romances de costumes, bem compreendidos, pintando a maneira de viver e o pensar comum dos povos, sobre serem de irresistível interesse para a actualidade e os que mais prontamente adquirem os tão disputados foros de popularidade, são mina preciosa para o estudo da época fornecida aos vindouros. Se as idades passadas da nossa literatura cultivassem o género, importante subsídio colheriam nele os historiadores, que tanto se queixam da aridez das crónicas e dos escritos literários desses tempos.»*<sup>268</sup>

Estamos perante um escritor que, nos seus contos e romances, pintou quadros sociais nos quais pretendia retratar os homens e as mulheres do seu tempo e onde se manifesta a *«profundidade da sua reflexão sobre o seu ofício de escritor e sobre o género literário que o tornou um escritor conhecido e lido pelos seus contemporâneos e que o projetou para além da sua vida»*<sup>269</sup>. Júlio Dinis refletiu sobre o papel dos escritores e dos historiadores e sobre a importância das mudanças que estavam a acontecer na nossa sociedade, como podemos verificar nas páginas das suas notas, onde apresenta reflexões, traduções e comentários sobre autores que leu<sup>270</sup>. O autor, na

---

<sup>266</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 270.

<sup>267</sup> «(...) Este caminho de ferro povoou-me aquelas solidões majestosas e despoetizou-mas; estou vendo. Temo de encontrar por lá uma família burguesa jantando à sombra dos cedros como jantaria à sombra de qualquer parreiral, com a mesma insensibilidade, com a mesma irreverência, e, o que é pior, dormindo a sesta depois. Temo de encontrar meninas a jogar as escondidas e a cabra-cega naquela famosa mata, rapazes jogando a bola ou homens sérios a lerem jornais e a tomarem café para auxiliarem a digestão.», Júlio Dinis, «Cartas Literárias», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p.721.

<sup>268</sup> Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, p. 536.

<sup>269</sup> Cf. Maria de Jesus Antunes da Cruz Pereira, *ob. cit.*, p. 25.

<sup>270</sup> Cf. Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, pp.529-536.

opinião de Maria Lúcia Lepecki, apresenta-nos intrigas amorosas convencionais, capazes de atrair leitores e em que, para além de trabalhar sobre um quadro de valores morais e tendo um cunho pedagógico, também perpassa o seu comprometimento político, na representação da harmonia universal que o liberalismo prometia<sup>271</sup>:

«Ponderadas as finalidades a que servem as qualidades de excepção tão sistematicamente presentes na área masculina e feminina das pessoas dramáticas do romance dinisiano, é de considerá-las como o modo mais pedagógico, por mais apreensível pelo leitor, pelo qual o Autor exterior escreve o conteúdo ideológico dos textos. Todos os romances de Júlio Dinis contam e propõem a construção de um mundo renovado: suficientemente novo para aceitar realidades diferentes, suficientemente conservador para manter traços — e não despidiendos — do que já existia. A ideia de “revolução”, mais de uma vez aludida em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, corresponde, de facto, e com a mais cristalina clareza, ao conceito de regeneração.»<sup>272</sup>

Tendo começado a escrever muito novo, aos 11 anos, segundo o próprio afirmou, o seu trabalho publicado passa pelo teatro, pela poesia, pelos contos e pelo romance. Entre os contos, sobressai *Justiça de Sua Majestade*, pela sua dimensão<sup>273</sup> - por comparação com outros contos, como *Apreensões de uma mãe* e *O espólio do senhor Cipriano*<sup>274</sup> -, e pela complexidade da intriga, muito semelhante à de um romance.

Já antes<sup>275</sup> havíamos ensaiado a apresentação de uma biografia do escritor, ainda que de forma muito sucinta e ligada ao que outros estudiosos haviam escrito. Foi o professor Egas Moniz quem primeiro se debruçou sobre a obra do escritor médico, tendo tido o privilégio de trabalhar sobre os seus manuscritos, sendo que, depois dele, muito pouco se pesquisou no seu espólio. Júlio Dinis, médico, não exerceu a profissão como os jovens médicos de partido fizeram no seu tempo; Júlio Dinis, professor na Escola Médico-cirúrgica do Porto, morreu muito jovem, não tendo tido tempo para fazer percurso como professor universitário<sup>276</sup> ou para tomar a decisão de se dedicar apenas à

---

<sup>271</sup> Maria Lúcia Lepecki, *Romantismo e realismo na obra de Júlio Dinis*, 1979, p. 28, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>, consulta de 02.02.2016.

<sup>272</sup> *Idem*, p.28.

<sup>273</sup> *Justiça de Sua Majestade*, 74 páginas, na edição *Obras de Júlio Dinis*, volume II, pp. 9-82.

<sup>274</sup> *Apreensões de uma mãe*, conto com 50 páginas, *O espólio do senhor Cipriano*, conto com 18 páginas, Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, pp. 83-133 e pp.135-152.

<sup>275</sup> Cf. Maria de Jesus Antunes Pereira, Capítulo III, 3.1. *Júlio Dinis: percurso de um portuense, médico e escritor* e 3.2 *Júlio Dinis, a paixão da escrita*, pp. 51-77.

<sup>276</sup> «Uma outra coisa pela qual sinto ter esfriado muito em mim o entusiasmo, é o professorado. A augusta missão oferece-me poucos atractivos, desde que a minha saúde não me permite entregar-me a ela como deve ser. Professor para traduzir compêndios e marcar lições a dedo, não tenho vontade de ser. Confesso-te que, se nessas viravoltas de serviço público e reformas que por aí vão, eu pudesse aproveitar

literatura. Ao jovem Júlio Dinis não conhecemos amores, nem cartas apaixonadas e da sua vida de jovem portuense sabemos que pertenceu a um grupo de teatro, o Cenáculo<sup>277</sup>, para o qual escreveu peças, que também representou em palco; da sua passagem pelas ruas do Porto e pelos caminhos de Ovar ou de Grijó, em família também não temos as descrições que alimentariam a nossa prosa. Assim, a morte aos 32 anos, foi um ponto final num percurso intenso, mas incompleto, do qual podemos apreciar apenas o que ele fez questão de deixar nos seus papéis e na sua obra publicada.

Júlio Dinis escolheu o *Jornal do Porto* para publicar os seus contos, na secção *Folhetim*. A propósito da importância e do estudo da imprensa oitocentista<sup>278</sup> e do espaço dedicado ao folhetim, Maria de Fátima Outeirinho<sup>279</sup> sublinha que o folhetim, era «um espaço gráfico quase omnipresente nos jornais diários do século XIX e, com raras exceções, com honras de primeira página»<sup>280</sup>. A autora considera que o folhetim<sup>281</sup>, surgiu em Portugal, tardiamente apenas nos anos trinta do século XIX<sup>282</sup>.

---

*ensejo para dizer adeus ao Porto e à toga, não o deixava fugir.»* Júlio Dinis, «Cartas particulares», Carta a Custódio Passos, escrita no Funchal, datada de 19 de janeiro de 1870, in *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p. 889.

<sup>277</sup> «Estreou-se na literatura com peças teatrais, reunidas em três volumes póstumos, *Teatro Inédito* (1946-1947), que escreveu para o grupo dramático «O Cenáculo», onde foi ator e onde conheceu Soares de Passos.», Carlos Reis, coord. de, *Dicionário de Personagens da Ficção Portuguesa*, disponível em <http://dp.uc.pt/>, consulta de 20.02.20. A Egas Moniz, médico, como Júlio Dinis, devemos não só a organização, mas também a publicação, dos três volumes de teatro, em 1947, da Poesia, das Cartas e Esboços Literários. Cf. Egas Moniz, *Júlio Dinis e a sua obra*, 2 vols., Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1924

<sup>278</sup> Cf. José Manuel Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa*, col. Temas e Debates, C. de Leitores, 2013. No Prefácio da obra podemos ler: *Foi um longo percurso até se considerar que o estudo da imprensa periódica é um dos meios mais valiosos para o conhecimento de uma sociedade nos seus múltiplos aspetos, devendo ser focado tendo em conta a sua especificidade, mas não a sua marginalidade, isto é, numa visão socialmente integrada. Nunca será de mais encarecer o seu valor como instrumento e meio de cultura. Não subalternizada em relação à literatura e a qualquer forma de expressão artística, a imprensa periódica (particularmente a partir do seu grande surto na época liberal) é um poderoso veículo de transmissão de informações, de difusão de ideias, um amplo repositório dos conhecimentos e das sensibilidades do seu tempo, daí, um dos mais expressivos avaliadores das atitudes mentais e das correntes de ideias na sociedade, para além dos círculos restritos. O que nos conduz à necessidade de avaliação da esfera e grau de influência dos jornais na consciência pública e nos acontecimentos políticos, económicos e culturais. Para ter uma noção da crescente importância da imprensa na nossa sociedade oitocentista, bastará dizer que, ao passo que em 1800 foi fundado um só jornal, apenas no ano de 1885, por exemplo, apareceram 220 novas publicações. Mais recentemente, veio a admitir-se que o jornalismo é uma das mais ricas fontes históricas de que se pode dispor não só para o estudo de acontecimentos relevantes, mas igualmente para o conhecimento de factos menores, que no seu conjunto constituem o tecido da vida quotidiana das sociedades, contribuindo, desta maneira, para caracterizar um período histórico na sua espessura social*», José Manuel Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Portuguesa*, in Prefácio, p. 17 e seguintes.

<sup>279</sup> Cf. Maria de Fátima Outeirinho, «Da Crónica-folhetim no Oitocentismo Português: Algumas (In)visibilidades», in *Entre Classicismo e Romantismo*, pp.159- 171, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11639.pdf>, consulta de 23.08.2018.

<sup>280</sup> *Idem*, p. 159.

<sup>281</sup> *Ibidem*, p. 159: «Sem pretendermos fazer aqui a história da génese do folhetim, parece-nos importante porém sublinhar que ela deve ser entendida, desde logo, como a história da independência e circunscrição, no suporte periodístico, de um lugar de escrita que se autonomiza em relação a outras



Júlio Dinis, ofereceu os primeiros à redacção, aí publicou os seus romances ocupando muitos dias e muitas páginas na secção *Folhetim*, na primeira página do jornal. Era meticoloso, nos seus «papéis» deixou muitos registos pessoais, mas não deixou recortes ou referências às páginas e aos assuntos do *Jornal do Porto*. Se Júlio Dinis lia o *Jornal do Porto*, a sua obra de algum modo reflete a imagem da sociedade portuguesa que o editor propunha aos seus leitores? Certamente que sim e algumas das preocupações das suas personagens são preocupações da sua época, da vida quotidiana dos seus contemporâneos. Assim, poderemos afirmar que Júlio Dinis, ficcionista, era um retratista e um pedagogo? Um potencial repórter, criando retratos, fazendo críticas e propostas, nos quadros sociais descritos na sua obra? E, a quem chegariam essas propostas, esses retratos? Essas necessidades populares? Ao público que lia<sup>283</sup>, isto é, ao público com capacidade económica para comprar, mas também àqueles que os novos tempos despertavam para a leitura e para a participação ativa na sociedade e na vida política do reino<sup>284</sup>.

---

*secções e matérias do jornal, acolhendo no seu seio rubricas várias que anteriormente se encontravam dispersas no periódico e que iam para além da notícia ou das novas questões políticas. Traço singularizante da história do folhetim é, ainda, a sua condição de espaço livre e aberto. Com efeito, a datar da sua génese, ele apresenta-se enquanto espaço de liberdade, condição e vocação que foi sempre mantendo, ao longo da sua circulação temporal, de um modo mais ou menos marcado, de acordo com a política redactorial seguida por cada periódico e de acordo também com a política governativa tantas vezes de carácter censório.»*

Cf. Maria de Fátima Outeirinho: «(...)os textos em análise, na sua maioria, conheceram uma primeira publicação nas páginas da imprensa periódica oitocentista e, com frequência, sob o chapéu de uma rubrica jornalística como o folhetim; (...) Para além da crónica-folhetim ou do romance-folhetim que o periodismo do século XIX oferece ao seu leitorado, a literatura de viagens constitui-se igualmente como proposta de leitura atractiva para todo aquele que deseja viajar sem sair de casa.»

*Fragmento e narrativa de viagem*, p. 310 [http](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6712.pdf) disponível em [://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6712.pdf](http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6712.pdf), consulta de 23.08.2018.

<sup>282</sup> Maria de Fátima Outeirinho, «Da Crónica-folhetim no Oitocentismo Português: Algumas (In)visibilidades», *ob. cit.*, p. 160: «Em Portugal, vemos surgir este espaço no periódico apenas na década de trinta de Oitocentos, e a justificar tal aparecimento tardio do folhetim entre nós estará, por certo, a ocorrência das invasões napoleónicas e consequente Guerra Peninsular, bem como o conturbado advento do regime liberal e a implantação do regime constitucional. Como Carmo Reis salienta com pertinência, o que verdadeiramente move e faz desenvolver a imprensa periódica a partir da década de vinte é, com efeito, a vivência de antagonismos políticos. Não será por acaso que o espaço gráfico, mais tarde explicitamente indicado como o do folhetim, albergará críticas e retratos mordazes e paródicos da actualidade política.(...) Desde o seu aparecimento, o folhetim manifestar-se-á como um espaço sem fronteiras – à excepção, bem entendido, das inevitáveis fronteiras físicas –, um no man's land que se converterá, gradualmente, num every man's land da república das letras, e manifesta-se, de igual modo, como um espaço de acolhimento ao diverso. ».

<sup>283</sup> «(...) metade da população em princípio e à partida não consumia jornais. (...) Resulta daqui que, mesmo entrando em linha de conta que a zona de influência de alguns se alargava muito para além das fronteiras urbanas, e que dado o seu exíguo volume (apenas quatro páginas, raramente seis) o preço não seria excessivo (normalmente 10 réis, às vezes 20), havia jornais a mais e leitores a menos.», Francisco Ribeiro da Silva, *ob. cit.*, p.122.

<sup>284</sup> «(...) esta imprensa era fortemente politizada. Aliás, pelo menos 10 jornais ostentam o adjectivo político no seu subtítulo, dois autoproclamam-se democráticos, três surgem expressamente afectos a partidos e os títulos de “A República” e “A República Portuguesa” não deixam dúvidas a ninguém.(...)»



Ovar sente-se honrada por ter sido a terra onde o escritor escreveu grande parte do romance *As Pupilas do Senhor Reitor*. Reclama para si essa honra e tem um carinho especial pelo seu escritor, manifestado pela atenção dada à sua casa-museu e ao seu espólio. A Escola Secundária de Ovar - Escola Secundária Júlio Dinis, é também em Ovar uma manifestação de orgulho e uma homenagem ao escritor com raízes nas suas gentes.



Fig 1.1 - Casa Museu Júlio Dinis<sup>285</sup>

Uma casa owarenses: «A abertura do Museu Júlio Dinis - Uma Casa Owarenses, em 1996, teve como objetivo valorizar a passagem do escritor por Ovar e manter vivo, na memória de todos, o legado de uma época passada.»<sup>286</sup>

Os nossos jovens não têm na escola muitas oportunidades para *visitar* a obra e o pensamento de Júlio Dinis, mas como patrono de escolas/agrupamentos podemos crer que a curiosidade os faça descobrir este intelectual português que já foi um dos escritores mais lidos pela juventude portuguesa<sup>287</sup>. Numa breve busca pela internet, descobre-se que se encontra representado e recordado de norte a sul, através da atribuição do seu nome a ruas em inúmeras localidades, mas que quanto a escolas com o seu nome, apenas de Ovar ao Porto, alguns estabelecimentos de ensino ostentam o nome do escritor: Escola Básica 2/3 Júlio Dinis/Agrupamento de Escolas Júlio Dinis, em Grijó, Escola Básica Júlio Dinis/Agrupamento de Escolas Júlio Dinis, em

---

de resto, os títulos só por si forneceriam material para interessantes especulações (...).Algumas definem no subtítulo os seus objectivos: distrair, criticar, caricaturar, noticiar, informar, instruir, formar cidadãos, transmitir mensagens religiosas não só do Catolicismo, mas também do Protestantismo. os tempos eram de liberdade e de abertura. Os títulos dedicados às ciências e à filosofia, às artes e às letras, à literatura e ao teatro são numerosos e provavelmente constituem um bom argumento contra aqueles que julgavam o Porto como cidade em que a intelectualidade se dava mal.» Idem.

<sup>285</sup> <http://www.cm-ovar.pt>, consulta de 02.03.2016.

<sup>286</sup> Idem.

<sup>287</sup> Cf. nota de rodapé nº 12.

Gondomar<sup>288</sup>, Agrupamento de Escolas Júlio Dinis em Vila Nova de Gaia, Colégio Júlio Dinis e Infantário Júlio Dinis, no Porto.

Júlio Dinis, tal como outras figuras da nossa cultura, da nossa história, não só nos deixou uma obra literária, como escreveu sobre os portugueses, querendo contribuir para a renovação do *ser* e do *estar* portugueses do seu tempo e intervir ativamente na redefinição de prioridades sociais e morais na cultura portuguesa – Júlio Dinis foi um escritor politicamente comprometido, como afirma Maria Lúcia Lepecki<sup>289</sup>. A sua obra foi lida por algumas gerações de jovens leitores, não só entre os estudantes, mas também pelos apreciadores de romances ou da leitura de folhetins na imprensa periódica. Demonstrando a sua importância na sociedade portuguesa, também o cinema<sup>290</sup>, logo desde as primeiras décadas do século XX, primeiro com a versão muda de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, em 1920<sup>291</sup>, e de *As Pupilas do Senhor Reitor*, de 1924<sup>292</sup>, com Maurice Mariaud<sup>293</sup>, e a primeira versão sonora, em 1935, com Leitão de Barros<sup>294</sup>, ajudou a trazer alguns dos seus romances, os três de matriz rural, para a cena cultural, realizando interessantes trabalhos de interpretação da obra do autor, contextualizados nos objetivos e na época em que as adaptações surgem<sup>295</sup>. No teatro,

---

<sup>288</sup> No dia 13 de novembro de 2015 foi comemorado o dia «14 de novembro – dia do patrono da escola», tendo como convidado Joaquim Jorge Carvalho, autor da tese «Acção, Cenas e Personagens na Narrativa Dinisiana: As Pupilas do Senhor Escritor», in <http://www.agrupamentoeb23gondomar.com>, consulta de 10.10.2016.

<sup>289</sup> Maria Lúcia Lepecki, *ob. cit.*, p. 28.

<sup>290</sup> «(...) a quase totalidade dos romances que o autor escreveu. Estes serviram de motivo de inspiração para uma diversidade de filmes, realizados em períodos distintos da história do nosso cinema, o que significa, ainda, que tanto o cinema mudo, como depois o sonoro, como ainda mais modernamente, o cinema em formato largo e a cores, encontraram nos romances dinisianos fontes de interesse sempre renovadas, que sucessivamente justificavam o seu tratamento em suporte cinematográfico. Perfazendo um total de seis longas metragens produzidas ao longo de quarenta anos, Júlio Dinis foi sem dúvida o romancista mais 'mediático' do seu tempo.», Ana Rita Soveral Navarro, *ob. cit.*, p.451.

<sup>291</sup> «(...) a produção daquela que foi considerada não só a grande fita da época, e a melhor fita de G. Pallu, seu realizador, mas também o maior êxito comercial da empresa: *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (...) Tornou-se assim *Os Fidalgos* o primeiro grande projecto daquela empresa (também literalmente falando, uma vez que o filme tinha cerca de 4000 metros de película, dividia-se em duas jornadas e em dez partes), e foi também com ele que foram inauguradas as instalações que eram então únicas na Península Ibérica, bem assim como a aparelhagem técnica que possuía. Este facto, por si só, atribui desde logo, ao Porto, um considerável protagonismo relativamente ao período do cinema silencioso português.», *Idem*, p. 464-465.

<sup>292</sup> *Ibidem*, p. 455.

<sup>293</sup> «A crítica tem sido, de modo geral, unânime em considerar que a versão de *As Pupilas de Maurice Mariaud* é a preferida de entre as três que foram feitas a partir do romance homónimo», *Ibidem*, p. 454.

<sup>294</sup> «*Leitão de Barros* organiza o seu texto com base nas preocupações que sentiu enquanto adaptador (...) A propósito da localização, manteve o realizador o mesmo cenário nortenho e topograficamente vago», Ana Rita Navarro, «Era uma vez *As Pupilas do Senhor Reitor* ...», in *Discursos*, 11-12 (1995/96): pp. 213-224, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 20.02.2016.

<sup>295</sup> «Se é certo que o sucesso dos romances *A Morgadinha* ou de *Os Fidalgos*, ao tempo em que foram publicados, ficou muito aquém do de *As Pupilas*, não é menos certo que também deram origem a nada

alguns atores hoje considerados referências nacionais na arte de representar, como Nicolau Breyner e Rui de Carvalho<sup>296</sup>, nos anos 60 do século XX<sup>297</sup>, participaram na adaptação televisiva de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*<sup>298</sup>. No cinema e no teatro, guiões e representações devem merecer estudo e interesse entre os estudantes da cultura portuguesa e na comunidade académica, uma vez que realizadores e atores, como indivíduos integrados no seu tempo, nos propõem uma interpretação e uma reflexão específica, isto é, um olhar sobre o autor e as personagens e ambientes que criou.

É importante continuar a contribuir para que se escreva uma biografia de Júlio Dinis, numa apresentação da relação entre a sua vida, a sua obra e o seu tempo, entre a sua obra e os seus pseudónimos. Júlio Dinis será sempre Júlio Dinis e poucos o identificam com o seu nome de batismo, Joaquim Guilherme Gomes Coelho. Mas, seja para o pseudónimo 'Júlio Dinis', seja sobre o seu pseudónimo feminino<sup>299</sup>, Diana de Aveleda, o autor nada nos deixou que nos permita saber a razão de ser da sua escolha, e, portanto, pouco sabemos<sup>300</sup>, como salienta Fernanda Grieben:

---

*menos do que três fitas, realizadas, note-se, em épocas distintas, aspecto que vem reforçar o pressuposto, de que partimos, de que são, fundamentalmente, razões de índole ideológica que estão por detrás de tamanha profusão das adaptações cinematográficas dinisianas.», Ana Rita Navarro, Da Personagem Romanesca à Personagem Fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor, p. 453.*

<sup>296</sup> Centrada numa problemática muito à século XIX, com uma classe aristocrática que vai perdendo os seus privilégios para uma burguesia emergente, esta peça, adaptada por Alice Ogando do famoso romance de Júlio Dinis [*Os Fidalgos da Casa Mourisca*], é um excelente retrato de uma ruralidade do interior que está a desaparecer com a globalização. Realizada por um dos grandes nomes da televisão portuguesa, Pedro Martins e interpretada por Fernando Gusmão, Mário Pereira, Ivone Moura, Mariana Vilar, Maria Cristina, Tomás de Macedo, Emílio Correia, Paulo Renato, Rui de Carvalho e Alexandre Vieira, esta peça tem a curiosidade de nos mostrar um Nicolau Breyner muito jovem, quase ainda na adolescência.» <http://www.rtp.pt/programa/tv/p17691#>, consulta de 20.02.2016.

<sup>297</sup> *Idem*. Em 1963, com realização de Pedro Martins.

<sup>298</sup> Citando Ana Rita Navarro, registre-se que o filme *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, de 1938, de Arthur Duarte já não existe, por falta de cópias, o mesmo acontecendo com o filme *As Pupilas do Senhor Reitor*, de 1960, de Perdigão Queiroga.

<sup>299</sup> «(...) para nós, não se levanta a hipótese de Diana de Aveleda ser «um heterónimo», e não um pseudónimo. A grande coerência, principalmente temática e ideológica, que(...) existe entre os escritos de Diana de Aveleda e a restante produção literária dinisiana permite-nos defender que é sempre a mesma personalidade de um único autor e as mesmas ideias por ele perfilhadas que se expressam através dos dois pseudónimos literários que Joaquim Guilherme Gomes Coelho adotou. A heteronímia, pelo contrário – como esclarece Gerald Bär –, traduz-se no recurso a «fantasias de fragmentação» que, conduzindo à «experiência de múltiplas personalidades», possibilitam que o poeta se veja e analise a si próprio como «o outro», Fernanda Grieben, *ob. cit.*, p. 48.

<sup>300</sup> «Joaquim Guilherme Gomes Coelho, homem pouco falador (segundo o testemunho dos seus contemporâneos), era, contudo, um minucioso observador e um excelente conhecedor da psicologia humana. Por isso, não lhe foi difícil prever a reação que Ramalho Ortigão iria ter, quando recebesse 'uma carta muito elegante', assinada por uma 'senhora'. E a verdade é que, mesmo demonstrando, na nota acima referida, alguma desconfiança acerca da verdadeira identidade da 'autora' do 'escrito' que lhe é dirigido, o redator do Jornal não pôe sequer a hipótese de ele ter sido composto por um homem, e, ainda menos, por um que ele conhecia pessoalmente: 'Basta-me também saber que é uma senhora quem o escreve' – afirma.», *Idem*, p. 45.

*«Mas também quem imaginaria que, num tempo em que algumas autoras ainda tinham de recorrer ao pseudónimo masculino para mais facilmente terem sucesso literário, um homem se lembrasse de recorrer a um pseudónimo feminino para iniciar uma disputa intelectual com outro homem? (...) Nesses folhetins (...) encontram-se pistas preciosas para uma melhor compreensão, sobretudo, dos romances e contos (ou novelas), publicados sob o pseudónimo de Júlio Dinis. Será nesses seus folhetins doutrinários que Gomes Coelho irá, com intenções predominantemente programáticas, divulgar as suas ideias, enquanto feminista, literato e cientista, até 6 de Setembro de 1868 – data em que foi redigida a última carta, assinada por Diana de Aveleda. Durante esse tempo, a máscara teve, forçosamente, de ser mantida – pelo menos, até outro interesse de mais valor se lhe sobrepor. »<sup>301</sup>*

Nos seus romances, Júlio Dinis dialoga com as leitoras<sup>302</sup> e os leitores<sup>303</sup>, interpela-os. Como leitores, muitas vezes concordamos com o nosso escritor, liberal, médico, portuense, para quem a paixão da escrita é uma constante nos últimos anos de vida, como um vício:

*«Deixa-me dizer-te que tenho escrito alguma coisa. Disse há pouco, em carta que escrevi ao Nogueira Lima, que era esse o único vício que tinha. E é assim. Há poucos momentos mais felizes para mim hoje, do que aqueles em que me absorve a atenção a composição de um romance. Consigo às vezes ver tão distintas as personagens que criei, que parece-me chegar quase a convencer-me de que elas existem. E com essa gente dou-me tão bem!»<sup>304</sup>*

Egas Moniz<sup>305</sup>, o principal biógrafo de Júlio Dinis, foi, como já afirmámos, pioneiro no estudo do espólio dinisiano, e a ele se fica a dever a compilação de

---

<sup>301</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>302</sup> «Perdoem-me as leitoras o pouco delicado da confrontação; (...)» p. 45; «Mas, ainda que sob o risco de indispor o ânimo das leitoras contra uma das principais personagens desta singelíssima história (...),» p. 101; «Se elas poderiam ser indiferentes, pergunto eu às leitoras bonitas? Sendo sinceras comigo, não se atreverão a condenar este sentimento de vaidade, que moveu o coração de Clara.», pp. 111-112; «Fique a leitora sabendo que, muitas vezes, enquanto dorme, se lhe estão fixando nas janelas, desapiedadamente cerradas e obscuras, os olhos amorosos de alguns desses tresnoitados passeadores.», p. 246, Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*.

<sup>303</sup> «O leitor, que toma a peito decerto a varonil rijeza de carácter do tesoureiro da Confraria do Sacramento, não me perdoaria se eu não explicasse o fenómeno.», p. 152; «O leitor concordará por certo em que devemos fechar por aqui a narração.», Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 336.

<sup>304</sup> Júlio Dinis, «Cartas Particulares», Carta a Custódio Passos, escrita no Funchal, datada de 19 de janeiro de 1870, in *Obras de Júlio Dinis*, vol.II, p. 890.

<sup>305</sup> «O facto de ter trabalhado com manuscritos da autoria do próprio escritor veio enriquecer o património literário português, na medida em que estimulou a publicação de textos, até então inéditos e por conseguinte desconhecidos do público, nomeadamente os de natureza dramática, posteriormente organizados em três volumes (inteiramente escritos durante a juventude de Gomes Coelho e que constituíram, efectivamente, a sua estreia literária, em simultâneo com a poesia).», Ana Rita Soveral, *Júlio Dinis revisitado: uma homenagem de Egas Moniz*, p. 495 disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/>, consulta de 20.02.2016.

correspondência, até então dispersa, a descoberta e a divulgação de papéis, notas e rascunhos reveladores do seu método de trabalho<sup>306</sup>, de esboços e de inéditos<sup>307</sup>:

*«Concretizado na recolha de tanto material informativo, o trabalho monumental de Egas Moniz representa não só um esforço e dedicação memoráveis, como traduz profunda admiração pela obra e pelo escritor. A análise de textos inéditos, que exumou do esquecimento, e a sua posterior publicação contribuíram, sem dúvida, para um mais profundo conhecimento das circunstâncias em que Júlio Dinis escreveu e para o enriquecimento inevitável do património literário português.»<sup>308</sup>*

### 1.2.2. Espólio do escritor

Na expectativa de encontrar entre o espólio de Júlio Dinis algo que ajudasse a responder a algumas questões, sobre aspetos da sua vida pessoal e social, leram-se cadernos e papéis que constituem o seu espólio, em formato digital, na BPMP<sup>309</sup>. São cinquenta e oito os ficheiros de documentos inventariados e organizados por assunto ou por caderno. Importa salientar o facto de Júlio Dinis ter repetido muitas vezes a sua assinatura, como que ensaiando, a forma completa e a abreviada, de registar o seu nome e o seu pseudónimo. Esta é uma questão interessante: Seriam apenas gestos distraídos? treinos? Estaria a tentar mudar a sua assinatura? Queria distanciar a sua assinatura associada ao nome de batismo, da assinatura do pseudónimo? Às vezes assina GC<sup>310</sup>, outras vezes assina com os dois nomes<sup>311</sup> - Gomes Coelho e Júlio Dinis. Em novembro de 1869, no Funchal, assina *j-diniz*, com letra minúscula.

---

<sup>306</sup> «Era hábito de Júlio Dinis escrever rascunhos, trabalhar papéis e notas avulsos, em que esboçava os planos nucleares das histórias que ficcionava, delineando, ainda que a traços muito gerais, as personagens, os acontecimentos e os cenários que imaginava. Tal método de trabalho revela o cuidado que punha na escrita, na preparação dos ambientes, dos momentos principais da acção e na caracterização das personagens.», *idem*, p.496.

<sup>307</sup> «A Egas Moniz ficou a dever-se a descoberta e identificação de dois manuscritos que estiveram na origem de romances como *As Pupilas* e *a A Morgadinha dos Canaviais*», *ibidem*, p. 497.

<sup>308</sup> *Ibidem*, p. 500.

<sup>309</sup> Cf. anexo: *Júlio Dinis - Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, Biblioteca Pública Municipal do Porto, papéis de Júlio Dinis ( cópia digital), Os originais são propriedade particular. Todas as imagens digitalizadas apresentadas nesta tese foram gentilmente cedidas pela BPMP.

<sup>310</sup> *Idem*, JD 37.

<sup>311</sup> *Ibidem*, JD 41. Descrição: F [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. [4], 182, [2] p. ; 20x14 cm Na p. [3]: “J. G. Gomes Coelho, Julio Diniz, Impressões do momento, 1865”.



98

Relação dos livros que empresto  
to

Diem em 7. empresto	Obras	Auctores	Penso - 5.00 em - 5.00 de des- penso	Diem em 5.00 de des- penso
10-56	Oeuvres complets	Lord Byron	Eugenio	
3-8-57	Mineralogia	Beudant	D. Macedo	
26-11-57	Amor Imelancolico	Castilho	Luzo	
6-7-58	Chron. d. d. Sebastiao	Fr. Bern. d. Cruz	J. J. Pto	
7-6-58	Avent. d. Robinson	Foe	J. J. Pto	6/9/62
14-12-58	Poesias Fed	Passo	A. C. G. O.	
22-2-60	Chimie	Bouchardet	J. J. Pto	10/3/65
7-60	Telemaque	Fenelon	J. J. O.	1/12/62
3-61	Physiologie	Beclard	Chav.	14/7/62
9-61	Uendevir inconste	Mery	Frip. Pto	3/12/61
	Theatre	V. Hugo	Ferraz	9/2/62
8-Ob.	Metamorphose d. Ovidio	Castilho	Passo	23/5/62
15-8-1859	Meropie	Voltaire	Passo	
16-10-61	Art. de accondemant	Cageant	Barbosa	14/7/62
17-10-61	Journal da 3.º anno	J. J. Pto	J. J. Pto	1-11-61
5/11/61	A fita de Acedro	Castilho	Castilho	19/2/62
24/11/61	O monge de Cister	Castilho	Castilho	12/1/62
24/11/61	Indica	E. J. J.	Castilho	13/1/62
24/11/61	Longa	E. J. J.	Castilho	13/1/62
24/11/61	Indica	E. J. J.	Castilho	13/1/62

114-97

Fig. 1.2 - Espólio de Júlio Dinis: Relação dos livros que empresto<sup>312</sup>

<sup>312</sup> Júlio Dinis, Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto), JD 36.

Não se trata de um espólio volumoso, no sentido de uma coleção de objetos e papéis reveladores de toda uma vida. Não encontramos jornais lidos, nem recortes pessoais. Júlio Dinis parece ter sido um homem metuculoso, pois nos seus cadernos surgem apontamentos relativos a despesas e receitas a propósito da sua obra e a relação<sup>313</sup> de livros emprestados e que tomou de empréstimo<sup>314</sup>, para além dos livros que comprou. Uma leitura atenta e dedicada, dirigida a este setor do espólio do autor, permite-nos identificar alguns dos seus interesses culturais e literários, pela relação dos livros que comprou e que lhe emprestaram. O autor era metuculoso, registando a data de empréstimo e a data de devolução.

Na “*Relação dos livros que empresto*”<sup>315</sup> não são muitos os registos; emprestou livros aos seus amigos Luso<sup>316</sup> e Passos<sup>317</sup> e ainda ao Chaves (assim identificado no caderno do autor) e a Constança, a sua sobrinha Ana Constança Gomes Coelho; alguns não são devolvidos, mas muitos deles têm data de entrada em 1862, em 1863-65 quase não há registos. 1865 foi o ano em que o escritor terá deixado de utilizar este caderno para registo de livros, ou terá deixado de fazer o registo.

Registou a lista dos lugares por onde passou, de 1863 a 1870, sob o título de *Ausências*:

---

<sup>313</sup> *Ibidem*, JD36.. Descrição: A [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. 206 p. ; 22x16 cm Na p. [1]: “J.G. Gomes Coelho, Livro de assentos, 14 de 8bro de 1861”; [Diário dos capítulos escritos de Uma Família inglesa] (p. 71); “Relação dos livros que me emprestam” (p. 75); “Relação dos livros que empresto” (p. 95); [Caracterização das personagens de Morgadinha dos canaviais] (p. 105); [Relação de capítulos de Uma família inglesa] (p. 109); “Despesa feita em livros desde 1854” (p. 115); [Diário dos capítulos escritos de As pupilas do senhor reitor] (p. 134).

<sup>314</sup> Em “*Relação dos livros que me emprestam*” que começa em 1855, tem muitos títulos de 1860, 1861, 1862, poucos de 1863 e 1864; termina em 1865. Muitos destes livros são do seu amigo Passos, com que também mantém correspondência regular, durante as suas estadias no Funchal.

<sup>315</sup> *Idem*, JD 36, *Relação dos livros que empresto*.

<sup>316</sup> «os herbários de Augusto Luso, professor do Liceu Central, referente à flora do Porto e arredores e o de Júlio Dinis, com dedicatória a Augusto Luso, relativo à flora da Madeira, ambos datados de 1870», Cf. <http://cct.portodigital.pt>, consulta de 12.07.2016.

<sup>317</sup> «(...) enviou [Júlio Dinis, em 1860] poemas para a revista “A Grinalda”, dirigida pelo ourives Nogueira de Lima e na qual colaboravam também os seus amigos Custódio de Passos[ irmão do poeta Soares dos Passos], Augusto Luso e Soares de Passos», Cf. Universidade do Porto, <https://sigarra.up.pt>, consulta de 12.07.2016.

«António Augusto Soares de Passos nasceu no Porto a 27 de novembro de 1826 e faleceu na mesma cidade a 8 de fevereiro de 1860. Frequentou o curso de Direito em Coimbra. Enquanto estudante, funda o jornal O Novo Trovador. Nele colaboraram poetas da segunda geração romântica. Terminado o curso, regressa ao Porto, onde colabora nos jornais O Bardo e A Grinalda. Os seus poemas foram publicados em 1856 numa colectânea intitulada Poesias. Soares de Passos faleceu prematuramente, sendo, no entanto, um dos mais significativos poetas ultra-românticos portugueses. A sua composição mais conhecida é “O Noivado do Sepulcro”, de que os escritores realistas fizeram grande chacota.» Cf. <http://alfarrábio.di.uminho.pt>, consulta de 12.07.2016.

«Joaquim Guilherme Gomes Coelho morreu na madrugada de 12 de setembro de 1871, na casa de uns primos, na Rua de Costa Cabral. Na sua companhia estava Custódio Passos, primo e fiel amigo, com quem trocou inúmeras castas, às quais ainda hoje temos acesso.» Cf. <https://sigarra.up.pt>, consulta de 20.07.2016.

«1863 — Ovar.  
 1864 — Felgueiras, Amarante, Leiria, Alcobaça, Batalha, Nazaré, Aveiro, Ovar.  
 1865 — Felgueiras.  
 1866 —  
 1867 — Aveiro, Ovar, Vila do Conde, Póvoa.  
 1868 — Matosinhos, Leça, Lisboa  
 1869 — Lisboa, Funchal, Coimbra, Fânzeres  
 1869 – 1870 —Lisboa, Funchal»<sup>318</sup>

Estudou e fez apontamentos para se preparar para escrever os seus romances. Encontramos muitas folhas com títulos e algumas com desenhos e contas feitas nas margens. De entre esses seus papéis e cadernos salientamos os manuscritos de «*A vida nas terras pequenas*»<sup>319</sup>, em dois capítulos, com um total de catorze páginas, onde retrata a vida de um jovem médico de partido<sup>320</sup>: Estevão de Urzeiros, um jovem médico, filho de um modesto funcionário público - e, tal como ele, formado na Escola do Porto -, que se dirigiu a uma distante terra, a vila de Meloais do Duque<sup>321</sup>, com a sua irmã Adelina, perante a necessidade de obter o seu sustento, por lhes ter falecido o pai. Trata-se, provavelmente, de um esboço de enredo - o esboço de um conto, ou um estudo para um conto. É um trabalho incompleto, sem data. Seria a preparação para mais um dos seus contos ou romances, sobre a vida de um médico de partido e a aldeia que o recebeu? Faria parte da sua preparação para a escrita de *As Pupilas do Senhor Reitor*, para a construção da personagem de Daniel ou João Semana? ou seria resultante das figuras de João Semana e de Daniel? Só a sua datação permitiria responder a estas interrogações. O enredo<sup>322</sup> é constituído por uma deliciosa sucessão de dissabores para o jovem médico que, logo no seu primeiro dia na aldeia, recebe as personalidades locais e fica a par do que o espera. Estevão, o jovem médico, saíra do Porto, com a irmã de 18 anos, «*levando em dois bahus toda a nossa pequena bagagem, em sete ou oito livros a minha sciencia e (...) os meus diplomas de formatura e a nomeação para facultativo municipal (...)*»<sup>323</sup>.

<sup>318</sup> Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II., p. 529.

<sup>319</sup> Júlio Dinis, «*A vida nas terras pequenas*», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, *ob.cit.*, pp. 601-614, Cf. *Júlio Dinis - Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, JD 34.

<sup>320</sup> *Júlio Dinis - Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*. Este conjunto de papéis manuscritos, JD34, tem cinquenta e sete páginas. Nas últimas folhas o autor organiza lista de lugares e personagens.

<sup>321</sup> *Idem*, p. 605.

<sup>322</sup> Cf. *Júlio Dinis - Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, JD 34.

<sup>323</sup> «*Apurou, a muito custo, o dinheiro preciso para as despesas de instalação e de transporte, preparou a bagagem e partiu na companhia da irmã para a sua nova terra, levando em dois baús todos os seus haveres, em sete ou oito livros a sua ciência e numa pequena caixa de folha os seus diplomas de formatura e de nomeação de facultativo municipal.*», Júlio Dinis, «*A vida nas terras pequenas*», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 605.



Viajaram por estradas difíceis e chegaram de noite, depois de «*uma fastidiosa jornada a cavallo, por estradas horríveis*»<sup>324</sup>. Os habitantes vinham espreitar, com curiosidade, e atrás deles ficavam a comentar: «*Ao passarem os nossos desconfortados viajantes, deixavam atrás de si uma esteira de comentários trocados de adufa para adufa, de uma loja para a outra, da rua para as janelas, ou entre os grupos que estacionavam nas esquinas e largos.*»<sup>325</sup> Vieram cumprimentá-lo o presidente da Câmara, o regedor, o boticário, o escrivão da administração, dois ou três negociantes e proprietários – todos com oferta dos seus serviços e diante dele todos contaram pormenores da vida local. Falaram do seu antecessor, o infeliz colega que cometeu alguns erros<sup>326</sup>. E o boticário apresentou a Estevão as suas ideias sobre alguns doentes, comentou que o seu antecessor se envolveu nas eleições locais e acabou por falar das «*tropelias eleitorais do círculo*»<sup>327</sup>. Falaram-lhe de corrupção, do boticário e do presidente, da sua mulher intriguista – ‘*uma mulher sem educação*’ - e das filhas que já tinham «*dado que falar por causa d’uns namoros*»<sup>328</sup>.

O jovem médico de partido fala consigo mesmo: Acabavam de perder o pai, que era um modesto funcionário público, e o sustento de ambos tinha de ser assegurado por ele, que, aos vinte e quatro anos, recebera o diploma para exercer medicina, apesar de não ser apaixonado pela sua ciência. Como explica Júlio Dinis, num texto sem rasuras e numa caligrafia clara, o jovem médico portuense, consciente de que deixava para trás a vida de estudante despreocupado e que ia tomar pela primeira vez,

«*assento nos círculos sociaes, aceitar a tremenda e espinhosa tarefa de velar pela saúde de centenas de pessoas, cada uma com o seu genio, com as suas repugnâncias, com as suas predilecções. Nunca me lembro de me sentir desfalecer como então, (...). Interrogava-me desapaixonadamente, achava-me inexperiente; procurava pesar a minha sciência (...).*»

«*O partido que ia vencer era pequeno mas asseguravam-me poder duplical-o com a clínica das famílias abastadas da localidade onde não havia outro que me fizesse guerra.*

*Eu não tinha liberdade de recusar. O meu futuro era este e para qualquer parte que me voltasse encontrar-me-ia de frente com os mesmos espinhos e estorvos.*»<sup>329</sup>

<sup>324</sup> « (...) um pobre viajante, extenuado pelas fadigas de uma fastidiosa jornada, desconjuntado pelo chouto de uma cavalgada manhosa, numa palavra, maldispuesto do corpo e do espírito, ao entrar de noite em uma vila do interior da província», Júlio Dinis, «A vida nas terras pequenas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, . p. 606.

<sup>325</sup> *Idem*, p. 607.

<sup>326</sup> « (...) o outro que daqui saiu; principiou a frequentar certa roda, a meter-se com certa gente ...», *idem*, p.612.

<sup>327</sup> Cf. Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, JD 34 .

<sup>328</sup> *Idem*.

<sup>329</sup> *Ibidem*.

Estevão de Urzeiros tinha vinte e quatro anos quando se formou, mas não era apaixonado pela medicina. Porém, com a morte do pai, a irmã Adelina ficou desamparada, olhou para ele como protetor e fê-lo sair do sonho de estudante e acordar para a vida social:

*«Tendes reparado alguma vez n'esses pobres emigrados que, seduzidos (...) saem da sua aldeia e vem, em folgada peregrinação, até o porto de mar onde os espera o navio que tem de os levar a praias desconhecidas?»*

*Antes de ver o oceano, essas imprevidentes creanças vinham alegres, riam, cantavam, sem saudades da sua terra, sem terrores do futuro e suspirando só pelo fim da jornada (...) Mas, á vista do mar, d'essa imensa quantidade de águas que nunca tinham sonhado; á vista do navio, essa movediça habitação que por muito tempo vai ser a sua (...) baixa-lhes ao coração uma nuvem de tristeza»<sup>330</sup>.*

Tendo tudo isto em atenção, o coração do jovem médico é toldado por uma ‘nuvem de tristeza’, e chegam as primeiras saudades da sua vida de estudante despreocupado: *«Assim na vida, nós todos, iludidos como essas creanças»<sup>331</sup>*. Na narrativa, Estevão continua a contar o que aconteceu e como se sente no seu 1º dia como médico de partido: a senhoria da casa a quem vão pagar nove moedas de aluguer conhece uma família Borges no Porto, que tem negócios no Brasil, e acha estranho que os dois irmãos não conheçam essa família. O médico e a irmã esforçam-se por dizer que o Porto é grande e que há muitas pessoas com apelido Borges. Mas é em vão. Estevão de Urzeiros já pensa desistir do lugar que acabou de aceitar. Estas são as características gerais da trama. Poderemos aqui especular se este trabalho foi simplesmente abandonado ou se, face às similitudes, se tratava um texto de suporte a uma reflexão para um dos seus romances, com a caracterização de personagens e de ambientes provincianos. Ao longo da leitura dos seus cadernos manuscritos, é-nos dado perceber que Júlio Dinis refletia e preparava para os seus romances, recolhendo informação e elaborando a caracterização das personagens. Assim, o órfão e jovem médico Estevão de Urzeiros e a população da vila de Meloais do Duque poderão ter sido ponto de partida ou um contributo para a caracterização de Daniel, no seu regresso à aldeia, onde toda a vizinhança da casa de seu pai, *«afluiu curiosa às portas e às janelas para ver o facultativo novo e julgar dele pelas primeiras impressões. Era uma coleção de olhos arregalados e bocas abertas, a convidar o lápis de um artista»<sup>332</sup>*. Na verdade, em nenhum dos seus romances surge o pobre jovem médico de partido, nem Daniel ou

---

<sup>330</sup> *Ibidem.*

<sup>331</sup> *Ibidem.*

<sup>332</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 94

João Semana, os médicos de *As Pupilas do Senhor Reitor*, revelam descontentamento com o exercício da medicina ou são personagens com as dificuldades económicas que levam o jovem médico a aceitar o lugar de médico de partido num lugar tão distante, numa terra encravada no interior da província<sup>333</sup>. É Júlio Dinis quem nos elucida: «Uma vila! Perdoem-me as muitas pessoas estimáveis constrangidas pelos fados a contar num desses circulozinhos sociais os trezentos e sessenta e cinco dias do ano, mas a minha sinceridade constrange-me a declará-lo: uma vila é a mais impertinente localidade em que um homem pode desgastar as rodas do seu complicado mecanismo.»<sup>334</sup>

Por outro lado, atente-se na semelhança entre as primeiras impressões de Adelina e de Estevão, ao chegarem, ao anoitecer, às portas da vila, com as suas ruas estreitas e mal iluminadas, as casas velhas e o grupo que, num vão de porta, à luz mortiça da lamparina de azeite, ia desfiando a crónica do dia<sup>335</sup>, e desalento e a profunda melancolia<sup>336</sup> com que o lisboeta Henrique de Souza nos introduz na aldeia minhota de *A Morgadinha dos Canaviais*, onde chegou já de noite<sup>337</sup>, depois de uma longa, cansativa e desconfortável viagem.

Os ilustres habitantes de Meloais do Duque, caricaturados através daquele maldizer exposto por todos eles, na noite da chegada, são figuras em que podemos reconhecer traços de muitos dos habitantes dos romances rurais dinisianos, na taberna do Canada<sup>338</sup> e na loja de João da Esquina<sup>339</sup>, centros cívicos da aldeia, onde todas as notícias chegam de forma célere e a crítica social e a maledicência são práticas comuns naquelas comunidades, enquanto entidade social viva e cheia de contradições e confrontos.

---

<sup>333</sup> Júlio Dinis, «A vida nas terras pequenas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 606.

<sup>334</sup> *Idem*.

<sup>335</sup> *Ibidem*, p. 607.

<sup>336</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 14.

<sup>337</sup> *Idem*, p. 16.

<sup>338</sup> «Censurável descuido tem sido o nosso em não conduzir o leitor a um dos lugares mais importantes da aldeia, onde se passam os singelos episódios desta narração (...) onde se reúnem as principais personagens dela (...) onde se comenta o boato de ontem, se dão ao de hoje mil versões e se adivinha já o de amanhã? (...) Tudo quanto na terra havia de certa representação ali ia falar da coisa pública e também da particular; - da particular dos outros do que da própria, entenda-se.» *Ibidem*, pp. 134 e 135

<sup>339</sup> «Então deveras não sabem o escândalo desta noite? E o Sr João da Esquina, no ardor da curiosidade, e para fazer a boca doce ao orador, trouxe-lhe uma mão-cheia de figos secos de uma seira encetada e rejeitada por freguês pechoso; e a Sra Teresa esfregou as mãos, e ajeitou-se para ouvir melhor; e a menina Francisca puxou a cadeira em que estava para junto do mostrador.» Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 285.

Terminado o serão, Estevão e Adelina foram descansar, ele dizendo-se atordoado com a solicitude encontrada e ela considerando-os «*muito obsequiadores*»<sup>340</sup>. Assim termina o texto que se intitula de «*Apontamentos biográficos d'um cirurgião de partido*», subordinado ao tema «*A vida nas terras pequenas*», decerto um estudo para a escrita de alguns dos seus romances que aqui analisamos.

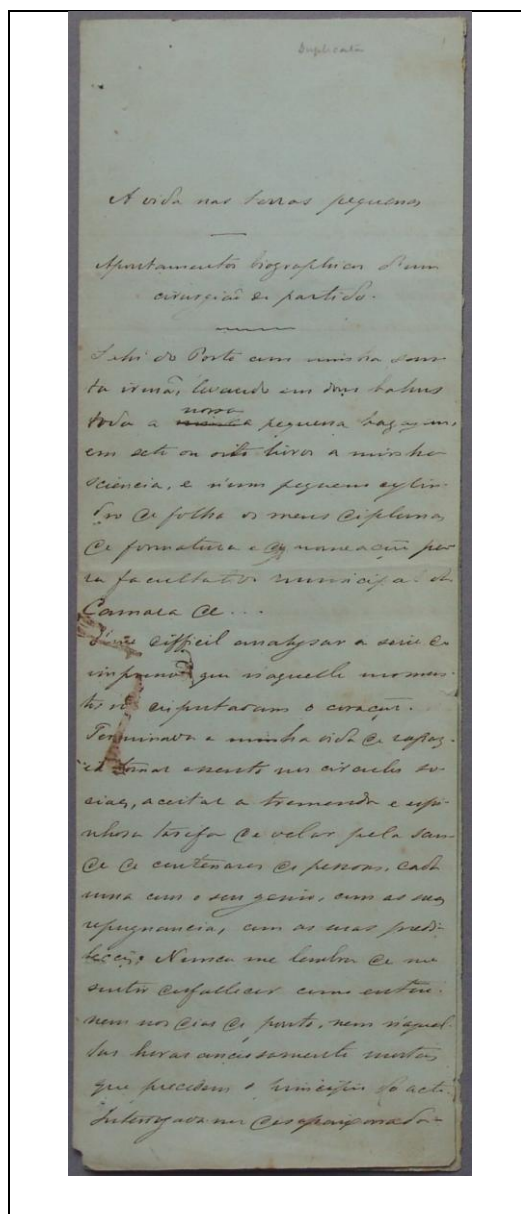


Fig 1.3 - Espólio de Júlio Dinis, *A vida nas terras*

*pequenas*<sup>341</sup>

<sup>340</sup> Júlio Dinis, «A vida nas terras pequenas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 607.

<sup>341</sup> Júlio Dinis, *Inventário dos documentos de uma coleção particular (Porto)*, JD 34, [Manuscrito]: apontamentos biográficos d'um cirurgião de partido. [8] f., 28 p., [8] f.; 34x12 cm, apontamentos biográficos d'um cirurgião de partido. [8] f., 28 p., [8] f.; 34x12 cm.

Mas, atente-se um pouco mais nos esboços encontrados no espólio de Júlio Dinis. Ao ler o documento JD33 é a vida na aldeia que continua a ser uma fonte de interesse ou preocupação:

«A vida das pequenas cidades e das villas oferece ao observador materia e considerações especiais. Em nenhuma outra parte se desenhão melhor os tipos em todos os generos, do que nestes pequenos centros de população, que ressentindo-se ainda dos seus passados habitos de aldeãos aspiram já a apparentarem de grandes cidades, cujas magnificencias imitam, reduzidas em escala acanhadissima.»<sup>342</sup>.

É ainda sobre a vida na aldeia que, no espólio do autor, nos deparamos com JD 27. Sob o título *Um retábulo de aldeia* encontramos mais um aspeto da vida dos portugueses: «Uma irmandade ou confraria de certa parochia (...) «procurando dar applicação ao dinheiro que tinha em cofre, convoca assembleia para discutir o assumpto. Aventam-se vários e encontrados alvitres, e afinal resolve-se mandar pintar á cidade um retábulo para o altar da santa sob cuja invocação se erigiu a irmandade (.....)»<sup>343</sup>

Mas, também encontramos nos apontamentos Júlio Dinis traços sobre a realidade urbana, na criação de uma nova personagem, Paulo Américo, para a qual não encontramos sequência na sua obra – excepto, talvez, em Henrique de Souzela, : «Ahi pelos princípios da segunda metade d'este seculo (...) audaz na litteratura militante de Portugal, um talentoso rapaz de vinte e cinco anos, (...) Era o auctor da moda»<sup>344</sup>. Paulo Américo vivia o sucesso da poesia, dos prólogos, das opiniões, da prosa porque «as folhas do dia disputavam os seus escritos para os seus folhetins»<sup>345</sup>. Era um escritor da moda, solicitado pelos jornais para as suas secções de folhetim, nas quais, como sabemos, muitas obras tiveram a sua primeira oportunidade de publicação<sup>346</sup>. Paulo Américo, dedicou-se muito cedo à escrita: «encetou prematuramente a vida de

---

<sup>342</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular* (Porto), BPMP, JD33. Descrição: «A vida das pequenas cidades e das villas...», [Manuscrito]. 14 f. ; 33x23 cm Parcialmente publicado em «Inéditos e esparsos», cap. “D. Doroteia”.

<sup>343</sup> *Idem*, JD27. Descrição: *Um retabulo de aldeia* [Manuscrito]: programa. [2] f. ; 23x17 cm. (Novos serões de província; 3º).

<sup>344</sup> *Ibidem*, JD20. Descrição: *Peccados litterarios* [Manuscrito] / por Julio Dinis. 12 f. ; 33x12 cm; JD21. *Peccados litterarios* [Manuscrito]: programa. [2] f. ; 23x17 cm. (Novos serões de província).

<sup>345</sup> *Ibidem*.

<sup>346</sup> Maria de Fátima Outeirinho, *ob. cit.*, p. 310.

*escriptor*»<sup>347</sup>. Publicava, recebia zombarias da crítica. Só teve como família um tio rico e egoísta. Não havia carinhos de mulher nas suas recordações de infância. Este poderia ser o esboço de uma personagem: Paulo Americo, «*escritor conhecido, lido clandestinamente pelos filhos, temido e abominado pelos pais*»<sup>348</sup>, que escrevia romances «*à imitação dos de uma certa escola francesa, em que o vício se adorna de galas sedutoras e a virtude é tratada com risos de zombaria, eram a sua produção favorita.*»<sup>349</sup> Mas, Paulo Américo muda-se para o campo e a «*mudança de hábitos e de meio faz dele um outro homem e, tempos depois, apaixonar-se por uma menina, filha de um facultativo pobre (...)*»<sup>350</sup>. Mais uma vez, Júlio Dinis procura afirmar e demonstrar o poder do campo, da aldeia, das terras pequenas, para a regeneração das suas personagens - como vimos acontecer com Henrique de Souzelas, em *A Morgadinha dos Canaviais*.

Sobre os seus pseudónimos não nos foi dado encontrar referências no seu espólio que nos fizessem situar a sua origem e motivações. Em relação a Diana de Aveleda, há dois conjuntos sem data; um, intitulado *Uma das minhas madrugadas*<sup>351</sup>, em que fala da venda dos bens da Igreja<sup>352</sup>, outro, *Cartas para a minha família*<sup>353</sup>, em que Diana de Aveleda escreve carta ao marido, a quem se dirige começando com «*Meu amigo*»<sup>354</sup>. Ela está no campo e ele em Lisboa: «*O campo era para mim como uma d'estas pessoas com juízo, a quem se deixa entregue um filho (...) E tu em Lisboa, e tão ocupado em acudir á patria .....*»<sup>355</sup>. Neste trecho, houve revisão do texto, porque há substituição de palavras. E assim confirmamos que cuidava da sua obra: a leitura e a revisão dos seus manuscritos fazia parte da sua atividade, como ele próprio conta, nas suas notas manuscritas, a propósito de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*: «*(...) Levei-o manuscrito para o Porto. Principiei a copiá-lo aí e levei a revisão e cópia até ao capítulo 22. (...)*»<sup>356</sup>

<sup>347</sup> *Idem*.

<sup>348</sup> Cf. Júlio Dinis, «Pecados literários», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, pp. 575 e 576.

<sup>349</sup> *Idem*, p. 575.

<sup>350</sup> *Ibidem*, p. 576.

<sup>351</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD11. Descrição: *Uma das minhas madrugadas* [Manuscrito]: a Cecília / Diana de Aveleda. 32 p. ; 33x12 cm; Sem data e em que fala da venda dos bens da Igreja.

<sup>352</sup> Cf. Júlio Dinis, «Uma das minhas madrugadas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, *ob. cit.*, pp. 739-751

<sup>353</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD08. Descrição: *Cartas para a minha família* [Manuscrito]: 1ª / Diana de Aveleda. Assinado Tua Diana de Aveleda, 20 p. ; 31x11 cm. Datado de 6 de Setembro de 1868.

<sup>354</sup> Cf. Júlio Dinis, «Cartas para a minha família», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, pp. 760-767.

<sup>355</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD08.

<sup>356</sup> Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 528.

Entre os seus manuscritos, também encontramos apontamentos e listas de nomes reveladores da preocupação com a escolha do nome das personagens dos seus romances. Não se detetam usos repetidos de nomes ou apelidos, a não ser em duas situações:

- Clementina Rialva e o pai Rialva – figuras momentaneamente presente em *Uma Família Inglesa*<sup>357</sup>, durante uma conversa dos jovens amigos de Carlos, enquanto jantam na noite de carnaval no Águia D'Ouro, e que são o nome da protagonista do conto *Justiça de Sua Majestade* e da família da corte lisboeta que recebeu no seu seio a jovem Clementina, sobrinha do brasileiro de Braga;

- Margarida, o nome da protagonista de *As Pupilas do Senhor Reitor*, e que também é o nome dado por Diana de Aveleda à jovem camponesa que, segundo conta, aflita, mas decidida, se dispõe a pagar a dispensa militar do seu jovem namorado<sup>358</sup>, vendendo o *ourito* que herdou de sua madrinha, para que ele não esteja cinco anos ausente.

Do seu espólio importa ainda salientar ainda um caderno onde discorre sobre a instrução geral do país e também sobre as características da vida na aldeia<sup>359</sup>. No mesmo, escreveu que, no coração da província onde todos se conhecem, se um sujeito mandava vir de Lisboa um vestido novo para a filha «*ali estava um assumpto*» para conversa na loja do tendeiro. É igualmente nesse caderno que expõe o exemplo possível do filho de alguém que veio para o liceu do Porto ou de Coimbra e não se saiu bem no exame de instrução primária. E os seus continuam neste apontamento, assinalando que na aldeia tudo é assunto para *conversa e bisbilhotice*: Se.... uma senhora ... Se... um chefe de família... Se... E conclui: «*e aquella gente toda era feliz assim e, que mais é, feliz e não era de todo má...*»<sup>360</sup>.

Para além do caderno atrás referido, importa considerar uma *coleção de versos*<sup>361</sup>, com poesia datada de 1857, 1858, 1859, janeiro de 60, abril de 1860, maio de 60 e *Notas e Ideias que me ocorrem*<sup>362</sup>.

---

<sup>357</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, pp. 39 e 40.

<sup>358</sup> Cf. *Impressões do Campo, A Cecília*, assinado Diana de Aveleda, e datado: Porto, Agosto de 1864. Publicada no Jornal do Porto a 21 de agosto de 1864, in *Cartas Literárias*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, pp. 725-731.

<sup>359</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD37, Descrição: B [Manuscrito]: [caderno][Apontamentos de História] (p. [1]); “A sciencia a dar razão aos poetas” (p. 13).

<sup>360</sup> *Idem*.

<sup>361</sup> *Ibidem*, JD38. Descrição: C [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. 354 p. ; 21x16 cm Na p. [1]: “Tentativas poeticas: collecção de versos / J.G. Gomes Coelho, Julio Diniz. 1859”. Guardas escritas.

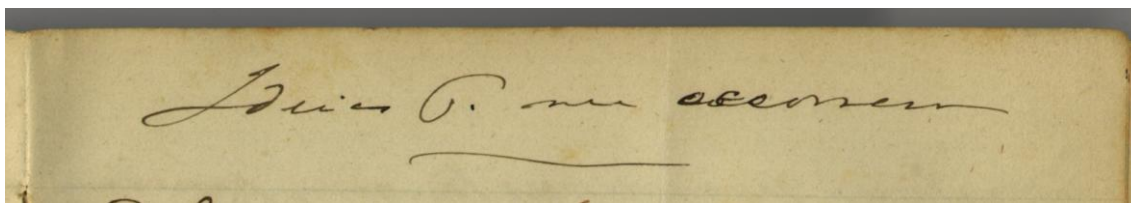


Fig.1.4 Espólio de Júlio Dinis, título manuscrito: *Ideias que me ocorrem*<sup>363</sup>

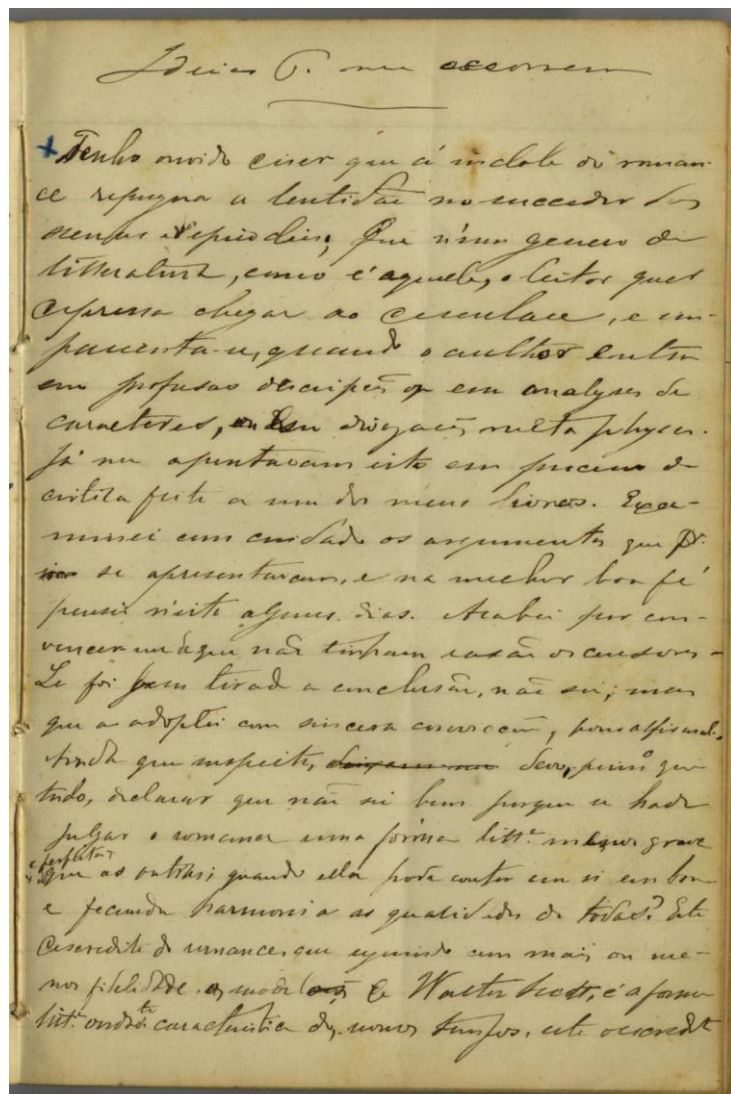


Fig.1.5 Espólio de Júlio Dinis, primeira página de *Ideias que me ocorrem*

É em *Ideias que me ocorrem* que vai discorrendo sobre a verdade e, no momento em que está a escrever a *Morgadinha*, aí encontramos páginas em francês, que são transcrição de trechos de Emile Deschanel, salientando o encontro com o autor que diz

<sup>362</sup> Ibidem, JD40, *Ideias que me ocorrem*.

<sup>363</sup> Ibidem, Cf. Obras de Júlio Dinis, vol. II. p.541.



ter lido com vivo entusiasmo. Revelando que estudava e que se preocupava com a definição do perfil das suas personagens, diz:

«Causou-me vivo prazer a leitura dos dois trechos que transcrevi [Thackeray e Deschanel], por me ter encontrado no pensamento com os seus ilustres autores, quando escrevi na Morgadinha: (...) É por isso que as melhores almas são de ordinário as mais crentes. Um homem a quem a desconfiança tenazmente escuda contra todas as aparências de virtude, ainda as mais insinuantes, tem já tão inquinado o coração, como supõe dos outros»<sup>364</sup>.

Ainda a propósito das suas leituras, fala de escritores franceses e britânicos, como Thackeray, Deschanel e Guizot<sup>365</sup> e de Jenny e Mr Richard, personagens de *Uma Família Inglesa*:

«Este pensamento [que leu em Deschanel] devido a um autor desconhecido, igualmente me causou satisfação por haver também posto, na boca de Jenny na *Família Inglesa*: “O mundo é assim. Dá-se-lhe a verdadeira explicação dos factos, raras vezes a acredita. Forja-se outra, às vezes menos natural e plausível, quase sempre a prefere. Principalmente se a verdadeira é generosa e nobre e a falsa interesseira e mesquinha”.»<sup>366</sup>

Nas suas *Notas*<sup>367</sup>, para além de traduções e opiniões sobre o que leu, encontramos citações em francês e inglês, de Deschanel, Pascal, Thackeray, Guizot, Feuillet. Em *Ideias que me ocorrem*<sup>368</sup>, refere Walter Scott, de Macaulay, em *The History of England*. No Funchal, em março de 1870, cita Luciano Cordeiro. É também de março 1870, no Funchal, em texto assinado com as iniciais J.D., que escreve um pequeno texto sobre as mulheres e o amor:

«Há uma idade em que a mulher gosta mais de ser namorada do que amada. Entre um amor recatado e reverente e um galanteio indiscreto e ostensivo, não hesita; prefere o segundo. O que lhe enche o coração não é o amor; é a vaidade. Lisonjeia-a o culto que recebe e quer que as outras mulheres a vejam triunfante. O mais puro e dedicado amor que tributassem não a satisfaria, se fosse ignorado pelo mundo.

---

<sup>364</sup> *Ibidem*, JD40: “Notas”; “Ideias que me ocorrem”; “Índice das cartas litterarias a proposito dos meus livros”.

Cf. Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, pp. 531-532.

<sup>365</sup> *Idem*, pp. 531-535.

<sup>366</sup> *Ibidem*, p.532.

<sup>367</sup> *Ibidem*, pp.531-535.

<sup>368</sup> *Ibidem*, pp. 541-553.

*Quando um homem de afeições sinceras e profundas se apaixona por uma destas mulheres, pode ter a certeza de que principia para ele uma dolorosa provação.»*<sup>369</sup>

Sobre o que é um romance e sobre a função dos livros, Júlio Dinis considera que há livros que são monumentos<sup>370</sup> e livros que são instrumentos<sup>371</sup>: *«Daí, dessa diversidade de destinos, vem a diversidade de exigências a que uns e outros devem satisfazer. O livro instrumento precisa ser popular, escrito na linguagem do dia, ao alcance das inteligências da época, de fácil trato em suma.»*<sup>372</sup> É neste conjunto que encontramos a sua análise às críticas que ocorrem sobre o romance, enquanto género literário<sup>373</sup>. Num texto vivo, apaixonado, afirma:

*«Não caluniem o público dizendo que é só desse alimento que ele digere. Não é assim. Vós sois que o alimentais há muito nesse vicioso regímen que, sem dar sólida nutrição, estraga o paladar, cuja sensibilidade embotada exige estímulo cada vez mais acres e irritantes.*

*Há uma lei do gosto literário em que eu acredito firmemente. O excepcional, o extravagante, o desregrado não é o que desperta nos leitores ou nos espectadores o mais verdadeiro, o mais duradouro interesse; pelo contrário, é o comum, o vulgar na justa acepção do termo.»*<sup>374</sup>

É neste discurso empolgado que acrescenta, em defesa do romance e do leitor:

*«Quando encontramos em um livro pensamentos que já tivemos um dia, sentimos agradável surpresa, como ao darmos em um lugar, inesperadamente, com uma pessoa conhecida; quando no carácter, no coração de uma personagem literária há alguma coisa que é nossa, quando nos reconhecemos em parte personificados numa criação, redobra o interesse com que o acompanhamos nas peripécias do drama.»*<sup>375</sup>

Sobre a construção da figura das personagens dinisianas, Carmen Abreu salienta que nos textos dinisianos há sempre *«uma predominante incidência na acção das personagens colocadas nestes contextos, com particular destaque para a*

---

<sup>369</sup> *Ibidem*, p. 553.

<sup>370</sup> *«Há livros que são monumentos e livros que são instrumentos. Os primeiros levantam-se a perpetuar a memória de uma literatura, ainda mesmo que se extinga a nacionalidade a que pertencia.(...)»*, Júlio Dinis, «Ideias que me ocorrem», in *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p.552.

<sup>371</sup> *«Os livros instrumentos são, pelo contrário, para andarem nas mãos de todos, para o uso quotidiano, para educarem, civilizarem e doutrinares as massas.»*, *Idem*, p. 553.

<sup>372</sup> *Ibidem*.

<sup>373</sup> Júlio Dinis, «Ideias que me ocorrem», in *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p. 541.

Cf. Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD 40.

<sup>374</sup> *Idem*, p.542.

Cf. Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD40.

<sup>375</sup> *Ibidem*, p. 542 (texto não datado).

questionação da complexidade da psicologia humana.»<sup>376</sup> No Funchal, em novembro de 1869, Júlio Dinis escreveu de novo sobre o romance e sobre os seus críticos<sup>377</sup>.

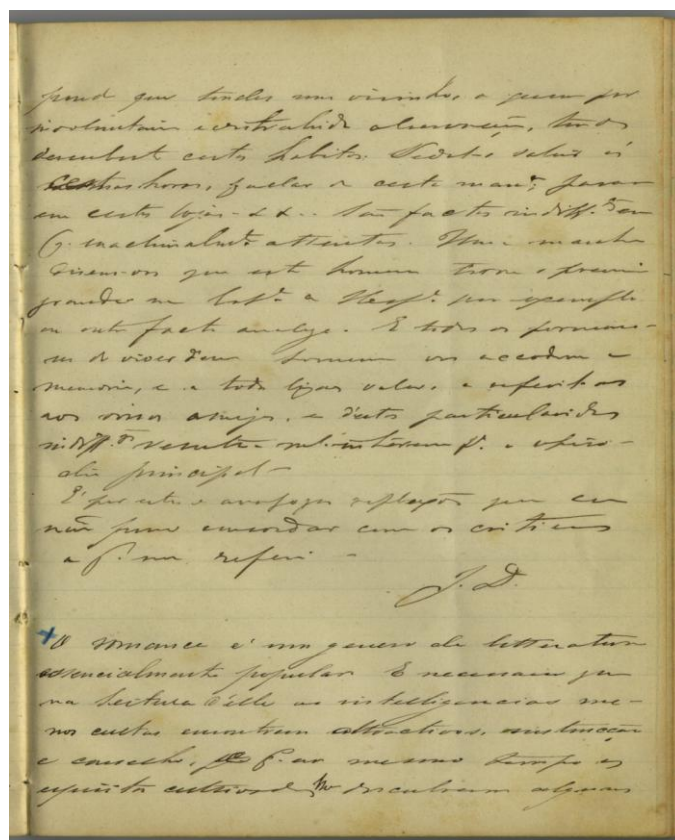


Fig. 1.6 – Espólio de Júlio Dinis, *Ideias que me ocorrem*<sup>378</sup>

<sup>376</sup> «Nos textos dinisianos, consideramos que se reconhece claramente esta mesma evolução na sua relação com o espaço e o tempo narrativos, mas nunca perdendo de vista uma predominante incidência na acção das personagens colocadas nestes contextos, com particular destaque para a questionação da complexidade da psicologia humana.», Carmen Abreu, *ob. cit.*, p.146.

<sup>377</sup> Júlio Dinis, em março de 1870, no Funchal, escreveu: «No difuso e confuso livro de crítica de Luciano Cordeiro, lê-se a pág. 240: «O chamado romance de costumes, geralmente variante bucólica daquela (a feição social), desfastio da literatura burguesa, sem alcance crítico»... É uma das muitas leviandades e fraquezas de critério do que a si mesmo se apresenta como o reformador da crítica. (...) Estou convencido de que é mais provável que a posteridade leia com mais interesse o romance de costumes, que não chega ao alcance da crítica do Sr Luciano Cordeiro, do que, com seriedade, os ditames, que uma pretensiosa e pedantesca coorte de rapazinhos, lhe está ditando, cá do nosso século, como se gozassem do privilégio de videntes.», Cf Júlio Dinis, «Notas», *ob. cit.*, p. 535-536.

Sendo a imprensa diária um dos mais importantes centros de discussão e crítica literária, a leitura das páginas do *Jornal do Porto*, e de outros diários portuenses, para além de 1863, especialmente durante o período de 1867 a 1871, com a publicação da obra dinisiana, em folhetim e em livro, pode permitir o contacto a crítica a que se refere o escritor. Como exemplo, apontemos Augusto Malheiro Dias, que na 1ª página do *Jornal do Porto*, na secção *Folhetim*, escreveu a propósito de *As Pupilas do Senhor Reitor* (edição de 21 de novembro de 1867), de *Uma Família Inglesa* (edição de 13 de agosto de 1868), de *A Morgadinha dos Canaviais* (edição de 18 de abril de 1869) e de *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (edição de 9 de fevereiro de 1872). Malheiro Dias refere-se a Júlio Dinis como o sr Coelho, o sr Gomes Coelho, ou apenas Gomes Coelho; só nos artigos sobre a *Morgadinha* e *Os Fidalgos* o trata também Júlio Dinis.

<sup>378</sup> Cf. Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular* (Porto), JD 40.

Afirmando que o romance é um género de literatura essencialmente popular, discorre sobre o estilo da narração e o diálogo e afirma: «*O romance é um género de literatura essencialmente popular (...). Não é, pois, conveniente enfeitar demasiado o estilo no diálogo. Quem o fizer tirará às personagens da acção o colorido de vida (...)*»<sup>379</sup>.

Neste texto, que consideramos ser de reflexão literária e de resposta aos seus críticos, Júlio Dinis começa por dizer que tem «*ouvido dizer que à índole do romance repugna a lentidão no suceder das cenas e episódios; que num género de literatura, como é aquele, o leitor quer depressa chegar ao desenlace e impacienta-se quando o autor entra em profusas descrições, em análises de caracteres, ou em divagações metafísicas*»<sup>380</sup>. E acrescenta: «*Já me apontaram isto em processo de crítica feita a um dos meus livros.*»<sup>381</sup> Refere-se a Walter Scott<sup>382</sup> e aos romances da escola inglesa<sup>383</sup>. Ele próprio critica a produção literária de Ponson du Terrail<sup>384</sup>, que vê publicada em episódios no *Jornal do Porto* e sobre cuja obra<sup>385</sup> escreve: «*As complicadas peripécias de uma história à Ponson du Terrail atordoam-vos, como a descrição de um crime horroroso cometido a distância da vossa terra; mas deixai passar oito dias sobre essa*

---

<sup>379</sup> Júlio Dinis, «Ideias que me ocorrem», in *Obras de Júlio Dinis*, volume II, p. 544.

<sup>380</sup> *Idem*, p. 541.

<sup>381</sup> *Ibidem*.

<sup>382</sup> *Ibidem*, p. 541: «Este descrédito do romance, que seguindo, com mais ou menos fidelidade os modelos de Walter Scott, é a forma literária verdadeiramente característica dos nossos tempos, provém dos abusos dos romancistas que, possuídos por uma falsa ideia, julgaram ser a imaginação a única base do romance.»

<sup>383</sup> *Ibidem*, p. 543: «(...) dos simples episódios de um romance como o Vigário de Waksfield e tantos outros da escola genuinamente inglesa, fica-vos uma como memória saudosa, porque aquelas figuras que vistes em acção, que sofreram e choraram, eram já de há muito conhecidas vossas e tínheis tido tempo durante a acção lenta da história para lhes conhecer bem o carácter antes de as ver sofrer.»

<sup>384</sup> Ponson du Terrail é um autor cuja obra o *Jornal do Porto* apresenta com grande regularidade, na secção *Folhetim*: Cf. *Jornal do Porto*, edição de 27 de novembro de 1861 e seguintes :«*A Mocidade de Henrique IV, novela histórica, pelo visconde Ponson de Terrail*», publicada até 10 de março de 1862, onde se anuncia o «*fim do quarto volume e da primeira parte*», mas a que se acrescenta: «*(continua)*». No dia seguinte, 11 de março de 1862, o *Jornal do Porto*, na secção *Folhetim*, inicia a apresentação de *As Apprehensões de uma mãe*, «*por Julio Diniz, oferecido à redacção do Jornal do Porto (...) que delicadamente nos foi ofertado pelo cavalheiro que se embuça com o pseudonymo modesto de Julio Diniz*»;Cf. *Jornal do Porto*, edição de 2 de abril de 1862 e seguintes: recomeça a publicação de *A Mocidade de Henrique IV* ( segunda parte);Cf. *Jornal do Porto*, edição de 21 de outubro de 1862, na secção *Folhetim*, encontramos mais um episódio de *A Mocidade de Henrique IV*, terceira parte, que fica concluída na edição de dia 3 de novembro de 1862. .Na edição de 4 de novembro de 1862, o *Jornal do Porto* inicia a publicação do «*O Espolio do Senhor Cypriano, por Julio Diniz*»;Cf. *Jornal do Porto*, ano de 1863: a obra de Ponson du Terrail continua a ocupar a secção *Folhetim*, com «*O Mundo visto d'entre scenas*», de 28 de julho a 28 novembro.

<sup>385</sup> Júlio Dinis, *Ideias que me ocorrem*, p. 542: «*Porque se tem derrancado o género até às indigestas e escandalosas produções de Ponson du Terrail?*».

*leitura e não vos ficará dela memória porque nunca chegastes a conhecer e fixar, a estimar portanto, as pessoas entre quem ele se travou.»*<sup>386</sup>

Estando ainda no Funchal, em janeiro de 1870, indica-nos o que sente quando vê a sua obra publicitada enquanto a escreve, referindo um episódio ocorrido quando estava a escrever a *Morgadinha do Canaviais*: um correspondente portuense do *Jornal do Comércio*, de Lisboa, noticiou<sup>387</sup> que estava a escrever um novo romance com esse título e isso perturbou-o<sup>388</sup>, porque «*Quando escrevo, é para mim estímulo o completo segredo. Se por acaso durante o trabalho sou traído por alguma indiscrição, sinto-me esfriar e durante dias repugna-me o assunto, que até então me atraía.*»<sup>389</sup> Júlio Dinis explica assim a razão principal da sua atitude: «*Quero absoluta liberdade para alterar, modificar, inverter e até abandonar um assunto desde que me desagrade. E esta liberdade é sempre tanto mais restrita, quanto mais informado está o público da natureza e do progresso da obra.*»<sup>390</sup> Afirma que os seus livros são como os filhos que não tem e que é com um certo sentimento de perda que os vê chegarem ao público: «*A publicação de um livro, por muita glória e proveito que traga ao autor, é sempre uma espécie de profanação desses filhos queridos da fantasia, que ele velava e acalentava com um verdadeiro amor de pai. (...) Por um lado experimenta-se a satisfação que acompanha sempre a realização de qualquer projecto.*»<sup>391</sup>

No conjunto da obra de Júlio Dinis, os textos que encontramos em *Ideias que me ocorrem*, escritos depois de concebidos os seus romances, e num momento de maturidade literária e de pensamento, apresentam um carácter natureza doutrinária, refletindo a sua conceção do romance moderno.

Entre os papéis e cadernos de Júlio Dinis é possível constatar que a caracterização de personagens<sup>392</sup> de *A Morgadinha dos Canaviais* foi sendo moldada e que o autor ponderou nomes e situações que depois alterou: A Henrique, chama Duarte de Vasconcelos, depois corrige para *de Sousellas*; à Tia de Henrique, chama Maria Francisca, depois risca e chama-lhe *D. Doroteia*; mas, primeiro registou-a como tia de Madalena e só depois riscou e alterou para tia de Henrique; de Augusto regista que é rapaz pobre, de 24 anos; a Ermelinda atribui-lhe 15 anos, e caracteriza-a como

---

<sup>386</sup> *Idem*, p. 543.

<sup>387</sup> *Ibidem*, p. 550.

<sup>388</sup> «*Já experimentei este efeito da indiscrição alheia. (...) Causou-me uma desagradável surpresa a revelação e por muitos dias não me apeteceu trabalhar*», *Ibidem*.

<sup>389</sup> *Ibidem*.

<sup>390</sup> *Ibidem*, p. 551.

<sup>391</sup> *Ibidem*, p. 552.

<sup>392</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD36.

rapariga do povo, loira, de longos cabelos loiros. Cumpre-se aqui aquilo que o autor escreveu, tendo guardado segredo sobre o enredo e as personagens da obra que andava a construir, e assim teve liberdade total para o ato da criação.

Neste caderno surge também a relação de 40 capítulos de *Uma família inglesa*, «*Uma família de Ingleses*» «(Esboço de costumes)» [subtítulo entre parêntesis] e o diário dos capítulos escritos de *As Pupilas do Senhor Reitor*, tendo escrito no fim a conhecida frase: «*Principiei a escrever as Pupilas em Ovar (1863) durante os meses de ~~julho~~ Julho e Agosto (...)*»<sup>393</sup>

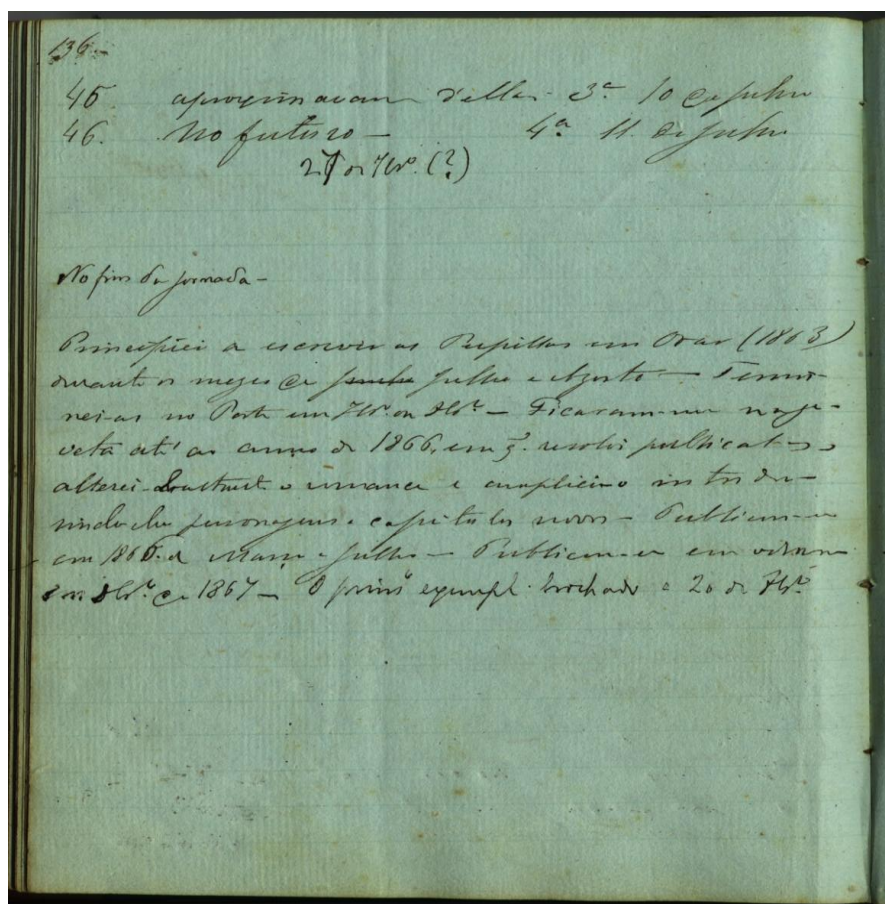


Fig. 1.7 - Espólio de Júlio Dinis, *No fim da jornada*<sup>394</sup>

Para escrever *Os Fidalgos da Casa Mourisca*<sup>395</sup>, Júlio Dinis estudou a história e a situação da agricultura portuguesa<sup>396</sup>. São apontamentos de Júlio Dinis, com data

<sup>393</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular*, JD 36.

Cf. Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 528.

<sup>394</sup> *Idem*.

<sup>395</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular* (Porto), BPMP, JD16. Descrição: [Os fidalgos da casa mourisca] [Manuscrito] / J. G. Gomes Coelho. 27 de Novembro de 1870. 199-386 f. ; 32x11 cm Escrito no Funchal.

de 1870. Daqui inferirmos que o último romance de Júlio Dinis foi preparado pouco tempo antes de ser escrito ou que a pesquisa foi feita em simultâneo com a escrita. O seu texto manuscrito começa assim: «*História da população e da agricultura desde a fundação da monarchia ate 1640*». Para justificar o nosso atraso agrícola, registou que as navegações despovoaram as aldeias e os campos, que há muitas terras incultas, que a Índia matou a nossa índole rural e o génio industrial; sobre a população rural e urbana afirma que «*a emigração para os centros populosos era constante*». Sobre a posse da terra, considera que primeiro os proprietários têm de começar a residir nas suas terras e que só depois passam a cuidar delas, que falta que lhes tomem o gosto, que as cuidem, que essa é a transformação de que precisamos para que a situação se altere. Júlio Dinis aponta igualmente como problema que o proprietário abastado nem sempre sente necessidade nem «*aptidão para cultivar bem*» e que se tiver aptidão e vocação tanto melhor porque «*nada supprime os olhos e as mãos do dono (...)*». Fala de empresários, de capitalistas, de rendas, de trabalhadores e de salários.

Em 1870, Júlio Dinis escreveu muito, principalmente a partir do Funchal, como podemos verificar através do volume de cartas particulares<sup>397</sup> e literárias<sup>398</sup>, de notas<sup>399</sup> e ideias<sup>400</sup>. Também no Funchal, em janeiro de 1870, durante a sua permanência na ilha, em busca de bem estar, elabora textos em que reflete sobre a sua obra e responde aos seus críticos<sup>401</sup>, apresentando-nos o seu pensamento literário, mas também discorre sobre a amizade: «*ausência prolongada, digam o que quiserem, é prejudicial às mais estreitas amizades. A convivência habitual, pelo contrário, fomenta-as.*»<sup>402</sup> Após a sua morte, seu pai e suas sobrinhas cuidaram da sua obra e do seu espólio. Nos papéis da família, encontramos recortes e informações diversas, como recibos e contas<sup>403</sup> das

<sup>396</sup> *Idem*, JD39. Descrição: D [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. [61] f. ; 20x17 cm Na f. [2]: “Subsidios para o romance Os fidalgos da caza mourisca”. Anotações a partir de: SILVA, Rebelo da - Compendio de economia rural para uso das escolas populares creadas pela lei de 27 de Junho de 1866.1868 Na f. [60 v.]: cronologia referente à elaboração de Os fidalgos da casa mourisca.

<sup>397</sup> Júlio Dinis, «Cartas Particulares», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, pp. 799, 810, 821-825, 829-836, 889-902.

<sup>398</sup> Júlio Dinis, *Cartas Literárias*, pp.768 -773.

<sup>399</sup> Júlio Dinis, *Notas*, pp. 528, 535, 536.

<sup>400</sup> Júlio Dinis, *Ideias que me ocorrem*, pp.550-553.

<sup>401</sup> « (...) não posso concordar com os que taxam de falta de unidade o meu romance *A Morgadinha*. Todas as personagens e episódios nele introduzidos estão ligados por interesses comuns e subordinados a uma ideia principal. Essa é a unidade que eu procuro sempre realizar.», Cf Júlio Dinis, «Notas», *ob. cit.*, p 535.

<sup>402</sup> Júlio Dinis, Janeiro de 1870, no Funchal, «Ideias que me ocorrem», p.550.

<sup>403</sup> Cf. *Júlio Dinis - Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD49. Descrição: [Recibos e conta das obras de Júlio Dinis] [Manuscrito]. 1868-1884. 12 espécies Documentos outorgados por Joaquim Guilherme Gomes Coelho e por José Joaquim Gomes Coelho, seu pai.



obras do escritor, recortes de jornal<sup>404</sup>. Entre os recortes, encontramos a *Revista Illustrada*, com artigo de Fernandes Costa, de 15 de setembro de 1891<sup>405</sup>. Foi nesse ano que se completaram os 20 anos sobre a morte de Júlio Dinis. O autor do artigo, faz resenha do sucesso do escritor e conta que, na primavera de 1871, encontrou Augusto Soromenho «o sabio professor do curso superior de letras»<sup>406</sup> que, emocionado, ‘subjugou a comoção’ e lhe mostrou uma carta de Júlio Dinis, vinda da Madeira, em que ele «firmando-se no seu saber de medico e na observação scientifica que em si próprio exercia, chegava quasi a marcar o termo inevitavel da sua existencia, e annunciava o paquete que devia conduzir para aqui as suas cinzas»<sup>407</sup>. O autor do artigo, Fernandes Costa, diz que o escritor foi ilustre<sup>408</sup> durante 4 anos de carreira - desde que lançou *As Pupilas do Senhor Reitor*, com 28 anos, e até à sua morte, pois morreu com 32 anos e «quatro de triumpho indisputado e de indiscutivel gloria». Mas, afirma, não se tratou apenas de quatro anos de escrita, pois Júlio Dinis, «tratava, comtudo, amantemente as letras desde os dezanove [idade com que, em 1858] «escrevia o romancinho *Justiça de sua Magestade*, o qual, por ser obra de creança, não deixou todavia de merecer cuidados ao auctor durante a sua vida inteira, e tanto que o destinava, depois de revisto, a ser o conto de abertura do volume *Serões da Provincia* (...)»<sup>409</sup>.

Neste artigo de setembro de 1891, na *Revista Illustrada*, Fernandes Costa informa o seu público que a doença do escritor não lhe permitiu concluir a revisão de *Justiça de Sua Magestade*, pelo que este conto, a que chama *romancinho*, só foi publicado 10 anos depois da sua morte, na 3ª edição da sua obra *Serões da Provincia*<sup>410</sup>,

---

<sup>404</sup> *Idem*:

JD50. Descrição: Concurso para a illustração das obras de Julio Diniz [Texto impresso]. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890. 7 p. ; 23x16 cm. Anexo um recorte de jornal com artigo intitulado: “Concurso artistico – concessão de prémios” Entre as p. [2] e [3], uma f. com a relação das obras de Júlio Dinis publicadas pela Companhia Nacional Editora.

JD51. Descrição: Cousas jocosas que parecem sérias [Texto impresso]: [recortes de jornais]. 4 f. ; 32x21 cm Dentro de um envelope Artigos publicados entre 20 de Novembro e 4 de Dezembro de 1879.

JD52. Descrição: Impressos a respeito do tio e suas obras [Texto impresso]: [recortes de jornais]. 20 f.; 42x33 cm ou mais pequeno Dentro de um envelope.

JD53. Descrição: [Recortes de jornais sobre Júlio Dinis] [Texto impresso]. 35 recortes + 1 envelope

<sup>405</sup> *Revista Illustrada*, artigo de Fernandes Costa, de 15 de setembro de 1891, Cf. *Júlio Dinis - Inventário dos documentos de uma colecção particular* (Porto), BPMP, JD52.

<sup>406</sup> *Idem*.

<sup>407</sup> *Ibidem*.

<sup>408</sup> *Ibidem*.

<sup>409</sup> *Ibidem*.

<sup>410</sup> «Era propósito de Júlio Dinis, quando em 1869 permitiu à casa Moré editar os *Serões da Provincia*, principiar a interessante colecção dos seus pequenos romances com a *Justiça de Sua Magestade*, estreia literária do talentoso romancista, escrita em 1858 (...) . A persistente doença de Júlio Dinis não lhe permitiu concluir a revisão do romance, (...)», Cf. «Advertência», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II.p.7.



como podemos confirmar pelas palavras de Cruz Coutinho, que nos conta que o pai de Júlio Dinis lhe entregou o manuscrito «*para lhe dar publicidade, se me parecesse digno dela! – não se lembrando que não podia ser censor do escrito de seu filho, quem, como eu, tem apenas o merecimento de haver sempre sido, e ser ainda, um dos seus maiores admiradores.*»<sup>411</sup>

Fernandes Costa relata que, em 1860, Júlio Dinis publica alguns poemas na revista *Grinalda*, assinando já como Júlio Dinis, mas que antes já o fizera como Diana de Avellada (Avellado?). É igualmente de salientar que regista no mesmo texto o facto de Júlio Dinis ter feito, em 1861, a tese de curso, mas que a Medicina permite aos novatos largos tempos de ócio sem doentes, tempo que ele aproveitou para escrever. Para Fernandes Costa, na obra de Júlio Dinis, a bondade é um sentimento abundante e que esse é o segredo do seu sucesso: «*os typos, os personagens, os actores da limitada comedia rustica, que este romancista, tão genuinamente portuguez, põe em scena, e mórmente as figuras essenciaes do drama, são na sua generalidade bons*»<sup>412</sup>. Neste artigo da *Revista Ilustrada*, é ainda referido que em 1859, morreu um irmão de Júlio Dinis, com tuberculose/tísica e que não se sabe se a mãe também morreu, de tísica, anos antes. O articulista relaciona a doença do peito com o seu estilo e o seu sucesso como romancista - «*era um doente do peito*» com a sua

*«estranha sensibilidade, a espiritualização instintiva de todos os affectos, a sua comprehensão da arte, fazendo-a concorrer para a criação de um mundo novo, que lhe fizesse esquecer as miserias do mundo verdadeiro, do mundo serio.*

*D'ahi a sua ternura inexgotavel (...) a sublimação de todas as virtudes humanas, tão puras, tão immaculadas, tão ideaes, que as suas creações, sobretudo as femininas, parecem menos productos terrenos do que emanações celestes.*»<sup>413</sup>

Esta síntese compulsada na imprensa periódica e guardada pela família, não deixa de questionar o facto de o mundo rural retratado pelo escritor ser um mundo fechado, numa pequena sociedade. Contudo, Fernandes Costa afirma: «*Não é. Mas é um quadro ideal, que a bondade ingénita do romancista se comprazia em traçar, e que, se para a analyse fria, não é de nenhum, modo a representação da vida, é para as almas delicadas e boas um doce repouso n'um mundo imaginario, mas não*

---

<sup>411</sup> Cf. Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular* (Porto), BPMP, JD52.

<sup>412</sup> *Idem.*

<sup>413</sup> *Ibidem*, Fernandes Costa, *Revista Ilustrada*, 15 de setembro de 1891, no 20º aniversário da morte de Júlio Dinis, JD 52.

*impossível.*»<sup>414</sup> O articulista refere ainda que este Júlio Dinis gostaria do seu curso de medicina, ou não teria boas notas e não o teria terminado tão cedo, pois que em 1865 já era demonstrador e em 1867 lente na Escola Médica do Porto, tendo separado bem a esfera do médico e do escritor. Vinte anos depois da sua morte, este biógrafo de Júlio Dinis afirma que o escritor escrever na «*limitada esfera das aldeias do seu poético Minho*» e que «*foi um grande romancista; mas não teve tempo para ser um grande escriptor, no sentido da perfeição artística e mechanica*»<sup>415</sup>. No entanto, defende que, se não tivesse morrido tão cedo, Júlio Dinis teria escrito mais livros notáveis,

*«mas esses livros haviam de perder em espontaneidade, em singeleza nativa, em natural comoção, o que tivessem de ganhar em perfeição de fôrma, em madureza de reflectir, em correcção de linguagem.*

*Nos Fidalgos da casa mourisca, ultima produção do malogrado escriptor, sente-se já um pouco esta transição de processos; ha progresso mechanico, não tão manifesto como podia ser, porque o auctor, atormentado pelo soffrimento, descurou mais de uma vez a revisão final do livro; mas esse progresso é pago á custa d'outros dons, e o romance, sem deixar de ser uma obra interessantissima, é todavia inferior em espontaneidade, em graça, em singeleza, ás obras primas que o antecederam, e não deslocou nenhuma d'ellas do logar adquirido já.»*<sup>416</sup>

Fernandes Costa, classifica Júlio Dinis como um artista porque não fez imitação fria e simples da realidade e chama-lhe um observador finíssimo das perfeições a que aspira o ser humano<sup>417</sup>. Este espaço e esta atenção que o escritor recebe na *Revista Illustrada*, na evocação da sua vida e da sua obra, vinte anos após a sua morte, foi importante para a família, já que consta do material arquivado e guardado para memória futura. Chegou até nós e permite que nos interroguemos sobre as opções da família, em 1891, no que respeita à obra do autor. Neste conjunto de documentos do espólio do artista, encontramos recortes de jornais, quase todos sem a identificação da fonte, sobre a representação de *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>418</sup>, em Lisboa, em março

---

<sup>414</sup> *Idem.*

<sup>415</sup> *Ibidem.*

<sup>416</sup> *Ibidem.*

<sup>417</sup> *Ibidem*: «*Os typos de ideal bondade, que perpassam n'aquellas paginas encantadoras, não são reaes, bem o sabemos; mas são verosimeis, e tanto que mais de uma alma subtilmente delicada se reconhece n'elles e com eles fraternisa. O drama intimo do homem acorda o genio dramático do escriptor, e a concepção do seu ideal interno manifesta-se nas creações ideaes das obras que realisa no mundo exterior*».

<sup>418</sup> Em carta, escrita em Lisboa, a 25 de março de 1868, dirigida ao seu amigo Custódio Passos, Júlio Dinis transcreve em nota um excerto do *Diário Popular* da véspera, dia 24 de Março de 1868, no qual se noticia a representação de *As Pupilas do Senhor Reitor* e onde se verifica que Júlio Dinis, apesar de ter ido assistir, procurou passar despercebido: «*A plateia levantou-se para aplaudir o Sr. Biester e o Sr. Gomes Coelho, que se recusou a subir ao palco. Veio buscá-lo à plateia o Sr. Biester e mal apareceram ambos no palco, o*

de 1868, sobre a publicação de *A Morgadinha dos Canaviais*, a 21 de março de 1869 e recortes noticiando a morte do escritor, da *Gazeta do Porto*<sup>419</sup>, do *Comércio do Porto*<sup>420</sup>. Mas, a evocação de Júlio Dinis pelos seus contemporâneos, foi igualmente arquivada para memória futura. No espólio, deparamo-nos com a presença de um texto de Sampaio Bruno, sem data e um artigo do *Diário de Notícias*, assinado por Pinheiro Chagas, que elogia os tipos das personagens dinisianas, dizendo que:

«já sou amigo velho de João Semana e a Morgadinha dos Canaviaes já não tem segredos para mim.

*Quem não tem saudades também d'aquella estouvada Clarinha, e da risonha Magdalena a ler aos aldeãos n'uma vereda verdejante do Minho as cartas dos filhos que foram para o Brazil, e a consolal-os quando as noticias são más?*

*Pobre Julio Diniz. Pague-lhe Deus em seculos de ethereos jubilos as horas suaves que o seu meigo espirito nos proporcionou.»*<sup>421</sup>

Deste luto nas Letras, há um artigo de jornal não identificado, em que se cita Teixeira de Vasconcellos: «*Escreveu As Pupilas do sr Reitor, delicado esboço de costumes populares, A Morgadinha dos Canaviaes formoso quadro da existencia da classe media nas províncias, e ia completar a trilogia com Os Fidalgos da Casa Mourisca, larga tela em que desenhara o viver dos magnates provincianos. (...) antinomia entre as antigas idéas aristocraticas, e as aspirações da democracia*»<sup>422</sup>.

E, de novo, encontramos Pinheiro Chagas, agora no *Arquivo Pitoresco*, elogiando o escritor e o seu romance, comparando a inspiração verdadeira de Alexandre Herculano no *Pároco de Aldeia* com a de Júlio Dinis em *As Pupilas do Senhor Reitor*:

«Não direi que as *Pupilas do senhor reitor*, não tem defeitos; é possível que a singeleza do estilo descáia uma ou outra vez em prosaísmo, que haja uma ou outra inverosimilhança, mas essas pequenissimas nodoas, que não tenho animo de notar, não escurecem a belleza do livro, que liga ao verdadeiro interesse do

---

entusiasmo do público chegou ao delírio. A todos comovia a modéstia dos dois escritores; um escondendo-se na plateia e furtando-se aos aplausos, outro pretendendo que toda a glória coubesse ao Sr. Gomes Coelho. Os actores que ainda estavam em cena abraçaram o Sr. Gomes Coelho, que, profundamente comovido, mal podia proferir uma palavra.», Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 863.

<sup>419</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: *Gazeta do Povo*, uma coluna, datada de 14 setembro de 1871.

<sup>420</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: *Commercio do Porto*, uma coluna datada de 13 de setembro de 1871.

<sup>421</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: *Diário de Notícias*, artigo assinado por Pinheiro Chagas, s/d.

<sup>422</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: *Jornal* não identificado, assinado por Teixeira de Vasconcellos, s/d.

*drama, á magnífica pintura de caracteres esta simplicidade nobre e comovente, que é, em quanto a mim, o supremo ideal das obras de arte.»*<sup>423</sup>

Em 1896, vinte e cinco anos após a sua morte, no *Correio da Noite*<sup>424</sup>, pede-se um monumento ao Júlio Dinis, na capital. O *Diário de Notícias* de 4 de abril de 1908 (?) anuncia a publicação do último fascículo da obra *As Pupilas do Senhor Reitor*, na «edição monumental» ilustrada por Roque Gameiro «dando-lhe um duplo valor artístico»<sup>425</sup>.

O escritor portuense Alberto Pimentel<sup>426</sup>, publicou a biografia de Júlio Dinis<sup>427</sup>, produzida na tipografia do *Jornal do Porto*. Um texto de quarenta páginas, que surge no espólio como tendo sido publicado em *Folhetim*, mas não há referência ao jornal ou a data, pois apenas se guardou a cópia do texto<sup>428</sup>. Alberto Pimentel, apoia e até sugere nome de rua para vários autores e acrescenta que já está a ser pensada uma estátua do escritor falecido, na frente da Escola de Medicina do Porto. A este propósito, dever-se-á salientar também um recorte do *Commercio do Porto*, intitulado *Homenagem ao Talento*, sem data: «Da correspondência de Lisboa do nosso colega do Mercantil (....) ha ideia de erigir um monumento ao finado escriptor Joaquim Guilherme Gomes Coelho»<sup>429</sup>.

A leitura deste conjunto de papéis do espólio de Júlio Dinis permite identificar publicações e intelectuais que dedicaram atenção à obra de Júlio Dinis. Jornais e revistas, em que salientámos os jornais diários - *Diário de Notícias*, o *Jornal do Porto*, o *Comércio do Porto* – e figuras das letras e da cultura, como Alberto Pimentel, Fernandes Costa, Pinheiro Chagas, Teixeira de Vasconcelos. Nas primeiras décadas do

---

<sup>423</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: *Arquivo Pitoresco*, assinado por Pinheiro Chagas, s/d.

<sup>424</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: *Correio da Noite*, s/d.

<sup>425</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: *Diário de Notícias*, 4 de abril de 1908 (?) .

<sup>426</sup> Alberto Pimentel, nasceu no Porto em 1849. Publicou *Esboço Biographico de Julio Diniz*, edição da Typographia do Jornal do Porto, 1872, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/32156/32156-h/32156-h.htm>, consulta de 12.08.2017.

<sup>427</sup> «É dever nosso dizermos, remontando-nos á sua infancia, que frequentou primeiras lettras com Antonio Ventura Lopes, em Miragaya, sendo que n'estes inexperientes adejos de ave implume, que, saudosa do ninho paterno, receia defrontar-se com a figura mais ou menos severa d'um homem desconhecido, o professor, lhe serviu de estímulo e conforto a voz carinhosa e authorisada de seu irmão, José Joaquim Gomes Coelho. E pois que veio de geito escrever-se este nome, digamos de relance que era o de um profundo e notavel talento, que ainda hoje é motivo de justissimo orgulho para os fastos gloriosos da Academia Polytechnica do Porto, onde José Joaquim Gomes Coelho frequentara distinctamente o curso mathematico.», Alberto Pimentel, *ob. cit.*, s/p.

<sup>428</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52: texto de Alberto Pimentel, s/d.

<sup>429</sup> Júlio Dinis - *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, JD52.

século XX, continuava viva a memória do escritor e a sua obra era reeditada, em folhetim e em edições de luxo e com o contributo das ilustrações de Roque Gameiro<sup>430</sup>. Surgiam propostas de homenagens e o Porto fez uma subscrição para uma estátua que perpetuasse o seu escritor, o portuense romancista que escreveu romances de costumes, que fez retratos das gentes que habitavam o Porto e as aldeias do seu tempo.



Fig. 1.8 - Estátua de Júlio Dinis, da autoria de João da Silva. No Porto, no Largo da Escola Médica, hoje Largo prof. Abel Salazar. Foi inaugurada em dezembro de 1926. Financiada por subscrição pública<sup>431</sup>.

Por todo o país, renovava-se o interesse pela sua obra e foram surgindo na toponímia referências ao jovem escritor que povoou e alimentou a imaginação de várias gerações de jovens, os seus leitores do seu tempo e os do nosso tempo. Hoje, de Norte a Sul, a toponímia<sup>432</sup>, escolas<sup>433</sup> e empresas evocam a sua memória.

Também o Funchal quis homenagear o grande romancista português. Fê-lo, no mesmo ano em que foi inaugurada a Casa Museu Júlio Dinis, em Ovar, em 1996, com uma estátua na rua onde passou algum tempo, naquele que foi o seu último tempo: «*Médico e escritor, Júlio Dinis deslocou-se à Madeira, por três vezes, em buscas de*

<sup>430</sup> Cf. capítulo III, *Júlio Dinis – das cenas da vida do Porto às crónicas da aldeia*.

<sup>431</sup> <https://sigarra.up.pt>, última consulta em 10 de fevereiro de 2017.

<sup>432</sup> Na toponímia, em Lisboa, Porto, Portela, Sacavém, Loures, Barreiro, Alcochete, Corroios, Setúbal, Cascais, Oeiras, Sintra, Linda-a-Velha, Amadora, Gafanha da Nazaré (Ílhavo), Trofa, Coimbra, Ovar, Ermesinde, Valongo, Grijó, Vila Nova de Gaia, Avintes, Felgueiras, Albufeira, Loulé, Funchal.

<sup>433</sup> Na denominação de escolas, em Aveiro, Ovar, Gondomar, Grijó, Sta Iria de Azóia, Colégio no Porto, Externatos em Queluz e no Funchal; Escola Portuguesa Júlio Dinis, de Mineola, Nova Iorque, USA, desde 1974; Na cidade de S. Paulo, Escola Pública Estadual; Escola de Condução em Ovar.

*melhoras para a sua debilitada saúde. Habitou temporariamente num imóvel situado na Rua da Carreira, local assinalado com a sua Estátua em bronze, da autoria do escultor madeirense Ricardo Velosa.»*<sup>434</sup>



Fig 1.9 - Estátua de Júlio Dinis, Funchal

Estátua da autoria de Ricardo Velosa  
(1996)

Estas homenagens, aparentemente de carácter local, integram-se num movimento muito mais vasto de busca e valorização da memória coletiva que se confunde com a memória do passado comum que, em cada momento, as comunidades são capazes de manter viva. Mas, a memória das gentes e das sociedades vai muito para além dos testemunhos materiais e os relatos familiares ou escolares, conta também com o contributo da memória das elites, seja através do trabalho da historiografia, veiculando a informação obtida nos documentos e arquivos que foram sendo produzidos e estudados, seja através de outras elites políticas, sociais, económicas e culturais, conscientes das raízes profundas do presente no passado. Fernando Catroga, que se debruçou sobre a problemática da memória e da historiografia, refere que existe *«um relativo consenso acerca do papel da anamnese na construção de identidades pessoais e sociais»*<sup>435</sup>. O historiador considera que a memória<sup>436</sup> e a historiografia criam, refazem ou desfazem preconceitos e estereótipos, criam ou reformulam valores, criam novos heróis, assim como podem contribuir para a queda de outros. Valorizar

<sup>434</sup> <http://www.cm-funchal.pt>, última consulta em 10 de fevereiro de 2017.

<sup>435</sup> Fernando Catroga., *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001, p. 15.

<sup>436</sup> *«Todos estes condicionamentos impõem que a memória seja sempre selectiva. Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registo, mas é a retenção afectiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento obrigam a que somente se possam recordar partes do que já passou. (...) Portanto, compreende-se que, na anamnese a história e a ficção se misturem, a verdade factual se miscegene com conotações estéticas e éticas (...)»* Idem, pp. 20-21.

factos, personagens, valores ou práticas culturais, ou contribuir para o seu esquecimento, qualquer que seja a opção, implica sempre escolha porque, como afirma Fernando Catroga, «as escolhas são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir»<sup>437</sup>. Com as suas escolhas, valorizações e esquecimentos a historiografia<sup>438</sup> contribui «para a refundação, socialização e interiorização de novas memórias»<sup>439</sup>. A literatura, como a historiografia, é fazedora de opinião. Nunca a literatura, como qualquer outra forma de arte, é neutra. Júlio Dinis foi lido por sucessivas gerações de jovens e, certamente, contribuiu para a construção de uma representação social de rapazes, de raparigas, de jovens, de elites, de pais, de mães e mulheres. Nos romances oitocentistas, com os seus quadros do quotidiano, foram sendo redescobertas e reconstruídas raízes de mentalidades, usos e costumes. E assim, todos influenciaram e influenciam o presente, em que se criam percursos e abrem caminhos novos, imprevistos, ou previsíveis, e nem por isso, tão novos como parecem, com retrocessos, avanços, permanências e mudanças, com o reconhecimento ou o esquecimento de personalidades e de personagens que a todos pertencem, porque pertencem ao passado coletivo comum.

Ao longo das sucessivas edições do diário *Jornal do Porto*, como veremos nas páginas que se seguem, podemos captar retratos do quotidiano de muitos portugueses contemporâneos e conterrâneos de Júlio Dinis. Retratos que contribuíram para a construção ou a reconstrução de tradições, usos e costumes, para a afirmação de valores ou para a sua transformação, num constante confronto entre tradição e modernidade, que formam mentalidades e abrem o caminho para o futuro individual e coletivo, também ele projetado na ficção dinisiana.

---

<sup>437</sup> *Ibidem*, p. 26.

<sup>438</sup> «Em suma, a historiografia também funciona como fonte produtora (e legitimadora) de memórias e tradições, chegando mesmo a fornecer credibilidade cientificista a novos mitos de (re)fundação de grupos e da própria nação (...)», *Ibidem*, p.52.

<sup>439</sup> *Ibidem*, p. 57.

## **Capítulo II**

**Portugal no início da 2ª metade do século XIX, no *Jornal do Porto***



## Portugal no início da 2ª metade do século XIX

O ambiente político, económico, social e cultural em que Júlio Dinis escreveu e situou os seus retratos sociais da vida quotidiana dos Portugueses decorre da conjugação de interesses e circunstâncias das elites e dos atores políticos, económicos, sociais e culturais, do nível nacional ao nível regional e local. A vida quotidiana de uma nação, de uma família ou de indivíduo é um todo, constituído por cada uma das suas partes, que se cruzam e se interligam numa construção individual e social heterogénea, diversificada, plural. Portugal e os portugueses de Oitocentos criaram a sociedade e as oportunidades que o seu contexto e as suas lutas diárias permitiram. Com a Regeneração pretendia-se acelerar o ritmo de modernização e desenvolvimento do reino. Júlio Dinis, em 1868, ao longo da intriga de *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>1</sup>, foi porta voz e companheiro de muitos dos seus leitores<sup>2</sup>, dos cidadãos seus conterrâneos, dos portuenses, enfim, dos portugueses, quando apresentou o conselheiro Manuel Berardo de Mesquita<sup>3</sup>, «um homem muito do século»<sup>4</sup>, e as personalidades locais, os *notáveis*<sup>5</sup>, como o Seabra<sup>6</sup> ou o morgado das Perdizes<sup>7</sup>, que se reuniam na taberna do Canada, algures, numa aldeia do Minho. Era

---

<sup>1</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, romance publicado em folhetim, no *Jornal do Porto*, entre 14 de abril e 29 de julho de 1868.

<sup>2</sup> «O leitor de Júlio Dinis é ainda um verdadeiro companheiro de viagem do narrador, pois no trabalho literário deste escritor a chamada do leitor a esta actividade é uma constante, convite que imprime à ficção força conceptual.», Carmen Abreu, *ob. cit.*, p. 150.

<sup>3</sup> «Este nome era o de um dos principais vultos políticos da época, e que então militava no campo oposicionista, sendo indigitado para ministro na primeira reforma ministerial; home influente, de grande capacidade política, tendo sempre advogado no parlamento as ideias mais liberais, e militado no partido progressista.» Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 54.

<sup>4</sup> *Idem*, p. 76.

<sup>5</sup> « - O pai ficou na loja do Canada – respondeu Ângelo. – Estava reunida em sessão a assembleia dos notáveis.», *idem*, p. 149.

<sup>6</sup> « O brasileiro fora erguendo-se à medida que Augusto falava. Estava espantado por ver que um rapaz, sem um vintém de seu, ousasse falar com tal irreverência a um homem que tinha dinheiro e crédito em tantos bancos. A ordem do mundo estava perturbada.», *ibidem*, p.280.

<sup>7</sup> «A embriaguez da revolução apoderou-se de novo do morgado das Perdizes. Duas influências inebriantes lhe disputavam agora o cérebro, que não fora nunca dotado de grande fortaleza contra as paixões.» *ibidem*, p. 323.

a política real na comunidade rural<sup>8</sup>, com as suas afinidades e contrastes com a intriga política e palaciana da capital do reino, como sabe Madalena, a morgadinha<sup>9</sup>.

Nas suas viagens pelo Norte, para fora do Porto, Júlio Dinis deparou-se com um desses espetáculos de uso do direito de voto e contou-o assim em carta ao seu amigo Custódio Passos:

*«Neste momento estão caminhando os eleitores para a urna, sem grande consciência da importância da sua missão. (...) não há soberano mais modesto e despido de soberbas e orgulhos do que o povo soberano. (...) As freguesias chegavam aos magotes, capitaneadas por um caudilho que pisava o terreno com certos ares de general, marchando à frente de um exército. Que figuras! Quando me lembrava que cada uma daqueles eleitores trazia no bolso uma lista com o nome de Roque Joaquim Fernandes Tomás, e me punha a comparar aquelas individualidades, a do eleitor e a do eleito, quando via a distância que os separava, a completa ignorância em que estava um das qualidades e até da existência do outro, não podia deixar de fazer as minhas reflexões sobre o muito que distava ainda da ideia constitucional à realidade.»<sup>10</sup>*

Antes de 1868, Júlio Dinis não tinha ainda apresentado retratos tão claros da vida política local<sup>11</sup>. É em *A Morgadinha dos Canaviais* que vai revelando as teias de interesses e poderes que se vão formando, pelo país fora, freguesia a freguesia, num país recém chegado a um sistema político liberal e em que os atos eleitorais se sucedem em ritmo quase anual. Consideramos que *A Morgadinha dos Canaviais* é o romance em que Júlio Dinis atinge o ponto alto da sua carreira de escritor portador de uma mensagem de intervenção e crítica política, assumindo um papel de político ativo e de pedagogo<sup>12</sup>. A intriga política local surge explicitamente retratada neste

---

<sup>8</sup> «(...) Se quiser prender-se à aldeia, abjurar os atractivos da cidade, deve rustificar-se em tudo; principiar por cultivar o interesse por as questõezinhas da terra; deve, por exemplo, declarar-se pelo abade contra a junta de paróquia ou pela junta de paróquia contra o abade; ralhar do regedor na questão com os taberneiros ou defendê-lo.», *Ibidem*, pp. 50-51.

<sup>9</sup> «- Eu?! Eu, que abomino a política! que, só ela podia fazer entrar uma crueldade no coração de meu pai!». *Ibidem*, p. 186.

<sup>10</sup> Júlio Dinis, «Cartas Particulares», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 858 - carta escrita em Felgueiras ao seu amigo Custódio Passos, em 9 de julho de 1865, referindo-se ao ato eleitoral para o Parlamento, a decorrer nessa data.

<sup>11</sup> Júlio Dinis publicou em folhetim, no *Jornal do Porto*, em 1866, *As Pupilas do Senhor Reitor*, entre 12 de maio e 11 de julho (em livro, em 1867), e *Uma Família Inglesa* em 1867, entre 01 de março e 30 de maio (em livro em 1868).

<sup>12</sup> ««(...) Em contraposição tinha a maioria dos meus leitores a convencer-me de que o êxito de alguns dos meus livros era principalmente devido a essa pobreza de ornatos e arabescos, que me apontavam os censores. Muitas vezes ouvi dizerem-me que liam com prazer os romances que eu escrevia porque os entendiam do princípio ao fim.» Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 533

seu outro romance rural. Segundo Fernanda Monteiro Vicente, o autor «*não concebe o romance como um género onde a verdade não tem lugar. Os princípios teóricos que defende, e dos quais procura não se afastar, concebem a verdade como elemento fundamental e integrante do romance-instrumento que pretende criar. A verdade que envolve não apenas as personagens, mas igualmente o meio, o mundo em que se encontram integradas, (...)*»<sup>13</sup>

Em *Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa*<sup>14</sup>, da Biblioteca Nacional de Portugal, encontramos os números que nos permitem confirmar e concluir que a vida política portuguesa das décadas de 1850-70, estava «*muito centrada em elites e grupos com dinâmica e ativismo político, sem grande expressão nacional, localizados principalmente nas cidades de Lisboa e Porto. A percentagem de eleitores e de população votante não pode ser considerada representativa da população portuguesa e aponta para o nível de informação e de escolarização, bem como para o grau de politização geral.*»<sup>15</sup>

Recorrendo ainda aos dados publicados pela BNP, relativos à vida eleitoral, para os anos de 1860 a 1869, é claro que

«*a percentagem de população que é considerada para definir quem são os eleitores é demasiado diminuta para ser representativa dos portugueses e da sua vontade ou opinião política. Entre os eleitores, o número de votantes também revela que uma grande franja de cidadãos não vota, seja por desinteresse pessoal ou por dificuldade de comunicação/informação entre eleitos e eleitores. Se, em 1861, eram eleitores apenas 8,2% da população total e em 1869, essa percentagem subiu para 9,3%, o número de votantes, passou de 64,5%, em 1861, para 60,3%, em 1869, mas atingindo os 72%, em 1865 e 1868, obtendo-se uma média de 67,5% de eleitores votantes, nos cinco atos eleitorais, entre 1861 e 1869.*»<sup>16</sup>

O desenvolvimento das comunicações e da capacidade de circulação da informação e dos produtos podem ser considerados como elementos básicos para o desenvolvimento das sociedades, mas o analfabetismo era também, e ainda, o grande problema nacional, tendo o ensino primário sido uma prioridade para os liberais e a Regeneração, apesar das dificuldades concretas para a criação de uma rede de escolas:

---

<sup>13</sup> Fernanda Monteiro Vicente, *O locus amoenus na narrativa de Júlio Dinis*, Aveiro, 2011, p. 458.

<sup>14</sup> *Materiais para a História Eleitoral e Parlamentar Portuguesa*, (2006) BNP, Lisboa, disponível em <http://purl.pt>, consulta de 07.07.2016.

<sup>15</sup> *Idem.*

<sup>16</sup> *Ibidem.*

«divulgou-se o ensino público, cuja expansão foi revelando fragilidades e dificuldades, como verificámos nos dados disponíveis sobre a evolução do analfabetismo e do número de escolas em funcionamento»<sup>17</sup>. Alexandre Herculano já apontava o caminho: «o cidadão deve tomar o lugar do súbdito e ser habilitado a intervir no sufrágio, nas sentenças judiciais (jurados), no debate público da imprensa e das assembleias; “a instrução é um arroteamento”(…)».<sup>18</sup>

O *Jornal do Porto*<sup>19</sup> apresenta frequentemente anúncios de abertura de concursos para muitos lugares de professores e mestras de meninas, para vilas e aldeias de todo o país, muitas vezes com a generosa colaboração de particulares, ao lado do contributo do erário público e das câmaras municipais. Foram criadas muitas escolas para rapazes e algumas para meninas, mas o ensino primário só lentamente se generalizou, havendo grande diferença de atitude social e familiar quanto à educação dos rapazes e das raparigas. Júlio Dinis retratou essa realidade do país ao longo de toda a sua obra em prosa, dos contos<sup>20</sup> aos romances, revelando preocupação e criando nas suas páginas um espaço de intervenção, na defesa da instrução de rapazes e raparigas e da utilização de métodos pedagógicos modernos. Nos seus romances rurais Júlio Dinis apresenta protagonistas em que a educação e a literacia são fator de ascensão social: Margarida em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Augusto, em *A Morgadinha dos Canaviais*, Berta em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Júlio Dinis cria nos seus romances os vários tipos de ensino e de escolarização presentes na sociedade portuguesa no início da 2ª metade do século XIX. Em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, ficamos a saber como se processou a educação dos jovens fidalgos<sup>21</sup>, vemos que a educação da jovem Berta se fez na capital, com mestra particular<sup>22</sup>, e sabemos da presença do mestre escola, com cujos métodos de ensino o pai Tomé<sup>23</sup> nem sempre

---

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> Cf. Rui Grácio, «Ensino primário e analfabetismo», in *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, vol II, Lisboa, 1971, p. 50.

<sup>19</sup> Todas os excertos do *Jornal do Porto* apresentados ao longo desta dissertação foram obtidas na página eletrónica da Biblioteca Nacional de Portugal, BNP, disponível em [www.bnportugal.pt/purl.pt](http://www.bnportugal.pt/purl.pt).

<sup>20</sup> Cf. Júlio Dinis, «Justiça de sua Majestade», «Os romances da Tia Filomela», «O Espólio do Senhor Cipriano», «As Apreensões de uma mãe» in *Obras de Júlio Dinis*, pp. 9-200.

<sup>21</sup> «Não lhes faltavam mestres que os instruísem, que muitos eram os habilitados para isso nas salas do fidalgo, refúgio de tantos ilustres descontentes. Graças a estas especiais condições, puderam os dois rapazes receber uma educação difícil de conseguir em um canto tão retirado da província, como era aquele.», Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 12.

<sup>22</sup> *Idem*, pp. 76-77.

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 130.

concorda. Com *A Morgadinha dos Canaviais*, o escritor revela uma sociedade em que privilégios e diferenças sociais e económicas estão expressas na diversidade de situações e de oportunidades na educação<sup>24</sup> e em que o estatuto económico, social e cultural conduzem à desigualdade de oportunidades. Neste romance coexiste a ação do mestre escola para o ensino dos rapazes da aldeia com a contratação do mesmo mestre como professor particular para os filhos e filhas das casas abastadas<sup>25</sup>. O jovem e promissor casal constituído por Augusto e Madalena anunciam que querem intervir na educação na aldeia, cientes do papel da formação para a alteração dos modos de vida e das mentalidades. Na aldeia do Senhor Reitor, as meninas aprendiam a ler e a contar, segundo os pais de Francisquinha, como forma de poder sonhar com um casamento economicamente mais vantajoso e Margarida foi autodidata, tornando-se depois a mestra que, a conselho do reitor, utilizava a Bíblia como manual de leitura e ocupava as suas alunas também com sessões de costura e catequese.

A educação das crianças e jovens na sociedade portuguesa de Oitocentos, acabada de sair da esfera do Antigo Regime, revelava dificuldades e atrasos significativos em relação à Europa além dos Pirenéus. Este atraso distanciava-nos cada vez mais de outros países europeus, sendo impossível tentar estabelecer comparação com a situação em Espanha, Bélgica, França, Inglaterra, Suécia, Prússia, Holanda, Baviera ou com os Estados Unidos, como é referido no Relatório do decreto de 16 de agosto de 1870 da responsabilidade de D. António da Costa, citado por Marques Alves:

*«(...) Portugal tem apenas 2300 escolas oficiais, e destas só 350 do sexo feminino. Para estarmos, não diremos na situação que recomendavam as necessidades da população e do ensino, mas apenas na situação em que se acha a Espanha, deveríamos ter 7.000 escolas oficiais; 8.000 em relação à França, Bélgica e Baviera; 10.000 a 12.000 para correspondermos proporcionalmente à Inglaterra, Holanda, Suécia e Prússia; 21.000 para houbrearmos com os Estados Unidos. (...) O número total dos alunos (das escolas oficiais e das livres) no ano de 1867 era de 132.000. De 757.000 crianças de 7 a 15 anos de idade, 600.000 não frequentavam as escolas, o que é um facto lamentável, não o sendo menos que desse mesmo diminuto número de frequentadores a maior parte o era tão irregularmente, que tornava as próprias escolas existentes menos produtivas do que indicaria o seu número (...)»<sup>26</sup>*

---

<sup>24</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 72.

<sup>25</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>26</sup> Luís Alberto Marques Alves, «O ensino da segunda metade do século XIX», in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2001, p. 62, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 02.10.2016.

Sociedade e famílias pareciam valorizar mais o trabalho da criança do que a aprendizagem da leitura e da escrita. Apesar do esforço desenvolvido, muito devido ao aumento substancial da população, o analfabetismo mantém-se muito alto e, em 1867,<sup>27</sup> a maioria dos alunos das escolas primárias. apesar de uma proveniência heterogénea, eram filhos de famílias abastadas e urbanas<sup>28</sup>, pois que muitos pais fugiam à lei e não mandavam os filhos à escola, obrigando-os a trabalhar, não sendo aplicadas as medidas punitivas previstas na lei<sup>29</sup>. A todas estas dificuldades e problemas de ordem económica, política, social, cultural e de mentalidades, podemos acrescentar um outro muito importante: a falta de formação de professores e as efetivas condições das escolas<sup>30</sup>. O número de professores foi sempre insuficiente para as necessidades na luta contra o analfabetismo, apesar de progressivamente aumentar o número de escolas primárias e de serem inúmeros os lugares de professores que vão a concurso e que o *Jornal do Porto*<sup>31</sup> frequentemente anuncia, umas vezes publicitando a abertura de concurso<sup>32</sup>, ou citando o diário oficial, o *Diário de Lisboa*<sup>33</sup>, outras vezes dando notícia da ocupação de lugares. O papel da escola tornou-se essencial para a mudança social e cultural. A este propósito, Irene

---

<sup>27</sup> Luís Reis Torgal, «A Instrução Primária», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993, p. 619.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 618.

<sup>29</sup> *Ibidem*.

<sup>30</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 19 de abril de 1862: «Correio D'Hoje», «Lisboa 15 de abril, O Diario publica hoje uma portaria assignada pelo snr ministro do reino, em que se ordena aos governadores civis, que procedam immediatamente a visitar as escholas primarias publicas e particulares, a fim de as inspeccionarem em conformidade com os quezitos que acompanham a mesma portaria, devendo os mesmos governadores civis dar conta ao governo até ao próximo mez de setembro dos seus trabalhos. É esta uma providencia de reconhecida utilidade. Oxalá que ella receba prompta e leal execução.(...) Estas providencias do snr ministro do reino, não só attestam a sua incansável actividade, senão que indicam o propósito, em que s. exc<sup>a</sup> está, de dar impulso rigoroso aos melhoramentos da instrucção primaria, que tão carecida se acha de auxilio e protecção.».

<sup>31</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 11 de abril de 1862, «Instrucção Primaria»: Acham-se a concurso, por espaço de 60 dias, que principiará em 10 do corrente mez, perante o reitor interino do lyceu nacional de Lisboa, as cadeiras de instrucção primaria, 1º grau, de Arruda, Chelleiros, Coia, S. Izidoro, Villa Verde dos Francos, e Vimeiro; e perante os respectivos commissarios dos estudos as de Ferreiros, no districto de Aveiro; Aldeia da Conceição, Aldeia Nova de S. Bento, Almodovar, Collos, Ervidel, S. Anna da Serra, S. Barbara de Padrões, S. Marcos e Serpa, no de Beja; Santa Margarida, no de Castello Branco; Ega, Lagares e Povia de Midões, no de Coimbra; Figueiró da Serra, no da Guarda; Mação, no de Santarem; cada um com o ordenado anual de 90\$000 réis, pagos pelo thesouro publico, e 20\$000 réis pela camara municipal repectiva.».

<sup>32</sup> Luís Alberto Marques Alves, *ob.cit.*, p. 63.

<sup>33</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 11 de abril de 1862, «Parte Official»: «Diário de Lisboa de 9 de abril, Ministerio do Reino, (...) Annuncio de que se acham a concurso varias cadeiras de instrucção primaria para o sexo feminino dos districtos do Porto e de Santarem.».

Vaquinhas e Rui Cascão afirmam que o «*despertar de uma nova mentalidade, quer no domínio da moral familiar, quer na imposição de novos hábitos de convívio, traduz esta afirmação social [da burguesia], (...), a cultura burguesa difunde-se, dispondo de meios de influência decisivos na transformação das mentalidades. A escola primária e a imprensa são dois dos principais instrumentos que a possibilitam.*»<sup>34</sup>

Por outro lado, às dificuldades da participação política e à falta da preocupação das populações das aldeias dispersas pelo território com a participação política, havia que considerar a resolução de inúmeros problemas que impediam a modernização e o desenvolvimento das comunidades e faziam do trabalho diário uma constante luta para obter o sustento. A construção de estradas e do caminho de ferro, o desenvolvimento do serviço de correio, as exposições agrícolas, a criação de escolas, seguiam o seu percurso num ritmo de crescimento e de implementação que dependia muitas vezes das autoridades locais ou da capacidade de investimento, que era reduzida. As populações rurais, distantes dos centros de decisão e dos centros urbanos não tinham ao seu dispor empregos na indústria, atividade nascente e distante, e era a emigração que conseguia cativar o entusiasmo e surgir como solução para as gerações mais jovens.

Relativamente à problemática do ensino e do analfabetismo, nas centenas de páginas dos romances de Júlio Dinis, em que este pretende retratar os modos de vida, os costumes, as dificuldades e as aspirações dos seus contemporâneos, recolhemos também muita informação que se cruza com a informação historiográfica fornecida pela historiografia e mesmo pela imprensa contemporânea. Júlio Dinis aborda frequentemente as questões do analfabetismo e do ensino primário<sup>35</sup>, tal como a da formação de clérigos<sup>36</sup>. E assim, na conjugação de fontes, é possível traçar alguns retratos da sociedade portuguesa da 2ª metade de Oitocentos. Procurámos esboçar um retrato político-cultural e socioeconómico de uma época de mudança, de aumento da alfabetização e da capacidade de comunicar e de viajar. Este esboço completa, e completa-se com o que, sobre a época, é possível analisar no *Jornal do Porto*, seja em artigos de índole informativa ou de opinião, pois assiste-se a um

---

<sup>34</sup> Irene Vaquinhos e Luís Reis Torgal, «Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa », in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, p.457.

<sup>35</sup> Cf. Júlio Dinis, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, *A Morgadinha dos Canaviais*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, *Justiça de Sua Majestade*, *Aprensões de uma mãe*, *O espólio do Senhor Cipriano*.

<sup>36</sup> Cf. Júlio Dinis, em *A Morgadinha dos Canaviais*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

notável entusiasmo presente nos colaboradores, nos correspondentes e nos leitores do diário que emitem opiniões e fazem suas análises. Verifica-se igualmente o exercício da liberdade de opinião e defende-se o princípio do serviço público do *Jornal do Porto*.

Visamos analisar este periódico de modo a obter informação que permita reconstituir o contexto epocal de Júlio Dinis, fundamentando a tese de que os seus romances apresentam retratos do quotidiano oitocentista vivido, sentido, observado e lido pelo autor. Júlio Dinis era um intelectual liberal, leitor do *Jornal do Porto*, onde publicava a sua obra, e, certamente leitor de outros dos muitos jornais<sup>37</sup> portuenses que então se publicavam<sup>38</sup>, pois que os «*tempos eram de liberdade e de abertura*»<sup>39</sup> e «*se os não tinha antes, o Porto ia adquirindo salutare habitos de leitura*»<sup>40</sup>. Assim, a leitura deste diário portuense<sup>41</sup> apresentou-se-nos como fundamental para conhecer e compreender o autor e o seu pensamento. Foi um percurso de leitura, nas edições diárias disponíveis no site da BNP<sup>42</sup>, de 1859 a 1863, em busca de informação e opinião, de âmbito nacional, regional e local - notícias, artigos, curiosidades, cartas, informações oficiais, anúncios. A seleção do período a estudar, de 1859 a 1863, justifica-se com dois aspetos fundamentais: desde 1859, o ano em que o diário inicia a sua atividade, a 1 de março, e, simbolicamente, até outubro de 1863, data em que Júlio Dinis concluiu a escrita de *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>43</sup>.

---

<sup>37</sup> Francisco Ribeiro da Silva afirma: «(...) um total de 400 títulos de publicações periódicas do Porto, entre 1850 e 1890, não entrando na estatística almanques, anuários e relatórios, ainda que de aparecimento cíclico regular. (...) Por aquilo que podemos averiguar, os semanários levam a primazia, parecendo-nos que ocuparão mais de metade do conjunto. Seguem-se-lhe os diários (17a 20%). A alguma distância vêm os quinzenários, os tri e os bi-semanários, os mensais, os bi-mestrais e os trimestrais. Há ainda publicações anuais. (...) Quem entra pela primeira vez no universo dos jornais e publicações periódicas do Porto (e por maioria de razão do país) após a proclamação da liberdade de imprensa (1834), sobretudo na 2.a metade de oitocentos, experimenta a sensação de se encontrar perante uma floresta viçosa mas desordenada de inúmeras e variadas plantas pequenas a disputar o mesmo espaço e onde aquelas que lograram lançar fundas raízes e atingir alto porte foram diminutas.» Cf. Francisco Ribeiro da Silva, *ob. cit.*, pp. 119-120.

<sup>38</sup> « (...) havia jornais a mais e leitores a menos » *Idem*, p.122.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 123.

<sup>41</sup> Foram doze meses de leitura diária de artigos, anúncios, notícias, percorrendo os jornais disponíveis na página eletrónica da BNP, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal - [www.bnportugal.pt / purl.pt](http://www.bnportugal.pt/purl.pt).

<sup>42</sup> BNP, Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, Portugal - [www.bnportugal.pt / purl.pt](http://www.bnportugal.pt / purl.pt).

<sup>43</sup> Opção assumida, no contexto deste projeto de investigação, perante a necessidade de cumprir o calendário de trabalho e a impossibilidade prática de disponibilizar mais tempo para a leitura do *Jornal do Porto*.



Na Biblioteca Nacional de Portugal, em Lisboa, não estão disponíveis na versão digital, todos os números do *Jornal do Porto*, pelo que, para procurar resposta para as questões, relacionadas com os objetivos, o corpo de jornalistas e redatores deste periódico portuense, foi realizada uma visita à Biblioteca Pública Municipal do Porto<sup>44</sup>, para termos os primeiros números do diário. No entanto, tais perguntas ficaram sem resposta, porque nos primeiros números não foi indicada a orientação política, nem quem fazia parte da redação. No entanto, José Manuel Tengarrinha, inclui o *Jornal do Porto* no grupo dos jornais que seguem uma orientação política progressista, «sem definição de parcialidade»<sup>45</sup> e Arthur Barroso Moreira, a propósito da imprensa diária no Porto, em 1888, informa que este diário pertencia à tendência regeneradora<sup>46</sup>. Apenas sabemos que, no início da sua publicação, no ano de 1859, o seu proprietário era Jozé Barboza Leão. Sobre os correspondentes, verificámos que assinavam com iniciais ou apenas com o nome próprio, que não sabemos se era o verdadeiro<sup>47</sup>. A leitura na BPMP de algumas edições de *O Comércio do Porto*, no período que antecedeu o início da publicação do *Jornal do Porto* e nos dias imediatamente a seguir, também não esclareceu nenhum destes aspetos. Contudo, da pesquisa efetuada, é possível afirmar que a linha editorial do *Jornal do Porto* visava dar a este diário um forte objetivo de intervenção na vida política nacional, procurando que nos seus artigos, da redação e dos diversos correspondentes, se emitisse opinião sobre a vida quotidiana na cidade, sobre as questões mais vivas na região norte, sobre educação, sistema eleitoral, agricultura e, muito particularmente sobre a emigração e as exportações para o Brasil, a cujos correspondentes se destinava espaço alargado para as notícias de lá que podiam ser úteis aos leitores do *Jornal do Porto*. Em 29 e dezembro de 1859, na última das cinco colunas da primeira

---

<sup>44</sup> BPMP, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Rua Dom João IV, junto ao Jardim de S. Lázaro.

<sup>45</sup> Cf. José Manuel Tengarrinha, *ob. cit.* p. 742.

<sup>46</sup> Cf. Arthur Barroso Moreira, *Padronização da imprensa periódica*, Porto, 2012, p. 22, disponível em <http://bdigital.ufp.pt>, consulta de 24.03.2016. Num quadro sobre a imprensa do Porto em 1888, o autor indica que, nesse ano, entre os jornais publicados no Porto, o *Jornal do Porto* era composto por quatro páginas e custava 20 réis, enquanto que o *Jornal de Notícias*, também de tendência regeneradora, com um ano de existência, custava 10 réis e era composto também por quatro páginas; o diário *Comércio do Porto* era composto por quatro ou seis páginas, custava 20 réis e está assinalado como sendo de tendência independente.

<sup>47</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 24 de maio de 1859: correspondente de Paris assina Daniel; correspondente de Braga não assina; de Lisboa, «*Correio D'Hoje*», «*correspondência particular*», datado de 22 de maio, assinado: X; na secção «*Communicados*», artigo de de Cabeceiras, datado de 20 de maio de 1859, assina: um Cabeceirense. Na edição de 31 de maio de 1859: na secção «*Correspondências*», um artigo de Ceia, datado de 26 de maio de 1959, não está assinado.

página, surge uma *Declaração* – título que serve para os proprietários Jozé Barboza Leão e A.R. da Cruz Coutinho afirmarem o seguinte:

*Houve alguém na imprensa que, referindo-se a uma propozição que se avançou em artigo de redacção d'este jornal, se dirigiu a determinado individuo, como redactor do mesmo, sobre couzas que segundo o enunciado dizem unicamente respeito á sua personalidade.*

*Cumpre-nos por isso advertir, que o Jornal do Porto é uma publicação, que só tem responsabilidade moral os proprietários que lhe escreverão os nomes na frente, e que lhe traçarão o programa.*

*Os seus redactores e colaboradores, quem quer que eles sejam, tem o dever de subordinar-se ao pensamento do jornal; e ainda que por ventura se desviassem d'elle, ficavão estranhos á responsabilidade que d'aí proviesse: livre á direcção o aceitar-a, ou o declinar-a dando ao publico uma satisfação conveniente.*

*Por abalizados que sejam os escriptores, que tenham a seu cargo a parte doutrinal d'esta folha, o seu nome e a sua individualidade some-se na entidade moral do periódico em que escrevem (...)»<sup>48</sup>*

Poderá o *Jornal do Porto*, um jornal privado, situar-se na área dos serviços políticos e culturais indispensáveis ao cidadãos? Poderemos considerar a imprensa liberal em geral um serviço fundamental ao público, ao serviço da causa da liberdade? Que leitores escolhiam ler o *Jornal do Porto*? O *Jornal do Porto* revela-se uma tribuna em defesa do bem estar das populações, que já se vão habituando a usar a imprensa para pedir *providencias*<sup>49</sup> às autoridades; Veja-se por exemplo, a referência ao perigo de corrupção, como um problema sério e quase banalizado: Sob o título *Á Ex.<sup>a</sup> camara*, o *Jornal do Porto* apresenta uma reclamação que os habitantes da freguesia da Campanhã fizeram chegar à imprensa, porque «*achamos tão attendível o que pedem os moradores de Campanhã, que não duvidamos de que a exc.ma camara lhes fará justiça*»<sup>50</sup>. Pedem eles, um «*vigia que passeie todos os dias até á ponte de Campanhã (...) atenda aos estragos da estrada, á insuportável chieira dos carros, aos bois antepostos, e que não se associe aos carreiros para, á custa deles, beber algum copo de vinho, impossibilitando-se assim de os obrigar a acatar a lei*»<sup>51</sup>. Para além da situação que os incomodava, os moradores procuram desde logo alertar para o caso de os vigilantes se poderem juntar aos homens dos carros, para beberem vinho grátis,

<sup>48</sup> *Jornal do Porto*, 29 de dezembro de 1859.

<sup>49</sup> *Jornal do Porto*, 20 de abril de 1861, apresentação *Á exm.<sup>a</sup> camara*, de um problema da freguesia da Campanhã.

<sup>50</sup> *Idem*.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

ficando assim sem autoridade para os admoestar e os obrigar a cumprir a lei. Revela-se aqui uma dificuldade concreta na fiscalização de normas e leis.

Por outro lado, querendo nós questionar a capacidade da redação ser imparcial, perante os leitores e as autoridades, podemos ver na reclamação que se segue, uma forma de a demonstrar. Um leitor e assinante, alguém muito próximo da redação, uma vez que a carta chegou «*pela posta interna*»<sup>52</sup>, pergunta «*Porque se não abre o jardim de noite?*», afirmando que o passeio de S. Lázaro devia estar aberto de noite porque as noites estão quentes e porque o regulamento assim o define. O leitor reclama, considerando que «*é isto um capricho do vereador encarregado d'aquelle pelouro*» e que «*S. s<sup>a</sup> não deve ter caprichos com o publico, que tudo paga*». Nesta carta solicita-se ao redator que escreva «*um lembrete no seu interessante jornal á exc.ma camara, no que faz um serviço relevante aos habitantes d'esta cidade, que pagão para ter aquelle passeio, que por capricho d'alguem para nada lhes serve*»<sup>53</sup>. O assinante do *Jornal do Porto* acusa o vereador do pelouro de manter o Jardim de S. Lázaro fechado ao serão, nas noites quentes, por capricho, mas a redação, que apresenta a carta e a crítica, assume responder logo de seguida: «*Sem nos fazermos cargo da defeza do vereador incriminado, parece-nos que uma das razões porque o jardim está fechado de noite, é o não ser elle illuminado (...)*»<sup>54</sup>. É o quotidiano dos portuenses que aqui vemos retratado e o Jardim de S. Lázaro fazia parte desse quotidiano, como um centro cívico, de convívio e de lazer, onde se ouvia as bandas de música e se faziam as feiras.

Ao longo deste período de afirmação do liberalismo e da chamada regeneração, proliferaram os jornais diários e não diários, liberais e conservadores, no Porto<sup>55</sup> e pelo país. A liberdade de imprensa assim o permitia e Júlio Dinis também o mostra com clareza ao longo dos seus romances, particularmente no enredo de *A Morgadinha dos Canaviais* e de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, onde assinala a

---

<sup>52</sup> *Jornal do Porto*, 20 maio de 1861, *Porque se não abre o jardim de noite?* é a pergunta de um assinante do *Jornal do Porto*, datada de 17 de maio de 1861, dirigida ao vereador responsável na Câmara Municipal.

<sup>53</sup> *Idem*.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

<sup>55</sup> Cf. Francisco Ribeiro da Silva, *ob. cit.*, pp.120-12.

proliferação de periódicos<sup>56</sup>, e a liberdade reinante que permitia a circulação das *folhas* conservadoras e tradicionais<sup>57</sup> e a utilização da imprensa para a exposição de pontos de vista políticos<sup>58</sup> e da vida local<sup>59</sup>. A chegada do correio e das *folhas*, em casa do conselheiro Manuel, proporcionava um momento de trabalho político<sup>60</sup>, que partilhava com Henrique<sup>61</sup>, enquanto que, na velha Casa Mourisca, o velho frade e o velho fidalgo, se entusiasmavam com a possibilidade de regresso dos seus correligionários, que as *folhas* absolutistas faziam crer ser possível.

Tendo o *Jornal do Porto* como objetivo a intervenção na política e na transformação da sociedade, desde as questões do quotidiano portuense, da segurança à limpeza e à higiene, até aos assuntos de âmbito nacional, nomeadamente, dando atenção ao que se passava nas cortes, nas suas páginas davam-se sugestões à Câmara Municipal do Porto, às cortes, aos ministros, em assuntos concretos, desde a administração dos correios, ao serviço militar, à inspeção das escolas. Assim sendo, no Porto, entre os leitores e amigos do *Jornal do Porto*, estariam muitos dos homens de negócios, mas também os operários, os funcionários e as famílias burguesas, onde a leitura era uma atividade quotidiana. Num momento nacional em que o nível de alfabetização era muito baixo, podemos dizer que os leitores do *Jornal do Porto* formavam uma pequena elite escolarizada, no Porto e pelo país, pois o jornal tinha

---

<sup>56</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.142: « O brasileiro, assinante e leitor infalível de vários periódicos políticos, conseguira, à força de leitura, fixar na memória certas frases de artigo de fundo, e acabara por convencer-se de que possuía grandes noções de ciência política.»

<sup>57</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, pp.38 e 39: «D. Luís lia as folhas absolutistas que lhe mandavam da capital e do Porto, e dava assim em alimento ao seu ódio contra as instituições liberais um dos frutos mais saborosos delas – a liberdade de imprensa; - fruto em que os seus correligionários mordem com demasiada complacência, apesar de ser para eles fruto proibido. (...) Frei Januário secundava, com toda a força do seu obscuro credo político, as reflexões de S. Ex.<sup>a</sup>, e requintava na intensidade dos anátemas, com que eram fulminados os homens da época.»

<sup>58</sup> «Num periódico de Lisboa fora publicada por aqueles dias uma carta dirigida tempos antes ao conselheiro por não menor personagem política do que o secretário íntimo do ministro.(...) O periódico que, para fins políticos fizera a publicação, havia ocultado os nomes (...)», Idem, p. 286.

<sup>59</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.366: «Os periódicos do Porto e de Lisboa recebiam os ecos desta batalha. Havia muito que em longas e difusas correspondências os gladiadores dos dois campos se mimoseavam com as mais descabeladas verrinas, assinando-se: «O Amigo da verdade; o «Epaminondas», o «Vigilante»; a «Sentinela»; o «Alerta», etc., e pondo ao soalheiro as máculas da vida privada uns dos outros, e todas as bisbilhotices da terra; correspondências que, felizmente para crédito da humanidade, por ninguém mais, além dos interessados e dos que já os conheciam, eram lidas.».

<sup>60</sup> «O conselheiro já por três vezes consultara o relógio, estranhando que o correio se demorasse./ Enfim chegou./O conselheiro (...); Henrique (...), e ambos se precipitaram sobre os periódicos e cartas. (...)». Idem, p. 407.

<sup>61</sup> «Henrique de Souselas não ficara indiferente ao movimento político da aldeia. Pegara-se-lhe a febre eleitoral. Impedido de votar, auxiliava porém os parciais do conselheiro com os avisos da sua experiência. Um dia lembrou um «meeting». O conselheiro pôs-se a rir.» Ibidem, p. 367.

assinantes de norte a sul. O próprio rei terá manifestado o seu apreço pela sua leitura, como podemos inferir das palavras do correspondente de Lisboa que, em carta datada de 14 de dezembro de 1859 (ainda nos primeiros meses de vida do *Jornal do Porto*, que surgiu em março de 1859), afirma:

«Saberá que o *Jornal do Porto* é tido no paço pelo melhor dos nossos jornais. S.m. não deixa de o ler, nem o sr visconde da Carreira, e gostão dos seus artigos. Vê-se que é um jornal independente; não está ligado a fracções que o dominem; defende os interesses do paiz; e diz as verdades, agradem ou não agradem aos governos: e el-rei aprecia muito isto, segundo nos consta.»<sup>62</sup>

A opção de analisar o *Jornal do Porto*, desde o início da sua publicação, em 1859, e até 1863, permite fazer coincidir o período analisado com o momento em que Júlio Dinis concluiu o curso de medicina (1861) e o início da sua importante fase criativa no teatro<sup>63</sup>, passando pela criação do interessante conto *Justiça de Sua Majestade*, em 1858, aos seus primeiros romances, *Uma família Inglesa*, em 1862, e *As Pupilas do Senhor Reitor*, obra escrita em Ovar, mas concluída no Porto, no outono de 1863<sup>64</sup>. E, é também em 1863, que o médico escritor inicia a sua vida errante, em busca de saúde e do bem estar que o clima do Porto não permitia à sua frágil condição física, pelo que, a partir desse ano, por largos períodos de tempo, a leitura de jornais passa a ser um exercício frequentemente dependente do correio. Cremos que, globalmente, a sua visão da realidade do reino, expressa na sua obra, estaria formada no ano de 1863. Desde muito cedo foi ator e escreveu peças de teatro,

---

<sup>62</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 16 de dezembro de 1859. Correspondência de Lisboa, datada de 14 de dezembro

<sup>63</sup> 1856 - «O casamento da Condessa de Amieira, (Comédia original em dois actos), Escrita por Júlio Dinis aos 17 anos (1856)», Cf. *Obras de Júlio Dinis*, volume II, *ob. cit.*, pp. 909-948.

1857 - «O último baile do sr José da Cunha, (Comédia original em um acto) Escrita por Júlio Dinis aos 18 anos (1857)», *Idem*, pp. 949-976.

1857 - «Os anéis ou inconvenientes de amar às escuras, ( Comédia original em um acto) Escrita por Júlio Dinis aos 18 anos ( 1857)», *Ibidem*, pp. 977-1007.

1857 - «As duas cartas, (Comédia original em dois actos) Escrita por Júlio Dinis aos 18 anos (1857)», *Ibidem*, pp. 1009-1063.

1858 - «Similia Similibus, (Comédia original em um acto) Escrita por Júlio Dinis aos 19 anos (1858)», *Ibidem*, pp. 1065-1099.

1858 - «Um rei popular, ( Drama original em dois actos) Escrito por Júlio Dinis aos 19 anos (1858 – 1ª Cópia)», *Ibidem*, pp.1101- 1160.

1860 - «Um Segredo de Família, (Comédia original em três actos) Escrita por Júlio Dinis aos 21 anos (1860)», *Ibidem*, pp.1161-1250.

1860 - «A Educanda de Odivelas, (Comédia original em um acto) Escrita por Júlio Dinis aos 21 anos (1860)», *Ibidem*, pp.1251-1333.

<sup>64</sup> «Principiei a escrever as «Pupilas» em Ovar (1863) durante os meses de Julho e Agosto. Terminei-as no Porto em Setembro ou Outubro», *idem*, p. 77.

convivendo com os amigos do Cenáculo, descobrindo a magia que envolve a criação de cada personagem, bem como o prazer da escrita e da solidão criadora que o irá ajudar a suportar as viagens, que não desejava realizar, a ausência da família e dos amigos.

A consulta da documentação constante do espólio de Júlio Dinis permitiu aferir a favor da tese de que o *Jornal do Porto* era parte integrante da leitura diária de Júlio Dinis, de seu pai e dos seus amigos. Tal como vemos nas páginas deste diário portuense, Júlio Dinis assumiu na sua obra o papel de liberal ativo e pedagogo, querendo contribuir para a informação e a educação dos seus concidadãos<sup>65</sup>. A obra de Júlio Dinis foi, no seu tempo, e para várias gerações, fonte de educação e formação de mentalidades, função social e pedagógica que o próprio julgou importante registar em *Ideias que me Ocorrem*<sup>66</sup>.

## 2.1. *Jornal do Porto* - retratos de um país

O *Jornal do Porto*<sup>67</sup> surgiu em março de 1859. A leitura deste diário portuense, apresenta-nos retratos diários do país e da vida política da capital<sup>68</sup> mas, a

---

<sup>65</sup> Cf. Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, p. 544: «O romance é um género de literatura essencialmente popular. É necessário que na leitura dele as inteligências menos cultas encontrem atractivos, instrução e conselho (...)».

<sup>66</sup> Cf. capítulo 1.2.

<sup>67</sup> Publicou-se entre 1859 e 1892. Sobre o início da sua publicação, não se encontraram referências na imprensa portuense, nomeadamente no diário *O Commercio do Porto*. O diário *Jornal do Porto* publicava-se de 2ª a sábado. José Barboza Leão foi o seu único proprietário, até 30 de junho de 1859. No sábado, 2 de julho de 1859 (não estando disponível online a edição de 6ª feira, 1 de julho de 1859), os proprietários são Jozé Barboza Leão e A. R. da Cruz Coutinho, sem que se apresente justificação. A partir de 2 de janeiro de 1863, A.R. da Cruz Coutinho é o único proprietário, também sem apresentação de justificação. O diário tem escritório no Porto; em Lisboa, está representado na loja de livros do Sr António Maria Pereira, na Rua Augusta, nº 186. Na edição de 26 de novembro de 1861 já se anuncia que o jornal está representado no Rio de Janeiro, na Rua da Valla, nº 21, e na Baía, na casa do Sr Manuel Gomes Fernandes (faltam online os números do *Jornal do Porto*, no período entre 16 de junho e 25 de novembro).

<sup>68</sup> O *Jornal do Porto* apresenta diariamente a secção «Correio D'Hoje» correspondência de Lisboa, com artigo ou crónica e noticiário de correspondentes não identificados (Publicola e X, Cf. edição do *Jornal do Porto* de 25 de junho de 1859).

cidade do Porto e a região norte concentram muitas das suas preocupações e das dos seus leitores e concidadãos. Sobre o Porto, a redação veicula uma opinião muito otimista e construtiva, afirmando que «*O Porto tem fundados créditos de rico. Além dos capitais próprios, afluem-lhe incessantemente os capitais do Brasil: mas elle goza também os créditos de tímido, acanhado e rotineiro*»<sup>69</sup>.

A imprensa escrita constitui uma fonte de informação<sup>70</sup> para os seus leitores, mas também para os vindouros, para aqueles que, como nós, nela queiram obter informação. Podemos dizer que o século XIX viu surgir inúmeros periódicos<sup>71</sup> e que, neste início da segunda metade do século XIX, a liberdade de imprensa era uma realidade. Segundo José Manuel Tengarrinha<sup>72</sup>, Francisco Rebelo da Silva<sup>73</sup>, a vitalidade e o entusiasmo da elite intelectual exprime-se pela força da imprensa escrita e o Porto tem imprensa diária fortemente politizada, que apresenta uma vitalidade notável: proliferam os títulos, com defesa de tendências e valores e a formação de

---

Nas quatro páginas diárias do *Jornal do Porto*, no período estudado, de 1859 a 1863, encontramos noticiário internacional, nacional, regional e local, correspondência de Madrid e de Paris, a correspondência diária de Lisboa, artigos regulares de correspondentes de várias cidades e vilas do país, com incidência na região norte, cartas de leitores e correspondência regular do Brasil, nomeadamente do Rio de Janeiro, de Pernambuco e da Baía.

<sup>69</sup> *Jornal do Porto*, 16 de novembro de 1859. Artigo de abertura da 1ª página, intitulado *Bancos*, disponível em [www.bnportugal.pt / purl.pt](http://www.bnportugal.pt/purl.pt), consulta de 10.01.2016.

<sup>70</sup> Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues referem que «*Num relatório apresentado à Liga, José Estêvão afirmava que só a imprensa periódica podia concorrer para a reforma do País, «criando o gosto da leitura por via dos jornais literários e o hábito da reflexão sobre as opiniões e negócios pelo meio das folhas políticas». (...) »*, «Produção e reprodução cultural», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, *ob. cit.*, p.693.

<sup>71</sup> *Idem*, «*(...) o século XIX foi indiscutivelmente o «século dos periódicos» (...) Evidentemente que a subida vertiginosa do número de jornais está ligada, por um lado, à liberdade de imprensa, que surge – embora passe depois por vicissitudes diversas ao longo do século – , a partir da Revolução de 1820, mas, por outro lado, também se justifica mais concretamente pelos propósitos dos liberais (...) de formar a opinião pública. »*, p. 692.

<sup>72</sup> O autor de *Nova História da Imprensa Portuguesa, das origens a 1865*, José Manuel Tengarrinha, na «Introdução», refere que «*Foi privilegiada a atenção aos órgãos mais destacados e às grandes linhas de desenvolvimento da imprensa na sua relação com a evolução das ideias, da vida política, da ciência e da técnica, dos interesses materiais. Assim, a partir dos jornais como mais amplos meios de comunicação desse tempo, dedicámos particular atenção às grandes correntes e controvérsias ideológicas e políticas numa perspectiva de entrosamento e influência recíproca com a evolução, sob múltiplos aspetos, da sociedade portuguesa. O que quer dizer que nem fizemos deste trabalho uma mera resenha jornalística nem vimos a imprensa como um epifenómeno regido por leis próprias, em sistema fechado.*» José Manuel Tengarrinha, *ob. cit.*, p.13.

<sup>73</sup> «*Quem entra pela primeira vez no universo dos jornais e publicações periódicas do Porto (e por maioria de razão do país) após a proclamação da liberdade de imprensa (1834), sobretudo na 2.ª metade de oitocentos, experimenta a sensação de se encontrar perante uma floresta viçosa mas desordenada de inúmeras e variadas plantas pequenas a disputar o mesmo espaço e onde aquelas que lograram lançar fundas raízes e atingir alto porte foram diminutas.*», Francisco Ribeiro da Silva, «Jornais e revistas do Porto no tempo de Camilo», in *História do Porto*, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, pp. 120, consulta de 20.02.2015.

opinião, apesar de a média de vida dos diários não ultrapassar os 5 anos<sup>74</sup>. Segundo o autor, apenas quatro diários portuenses tiveram longa vida: em 1888, ainda existiam o *Jornal do Porto* (1859), o *Comércio do Porto* (1853) e o *Primeiro de Janeiro* (1868). A eles se vai juntar o *Jornal de Notícias* (1887), que também terá longa existência<sup>75</sup>. O autor refere também que «*Quanto aos diários, é surpreendente a quantidade de espécies: (...) Em 1850 contámos 5, mas em 1890 o número dos jornais diários era de 18.*»<sup>76</sup>. Também Arthur Barroso Moreira considera que a vitalidade da imprensa reflete o vigor da sociedade portuense<sup>77</sup>.

Os jornais tornam-se fatores de cultura, principalmente nas maiores cidades do reino, permitindo aos leitores ficar a par do que se passava em Portugal e no mundo<sup>78</sup>, o que podemos verificar ao longo das páginas do *Jornal do Porto* que, logo no seu primeiro ano de existência, em 1859, recebe correspondência de Madrid e de Paris, e apresenta noticiário do estrangeiro, sob o título de *Exterior*<sup>79</sup>, publica crónicas de moda, na secção *Folhetim*, com Luiza, a correspondente de Paris<sup>80</sup> e mais tarde, com Berta de Medeiros, a partir do Porto<sup>81</sup>. Também Júlio Dinis utiliza nos seus romances muitos dos assuntos e temas que interessam aos leitores e que percorrem a imprensa diária: com Gabriela, «*uma mulher da moda*»<sup>82</sup>, percebemos a importância da moda nos meios citadinos, assistimos aos momentos da leitura das *folhas* políticas, em casa do fidalgo D. Luís<sup>83</sup> e do conselheiro Manuel<sup>84</sup>, percebemos a importância das revistas científicas e informativas, quando vemos a atenção com que Jorge<sup>85</sup> segue as revistas agrícolas para conhecer a realidade da agricultura moderna. Júlio Dinis não

---

<sup>74</sup> «*pelo menos 10 jornais ostentam o adjectivo político no seu subtítulo*12, *dois autoproclamam-se democráticos*13, *três surgem expressamente affectos a partidos*14 e os títulos de “*A República*” e “*A República Portuguesa*” não deixam dúvidas a ninguém. De resto, os títulos só por si forneceriam material para interessantes especulações, (...)».*Idem*, p. 122.

<sup>75</sup> Cf. Arthur Barroso Moreira, *Padronização da imprensa periódica*, Porto, 2012, p. 22, disponível em <http://bdigital.ufp.pt>, consulta de 24.03.2016. Segundo o autor, em 1888, estes quatro diários portuenses tinham 4 páginas, o *Jornal do Porto* custava 20 réis, os outros apenas 10 réis.

<sup>76</sup> Francisco Ribeiro da Silva, *ob.cit.*, p. 121.

<sup>77</sup> Cf. Arthur Barroso Moreira, *ob. cit.*, p. 21.

<sup>78</sup> Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues, «Produção e reprodução cultural», *ob. cit.*, p. 695.

<sup>79</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 24 de maio de 1859.

<sup>80</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 4 de julho de 1859, secção *Folhetim*, «*Modas de França*», datado de Paris, 24 de junho de 1859.

<sup>81</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 5 de abril de 1863, secção *Folhetim*, «*Modas*», datado de Porto, 3 de maio de 1863.

<sup>82</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, pp. 256-257.

<sup>83</sup> *Idem* p. 38.

<sup>84</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp. 407-408.

<sup>85</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, pp.71-72.



só nos coloca perante o quotidiano dos cidadãos do seu tempo, como nos apresenta situações de crítica social, que vão desde a crítica de João Semana aos estrangeirismos e às novas modas gastronómicas<sup>86</sup>, passando pela desilusão de Clemente face ao seu papel de regedor<sup>87</sup> e aos desacatos que se permitem aos fidalgos do Cruzeiro<sup>88</sup>. Assinalemos também o entusiasmo que as personagens dinisianas revelam pelo brilho da vida na capital e pela proximidade da política e da corte, como Gabriela, a baronesa de Souto Real<sup>89</sup>, Maurício<sup>90</sup> e o conselheiro Manuel<sup>91</sup>, o pai de Madalena.

Temos na praça pública portuense, periódicos de diversas tendências político-partidárias<sup>92</sup> - cidadãos, jornais, jornalistas e tribunais participavam deste direito de liberdade de imprensa, gerando-se muitas vezes conflitos, que iam sendo discutidos e levados a tribunal, de que é exemplo a seguinte situação, relatada no *Jornal do Porto*, elogiando a independência e a imparcialidade da justiça: «*Antes de tudo é nosso dever encarecer a independência e rectidão dos dignos juízes, que souberão rezistir a todas as insinuações e esforços, e desaffrontar nobre e conscienciozamente a imprensa das gravíssimas injustiças, de que haviam sido victimas no mesmo tribunal. Honra seja feita aos dignos juízes.*»<sup>93</sup> A lei de imprensa e a liberdade de imprensa são tema nalguns editoriais deste diário, que também faz eco dos litígios que surgem entre a imprensa e algumas personalidades. Em julho de 1859, o diário apresenta-nos exemplos das tensões sociais e políticas que ecoam pela imprensa. Na 1ª página no dia 2 de julho, sábado, encontramos um título sugestivo: «*A imprensa e os tribunais*». No dia 5 de julho, 3ª feira, surge o mesmo assunto sob o

---

<sup>86</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, pp. 128-129.

<sup>87</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, pp. 118-119.

<sup>88</sup> *Idem*, pp.120-122.

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 62: «*Jorge sabia que a prima era uma mulher de influência no mundo político e elegante (...)*».

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 323: «*Em pouco dias não restavam nele vestígios sequer do seu provincianismo. Uma forte vocação substitui um lento noviciado. Os homens achavam-no espirituoso; as mulheres, amável; e para todos soube ser tão insinuante, que os influentes políticos a quem a baronesa o recomendara, tomaram por ele o mais vivo e prometedor interesse. (...) Tudo quanto havia de eminente no jornalismo político, na literatura, no Parlamento, no Foro, constituía agora o círculo habitual das relações de Maurício (...)*».

<sup>91</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 147: Manuel Berardo Mesquita, «*O pai de Madalena era um perfeito homem de corte. (...)*». O pai de Madalena surge-nos como Manuel Bernardo Mesquita, em «*A Morgadinha dos Canaviais*», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. I, Lello e Irmão, Porto, s/d, p.277 e na edição Mel, 2008, p. 59.

<sup>92</sup> *Jornal do Porto* e *Jornal de Notícias*, de tendência regeneradora, *Comércio do Porto* e *Primeiro de Janeiro*, de tendência progressista: Cf. Arthur Barroso Moreira, *ob.cit.*, p. 22 . Cf. Notas de rodapé 45 e 46.

<sup>93</sup> *Jornal do Porto*, 6 de agosto de 1859, artigo de abertura, intitulado *Questão de Imprensa*, a propósito de dois acórdãos do tribunal.

título *A imprensa e a Relação do Porto*. Diz-nos a redação: «É dos interesses e imunidades da imprensa que se tracta. Disseminol-o, e repetimol-o. Quer-se arrancar-lhe a sua mais saudavel garantia, e prival-a dos seus mais sagrados e inviolaveis direitos. É uma lei «das rolhas» occulta, dissimulada, cavilloza, despotica, e arbitraria, que se quer ressucitar.»<sup>94</sup> Mas, dias depois, defendendo a necessidade de uma nova lei de imprensa, lemos que alguns periódicos nem sempre usam a liberdade de imprensa com independência do poder político e com a necessária imparcialidade:

«Tem-se abuzado muito entre nós dos direitos e liberdades da imprensa periódica. Não podemos, nem queremos negal-o. Muitas vezes a paixão substitue a fria imparcialidade da razão esclarecida, e a voz dos interesses políticos ou pessoais consegue alevantar-se por sobre os dictames da verdade, e a logica dos factos. É alli que vão abrigar-se os despeitos irritados, os interesses ofendidos, as cauza infelizes e abandonadas, o direito violento, e a injustiça pretencioza, (...)»<sup>95</sup>

O papel da imprensa na sociedade liberal de Oitocentos surge então associado à expressão da liberdade de opinião e ao exercício dos direitos cívicos e políticos dos cidadãos, do direito de opinião à denúncia de situações consideradas política e socialmente irregulares. Não é só no *Jornal do Porto*. A redação dá-nos conta, e usa, transcrevendo ou comentando, casos e artigos de opinião que são apresentados noutros jornais. Há colaboradores do *Jornal do Porto*, que também colaboram noutros jornais. Isto é, a imprensa serve também como tribuna política<sup>96</sup> – a redação e os correspondentes, bem como os leitores utilizam o espaço diário do *Jornal do Porto* para lançar ideias, sugestões, críticas e pedidos aos órgãos de poder, da segurança, às obras, do clero à pobreza – ao nível do bairro, do concelho e da capital. Vejamos um exemplo: Em setembro de 1859, no dia 5, o *Jornal do Porto* apresenta um problema referente ao poder do clero e da Igreja em Braga e aproveita para pedir a

---

<sup>94</sup> *Jornal do Porto*, 2 de julho de 1859, artigo de abertura, intitulado *A Imprensa e os Tribunais*.

<sup>95</sup> *Jornal do Porto*, 24 de agosto de 1859, artigo de abertura, intitulado *Liberdade de Imprensa*, discorrendo sobre a necessidade de uma nova lei de imprensa.

<sup>96</sup> Júlio Dinis retrata esta realidade nos seus romances rurais. Recordemos o brasileiro Seabra em *Morgadinha dos Canaviais* que, no auge da campanha eleitoral, escreve na imprensa, procurando uma tribuna para o jogo político com o conselheiro. Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp. 407, 408, 409. Também em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, o velho fidalgo e o velho frade seu procurador são leitores assíduos das folhas conservadoras, excluindo do seu ambiente qualquer outra leitura política e criticando como inúteis algumas obras que vão sendo anunciadas. Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, cap. IV, p. 38.

colaboração dos leitores-cidadãos para se denunciar e corrigir situações de não cumprimento da lei:

*«Tínhamos ouvido dizer, que no arcebispado de Braga havia a muitos respeitos uma legislação especial (...) querendo cumprir o nosso dever, - deejando concorrer para que a administração de organize convenientemente, se faça justiça e se cumpra a lei, e o paiz se moralize e prospere, rogamos aos homens de bem, aos bons cidadãos, que nos indiquem os abusos para reclamarmos que se corrija, as faltas para que se emendem, e os crimes para que se castiguem.»<sup>97</sup>*

Quatro dias depois, no dia 9 de setembro, publica a carta de um leitor que responde ao pedido e acrescenta mais um caso em que o clero não cumpre a lei, isto é, não é só na diocese de Braga, também na do Porto o clero merece reparo:

*«Ora um nosso assignante acudiu ao nosso chamamento, e contou-nos que na comarca ecclesiastica de Penafiel se deu quazi o mesmo que na de Moncorvo. (...) Lastimamos ter a mencionar este novo facto d'infracção legal, e quem sabe quantos teremos ainda de referir. Com effeito que desgraçada tendencia é esta entre nós de cada um fazer o que quer, e de ninguém tomar contas da falta de cumprimento da lei e do dever?»<sup>98</sup>*

A leitura do trabalho da redação e dos correspondentes do *Jornal do Porto*, permite-nos inferir que se pretende neste diário afirmar, defender e aplicar o princípio de que a «imprensa é a sentinela da lei, e a luz das modernas sociedades; por isso nós aceitaremos agradecidos todas as indicações, que nos habilitem a ocupar vigilante e utilmente o nosso posto.»<sup>99</sup> Para entender a obra dinisiana, o *Jornal do Porto* tornou-se uma fonte essencial para o desenho de um tempo que é o do nosso autor. Foi em março de 1859 que, como já afirmámos, o *Jornal do Porto* iniciou a sua atividade. Importante fonte de informação, divulgação e formação política. É propriedade de José Barboza Leão que depois se associa a A. R. da Cruz Coutinho, tem escritório no Porto e em Lisboa, chega a todo o país pelo correio e tem assinantes e leitores no Brasil, tendo escritório na cidade do Rio de Janeiro e na Baía. A 19 de janeiro de 1863, o *Jornal do Porto* exhibe no cabeçalho apenas um proprietário, A.R. Da Cruz Coutinho, mas não apresenta qualquer justificação para a mudança.

---

<sup>97</sup> *Jornal do Porto*, 5 de setembro de 1859, em artigo intitulado *Um escrivão dos livros findos*. Segundo o *Jornal do Porto*, a lei obriga, desde 1834, a que os livros findos das freguesias sejam entregues aos párocos, extinguindo nas dioceses os lugares de escrivão dos livros findos.

<sup>98</sup> *Jornal do Porto*, 9 de setembro de 1859, em artigo intitulado *Mais um escrivão dos livros findos*.

<sup>99</sup> Idem, 9 de setembro de 1859, em artigo intitulado *Mais um escrivão dos livros findos*.

Este periódico possuía, no início, uma rede alargada de correspondentes, espalhados por diversas cidades e vilas do país, salientando-se, no entanto, a presença regular e contínua, dos correspondentes de Lisboa, Braga, Coimbra, Viana do Castelo. Do Brasil, a chegada de um vapor com notícias, do Rio de Janeiro, da Baía e de Pernambuco, era motivo para encontrarmos sobre o Brasil, várias colunas, durante vários dias.

A informação relativa à legislação, que se publicava no *Diário de Lisboa*, o trabalho das cortes e a intriga política da capital são presença constante, mas as notícias que chegam do Brasil são muito valorizadas pela redação, ocupando muito espaço, o que revela a sua importância para os leitores do *Jornal do Porto*. A imprensa não podia esquecer a emigração para o Brasil, o imenso território que se havia tornado independente em 1822, o jovem império brasileiro, que acabara de perder a possibilidade de se abastecer da mão de obra escrava africana. O Norte de Portugal forneceu anualmente muitos milhares de braços jovens e válidos para trabalhar no vasto território brasileiro, ocupando-se muitos deles no trabalho duro da construção de estradas e caminhos de ferro e na agricultura. Muitos portugueses e outros europeus, como os espanhóis, os italianos, os alemães e os suíços, embarcavam como colonos para uma aventura em que nem sempre as promessas correspondiam ao que encontravam à chegada.

A par das cartas dos correspondentes brasileiros, há também muita informação com origem no Porto e que, ocupando as páginas do diário portuense, são reveladoras da importância do Brasil para a região norte - há anúncios de chegadas e partidas de navios, listagens de importações e exportações, nome dos que embarcam para a ex-colónia e dos que chegam. Por outro lado, seja através dos correspondentes, seja através do órgão de informação oficial nacional, o *Diário de Lisboa*, são muito frequentes as listas dos portugueses que faleceram no Brasil e as notícias sobre os seus legados.

A redação do *Jornal do Porto* procura intervir sobre a regulamentação da emigração portuguesa para o Brasil. Mas também sobre muitas outras questões da atualidade - a cada momento participam na discussão e no debate das questões políticas, económicas e sociais, emitindo opinião, sugerindo leis ou alterações à lei. Interessa-lhe a atualidade nacional - não é um jornal regional, é um jornal nacional que

se publica no Porto e dá particular atenção à sua região e à sua cidade. Mas, sabemos que nas décadas de 50 e 60 do século XIX, nenhum jornal de Lisboa ou do Porto tinha verdadeiramente um âmbito nacional ou uma clara capacidade de criação de opinião. Todos eles se movimentavam em pequenos círculos culturais e económicos. O *Jornal do Porto* apresenta-nos primeiras páginas com extensos artigos sobre os mais variados assuntos nacionais, da educação, à agricultura, passando pelo sistema eleitoral e aí inclui também o folhetim. O *Folhetim* é uma secção diária que pode assumir-se como uma sucessão de episódios de um romance, de escritores estrangeiros e portugueses, ou como uma coluna de opinião, como acontece com frequência, sendo o leitor surpreendido com a interrupção dos episódios de um romance, para o espaço ser utilizado para outros fins, por exemplo, ao nível da atualidade política.

A liberdade de imprensa, como já afirmámos, está diariamente nas páginas do jornal. No primeiro ano de vida deste diário portuense, a liberdade de imprensa – e as suas dificuldades - mereceu várias vezes honras de primeira página. Por exemplo, na edição de dia 2<sup>100</sup> e de dia 5<sup>101</sup> de julho de 1859. A 24 de agosto, sob o título *Liberdade de Imprensa*, a redação identifica mais um problema e afirma:

*«Tem-se abuzado muito entre nós dos direitos e liberdades da imprensa periódica. Não podemos nem queremos negal-o. Muitas vezes a paixão substitue a fria imparcialidade da razão esclarecida e os interesses políticos ou pessoais consegue alevantar-se por sobre os dictames da verdade, e a logica dos factos. É alli que vão abrigar-se os despeitos irritados, os interesses ofendidos, as causas infelizes e abandonadas, o direito violado, e a injustiça pretensiosa. Muitas vezes a linguagem que aí se uza, nem favorece os creditos da instituição, nem promove o triumpho das ideias, que defende. A calumnia dá a mão á verdade, e mais d'uma vez reputações intemeratas, e caracteres honestíssimos vêem deslustrado o seu nome, e contaminados os seus incontestados creditos»<sup>102</sup>.*

Neste mesmo artigo de abertura de edição, depois de identificados os males da imprensa livre, a redação defende a necessidade de uma nova lei de imprensa, para

---

<sup>100</sup> *Jornal do Porto*, 2 de julho de 1859, *A Imprensa e os tribunais*, artigo de primeira página, defendendo a necessidade de uma nova lei de imprensa.

<sup>101</sup> *Jornal do Porto*, 5 de julho de 1859, artigo de primeira página, intitulado *A Imprensa e a Relação do Porto*. A redação procura centrar a discussão nos «interesses e imunidades da imprensa». Afirma que se quer retirar à imprensa «a sua mais saudavel garantia, e prival-a dos seus mais sagrados e inviolaveis direitos», que se pretende ressuscitar uma lei «das rolhas», uma lei «oculta, dissimulada, cavilloza, despótica, e arbitraria. (...)».

<sup>102</sup> *Jornal do Porto*, 24 de agosto de 1859, *Liberdade de imprensa*, artigo de primeira página, defendendo a liberdade de imprensa, referindo-se aos crimes da imprensa e afirmando que se tem abusado muito «entre nós dos direitos e liberdades da imprensa periódica».

pôr cobro a esses mesmos males: «A primeira necessidade é elaborar uma bôa lei de imprensa, visto que a legislação que possuímos, antes serve para enleiar e confundir os mais sagazes e destros na interpretação das leis, do que para esclarecerem a marcha dos tribunais, e ajudar a repressão dos abuzos.»<sup>103</sup> No entanto, o redator, sobre as bases dessa nova lei que defende, acrescenta que não pretende interferir na tarefa dos *legisladores e jurisconsultos*, embora continue o artigo expressando o seu pensamento.

O *Jornal do Porto* acompanha o debate político e cultural nacional, sendo uma fonte privilegiada sobre as problemáticas e as tensões que a sociedade portuguesa contém em si mesma, a nível nacional, regional e local. E este parece ser um tema relevante para a sua redação, donde inferimos que também para os seus leitores e para sociedade portuguesa, uma vez que os artigos de primeira página se foram sucedendo sobre a liberdade de imprensa e a sua organização e as responsabilidades de editores e redatores.

A liberdade de expressão e uso da liberdade individual, para apresentar queixas, dar opiniões ou fazer críticas é uma constante nas páginas do jornal. Nas páginas dos romances dionisianos também encontramos a liberdade de circulação e leitura das folhas conservadoras e liberais e a facilidade com que chegam às aldeias minhotas, acessíveis na Casa Mourisca<sup>104</sup>, na Casa do Mosteiro<sup>105</sup> ou na casa do brasileiro Seabra<sup>106</sup>. A liberdade de expressão que permitia que Seabra enviasse correspondência e escrevesse os seus comunicados nas folhas da cidade.<sup>107</sup> Como aconteceu, depois do ato eleitoral em que, inesperadamente, o conselheiro foi mais uma vez o vencedor e Seabra, o grande derrotado. Num texto que o conselheiro considera um *comunicado indivisível*, uma «peça literária, de precioso labor»<sup>108</sup>, Seabra fala de todos os atores daquele ato eleitoral na aldeia, de tal forma minuciosa que o «conselheiro e Henrique seguiam a leitura com gargalhadas»<sup>109</sup>.

As questões da liberdade individual também são abordados na obra dinisiana: na aldeia da Morgadinha, encontramos Zé P'ereira, o padrinho de Linda, desesperado

---

<sup>103</sup> *Idem*.

<sup>104</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da casa Mourisca*, p.38.

<sup>105</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 407.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 366.

<sup>107</sup> *Ibidem*, p. 408.

<sup>108</sup> *Ibidem*.

<sup>109</sup> *Ibidem*, p. 409.

por sua esposa usar o seu tempo para seguir o missionário, em vez de manter o fogão ligado e a comida pronta<sup>110</sup> e vemos os ânimos exaltados e a formação de um motim no cemitério, aquando da realização do funeral de Linda<sup>111</sup>. A pupila Margarida não quer perder a sua liberdade individual e decide trabalhar para prover o seu sustento e não depender da irmã Clara, nem de Pedro, o seu futuro cunhado<sup>112</sup>. Recordemos também Jorge e Berta que, livremente, abdicam do seu amor, em nome do respeito que têm ao velho fidalgo da Casa Mourisca<sup>113</sup>.

Mas, outros temas ocupam as páginas do *Jornal do Porto*, bem como as preocupações e a ficção de Júlio Dinis. No país que se pretende em mudança, as vias de comunicação são essenciais e um fator de progresso.

### 2.1.1. As comunicações

No início da 2ª metade do século XIX, para além de alguns desígnios nacionais como a diminuição do analfabetismo, os governantes deparavam-se com a deficiente industrialização do reino e uma difícil e retrograda rede de comunicações. Faltavam estradas modernas, era necessário introduzir o caminho de ferro e modernizar as infraestruturas portuárias. As obras públicas eram consideradas necessárias para a concretização do desenvolvimento, para o aumento da produção e para facilitar o transporte e a troca de produtos<sup>114</sup>. O desenvolvimento da rede de estradas era reclamado por todo o país, como também o demonstra Júlio Dinis, tornando as estradas um assunto presente nos seus romances: em *Justiça de Sua Majestade* assistimos à inauguração da diligência<sup>115</sup>; com *As Pupilas do Senhor*

---

<sup>110</sup> *Ibidem*, p. 91.

<sup>111</sup> *Ibidem*, pp. 321 e seguintes.

<sup>112</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.63.

<sup>113</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da casa Mourisca*, pp.288-292.

<sup>114</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A Regeneração e o seu significado», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, *ob. cit.*, p.126.

<sup>115</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, pp. 17-18: «*De facto, passados alguns momentos mais assomava no extremo da estrada, onde convergiam todos aqueles raios visuais, um carro de grandes dimensões e de formas ainda não conhecidas ali, que, puxado por mais de uma parelha e envolvido em um turbilhão de poeira (...) Era uma das diligências da Companhia Viação Portuense, que escolhera aquele dia solene para inauguração das suas viagens.*».

*Reitor*, sabemos que os engenheiros das estradas já tinham estado na aldeia<sup>116</sup> e que a estrada de macadame «corta em linha reta a povoação»<sup>117</sup>; mas, é em *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>118</sup> que assistimos ao drama por que passa Tio Vicente<sup>119</sup>, com demonstração de valores<sup>120</sup> e de amizades<sup>121</sup>, porque lhe cortam as árvores e deitam abaixo a casa<sup>122</sup>. A par desta dor humana, há uma longa intriga de poder e de política local relativa à escolha do traçado da estrada, em que o conselheiro cede perante o brasileiro Seabra<sup>123</sup>, prejudicando o herbanário, o seu amigo de infância<sup>124</sup>, sem que nenhum deles manifeste interesse em encontrar alternativa. Este é o romance dinisiano onde a intriga política e palaciana mais marca a trama e influencia o percurso das personagens.

De igual modo, o *Jornal do Porto* participa no debate político nacional sobre a rede de estradas, através da redação e através dos leitores e dos correspondentes que relatam situações concretas e particulares ao longo de toda região norte do reino. Através das páginas deste periódico acompanhamos a situação do reino, no que se refere ao desenvolvimento de outros aspetos importantes da rede de comunicações, como os correios e o telégrafo, a implantação da diligência e o lento aparecimento do caminho de ferro e do comboio. Este é um premente tema nacional.

Por todo o país, nas décadas de cinquenta e sessenta do século XIX, abrem-se estradas, criam-se carreiras de mala-posta e estações de correios. Já se constroem

---

<sup>116</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 158.

<sup>117</sup> *Idem*, p. 115.

<sup>118</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, cap. XVII e XXI.

<sup>119</sup> *Idem*, pp. 201: «amanhã eu receberei teu pai sem a menor aspereza. Fizeste bem em vir primeiro, filha. (...)».

<sup>120</sup> *Ibidem*, pp. 185-186: «Visto que estais tão desprendidos de interesse, que não hesitais em fazer-lhe sacrifício dos vossos bens, podeis ceder-lhe o suficiente para o compensar da perda. – Mas quem o compensará dos golpes nos seus afectos? – perguntou Madalena. – Também tu. São segredos do coração feminino essas compensações. Deixo-as à tua inspiração.».

<sup>121</sup> *Ibidem*, pp. 198-199: «Venho às ocultas e enquanto a minha gente foi à missa do galo. Tio Vicente, um objecto muito grande me [Madalena] obrigou a procura-lo a estas horas. (...) Fala-se em deitar abaixo esta árvores e esta casa, para ...».

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 271: «O machado demolidor e a alavanca principiaram a sua obra de destruição. Desconjuntavam-se as pedras dos muros, desfazia-se em pó a argamassa secular, caíam a golpes de machado as vigas dos tectos e os troncos das árvores, alastrava-se de tijolo e calça a verdura dos tabuleiros, e cedo, de toda aquela vivenda tão amena e virente, só restavam ruínas. (...) O herbanário fora sentar-se na encosta de um outeiro vizinho, de onde se divisava toda a cena (...)».

<sup>123</sup> *Ibidem*, p.270: «O brasileiro, em atenção a quem se adoptara o traçado que ia ser posto em execução, era o que provocava à saciedade, com grande exibição de cifras e de razões económicas, ser esse traçado, sobre dispendioso, irracional.».

<sup>124</sup> *Ibidem*, pp. 183-184: «Agora – continuou o conselheiro - vão consideravelmente exacerbar-se os despeitos do herbanário contra mim. (...) A casa e o quintal do herbanário são os primeiros cortados.».



as linhas de caminho de ferro, mas a definição da rede de estradas ainda provoca muita discussão e acesas trocas de argumentos a favor de um dado traçado ou do seu contrário, para o serviço das populações e da atividade económica. Maria Manuela Tavares Ribeiro, refere que no início da década de 1850, a Regeneração procurou a paz social e a estabilização da dívida pública e contribuiu para «*uma certa estabilidade no mundo rural*»<sup>125</sup>, que se tornaram um imperativo nacional, na procura de desenvolvimento económico, «*que colmatasse o notório atraso em relação às demais potências estrangeiras.*»<sup>126</sup> Segundo a autora, a «*política fontista visava, por um lado, diminuir as assimetrias regionais e, por outro, facilitar a integração europeia de Portugal, estabelecendo uma rede viária de estradas e de caminhos-de-ferro.*»<sup>127</sup> Integra-se neste contexto a organização de exposições agrícolas (Lisboa, 1851, Porto, 1857 e 1861<sup>128</sup>) nas décadas de 1850 e 1860.

Como escreve J. Amado Mendes<sup>129</sup> neste período «*em meados do século XIX, alcançados o regular funcionamento das instituições liberais e a própria estabilidade política, tornava-se urgente dinamizar as estruturas económicas e sociais, dotando-as de um sistema de transportes rápido e eficiente. Ao tempo, só o comboio se encontrava em condições de consubstanciar essas vantagens.*»<sup>130</sup> O autor cita um texto de 1851, da *Revista Popular*, em que se afirma que «*A linha de ferro é o complemento da imprensa; esta põe em contacto as ideias, aquela aproxima os homens; ambas tendem para a unidade do género humano.*»<sup>131</sup> Porém, em Portugal, o comboio só se pode tornar fator de progresso, complementado pelo desenvolvimento e conservação das vias rodoviárias - estradas, viadutos, túneis: «*o progresso das vias férreas levava ao fomento das rodovias. Estas tornavam-se imprescindíveis nas ligações entre as estações ferroviárias e as respectivas localidades, do que temos vários exemplos, em meados dos anos 60, relativamente a Évora, a Pombal (ligação a Leiria) e à Mealhada (ligação com o Luso), etc. (...) compreende-se que dos 218km*

---

<sup>125</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *ob.cit.*, p. 126.

<sup>126</sup> *Idem.*

<sup>127</sup> *Ibidem.*

<sup>128</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>129</sup> J. Amado Mendes, «Comércio, transportes e comunicações», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, *ob. cit.*, pp.369-379.

<sup>130</sup> *Idem*, p. 375.

<sup>131</sup> Cf. J. Amado Mendes, *ob. cit.*, p. 375.

*de estradas construídos pelo Estado português até 1852, se tivessem alcançado os 9000km em 1890 (...)».*<sup>132</sup>

O desenvolvimento das comunicações com o serviço de correio é outro importante aspeto no conjunto das preocupações com o progresso económico e cultural do reino. É estreita a ligação do desenvolvimento dos correios ao dos transportes, bem como à imprensa, pois que a «*celeridade e a eficácia da transmissão das mensagens e ou das encomendas dependem, naturalmente da operacionalidade do transportador*»<sup>133</sup>. Em 1852 foi reformado o serviço de correio e criou-se o selo de franquia; em 1853 iniciou-se o uso do selo postal<sup>134</sup>.

Júlio Dinis situa a vida e a ação das suas personagens nos anos de 1850. O autor parece querer dar protagonismo à década de cinquenta de Oitocentos. Nos retratos sociais que traça nas páginas das suas novelas, parece conhecer a realidade das populações e dos lugares, pois as suas paisagens surgem como espaços geográficos e sociais reais, que o leitor pode procurar e, quiçá, encontrar e percorrer. Nestes retratos, nos contos e nos romances dinisianos, todas as suas personagens convivem com a falta de estradas, ou vivem na fase da abertura de novas estradas e estão afastadas da problemática e das polémicas – bem como das possíveis facilidades - que envolvem a construção das linhas de caminho de ferro.

Atente-se como no *Jornal do Porto* se dá espaço aos que, de toda a região norte do país, lhe escrevem com opinião sobre o atraso na construção de dada estrada ou sobre o traçado escolhido. No período estudado, no contexto da obra dinisiana, o caminho de ferro não parece ser uma preocupação do país, face à ausência de comentários dos correspondentes e leitores, embora sejam frequentes as notícias sobre a rede dos caminhos de ferro, as suas despesas, o número de trabalhadores envolvidos e os seus rendimentos.

Quanto à rede nacional do serviço postal, a importância secular do correio para a circulação da informação e as dificuldades criadas pela sua ausência, demonstra bem a necessidade do serviço para todos os cidadãos. Em *A Morgadinha dos Canaviais*, Júlio Dinis faz-nos notar a presença e a azáfama do recoveiro Cancela,

---

<sup>132</sup> *Idem*, p. 377.

<sup>133</sup> *Ibidem*, pp. 377-378.

<sup>134</sup> *Ibidem*.

sempre em viagem, percorrendo o reino, com as suas encomendas<sup>135</sup>. A propósito da lenta organização do serviço de correios e demonstrando as necessidades de comunicação e a intensidade das relações existentes, na edição de 4 de outubro de 1859, o *Jornal do Porto* apresenta um anúncio interessante e, certamente, muito importante para muitos dos seus leitores: Pai e filho, anunciam que realizam serviço de «carreira de estafetagem»<sup>136</sup> do Porto ao Alto Minho, às 4<sup>a</sup> e domingos: «*João da Silva Neves e seu filho Sebastião, continuam a percorrer as duas carreiras de estafetagem, d'esta Cidade para o Alto Minho, nos dias QUARTAS E DOMINGOS. Na Praça de Carlos Alberto nº85, estará o seu encarregado N. João Ferreira de Sá, por quem os anunciantes de responsabilizão.*»<sup>137</sup>

Entretanto, comprovando a importância das comunicações e a atividade pré-existente ao serviço de correios, o *Jornal do Porto*, de 21 de outubro de 1859, noticia que as autoridades fiscalizam os barcos que sobem o rio, para ver quem leva cartas e, que, quem as tem, é multado:

*«Passa-se nos cais d'esta cidade, donde largão os barcos que se dirigem rio acima, um facto que merece todo o nosso reparo, e sobre que não podemos deixar de reclamar; por isso que é um grande vexame, e uma grande injustiça embora autorizada pela letra da lei.*

*Agentes da autoridade fiscalizão, que as pessoas que vão nos barcos pelo rio acima, não levem cartas, e aquellas a quem as encontrão, são multadas na conformidade do regulamento postal.»*<sup>138</sup>

Apresentam-se exemplos e o redator pergunta se é correto que o cidadão seja obrigado a usar o correio, apesar de ser isso mesmo que diz o regulamento do serviço postal. Em suma, defende o redator, é necessário ir de encontro às necessidades de quem o utiliza<sup>139</sup>. O regulamento postal impede que se usem outros

---

<sup>135</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, cap. XX.

<sup>136</sup> *Jornal do Porto*, 4 de outubro de 1859: João da Silva Neves e seu filho Sebastião, anunciam que, a par do correio, e enquanto este se desenvolve e organiza, mantêm o serviço de estafetagem, entre o Porto e o Alto Minho, duas vezes por semana.

<sup>137</sup> *Jornal do Porto*, 4 de outubro de 1859.

<sup>138</sup> *Jornal do Porto*, 21 de outubro de 1859.

<sup>139</sup> O redator argumenta a favor da liberdade do cidadão escolher o serviço. Afirma que é um facto que o correio não é um serviço diário para todas as terras, nem é um serviço porta a porta. Pede ao ministro das obras públicas que mostre respeito pela liberdade individual do cidadão, para usar o serviço postal ou outro particular ou privado e sugere que «*Se querem que o correio renda, aperfeiçoem quanto possível o seu serviço, e exijão um porte modico; (...)*». Cf *Jornal do Porto*, 21 de outubro de 1859.

serviços de correio. A redação afirma então que é «*justo, é logico que seja facultativo ao cidadão aproveitar-se ou não do correio (...)*»<sup>140</sup>.

Nas páginas do *Jornal do Porto* são frequentes as notícias sobre os correios, sobre os problemas associados à distribuição de correio, bem como informação da própria administração dos correios, isto é, o *Jornal do Porto* faz eco da importância do correio neste início da 2ª metade do século XIX. Na edição do *Jornal do Porto*, de 13 de junho de 1859 surgem exemplos de problemas nacionais na distribuição do correio: *Jornais avinhados*, é o título sob o qual encontramos uma crítica ao funcionamento do serviço de correios, no que respeita ao transporte dos jornais franceses, e não só, via Valença e Viana, que chegam ao Porto, sujos de vinho. Pedem-se providências, a quem compete vigiar o serviço: «*Recebemos muitas vezes os jornais francezes, os quais nos são remetidos por via de Valença e Vianna, cheios de vinho, e a Razão de Valença, chega-nos tambem algumas vezes tingida do mesmo modo. Passarão esses jornais por algum armazém de vinhos antes de nos vir á mão?*»<sup>141</sup>. *Administração*, é um outro título que nos remete para a necessidade de reorganização do serviço da distribuição diária de correspondência na cidade. A partir do dia 15 desse mês de junho de 1859, há novos horários de distribuição e recolha de correspondência na cidade:

«*Desde o dia 15 do corrente, haverá trez distribuições diarias da correspondencia, dentro das barreiras da cidade. Os carteiros devem sair da administração do correio ás 8 horas da manhã, á doze, e ás 4 da tarde.*

*As correspondencias para Villa do Conde, Penafiel, Amarante, direcção de Traz-os-Montes e Beira-Alta, assim como as que forem para a direcção de Braga, Guimarães, Minho, Hispanha, além dos Pyreneus e para o sul do Douro, devem ser lançadas até ás 5 horas da tarde, e querendo-se pagar mais 20 réis por carta ou maço, são recebidas trez quartos de hora mais tarde.*»<sup>142</sup>

A organização e o alargamento da rede do serviço de correios é uma constante neste momento da vida política e económica do reino e é frequente encontrarmos no *Jornal do Porto* a notícia de abertura ou alargamento do serviço: na edição do *Jornal do Porto* de 4 de abril de 1862, lemos o aviso da administração central do correio do Porto, datado de 29 de março, assinado pelo administrador

---

<sup>140</sup> *Ibidem.*

<sup>141</sup> *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1859.

<sup>142</sup> *Idem.*

Manoel Joaquim Lobo, informando que, a partir de dia 1 de abril, o correio passa a ser diário, entre o Porto e Arouca.

Demonstrando a importância e o interesse do serviço de correio, dentro e fora de Portugal, eis duas outras pequenas notícias, relevantes para a informação dos cidadãos: Os correios de Lisboa têm em 1858 e em 1859, um movimento mensal apreciável, entre cartas, jornais selados, jornais não selados, cartas particulares registadas e cartas registadas *de officio*<sup>143</sup>. Mas, na edição de 16 de novembro, ficamos também a saber que o correio em Inglaterra transportou, em 1858, mais 19 milhões de cartas que em 1857. Nesta notícia, afirma-se ainda que, em toda a Grã-Bretanha, em 1858, o número médio de cartas é de 44 por habitante: «*O numero medio de cartas por habitante é em toda a Grão Bretanha de 44, distribuindo da seguinte forma: Inglaterra 21 por cada habitante; Escocia 16; Irlanda 7.*»<sup>144</sup> Em *Uma Família Inglesa*, Júlio Dinis identifica Mr Richard Whitestone como «*corajoso leitor do Times*»<sup>145</sup>, o que significa que o correio britânico chegava regularmente ao Porto, por via marítima.

Não é só o serviço de correio postal que está em rápida implantação no reino, também o serviço de telégrafo elétrico<sup>146</sup> é considerado necessário. Em 1856 foi inaugurada uma rede oficial que ligava o Terreiro do Paço às cortes e o Palácio das Necessidades a Sintra<sup>147</sup>. Os trabalhos vão sendo anunciados nas páginas do *Jornal do Porto*, logo desde 1859: Na edição do *Jornal do Porto* de 5 de dezembro de 1859, sob o título *Telegrapho inutilizado*, anuncia-se que o telégrafo elétrico chega ao Porto: «*O antigo telegrapho de sinais, estabelecido no monte da Lapa, foi inutilizado, substituindo-o as linhas de telegraphia electrica.*» e, sob o título *Telegraphia electrica*, é apresentado o relatório do serviço prestado, no mês de novembro, pela telegrafia elétrica da Casa Pia, num total de 495 despachos

---

<sup>143</sup> *Jornal do Porto*, 12 de novembro de 1859, notícia sob o título *Correio de Lisboa*.

<sup>144</sup> *Jornal do Porto*, 16 de novembro de 1859.

<sup>145</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 13.

<sup>146</sup> «*Em Portugal, caminho-de-ferro e telegrafia eléctrica são introduzidos quase simultaneamente, o que não sucedeu por acaso.*», Cf. J. Amado Mendes, *ob. cit.*, p.378.

<sup>147</sup> *Idem*, p. 379. J. Amado Mendes cita Joel Serrão: «*sublinha Joel Serrão: Por toda a parte, pois, na peugada dos caminhos-de-ferro, erguem-se os postes do telégrafo eléctrico, que contribuem poderosamente para irradiar, a partir das cidades, ritmos novos próprios da azáfama burguesa e capitalista.*».

particulares e 108 para o estrangeiro, a que acresce «*mais 118 despachos gratuitamente, porque erão de serviço nacional (...)»*<sup>148</sup>.

A importância do serviço de telegrafia no Porto, pode também ser aferida pela necessidade de mudar de instalações: o *Jornal do Porto*, a 22 de abril de 1862, noticia que a estação do telégrafo do Porto vai mudar de instalações, para o edifício da *Associação Commercial*, logo que estejam concluídas as obras necessárias. A redação considera que é «*uma medida com que muito lucrará o publico em geral*»<sup>149</sup> o que é bom para o público em geral. E a rede continua a crescer: a 14 de abril de 1862, o *Jornal do Porto* informa que o telégrafo chega a Águeda e que, devendo a Câmara Municipal fornecer casa e mobília, a mobília foi oferecida à Câmara Municipal pelo deputado eleito por aquele círculo eleitoral<sup>150</sup>. Já em 1863, o jornal, a 30 de março comunica aos seus leitores que foi autorizada a despesa para a construção da linha do telégrafo elétrico no Norte, ligando Viana a Ponte de Lima e a Arcos de Valdevez<sup>151</sup>. Sucedem-se as notícias sobre a chegada deste novo meio de comunicação ao Norte do reino: a 11 de abril de 1863, o jornal informa que chegou à cidade de Viana o senhor Figueiredo<sup>152</sup>, chefe da divisão telegráfica do norte, para ser colocada a linha telegráfica de Viana a Arcos de Valdevez, passando por Ponte de Lima.

Por sua vez, os correspondentes de Lamego<sup>153</sup> e da Régua<sup>154</sup>, reforçam estas notícias, nas páginas do *Jornal do Porto*. Prossegue então em bom ritmo a construção da rede telegráfica nacional - no 21 de maio de 1863, no noticiário, também se informa que em Viana do Castelo «*começaram já ha dias os trabalhos para a collocação dos postes que têm de sustentar a linha telegraphica, que deve ligar aquella cidade com Ponte de Lima e Arcos.*»<sup>155</sup>. Se o serviço de telegrafia elétrica

---

<sup>148</sup> *Jornal do Porto*, 5 de dezembro de 1859.

<sup>149</sup> *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1862.

<sup>150</sup> *Jornal do Porto*, 14 de abril de 1862.

<sup>151</sup> *Jornal do Porto*, 30 de março de 1863.

<sup>152</sup> *Jornal do Porto*, 11 de abril de 1863.

<sup>153</sup> *Jornal do Porto*, 11 de maio de 1863. O correspondente de Lamego, em carta datada de 8 de maio «*Já se andam implantando os postes para a linha telegráfica da Regoa até esta cidade, onde a illm<sup>a</sup> camara tracta de lhe preparar uma excelente estação no edificio dos paços do concelho. Segundo dizem ficará sendo uma das melhores estações telegraphicas da provincia.*».

<sup>154</sup> *Jornal do Porto*, 11 de maio de 1863. O correspondente da Régua, em carta datada de 8 de maio «*Acabou-se de collocar o fio electrico d'aqui para Lamego no dia 1 do corrente, ao meio dia, e nos dias 2, 3 e 4 se fizeram partes telegraphicas gratis, agora já se pagam as transmissões, pois está trabalhando regularmente. Bom foi que, sendo esta estação tão rendosa, pois é a quinta na ordem, tivesse tambem linha electrica para a historica cidade de Lamego.*».

<sup>155</sup> *Jornal do Porto*, 21 de maio de 1863.

consegue dinamizar o desenvolvimento das localidades que serve, o serviço de correio é, continua a ser, uma das grandes prioridades nacionais. Notícia-se na edição de 25 de abril de 1862, pela palavra do correspondente de Ceia, que de Ceia a Coimbra há 3 correios semanais, mas que há outras terras com correio diário, concluindo-se que a questão do correio apresenta ainda muitos problemas e que tem sido analisada de acordo com os problemas da rede viária e do desenvolvimento económico. Assim, a rede viária condiciona o desenvolvimento das comunicações e no serviço de correio estabelece condições de grande desigualdade entre localidades. Pelo correspondente de Ceia é dito que a rede viária tem *«tido grande incremento ha dois anos para cá»*, no distrito e elogia-se o sistema de empreitadas, mas, alerta-se o governo para a falta de construção do lanço entre Ponte Pedrinha e Assamassa, o que prejudica a sua imagem, esquecendo-se por lá a obra já feita<sup>156</sup>.

Já em 1859, o correspondente de Coimbra diz que teve início a distribuição diária do correio entre Coimbra e Cantanhede, mas, acentua que há muitas localidades que ainda não têm bom serviço de correio: *«na Beira ha concelhos limítrofes d'onde as cartas, enviadas d'uns para outros, vão dar volta por Lisboa, percorrendo dezenas de legoas n'uns poucos de dias, quando em algumas horas poderão chegar ao seu destino»*<sup>157</sup>. A 9 de setembro de 1859, afirma-se que é péssimo o serviço nalgumas repartições dos correios, que o diário já o havia noticiado, enumeram-se casos de mau serviço postal na distribuição do jornal aos seus assinantes espalhados pelo país e que não são devolvidos à redação os jornais não entregues. É solicitada a intervenção do ministro das obras públicas, porque é preciso uma boa organização dos correios e o Jornal vai publicar todas as faltas que chegarem ao seu conhecimento, com o fim de contribuir para o seu aperfeiçoamento:

*«Desde que começamos a publicação do nosso jornal, e não tem elle muito tempo d'existencia, temos tido já infelizmente muitas occaзиões de convencer-nos, de que na importante repartição do correio se faz em muitas partes um péssimo serviço. (...)porque amiudo novas provas nos chegão das faltas cometidas em varias estações postais.(...)»*

*O snr ministro das obras publicas merece-nos muita confiança, (...)pedimos que se olhe por este serviço, e levaremos por meio do nosso*

---

<sup>156</sup> *Jornal do Porto*, edição de 25 de abril de 1862, correspondência do correspondente de Ceia: *«O governo deixando-a assim concorre para que os melhoramentos com que tem dotado o districto sejam em geral depreciados»*.

<sup>157</sup> *Jornal do Porto*, 5 de novembro de 1859.

*jornal ao conhecimento publico todas as faltas que chegarem ao nosso, a fim de que todo esse serviço venha a fazer-se como é mister. »*<sup>158</sup>

Mas, no mesmo mês de setembro de 1859, no dia 14, apresentam-se queixas sobre os atrasos na entrega da correspondência, no Porto: os leitores apresentam queixa sobre os atrasos na entrega de correspondência e a redação reforça defendendo a necessidade de pronta entrega do correio. Logo a 17 de novembro, temos uma outra notícia sobre os correios: o correspondente de Viana do Castelo informa que se perdeu uma carta entre o Porto e Viana do Castelo<sup>159</sup>.

No início de 1860, no dia 2 de janeiro, o correspondente de Lisboa, afirma que se sente na capital, entre os assinantes dos seis ou sete jornais do Porto, grande descontentamento sobre o correio e o serviço postal: *«É raro o mez que não faltão quatro numeros a cada assignante; ora havendo seis ou sete jornais no Porto e com bastantes assignaturas aqui (...)»*<sup>160</sup>. E, com grande regularidade continuamos a encontrar nas páginas do diário portuense informação sobre problemas na distribuição dos jornais<sup>161</sup> pelo correio e a apresentação das falhas do serviço nacional e internacional de correios<sup>162</sup>. Novamente, ainda no início de janeiro de 1860, são denunciadas irregularidades no serviço de correio internacional: *«Continuamos a soffrer uma muito notavel irregularidade na recepção do correio estrangeiro, e isto todos os dias.(...) Tamanhas irregularidades, como tem havido ha 20 dias ou mais, não podem ser atribuidas só ao mau tempo. Aqui anda mau serviço postal.»*<sup>163</sup>.

Também Júlio Dinis traça vivências de um quotidiano. Apresenta-nos casas, ruas, aldeias, famílias do Porto e do Minho. É nesta relação de semelhança, ou dissemelhança, entre as vivências e as aspirações das populações que encontramos no *Jornal do Porto* e nas páginas de Júlio Dinis, que podemos obter retratos do quotidiano nos quadros sociais dos romances dinisianos. Por outro lado, o jovem

---

<sup>158</sup> *Jornal do Porto*, 9 de setembro de 1859.

<sup>159</sup> *Jornal do Porto*, edição de 17 de novembro de 1859.

<sup>160</sup> *Jornal do Porto*, 2 de janeiro de 1860, «Correspondência de Lisboa», datada de 31 de dezembro de 1859: em Lisboa, os assinantes dos jornais do Porto, criticam o serviço postal.

<sup>161</sup> *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1860 - O *Jornal do Porto* não está a chegar a tempo aos seus assinantes, mas informa que o problema é dos correios e não da redação.

<sup>162</sup> *Jornal do Porto*, 23 de dezembro de 1859 – denúncia de problemas na distribuição dos jornais estrangeiros, *«umas vezes faltão os hispanhóis, outras os franceses, outras os belgas (...)»*.

<sup>163</sup> *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860.



escritor foi grande utilizador do serviço postal, ao longo dos últimos anos da sua vida, como podemos verificar pelas inúmeras cartas que escreveu a familiares e amigos<sup>164</sup>. Quando saía do Porto em busca de melhores ares para a sua debilitada saúde, dedicava algum tempo à sua correspondência. Recordemos a forma como, no Funchal, em carta ao seu amigo Passos, ele se referia à falta de comunicações com a metrópole, comparando a frequência com que a comunidade inglesa<sup>165</sup> na ilha recebia correspondência, com a falta de vapores portugueses para a ilha, obrigando os seus habitantes a um enorme isolamento<sup>166</sup>. Lembremos também a importância que a chegada do correio tinha na vida de Tomé da Herdade<sup>167</sup> para receber notícias de Berta, ou o bulício à porta do correio e na grande ansiedade em que víamos envolvidas as mulheres da aldeia da Morgadinha enquanto não chegava o correio<sup>168</sup>.

Ao longo das páginas do *Jornal do Porto* parece-nos que a redação assume uma atitude de permanente atenção ao serviço de correio e de clara denúncia de situações concretas<sup>169</sup>, o que denuncia a importância que a circulação da informação assume no reino, no início da década de sessenta. Mas, o problema persiste e o diário portuense denuncia outros problemas. É dos assinantes de Lisboa que o *Jornal do Porto* recebe mais queixas, relativas a falhas na distribuição do jornal pelo correio, mas os problemas também acontecem ao próprio jornal, na receção da correspondência de Lisboa, e por todo o país há quem escreva ao Jornal apresentando as suas queixas sobre o serviço postal e a distribuição do jornal aos seus assinantes. A 13 de janeiro de 1860 é publicada uma carta que um leitor de Esposende escreve à redação, em que afirma que alguém lê o jornal antes de ele lhe ser entregue: «O

---

<sup>164</sup> Júlio Dinis, «Cartas Particulares», in *Obras de Júlio Dinis*, pp. 777-905.

<sup>165</sup> *Idem*, p. 878: «Dizes-me tu na tua carta [Passos], que se esta ilha pertencesse aos Ingleses, os meios de comunicação com a metrópole não seriam tão escassos como os que nós temos daqui para Portugal; sabe pois que os nossos caros aliados não esperaram que lhes pertencesse a ilha para multiplicarem o número de vasos que a frequentam, Em quanto nós, os Portugueses, só sabemos notícias dos nossos duas vezes por mês, a colónia inglesa daqui tem-nas de Inglaterra quase de oito em oito dias, e, às vezes, com intervalos mais curtos. A cada momento fundeiam na baía do Funchal vapores ingleses, ou de guerra ou mercantes, que andam na carreira de África e vão para o Cabo da Boa Esperança, ou de lá voltam.».

<sup>166</sup> *Ibidem*: «Causam-me inveja aqueles diabos, que a cada momento me aparecem nas ruas a lerem a correspondência que receberam. Porque devo dizer-te que o momento de maior prazer que experimento aqui é quando recebo cartas de Portugal. (...)».

<sup>167</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, pp. 78-80.

<sup>168</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp. 37 e seguintes.

<sup>169</sup> *Jornal do Porto*, 24 de abril de 1861 – os empregados dos correios de Sabrosa «estão mandando tanto as cartas, como outros papeis para destinos aonde não devem ir como tenho visto e observado», havendo falhas na entrega de cartas e jornais.

*correio antes de chegar á minha mão, é quasi sempre aberto, do que rezulta sempre o ser entregue tarde. (...)o que o não é nem pode ser, é, que eu pague para que alguns ratões leião primeiro que eu, e se fiquem rindo»*<sup>170</sup>.

Nesta sua cruzada, a redação do jornal acaba por afirmar que o serviço postal está regulamentado, mas que não são cumpridos os regulamentos: «*vimos pedir que esses regulamentos se cumprão, e que esse importante e delicado serviço se faça como deve ser feito*»<sup>171</sup>. Ainda a propósito desta carta do leitor de Esposende, o assunto merece mais espaço e a redação apresenta mais exemplos de mau funcionamento do serviço nas estações de correio, emite opinião e sugestões para a organização do serviço de correios, procurando que os seus leitores afastem a possibilidade de os problemas serem da redação do jornal, na forma como é expedida a correspondência<sup>172</sup>.

A todos os que apresentam queixas, o *Jornal do Porto* menciona os cuidados que são observados na expedição do jornal para todo o país. O jornal sempre deu muita importância às condições de expedição, mas vão ser tomadas «*ainda uma ou duas medidas*»<sup>173</sup>. Porém, a par destas queixas e testemunhos, em janeiro de 1861, há a denúncia de corrupção: há corrupção nos correios de Santa Comba Dão, abusando-se do poder e arrecadando dinheiros públicos. O ministério das obras públicas levou a tribunal o diretor do correio de Santa Comba Dão por ter concedido o serviço de entrega das malas do correio, para Tábua e Midões, a um seu familiar a quem não pagava a quantia contratada<sup>174</sup>.

O tempo vai passando, mas o funcionamento do serviço postal continua a merecer reparos e verificamos a importância dada à regularidade e à velocidade de circulação da informação. Surgem denúncias sobre a demora da recolha do correio nos navios que chegam, na recolha e no percurso, até à estação do correio<sup>175</sup>. Os enganos e as deficiências na entrega da correspondência implicam dificuldades no serviço da redação porque as notícias da capital não chegam em devido tempo. No

---

<sup>170</sup> *Jornal do Porto*, 13 de janeiro de 1860 – carta de um assinante de Esposende.

<sup>171</sup> *Jornal do Porto*, 13 de janeiro de 1860.

<sup>172</sup> *Idem*.

<sup>173</sup> *Ibidem*.

<sup>174</sup> *Jornal do Porto*, 19 de janeiro de 1861 - denúncia de corrupção nos correios de Santa Comba Dão, defraudando-se a fazenda pública.

<sup>175</sup> *Jornal do Porto*, 7 de março de 1861. Há atrasos na entrega da correspondência que vem nos paquetes; a redação pede providências e a resolução do problema que perturba o serviço de correio do jornal e de todas as empresas no Porto.

caso que se segue, o atraso na entrega da parte oficial do *Diário* prejudicou o serviço informativo do jornal: «*Não damos hoje, no lugar competente, o extracto da parte oficial do Diario, porque só ao meio dia nos foi entregue, na administração do correio, onde o mandamos procurar, costumando ser-nos entregue no escriptorio (...)*

<sup>176</sup>.

Persistindo as dificuldades organizativas do serviço de correio postal, no início de 1863, o *Jornal do Porto* foi utilizado para discussão de soluções para a melhoria do serviço postal, entre Lisboa, Porto e Braga, com a intervenção do próprio *Jornal do Porto* e do administrador do correio do Porto, na tentativa de articulação para tornar mais eficiente e mais rápida a comunicação entre Braga, Lisboa e Porto, implicando a reorganização do serviço postal com outras regiões do país<sup>177</sup>. Mas, o serviço postal está associado ao serviço da mala-posta e, se as carreiras regulares funcionam bem, também o correio pode funcionar bem. Eis um apontamento noticioso que o confirma: pelo correspondente de Lisboa chegou ao Porto a notícia da compra de mais quatro cavalos para o serviço de mala posta<sup>178</sup>.

Entretanto, os carteiros parecem ser alvo fácil para roubo de dinheiro: na edição de 3 de fevereiro de 1862, é notícia o assalto a um carteiro, assaltado e espancado, entre Vinhais e Rebordelo, porque os carteiros também fazem entregas de dinheiro. Apesar de já haver o sistema de vales de correio, considerado pela redação do *Jornal do Porto* como um meio mais cómodo e fácil de remeter dinheiro. Claro que o mesmo problema pode acontecer com aos condutores da mala-posta<sup>179</sup>.

Verificamos que a circulação de informação entre jornais, empresas, políticos e cidadãos é considerada cada vez mais necessária. Exige-se celeridade e competência – as notícias perdem importância se algum atraso as demora pelo caminho: O correspondente de Braga, explica que, se a correspondência de Lisboa se atrasa, perde atualidade, porque entretanto, já os telegramas do Porto transmitiram as notícias<sup>180</sup>.

---

<sup>176</sup> *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1861: «(...)estes enganos, comtudo, são bastante frequentes, e bom seria remedial-os, no caso de ser possível».

<sup>177</sup> *Jornal do Porto*, edição de 26 de janeiro de 1863: ofício de Manoel Joaquim lobo, administrador do correio do Porto, solicitando ao *Jornal do Porto* que «se digne dizer-me o que se lhe oferecer sobre a indicada alteração (...)».

<sup>178</sup> *Jornal do Porto*, em 1 de junho de 1861.

<sup>179</sup> *Jornal do Porto*, 3 de fevereiro de 1862: remeter dinheiro pelo correio põe em perigo a vida dos carteiros e dos condutores da mala postal.

<sup>180</sup> *Jornal do Porto*, edição de 6 de fevereiro de 1863.

A liberdade de expressão e a capacidade de reclamar está bem patente nas páginas do *Jornal do Porto*, a propósito deste e de outros temas que perturbam a vida dos cidadãos. Senão vejamos: no Porto, os moradores no Bonfim, reclamam contra a irregularidade na recolha de correio<sup>181</sup>. E, entretanto, os empregados do correio, esse novo grupo profissional, pedem aumento salarial. O *Jornal do Porto* noticia essa pretensão e confirma que é cada vez maior o movimento e o trabalho nos correios no Porto, o que justifica o pedido de aumento de salário dos empregados<sup>182</sup>, até porque esse movimento vai continuar a aumentar pois que «*de dia para dia se abrem novas vias de comunicação*»<sup>183</sup>.

Júlio Dinis usou, muitas vezes, o horário de partida do correio para interromper cartas e, obviamente, escrever pouco, ou tão simplesmente, na ausência de outras notícias, enviar uma saudação a um amigo ou familiar e assim manter laços e amizades, que a distância faz sentir menos presentes. Também o correspondente de Coimbra usa esse argumento no *Jornal do Porto*: «*hontem dei fim á correspondência apressadamente, porque o correio estava a partir*»<sup>184</sup>. Através das páginas deste periódico, tal como na obra de Júlio Dinis, ao serviço de correio, recente e muito solicitado, são apontados problemas e dificuldades que revelam bem a sua necessidade e o nível de adesão ao seu serviço, a nível nacional, com o desenvolvimento do serviço de mala posta. A facilitação da comunicação e da circulação de pessoas e bens, a fim de promover o desenvolvimento económico foi uma preocupação constante em qualquer lugar do mundo, em qualquer contexto civilizacional, desde tempos remotos, desde sempre. Na Regeneração Oitocentista «*o desenvolvimento nacional protagonizado pela política de transportes e a criação de mercados internacionais, decorreria paralelamente à execução de iniciativas regionais e locais e ao aceleração de economias particulares.*»<sup>185</sup>

---

<sup>181</sup> *Jornal do Porto*, 12 de fevereiro de 1863.

<sup>182</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 13 de março de 1863: Os empregados do correio, seguindo o exemplo dos colegas de Lisboa e de Coimbra, dirigiram-se às cortes para pedir aumento salarial, justificado pelo aumento do serviço e pela carestia de vida. O *diário* assume a defesa desse aumento e apresenta argumentos. Em defesa dos empregados do correio do Porto, considera que o seu serviço tem vindo a aumentar progressivamente, que há muito trabalho e que os empregados não têm descanso, num «*violento e não interrompido serviço*». E acrescenta que, se aos correios exigimos serviço perfeito, devemos ajudar na defesa da petição dos empregados do correio, porque aos correios «*se confiam negocios da mais alta importância (...) e se transferem avultados capitales*».

<sup>183</sup> *Jornal do Porto*, 19 de fevereiro de 1863.

<sup>184</sup> *Jornal do Porto*, 28 de março de 1863.

<sup>185</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro., *ob. cit.*, p.127.

Com o *Jornal do Porto* percorremos o país e é-nos apresentado um retrato do estado das comunicações, no período em estudo – o serviço postal e o telégrafo elétrico, as novas estradas, o caminho de ferro. A monarquia propõe-se fazer avultados investimentos e faz-se depender o progresso das populações e da economia do desenvolvimento das vias e dos meios de comunicação.

As novas estradas, novas pelo alcance e pelo traçado, pela rede em vias de construção, novas pelas inovações técnicas introduzidas, garantiam mais conforto e mais rapidez na deslocação. Inaugurava-se assim, a capacidade de criar carreiras e circuitos de comunicação, com horários que permitiam alguma fiabilidade e encurtavam prazos de entregas e respostas. As carreiras de diligências são muito desejadas<sup>186</sup>, são factor de progresso e não param de surgir, num país em que as novas estradas vão rompendo a paisagem e servindo cidades, vilas e aldeias, quebrando o isolamento ancestral. Os jornais diários e a circulação da correspondência oficial e particular são uma das manifestações da vida social, económica, cultural e política reveladoras da importância adquirida pelos novos meios de comunicação. Uma carta dirigida ao *Jornal do Porto* consegue ser publicada dois dias depois de enviada: por exemplo, no dia 5 de janeiro de 1861, o *Jornal do Porto* publica uma carta do correspondente de Braga, datada de dia 3 de janeiro, em que se noticia que devido à falta de dinheiro e ao inverno, as obras públicas «*estão quazi inteiramente paralisadas*»<sup>187</sup>; da Régua, datadas de 6 de janeiro de 1861, chegam notícias da construção da estrada do Salgueiral, que o *Jornal do Porto* publica dois dias depois, no dia 8 de janeiro<sup>188</sup>. No entanto, nos anos de 1859 a 1863, são inúmeras as situações problemáticas que se desenrolam pelo país, no que respeita ao traçado das novas estradas<sup>189</sup>, às povoações a servir<sup>190</sup>, à qualidade da sua construção e à rapidez da sua execução, muitas vezes por falta de verbas, outras por ser difícil concretizar expropriações de terrenos, outras vezes porque são difíceis as negociações com

---

<sup>186</sup> *Jornal do Porto*, 29 de outubro de 1862, numa pequena notícia anuncia progressos de viação. Vai iniciar-se «uma carreira de diligências» entre Vila Nova de Gaia e Grijó, que funcionará às terças, sextas feiras e sábados.

<sup>187</sup> *Jornal do Porto*, 5 de janeiro de 1861, correspondência de Braga, datada de 3 de janeiro.

<sup>188</sup> *Jornal do Porto*, 8 de janeiro de 1861, correspondência da Régua, datada de 6 de janeiro.

<sup>189</sup> *Jornal do Porto*, 24 de novembro de 1862: no caso da estrada do Porto a Guimarães, o traçado das estradas não parece ser consensual entre os órgãos de poder e outros interesses locais.

<sup>190</sup> *Jornal do Porto*, 24 de novembro de 1862: Estrada de Viseu a Lamego, mais um exemplo de dificuldade de entendimento quanto ao percurso da estrada e quanto aos lugares e aos interesses que a estrada deve servir.

particulares e entidades locais. É notória liberdade e a capacidade de intervir e de se fazer ouvir, de intervir e de influenciar decisões, pois que alguns correspondentes e leitores do *Jornal do Porto*, com toda a liberdade, emitem críticas e opiniões e procuram ser ouvidos nos seus anseios e interesses. Em 30 de setembro de 1859, em artigo de primeira página, no *Jornal do Porto* escreve-se sobre a importância das novas vias de comunicação «seguras e commodas» para o desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio, beneficiando os produtores e os consumidores<sup>191</sup>.

A urgência na prestação deste serviço público às populações e às regiões levou a que a dimensão que assumiu o investimento nacional fosse muito significativa, senão incomportável para o Estado e para as autarquias, contribuindo para a dependência externa e para o aumento de impostos<sup>192</sup>, num país em que têm de ser considerados «*de forma implícita ou explícita, os laços da economia com outras esferas da realidade histórica*»<sup>193</sup>. No período da Regeneração, uma vez chegados a uma época de tranquilidade<sup>194</sup>, os trabalhos intensificaram-se para a dinamização do mercado, o aparecimento de iniciativas e a criação de uma nova dinâmica de tipo capitalista, como afirma Amado Mendes<sup>195</sup>. Era então elevado o número de trabalhadores necessários para o desenvolvimento dos transportes e das obras públicas para a criação de rede viária, alterando a dinâmica de contratação para o trabalho rural, como já vimos. Como se salienta no anúncio que se segue, havia falta de braços para as obras públicas: Na estrada de Vila Nova de Famalicão a Guimarães são precisos mais trabalhadores e por isso «*acceitão-se todos os jornaleiros que queirão trabalhar*»<sup>196</sup>.

---

<sup>191</sup> *Jornal do Porto*, 30 de setembro de 1859, artigo de primeira página intitulado *Caminhos Vizinhos*, em que se defende que as boas estradas são uma condição «*de prosperidade material*», levando consigo «*a luz da civilização*».

<sup>192</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro., *ob. cit.*, p.126.

<sup>193</sup> J Amado Mendes, *ob.cit.*, p 315.

<sup>194</sup> *Idem*, p. 320.

<sup>195</sup> *Ibidem*: «*Sob o ponto de vista político, foi com a Regeneração que o liberalismo atingiu a sua maturidade, ao criar e desenvolver um condicionalismo favorável ao pleno funcionamento das instituições políticas, no quadro da carta Constitucional de 1826. Assim, tornaram-se actos de perfeita normalidade o rotativismo (...), a constituição e estruturação de partidos políticos, o confronto de ideias e de programas e os actos eleitorais, embora estes, não raro, tivessem sido manchados pelo caciquismo (P.T. de Almeida, 1991, pp.97-140)*».

<sup>196</sup> *Jornal do Porto*, 5 de julho de 1859, anúncio da Companhia Viação Portuense, datado de 2 de julho

Foram muitos anos e muitas as interferências no quotidiano das populações, mas a diligência e o comboio, tal como o telégrafo, trouxeram consigo sinais da modernidade e uma nova noção de nação até aí impossível. O isolamento e o analfabetismo mantiveram tradições seculares que agora parece ser possível abandonar ou simplesmente atualizar. Nas páginas do jornal são frequentes as referências às obras nas estradas e nas vias férreas, apontando os avanços e as dificuldades, noticiando as contrariedades, as expropriações, as despesas feitas e o número de trabalhadores ao serviço das obras públicas. A abertura de novos serviços nas carreiras das diligências e de troços de caminho de ferro fazem surgir oportunidades, que alguns cidadãos conseguem antecipar, por exemplo, criando novos negócios<sup>197</sup>.

Temos vindo a apresentar exemplos de retratos na imprensa portuense sobre a política de desenvolvimento dos transportes e das comunicações em Portugal e sobre as condições para a sua concretização na região norte do país, tendo como centro das atenções o Porto de Júlio Dinis, nos quatro anos a que este estudo se dedica, de 1859 a 1863. Outros casos se nos afiguram de relevante interesse para a representação do quotidiano oitocentista: Na edição de 8 de junho de 1861 do *Jornal do Porto*, verificamos que no *Diário de Lisboa* (diário oficial do governo) foi feita a apresentação pública da despesa pública com estradas, no último trimestre de 1860 e desde o começo de cada obra. O diário portuense apresenta um resumo da despesa, por distrito, desde 1849<sup>198</sup>. Ao longo do período estudado, de 1859 a 1863, são muitas as informações e notícias que, ora nos dão boas notícias<sup>199</sup>, ora nos dão uma visão da situação que se vive pelo reino, no que respeita à construção de estradas e aos problemas financeiros<sup>200</sup> e técnicos ou outros que atrasam<sup>201</sup> as obras ou a definição

---

<sup>197</sup> *Jornal do Porto*, 10 de dezembro de 1862: em Estarreja, um novo estabelecimento abre ao público. no dia em que se iniciar a circulação de comboios; trata-se um restaurante bem localizado e cujo proprietário pretende ter como clientes os utilizadores do comboio: «que se espera attrahirá grande affluencia de concorrentes pelas boas condições em que vai achar-se».

<sup>198</sup> *Jornal do Porto*, 8 de junho de 1861. Apresentação das despesas com estradas no reino publicadas no *Diário de Lisboa*.

<sup>199</sup> *Jornal do Porto*, 26 de novembro de 1861: estão aprovados os projetos de construção da estrada do Porto à Póvoa de Varzim.

<sup>200</sup> *Jornal do Porto*, 19 de fevereiro de 1861. O correspondente de Ponte de Lima, em carta datada de 13 fevereiro, lamenta a lentidão dos trabalhos na estrada que ligará a vila a Braga. Lentidão provocada pela falta de dinheiro e um engenheiro que estabeleça um bom sistema de trabalho.

<sup>201</sup> *Jornal do Porto*, 23 de fevereiro de 1861 - carta do correspondente de Braga, datada de 21 de fevereiro, em que se informa sobre os trabalhos nas estradas de Valença e Ponte de Lima que «encetados ha anos, caminham em passo de tartaruga».

das rotas<sup>202</sup> nas redes de estradas e a arrematação<sup>203, 204</sup> para a construção de troços. Os anúncios de concursos<sup>205</sup>, de arrematações<sup>206</sup> e de início de trabalhos sucedem-se. Diariamente trabalham muitos operários nas *estradas e outras obras públicas no reino*: «*O numero medio d'operarios empregados diariamente nas estradas e outras obras publicas no reino, nas semanas decorridas desde 1 a 22 de fevereiro[1862] ultimo, foi de 12.279*»<sup>207</sup>. A regular divulgação de dados estatísticos que revelam o esforço nacional, confirma o esforço financeiro e o número de trabalhadores que saem dos campos para as obras públicas<sup>208</sup>. E permite assinalar o interesse com que o assunto é recebido pelos leitores, quando a prosa traz boas notícias<sup>209</sup>.

À questão do traçado das estradas e dos interesses particulares envolvidos, está ligada outra problemática: a falta de verbas no poder central e no poder local. Já em 13 de junho de 1859, o correspondente de Ceia tinha afirmado que «*Tudo isto é uma necessidade urgentíssima, e indispensável; mas falemos alto que nos oução. O governo não pode fazer tudo. Não há dinheiro que chegue para se construirem todas as estradas de que o paiz carece. O povo labora n'um engano (...): pensa elle que lhe*

---

<sup>202</sup> *Jornal do Porto*, 1 de fevereiro de 1861 – Há dificuldade na definição da rota da estrada que irá ligar Santo Tirso a Guimarães.

<sup>203</sup> *Jornal do Porto*, 1 de junho de 1861 – «*arrematação de cinco lanços de estrada, de Caminha a Valença, compreendendo 20 kilometros, orçados em 45 contos de reis*». Só apareceu um licitante.

<sup>204</sup> *Jornal do Porto*, de 17 de dezembro de 1861, correspondência de Braga, datada de 14 de dezembro: informação sobre o novo concurso para «*arrematação da estrada de 2ª classe entre Braga e Guimarães*»; parece que desta vez vai haver candidatos. Cf. *Jornal do Porto*, 27 de dezembro de 1861, notícia da arrematação pelo governador civil de Braga, aos únicos licitantes que concorreram à construção da estrada de Braga a Guimarães, «*A obra foi adjudicada aos snrs conde d'Arrochella e Manoel de Magalhães*». Cf. *Jornal do Porto*, 28 de dezembro de 1861: O correspondente de Braga, em carta datada de 26 de dezembro, informa sobre a arrematação da estrada entre Braga e Guimarães, por 77:000\$000 réis, acrescentando que a obra será feita pela mesma companhia que está a construir a estrada de Guimarães a Fafe.

<sup>205</sup> *Jornal do Porto*, 29 de novembro de 1861: noticia-se o novo o concurso para a construção, por empreitada, da estrada entre Braga e Guimarães, incluindo as «*pontes sobre os rios de Este, Ceio e Ave, e os pontões em Esporões, sobre a ribeira de Fevras e junto a Guimarães*». São previstos 30 meses para execução da obra.

<sup>206</sup> *Jornal do Porto*, 8 de abril de 1862 –A construção da estrada de Caminha a Valença foi entregue ao galego Bruno Peres, que apresentou a proposta mais favorável.

<sup>207</sup> *Jornal do Porto*, 24 de abril de 1862.

<sup>208</sup> *Jornal do Porto*, 21 de abril de 1862. Correspondência de Coimbra, datada de 16 de abril. Muitos operários trabalharam em fevereiro e março, nas obras públicas do distrito e a maioria nas obras da estrada da Beira: «*pagaram-se 27.707 jornaes aos operários empregados pela direcção das obras publicas deste districto, sendo 22,972 destes jornaes para os operários empregados nas obras da estrada da Beira*».

<sup>209</sup> *Jornal do Porto*, 30 de dezembro de 1862: «*Vão em notavel andamento os trabalhos de construcção da estrada do Porto á Povia de Varzim*», foram contratados muitos operários e espera-se que no ano de 1863 sejam concluídas obras de empedramento, porque a terraplanagem está em fase adiantada.



*hãõ de vir ter á porta muito boas estradas, sem elle fazer por isso (...).*<sup>210</sup> E conclui o correspondente de Ceia, afirmando que é preciso que os municípios e os particulares contribuam para que as obras se possam realizar e que os governadores civis devem visitar os seus distritos e falar com a população porque haverá muita gente a querer contribuir para a construção das estradas, com dinheiro ou com o seu próprio trabalho. Tal é a necessidade e a urgência de capitais «*para obter boas vias de comunicação*»<sup>211</sup>. Porém, em 1862, em Trás-os-Montes continuam a faltar estradas. Esta é uma província esquecida, abandonada, «*uma província «abandonada de toda a protecção», «esquecida dos governos»*»<sup>212</sup>, afirma a redacção em artigo de abertura de edição, em que solicita a atenção dos poderes públicos. A construção da rede viária e ferroviária está envolva em grandes polémicas locais e associada a expropriações nem sempre fáceis, uma das dificuldades que muito condicionou a rapidez dos trabalhos. Como vemos ser denunciado no *Jornal do Porto* em relação à estrada que liga o Porto à Póvoa de Varzim e que obrigou a expropriações urgentes<sup>213</sup>.

Recordemos que Júlio Dinis nasceu em 1839, deixou-nos obra escrita de 1857 a 1871, e situou a ação dos seus contos e romances na década de 1850. Apesar de não ter viajado até ao estrangeiro, deslocou-se ao longo do país, partindo do Porto para Norte e para Lisboa e daqui até ao Funchal. O traçado das novas estradas e a dificuldade de obtenção de verbas<sup>214</sup> para a sua execução está presente de forma muito explícita em *A Morgadinha dos Canaviais*, onde assistimos, como anteriormente assinalámos, aos jogos de poder e de interesse do Seabra, que compra as terras por onde passará a estrada, para poder exigir alta indemnização pela expropriação<sup>215</sup>. O

<sup>210</sup> *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1859. Carta do correspondente de Ceia, datada de 5 de junho

<sup>211</sup> *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1859, carta do correspondente de Ceia, datada de 5 de junho, em que exorta os governadores civis a visitarem os seus distritos, porque aí encontrarão cidadãos interessados no acesso a boas vias de comunicação e prontos a investir nas obras públicas.

<sup>212</sup> *Jornal do Porto*, 11 de dezembro de 1862. Artigo de 1ª página, intitulado *Viação Transmontana*

<sup>213</sup> *Jornal do Porto*, 11 de dezembro de 1862.

<sup>214</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 139: «- No que ele [conselheiro Manuel Berardo Mesquita, o pai de Madalena] tem andado mal é em prometer mais do que pode fazer. Há quantos anos nos anda a falar na estrada, e até hoje ainda nem palmo dela? – opinou Pertunhas.»

<sup>215</sup> *Idem*, pp.221-222: «- Os antigos possuidores talvez se contentassem com pouco – disse o brasileiro, sorrindo velhacamente – mas os modernos ...

- Pois mudaram de senhorio?

- Por contrato de venda assinado e legalizado ontem mesmo.

- E quem os comprou? /

- Este seu criado.

O conselheiro teve vontade de o esganar; conteve-se porém, dizendo:

comboio não faz parte da vida das suas personagens. A mala-posta e o transporte privado e particular, de carruagem e cavalo, percorrem a sua obra, transmitindo-nos a lentidão e a imprevisibilidade, a par da capacidade de quebrar o isolamento das populações.

O mundo e, mais importante que tudo, as notícias da capital e dos familiares emigrados, chegava às vilas e aldeias dinisianas através das velhas e desconfortáveis estradas, até que as novas estradas começaram a cortar a paisagem e as povoações, levando e trazendo notícias e produtos, mas também o progresso e com ele novas preocupações e mudanças no secular quotidiano provinciano. Recordemos a distância que, fiéis representantes do ímpeto de progresso e de expansão da agricultura<sup>216</sup>, Jorge e Tomé percorriam para irem ao Porto tratar dos seus assuntos económicos e financeiros<sup>217</sup>, o desespero de Henrique<sup>218</sup> para chegar a Alvapenha<sup>219</sup>, guiado pelo almocreve<sup>220</sup> tão habituado àquelas dificuldades e conhecedor das razões de tal percurso: *«mas bem vê V. S.<sup>a</sup> que o caminho lá em baixo é todo cortado por quintas e campos e é preciso dar tais voltas que afinal fica mais longe. Depois com a chuva que tem caído, faz lá ideia de como estão os riachos por lá!»*<sup>221</sup>.

Estamos a debruçar-nos sobre o Porto e a região Norte do reino, a região que Júlio Dinis manifestamente conhece. É sobre as suas gentes e paisagens que a sua obra se debruça. A ligação do Porto à região norte suscita muitas dificuldades e despesas, numa região montanhosa e de difíceis acessos. Por exemplo, do Porto à Régua, são 90 quilómetros de estrada em terreno difícil e o custo da obra *«será maior*

---

- Tanto melhor; quero-me antes com proprietários ilustrados e independentes, que compreendam a importância dos melhoramentos públicos, do que ...

- Isso são histórias, meu caro amigo; em primeiro lugar estão os melhoramentos particulares. Eh! Eh! Eh! (...)

<sup>216</sup> Irene Vaquinhas e Margarida Neto, «Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p.329: «A agricultura não escapa a esta vaga de fundo. (...) Os estímulos conjunturais foram decisivos nesta mudança. O crescimento da população e o alargamento do mercado interno, proporcionado pela construção de estradas e de vias férreas, induziram o desenvolvimento da agricultura, que se fará, simultaneamente, pelo aumento da superfície cultivada e pelo aperfeiçoamento das técnicas de cultivo e dos instrumentos de trabalho.»

<sup>217</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 224: «Tomé entrou em casa e participou à mulher que ia no dia seguinte ao Porto, na companhia de Jorge, e que talvez aí se demorassem alguns dias».

<sup>218</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 10: «Havia mais de uma hora que estava lutando com as dificuldades da ascensão do íngreme e escabroso caminho, que torneava o monte, como as voltas de uma hélice.»

<sup>219</sup> *Idem*, p. 14: «Os caminhos sucediam-se aos caminhos, qual mais tortuoso e incómodo de trilhar; as curvas complicavam-se, como as ruas de um labirinto».

<sup>220</sup> *Ibidem*, p. 10: «O almocreve havia-se separado por momentos de Henrique com o fim de encurtar distâncias, seguindo por um atalho só franqueável a gente de pé.»

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 11.

*que o dos caminhos de ferro feitos em Portugal»*<sup>222</sup> mas, defendem os interessados, a despesa será compensada pelo volume de transporte de mercadorias e de passageiros.

Não são frequentes no *Jornal do Porto* as notícias sobre desastres ou acidentes de trabalho. Mas, nas duas notícias que se seguem, encontramos acidentes nas obras e nas estradas, com vítimas mortais: um acidente, já no Porto, com a diligência da carreira de Braga ao Porto de que resultou um morto<sup>223</sup>, um homem de 26 anos e um desastre numa obra pública, em que as vítimas são duas mulheres que ali trabalhavam<sup>224</sup>. Por aqui confirmamos que as mulheres também trabalhavam nas obras nas estradas. Continuando na sua linha editorial, a redação do diário portuense, pede a intervenção de Sua Majestade, face à perspectiva de estabelecimento na Campanhã da gare da linha do caminho de ferro de Lisboa ao Porto. Considerando a escolha incorreta, enuncia as desvantagens do local: «*Esta escolha é a mais inconveniente possível, não só porque fica exposta a inundações, (...)*»<sup>225</sup>.

E, continuamente, surgem notícias sobre os trabalhos na linha do caminho de ferro de Lisboa ao Porto: os trabalhos decorrem com grande aceleração e com elevado número de trabalhadores<sup>226</sup> e é «*grande o estado de adiantamento em que se acha a via ferrea*»<sup>227</sup>. A vida económica anima-se<sup>228</sup>. Porém, por vezes surgem problemas entre empreiteiros e trabalhadores. Perto de Tomar, foi assassinado, um dos empreiteiros da obra do caminho de ferro e não «*é a primeira vez que em diferentes pontos os operários se amotinão*», provocando incidentes mais ou menos violentos entre operários e empreiteiros<sup>229</sup>. A mão de obra utilizada na construção do caminho de ferro é frequentemente indicada, a nível global, nas páginas do *Jornal do Porto*, tal como as despesas e os rendimento das linhas férreas. São milhares os trabalhadores diariamente utilizados nas obras da linha de Coimbra ao Porto. Homens, mulheres e

---

<sup>222</sup> *Jornal do Porto*, 7 de novembro de 1862.

<sup>223</sup> *Jornal do Porto*, 23 de maio de 1861.

<sup>224</sup> *Jornal do Porto*, 14 de abril de 1862.

<sup>225</sup> *Jornal do Porto*, 16 de maio de 1861.

<sup>226</sup> *Jornal do Porto*, 7 de junho de 1861.

<sup>227</sup> *Jornal do Porto*, 30 de dezembro de 1861.

<sup>228</sup> *Jornal do Porto*, 10 de dezembro de 1862. Em Estarreja, com a chegada do comboio, a vida económica anima-se e surgem iniciativas para a prestação de serviços aos clientes: um novo estabelecimento comercial abre ao público no dia em que se iniciar a circulação de comboios.

<sup>229</sup> *Jornal do Porto*, de 1 de março de 1861, carta do correspondente de Lisboa, datada de 27 de fevereiro.

rapazes.<sup>230</sup> Os sistemas de comunicação e o caminho de ferro avançam mas, tal como em relação à construção de estradas, também aqui não é frequente haver notícias sobre acidentes de trabalho. Porém, de entre todos os desastres que terão acontecido na construção do caminho de ferro, alguns acidentes são noticiados: junto a Ovar, «*uma pobre mulher, das que alli se empregam em carregar cestos de terra, ia a atravessar a via férrea, quando passava a locomotiva*»<sup>231</sup>; na ligação de Ovar a Vila Nova de Gaia, um comboio com madeira feriu dois homens, tendo um ficado muito maltratado<sup>232</sup>.

Júlio Dinis coloca-nos nos percursos das suas personagens. O narrador conta-nos sobre as novas estradas, mas também nos faz circular pelos velhos caminhos. Na obra de Júlio Dinis, circulamos pelos bairros do Porto, com Manuel Quintino, Carlos, Cecília e Jenny<sup>233</sup>; vamos de viagem ao Porto, com Daniel<sup>234</sup>, com Tomé e Jorge<sup>235</sup>; viajamos de Lisboa ao Minho, com Gabriela e Berta<sup>236</sup>, Henrique<sup>237</sup>, com o conselheiro Manuel, os seus filhos e Augusto<sup>238</sup>; Vemos o esforçado recoveiro Cancela<sup>239</sup> sempre em trabalho, viajando, com as encomendas dos seus clientes. Sentimos a dificuldade dos caminhos que todos os dias percorrem os pobres camponeses e o perigo da subida à ermida da Senhora da Saúde<sup>240</sup> por caminhos e veredas pouco seguras, num Minho de difíceis acessos. Júlio Dinis fez-nos seguir o

---

<sup>230</sup> *Jornal do Porto*, 18 de novembro de 1862: na semana de 8 a 15 de novembro 1862, foram empregues por dia na construção do caminho de ferro de Coimbra ao Porto 6323 homens, 6141 mulheres e rapazes, 24 barcos e cavalos, 362 carros e 68 wagons. *Jornal do Porto*, 5 de dezembro de 1862: 6135 homens, 5948 mulheres e rapazes trabalharam na construção da linha do caminho de ferro, de Coimbra ao Porto, na semana de 15 a 22 de novembro, tendo sido utilizados 367 carros, 20 barcos e cavalos e 71 wagons.

<sup>231</sup> *Jornal do Porto*, 12 de fevereiro de 1862.

<sup>232</sup> *Jornal do Porto*, 18 de novembro de 1862.

<sup>233</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.46: «O leitor, que é do Porto, quase me dispensa de dizer-lhe que era o bairro de Cedofeita aquele onde a família Whitestone vivia. (...) O bairro central é o portuense propriamente dito; o oriental, o brasileiro; o ocidental, o inglês.».

<sup>234</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, pp. 40-41: «E ainda bem não tinha decorrido uma semana depois do que referimos, já o pequeno Daniel era transportado para o Porto na melhor égua da casa (...). Daniel entrou na Cidade Invicta com poucas disposições de se lhe afeiçoar.».

<sup>235</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da casa Mourisca*, p. 224. «Há muito que desejo [Jorge] ir ao Porto. (...) Portanto, quando o Tomé puder dispor de si, desejava que me acompanhasse à cidade, para me apresentar aos juizes e letrados, que conhece. (...) Lembrei-me da nova Companhia de Crédito Predial, que se instalou agora no país. (...)».

<sup>236</sup> *Idem*.

<sup>237</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>238</sup> *Idem*.

<sup>239</sup> *Ibidem*.

<sup>240</sup> *Ibidem*, Cf. capítulo IX.

percurso de Sua Majestade ao Porto<sup>241</sup> e à região Norte<sup>242</sup> e sentir a alegria da inauguração da carreira da diligência<sup>243</sup> de que era sócio o brasileiro de Braga, o tio de Clementina, José Urbano, que também viajara pela Europa<sup>244</sup>.

É certo que em Júlio Dinis, o comboio não foi sequer anunciado. Trata-se de um meio de transporte que surgirá num tempo que não cabe na ação dinisiana, sempre situada na década de 1850. Mas, Júlio Dinis retratou a dificuldade das expropriações, a necessidade de negociação entre notáveis locais, para que o traçado fosse delineado. Deu-nos o perfil do herbanário Vicente<sup>245</sup>, o homem capaz de abdicar do seu quintal, da sua casa, em benefício do bem comum, do serviço público. Não nos fez visitar os trabalhos de abertura das estradas, nem a azáfama provocada pela deslocação de trabalhadores do campo para as obras públicas. Deu-nos a conhecer comunidades em mudança, mas não nos permitiu acompanhar os imensos conflitos de interesses que a mudança pode provocar, como as páginas do *Jornal do Porto* permitem vislumbrar, como já demonstrámos.

Contudo, sobre o caminho de ferro português, importa referir que, em junho e agosto de 1859, o diário portuense publica artigos de primeira página sobre a necessidade do caminho de ferro do norte do país, considerando-o um «*prodigioso instrumento de comunicação acelerada*»<sup>246</sup>. São artigos que significativamente lançam o tema em discussão pública, na região, afirmando que se trata de uma aspiração nacional e que todos os partidos e o parlamento o apoiam<sup>247</sup>, apesar da sucessão de discussões, de peripécias, incoerências, interesses partidários e debates estéreis<sup>248</sup>.

---

<sup>241</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 14.

<sup>242</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>245</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, cap. XVI e XVII, pp. 197-224.

<sup>246</sup> *Jornal do Porto*, 9 de junho de 1859, artigo de primeira página intitulado *Caminho de Ferro do Norte*.

<sup>247</sup> *Idem*.

<sup>248</sup> *Ibidem*: «O caminho de ferro do norte anda em construção desde muitos anos, e não consta que os seus raywils passem além de Santarém. (...) não sabemos como explicar racionalmente essa esteril indolencia do governo, que depois de tão repetidas promessas, e de programmas tão auspiciosos e lisonjeiros, estaca vergonhosamente diante d'aquella grande empreza, e não ouza dar verdadeiro impulso ao gigantesco proposito da edificação d'aquelle prodigioso instrumento de comunicação acelerada!»

Porém, é só em 1862, que se torna evidente que, a par da discussão sobre o traçado e a rota das estradas, o caminho de ferro também faz falta ao desenvolvimento do Norte. A partir daí, são precisos muitos trabalhadores mas também vigas de pinho da terra que vemos serem solicitadas em anúncio<sup>249</sup> no *Jornal do Porto*<sup>250</sup>.

Mas, se as estradas levantavam muitos problemas entre as populações e as individualidades locais, o caminho de ferro também suscita os mesmos interesses e disputas entre particulares e acesas discussões sobre o seu traçado. Como reiteradamente vimos, Júlio Dinis em *A Morgadinha dos Canaviais* também nos apresentou com clareza e dramatismo a dimensão da discussão e dos interesses particulares e políticos que a abertura de estradas provocou pelo país. Nas páginas do *Jornal do Porto* podemos acompanhar as opiniões<sup>251</sup>, os interesses<sup>252</sup>, as expropriações<sup>253</sup> e os negócios de terrenos que fazem paralisar as obras, os conflitos que vão surgindo, as soluções, as propostas da redação do jornal e dos seus correspondentes. Pelo país fora a construção das estradas e das linhas de caminho de ferro criaram problemas e conflitos entre populações e proprietários de terrenos. Entre eles, a questão das expropriações avivou tensões, provocou conflitos e interesses. Júlio Dinis integrou-os na sua obra e no perfil das suas personagens, especialmente em *A Morgadinha dos Canaviais*, sendo que Vicente, por todos estimado e o amigo de Augusto e Lena, e de sua família, foi a vítima da intriga política entre o conselheiro e o Seabra<sup>254</sup>. Os políticos ganharam, as duas fações entenderam-se, mas Vicente perdeu a sua casa para que se fizesse a estrada nova, num traçado de duvidosa necessidade, e morreu, velho e desgostoso, mas demonstrando a

---

<sup>249</sup> *Jornal do Porto*, 21 de outubro de 1862: «As pessoas que quiserem fazer esse fornecimento podem dirigir suas propostas ao escriptorio da 2ª divisão da linha do Porto (...)».

<sup>250</sup> *Jornal do Porto*, 30 de dezembro de 1862: O diário não só defende como também advoga esta nova causa e procura que outros lhe sigam o exemplo: «aqui pedimos á imprensa portuense e á do Minho que nos auxilie em advogar esta cauza».

<sup>251</sup> *Jornal do Porto*, 30 de dezembro de 1862: o Minho já tem muitas estradas de mac-adam, feitas ou começadas, mas para ligar o Minho ao Porto e a Espanha o caminho de ferro é considerado «uma obra profícua».

<sup>252</sup> *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862. Neste artigo fala-se sobre as obras do caminho de ferro, mas podia ser sobre as obras de construção de estradas, uma vez que se refere a um problema frequentemente suscitado por serem as «obras publicas feitas e guiadas por via de interesses particulares». É o caso da linha do Norte que, segundo o *Jornal do Porto*, de Ovar ao Porto, não passa «por povoação alguma d'importancia».

<sup>253</sup> *Jornal do Porto*, 16 de março de 1861; Cf. *Jornal do Porto*, de 21 de novembro de 1862: o ministério das obras públicas decretou, em decreto de 7 de novembro, a expropriação de duas propriedades para as obras do caminho de ferro, no concelho de Soure.

<sup>254</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, capítulo XVII, pp. 218 e seguintes.

sua capacidade de dar exemplo de cidadania. Vendo perigar a eleição do seu velho amigo conselheiro e adivinhando a ambição desmesurada de Seabra, colocou os deveres de cidadão e o bem comum à frente dos seus interesses e desejos pessoais<sup>255</sup>: num gesto de honradez e pedagogia para com a comunidade e os seus concidadãos, saiu do seu leito de morte e todos o viram ir votar na igreja, para depois, e aí mesmo, falecer<sup>256</sup>. No seu gesto e nas suas palavras se sintetizava a vida política daquela freguesia, onde os votos na assembleia acabaram por dar de novo a vitória ao já improvável vencedor – o conselheiro Manuel Berardo de Mesquita, o pai de Madalena, o amigo de infância de Vicente e o político de que o ministério precisava<sup>257</sup>. Ia ser ministro, «*partiu no dia seguinte para Lisboa, para tomar parte na pilotagem da nau do Estado*»<sup>258</sup>.

No início da 2ª metade do século XIX, muitos portugueses mudaram de vida, uns foram trabalhar nas obras públicas, outros - muitos - emigraram para o Brasil<sup>259</sup>, participando assim na mudança de mentalidade e na mudança visível da imagem do país. Mas, muitos outros ficaram nas suas aldeias, viram, ouviram e falaram, assistiram às mudanças e, muitas vezes, muitos deles, a maioria dos portugueses, não se conseguiu fazer ouvir nos círculos do poder local e governamental, indo-se adaptando às novas realidades ou resistindo à mudança. As obras públicas contribuem para o agravamento da situação financeira do país, que não está estável, mas no reino também não se consegue antever nem antecipar a resolução dos problemas políticos e económicos, pois que, como vemos no artigo de abertura do *Jornal do Porto*, de 22 de junho de 1859, se escreve que

«*Vai de mal a pior a nossa actual situação financeira. Os diferentes ministerios sobem e descem do poder sem haverem deixado de si um vestigio duradouro, uma reforma de immediata utilidade, que servisse ao menos de norma e incitamento (...). A nossa historia financeira resume-se desde muitos anos n'um expediente pequeno, estafado, improficuo, e sedico – a emissão de inscrições, e os acrescentamentos sucessivos das despesas gerais do estado.*»<sup>260</sup>

---

<sup>255</sup> *Idem*, cap. XXX, pp.366-384

<sup>256</sup> *Ibidem*, p. 378.

<sup>257</sup> *Ibidem*, p. 418.

<sup>258</sup> *Ibidem*, p. 421.

<sup>259</sup> Cf. capítulo I, ponto 1.1.2.

<sup>260</sup> *Jornal do Porto*, de 22 de junho de 1859, *Reformas Económicas*, artigo de abertura de edição.

Neste artigo de primeira página intitulado *Reformas Economicas*<sup>261</sup>, refere-se que «*as despesas crescem em escala ascendente*»<sup>262</sup>, que «*Isto não pode ser. Estamos a pique de ficar sem tesouro nem orçamento, nem meios de pagar pontualmente aos servidores do estado, e aos credores da nação*»<sup>263</sup>. E diz ainda o articulista: «*diferentes ministerios sobem e descem do poder sem haverem deixado de si um vestigio duradouro, uma reforma de immediata utilidade, que servisse ao menos de norma e incitamento aos que alli viessem depois herdar os encargos e difficuldades da publica governação.*»<sup>264</sup>

Diariamente, o *Jornal do Porto* persiste na apresentação de retratos do país, sem esquecer as questões da economia e, também neste ponto, intervindo ativamente, denunciando problemas e apontando soluções. Apesar da acalmia política sentida no reino, depois do longo período de instabilidade e conflito da 1ª metade de Oitocentos<sup>265</sup>, a situação política e económica<sup>266</sup> no início da 2ª metade do século XIX, revelava grandes fragilidades<sup>267</sup> e as soluções tardavam, pelo que na redação do *Jornal do Porto*, continuam os avisos: «*Estamos a pique de ficar sem thezouro nem orçamento, nem meios de pagar pontualmente aos servidores do estado, e aos credores da nação.(...) o credito publico vai-se debilitando progressivamente (...)*».<sup>268</sup> Sucedem-se intensos debates parlamentares e sucessivos atos eleitorais<sup>269</sup>,

---

<sup>261</sup> *Idem.*

<sup>262</sup> *Ibidem.*

<sup>263</sup> *Ibidem.*

<sup>264</sup> *Ibidem.*

<sup>265</sup> Maria Manuela Tavares, Ribeiro, «A Regeneração e o seu significado», in *História de Portugal*, direção de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 121: «*O processo político português, que até meados de Oitocentos viveu um percurso de intermitentes oscilações e de tensos conflitos sociais, experimenta, a partir de 1851, alguma estabilidade, com a aplicação e prática de regras de acção política. O equilíbrio do sistema consolidar-se-á, porém, mediante o funcionamento regular das instituições.*».

<sup>266</sup> Isabel Pires de Lima, «Júlio Dinis e a antecipação do romance realista», in *História da Literatura Portuguesa*, *ob. cit.*, p. 107: «*clima de acalmia política e ideológica, subsequente aos trinta anos de instabilidade e de confrontações que haviam impedido o desenvolvimento do capitalismo em Portugal ao ritmo europeu, um momento, pois, em que a burguesia portuguesa havia finalmente tomado consciência da urgência de encontrar uma plataforma conciliadora dos interesses das várias classes detentoras do poder económico e uma forma de governo capaz de ser estável, de modo a viabilizar um projecto expansionista da economia nacional que permitisse o fomento material necessário ao próprio avanço do capitalismo.*».

<sup>267</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *ob. cit.*, p.127: «*A preocupação do incremento das estruturas regionais e a viabilização de uma dinâmica que harmonizassem o poder central e o regional deveria ser o modelo da política do Governo. (...) o aperfeiçoamento industrial, o aumento da produção agrícola, a procura de novos mercados internacionais, enfim, a modernização da produção económica, de modo a atenuar a dependência em relação à Inglaterra e fortalecer o desenvolvimento colonial.*».

<sup>268</sup> *Jornal do Porto*, 22 de junho de 1859.



bem como agitação social - como podemos verificar em *A Morgadinha dos Canaviais*, no episódio do enterro de Ermelinda no cemitério<sup>270</sup>, onde Júlio Dinis nos apresenta pormenorizadamente um quadro<sup>271</sup> revelador das tensões ainda existentes na sociedade portuguesa, face aos enterramentos fora do espaço eclesial.

### 2.1.2. Quadros Sociais

A imprensa assume, no meio social e cultural em que se insere e intervém, uma função de representação social, de reprodução e conservação de equilíbrios e um papel dinâmico de participação na produção de modernidade. Os jornais são veículo de informação e de opinião e importante fator de contínua construção e reconstrução de tradições, usos e costumes, mentalidades e de representações sociais.

---

<sup>269</sup> Cf. *Materiais para a história eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926, Roteiro de eleições na monarquia constitucional*, Lisboa, BNP. 2006, disponível em <http://purl.pt>, consulta de 24.04.2016. Para o período em análise, podemos indicar:

- 1852 – 24 de julho, dissolução parlamentar ( tinha havido eleições em novembro de 1851).
- 1856 – 29 de setembro, o número de deputados é aumentado, passando de 156 para 162; 9 de novembro, realizaram-se eleições, com a vitória dos progressistas históricos, que venceram os progressistas regeneradores, de Rodrigues Sampaio, José Estevão e Fontes Pereira de Melo; 30 de setembro, decreto eleitoral fixa o número de deputados em 156, com 48 círculos, situação que vai manter-se durante sete anos; 12 de dezembro, eleições, com a vitória dos candidatos governamentais.
- 1858 – 26 de março, a Câmara dos Deputados é dissolvida; 2 de maio, eleições: O partido histórico, que apoia o governo, ganha as eleições. (...).
- 1864 - 11 de setembro, eleições: os históricos, no Governo, vencem, elegendo cerca de 100 deputados num total de 177.
- 1865 – 15 de maio, a Câmara dos Deputados é dissolvido; 9 de julho, eleições: uma união de históricos e regeneradores, vence as eleições, por pequena margem; 30 de julho, reabertura do Parlamento.
- 1868 - 22 de março, eleições: o governo ganha as eleições.

<sup>270</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp. 313-317:

«- Pois senhores – prosseguiu o brasileiro, que não queria deixar arrefecer o entusiasmo e a irritação do público. – Hoje decide-se a coisa ... daqui a uma hora está enterrada a pequena e depois... o uso faz lei. (...)

- Já está a tocar o sino! Ao cemitério, enquanto é tempo! (...)
- Ao cemitério! Ao cemitério! – repetiram algumas vozes.
- E queime-se a papelada da Câmara!
- E mate-se o escrivão da Fazenda!
- E quebrem-se os vidros do Mosteiro!
- E pegue-se fogo à casa! (...)

*Os desordeiros seguiram capitaneados pelo morgado, o caminho do cemitério. O brasileiro, o padre e o Pertunhas acolheram-se pacificamente aos lares.»*

<sup>271</sup> *Idem*, Cf. cap. XXIV e XXV, pp. 308-329

A imprensa apresenta-se como interveniente na vida das comunidades em que atua e participa, na vida política e na dinâmica social e cultural.

O *Jornal do Porto*, constituindo-se como espaço de opinião e de defesa do ideário liberal, acompanha os processos eleitorais com a realização de vários artigos de abertura, na primeira página, e com a publicação de cartas de leitores e dos correspondentes, em que é veiculada opinião política e suscitada a discussão entre partidos ou entre personalidades locais. No período em estudo decorreram vários processos eleitorais<sup>272</sup> e o *Jornal do Porto* acompanhou-os. No entanto, a partir de Lisboa, através dos seus correspondentes, também encontramos informação contínua e pormenorizada da atividade legislativa das cortes, bem como informação constante do diário do governo, o denominado *Diário de Lisboa*. Para este trabalho considerou-se relevante a opinião e a informação relativa à vida política na cidade e na região, pelo que valorizamos, e apresentamos nas páginas que se seguem, a posição da redação deste periódico, dos seus correspondentes e dos seus leitores, quanto ao que respeita aos processos eleitorais e à política local<sup>273</sup>.

É assim que, em outubro de 1859, surge uma crítica concreta ao governo. O governo intervém em tudo, intervém também nos processos eleitorais, não deixando autonomia e liberdade ao poder local: «*O governo intervem em tudo (...) Este é o primeiro e mais saliente defeito da nossa organização administrativa: O Governo intervem em tudo – na beneficência local, na viação concelhia, na instrução, na*

---

<sup>272</sup> Cf. *Materiais para a história eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926, Roteiro de eleições na monarquia constitucional*:

- 1859 – 23 de novembro, as câmaras são dissolvidas e é aprovada uma nova Lei Eleitoral, influenciada por Oliveira Marreca e José Estevão; são criados os círculos uninominais e aumenta o número de eleitores; 28 de novembro, marcação de eleições para 1 de Janeiro de 1860.

1860 – 1 de Janeiro, eleições: o Partido Regenerador, o partido que apoiava o governo, integrando os cabralistas, ganha as eleições. Os históricos só elegem 15 deputados, sendo eleitos 2 deputados miguelistas. Os deputados foram eleitos por meio de círculos eleitorais uninominais; 26 de Janeiro, abertura das Cortes.

- 1861 – 27 de março, dissolução da Câmara dos Deputados, com marcação de eleições para 22 de Abril; 22 de abril, eleições, com a vitória dos históricos, apoiantes do governo, mas com cerca de 50 deputados oposicionistas; a 17 de maio, são nomeados 17 novos pares, para permitirem uma maioria histórica na Câmara dos Pares; a 25 de dezembro, há tumultos em Lisboa, que levam à queda do governo.

<sup>273</sup> Cf. capítulo I, 1.1.2. São vários os trabalhos historiográficos que se debruçam especificamente sobre a vida política de Oitocentos. Destacamos o trabalho de Irene Vaquinhas, Miguel Sardica, Maria Antonieta Cruz, Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro. Cf. José Mattoso, *ob. cit.*

*economia dos municípios, e em todos os ramos e especialidades de administração propriamente municipal. É uma tutela oppressiva, e violenta.»*<sup>274</sup>

Ainda em 1859, outra questão suscita a crítica da redação: considera-se que, para o governo, Portugal é Lisboa e só Lisboa<sup>275</sup>, pois que o atual ministério criou a esperança de que traria reformas na administração pública, pediu autorização às cortes para legislar, mas, no que respeita às reformas da administração pública, para o governo, só Lisboa existe: «*as vistas porém da solicitude ministerial delimitarão-se com os muros de Lisbôa; ainda mais, concentrarão-se somente no Terreiro do Paço, (...)»*<sup>276</sup>. As duas câmaras, a dos pares e a dos deputados, com a respetiva composição social, consagrada na Carta Constitucional, consubstancia a divisão das Cortes e é nestas duas assembleias que se concentra «*o essencial da elite política oitocentista»*<sup>277</sup>. A nova ordem liberal permite a formação de uma nova elite, com a ascensão dos burgueses à vida política<sup>278</sup>, mas Fernando Taveira da Fonseca considera que a

*«sua base de recrutamento é extremamente diminuta, uma vez que são menos de 100 000 os elegíveis para deputados (2% da população total, 7% da população masculina adulta) e, ainda mais, porque os elevados encargos eleitorais e a exiguidade dos subsídios que lhes são pagos pressupõem que os candidatos disponham de consideráveis meios de fortuna ou de capacidade de influência para mobilizar a seu favor os recursos do Estado.»*<sup>279</sup>

O autor cita Tavares de Almeida para concluir que esta situação «*se traduz na eleição reiterada dos mesmos indivíduos, na dificuldade da sua renovação, na importância das relações de consanguinidade e de «parentesco ritual», conduzindo, inclusivamente à formação de «autênticas» “dinastias” de parlamentares»*<sup>280</sup>.

A excessiva centralização das decisões em Lisboa e a facilidade com que se considera que Lisboa se esquece do resto do país também se verifica nas páginas de

---

<sup>274</sup> *Jornal do Porto*, 14 de outubro de 1859.

<sup>275</sup> *Jornal do Porto*, 10 de dezembro de 1859, artigo intitulado *Conselhos de Districto*, subordinado ao tema das reformas na administração pública.

<sup>276</sup> *Jornal do Porto*, 10 de dezembro de 1859.

<sup>277</sup> Fernando Taveira da Fonseca, «Elites e classes médias», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 465.

<sup>278</sup> *Idem*, p. 467: «*No seu conjunto, advogados, médicos e jornalistas perfazem 12.1% de todos os deputados, em 1861 (...) Particularmente interessante a presença dos médicos (7 em 1861)»*.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 467.

<sup>280</sup> *Ibidem*.

Júlio Dinis. Especialmente em *A Morgadinha dos Canaviais* onde assistimos às críticas<sup>281</sup> e, simultaneamente, à importância atribuída ao conselheiro<sup>282</sup> como representante do círculo nas Cortes<sup>283</sup>, ele que era considerado por Henrique de Sousa como «um dos principais vultos políticos da época, e que então militava no campo oposicionista, sendo indigitado para ministro na primeira reforma ministerial; homem influente, de grande capacidade política, tendo sempre advogado no parlamento as ideias mais liberais, e militado no partido progressista.»<sup>284</sup> Júlio Dinis nos seus papéis, também nos deixou referência crítica ao poder centralizador de Lisboa: «Em tudo é assim: Como a antiga Roma, que fora da sua cidade não via senão países bárbaros, Lisboa para lá dos seus muros, esquece que existe o País e procura só por si absorver tudo.»<sup>285</sup>

Em 1859, num contexto político de frequentes atos eleitorais, outro ato eleitoral chamou os portuenses às urnas: as eleições para a Câmara Municipal<sup>286</sup>. Os cidadãos eleitores do Porto não participaram em grande número: «este acto eleitoral não é grande prova de fervor (...)»<sup>287</sup>. A redação do *Jornal do Porto* nunca deixa de intervir nos debates de ideias, defendendo que votar é um dever e um direito. É neste contexto eleitoral que a redação faz uma avaliação positiva do trabalho da Câmara Municipal do Porto, afirmando que nos 25 anos que vão de 1834 a 1859, o Porto mudou muito, pois que quem «conheceu o Porto e o vê hoje, tem de confessar que as vereações muito já tem feito (...); mas inquestionavelmente muito ha ainda que fazer»<sup>288</sup>. Na política local, os correspondentes e os leitores utilizam as páginas do diário portuense para manifestar opinião ou questionar atitudes e decisões dos políticos locais. Vemos, por exemplo, o correspondente a Régua criticar o presidente da Câmara de Mesão Frio, porque terá atentado, «contra a inviolabilidade da urna,

---

<sup>281</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 139.

<sup>282</sup> *Idem*, p. 147: «O conselheiro revestira-se, com muito estudo, de uma fisionomia satisfeita e sem sombra de reserva; tratando a todos por amigos, e conversando com aquela familiaridade, tão sabida de candidatos a procuradores do povo, nos círculos que pretendem representar. Até chegou a levar aos lábios o copo de vinho que um lavrador lhe ofereceu.»

<sup>283</sup> *Ibidem*, p. 423: «O conselheiro, ainda hoje no gozo imperturbado dos votos unânimes daquele círculo eleitoral, vem de quando em quando, retemperar o ânimo, exausto nas fadigas parlamentares e nas diversões da capital, no seio da sua feliz família, e voltar melhor.»

<sup>284</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>285</sup> Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, p. 531.

<sup>286</sup> *Jornal do Porto*, 25 de novembro de 1859.

<sup>287</sup> *Idem*.

<sup>288</sup> *Ibidem*.

para por meio de um crime fazer valer a sua vontade, já que de outro modo o não podia conseguir» e também critica o governador civil de Vila Real, por não lhe ter «instaurado o competente processo»<sup>289</sup>.

Mais uma vez, realidade e ficção se cruzam através da obra de Júlio Dinis, que, em 1858, com 19 anos iniciou na sua escrita<sup>290</sup> a realização de quadros sociais que envolvem personagens e tipos sociais comprometidos com a dinâmica da vida política local e que, de algum modo, com ela estão comprometidos ou nela participam. Em *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>291</sup>, o escritor revela aos seus leitores a capacidade de expressar opinião e de apresentar pensamento próprio sobre as dinâmicas políticas nas pequenas comunidades locais, assumindo a posição de crítico e de pedagogo, que está sempre subjacente ao seu trabalho literário. Neste seu romance rural, mais do que em qualquer outro, a vida política local está no centro da intriga. Os homens reúnem-se não só para beber e jogar na taberna, como acontece em *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>292</sup>, mas para beber, discutir a política nacional e local, demonstrar lealdades políticas e as suas preocupações com o progresso da terra<sup>293</sup>. O pai da Morgadinha, o conselheiro Manuel, homem habituado à corte, que já não dispensa, mas depende do voto na sua terra natal para manter a carreira política<sup>294</sup> e o seu rival Seabra, o brasileiro rico, que tem ambição para entrar na política local<sup>295</sup>, são dignos

---

<sup>289</sup> *Jornal do Porto*, 3 de dezembro de 1859, correspondência da Régua. O correspondente critica o presidente da Câmara de Mesão Frio por querer fazer valer a sua opinião nas eleições municipais e critica o governador civil por não lhe instaurar um processo.

<sup>290</sup> Em 1858, Júlio Dinis escreveu o conto *Justiça de Sua Majestade*, publicado pela primeira vez na 3ª edição de *Serões da Província*, em julho de 1879, numa edição de A. R. da Cruz Coutinho.

<sup>291</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*: romance dinisiano escrito em 1863 e publicado em 1868, permite afirmar que, em 1863, com 24 anos, o escritor tinha opinião e pensamento próprio sobre as dinâmicas políticas nas pequenas comunidades locais e que, em 1868, com 29 anos, considerou assumir a divulgação desse romance e da crítica social e política nele expressa.

<sup>292</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.83: «O reitor assomou ao limiar da porta, em um desses momentos de tumulto. Discutia-se, quase tão desordenadamente como nas mais importantes sessões dos nossos parlamentares, a legalidade e inteireza da mão última de jogo.».

<sup>293</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.140: «-Pois eu cá – disse o Sr Joãozinho, que estivera bebendo sem silêncio, (...) se os tais homens das bandeiras me tornam a passar por as terras, sempre lhes meço as costas com um marmeleiro, que lá tenho (...)

- Dizem que vão principiar outra vez com os trabalhos das estradas – informou o taberneiro, enchendo de novo o copo ao Sr Joãozinho.

- Pois que vejam no que se metem, cautelinha comigo! (...)

- Agora no inverno é que eles hão-de principiar os trabalhos (...)

- (...) – veio-lhe à mão o brasileiro. – Então não sabe que as eleições são em Fevereiro?

- Ai, é verdade! Não me tinha lembrado disso! – exclamou o padre.».

<sup>294</sup> *Idem*, p. 380.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p.422.

representantes desta classe política que o *Jornal do Porto* retrata através dos seus correspondentes locais, espalhados pelo Norte do país.

Este diário portuense acompanha o processo político de verão do ano de 1859, com o governo a receber autorizações legislativas para poder legislar durante o período de encerramento do parlamento<sup>296</sup>. Este é o período que antecede o ato eleitoral, que decorrerá no dia 1 de janeiro de 1860 e o redator afirma que o sistema representativo português ainda não está no nível esperado<sup>297</sup>. O *Jornal do Porto* mantém o tema na sua agenda diária e, segundo defende, a opinião pública pede ao governo que cumpra as suas promessas porque «nas suas mãos está hoje concentrado o poder legislativo, (...)»<sup>298</sup>. E analisa o papel da imprensa na situação política do país: «(...) estamos longe de aprovar e consentir a extrema guerra que uma parte da imprensa (...). É o systema de agressão pessoal a alguns ministros, avivando-lhes as suas passadas contradicções, repetindo-lhes as declarações tribunicias das nossas devolvidas épocas revolucionarias, e trazendo constantemente á memoria do paiz os ressentimentos d'outr'ora (...)»<sup>299</sup>.

Também Júlio Dinis, ao longo da intriga de *A Morgadinha dos Canaviais* e de *Os Fidalgos da Mourisca* coloca o leitor perante o papel que a imprensa periódica, em momento de liberdade de imprensa, desempenha para o ânimo dos seus protagonistas, seja por servir de apoio a opções ideológicas, como acontece com D. Luís e o seu procurador, o frei Januário<sup>300</sup>, seja como fonte de informação, de propagação de opiniões ou para o combate político<sup>301</sup>.

Nesse outono de 1859, no jornal afirma-se que as «eleições hão de dar sempre o mesmo resultado (...) e a vontade ministerial sahe sempre fielmente copiada e reproduzida nas manifestações do suffragio popular»<sup>302</sup>. Que o povo é chamado às

---

<sup>296</sup> *Jornal do Porto*, 1 de junho de 1859, artigo intitulado *Encerramento das Cortes*: «Estamos em armistício político. (...) os illustres representantes da nação regressão aos pátrios lares (...) O systema representativo é mais, e muito mais, do que tem sido entre nós».

<sup>297</sup> *Idem*: «O systema representativo é mais, e muito mais, do que tem sido entre nós».

<sup>298</sup> *Jornal do Porto*, 6 de junho de 1859, artigo de 1ª página, intitulado *A Situação*.

<sup>299</sup> *Idem*.

<sup>300</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Mourisca*, p. 40: «De quando em quando D. Luís interrompia a leitura com uma frase de aprovação ao artigo que lia ou de censura a qualquer medida promovida pelo Governo, que nunca tinha razão.».

<sup>301</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 286: «(...) Num periódico de Lisboa fora publicada por aqueles dias uma carta dirigida tempos antes ao conselheiro por não menor personagem política do que o secretário íntimo do ministro.».

<sup>302</sup> *Jornal do Porto*, 13 de outubro de 1859.

urnas e a votar em nomes que desconhece pelo que «o povo, se vai á urna, é com sacrifício. É por fazer favor ao regedor, que manda; ao cabo de polícia, que pede. Todos nós sabemos isto. Não se illudão. Sejão francos.»<sup>303</sup>. O redator escreve ainda que nos momentos de grande descontentamento, os atos eleitorais pareciam ir trazer soluções e os governos pareciam ir perder o alento, mas que afinal, os governos venciam, sempre, ajudados por «*todos os seus cerinéus*» e venciam «*por uma grande maioria de votos*»<sup>304</sup>.

A 21 de novembro de 1859, o *Jornal do Porto* anuncia que a nova lei eleitoral foi aprovada: antes, a lei eleitoral permitia a «*viciação da expressão da vontade nacional*», o eleitor não exercia o voto livremente, pelo que «*elle ainda hoje, no geral, o não sabe apreciar, e o considera pelo contrario um encargo penozo (...)*»<sup>305</sup>. Antes da lei eleitoral agora aprovada na câmara dos pares, ninguém se interessava pelos atos eleitorais, «*se não aquelle que pertende com isso proteger um interesse particular directo ou indirecto, seu ou alheio, ou então o cabo de policia, (...) o empregado subalterno, ou um inferior qualquer, porque lho ordena o superior de quem depende (...)* Em tal estado de couzas, um paiz está quazi morto para a vida politica»<sup>306</sup>. Perante a nova lei eleitoral, a redação congratula-se, porque se aproxima o novo ato eleitoral, com «*livre expressão do voto, e os meios de eleger os verdadeiros representantes dos circulos, (...)*»<sup>307</sup>. No dia 1 de janeiro de 1860, os eleitores irão às urnas.

Entretanto, em plena época eleitoral, a imprensa é um local privilegiado para observar o pulsar da vida política e partidária<sup>308</sup>. O *Jornal do Porto* continua a mesma cruzada política, informativa e pedagógica, considerando que se mantêm comportamentos viciosos<sup>309</sup>. Faz apelo ao voto inspirado «*unicamente dos interesses e necessidades publicas (...) Uzai pois do vosso direito, fazei-o valer. Procurai quem*

---

<sup>303</sup> *Jornal do Porto*, 24 de outubro de 1859.

<sup>304</sup> *Idem*.

<sup>305</sup> *Jornal do Porto*, 21 de novembro de 1859, artigo intitulado *A Lei Eleitoral*.

<sup>306</sup> *Idem*.

<sup>307</sup> *Jornal do Porto*, 28 de novembro de 1859, artigo intitulado *Novas Eleições*.

<sup>308</sup> Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, *ob. cit.*, p 198: «*Inicialmente, o recurso fundamental da propaganda política era o apelo veiculado pela imprensa. Mais tarde surgiram os comícios e os meetings, embora a imprensa continuasse a ser um insubstituível suporte. A expressão «máquina eleitoral», para designar a propaganda política em torno das eleições, só surge por volta de 1870.*».

<sup>309</sup> *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1859, artigo de 1ª página, intitulado *As autoridades locais e os eleitores*.

*faça bom uzo do vosso mandato;(...) perguntai-lhe o que elle fará, e dizei-lhe vós tambem o que quereis que elle faça.»*<sup>310</sup>. Em pleno período de atividade de campanha eleitoral, a redação já fazia claro e forte apelo aos eleitores para darem atenção aos interesses de quem dizia querer representá-los. Na sua cruzada a favor do voto livre, em quem se conhece e a quem se reconhece competência para representar o seu círculo eleitoral, o jornal, recorre às palavras e aos gestos políticos de Alexandre Herculano, considerando-o um dos «*homens mais importantes do nosso paiz*»<sup>311</sup>. No ano anterior Alexandre Herculano escreveu uma carta aos eleitores de Sintra, o diário portuense publica-a na secção *Folhetim*<sup>312</sup> e a redação aconselha os eleitores a lê-la: «*Leião pois e releião essa carta, compenetrem-se d'esses conselhos e sigão-nos (...)*»<sup>313</sup>.

Nas ações e nas palavras da filha do conselheiro Manuel, do mestre-escola Augusto e do herbanário Vicente, podemos encontrar ecos dos vivos conselhos e alertas da redação do *Jornal do Porto* e da palavra e do pensamento de Alexandre Herculano. A 22 de maio de 1858, Alexandre Herculano tinha-se dirigido aos eleitores de Sintra, por quem havia sido eleito para o parlamento, sob proposta de algum notável local, mas sem ter sido consultado: «*se alguém, se pessoas preponderantes nesse circulo pelo conceito que vos merecem, vos apresentárão a minha candidatura, andarão menos prudentemente fazendo-o sem me consultarem, e promovendo uma eleição inútil*»<sup>314</sup>. Esta carta, publicada pelo *Jornal do Porto* a 28 de junho de 1859, servia o propósito de alertar os eleitores para a necessidade de escolher quem realmente os representasse no Parlamento. Afirma Herculano:

*«Duas vezes nos comícios populares, muitas vezes na imprensa, tenho manifestado a minha intima convicção de que nenhum circulo eleitoral deve escolher para seu representante individuo que lhe não pertença; que por larga experiencia não tenha conhecido as suas necessidades e misérias; os seus recursos e esperanças; que não tenha com os que o elegerem comunidade de interesses, interesses que varião, que se modificão, e até se contradizem de provincia para provincia; de districto para districto, e às*

---

<sup>310</sup> *Jornal do Porto*, 28 de novembro de 1859, artigo de 1ª página, intitulado *As autoridades locais e os eleitores*.

<sup>311</sup> *Idem*.

<sup>312</sup> *Ibidem*, secção *Folhetim*.

<sup>313</sup> *Ibidem*.

<sup>314</sup> *Jornal do Porto*, 28 de novembro de 1859, secção *Folhetim*, «*Carta do snr. A. Herculano aos eleitores de Cintra*».



*vezes de concelho para concelho. Esta doutrina, posto que tenha vantagens no presente, reputo-a sobretudo importante pelo seu alcance, pelos seus resultados em relação ao futuro.»*<sup>315</sup>

E continua Alexandre Herculano:

*«Durante mezes, no decurso de dois anos, tive de vagar pelos districtos centrais e septentrionais do reino. Pude então observar amplamente quantas misérias, quanto abandono, quantos vexames pezão sobre os habitantes das privincias, principalmente dos districtos rurais como o vosso, que constituem a grande maioria do paiz. (...)*

*Não haverá no meio de vós um proprietário, um lavrador, um advogado, um comerciante, qualquer individuo, que, ligado convosco por interesses e padecimentos comuns, tenha pensado na solução das questões sociais, administrativas e economicas que vos importão; um homem de cuja probidade e bom juízo o trato de muitos anos vos tenha certificado? Ha sem duvida. Porque, pois, não haveis d'escolhel-o para vosso mandatário?»*<sup>316</sup>

E podíamos continuar a citar o longo artigo/carta do intelectual e escritor que Júlio Dinis admirava e que, em conversa com o povo eleitor de Sintra, discorre sobre a vida política nacional e municipal. Por sua vez, Júlio Dinis estava próximo da orientação editorial e política do *Jornal do Porto*, um jornal de tendência progressista<sup>317</sup> ou regeneradora<sup>318</sup>, ambos pedagogicamente comprometidos com a causa liberal e com a necessidade de acelerar o processo de reconciliação nacional, de modernização do reino e de liberalização da vida política, económica e social, por serem essenciais à aproximação ao progresso que avançava além fronteiras.

Neste final de ano de 1859, a agitação do período eleitoral acontece em todo o país<sup>319</sup>. As pequenas comunidades agitam-se e a liberdade de imprensa contribui para essa aprendizagem política. O correspondente de Viana do Castelo, em carta datada de 29 de novembro, menciona a «*agitação e bulício, em que começarão a ferver todos os partidos*» perante a preparação do ato eleitoral. No distrito, os partidos histórico e miguelista coligaram-se e iniciaram já «*a intriga contra o governo*»<sup>320</sup>. A 6 de dezembro, no artigo de abertura da edição, sob o título *Um conselho aos eleitores*, a

---

<sup>315</sup> *Idem.*

<sup>316</sup> *Ibidem.*

<sup>317</sup> Cf. Nota de rodapé 45.

<sup>318</sup> Cf. Nota de rodapé 46.

<sup>319</sup> Isabel Nobre Vargues e Maria Manuela Tavares Ribeiro, *ob. cit.*, p. 194: «*A preparação das eleições, que decorria entre o momento de dissolução da Câmara dos Deputados e o dia marcado para a realização do acto eleitoral, o que poderia variar entre um e dois meses, correspondia a um período de certa agitação política. (...) nos meios rurais deve-se sobretudo aos notáveis e caciques locais a aliciação para a escolha dos candidatos.*».

<sup>320</sup> *Jornal do Porto*, 1 de dezembro de 1859.

redação afirma que todos sabem o que tem acontecido no reino nos frequentes atos eleitorais, mas que «o passado é um livro fechado para nós. Queremol-o como experiencia e illustração do prezente e não por moto de odientas recriminações, nem texto de exaltadas diatribes»<sup>321</sup>. Neste artigo de abertura da edição, avisa-se os leitores eleitores que é fácil fazer promessas, falar em melhoramentos e reformas, para «surpreender a rudeza dos povos, e a ignorancia dos votantes», com que se «arma extensa e traiçoeira rede ao suffragio publico, e se desvia muitas vezes do caminho dos seus interesses o voto cego e desvairado dos eleitores»<sup>322</sup>; alerta-se contra as promessas vãs: «Contra isto é que nós dezejamos prevenir os nossos concidadãos. A imprensa é a atalaia vigilante das liberdades publicas, e o órgão fiel e genuino dos interesses nacionais». E continua: «A imprensa, que sabe cumprir os seus deveres, e honrar a sua missão, deve erguer a voz alta e desasombrada no meio da agitação dos partidos, e do estremecimento das paixões publicas (...)»<sup>323</sup>.

Ainda em artigos de abertura de edição, o *Jornal do Porto*, contra as metodologias e as manobras eleitorais instaladas, vai continuar a defesa da liberdade de voto, sem os constrangimentos, nem os jogos de influência a que as autoridades locais «desde muito estão habituadas a cometer»<sup>324</sup>. Em artigo intitulado *As autoridades locais e os eleitores*<sup>325</sup>, o *Jornal do Porto* acusa: o governo escolhe «os seus candidatos entre os mais bem aceites das localidades, e ha de deixar a escolha ao bom juizo dos governadores civis. Mas ( ...) ha de mandal-os apoiar pelas autoridades locais»; aos candidatos, vê-os «em vez de solicitar os sufrágios dos eleitores, solicitar esse apoio governamental»; quanto aos eleitores ver-se-á «talvez os cidadãos votantes ir perguntar ao regedor o nome que hão de escrever na sua lista». E continua, na sua cruzada em defesa da liberdade de escolha e da rigorosa abstenção das autoridades, para que deixem «os cidadãos livremente exprimir os seus votos».

Fernando Taveira da Fonseca refere-se ao caciquismo político oitocentista como um fenómeno que nos permite estudar as realidades locais: «Ele configura um

---

<sup>321</sup> *Jornal do Porto*, 6 de dezembro de 1859. Artigo de abertura da edição, intitulado *Um conselho aos eleitores*, em que se esclarece que: «Não é nosso intento procurar nas escavações do passado pretextos para reconvenções politicas, e remoques partidarios.».

<sup>322</sup> *Idem*.

<sup>323</sup> *Ibidem*.

<sup>324</sup> *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1859, artigo de 1ª página, intitulado *As autoridades locais e os eleitores*, salientando «que ninguem trata de reconhecer o seu dever neste objecto, e por tanto mal se dispõe a cumpril-o».

<sup>325</sup> *Idem*.

*conjunto de relações do tipo patrono/cliente, que, ao estabelecer-se entre indivíduos teoricamente iguais perante a lei, apenas se podem justificar pelo desnível social. Trata-se de um poder informal, raramente extravasando as fronteiras concelhias, consequência natural e prolongamento de um poder social, que tem a sua base ou na propriedade da terra, ou na preeminência familiar, ou no prestígio das funções sociais exercidas.»*<sup>326</sup>

Na redação do *Jornal do Porto*, afirmando-se «sinceros amigos da liberdade», lamenta-se «profundamente esses notáveis e importantes desvios» que retiram ao povo «o uso do primeiro direito dos cidadãos», salientando que o governo deve dar o exemplo de moralidade e de rigorosa abstenção no uso da influência no voto popular<sup>327</sup>. Nesta sua cruzada pela liberdade eleitoral, no diário portuense, em período de campanha eleitoral, continua sem limites: o cidadão eleitor deve sentir-se injuriado quando lhe exigem o voto, como se fosse incapaz de escolher: «Graças ao proceder dos falsos liberais, que até hoje tem falseado as eleições, ainda vemos infelizmente muito pouco disso».<sup>328</sup>

Usando a sua tribuna para apelar ao voto em liberdade, a redação diz aos cidadãos: «O voto é todo vosso, podeis dal-o, podeis negal-o, podeis, deixem-nos assim dizer, vendel-o. E com effeito nós antes queremos, que o eleitor venda o seu voto, do que ver-lho roubado violentamente pela autoridade.»<sup>329</sup> Se as autoridades pedem o voto ao cidadão eleitor, o redator aconselha: «negai-lho urbanamente. Se cometerem a infâmia de vol-o exigir, ameaçando-vos de qualquer modo, querelai d'elles»<sup>330</sup>.

Entretanto, Lisboa «está inteiramente entregue ás fadigas eleitorais» e os «indiferentes não perturbão o afan dos enthuziastas»<sup>331</sup>, escreve o correspondente do *Jornal do Porto*, em Lisboa, em carta datada de 8 de dezembro.

No dia seguinte, a redação volta a denunciar os apelos das autoridades ao voto: Em Vila Nova de Gaia, escreve o noticiário, o administrador do concelho

---

<sup>326</sup> Fernando Taveira da Fonseca, *ob. cit.*, p. 468.

<sup>327</sup> *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1859, artigo de 1ª página, intitulado *As autoridades locais e os eleitores*, salientando «que ninguém trata de reconhecer o seu dever neste objecto, e por tanto mal se dispõe a cumpril-o».

<sup>328</sup> *Idem*.

<sup>329</sup> *Ibidem*.

<sup>330</sup> *Ibidem*.

<sup>331</sup> *Jornal do Porto*, 10 de dezembro de 1859.

tentou angariar apoios para a sua candidatura entre os párocos e os regedores, que não cederam<sup>332</sup>, o correspondente da Régua, afirma que reina a desordem nos trabalhos eleitorais<sup>333</sup>. A nova lei eleitoral promove a descentralização das eleições, «os trabalhos d'um circulo não tem relação nenhuma com os de outro, contiguo que seja; e não obstante aqueles bons liberais da capital (...)»<sup>334</sup>. Contudo, os casos sucedem-se. Em Braga<sup>335</sup>, o partido miguelista ainda não anunciou quem vai apoiar e o seu apoio ao governo ou à oposição «fara sempre pender a balança para o lado em que pizar»<sup>336</sup>. Aproxima-se o dia da eleições e o *Jornal do Porto* continua a fazer primeiras páginas sobre as eleições e o direito ao voto livre, «o mais augusto direito cívico, que lhe outorga a constituição do estado»<sup>337</sup>. A 22 de dezembro de 1859, sob o título *Agitação Eleitoral*, declara-se que «estamos assistindo a um espectáculo a um tempo – agradável e triste (...)» e que o «povo agita-se, discute, e prepara-se para exercer com independencia e liberdade» o direito de voto para escolher os deputados e formar o parlamento. O tom torna-se cada vez mais o da desilusão, afirmando que os partidos pretendem «burlar mais uma vez o paiz», que os «longos e repetidos desenganos do passado não dão lugar a illuzorias crenças no futuro»<sup>338</sup>. E a estratégia do *Jornal do Porto* é apresentar um programa, *o programa do povo*, do povo a quem pertence a soberania e a quem os políticos se dirigem.

Quem é o povo, que o redator diz representar com este programa? É «povo que trabalha e que pensa», o «povo que não vive das mealhas do orçamento, nem

<sup>332</sup> *Idem*: «já que nem o governo, nem as autoridades immediatas se respeitam, dando esses exemplos de desprezo pela lei e pelos principios, mostrem-se dignos os inferiores».

<sup>333</sup> *Ibidem*: O correspondente da Régua, acusa o governador civil do distrito de Vila Real de «promover a eleição da sua magna parentella».

<sup>334</sup> *Jornal do Porto*, 10 de dezembro de 1859, *Os trabalhos eleitorais*, artigo de 1ª página.

<sup>335</sup> *Jornal do Porto*, 19 de dezembro de 1859, correspondência de Braga, datada de 17 de dezembro: O processo eleitoral não está a ser pacífico, tendo havido a demissão dos regedores que se julgou serem da oposição.

<sup>336</sup> *Idem*. O correspondente de Braga analisa a situação do partido realista, no processo eleitoral, concluindo que liberais «já elles são nas suas praticas como partido, e Deus os encaminhe por aqui, que vão bem». Mas, perante os apoios e coligações que se concertarem para as eleições, o correspondente de Braga avisa os cidadãos eleitores: «os seus interesses podem ser submergidados nesse mar tempestuozo, e de que o único porto seguro é a urna; e para chegar a esse porto há só um caminho – a independencia (...)». E aconselha: «o unico porto seguro é a urna; e para chegar a esse porto há só um caminho – o da independencia; (...)».

<sup>337</sup> *Jornal do Porto*, 22 de dezembro de 1859 - *Agitação Eleitoral*, artigo de abertura.

<sup>338</sup> *Jornal do Porto*, 20 de dezembro de 1859, *O programma do povo*, artigo de 1ª página. Este artigo de abertura de edição será apresentado de novo em 17 de abril de 1861-.

*solicita favores ou preferências dos governos», o povo «inculto e pouco ilustrado, mas laborioso, honesto, e independente das nossas aldeias e serranias»<sup>339</sup>.*

As urnas estarão abertas no dia de ano novo. Na véspera, dia 31 de dezembro de 1859, em Braga, fez-se o balanço da campanha eleitoral, que será publicado na edição de dia 2 de janeiro de 1860<sup>340</sup>.

Um ato eleitoral é sempre um acontecimento importante, o que nos é revelado pelo facto de além-mar, no Brasil, os resultados serem aguardados com ansiedade, bem como pelo facto de o correspondente de Braga ter enviado correspondência no próprio dia um de janeiro para ser publicada logo no dia dois: na edição de 3 de janeiro de 1860, na correspondência de Lisboa, datada de dia 1, ficamos a saber que o vapor que devia seguir para o Brasil no dia 1 de janeiro, adiou partida para poder levar o resultado das eleições. Também a correspondência de Braga, publicada no dia dois, datada da véspera, dia 1 de janeiro de 1860, apresenta já alguns resultados eleitorais: «São 7 horas da tarde, e das noticias até agora colhidas por via fidedigna sabe-se da eleição por este districto, o seguinte(...)»<sup>341</sup>. Quanto à cidade do Porto, segundo o jornal, o ato eleitoral correu bem em toda a cidade e na terceira página, em *Notícias Diversas*<sup>342</sup>, a redação apresenta resultados do ato eleitoral, por círculo eleitoral da cidade do Porto.

No dia 2 de janeiro de 1860, o diário portuense apresenta a *Revista do Anno*, na primeira página e é só na terceira página, em *Notícias Diversas*, que a redação se congratula pela forma como decorreu o ato eleitoral e apresenta «o resultado da luta»<sup>343</sup>. O Jornal dá os parabéns ao Porto porque conseguiu ter «uma excelente representação»<sup>344</sup>. Entre os eleitos pelo Porto está Arnaldo Gama, eleito pelo círculo da Sé<sup>345</sup>. O Porto, afirma o redator, cidade «commercial, industrial, literaria, militar,

---

<sup>339</sup> *Idem.*

<sup>340</sup> *Idem*: O correspondente considera que estas eleições, as primeiras sob a nova lei eleitoral, não deram ainda ao povo o voto livre: «A futura câmara não será ainda a expressão genuína da vontade popular.»<sup>340</sup> O candidato do governo em Braga «é natural desta cidade, e bem quisto da grande maioria do povo do circulo (...) esperamos que se empenhará activamente em favor dos seus constituintes, e que será um fiscal severo da aplicação justa dos rendimentos públicos (...)».

<sup>341</sup> *Ibidem.*

<sup>342</sup> *Ibidem.*

<sup>343</sup> *Ibidem.*

<sup>344</sup> *Ibidem.*

<sup>345</sup> Arnaldo Gama «nasceu no dia 1 de agosto de 1828 no Porto e faleceu no dia 29 de agosto de 1869 na mesma cidade. Formou-se em Direito em Coimbra, dedicando-se desde cedo ao jornalismo e à literatura. Fundou o Jornal do Norte, tendo colaborado, entre outros, em A Península, O Nacional, O Porto e a Carta. Os seus romances tornaram-se populares na época.(...) foi influenciado pelo escritor

apresenta-se representada em todos esses importantes elementos, e elegeu livremente os seus procuradores».<sup>346</sup> Salienta-se ainda que «os partidários de D. Miguel»<sup>347</sup>, o partido conservador, os reacionários<sup>348</sup>, «ficarão n'uma imensa minoria»<sup>349</sup>.

Se no dia 2 de janeiro, o *Jornal do Porto* não deu a primeira página ao tema político da atualidade, logo no dia 4 surge de novo uma primeira página dedicada ao processo eleitoral e aos resultados na urna. Afirma-se que a campanha eleitoral foi um maravilhoso espetáculo, apesar de, sem dúvida, ter havido «arbitrariedades, e prepotências»<sup>350</sup> e que os eleitos poderão representar os interesses populares no parlamento. O país está de parabéns, sendo «de presagiar ao paiz uma era de mais vivaz, e seguro progresso». Foram eleitos muitos homens honestos, que vão defender os interesses do povo no parlamento e «por isso parabéns ao paiz e esperamos que os novos eleitos saibão desempenhar o seu mandato e responder fiel e honestamente á confiança dos eleitores»<sup>351</sup>.

Voltando ao tema, no dia 13 de janeiro de 1860, fazem-se análises ao espectro político e ao peso relativo dos partidos no parlamento. Em artigo de abertura, intitulado *O partido realista e as eleições*, afirma-se que este é o partido da monarquia tradicional, identificando-o como «o velho partido da monarchia pura, das incommutadas tradições dos nossos maiores, das santas e venerandas crenças da dinastia de sete séculos»<sup>352</sup>, que saiu derrotado destas eleições, «Rotas as bandeiras, dispersas e indisciplinadas as legiões, que outr'ora forão a bizarria e a gloria d'aquelle valoroso e invencível exercito (...)»<sup>353</sup>, assinalando-se o papel da

---

francês Eugène Sue e por Camilo Castelo Branco. Dedicou-se sobretudo à escrita de romances de ambiente histórico.» Cf. Projecto Vercial, <http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/agama.htm>, consulta de 25.08.2016.

<sup>346</sup> *Jornal do Porto*, 2 de janeiro de 1860, sob o título *Eleições no Porto*, na 3ª página, na secção *Notícias Diversas*.

<sup>347</sup> *Idem*.

<sup>348</sup> Cf. Manuel Maria Cardoso Leal, *A Rotação Partidária em Portugal. A Aprendizagem da Alternância Política (c. 1860-1890)*, pp.294-295, disponível em <http://repositorio.ul.pt>, consulta de 29.05.2018: «Como partidos de minorias permanentes, correspondendo a uma fracção da opinião pública, classificam-se os Miguelistas, ou Legitimistas, na extrema direita, os Socialistas e os Republicanos, na extrema-esquerda do espaço político. (...) Normalmente, estes grupos tinham escassa expressão parlamentar e mesmo essa deviam-na em geral a serem utilizados nas lutas que os partidos maiores travavam entre si. Ocasionalmente podiam assumir grande importância quando eram indispensáveis na maioria parlamentar, (...)».

<sup>349</sup> *Jornal do Porto*, 2 de janeiro de 1860.

<sup>350</sup> *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1860, artigo de primeira página intitulado *As eleições*.

<sup>351</sup> *Idem*.

<sup>352</sup> *Jornal do Porto*, 13 de janeiro de 1860, artigo de abertura, intitulado *O partido realista e as eleições*.

<sup>353</sup> *Idem*.

imprensa conservadora nessa derrota<sup>354</sup>. No entanto, neste artigo, o redator afirma que o partido realista<sup>355</sup> entrou na luta eleitoral, procurou eleger deputados, pelo que já partilha da vida constitucional<sup>356</sup> e que é tempo de pôr de lado os ressentimentos, pelo que propõe: «*amnistiemo-nos mutuamente*»<sup>357</sup>.

Manuel Maria Cardoso Leal, a propósito dos partidos reacionários de direita, afirma:

*«Na extrema-direita do espectro político, situavam-se os Miguelistas, representando uma fracção da opinião pública tradicionalista e avessa ao regime liberal. Eram vistos como uma força do passado, contudo algumas das suas ideias vieram a ser recuperadas no século XX, nomeadamente pelo Integralismo Lusitano e em parte adoptadas no Estado Novo. Mantiveram uma presença discreta no palco político, por meio do jornal A Nação e de uns poucos deputados eleitos, em geral na região do Minho, em associação com o Partido Regenerador, embora dentro do partido houvesse uma ala que se opunha a essa forma «urneira» de integração no regime.»*<sup>358</sup>

Ao longo do mês de janeiro, sucedem-se os artigos dos correspondentes e as cartas dos leitores, de vários concelhos, denunciando ilegalidades no ato eleitoral, da Régua, a Mesão Frio, Mirandela, Chaves, Coimbra, Braga. Em 1861, voltamos a ter eleições e todo o processo eleitoral se repete e a redação do *Jornal do Porto* volta ao debate, em defesa da eleição de homens sérios e que conheçam a realidade de cada

---

<sup>354</sup> *Ibidem*: a redação afirma que a imprensa conservadora, reacionária, esteve dividida quanto à orientação de voto a dar aos seus correligionários, a intervenção na luta eleitoral era aconselhada pelo «mais autorizado jornal, que na imprensa representa as opiniões e interesses d'aquelle partido», mas outro jornal «de menor vulto, e importancia partidária (...) insinuava, recomendava, e instava pela abstenção completa, que reputava a derradeira taboa de salvação do seu partido».

<sup>355</sup> Cf. J. Miguel Sardica, «A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração », in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997, (4.º-5.º), 747-777, pp.748-749, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 24.02.2016: «A partilha de uma mesma identidade social por parte dos membros das elites partidárias — reforçada por uma mesma cultura de hábitos e de espaços de sociabilidade — favorecia a aproximação entre os membros das elites políticas, com o decorrente efeito partidário de favorecer as imprecisões programáticas e a decorrente facilidade com que se cruzavam fronteiras e se mudava de campo na política oitocentista. (...) Do ponto de vista de um quadro genérico descritivo das formações partidárias do período da Regeneração, é líquido que elas se revestiam de um carácter de clubes de notáveis, revelando um rudimentar processo de individualização, estruturação e implantação à escala do país, embora os anos 70 e 80 tenham revelado alguma dinâmica de mudança, sobretudo por parte do Partido Progressista, surgido em 1876, em resultado da reconfiguração da esquerda monárquica, ou seja, da junção dos Partidos Histórico e Reformista.».

<sup>356</sup> *Idem*, p.772: «À parte o legitimismo, e mesmo este, como se verá, apresentando óbvios sinais de colaboracionismo com os liberais a partir de 1856, as alternativas exteriores ao sistema político da Regeneração eram perfeitamente minoritárias.».

<sup>357</sup> *Jornal do Porto*, 13 de janeiro de 1860.

<sup>358</sup> Cf. Manuel Maria Cardoso Leal, *ob.cit.*, p.296.

localidade<sup>359</sup>. De novo o artigo de abertura de edição é utilizado para o tema da atualidade. *Um Conselho aos Eleitores*<sup>360</sup>, *As Autoridades Locais e os Eleitores*<sup>361</sup>, são títulos que terão tido impacto nas discussões entre amigos, nos cafés da cidade e entre a classe política. *As Autoridades Locais e os Eleitores* é um texto que julgamos interessante trazer aqui, pelo seu conteúdo e por ser a repetição de um artigo publicado em setembro de 1859 – a situação mantém-se pelo que a redação considerou o artigo oportuno. Assumindo a sua função de tribuna do povo, o artigo termina pedindo aos leitores que comuniquem ao jornal qualquer infração, abuso ou violência durante a campanha eleitoral: «*Se algum dos nossos leitores tem noticia de abuzos ou violencias commettidas pelas auctoridades na actual conjunctura, pedimos-lhe que nol-as comunique, porque serão logo devidamente censuradas, e cremos até que prontamente corrigidas.*»<sup>362</sup>

Mas, este não é o único artigo de 1859, repetido em 1861: no dia 17 de abril de 1861, em repetição do artigo de 20 de dezembro de 1859, o artigo de abertura de edição intitula-se: *O Programma do Povo*. Porém, aqui não é referido que se trata de uma repetição. Recorda-se que o povo quer justiça, ordem e progresso: «*O povo deve ter o seu programma, e dar as devidas instrucções aos seus mandatarios politicos*»<sup>363</sup>. O Programa do povo apresenta muitas reivindicações e exigências: o povo quer *menos empregados*, quer *instrução elementar* para as classes populares, a quem *não chega hoje a luz da civilização intelectual*, a *simplificação da administração em todos os seus variados ramos*, *simplificação*, e *clareza na contabilidade publica*, mas também não a «*egualdade de direitos e encargos entre a capital e as províncias, melhoramentos materiais compativeis com as suas forças*

<sup>359</sup> *Jornal do Porto*, 9 de abril de 1861, *Eleições*, pequeno artigo na última coluna da primeira página

<sup>360</sup> *Jornal do Porto*, 10 de abril de 1861. Em *Um conselho aos Eleitores*, começa por afirmar e lembrar que quase todos os anos os eleitores têm sido chamados para votar para o parlamento.

<sup>361</sup> *Jornal do Porto*, 11 de abril de 1861, artigo de abertura da edição, repetindo artigo de setembro de 1859, intitulado *As autoridades locais e os eleitores*.

<sup>362</sup> *Idem*. Aos seus leitores, a redação, considerando ser «*sinceros amigos da liberdade, e esperando a prosperidade do paiz e o seu bom governo (...)*», avisa: «*não cremos que as autoridades locais resignem ainda o escandaloso abuso, que desde muito estão habituadas a cometer, empregando a influencia dos seus cargos (...). Ao mesmo tempo que isto se observa por parte do governo, vêem-se os candidatos, em vez de solicitar os sufrágios dos eleitores, solicitar esse apoio governamental; (...)*»<sup>362</sup>. E continua: «*O voto é todo vosso, podeis dal-o, podeis negal-o, podeis, deixem-nos assim dizer, vendel-o. E com efeito nós antes queremos que o eleitor venda o seu voto, do que ver-lho roubado pela autoridade. Uzaí pois do vosso direito, fazei-o valer. Procurai quem faça bom uso do vosso mandato (...). Se cometerem a infâmia de vol-o exigir, ameaçando-vos de qualquer modo querelai d'elles.*»

<sup>363</sup> *Jornal do Porto*, 17 de abril de 1861, *O programa do povo*, artigo de 1ª página intitulado *O Programa do povo*.



contributivas<sup>364</sup>, mas sem demasiados entusiasmos e devaneios que comprometam as gerações vindouras<sup>365</sup>. Este diário portuense, entre propostas, sugestões, pedidos e críticas, apresenta aos seus leitores aquilo que poderíamos considerar o seu próprio programa eleitoral. Constituindo-se o jornal como veículo das propostas que a redação pretende ver atendidas em Lisboa, estes artigos são uma forma política e pública de propaganda, ao introduzir os leitores no debate político e procurar criar seguidores, para além dos leitores já fiéis à orientação política de cada jornal. A formação de opinião pública pela imprensa foi importante nesta fase da afirmação do liberalismo e do constitucionalismo na política nacional<sup>366</sup>.

Nesse mês de abril de 1861, a vida política e a ida às urnas monopolizam as atenções, pelo que é um período fértil em artigos de abertura de edição: no dia 18, sob o título *Agitação Eleitoral*, considera-se que o povo vai votar de novo, «*exercer com independencia e liberdade o mais augusto direito cívico, que lhe outorga a constituição do estado*»<sup>367</sup>, mas que a campanha eleitoral, a par do debate político, é um espetáculo simultaneamente triste e agradável<sup>368</sup>. Nesse mesmo dia, noutro artigo, a redação insiste na identificação e na denúncia do problema dos «*manejos eleitorais*», na «*interferencia ilegal da autoridade nas eleições de deputados*»: «*Censuramos por isso com todas as nossas forças o emprego de meios de coacção, e o uso de influencias illicitas (...)*». Afirmam, concluindo, que «*Temos até ouvido falar em alta voz na compra de votos por parte da opposição! Não negamos que o eleitor tenha o direito de vender o seu voto, porque é seu; (...) O voto sem a consciencia não é voto.*»<sup>369</sup> A 26 do mesmo mês, continua a atividade política da redação, insistindo na

---

<sup>364</sup> E continua, enumerando outros pontos da vida pública que, diz o redator, o povo quer ver resolvidos: é a questão da instrução e moralização do clero, a reforma penitenciária, a *reorganização completa do exército, a repressão, ou atenuação da emigração, que está devastando algumas das nossas províncias, e ermando os campos*».

<sup>365</sup> *Idem*.

<sup>366</sup> Cf. Manuel Maria Cardoso Leal, *ob cit.*, p.304: «*a opinião pública foi também causa da mudança de governos, sendo por vezes difficil determinar em que medida foi a causa principal. (...) Os motivos de agitação que mais ajudaram a derrubar governos foram, numa primeira fase, sobretudo os impostos, por exemplo em 1856, 1868 (...) No verão de 1868 a opinião manifestou-se a favor de um governo inspirado no espírito da Janeirinha; e em 1870 alguma opinião deu força aos partidos e ao rei para se pôr fim à ditadura de Saldanha.*».

<sup>367</sup> *Idem*.

<sup>368</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 18 de abril de 1861, artigo de abertura, sob o título *Agitação Eleitoral*: «*em muitas partes a intriga, a corrupção, a vilania dos expedientes, a aleivozia, e a calumnia substituem o debate livre, a concorrência franca, e as placidas e honestas contendidas do suffragio eleitoral*».

<sup>369</sup> *Ibidem*, artigo intitulado *Manejos eleitorais*.

defesa do direito de voto<sup>370</sup>. O *Jornal do Porto* afirma a sua posição política, simultaneamente informativa e de defesa da liberdade<sup>371</sup>, que se converte em educação cívica para o público leitor, num contexto em que o uso da liberdade individual era um direito recente e difícil de cumprir num país analfabeto. E especialmente no meio rural:

*«A dependência dos eleitores era maior nos meios rurais, sobretudo desde que foi alargado o direito de voto aos chefes de família analfabetos. Legalmente o voto era secreto; na prática, o voto rural era comunitário, conhecido de todos; só nas cidades cada vez mais eleitores votavam como indivíduos autónomos. Não que o voto rural fosse pouco esclarecido, já que, ao seguirem as autoridades governativas, confiavam ser com elas que o seu voto seria melhor retribuído.»*<sup>372</sup>

Para concluir, referir duas novidades de 1863 a que o *Jornal do Porto* dá especial ênfase: os trabalhos preparatórios para a legislação<sup>373</sup> relativa à abolição da pena de morte,<sup>374</sup> e a preparação para o primeiro recenseamento geral da população,

---

<sup>370</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 26 de abril de 1861, artigo de primeira página, intitulado *Aos eleitores: considerando que num país constitucional o dia das eleições deve ser «o mais augusto dia da sua vida política»*, e que nas urnas, o povo «*ergue a voz para fallar, põe a mão na consciencia para julgar os indivíduos e os partidos, e se aproxima da urna para condemnar ou aprovar os actos do governo, e o systema geral da sua administração economica e politica*». Quanto à relação da oposição com os eleitores, afirma-se que a oposição recorre a todo o «*género de expedientes, ainda os mais repugnantes e ilegais*»; entre a denúncia de subornos e de ameaças, ainda se afirma que «*os paços do municipio estão transformados em quartel general de eleições a favor da opposição*».

<sup>371</sup> *Idem*.

<sup>372</sup> Manuel Maria Cardoso Leal, *ob cit.*, p.306.

<sup>373</sup> *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1863, artigo de abertura, *Abolição da pena de morte: «Saudamos o ardor da reformulação (...)»*. «*Castigo para o crime, mas reabilitação para o culpado – é a palavra de hoje, tradução da doutrina cristã, corollario indispensavel do santo principio da solidariedade humana*».

<sup>374</sup> Cf. Carta de Victor Hugo a Brito Aranha, de 15 de julho de 1867, in *Factos e homens do meu tempo: memórias de um jornalista*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, 1908. Tomo 2, p. 200. Disponível em <https://www.parlamento.pt>, consulta de 12.06.2018: «*Durante o debate, apresentam-se algumas vozes dissonantes, nomeadamente dos dois Deputados que votam contra a proposta: Cunha Salgado, que acusa a Câmara de se deixar "arrastar por essa ideia mágica e sedutora da abolição da pena de morte", e Belchior Garcês, que justifica a sua posição pelo atraso civilizacional de Portugal e pela desnecessidade de abolir na lei uma pena que na prática não se aplica. Curiosamente, este último argumento da "abolição na prática" é utilizado em sentido contrário pelos defensores da "abolição na lei", como os já citados Barjona de Freitas e Aires de Gouveia, que buscam a coerência entre a legislação e os costumes.*

*Outros parlamentares apresentam críticas à iniciativa, caso de Faria Barbosa que considera que as "leis tendem e muito a favorecer os criminosos", em detrimento da segurança dos cidadãos, e de Faria Rego, que argumenta contra a abolição nos "crimes de assassinio, incendiário e moedeiro falso", entendendo que "a pena é legítima quando a sociedade o exige e reclama, e ilegítima quando dela não precisa" e que Portugal não está "em estado de receber a lei", quando "as nações mais adiantadas e*

em 1864<sup>375</sup>, perante um crescimento evidente da população portuguesa, ainda que inferior ao que ocorreu em vários países europeus, pelo método nominal e simultâneo<sup>376</sup>. É ainda de salientar a afirmação do significado que o presente tem para o redator<sup>377</sup>, expresso no excerto que se segue:

«Vamos atravessando uma epocha notavel de transformação e reformas. (...) em toda a ordem d'interesses, em todas as relações da vida civil, politica e económica.

Tem-se feito alguma cousa: abriram-se estradas (...) olhar attentamente os interesses materiaes do paiz, e pagar em dia aos sevidores do estado.

Há porém ainda muito quer fazer, ou antes que concluir (...)»<sup>378</sup>.

No período estudado, o *Jornal do Porto* revela uma forte intervenção política, seja em defesa de uma nova lei eleitoral, seja denunciando os compromissos e a pressão exercida sobre os eleitores, ao longo do país, pelas autoridades e por personalidades locais, como também vemos Júlio Dinis denunciar, ao longo de *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>379</sup>, sem esquecer também que no seu último romance, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, nos apresenta os conflitos e os interesses políticos e

---

mais moralizadas, a França, a Inglaterra, a Itália, a Bélgica que tantas vezes aqui se apresenta para modelo, ainda a não aboliram".

Intervenções contrárias que não condicionam a aprovação da proposta por larga maioria na Câmara dos Deputados e também na Câmara dos Pares, na sessão de 26 de junho.

A carta de lei de 1 de julho de 1867, abolindo a pena de morte para crimes comuns, seria amplamente noticiada e aplaudida pela imprensa nacional e internacional.(...)».

<sup>375</sup> Rui Cascão, «Demografia e sociedade», in *História de Portugal*, dir. José Mattoso, ob. cit., pp. 425-426: «A população portuguesa aumentou de forma evidente durante o século XIX. (...) Este crescimento demográfico foi, contudo, inferior ao de vários outros países do Velho Continente (...). As razões explicativas desse facto são fundamentalmente duas: 1) o reduzidíssimo incremento verificado entre a data do início das invasões francesas e cerca de 1835; 2) o aumento do fluxo emigratório a partir de meados do século(...) o qual actuou como travão do crescimento populacional. (...) Os efeitos directos e indirectos das campanhas da Guerra Peninsular foram catastróficos, uma vez que elas provocaram um número incalculável de mortos (provavelmente mais de 100 000) como resultado dos combates, dos saques, dos desastres colectivos, das epidemias e da penúria alimentar. (...)».

<sup>376</sup> *Jornal do Porto*, 7 de agosto de 1863, os recenseamentos periódicos são já uma prática pela Europa e respondem a uma necessidade da administração, que sem eles «desconhece as condições em que estão os seus habitantes».

<sup>377</sup> *Jornal do Porto*, 23 de abril de 1863, artigo de abertura de edição intitulado *O Presente*.

<sup>378</sup> *Idem*.

<sup>379</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, ob.cit., p.376: « Até ali a vitória podia ainda questionar-se, porque a actividade do Tapadas tinha espremido as freguesias, que lhe eram afectas, até deitarem o último eleitor; velhos, doentes, mancos, e paralíticos foram transportados em cadeiras e em padiolas até à urna para votarem. Mas a freguesia de Pinhões ia abafar a eleição inevitavelmente. O conselheiro perdeu as esperanças, e o próprio Tapadas sentia-se desfalecer. O brasileiro estava vermelho e febril de contentamento.»

sociais ainda visíveis entre liberais e absolutistas<sup>380</sup>, em especial na região norte do país. Nestes romances rurais dinisianos encontramos personagens e comportamentos políticos que o *Jornal do Porto* reporta como reais e difíceis de combater numa sociedade liberal ainda em formação, ao nível legislativo, social e cultural, em que os tempos da guerra e da monarquia tradicional habitam a memória e as práticas<sup>381</sup> de uma nação, onde o esforço da alfabetização e da industrialização surgem, em nome do progresso.

Muitos outros assuntos da sociedade portuguesa são presença habitual nas páginas do *Jornal do Porto*, que tem mulheres entre os seus leitores e entre os seus colaboradores. No Porto, cerca de 50% da população era alfabetizada no início da 2ª metade do século XIX<sup>382</sup>, mas as mulheres alfabetizadas na sociedade portuense representavam cerca de metade do número de homens alfabetizados<sup>383</sup>. A discussão sobre o papel da mulher na sociedade moderna não produziu ainda uma posição política, social e cultural que representasse, significasse ou provocasse uma alteração nos papéis sociais da mulher. No *Jornal do Porto*, de 13 de março de 1863, encontramos um artigo intitulado *A mulher emancipada para o trabalho*<sup>384</sup>, onde se relata que na Suécia já foi concedido às mulheres «o direito de serem empregadas em certas funções publicas» e defende-se que «O governo de Portugal, que, por meio do trabalho oferecesse às viúvas sobrecarregadas de família um expediente para não morrerem de miséria praticaria um nobilíssimo feito (...)»<sup>385</sup>. Afirma-se também que «Emancipar a mulher desvinculando-a da tutela do homem é absurdo contra o qual se revolta a fragilidade e a meiguice do sexo: emancipar-a porém admitindo-a nos trabalhos da república que ella pode condignamente exercer é justiça que nós

---

<sup>380</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, ob. cit., p. 16: «Já se vê quão mal assegurado andava o futuro dos dois jovens filhos de D. Luís, A educação que eles haviam recebido não tendera a fim algum prático. (...) Assim, pois, os jovens descendentes do velho realista passavam o tempo cavalgando e caçando nas imediações, e fruindo em santo ócio uma vida, cujos espinhos todos procuravam ocultar-lhes.»

<sup>381</sup> *Idem*, p. 381: «Era só o que me faltava ver neste mundo! Berta, que o pai enfeitou com vestidos de senhora, mas que afinal sempre há-de mostrar a origem de onde saiu! Eu sempre ouvi dizer que o que o berço dá, a tumba leva, e que o pé de tamanca foge sempre para tamanca. Havia de ter graça ouvir o Sr D. Luís chamar filha à rapariga! E ela feita senhora na Casa Mourisca!»

<sup>382</sup> Cf. Rui Ramos, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo in “Análise Social” XXIV, (103-104), Lisboa, 1988, p. 1115.

<sup>383</sup> Cf. Francisco Ribeiro da Silva, ob. cit., p. 121.

<sup>384</sup> *Jornal do Porto*, 13 de março de 1863, artigo intitulado *A mulher emancipada para o trabalho*.

<sup>385</sup> *Idem*.

*folgamos muito de que se faça lá fora, e que estimariamos ver realizada em Portugal»*<sup>386</sup>.

As mulheres são as ditosas musas dos poetas. São as mulheres quem se encanta com as sedas, os chapéus e os perfumes, como verificamos ao longo das páginas do *Jornal do Porto*. As mulheres são também as senhoras, as filhas, as esposas, as viúvas, as mães e as mulheres trabalhadoras. São também aquelas que, no seu dia a dia, ao longo dos tempos, foram chamadas a angariar o pão para os filhos, substituir os homens que partiram para a guerra, para a emigração ou para o serviço militar. No início da segunda metade do século XIX, muitas mulheres portuguesas são vítimas de violência doméstica, como constatámos no *Jornal do Porto*<sup>387</sup> e como nos conta Júlio Dinis, a propósito da família Zé P'reira<sup>388</sup>, os compadres do Cancela, que, no final do romance *A Morgadinha dos Canaviais*, já «vai em rápida decadência; o homem já nem tem força para fazer ressoar o zabumba, É esta [ a família] uma das que mais deve à caridade de Madalena»<sup>389</sup>. Como vimos, muitas trabalham nas obras do caminho de ferro.

As mulheres portuguesas são parte integrante de uma sociedade que se encontra num período de mudança, de descoberta, entre as leis tradicionais do antigo regime e as normas sociais e morais de uma ordem liberal em construção, com um corpo legislativo muito instável. Algumas mulheres portuguesas circulam nos salões<sup>390</sup> onde a moda as cativa e as conversas se misturam com o aroma do chá<sup>391</sup>. Na alta sociedade, entre a aristocracia e a burguesia, as mulheres portuguesas sentem

---

<sup>386</sup> *Ibidem*.

<sup>387</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 3 de novembro e de 16 de dezembro de 1859.

<sup>388</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, ob. cit., pp. 394-395: «A harmonia do par conjugal, de que constituía a parte masculina o nosso Zé P'reira, estava cada vez mais transtornada. A beatice azedara o ânimo da Sra Catarina do Nascimento de S. João Baptista. (...) Se mal corria há muito a casa e o governo doméstico da família Zé P'reira, pior se tornou, depois dessa época. (...) A miséria ameaçava invadir aquele lar, até ali remediado. Tudo isso exacerbava a acrimónia das discussões conjugais. Marido e mulher fustigavam-se reciprocamente as honras da ruína do casal. De noite desencadeava-se a tempestade doméstica e cada vez mais ameaçadora. (...) Deu-se uma cena escandalosa, em que interveio a vizinhança. Daí por diante foram frequentes iguais espectáculos.»

<sup>389</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, ob. cit., p. 423.

<sup>390</sup> Cf. Rui Casção, ob. cit., p. 528: «o número de senhoras presentes numa dada reunião social era sempre, na perspectiva dos cronistas dos acontecimentos mundanos, um índice do êxito da festa em questão».

<sup>391</sup> *Idem*, p. 528: Comparativamente com Lisboa, na cidade do Porto, as festas e bailes eram menos frequentes mas, considerando que a sociedade portuense também é mais compartimentada, esta constatação pode ser apenas aparente, de vido à dispersão das famílias.

Júlio Dinis, em *Uma família Inglesa*, faz breve referência à existência de bailes de família: «(...) tudo quanto lhe disse podia bem ser repetido à mais ingénua lady num dos nossos bailes de família», in Júlio Dinis, *Uma família Inglesa*, p. 74.

uma grande atração pela moda de Paris e, no *Jornal do Porto*, disso fazem prova a correspondência de Paris, com Daniel, o correspondente de Paris, nos primeiros meses de 1859, e logo depois, em maio desse mesmo ano, com Luíza<sup>392</sup>, bem como alguns anúncios<sup>393</sup>, de estabelecimentos comerciais<sup>394</sup>, que o jornal publica regularmente, anunciando tecidos e chapéus de Paris e Bruxelas<sup>395</sup>.

Ao longo dos tempos, os escritores portugueses apresentaram e ajudaram a criar retratos das mulheres. A imprensa faz eco desses retratos e de outros retratos de mulher. Na sua obra, Júlio Dinis também nos apresentou as mulheres portuguesas, criou aqueles que seriam para ele os tipos e os modelos da mulher portuguesa, que descreveu na sua poesia e fez participar ativamente no enredo dos seus contos e romances. Não ia longe o trabalho de Alexandre Herculano em *O Pároco de Aldeia*<sup>396</sup> com a descrição da felicidade dos jovens noivos, Manuel<sup>397</sup> e Bernardina<sup>398</sup>, com as compras e os preparativos da roupa elegante<sup>399</sup> com que se iriam apresentar na festa religiosa e aldeã de S. Pantaleão, o orago da aldeia<sup>400</sup>, gastando o sonhado pecúlio de Bartolomeu da Ventosa.

---

<sup>392</sup> *Jornal do Porto* de 26 de maio de 1859. É apresentada Luiza, a senhora portuguesa que vai escrever sobre a moda parisiense, uma vez por mês, como correspondente de Paris, pelo que o jornal chama «a atenção dos nossos leitores, e particularmente das senhoras que nos fizerem a honra de ler o *Jornal do Porto*». Nesta sua primeira crónica, Luiza começa por explicar a sua participação no *Jornal do Porto*: «Snr. Redactor. O seu correspondente politico e scientifico nesta capital, pediu-me que lhe fizesse todos os mezes uma rezenha das modas de paris para o *Jornal do Porto*. Annuí ao pedido para me distrair, porque apesar de todos os encantos desta terra, confesso-lhe que estou aqui aborrecida como se passasse um inverno em Peniche ou em Castro Marim.».

<sup>393</sup> *Jornal do Porto* de 9 de junho de 1859. Estabelecimento de «fazendas e miudezas», anuncia que «acaba de receber um variado sortimento de côrtes para vestidos de seda, seda e linho, seda e lã (...) tudo de bôa qualidade e ultima moda».

<sup>394</sup> *Jornal do Porto* de dia 2 de março de 1861. Anúncio que refere a moda de Paris e Bruxelas na casa de Mmes Ferin, que tem «um bom sortimento de vestidos, de grenadine e de seda, pompadour, Luiz XV, e oriental: vestidos de seda preta, (...) modelos novos de chapéus, de enfeites e de toucas escolhidas nas principais cazas de Paris; golas e mangas de Bruxellas, (...)». Tem também «pentes de tartaruga, perfumarias e tudo quanto pertence a modas, por preços os mais razoaveis».

<sup>395</sup> *Jornal do Porto* de 7 de abril de 1861 - a modista francesa Mlle Luize anuncia a chegada de novidades de França.

<sup>396</sup> Alexandre Herculano, publicou *O Pároco de Aldeia*, na revista *Panorama*, em 1844. Cf. edição da Livraria Bertrand, 1969.

<sup>397</sup> *Idem*, p. 52: «O Manuel da Ventosa era filho único de um moleiro rico, chamado Bartolomeu, velho honrado, mas avarento como seiscentos satanases.»

<sup>398</sup> *Ibidem*, p. 51: «Bernardina. Era uma das leiteiras mais desenxovalhadas de que se gabavam os arredores de Lisboa (...)».

<sup>399</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>400</sup> *Ibidem*, p. 72: «Celebrou-se, celebra-se e há-de celebrar-se a festa de S. Pantaleão, o bem-aventurado físico, todos os vinte e sete de Julho, até à consumação dos séculos;».

Ao ilustrar a obra de Júlio Dinis, Roque Gameiro<sup>401</sup> consegue introduzir cor nas suas aguarelas, representando aquela que seria, segundo ele, a moda para as jovens do Minho, as personagens criadas por Júlio Dinis, que não teve a preocupação de apresentar as suas protagonistas com os pormenores do pincel de pintor. Não o fez com Clara ou Margarida de *As Pupilas do Senhor Reitor*, com Jenny ou Cecília, de *Uma família Inglesa*, nem sequer com Cristina e Madalena, de *A Morgadinha dos Canaviais*, conhecedoras da moda de Lisboa. E, se, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, observarmos o perfil de Berta, a jovem filha de Tomé que regressa de Lisboa, também o escritor não nos mostra os mimos dos figurinos da moda da capital. Nem as protagonistas se sentem tentadas por ela. Só Gabriela, a aristocrata vinda diretamente da corte, espalha à sua volta o encanto dos salões da moda e brilha na Casa Mourisca, com o seu guarda roupa, que encanta o primo Maurício<sup>402</sup>.

Os jornais diários, destinados a toda a família, sabem que as mulheres os leem e que algumas lhes escrevem. A mulher, a moda feminina e a educação da mulher, tornam-se tema para o espaço de folhetim e para artigos da redação. Neste espaço, sob o olhar do *Jornal do Porto*, vemos apresentar um retrato das mulheres do Porto. As mulheres na sociedade portuense, na família, no trabalho, no casamento, de onde passam para a literatura. O espaço especificamente destinado à moda vai ser criado no verão de 1859, com a colaboração de Luiza, uma portuguesa em Paris: Luiza, escreve uma crónica mensal para o *Jornal do Porto* e vai enviar correspondência sobre o glamour das montras de Paris e dos salões de baile. Pensam os leitores.

Luiza apresenta-se<sup>403</sup> e diz que vai assumir a atitude de humildade, serenidade e sensatez, que defende ser própria das senhoras que têm a virtude de saber vestir-se. Aceitou o convite para se distrair «*porque apesar de todos os encantos desta terra, confesso-lhe que estou aqui aborrecida como se passasse um inverno em Peniche ou em Castro Marim.*» Na sua crónica afirma que «*as mulheres são caprichosas*». Mas, se fosse homem ou se fosse mulher como as mulheres de Paris, divertir-se-ia muito em Paris: «*Não posso ser homem, e se o fosse como as mulheres de Paris o são*

---

<sup>401</sup> Cf. capítulo III.

<sup>402</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, pp.255- 256.

<sup>403</sup> *Jornal do Porto*, 26 de maio de 1859.

geralmente, de certeza que me divertiria muito nesta terra.»<sup>404</sup> Apresentando a mulher parisiense, Luísa escreve:

*«A mulher de Paris dispõe do seu tempo e dos seus capitais e dos alheios a seu belprazer. Não se prende com os deveres domesticos. Passeia, faz vizitas, recebe-as, vai aos espectaculos e joga na bolsa. Dos filhos tratam as criadas. O marido almoça no quarto e janta no Club, e madame vive para se divertir e para especular nos meios de fazer face ás dispendiozas exigencias da epoca atual. É um verdadeiro homem em correspondencia activa com um procurador, dois corretores, um dvogado, e com outras pessoas cuja pozição elevada pode ser util á direcção das especulações.*

*Já as ha que tem cavallos de corridas, e matilhas de cães para a caça, que fumão como um zuavo, atirão á pistola como o marquez de Niza, jogam o florete e dão uma bofetada como Lola Montes.»*<sup>405</sup>

Nesta sua apresentação da mulher parisiense, Luiza inclui uma apreciação sobre a sua maneira de ser: não gosta desta forma de ser mulher, *«até porque receio que nesta troca de uzos e costumes, os homens dezatem a bordar e a fazer meia, e seria lastima porque Deus os não fez para isso.»*<sup>406</sup> Quanto a si mesma, afirma-se como estrangeira em Paris, que vive *«como se estivesse em um dezerto»*. Começa por dizer que

*«em Paris não há moda e quando aí em Portugal se diz, que tal enfeite ou tal vestido ou tal chapéu é da moda em Paris, esse dito não passa de ser uma mentira. Aqui não ha moda; cada um traz o que quer e como quer. Todavia ha excentricidades que attraem a attenção, e que acabão por ser adoptadas com modificações: essas excentricidades, que não apparecem todos os dias, é que são o que nos outros paizes se chama a moda.»*<sup>407</sup>

Luiza afirma que as famílias, as senhoras e as meninas portuenses, pareciam estar enfeitçadas pelo luxo e pela moda de Paris, mas quer mostrar-lhes o outro lado da moda de Paris, em que o consumismo pode conduzir à miséria das famílias<sup>408</sup>.

---

<sup>404</sup> *Idem.*

<sup>405</sup> *Idem.*

<sup>406</sup> *Ibidem.*

<sup>407</sup> *Ibidem.*

<sup>408</sup> *Ibidem*: «Mas essas innovações caprichozas custão um dinheiro louco, e rara é a senhora cujo rendimento chegue para tanto. Ha bailes no inverno todos os dias, e não é necessario ter muitas relações para ter 5 ou 6 convites para o mesmo dia, e para cada baile é necessario uma toilette differente, e outra para o passeio, e outra para os jantares, e outra para o theatro, sempre variadas. As artes que se empregão para transformar em novo um vestido velho, para disfarçar o chapéu do mez passado, e para apresentar na roda do anno 6 ou 8 chailes differentes, podião dar para um livro. (...) A maior parte das



Viver em Paris, segundo Luiza, é muito dispendioso porque o luxo está presente em todos os atos sociais<sup>409</sup>. Continuando a apresentar a moda parisiense sem fazer dela a maravilha que as suas leitoras sonhavam ou anteviam, conta que uma senhora apareceu com cordas de ouro no chapéu e as outras resolveram imitar com cordões de palha, que é bem mais barato: «*E assim esta moda, inventada para a classe elevada, desceu logo até às mais modestas criaturas.(...) Paris é assim. Todos querem chegar a tudo, e os que não podem, trapaceião.*»<sup>410</sup>. É, preciso poupar, afirma Luiza<sup>411</sup>, é preciso saber como frequentar os salões<sup>412</sup>, sem levar os maridos e os pais à falência<sup>413</sup>, isto é, é preciso arte para transformar em novo um vestido velho ou disfarçar um chapéu já usado<sup>414</sup>. Porém, a economia precisa de consumo para se desenvolver e os homens acham bem a moda dispendiosa, porque «*a industria se desenvolve, e que se Pedro se arruina com isso, é porque é tolo, mas que por outro lado Paulo que fez as joias que arruinarão o outro, fez fortuna, e que as nações não lucrão com que Pedro ou Paulo seja rico, porém sim com a massa geral da fortuna.*»<sup>415</sup>

Na sua correspondência publicada a 30 de julho de 1859, Luiza, a correspondente de moda, informa que a moda masculina não sofreu qualquer alteração e critica a falta de interesse dos homens pelos assuntos da moda, concluindo que assim não se podem queixar se os jornais de modas não falam da moda masculina.

---

*pessoas que trajão ricamente, rodão em carruagens, dão bailes ou vão a elles, fazem o que não podem. Este luxo actual é uma mentira, e hade acabar em grande miséria.»*

<sup>409</sup> *Ibidem*: Luiza conta um episódio familiar, sem identificar os protagonistas, nem a esposa, nem o marido, um português: «*Eu conheci uma, e era cazada com um portuguez que ella deitou a perder, a qual gastou em dois mezes em ramos de violetas duzentos mil reis, e em chapéus em um anno um conto de reis.*».

<sup>410</sup> *Ibidem*

<sup>411</sup> *Idem*, p. 215: «*O ano é marcado, por um lado pela vilegiatura de Verão, e por outro pelas festas da Igreja. A vilegiatura aristocrática generaliza-se na classe burguesa como férias de Verão. Assiste-se ao nascimento da ideologia do repouso e do lazer e a vida escolar vai ter que se adaptar a ela, prolongando as férias.*»; Cf. p. 225: «*O ano divide-se então em dois: a época mundana, Inverno e Primavera, e a vilegiatura, Verão e uma parte do Outono. Pouco a pouco a burguesia pôs-se a imitar o modelo aristocrático.*»

<sup>412</sup> Cf. Anne Martin-Fugier, «Os ritos da vida privada burguesa», in *História da vida privada, Da Revolução à Grande Guerra*, vol.4, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Círculo de Leitores, Porto, 1990, pp. 199-201, 210-211

<sup>413</sup> Michelle Perrot, «Dramas e conflitos familiares», in *História da vida privada, Da Revolução à Grande Guerra*, vol.4, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, *ob. cit.*, p.265: «*Mas muitas vezes a questão do dinheiro envenena também o quotidiano. Ela opõe marido e mulher quanto à questão do orçamento.*»

<sup>414</sup> *Jornal do Porto*, 26 de maio de 1859

<sup>415</sup> *Idem*

Mas, se fazem fraca figura, isso deve-se ao facto de se consagrarem ao trabalho que «*não lhes deixa tempo para repararem na funebre tristeza do seu modo de vestir*»<sup>416</sup>. Poucos dias depois, de novo na secção *Folhetim*, sob o título *Modas de França*, na edição de 3 de julho de 1859, escreve sobre a virtude de saber vestir-se com gosto e tenta comparar Paris, com o Porto ou Lisboa, no que respeita ao bom gosto, afirmando que em todo o lado há senhoras vestidas de forma pouco *conveniente*: «*É virtude é, e grande, a de saber vestir-se com gosto, singelamente, e de maneira sizuda e conveniente*»<sup>417</sup>. Luiza define o que entende ser a moda, ou as modas, em Paris. A propósito da educação das raparigas e sobre as mulheres que usam muitos enfeites, nos chapéus e nos manteletes, defende o uso da parcimónia<sup>418</sup>.

Mas, o preço pago para estar sempre na moda, especialmente de inverno, na cidade, é alto e as famílias parisienses reconhecem essa obrigação e essa despesa, que Luiza vai assinalando: «*Eu não conheço marido em França que não trema como varas verdes, no princípio de cada inverno, não de frio, mas de medo do que a mulher se deixe possuir do furor da moda (...)*»<sup>419</sup>. Luiza não se limita a apresentar as cores ou os tecidos da moda: apresenta às suas leitoras portuenses as mulheres que fazem e usam a moda em Paris e distingue a moda em Paris da moda que vem de Paris. Para ela, há em Paris quatro classes de mulheres, que se distinguem pelo uso que fazem da moda e pela moda que criam – começa por mostrar o estilo e a educação da mulher aristocrata<sup>420</sup>, depois da mulher burguesa<sup>421</sup> de riqueza recente, passa à mulher do povo - a operária a costureira, e por fim, fala do estilo da classe das «*Magdalenas ainda não arrependidas*»<sup>422</sup>, sobre quem escreve: «*Diamantes e rendas pela amanhã; o mais rico vestido de baile para passeio; as fazendas mais extraordinárias, o corte*

---

<sup>416</sup> *Jornal do Porto*, 30 de julho de 1859, em carta de Luiza, datada de 21 de julho

<sup>417</sup> *Jornal do Porto*, 3 de julho de 1859. Na primeira página, sob o título *Modas de França*, na secção *Folhetim*, a correspondente de Paris, Luiza, publica uma extensa carta datada de 24 de junho de 1859

<sup>418</sup> *Idem*: «*(...) essas coizas notão-se nas pessoas, cuja vida tem como principio essencial atrair a atenção do publico, como as taboletas dos logistas. O facto é que na rua, os homens não se enganão quando avistão essas bonecas, (...). «Renunciar pois a vestir-se de uma maneira extravagante, e dar ás raparigas o exemplo da simplicidade elegante mais rara e muito menos dispendioza, é uma grande virtude, cujos benefícios são imensos, a começar pela bolsa, o que não é coiza indifferente.*».

<sup>419</sup> *Ibidem*.

<sup>420</sup> *Ibidem*. Sobre a mulher aristocrata escreve: «*(...) sem exageração, uza toilettes simples, em que brilha a qualidade do estofo, o bom gosto da combinação das côres, e o acertado do corte*».

<sup>421</sup> *Ibidem*. Sobre a mulher burguesa, de riqueza recente, escreve: «*As familias burguezas são ricas mas desconfião que o publico o não sabe, e por isso vestem-se de modo, que a riqueza se revele em todas as costuras*».

<sup>422</sup> *Jornal do Porto*, 3 de julho de 1859, secção *Folhetim*, na primeira página, sob o título *Modas de França*, assinado pela correspondente de Paris, Luiza.

*mais inesperado e fantastico, e a maneira mais desenvolta de expôr esses atavios, é o geral da classe; (...) o que estas mulheres gástão em vestidos e enfeites, é incalculável».*<sup>423</sup>

Aquela a quem chama a mulher do povo é a que lhe merece uma das apreciações mais generosas: «A classe popular feminina em Paris veste com tanto gosto como a aristocracia, conservada a devida proporção das fortunas, e a diferença das ocupações (...) uza os estofos mais simples e mais baratos, mas o ar de Paris ensina-lhe a trazer um vestido de 20 francos, como e fosse de 500 ou de 1:000 (...) Estas raparigas podem servir de modelo de singeleza, de aceio, e de bom gosto.»<sup>424</sup>

Michelle Perrot<sup>425</sup> escreve sobre as donas de casa burguesas e as donas de casa das classes populares parisienses. Estas, as classes populares, considera-as mais francas<sup>426</sup>, como personagens principais<sup>427</sup>, enquanto que às mulheres burguesas, associa a nostalgia da vida aristocrática<sup>428</sup> e refere que o modelo de mulher burguesa varia «segundo os níveis da fortuna, medida pelo número de criados e pelo estatuto do habitat, as crenças e os sistemas de valores»<sup>429</sup>

A moda de França volta à edição de 30 de julho de 1859, do *Jornal do Porto*, em carta datada de 21 de julho. Nesta missiva, Luiza alerta as mulheres portuguesas, as mulheres do Porto, para um facto importante: De Paris mandam para Portugal vestidos que já não se usam, nem se vendem em Paris, «Já ninguém traz os balões imensos que tomão os passeios e fazem rir os circunstantes. Se d'aqui os mandão para Portugal é por já não terem venda em Paris (...)»<sup>430</sup>. Luiza não escreve só sobre moda. Nesta carta de Paris, fala da morte de D. Estefânia, e analisa a vida na corte e o impacto da morte de um rei em Paris, em tudo dissonante do registo de pesar

---

<sup>423</sup> *Idem.*

<sup>424</sup> *Ibidem.*

<sup>425</sup> Michelle Perrot, «Personagens e papéis», in *História da vida privada, Da Revolução à Grande Guerra*, ob. cit., p.121-185

<sup>426</sup> *Ibidem*, p. 146. Michelle Perrot afirma que a «dona de casa popular não tem papas na língua. É muitas vezes uma rebelde, tanto na vida privada como na vida pública. O que frequentemente paga caro, podendo ser o alvo favorito de violências (...)».

<sup>427</sup> *Idem*, p. 143.

<sup>428</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>429</sup> *Ibidem.*

<sup>430</sup> *Jornal do Porto*, 30 de julho de 1859, em carta de Luiza, datada de 21 de julho.

que surge por todo o país e também no Brasil<sup>431</sup>. A morte da rainha é pretexto para Luiza apresentar a moda para o traje de luto:

*«As fazendas de luto são barege para de dia e crépe para baile, e em geral toda a fazenda preta de lã nos primeiros tempos, e de sedas no luto alliviado (...) uzam-se as fazendas pretas e brancas (...) e todas as possíveis das côres sombrias e tristes com a côr branca.(...)»*

*O córte dos vestidos é o mesmo, sómente nos trajes de luto procura-se sempre a maior simplicidade, visto que são vestidos que se trazem pouco tempo. Os folhos que começam a deixar de ser moda, são todavia bastante uzados nos vestidos de luto de verão, porque a leveza da fazenda exige quantidade grande de estofa para fazer roda larga; (...)»<sup>432</sup>*

Para tornar o luto aliviado mais económico, sugere: *«Faz-se um vestido com folhos, todo preto para o luto pezado, mas nos folhos deixa-se uma bainha bastante larga; quando chega o tempo de alliviar o luto, passam-se fitas de setim branco nas bainhas, e o vestido fica outro, sendo o mesmo. (...)»<sup>433</sup>*. Como é verão e as famílias portuenses fazem passeios no campo e vão a banhos ao mar, diz que os chapéus da moda em Paris podem ser usados pelas senhoras do Porto, descrevendo-os<sup>434</sup>. Aqui, a correspondente de moda de Paris, do *Jornal do Porto*, dirige-se diretamente às leitoras, às senhoras do Porto, exortando-as, mais uma vez à contenção de despesas<sup>435</sup>. Como vemos, a riqueza e a ostentação são tema nas suas cartas: *«A maior parte dos portugueses tem a mania de quererem figurar. É mesmo este um verbo que só em*

---

<sup>431</sup> *Idem*: «A morte dos príncipes, raras vezes faz chorar o povo, e mesmo os grandes, que os cercão e d'elles recebem benefícios repetidos, nem sempre são sinceros nas suas lágrimas. Os príncipes morrem, a nação toma luto, os jornais escrevem artigos de saudade e cercão o texto de cintas pretas, a côrte vai ao funeral, e não falta no Paço aos pezames; no dia seguinte volvem os negocios da ante-vespera, e apenas lembra o calor do dia das exequias. A saudade que em geral se consagra aos príncipes, está bem significada na phrase francesa: *Le roi est mort. Vive le roi.*»

<sup>432</sup> *Jornal do Porto*, 30 de julho de 1859, em carta de Luiza, datada de 21 de julho.

<sup>433</sup> *Idem*.

<sup>434</sup> *Ibidem*: «Os chapéus desabados estão bastante em moda principalmente de palha, côr de café, com plumas verde-escuras. É muito rara a phyzionomia que fique desengraçada com estes chapéus, todavia deve notar-se que uma senhora do Porto poderia pôr um chapéu d'estes para ir dar um passeio ao campo, ou para sair de manhã a passear os leites na rua, ou ir fazer um vizita na cidade. Nos banhos de mar parece-me que não devião usar outros. (...) Entre as vantagens destes chapéus não é de certo a menor a de poderem servir dois ou tres annos, mudando-lhe as plumas e as fitas. Ora como as plumas se tingem, o chapéu fica novo cada anno com uma despeza insignificante.»

<sup>435</sup> *Ibidem*: «Que as senhoras do Porto não desprezem esta economia, porque a vi eu adoptar a gente de alta cathegoria e de muito grande fortuna. E quando digo muito grande fortuna, não tenho na ideia 4 contos de renda que é cazo muito serio lá em Portugal, e rendimento que muitos fingem ter, mas que poucos possuem realmente; (...). Há por aqui fortunas que fazem tremer, e por isso quando vimos a Paris ou a Londres, andamos humilhadas diante de tanta riqueza, e se temos a triste mania de fazer figura, vamo-nos logo embora para a nossa terra, onde com quatro vintens se metem os vizinhos n'um sacco.»

*portuguez se toma na accepção de brilhar e postentar riqueza e luxo.(...) E depois por mais que se gaste, ainda que se comprem todas as puulseiras que estão à venda no Palis Royal, não ha modo de fazer com que os franceses reparem nisso! Sempre é gente bem difficil de fazer espantar!»<sup>436</sup>*

Depois de escrever sobre a educação e a vida das famílias parisienses, usa dois pequenos parágrafos para indicar as duas novidades da moda para o verão: Nas saias, em vez de pregas miudinhas na cintura, neste verão usa-se pregas de três dedos de largura «fazendo préga para ambos os lados». Nos vestidos usa-se «pôr em cada panno da saia um triangulo (...)»<sup>437</sup>. Em outubro, Luiza não teve muita matéria para a sua crónica: informa as leitoras que espera ter mais para dizer em novembro, com a chegada do inverno e dos vestidos de baile. Na edição do *Jornal do Porto*, de 7 de novembro de 1859, na secção *Folhetim*, Luiza escreve mais uma vez de Paris, a crónica *Modas de Paris*, começando por discorrer sobre o que é a moda, considerando que se faz reciclagem de tecidos e modelos, em que o que já foi moda e depois esquecido, volta a ser moda. É outono, conta, e por isso as famílias voltam a Paris, de comboio, e começam a visitar as lojas de tecidos para se fazerem os vestidos para as festas e os bailes. A correspondente de Paris, depois de pormenorizadamente apresentar a moda de outono, conclui que «Qualquer que seja a variedade das invenções ou das renovações, ha certas regras de bom gosto que são eternas e immutaveis (...). A sobriedade é em tudo uma grande virtude.»<sup>438</sup>.

No mês seguinte, dezembro de 1859, a moda volta ao *Jornal do Porto* e com ela as considerações de carácter social e económico que Luiza inclui no seu relato da moda parisiense. Não faltam os conselhos muito simples: «Uma senhora que dezeja vestir-se bem, não deve seguir a moda á risca nem entregar-se com os olhos fechados nas mãos d'uma costureira que a rouba e que a veste mal. Deve ella propria determinar a forma do seu vestido segundo melhor lhe vai, porque o mesmo vestido e a mesma fazenda não vão bem a todas as pessoas.»<sup>439</sup> E, em mais uma crónica, Luiza

---

<sup>436</sup> *Ibidem*.

<sup>437</sup> *Idem*.

<sup>438</sup> *Jornal do Porto*, 7 de novembro de 1859, na secção *Folhetim*, Luiza, escreve, mais uma vez de Paris, a crónica *Modas de Paris*.

<sup>439</sup> *Jornal do Porto*, 10 de dezembro de 1859, na secção *Folhetim*, Luiza, escreve, mais uma vez de Paris, a crónica *Modas de Paris*, datada de 29 de novembro. Neste artigo a correspondente realça e sugere, de novo, a necessidade de diminuir despesas, em festas, que são muitas e dispendiosas para quem as dá e para quem as frequenta.

continua a informar as mulheres do Porto, agora sobre as jóias da moda<sup>440</sup> parisiense. E, relembra a regra invariável da moda, tanto dos homens como das senhoras: «simplicidade, bom gosto e modestia. Fôra disto não ha salvação na religião da elegancia.»<sup>441</sup>.

Em maio de 1861, já não está em Paris, mas Luiza mantém a sua crónica sobre moda, referindo-se aos estabelecimentos do Porto que recebem a moda de Paris. Não sabemos quem é Luiza. Não conhecemos a sua relação com a redação do *Jornal do Porto*, nem com a cidade do Porto. Não sabemos a influência que a leitura das suas crónicas teve no pensamento dinisiano, nem na sua Diana de Aveleda. Também não sabemos como as famílias, as senhoras e as meninas do Porto, ou os chefes de família, seus pais ou maridos, se comprometiam com os conselhos e com a moda que Luiza lhes apresentava. Apenas sabemos que esta correspondência se prolongou no tempo, de 1859 a 1861, e que Júlio Dinis fez eco destas preocupações na sua obra. Sobre a moda vinda do estrangeiro, Júlio Dinis, em *Uma Família Inglesa*, descreve pormenorizadamente, a moda que Mr Richard Whitestone faz questão de exibir na Rua dos Ingleses e perante a comunidade britânica no Porto: usava um pequeno fraque de pano azul, fabricado nas melhores oficinas de Yorkshire ou do West of England, «não falseava o tipo. Era ainda inglês de lei.»<sup>442</sup> Mas, apesar de, como vimos, o *Jornal do Porto* apresentar anúncios de lojas que vendem tecidos e chapéus vindos de França, na sua obra, Júlio Dinis apresenta-se-nos como defensor da mulher portuguesa e muitas vezes surpreendemos as suas personagens a costurar e a bordar em casa – recordemos as amigas Jenny e Cecília de *Uma família Inglesa*<sup>443</sup>, as manas Clara e Guida, em *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>444</sup>, as primas Cristina e Madalena, em *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>445</sup> e Berta, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*<sup>446</sup>.

Mas, constatamos que a moda volta ao *Jornal do Porto*, muito tempo depois, em abril de 1863: o diário inicia nova fase no noticiário da moda e da vida social, com outra cronista, Bertha de Medeiros, também a partir do Porto, também na

---

<sup>440</sup> *Idem*: «as joias de granadas estão muito em moda porque são mais baratas do que os brilhantes e as esmeraldas e nem toda a gente tem dinheiro bastante para as despesas que exige a vida dos bailes e dos teatros na capital de França».

<sup>441</sup> *Ibidem*.

<sup>442</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 14.

<sup>443</sup> *Idem*, p.120.

<sup>444</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.225

<sup>445</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 405

<sup>446</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 134

secção *Folhetim*, com o título *Modas*<sup>447</sup>. Bertha de Medeiros estreia-se introduzindo nas suas crónicas um vetor que também tinha ocupado muito tempo a Luiza: o significativo peso da moda das senhoras e das meninas nas despesas familiares<sup>448</sup>.

Na sua crónica de 4 de maio, Bertha de Medeiros, prova que lê os jornais da moda de Paris, *Journal des dames et des demoiselles*<sup>449</sup> e o jornal *La mode*<sup>450</sup>. E dedica espaço aos chapéus: «Devo acrescentar, minhas senhoras, que toda a circumspecção é precisa neste melindrosíssimo assumpto, porque o chapéu é a parte da «toilette» que mais caracteriza uma senhora. Reparem, e verão que assim é.»<sup>451</sup>. O chapéu é uma peça tão importante para quem o usa que define o seu estatuto social e económico:

«Sabem por onde nós reconhecemos no primeiro relance de olhos uma menina da aldeia? É pelo chapéu, é por aquelle abominável chapéu redondo circundado de sanefa de renda preta bordada de vidrinhos, - aquella exótica coisa que os botânicos classificariam na família dos tortulhos, e a qual parece haver tomado raízes na cabeça de certa gente, que vem a Porto em setembro ou em outubro para tomar banhos de mar, depois de concluída com bom exito a sua labutação das vendimas (...)»<sup>452</sup>

E continua a descrever uma menina da aldeia, «uma provinciana de chapéu, que não foi criada com ele e não se ajeita a ele»<sup>453</sup>. Falta-lhe a «manière de s'en sentir»<sup>454</sup>. Na sua opinião, as senhoras do Porto nem sempre escolhem bem os chapéus, mas sabem pô-los; nem sempre o que se manda vir das casas de Lisboa fica bem - é preciso cuidado - e nem sempre se pode cegamente achar que o que vem de lá é elegante e é a moda. Bertha de Medeiros mantém a sua crónica sobre moda e sobre a vida social dos portuenses, na cidade e na foz, ao longo do verão, opina sobre

---

<sup>447</sup> *Jornal do Porto*, 13 de abril de 1863, *Modas*, por Bertha de Medeiros, na secção *Folhetim*.

<sup>448</sup> *Jornal do Porto*, 13 de abril de 1863, secção *Folhetim*, com Bertha de Medeiros: «A arte de restaurar os vestidos velhos por meio de ajuizadas modificações tem produzido grandes vantagens economicas, mas vae também dando margem a abusos muito reprehensíveis. São lamentáveis as reformas que por ahí se vêem operadas em certos vestidos. Parece que as possuidoras apostaram convencer-nos tristissimamente de que teem os seus vestidos velhos, e o seu gosto estragado. Não querem dizer outra coisa as ridiculas barras e ornatos disparatados postos sem estudo em vestidos curtos, apertados, ou fóra da moda.».

<sup>449</sup> Cf. <http://gallica.bnf.fr>, consulta de 20.04. 2017.

<sup>450</sup> *Idem*.

<sup>451</sup> *Jornal do Porto*, 4 de maio de 1863, secção *Folhetim*, com Bertha de Medeiros.

<sup>452</sup> *Idem*.

<sup>453</sup> *Ibidem*.

<sup>454</sup> *Ibidem*.

atividades recreativas e critica os trajes de verão das senhoras do Porto. A escrita de Luiza e de Bertha de Medeiros, tem uma feição moralista e um cariz ou objetivo moralizante, uma vez que associam a moda e as virtudes das mulheres que a usam, tecendo elogio e reprovação conforme a sua perspetiva. Assim se criam estereótipos e preconceitos sociais<sup>455</sup> e culturais<sup>456</sup>, bem como estereótipos de género<sup>457</sup>.

Na sociedade oitocentista o homem representava e exercia o poder na esfera pública e à mulher era reservada a esfera privada, a vida familiar<sup>458</sup>. Irene Vaquinhas refere que as próprias mulheres contribuíram para esta situação, dado terem interiorizado a sua situação de inferioridade e os valores da época<sup>459</sup>. Nas relações sociais, os estereótipos de género surgem automaticamente, nas dimensões da sociabilidade e da competência: a mulher é considerada expressiva, carinhosa, compreensiva, o homem é considerado mais racional, eficaz e inconstante. Assim, os estereótipos sociais e de género produzem atitudes e comportamentos, que vão no sentido oposto ao da mudança de mentalidade, pois procuram preservar o sistema de valores que os indivíduos e as sociedades conhecem e pretendem manter. Ontem, como hoje, enquanto cidadãos e atores sociais ou investigadores e «(...) *enquanto seres pertencentes a uma cultura, estamos condenados a ter uma consciência histórica, ou seja, a darmos conta de nós dentro do desenrolar de um processo que nos contextualiza e, de alguma maneira, nos forma. (...) pertencermos a um tempo e a*

---

<sup>455</sup> Os preconceitos e os estereótipos sociais podem ser definidos como crenças e representações sociais não fundamentadas e que funcionam como um critério de seleção e de organização social. F. Neto define-os como um conjunto de crenças que se associam a grupos sociais, geralmente simples, excessivamente generalizadas, frequentemente erradas, mas não necessariamente diferentes de outras generalizações. Cf. F. Neto, *Psicologia Intercultural*, Lisboa, 2002.

<sup>456</sup> Cf. Rosa Cabecinhas, *Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais*, Covilhã, 2004: «Os estereótipos são o produto da cultura no nosso processo cognitivo e de representações sociais e permitem ao indivíduo proteger e preservar os seus valores, concepções e ideologias, bem como a manutenção do seu sistema de valores. Todos os indivíduos, para além da sua informação/identidade genética, são uma construção social – a nossa identidade pessoal é tecida segundo uma complexa teia de imagens e relacionamentos que se inicia com a socialização primária, na família e na escola, em que as relações sociais se desenrolam na presença de estereótipos sociais e de género. »

<sup>457</sup> Cf. Patrícia Miranda, *A construção social das identidades de género nas crianças: um estudo intensivo em Viseu*, Lisboa, 2008: «os estereótipos de género podem ser considerados como o conjunto estruturado de crenças partilhadas dentro de uma cultura, sobre os atributos ou características dos homens e das mulheres desde os traços psicológicos aos papéis e atividades tidas como próprios de cada grupo».

<sup>458</sup> Cf. Irene Vaquinhas, *Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço*, in *Revista da Faculdade de Letras. Historia*, ISSN 0871-164X, N.º. 3, 2002, págs. 201-221, Porto, 2002, p. 210, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 20.10.2016.

<sup>459</sup> *Idem*.



*uma cultura significa possuirmos uma herança, constituída por um conjunto de recursos de interpretação, com a qual nos orientamos como humanos.»*<sup>460</sup>

O público de Júlio Dinis era reduzido, tal como reduzido era o público leitor de jornais e de romances, mas o poder de imitação e reprodução social assume aqui considerável dimensão, que se prolongará no tempo. Não sabemos se Luiza e Berta se conheciam, mas podemos colocar a hipótese de efetivamente se conhecerem, de conviverem e pertencerem ao mesmo ambiente social do Porto; podermos até questionar se eram a mesma pessoa, com a mesma visão da moda e da vida em sociedade. Também a escrita de Júlio Dinis tem essa feição moralizadora de costumes e pedagógica e se ocupa da educação das meninas, que deveria ser uma preocupação das famílias. Em *Uma Família Inglesa*, a propósito de Cecília, procura caracterizar o tipo de beleza da mulher portuguesa<sup>461</sup>, Em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Tomé enviou Berta para a cidade onde a sua madrinha<sup>462</sup> tinha um colégio, como fonte de rendimento, depois de se ver obrigada a sair do Porto, «*onde vendeu tudo o que tinha, para ir para Lisboa educar meninas*»<sup>463</sup>. Na cidade do Porto também há colégios para meninas, como vemos na edição *Jornal do Porto* de 21 de outubro de 1859. Sob o título *A educação das meninas*, surge informação sobre o número de alunas e as disciplinas no liceu da Trindade, no Porto<sup>464</sup>. São também frequentes os anúncios dos colégios<sup>465</sup>, apesar de ainda prevalecer a educação doméstica, com o recurso a mestras para ensino privativo.

Os anúncios de concurso e a colocação de mestras, em nomeação vitalícia ou temporária, para o ensino público das meninas também é uma constante nas páginas

---

<sup>460</sup> Fernanda Henriques, *Concepções Filosóficas e Representações do Feminino*, Braga, 2005, p.1, disponível em <http://home.uevora.pt>, consulta a 17.09.2016.

<sup>461</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, pp. 113-116.

<sup>462</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, ob. cit., p. 76: «(...) procuraram-lhe os pais bons padrinhos, para assegurar o futuro da pequena. Tomé obteve do fidalgo da Casa Mourisca a condescendência de acompanhar a criança à pia baptismal; Luísa, pela sua parte, solicitou e conseguiu idêntico favor de uma senhora do Porto, para casa de quem ela por muito tempo lavara, quando nesse mister ocupava a sua robusta juventude.»

<sup>463</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, ob. cit., p. 76.

<sup>464</sup> *Jornal do Porto* de 21 de outubro de 1859. *A educação das meninas*. Informação sobre o número de alunas e as disciplinas no liceu da Trindade, no Porto: no ano letivo de 1858-59, o liceu teve 176 alunas, com aulas de francês, inglês, desenho, comércio, piano e canto e as «*prendas próprias do seu sexo*» para as meninas da instrução primária.

<sup>465</sup> *Jornal do Porto* de 11 outubro de 1859, com anúncio de colégio francês para meninas, no Porto

do diário portuense<sup>466</sup>. Muitos exemplos poderiam ser retirados das páginas do *Jornal do Porto*, representando o esforço nacional para criar escolas de meninas em todos os distritos, cidades, vilas e aldeias. Luís Reis Torgal fala das controvérsias suscitadas pela pedagogia, e pelos métodos de ensino<sup>467</sup> e afirma que são «*inúmeros os textos sobre os temas da educação e da instrução que povoam o século XIX. Ora aparecem em periódicos, ora são apresentados nas cortes, ora têm a forma de opúsculos ou de obras de certa envergadura*»<sup>468</sup>

A educação das raparigas e as funções sociais atribuídas às mulheres na 2ª metade do século XIX merecem estudos aprofundados, para que nos afastemos de generalizações e estereótipos. Entretanto, são muitos os retratos possíveis, como o próprio Júlio Dinis nos demonstra com a educação e o quotidiano das meninas e o desempenho de personagens femininas como D. Margarida, a Senhora de Entre Arroios que educou primorosamente a amada de seu amado filho<sup>469</sup>, Gabriela e Berta, na aldeia dos fidalgos<sup>470</sup>, ou Madalena e Cristina, na aldeia da Tia Vitória e de Ermelinda, a filha do Cancela, considerando ainda as filhas do brasileiro Seabra, a quem Augusto deu aulas particulares<sup>471</sup>. Ou ainda o papel social da pobre, velha e esforçada Maquelina<sup>472</sup> do conto *O Espólio do Senhor Cipriano* que, analfabeta e quase abandonada pela aldeia e pelas autoridades, ia arranjando forças para sobreviver<sup>473</sup>. Na aldeia das pupilas<sup>474</sup>, de Daniel e Pedro, também as mulheres são protagonistas, que podemos distinguir, pelos papéis que desempenham: a sra Teresa de Jesus, a esposa do tendeiro, que na tenda atende os fregueses, com quem partilha os episódios do dia a dia da aldeia<sup>475</sup>; e a sra Joana, a governanta de João Semana, mulher dedicada aos seus afazeres domésticos e à gestão das preocupações do patrão e muito atenta ao que acontece à Margarida e à Clara<sup>476</sup>. A mana Clara, alegre<sup>477</sup>, feliz

---

<sup>466</sup> *Jornal do Porto*, 27 de outubro de 1859 Vagas de mestras para as escolas de meninas, no distrito do Porto, de Leiria e da Guarda.

<sup>467</sup> Luís Reis Torgal, «A instrução pública», in *Historia de Portugal*, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 617.

<sup>468</sup> *Idem*, p. 610.

<sup>469</sup> Cf. Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 130.

<sup>470</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 376.

<sup>471</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 281.

<sup>472</sup> Cf. Júlio Dinis, *O espólio do Senhor Cipriano*, p. 151: «Maquelina era ignorante, e nem imaginava sequer que se pudesse ter uma riqueza em papéis.»

<sup>473</sup> *Idem*, p. 146.

<sup>474</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 284.

<sup>475</sup> *Idem*, p. 157.

<sup>476</sup> *Ibidem*, pp. 296-299.

e despreocupada<sup>478</sup>, que prefere a vida ao ar livre e não desperdiça os momentos de folia, como acontece nos dias da esfolhada<sup>479</sup> e Margarida, que é criticada na tenda do João da Esquina por não frequentar a igreja com a assiduidade que na aldeia lhe querem definir como adequada<sup>480</sup>. Lembremos também a missão da nonagenária ama de Clementina<sup>481</sup>, em *Justiça de Sua Majestade*. Nas aldeias dinisianas, bem como nas cenas da vida do Porto, a diversão não assume uma dimensão social importante, nem é apresentada como elemento vital para o bem estar e a felicidade individual. Mas, a diversão e a festa acontecem. Recordemos a esfolhada na casa de José das Dornas, onde todos riem, cantam e se abraçam<sup>482</sup>, que atraía a jovial Clara que ouviu Margarida chamar-lhe a atenção, por ser um momento do ano com muitas liberdades e em que os costumes são desrespeitados<sup>483</sup>, onde podem surgir rixas e desordens<sup>484</sup>. Em *Uma família Inglesa* também vemos a diversão associada a Carlos e aos seus jovens amigos, estudantes e intelectuais que provocam distúrbios e incomodam as raparigas<sup>485</sup>. Mas, o carnaval, com as suas máscaras e bailes, também atraiu Cecília e as suas amigas<sup>486</sup>. Jenny nem se lembraria de ir a um baile de carnaval até porque o seu irmão lhe resumiu os prazeres desses bailes, considerando-os festas muito pouco divertidas, insípidas, apesar de serem irresistíveis: «são insípidos, mas ... Tu não

---

<sup>477</sup> *Ibidem*, p. 114: «Então, por eu me casar, devo deixar de fazer gosto em mim? Olha, eu não me quero com gente muito sisuda.».

<sup>478</sup> *Ibidem*, p. 66: «À mais velha dizia [o sr reitor]: É rapariga e amiga de brincar. Faz com que te confie todos os seus segredos. Serve-te do poder que tens sobre ela, para a guiares, minha filha. Dá-lhe parte do teu juízo. E, por outro lado, dizia a Clara: - Olha lá rapariga. Tu andas-me com juízo, ouviste? É bom rir e estar alegre, mas em termos, em termos. Segue os conselhos da tua irmã e faz por imitá-la.»

<sup>479</sup> *Ibidem*, pp. 201 e 202: «(...) se todos se fossem a levar por os teus conselhos, e a dar atenção aos teus medos, podia ser que o mundo andasse muito bem guiado – e andava decerto – porém morria-se de aborrecimento por aí.

<sup>480</sup> *Ibidem*, p. 294: «Aquele rapariga vai mal; ainda hoje me disse o padre José; tirando-lhe a sua missa ao domingo, já ninguém a vê mais na igreja (...) não quis pertencer à Confraria do Sagrado Coração de Maria!»

<sup>481</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, ob.cit., p.83: «Agora veja vossa majestade se isto deve ficar assim. Se os militares que vossa majestade para cá nos manda vêm para manter a paz, ou para meter a desordem nas famílias e fazer a infelicidade de meninas bem educadas...».

<sup>482</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.199.

<sup>483</sup> *Ibidem*, p.201: ««Isso é a perdição de muita gente. (...) Enquanto ao respeito, sossegue, que quando for preciso eu sei como ele se faz ter aos atrevidos.».

<sup>484</sup> *Ibidem*, p.202: «Às vezes há por lá desordens, rixas...».

<sup>485</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.75.

<sup>486</sup> *Idem*, p. 124.

*podes talvez entender isto, que não obstante, é exacto ,,são insípidos, mas irresistíveis ao mesmo tempo.»*<sup>487</sup>

No *Jornal do Porto*, o carnaval, de 1860 a 1863, não foi um assunto de relevo, apesar das referências ao carnaval do Rio de Janeiro e à sátira relativa à emigração portuguesa. Do carnaval em Lisboa, em 1861, sabemos pelo correspondente<sup>488</sup> que os políticos interromperam os trabalhos parlamentares e que houve bailes e alguns distúrbios e rixas. Conta o correspondente que, em Lisboa, os «três dias de carnaval passarão-se aqui, segundo o costume, comendo, bebendo e dansando»<sup>489</sup>. Algumas referências no diário portuense apontam para excessos que levaram à proibição de folgedos, por exemplo, em Braga, em 1862, antes do domingo gordo<sup>490</sup>. No carnaval, no Porto houve bailes de máscaras nos teatros Baquet e Circo, de que se dá notícia<sup>491</sup>, considerando que estiveram muito concorridos e muito animados. Quanto às máscaras que percorreram as ruas da cidade, são tidas como «insípidas a mais não poder»<sup>492</sup>. Os bailes particulares assumem relevo, pois são vincadamente momentos com um carácter social e fora dos excessos que aconteceriam na rua e nos bailes públicos, nos teatros. Júlio Dinis dedica algumas páginas de *Uma Família Inglesa* à descrição do carnaval vivido por Carlos e os seus amigos no Porto<sup>493</sup>, mas não deixa de nos confidenciar que, tal como o leitor sabe, o carnaval encerra em si mesmo horas de fastio e de insipidez<sup>494</sup>.

Na secção *Folhetim*, o diário portuense tem, como já vimos, espaço dedicado à moda e a romances em episódios e a outros artigos pontuais, segundo o critério da redacção. Em 1959, Ramalho Ortigão escreve no *Jornal do Porto*. No seu espaço semanal na secção *Folhetim*, intitulado *Revista do Porto*, a propósito de um livro publicado por uma senhora, D. Eugénia Infante Câmara, Ramalho Ortigão<sup>495</sup> expõe as

---

<sup>487</sup> *Idem*, p.70.

<sup>488</sup> *Jornal do Porto*, 16 de fevereiro de 1861, sábado. Correspondência de Lisboa, datada de dias 13 e 14.

<sup>489</sup> *Jornal do Porto*, edição de 18 de fevereiro. Correspondência de Lisboa, datada de dia 13.

<sup>490</sup> *Jornal do Porto*, edição de 1 de fevereiro. Correspondência de Braga, datada de 30 de janeiro.

<sup>491</sup> *Jornal do Porto*, edição de 3 de fevereiro de 1862.

<sup>492</sup> *Idem*.

<sup>493</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, pp.70-77.

<sup>494</sup> *Idem*, pp. 46-47: « O leitor, que todos os anos costuma saturar-se de fastio ali também, com boa vontade me dispensará de o constranger a repetir mais uma ou outra vez a operação, recordando essas horas de insipidez a que se sujeita, sob pretexto de gozar o Carnaval do Porto, e para fazer o que todos fazem: - uma das mais poderosas razões dos nossos actos na vida.».

<sup>495</sup> *Jornal do Porto*, 20 de junho de 1859, *Revista do Porto*, artigo de Ramalho Ortigão, na secção *Folhetim*.

suas ideias, que certamente, correspondem, em parte ou no seu todo, ao pensamento de muitos homens do seu tempo. Dá-nos um olhar interessante, masculino, oitocentista, sobre as mulheres. Também Júlio Dinis, na sua obra, apresenta mulheres do seu tempo, mulheres que representam tipos sociais femininos, cujos papéis são distintos dos papéis destinados aos homens e que decerto se aproximam do quadro de referência exposto por Ramalho Ortigão. Refere o escritor que «*A mulher que faz livros transcura a sua missão, desfita o alvo do seu existir, transvia-se da sua trilha, rescinde os seus direitos, deixa de ser mulher, fica sendo tão somente a fêmea do homem, ou antes, um homem-fêmea. (...)*»<sup>496</sup>. Continua, dizendo aos seus leitores, homens e mulheres que «*Eu de mim aconselharei sempre às mulheres, que não escrevão...*»<sup>497</sup>. Afirma que a mulher «*nasceu para amar, (...) para enxugar lágrimas, para adoçar amarguras, para mitigar infortúnios, para semear sorrisos*»<sup>498</sup>. Também Júlio Dinis, o afirma, quando nos apresenta as suas pupilas como cuidadoras do velho mestre<sup>499</sup>, ou os cuidados de Jenny e Charles para com a velha ama Kate<sup>500</sup> e a pobre viúva inglesa<sup>501</sup>, ou quando dá a Berta atributos únicos para obter a recuperação do fidalgo D. Luís<sup>502</sup>.

Mas, a liberdade de expressão e de opinião e a diversidade própria das sociedades, criam os movimentos que propiciam a mudança. Daí o interesse de que se reveste o artigo de opinião denominado *A Mulher*, na secção *Variedades*, assinado por D. António da Costa<sup>503</sup>, na edição de 28 de outubro de 1859. Trata-se do primeiro ano

---

<sup>496</sup> *Idem.*

<sup>497</sup> *Idem.*

<sup>498</sup> *Ibidem.*

<sup>499</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.141: «*O único alívio no seu leito de dor, era a vista das duas irmãs. Faziam-lhe bem os sorrisos de Clara, e as lágrimas de Margarida – duas expressões diversas da mesma simpatia.*».

<sup>500</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, pp.275-279.

<sup>501</sup> *Idem*, p.80: «*Jenny sabia que qualquer acção generosa servia a Carlos de estímulo para realizar sacrifícios; por isso lhe lembrou esta visita de caridade a uma das muitas pobres que a família Whitestone socorria.*»

<sup>502</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 304: «*E à cabeceira de um doente uma mulher está sempre no seu lugar. É o nosso posto de honra – respondeu Berta, com aquela intonação carinhosa com que as raparigas sabem enfeitar o coração e enlevar a vontade dos seus velhos pais e avós.*»

<sup>503</sup> D. António da Costa iniciou a vida profissional em 1851, em Leiria, tendo sido o fundador do Centro promotor de instrução popular e do jornal *O Leiriense*. Em «1852 havia sido chamado para acompanhar a rainha D. Maria II, na sua visita ao norte, na qualidade de secretário administrativo do presidente do conselho de ministros, que era então o marechal Duque de Saldanha. Criada em 1859 no ministério do reino a direcção geral de Instrução Publica, foi D. António da Costa um dos candidatos ao concurso para 1.º oficial da nova direcção e despachado para esse lugar por decreto do 12 de Janeiro de 1860. No mesmo ano foi nomeado comissário régio do teatro de D. Maria II, lugar que exerceu desde Agosto de 1860 até Junho de 1861. (...) Entre os manuscritos que deixou, encontrou-se uma obra

da vida do *Jornal do Porto* e esta opção editorial parece configurar um real interesse no debate sobre a situação e o papel das mulheres na sociedade portuguesa. Começa por afirmar que «*Está hoje, em toda a parte do mundo civilizado reconhecida a importancia e a influencia da mulher na sociedade. (...) se, em qualquer género, pretendemos estudar a fonte d'onde dimanão os actos grandes do homem, encontramos sempre, directa ou indirectamente, a mulher a dizer "CAMINHA"*»<sup>504</sup>.

E continua D. António da Costa, comparando as quatro estações do ano com o que afirma serem as quatro formas da vida da mulher:

*«A primavera da mulher não lhe deixa conhecer nem o que seja, nem o que valha.(...) Abelha doida, corre pelas festas á busca das doçuras que adivinha, mais por instinto do que por necessidade da alma. (...) Não ama a ninguém verdadeiramente, porque ama a todos, e a tudo. (...) Dos quinze aos trinta anos a mulher apparece-nos no vigor do seu sentimento. (...) A felicidade para ella já se não estende ao ruido das festas, nem ao tumultuar dos bailes.(...). Em quanto o homem indaga naa sciencias, em que estuda, os segredos das coizas, a mulher ensina-lhe com abraços e com beijos os misterios da alma. É ao pé d'essa mulher que o tempo passa como o relâmpago, que os dias são horas, e as horas minutos. (...)»*<sup>505</sup>

Para o autor, a mulher é fonte de inspiração e de respeito e, perante o mal ou o problema, «*se qualquer malvado, que seja, foge para junto da mulher a quem ama, não encontra nella uma censura, acha sempre uma amiga, como as mulheres sabem ser. Em lugar de o repreender, lastima-o.(...) Com um tacto fino, que nasceu com ella, sabe conduzir o homem ao caminho da verdade.*»<sup>506</sup> Segundo D. António da Costa a sociedade deve muito à mulher dos trinta aos cinquenta anos: «*A terceira quadra, dos trinta aos cincoenta annos, abrilhanta a mulher no mais bello dos seus attributos – a maternidade. (...) A criação e a educação dos affectos pertence á mãe, e sem mais não ha homens.(...) O filho representa cumulativamente muitas affeições.*»<sup>507</sup> Mas, para o autor, «*A mulher tem igualmente o seu inverno. (...) Rodeada de uma familia, que d'ella proveio, todos os respeitos são poucos para lhe*

---

completa, pronta para entrar no prelo, o seu último trabalho, *A mulher em Portugal*» Fonte <http://www.argnet.pt/dicionario/sousamacedo.html>, consulta de 14.03.2016.

<sup>504</sup> *Jornal do Porto*, 28 de outubro de 1859, secção *Variedades*, texto de D. António Costa, intitulado *A Mulher*, transcrito do *Archivo Universal*.

<sup>505</sup> *Idem*.

<sup>506</sup> *Ibidem*.

<sup>507</sup> *Ibidem*.

serem tributados.»<sup>508</sup> Para concluir, D. António da Costa fala dos seus defeitos: «*Não desconheço que a mulher tem defeitos. Necessariamente devia tel-os. Passa por grandes paixões, porque possui virtudes immensas*». Esses defeitos, respeita-os: «*A mulher deve ser sagrada para o mundo. Se caiu, foi porque a desgraça a derribou*». Só não a respeita, garante, quando ela pretende «*abater as outras*», quando aparece de frente erguida, quando escandaliza o mundo - «*É o lado asqueroso da mulher, e por onde se enloda sempre*».<sup>509</sup>

A propósito da figura e do pensamento de D. António da Costa, segundo refere Luís Reis Torgal<sup>510</sup>, o político, numa lei de 1870, procurou que a obrigatoriedade de frequência do ensino primário fosse cumprida<sup>511</sup>. Mas, as medidas punitivas raramente eram aplicadas e refere-se ao seu «*testemunho vivo e dramático (...) revelador de como certos pais se escusavam a mandar os filhos às escolas e lhes davam maus trato para obrigá-los a trabalhar (...) não no interior do país, mas ali em Lisboa*».<sup>512</sup> Conclui Reis Torgal que, no século XIX, a «*importância atribuída à escola faz com que seja apresentada como um dever do Estado a sua organização e funcionamento, mas também que seja vista como um dever das populações*»<sup>513</sup>.

Na sua obra, de Júlio Dinis apresenta um discurso sobre as mulheres e o seu lugar na sociedade e na família. Através do olhar masculino, obtemos representações do feminino. E, porque provêm do olhar masculino, na obra dinisiana, tal como noutros discursos oitocentistas, obtemos retratos dos homens e podemos aprender também sobre o seu quotidiano e o seu lugar na sociedade e na família<sup>514</sup>. Daí que possamos concluir que não é possível fazer a história separada dos papéis masculinos e femininos, que, ao estudar a construção dos papéis sociais femininos também encontramos os papéis sociais masculinos e a história da dominação das mulheres pelos homens.<sup>515</sup> A vida, as aspirações e os problemas das mulheres oitocentistas são

---

<sup>508</sup> *Ibidem*.

<sup>509</sup> *Ibidem*.

<sup>510</sup> Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, pp.618-619.

<sup>511</sup> *Idem*, p.609: «D. António Costa, o primeiro ministro de Instrução Pública, tem estas notáveis palavras: «A instrução popular cria um grande capital financeiro no desenvolvimento dos espíritos. Quanto mais apurados forem os conhecimentos dos operários e dos trabalhadores, mais perfeitos, e por isso mais rendosos, serão os produtos industriais e agrícolas (...). Universalizar a instrução e multiplicar a riqueza nacional» (A instrução nacional, 1870)»

<sup>512</sup> *Ibidem*, p. 619.

<sup>513</sup> *Ibidem*, p. 620.

<sup>514</sup> Cf. Maria de Jesus Antunes Pereira, *ob. cit.*, p.86.

<sup>515</sup> Georges Duby e Michelle Perrot, *As mulheres e a história*, Lisboa, 1995, p. 27.

tema recorrente em toda a obra de Júlio Dinis, atravessando os contos e os romances, bem como a sua poesia.

Mais tarde, em abril de 1861, as mulheres continuam a merecer algum espaço deste diário portuense, certamente dedicado à leitura dos leitores, os homens, e das leitoras, as senhoras e suas filhas<sup>516</sup>. Encontramos no *Jornal do Porto* de 13 de abril de 1861, uma recolha de pensamentos de autores célebres sobre as mulheres e os seus mistérios, sob o título «a favor das damas»<sup>517</sup> e uma breve síntese do que são o homem e a mulher, em que esta é «menos bem tratada»<sup>518</sup>. Citando um diário lisbonense, afirma-se que, se é verdade que há quem pense que a mulher «subjuga o homem»<sup>519</sup> com os seus encantos, também há quem diga que a mulher «cansa a paciência dos homens; casa-se e engorda. Para nada mais serve»<sup>520</sup>, enquanto que o homem «corre em vão atrás da glória; trabalha e morre.»<sup>521</sup> Em 1863, vemos o correspondente de Lisboa escrever uma crónica sobre o tema, citando o jornal *A Revolução*<sup>522</sup>; aí estabelece a distinção entre mulheres nervosas e mulheres sem nervos, abandonando a distinção entre mulher bonita e mulher feia, e afirma que esta «nova divisão é a mais racional e a única compatível com as mulheres do nosso paiz»<sup>523</sup>.

Apresentamos aqui o *Jornal do Porto* como fonte de informação sobre o quotidiano oitocentista, como uma representação da sociedade contemporânea do autor. Se a leitura e o questionamento das fontes é o papel desempenhado pelo historiador, também é fundamental questionar e refletir sobre essas fontes e sobre o

---

<sup>516</sup> *Jornal do Porto*, 12 de abril de 1861.

<sup>517</sup> *Jornal do Porto*, 13 de abril de 1861.

<sup>518</sup> *Idem*.

<sup>519</sup> *Ibidem*.

<sup>520</sup> *Ibidem*.

<sup>521</sup> *Ibidem*.

<sup>522</sup> Ao longo do período em análise, o diário *Jornal do Porto* apresenta comentários, reproduções, citações, notícias, artigos, ou excertos de artigos, sobre trabalhos de outros jornais e revistas, nomeadamente o *Opinião* (Cf. edição de 02 de janeiro de 1860), o *Nacional* (Cf. edição de 30 de setembro de 1859), o *Commercio do Porto* (Cf. edição de 31 de janeiro de 1860), o *Jornal do Commercio* (Cf. edição de 22 de agosto de 1859, edição de 30 de maio e de 23 de julho de 1863), *A Revolução*, (Cf. edição de 30 de junho e de 30 de setembro de 1863), a *Revolução de Setembro* (Cf. edição de 18 de setembro de 1863), (Cf. o *Archivo Rural* (Cf. edição de 31 de outubro e 28 de novembro de 1862, 31 de agosto e 30 de setembro de 1863), e jornais regionais como o *Fayalense* (Cf. edição de 22 de junho de 1859), o *Ecco Popular* (Cf. edição de 30 de junho de 1859), *Aurora do Lima* (Cf. edição de 17 de agosto de 1859), *A Liberdade* (Cf. edição de 27 e de 30 de maio de 1863), *Douro* (Cf. edição de 23 de setembro de 1863), *Voz do Alentejo* (Cf. edição de 30 de setembro de 1863).

<sup>523</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 30 de setembro de 1863, do correspondente de Lisboa, em *Noticias da capital*.



papel da historiografia na reconstrução de quadros sociais e na construção da memória, como ensina Fernando Catroga<sup>524</sup>, para quem «a historiografia, com as suas escolhas, valorizações e esquecimentos [contribui] «para a refundação, socialização e interiorização de novas memórias». Para o historiador, qualquer opção implica sempre a escolha e «as escolhas são sempre acompanhadas pelo que se olvida, pois, quer se queira quer não, escolher é também esquecer, silenciar e excluir».<sup>525</sup> Procuramos conhecer e identificar o que faziam e como viviam as mulheres que liam o *Jornal do Porto* e as que o não liam, porque não sabiam ler ou porque não tinham tempo ou não tinham dinheiro. Certamente que, para os homens, as mulheres e as crianças, a realidade individual, familiar, social, económica e cultural dentro de uma comunidade geográfica é muito diversificada, mesmo que havendo grupos de pertença em comum, como o ser portuense ou minhoto, deste ou daquele bairro ou aldeia, ou leitor do mesmo jornal diário e dos mesmos romances da moda. Como tal, também é diversificada a forma como vive, pensa e sente cada indivíduo, cada família, cada grupo profissional ou social, no Porto onde cresceu, viveu e escreveu Júlio Dinis, independentemente do que dizem a redação e os articulistas do *Jornal do Porto*. Michelle Perrot<sup>526</sup> refere-se aos romances do século XIX como enredos e dramas da vida privada e familiar, mas afirma a impossibilidade de atingir ou ultrapassar o não-dito, o desconhecido e, portanto, a impossibilidade de chegar a fazer a história dos indivíduos. Porém, acrescenta que a literatura pode contribuir para a descoberta e a elaboração de retratos de indivíduos, de grupos e de comunidades<sup>527</sup>.

No Porto e na região Norte do país, tal como o que se passava no resto do território nacional, a vivência das mulheres era assaz heterogénea, conforme a realidade em que se inseria. Muitas mulheres e suas famílias viviam a dura realidade da pobreza e todas eram essenciais à economia familiar; muitas saíam da casa da família e iam trabalhar nas casas onde o trabalho abundava e a comida também; algumas procuravam a sua emancipação económica e, fosse por viuvez ou por outro motivo, desempenhavam uma profissão fora da casa da família – eram costureiras, eram mestras de meninas e aí adquiriam o estatuto correspondente à profissão e ao

---

<sup>524</sup> F. Catroga, *ob. cit.*, p. 57.

<sup>525</sup> *Idem*, p. 26.

<sup>526</sup> Michelle Perrot, «Introdução», in *História da vida privada, Da revolução à Grande Guerra*, vol 4, Direção de Philippe Ariès e Georges Duby, Círculo de Leitores, 1990.

<sup>527</sup> *Idem*, p. 13.

papel social que desempenhavam. Júlio Dinis, no seu primeiro romance rural, coloca a pupila Margarida, solteira e pobre, muito educada pela leitura, na busca da sua própria subsistência pelo trabalho<sup>528</sup>, para não depender da casa agrícola da irmã Clara<sup>529</sup> e do seu futuro marido<sup>530</sup>. No entanto, Berta, a filha de Tomé da Póvoa, viveu e estudou na cidade, mas regressou com a certeza de que a sua subsistência e o seu futuro estavam no casamento e na vida em família, numa família de lavradores<sup>531</sup>. Mas, se as personagens femininas de Júlio Dinis, representam retratos de mulheres do seu tempo, com o seu quotidiano, expectativas e dificuldades, também nas suas cartas literárias<sup>532</sup> e particulares<sup>533</sup>, encontramos reflexões sobre as mulheres, nas cartas que escreveu a sua sobrinha Anitas<sup>534</sup> e especialmente nas palavras de Diana de Aveleda<sup>535</sup>.

No *Jornal do Porto*, a 5 de outubro de 1863, confirmando o interesse do assunto, surge um longo folhetim intitulado «*Deve ou não casar-se o homem do século XIX?* – fragmento de um livro do espanhol José de Castro y Serrano<sup>536</sup>. O autor<sup>537</sup> conclui que sim, que o homem deve casar-se, como casou o homem do século XVIII e casará o homem do século XX. Na semana seguinte, continuará a publicação do livro, com mais um excerto, com mais indicações e conselhos, agora para os homens que queiram casar. Segundo o autor: «*Nunca se disse mais mal do casamento do que na epocha presente, e não obstante, nunca em tempo algum se cazou tanta gente como agora.*»<sup>538</sup>. Na semana seguinte, o excerto do texto traduzido intitula-se «*Dada a necessidade do casamento, devemos casar com mulher velha ou nova, feia ou bonita?*», onde se defende que, se o casamento é necessário, então, o homem deve casar com mulher mais nova, mas não deve escolher mulher bela. Eis as questões que coloca aos leitores: deve um homem casar-se com mulher jovem, velha, bonita ou

<sup>528</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, ob. cit., cap. IX.

<sup>529</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>530</sup> *Ibidem*, p. 66.

<sup>531</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 85.

<sup>532</sup> Júlio Dinis, «Cartas Literárias», pp.675-773.

<sup>533</sup> Júlio Dinis, «Cartas Particulares», pp.781-791.

<sup>534</sup> Júlio Dinis, «Cartas Particulares», p. 782: «*Como andas presentemente a fazer flores na mestra (...)*».

<sup>535</sup> Júlio Dinis, «Cartas Literárias», p.676: «*Acerca das mulheres e dos médicos, toda a gente se julga com direito para gracejar. É balda antiga!*».

<sup>536</sup> *Jornal do Porto*, 5 de outubro de 1863, publicação de excerto de um livro de D. José de Castro y Serrano.

<sup>537</sup> D. José de Castro y Serrano, 1828-1896, escritor espanhol. Do autor, ver também *Quadros Contemporâneos*, disponível em <https://books.google.pt>, consulta de 22 de junho de 2018.

<sup>538</sup> *Idem*.

feia? E a resposta do autor resume-se a «*A mulher deve ser muito mais nova do que o homem*» «*Não te cases, meu amigo, com uma mulher bella (...)*»<sup>539</sup>.

O tema continua a suscitar opiniões e a fazer títulos no *Jornal do Porto* e noutros jornais, como vemos logo a 16 de outubro de 1863, num artigo que resulta da leitura de *A Revolução de Setembro* e que a redação considerou importante comentar e transcrever: *Despicam-se as mulheres*<sup>540</sup>. Sob este título, transcreve-se uma longa carta de uma leitora, Luiza<sup>541</sup>, que responde a Júlio César Machado<sup>542</sup> que escrevera sobre as mulheres<sup>543</sup>. A correspondência fora publicada no folhetim da «*Revolução de Setembro*». O autor havia escrito sobre a necessidade de reformar a mulher e considerou que não havia ainda em Portugal a verdadeira mulher. Luiza responde e retribui: «*Ha homens entre nós? Não; e apenas, pela maior parte, estafermos que nos torturam, causticos que nos flagellam, sinapismos que nos estimulam a pelle e irritam os nervos.*»<sup>544</sup> Luiza será mesmo Luiza? Ou podemos pôr como hipótese que o autor da carta seja um homem, que, como fez Júlio Dinis sob o nome de Diana de Aveleda, pretende abordar o tema sob o ponto de vista feminino? Estes são apenas alguns exemplos da importância da discussão sobre o papel da mulher na sociedade, no período em estudo. A visibilidade dada ao tema mostra a sua importância para os leitores e, já, e cada vez mais, para a política. Não podemos esquecer que no momento em que decorre esta discussão pública e este vivo interesse pelo tema, à mulher já é dada a possibilidade de frequentar a escola, aprendendo a ler, escrever e contar, com mestras pagas pelo erário público, pelo Estado e pelas câmaras municipais, embora sejam muitas mais as escolas criadas para rapazes. O *Jornal do Porto*, como já vimos, mostra-nos esta realidade publicando, frequentemente, anúncios oficiais de abertura de lugares de professores da instrução primária para rapazes<sup>545</sup> e também de mestras para meninas<sup>546</sup>. E a redação do *Jornal do Porto*

---

<sup>539</sup> *Jornal do Porto*, 12 de outubro de 1863.

<sup>540</sup> *Jornal do Porto*, 15 de outubro de 1863.

<sup>541</sup> *Idem*: Luiza, assina «*Luiza ...*».

<sup>542</sup> Júlio Machado César, 1835-1890, autor de *Contos ao Luar* (1861), *A vida em Lisboa: Romance Contemporâneo* (1858), *Passeios e Phantasias* (1862), *Da loucura e das manias em Portugal (Estudos Humorísticos)* (1873).

<sup>543</sup> *Ibidem*: «*O sr. Julio Machado e o sr Bernardino Martins, elegantes escriptores da capital, escreveram ultimamente algumas linhas chistosas sobre a necessidade de reformar a mulher, por isso que a verdadeira mulher não existia por em quanto em Portugal. (...) o alvitre scandalizou os ouvidos femininos, e algumas senhoras acudiram em defeza da sua dignidade offendida*».

<sup>544</sup> *Ibidem*.

<sup>545</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 18 de junho de 1859.

envolveu-se na apresentação de argumentos a favor da instrução pública para rapazes<sup>547</sup> e gratuita<sup>548</sup>.

A literatura também deu visibilidade e contribuiu para criar ou recriar vários tipos de homens e de mulheres, tal como a filosofia e arte em geral. Assim, com os intelectuais do século XIX, incluindo os jornalistas e os políticos, foi sendo dado relevo ao relacionamento entre homens e mulheres e ao papel social de todos pelo que, a par da realidade da vida quotidiana em que cada um seguia, vivendo, mantendo, mudando, criando e recriando o seu papel e a sua imagem, em privado e em sociedade, foi importante a ação dos agentes fazedores de opinião, em que a literatura se inclui. A definição de virtudes femininas e das capacidades e funções sociais das mulheres, bem como as oportunidades que lhes são dadas, nomeadamente na possibilidade de aprender a ler, a escrever e a contar, estão presentes no quotidiano social e cultural do tempo em que cresceu, estudou e escreveu Júlio Dinis. É este quadro social que nos merece uma reflexão - do nosso tempo sobre o seu tempo.

No «*século da instrução pública*»<sup>549</sup>, também em Júlio Dinis, a educação está sempre presente<sup>550</sup>, especialmente a educação das meninas, desde os contos *Apreensões de uma mãe* e *Justiça de Sua Majestade*, passando por qualquer um dos seus quatro romances. Em *Apreensões de uma mãe*, a matriarca, D. Margarida de Avelar, a senhora de Entre Arroios, preocupada com a diferença social, as vivências

---

<sup>546</sup> *Idem*.

<sup>547</sup> Na edição do *Jornal do Porto*, de 26 de maio de 1859, na primeira página (e continua na segunda página), surge um artigo assinado por A, intitulado «*Instrução primária do sexo masculino*», em que se escreve: «*É hoje uma verdade geralmente reconhecida, e principio incontroverso, que a instrução constitui a base fundamental em que assenta todo o aperfeiçoamento humano (...) Assim a primeira e mais rigorosa obrigação, o mais nobre e elevado encargo dos governos, é a máximo derramamento d'uma solida instrução publica.*».

<sup>548</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 28 de maio de 1859, artigo de primeira página intitulado «*Instrução gratuita*».

<sup>549</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p.610: «*são inúmeros os textos sobre os temas da educação e da instrução que povoam o século XIX. Ora aparecem em periódicos, ora são apresentados nas cortes, ora têm a forma de opúsculos ou de obras de certa envergadura. Uns apresentam grandes planos de organização ou de reorganização do aparelho escolar, outros constituem reflexões críticas acerca da situação do ensino, outros debatem as metodologias pedagógicas (...)*».

<sup>550</sup> cidadão atento à vida política e cultural do reino, Júlio Dinis acompanhava, com preocupação, as tentativas de implementação de reformas no ensino, como lemos nos seus manuscritos: «*Prepara-se pois uma reforma radical na instrução pública do País; desde a instrução primária, a tão descuidada sempre dos nossos governos, até á instrução superior, tão longe ainda entre nós do que devia ser.(...) faremos votos para que não seja apenas uma aurora boreal, como a que aparece aos navegadores dos mares do norte para, momentos depois, se resolver em trevas*», Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 530.

culturais e de saberes, cuidou da educação de Paulina<sup>551</sup>, a jovem leiteira órfã<sup>552</sup> por quem seu filho Tomás se apaixonara aos 15 anos. Era necessário elevar Paulina ao nível de Tomás e, pela educação<sup>553</sup>, ela tornou-se uma gentil menina e esposa<sup>554</sup>. Em *Justiça de Sua Majestade*, José Urbano protegeu Clementina retirando-a de Braga: a menina, a pobre rapariga<sup>555</sup>, «uma boa rapariguinha; coitada»<sup>556</sup>, passou a viver no campo porque em sociedade há «circunstâncias e melindres que é necessário respeitar»<sup>557</sup>. O seu futuro parecia-lhes triste, por ser filha de uma mãe solteira, abandonada pelo seu namorado, um jovem militar, e por ela própria se ter apaixonado por um jovem militar, que também a abandonou<sup>558</sup>. Mas, toda a intriga se desenrola no sentido da felicidade da menina e para a recuperação da honra dos militares de sua majestade<sup>559</sup>. O major Clemente Samora, que havia servido «a Junta do Porto em 1846»<sup>560</sup>, o alferes Filipe de Rialva e sua mãe, D. Joana Rialva, representam a mudança cultural e de mentalidades, bem como a possibilidade de acensão social para as jovens no Portugal Oitocentista.

Júlio Dinis parece ter acompanhado as discussões públicas sobre educação e sobre pedagogia, pois em *As Pupilas do Senhor Reitor*, encontramos evidenciada essa a sua preocupação, na forma como nos elucida sobre os estudos de Daniel: «E Daniel principiava a repetir as lições, acompanhado das gargalhadas de José das Dornas, que, sem o saber, ia demonstrando com o exemplo um grande preceito de instrução, tantas vezes recomendado: - o de vencer, pelo estímulo do agradável, o fastio que acompanha o estudo.»<sup>561</sup> Também em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Tomé da Póvoa, ainda que numa breve referência, demonstra discordância quanto aos métodos

---

<sup>551</sup> Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, in *ob. cit.*, p. 125: «Um mês depois da pequeno partir, saiu também da terra com a Paulinita, e lá andaram cinco anos ... sabe Deus por onde.»

<sup>552</sup> *Idem*, p. 111.

<sup>553</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>554</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>555</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 44.

<sup>556</sup> *Idem*, 46.

<sup>557</sup> *Ibidem*, p. 76.

<sup>558</sup> *Ibidem*, p. 63: «No dia seguinte a reputação da menina andava já por essas bocas do mundo; as delambidas das freiras puseram-se a fazer biquinhos à volta da menina para o convento.»

<sup>559</sup> *Ibidem*, p. 63: «Agora veja vossa majestade se isto deve ficar assim. Se os militares que vossa majestade para cá nos manda vêm para manter a paz, ou para meter a desordem nas famílias e fazer a infelicidade de meninas bem educadas ...».

<sup>560</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>561</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 15.

do mestre escola da aldeia<sup>562</sup>, revelando-se um pai interessado e preocupado, não só com a instrução e a educação de Berta, a quem deu «*uma educação bem bonitinha*»<sup>563</sup>, mas também em relação aos seus rapazes.

A educação e os estereótipos e preconceitos sociais e culturais eram uma preocupação do liberalismo e o escritor estava informado. Júlio Dinis deu-lhes atenção, o que podemos confirmar pela sua obra e pelo facto de no seu espólio se encontrar alguma reflexão relativa ao tema. A situação do país está bem espelhada nos dados estatísticos referentes a 1857, e apresentados em 1859, no *Jornal do Porto*, trazidos pelo correspondente de Coimbra<sup>564</sup>. Segundo estes dados, em 1857 frequentaram a instrução primária 61.585 rapazes, nas escolas públicas e 10.425 nas privadas; as escolas públicas do sexo feminino foram frequentadas por 5.164 meninas. Ao todo, 82.278 alunos frequentaram a instrução primária. Em percentagem o aumento foi maior nas escolas femininas. De outubro de 1858 a abril de 1859, foram criadas 10 escolas públicas para rapazes e 7 para meninas. No entanto, numa população «*d'alguns milhões de habitantes como a de Portugal (...) é ainda pequeníssimo*»<sup>565</sup> o número de alunos, diz a redação do diário portuense. Luís Alberto Marques Alves constatou a dificuldade de implementação do ensino primário em Portugal, bem como a grande diferença de atitude social e familiar quanto à educação dos rapazes e das raparigas. Segundo este autor, em 1854, havia no reino 1046 escolas primárias para rapazes e 53 para raparigas, em 1862, para rapazes já havia 1429 e para raparigas 153; para o ano escolar de 1868-69, o autor refere a existência de 1997 escolas para rapazes e 362 para raparigas<sup>566</sup>. O aumento foi gradual e contínuo e, ainda que percentualmente muito mais elevado no que respeita à criação de escolas femininas, o desequilíbrio é visível, sendo diminuta a oferta de escolas femininas. Assim, verificamos que, apesar do esforço desenvolvido e muito devido ao aumento

---

<sup>562</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 130: «(...) sendo eu amigo do mestre –escola, como sou e há tantos anos, estive há meses para o esmagar. E sabem porquê? Porque passava eu por a escola e ouvi chorar uma criança, e pareceu-me que era o meu pequeno (...) Entrei e vi o desalmado do Zé Domingues que mo desancava sem dó nem piedade. Escureceu-se-me a vista, entrei furioso por ali dentro, e por um triz que não deixava o homem a pernear.».

<sup>563</sup> *Idem*, p. 132.

<sup>564</sup> *Jornal do Porto*, de 29 de outubro de 1859, correspondência de Coimbra, datada de 27 de outubro.

<sup>565</sup> *Idem*.

<sup>566</sup> Luís Alberto Marques Alves, *O ensino da segunda metade do século XIX*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2001, p. 63, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, consulta de 20.02.2016.

substancial da população, o analfabetismo mantém-se muito alto. E, em 1867,<sup>567</sup> apesar de uma proveniência heterogénea, a maioria dos alunos das escolas primárias eram filhos de famílias abastadas e urbanas, pois que muitos pais fugiam à lei e não mandavam os filhos à escola, obrigando-os a trabalhar. Em pleno século da defesa e da implementação da instrução pública, Júlio Dinis revela-nos na sua obra a presença do ensino doméstico, particular, como sendo uma prerrogativa e uma regalia das classes abastadas - para as crianças da Casa do Mosteiro e do brasileiro<sup>568</sup>, para os filhos do fidalgo D. Luís<sup>569</sup>.

Numa breve referência ao ensino secundário e superior, podemos registar que em 1857, nas escolas secundárias o número de alunos não ultrapassa os 3168<sup>570</sup>, mas que não há registo do número de alunos dos colégios privados. Quanto aos estudantes em Coimbra, vejamos a situação em 1859: No ano letivo de 1858-59, houve 84 alunos de teologia - 77 aprovados; 462 de direito - 430 aprovados; 48 de Medicina - todos aprovados; 125 de Matemática - 54 aprovados; 169 de Filosofia - 86 aprovados<sup>571</sup>; concluíram os seus estudos 117 alunos, sendo 14 de teologia, 89 de direito, 7 de medicina, 2 de matemática e 5 de filosofia<sup>572</sup>. Na Escola médico-cirúrgica do Porto, no ano letivo de 1859-60, matricularam-se 73 alunos, dos quais 65 para o curso completo, 2 para cirurgiões, 4 para farmacêuticos e 2 para parteira<sup>573</sup>. Trata-se aqui dos números da frequência da Escola médico-cirúrgica do Porto<sup>574</sup>, aquela que

---

<sup>567</sup> Cf. Luís Reis Torgal, «A Instrução Primária», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, *ob. cit.*, p.619.

<sup>568</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>569</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

<sup>570</sup> *Jornal do Porto*, de 29 de outubro de 1859, correspondência de Coimbra, datada de 27 de outubro, com reprodução dos dados estatísticos obtidos em o *Instituto*, com dados correspondentes a 15 de agosto.

<sup>571</sup> *Jornal do Porto*, de 26 de agosto de 1859: Dados estatísticos da Universidade de Coimbra, 1858-59, em *Notícias Diversas*, sob o título *Estudantes de Coimbra*.

<sup>572</sup> *Jornal do Porto*, de 6 de agosto de 1859: breve notícia com o número de alunos que concluíram a licenciatura, na Universidade de Coimbra.

<sup>573</sup> *Jornal do Porto*, 14 de fevereiro de 1861: matrículas na Escola Médico-cirúrgica do Porto, em 1859-60 Quanto às alunas aspirantes a parteiras para a Escola Médico-Cirúrgica do Porto, em informação datada de 4 de setembro de 1863, e publicada no dia seguinte, ficamos a saber como devem proceder para completar os seus requerimentos. Cf. *Jornal do Porto*, 5 de setembro de 1863.

<sup>574</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 645 : As escolas médico-cirúrgicas do Porto e de Lisboa, foram criadas em 29 de dezembro de 1836, devendo funcionar respetivamente no Hospital de Santo António e no Hospital de S. José.

Daniel, o filho mais novo do abastado lavrador José das Dornas frequentou, a conselho do senhor reitor<sup>575</sup>.

*O Jornal do Porto*, como diário com preocupações editoriais de âmbito político, económico, social e cultural, também foi publicando informação e opinião sobre a educação em geral, mas especialmente sobre a instrução primária. Ao longo das suas páginas podemos encontrar legislação, publicitação de vagas para professores de ensino primário e de mestras para meninas, ou opinião sobre como obter e controlar a qualidade do ensino e até sobre a importância da instrução do clero<sup>576</sup>, para que os clérigos<sup>577</sup> desempenhem a sua função junto da população. Logo em 1 de setembro de 1859, em artigo de 1ª página, o foco é a reforma da instrução pública, em que se revelam três questões essenciais para a instrução geral da população: «a criação de verdadeiros e adiantados methodos de educação nacional», o «desenvolvimento do ensino popular» e a fiscalização das escolas com inspetores que sejam pessoas habilitadas e competentes. A este propósito, no *Jornal do Porto* manifesta-se claramente uma preocupação, considerando que há desmazelo e lassidão no «ensino da puerícia e da mocidade», que o «ensino deve ser constantemente vigiado por meio de atenta e cuidadosa fiscalização», que é «o que se faz em França e n'outros paizes cultos»<sup>578</sup>. É um artigo de abertura de edição intitulado *Reforma da Instrucção Publica*, a 1 de setembro de 1859<sup>579</sup>. Aí se defende uma escola em cada paróquia e que, por todo o país, a inspeção verifique as condições de funcionamento da instrução.

Sobre a formação de professores<sup>580</sup>, ao longo da 2ª metade do século XIX, a par de várias publicações especializadas, salientamos a criação da *Associação dos*

---

<sup>575</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.39: «Para Coimbra?... Eu sei?... homem, a falar verdade, semente desta em Coimbra, é para dar uns frutos por aí além. Para o Porto, onde ele possa estar sob as vistas dos parentes que lá tens, vai muito melhor. Põe-mo a cirurgião. Eles hoje dizem que saem de lá como de Coimbra (...)».

<sup>576</sup> *Jornal do Porto*, 1 de dezembro de 1859 - Na Guarda sente-se a falta de instrução do clero: se o clero fosse instruído seria mais fácil fazê-lo cumprir os seus deveres.

<sup>577</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, pp. 632-635.

<sup>578</sup> *Jornal do Porto*, 1 de setembro de 1859, artigo de abertura intitulado *Reforma da Instrucção Publica*.

<sup>579</sup> *Idem*.

<sup>580</sup> Cf. Joaquim Passarinho, «Das escolas normais às escolas do magistério primário: percurso histórico das escolas de formação de professores do ensino primário», in *Historia y Memoria de la Educación*, 1 (2015): 203-238, p. 207, disponível em [repositorio.ul.pt](http://repositorio.ul.pt), consulta de 20.04.2018: «Em 1862 é, finalmente, inaugurada, com pompa e circunstância, a Escola Normal Primária de Marvila para o sexo masculino, a funcionar num palácio, o Palácio dos Marqueses de Abrantes, onde permanecerá até



*Professores*, em 1854, e a publicação, em Lisboa, em 1856, do *Jornal da Associação dos Professores*. Para além deste periódico, salientamos a criação, em 1861, do *Boletim Oficial de Instrução Pública* e o aparecimento, em Coimbra, em 1852, da «famosa revista *O Instituto*»<sup>581</sup>. No entanto, só em 1892 se realiza a primeira conferência pedagógica em Portugal, «o *I Congresso Pedagógico do Magistério primário, que será presidido por Bernardim Machado*»<sup>582</sup>.

Mas, tal como a instrução primária infantil, a problemática da educação de adultos não fica esquecida neste artigo de fundo sobre educação e instrução pública, revelando conhecimento da realidade noutros países: O estudo dos modelos implementados noutros países, faz com que surja como possível e necessário considerar a criação das escolas ambulantes, «*destinadas a levar o verbo da intelligencia ao seio das mais remotas e despovoadas aldeias, onde a instrucção é quazi um milagre (...)*»<sup>583</sup>. Revelando preocupação e alertando para a importância atribuída à educação de adultos, o *Jornal do Porto*, a 12 de dezembro de 1859, noticia que no *Diário de Lisboa*, de 14 de dezembro, o ministério do reino manda louvar os vereadores da Câmara Municipal de Évora por ter criado a aula noturna de ensino primário «*para ministrar os primeiros elementos da instrucção primaria*» para quem trabalha de dia e não pode ir à escola pública<sup>584</sup>.

Como verificamos através da legislação publicada após as lutas civis e durante a vigência da Regeneração e pelo trabalho desenvolvido por diversos investigadores<sup>585</sup> estava tudo por fazer, no que respeita à generalização do ensino e da educação básica<sup>586</sup>, tal como no que respeita a muitas outras necessidades, como a

---

1881. O discurso proferido na cerimónia inaugural, e na presença do Rei, pelo primeiro diretor da escola, Luís Filipe Leite, é muito claro em relação à importância simbólica desse primeiro passo: «os homens que o desenvolvimento intelectual e moral dos povos reclama, não se encontram, formam-se». Esta é uma proclamação, bem enfática, em prol da formação de professores. O orador tem a preocupação de definir o perfil desejável dos futuros professores primários; pretende-se «encontrar homens que abracem o magistério como verdadeiro sacerdócio e não como simples indústria». Os temas do sacerdócio, da vocação e da missão estão, pois, já muito presentes nas representações dos atores ligados à fase inaugural da formação de professores, entroncando-a nas raízes religiosas da profissão.».

<sup>581</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 611.

<sup>582</sup> *Idem*.

<sup>583</sup> *Jornal do Porto*, 1 de setembro de 1859, artigo de abertura intitulado *Reforma da Instrução Publica*.

<sup>584</sup> *Jornal do Porto*, 14 de dezembro de 1859 - Em Évora, foi criada uma escola noturna gratuita, inaugurada a 29 de outubro de 1859, dia do aniversário de D. Fernando.

<sup>585</sup> Salientamos o trabalho dos investigadores citados ao longo desta dissertação: Irene Vaquinhas, Maria Antónia Lopes, Luís Reis Torgal, Luís Alberto Marques Alves, Rui Cascão.

<sup>586</sup> Cf. capítulo 1.1.2.

facilitação das comunicações, que o progresso já permitia, noutros países da Europa e, progressivamente nos aglomerados populacionais nacionais mais significativos, para além da capital. No dia 12 de setembro de 1859, revelando-se a atualidade e a premência do assunto, novamente a instrução pública é tema de abertura<sup>587</sup>, salientando-se de novo a importância da instrução e da educação, especialmente a importância do ensino primário: «(...) *reforma do ensino, e principalmente o primário, que, sendo o mais importante, tem sido o mais descurado e é ainda o mais imperfeito*»<sup>588</sup>. Mas, o redator, não se esquecendo de referir o facto de a capital ser beneficiada em relação ao resto do país e considerando que a província só é lembrada na hora de cobrar impostos, apela a um justo e equilibrado desenvolvimento: «*Estamos acostumados a ver sacrificar os interesses das províncias ao engrandecimento de Lisboa, e é preciso que isto acabe, - que se estabeleça um justo equilíbrio entre o reino e a capital, e que o desenvolvimento d'um corresponda á grandeza da outra.*»<sup>589</sup>.

Vemos ser realçada a dicotomia entre Lisboa e o resto do reino. Na mesma linha de pensamento, escrevem de Viseu que a reforma da instrução pública é uma necessidade urgente: «*Ha muito a que attender, porque este desgraçado povo portuguez, a quem a natureza facilitou indole e aptidão para grangear, com menos custo, que outro qualquer, um desenvolvimento intelectual assaz rapido e grandioso, tem visto os seus governos descurarem esses seus sagrados interesses, e eis-nos ai quazi nos ultimos postos da civilização europeia.*»<sup>590</sup>

Este mesmo correspondente, de Viseu, num longo artigo, acusa um professor régio de instrução primária<sup>591</sup> de ser «*um documento vivo da incuria com que se olha pela educação do povo*», porque ocupando ele o lugar há muitos anos, há mais de 15 anos, «*não sabemos com que habilitações*», durante todos esses anos nunca houve um aluno «*meio preparado*». Mas, há mais: o professor não vive na povoação, não podendo chegar lá quando há cheias no rio, falta muito, a sua sala de aula não tem mobília, revela desmazelo e os alunos sentam-se no chão, sujos, em algazarra e em

---

<sup>587</sup> *Jornal do Porto*, 12 de setembro de 1859, tema de abertura, *Instrucção Publica*, sendo realçada a dicotomia entre Lisboa e o resto do reino.

<sup>588</sup> *Idem*.

<sup>589</sup> *Ibidem*.

<sup>590</sup> *Jornal do Porto*, 10 de outubro de 1859, correspondência de Viseu.

<sup>591</sup> *Idem*.

brincadeira<sup>592</sup>. Diz ainda o correspondente de Viseu, acusando, que pelo luto pelo falecimento da rainha, o professor deu 15 dias de feriado aos seus alunos<sup>593</sup>. Mas, não se trata de um caso isolado, outros vão sendo narrados<sup>594</sup> no *Jornal do Porto*. A falta de professores habilitados, obrigava a que não fosse exigida uma habilitação específica aos candidatos aos lugares de professores do ensino primário, embora «*tivessem de submeter a um exame*»<sup>595</sup> e fossem criadas escolas normais, cuja constituição foi alvo de dificuldades e atrasos<sup>596</sup>. Seguindo o relato dos cuidados e das vicissitudes que Júlio Dinis nos apresenta em *A Morgadinha dos Canaviais* para preencher o lugar de mestre escola na aldeia, com as provas dadas e a competência de Augusto a serem preteridas, a favor de alguém apadrinhado por um ilustre da vida política local – pelo sr Joãozinho das Perdizes<sup>597</sup>. Para o preenchimento da vaga, que tardou, mas veio a concurso, Augusto, após três anos de dedicação ao lugar e de espera, não vê confirmada a sua merecida colocação, que já havia sido prometida<sup>598</sup> ao Tio Vicente, como contrapartida pela destruição da casa em que sempre vivera. Neste arranjo político, encontramos um exemplo da importância política local e nacional do conselheiro que procura a todos agradecer em vésperas de eleições.

Se a situação política e as eleições surgem muitas vezes na primeira página deste diário, a educação - tal como a emigração para o Brasil e a agricultura – também faz parte do conjunto de assuntos que frequentemente fazem a abertura de edição no *Jornal do Porto*, com algumas colunas, continuando muitas vezes na página dois. Em 5 de abril de 1861, de novo um artigo de 1ª página sobre a instrução primária, concordando-se com o administrador do Concelho da Maia que afirmara que «*o máximo desinvolvimento da instrução primaria, moral, religiosa e litteraria (...) é a pedra angular do edificio da nossa regeneração social e politica, e um dos mais proficuos, senão o mais efficaz dos meios, que a sociedade pode empregar para a*

---

<sup>592</sup> *Ibidem*. O correspondente de Viseu acusa o professor de Vinhal de faltar muitas vezes e de improvisar feriados, «*cerceando cada vez mais o parco alimento que podia ministrar ao espirito de seus alumnos*».

<sup>593</sup> *Ibidem*.

<sup>594</sup> *Ibidem*. Em *Diário do Governo*, datado de 7 de outubro, manda-se que seja suspenso por 60 dias o professor de Barcouço, distrito de Aveiro, que apareceu embriagado ao inspetor dos pesos e medidas

<sup>595</sup> Cf. Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 624.

<sup>596</sup> *Idem*.

<sup>597</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp. 222-223.

<sup>598</sup> *Idem*, p. 220.

*manutenção das garantias pessoais e reais dos cidadãos, e para a rigorosa observância da legislação civil e penal.»*<sup>599</sup>

E o redator continua, afirmando que num regime absoluto a instrução não será uma prioridade, porque a ignorância do povo lhe é mais conveniente e garante de ordem, mas que as instituições da liberdade, no liberalismo, pressupõem instrução como direito dos cidadãos e dever do Estado<sup>600</sup>. Afirma que os governos têm uma *«insufficientissima organização da instrucção primaria»*, com uma rede incompleta e mal distribuída pelo país. Defende uma reforma *«que principiando por facilitar a todas as povoações o ensino primario, acabe tambem por completal-o com os elementos indispensaveis para formar um curso homogéneo d’educação popular»*<sup>601</sup>. Conclui dizendo que a provar tudo isto está *«o atrazo do povo, entre o qual é mister crear ainda, pela maior parte, cidadãos idóneos para o exercicio das funcções civis e boas praticas da liberdade»*<sup>602</sup> e lembra que o rei já fez sentir essa necessidade de o reino ter cidadãos capazes para todas as necessidades do país. O correspondente de Viana do Castelo informa sobre o período de concurso para ocupar vagas de instrução primária no distrito e apresenta a sua necessidade como indispensável<sup>603</sup>.

A par das dificuldades do Estado para a criação de uma rede de escolas, a preocupação com a instrução dos filhos não era uma constante pelas nossas aldeias, como defenderam Irene Vaquinhas, Luís Torgal, Rui Grácio ou Luís Alberto Marques Alves<sup>604</sup>. A imprensa escrita, como vemos pelo diário portuense, é um meio de informação e de comunicação que dá a palavra aos leitores que querem mostrar a realidade da sua povoação ou da sua paróquia, propor soluções ou manifestar discordância com as políticas em curso, pois como defende Fernanda Henriques, *«(...) enquanto seres pertencentes a uma cultura, estamos condenados a ter uma consciência histórica, ou seja, a darmos conta de nós dentro do desenrolar de um processo que nos contextualiza e, de alguma maneira, nos forma. (...) pertencermos a um tempo e a uma cultura significa possuirmos uma herança, constituída por um*

---

<sup>599</sup> *Jornal do Porto*, 2 de abril de 1861, artigo de primeira página, intitulado *Instrucção Primaria*.

<sup>600</sup> *Idem*.

<sup>601</sup> *Ibidem*.

<sup>602</sup> *Ibidem*.

<sup>603</sup> *Jornal do Porto*, 4 de novembro de 1862 - correspondência de Viana do Castelo datada de 2 de novembro: *«São indispensaveis alli as cadeiras de instrucção publica, pois é notória a boçalidade – quase cretim – que alli reina nos camponeses. De mais – o progresso da instrucção publica, é o progresso do seculo – o primeiro passo dos governos livres!»*.

<sup>604</sup> Cf. capítulo 1, 1.1.2, *Para um “Estado da Arte”*.

*conjunto de recursos de interpretação, com a qual nos orientamos como humanos.»*<sup>605</sup>.

O trabalho de leitura e análise comparativa permite avaliar a diversidade social e cultural e das opções políticas, da redação, dos leitores e dos correspondentes, pelo país, face a temáticas e a acontecimentos, em que, certamente, em muitos momentos, a realidade e a sua imagem se confundem. O próprio Júlio Dinis, leitor assíduo do *Jornal do Porto*, tal como a maioria dos intelectuais do seu tempo, lia outros jornais, mesmo nas suas prolongadas visitas ao Funchal. Existiu uma estreita relação entre o periódico por nós analisado e a obra dinisiana, pelo que, sem dúvida, que a leitura e a análise comparativa de diferentes obras e de diferentes escritores permite encontrar a riqueza cultural e do quotidiano epocal<sup>606</sup>. Como afirma Carla Alexandra Gonçalves, estamos cientes de que «*o homem é um fruto da história e é o produtor da própria história, por isso há que encontrar métodos e limites que se conformem com essa realidade tão miscigenada*».<sup>607</sup> Tal como a autora, consideramos que o «*conhecimento histórico deve partir sempre de um caso que o investigador pretende resolver*»,<sup>608</sup> porque o «*historiador interpreta o documento para tirar dele a vida que ele esconde*»,<sup>609</sup> porque é «*lendo as representações que o homem fez que se chega ao núcleo da vida que esse homem viveu, ao seu funcionamento, às suas aspirações, às suas instituições, às suas cadeias de valores, ao seu micro e macrocosmo, às suas relações com os outros homens, ao seu horizonte de expectativas*».<sup>610</sup>

Júlio Dinis também faz eco dessa preocupação e dessa realidade ao longo de toda a sua obra, fazendo realçar a importância e os benefícios concretos obtidos pelos pais que se preocupam com os estudos dos seus filhos, sejam eles, os rapazes, ou elas, as meninas. Em toda a sua obra romanesca, a instrução compensa, concretamente no

---

<sup>605</sup> Fernanda Henriques, *Concepções Filosóficas e Representações do Feminino*, Braga, 2005, p.1, disponível em <http://home.uevora.pt>, consulta de 20.03.2015.

<sup>606</sup> Jacinto Prado Coelho, ao tratar a relação entre sociedade e literatura, classifica-a como «*uma relação dialéctica*», perguntando-se se «*a literatura de um país espelha fielmente a realidade nacional, uma sociedade, uma cultura*», se será um «*mero reflexo, emanção ou produto*», ou «*uma prática paralela, dotada de certa autonomia*». Cf. Jacinto do Prado Coelho, *Originalidade da Literatura Portuguesa*, 1992, p.63, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>, consulta de 20.03.2015.

<sup>607</sup> Carla Alexandra Gonçalves, *Metodologia do trabalho científico*, Lisboa, Univ. Aberta, 2010, p. 39.

<sup>608</sup> *Idem*, p. 38.

<sup>609</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>610</sup> *Ibidem*, p. 42.

caso das suas jovens protagonistas<sup>611</sup> e de Augusto, o mestre-escola na aldeia da Morgadinha. A educação e o saber, tal como o trabalho<sup>612</sup>, permitem ser-se respeitado, permitem a ascensão social. Para Vitorino Nemésio,

*«Apesar da candura com que traça os esquemas dos seus romances e com que formula neles os problemas humanos do seu tempo e da sua terra, Júlio Dinis move-se no seu mundo cor-de-rosa com uma bonomia admirável, um instinto psicológico subtil e seguro, e sobretudo com um gosto de viver que enche de saúde os seus livros. (...) o recato de poeta com que trata as mulheres e a gente nova, o respeito de que cerca os velhos, a fé que põe na vida, fazem dele um moralista sincero e tónico.»*<sup>613</sup>

O *Jornal do Porto* desempenha a sua função informativa e também recorda a urgência de medidas<sup>614</sup>, solicitando aos governos que obriguem os pais e tutores a cumprir os seus deveres de educadores, aproveitando os recursos que vão surgindo no reino para a instrução das crianças. Em Braga, em 1862, o relatório do governo civil de Braga sobre instrução primária<sup>615</sup>, refere que é pequena a afluência de alunos às escolas, apesar de o ensino primário ser obrigatório, que as escolas estão em mau estado e mal instaladas: *«lojas terreas, imundas, humidas e faltas d'espaco, sem o ar necessario para a respiração, ou inconvenientemente ventiladas, são as cazas que a maior parte dos professores pôdem dispensar para o ensino, nas habilitações pagas pelo exíguo salario que lhes é arbitrado»*.<sup>616</sup> O governo civil de Braga condena a situação, refere-se também à qualidade das escolas<sup>617</sup> e aos baixos salários dos professores e dos inspetores, afirmando que faltam professores em Braga, mas que,

---

<sup>611</sup> Recordemos as personagens dinisianas que, no contexto da sua aldeia, tal como Cecília no seu bairro portuense, alcançam a ascensão social, que a sociedade lhes reconhece com o casamento fora do seu círculo social e económico: A pobre pupila e mestra Margarida casa com o médico Daniel, filho do abastado lavrador José das Dormas; Berta, filha de lavrador, casa com o jovem senhor da Casa Mourisca e não com o jovem filho de Ana do Vedor; Cecília casa com Carlos e entra com seu pai na intimidade da família inglesa do bairro de Cedofeita.

<sup>612</sup> O trabalho permitiu a prosperidade a Tomé da Póvoa, tal como faz de Jorge um digno lavrador que ressuscitou o prestígio da casa de família, a Casa Mourisca. E, também foi pelo trabalho que Margarida adquiriu a autonomia e a capacidade de pensar, apesar de a própria personagem afirmar que *«Pensar!... É um luxo com que não podem os pobres – acrescenta sorrindo amargamente, - É um prazer de ricos e ociosos. A nós, sai-nos muito caro cada minuto desperdiçado a pensar nisso.»* Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 72.

<sup>613</sup> Vitorino Nemésio, *A Terra e o Homem*, edição F. C. Gulbenkian, 1978, p. 131.

<sup>614</sup> *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1861, artigo de primeira página intitulado *Instrução Primaria*.

<sup>615</sup> *Idem*. Carta do correspondente de Braga, datada de 3 de abril.

<sup>616</sup> *Ibidem*.

<sup>617</sup> *Ibidem*: *«a completa nudez d'algumas escolas denota a impossibilidade de haver alli ensino regular, e o aspecto de quazi todas cauza vergonha e compaixão»*.

com estas condições não admira<sup>618</sup>. Alguns casos de dedicação são salientados de forma veemente: o próprio ministério do reino premeia dois professores nas freguesias de Torrozello e Algodres, no concelho de Ceia, «*pelo nobre empenho com que promovem o ensino das classes laboriosas das ditas freguezias*»<sup>619</sup> e assim incentivando a que outros professores façam o mesmo<sup>620</sup>. Na secção de notícias, acrescenta o *Jornal do Porto* que estes dois professores, voluntariamente não se cansaram de trabalhar fora de horas, para atender os que não podiam assistir de dia, por estarem a trabalhar.

Ainda no *Diário de Lisboa*, de 4 de março de 1863 - publicado a 6 de março de 1863, no *Jornal do Porto* -, é anunciado pelo Ministério do Reino, prémio a um professor de instrução primária, sem dizer onde, que abriu um curso noturno gratuito e também vem um louvor para a câmara de Lisboa e a de Belém por darem auxílio a 3 escolas noturnas da escola asilo de S. Pedro em Alcântara<sup>621</sup>. Ainda neste âmbito, de promoção das condições para o desenvolvimento do ensino primário e do acesso à leitura e à escrita, de Braga, surge a iniciativa do governador civil, para a criação de «*aula nocturna para os artistas, em um salão ao rez-de-chaussée, na casa da camara*»<sup>622</sup>. E o correspondente de Braga enumera alguns argumentos a favor da instrução primária e da necessidade de a implantar entre os adultos: não pode haver civilização sem instrução, a miséria diminuirá e as estatísticas do crime também, por isso deve chegar a todos e em vez de ir para a taberna e para o jogo, no seu tempo livre, gastar o dinheiro necessário para o pão da família o operário deve ir instruir-se e aprender a ser um bom chefe de família. No entanto, a iniciativa não parece ter sido bem aproveitada pelos trabalhadores, os artistas, uma vez que não há inscrições na aula noturna, revelando falta de força de vontade para se aplicarem 2 horas por

---

<sup>618</sup> *Ibidem*.

<sup>619</sup> *Jornal do Porto*, de 10 de novembro de 1862 - no *Diário de Lisboa*, datado de 7 de novembro, anuncia-se prémios a dois professores por se terem empenhado no ensino dos trabalhadores.

<sup>620</sup> *Jornal do Porto*, 24 de fevereiro de 1863, ao governador civil da Guarda é dito que deve elogiar os professores que se prontifiquem a criar aulas noturnas.

<sup>621</sup> O *Jornal do Porto* vai apresentando outros elogios e louvores a professores: Cf. *Jornal do Porto*, 16 de maio de 1863, Elogio ao professor de Dornelas de Cabril, em Castro Daire, porque «*promove o adiantamento dos alunos*». Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1863, a mestra de meninas da freguesia das Mercês, em Lisboa, Maria José da Silva Canuto, recebe um louvor «*pela distinção, acerto e aproveitamento com que tem dirigido o ensino e educação da escola que dirige*»; do *Diário de Lisboa*, de 14 de abril de 1863, mais um professor recebe um louvor pelo seu empenho na preparação dos seus alunos: «*pelo desvelado empenho com que promove o adiantamento dos discípulos*».

<sup>622</sup> *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1863, correspondência de Braga, datada de 1 de janeiro.

noite<sup>623</sup>, o que leva o correspondente de Braga a demonstrar de novo preocupação com as tabernas a que chama «*espeluncas de jogo*», como mais fácil meio de ocupar o tempo. Mais tarde, confirma-se o problema e as suas causas: surge a suspeita de haver propaganda contra a aula noturna<sup>624</sup> e de estarem alguns membros do clero envolvidos nessa tentativa de boicote e rejeição da novidade<sup>625</sup>.

Em todo o país, a educação é uma prioridade assumida, pelos governantes e pelas forças vivas de cada localidade. Lisboa dá o exemplo: A folha industrial de Lisboa anuncia que a associação «*continua no seu empenho de instruir gratuitamente os que, de qualquer idade e de qualquer condição social, desejam aprender a ler e escrever*», na escola diurna e na escola noturna<sup>626</sup>. No Porto, surge uma nova associação, o Club de Instrução Industrial Portuense, «*uma sociedade promotora de instrução*»<sup>627</sup>.

Entre esforços e tentativas para que o reino tenha um sistema de instrução pública primária, num momento em que as escolas particulares eram em maior número<sup>628</sup>, acontece no Porto, um aspeto aparentemente divergente, de que o *Jornal do Porto* faz eco: ficamos sem saber quem é a entidade responsável pelo equipamento das salas de aula, no Porto mas, da reunião de vereação do município do Porto, de 20 de janeiro, de que tomamos conhecimento pelo *Jornal do Porto*, de 27 de fevereiro de 1863, saiu a seguinte informação: O professor de instrução primária do Bonfim pede utensílios para a escola e é-lhe respondido que não é competência sua, nem despesa obrigatória.

Para as meninas, saber ler, escrever e contar era condição muito discutida nos meios políticos e filosóficos pois que às mães era confiada a educação dos filhos. Surgem anúncios de famílias abastadas, da burguesia ou da aristocracia rural. Por

---

<sup>623</sup> *Jornal do Porto*, 21 de fevereiro de 1863, do correspondente de Braga, carta datada de dia 19 de fevereiro.

<sup>624</sup> *Jornal do Porto*, 7 de março de 1863, correspondência de Braga, datada de 5 de março.

<sup>625</sup> *Jornal do Porto*, 11 abril de 1863, correspondência de Braga, datada de 9 de abril. Mas, uns dias depois, a 18 de abril de 1863, o correspondente em Braga anuncia que já há muitos alunos e que a aula noturna está a funcionar com grande animação, que com aula de leitura, escrita e contabilidade, às 2ª, 4ª, 6ª que às 3ª se estuda o sistema métrico decimal e ao sábado, a doutrina cristã.

<sup>626</sup> *Jornal do Porto*, 21 de maio de 1863, notícia transcrita de *Federação*, a folha industrial de Lisboa.

<sup>627</sup> *Jornal do Porto*, 16 de setembro de 1863: notícia da inauguração do *Club de Instrução Industrial Portuense*, que começa com uma biblioteca para leitura dos sócios.

<sup>628</sup> Cf. Joaquim Pintasilgo, O público e o privado na história da educação – o exemplo de Portugal (2ª metade do século XIX – início do século XX), p. 5, disponível em <http://repositorio.ul.pt>, consulta de 20.05.2018.



vezes, com a indicação de que se trata de uma «*vivenda agradável e com missa em caza*», o que poderá indiciar que se trata de uma família nobre. Como vemos, às meninas da família era dada a instrução básica, sendo essencial aprender «*a lêr, escrever e contar, dar-lhes algumas noções de historia e geographia, todos os conhecimentos em objectos de costura, e ensinal-as tocar piano*»<sup>629</sup>. Muitas famílias contratam senhoras para a educação básica das suas filhas. Noutro anúncio, uma família de uma aldeia do Minho, procura mestra «*de bôa educação e conducta, e com as habilitações suficientes para ensinar duas meninas (...)*»<sup>630</sup>. Também são frequentes os anúncios em que se pede uma senhora para mestra, como, por exemplo, para ocupar um lugar de mestra de três meninas em Trás os Montes, desde «*que ás boas qualidades morais reúna o saber ensinar a tocar piano, a cantar, e a bordar ás duas mais velhas e primeiras letras á mais nova*»<sup>631</sup>. Por outro lado, também há exemplos de anúncios de lições de canto, piano e dança em casas particulares ou colégios de meninas, de festas com alunas de colégios<sup>632</sup>, concertos dados pelas meninas do colégio de Mme Podestá<sup>633</sup>, ou ainda, o anúncio de que, no dia de reis, as alunas da aula de canto do liceu cantam na novena de N<sup>a</sup> Sra da Conceição<sup>634</sup>. Revelador da preocupação com a educação é a criação de uma escola de música gratuita na cidade<sup>635</sup>.

Ao longo de todo o período em estudo, são frequentes os anúncios de concursos para vagas de professores da instrução primária, com a indicação do ordenado e, muitas vezes com condições certamente mais favoráveis e atrativas, como o fornecimento de casa ou mobília: No distrito de Santarém, em Mata, em 1859, temos um exemplo de vaga, com casa e mobília «*pelos moradores da freguesia que a isso se obrigarão perante a camara municipal*»<sup>636</sup>; no distrito de Beja, também em 1859, são criados lugares de professor de instrução primária com ordenado pago pelo Tesouro Público e pela Câmara Municipal - o professor de Moura recebe ainda «*mais*

---

<sup>629</sup> *Jornal do Porto*, edição de 13 junho 1859.

<sup>630</sup> *Idem*.

<sup>631</sup> *Jornal do Porto*, de 15 de dezembro de 1861.

<sup>632</sup> *Jornal do Porto*, 15 de novembro de 1862.

<sup>633</sup> *Jornal do Porto*, 29 de julho de 1859.

<sup>634</sup> *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1860.

<sup>635</sup> *Jornal do Porto*, 18 de julho de 1863: O Porto vai ter uma escola de música gratuita.

<sup>636</sup> *Jornal do Porto*, 2 de dezembro de 1859.

de 80\$000 de gratificação annual, paga pela camara»<sup>637</sup>. São muitos os exemplos no *jornal do Porto*<sup>638</sup>. São também de salientar os exemplos de anúncios de concurso só para vagas de cadeiras para o sexo feminino: em janeiro de 1860, houve a criação de 10 lugares de professor de ensino primário do sexo feminino pelo país, nos distritos de Vila Real, Viseu, Porto, Aveiro, Santarém, Lisboa e Évora. O ordenado<sup>639</sup> não é igual para todas as vagas – na freguesia da Sé no Porto é superior. As câmaras municipais de Tabuaço, Chaves, Montemor o Novo oferecem casa e mobília<sup>640</sup>.

De Viana do Castelo chegam também notícias relativas ao ensino das meninas pobres e ricas, da cidade e de fora da cidade. Um problema de método e de currículo: na cidade, as filhas da classe rica aprendem línguas, geografia, desenho e piano, no colégio de mestre Boto, que tem internato e externato; no colégio das ursulinas «*ensinão-se as prendas classicas*» a meninas de fora da cidade. Concluindo, pede o correspondente uma escola primária fora do convento, e lamenta a sorte das meninas de famílias pobres: «*assim estivesse bem servida a educação da infancia femenina pobre*»<sup>641</sup>. Três anos mais tarde e depois de criados muitos lugares para mestras de meninas, é de Lamego que chega uma notícia animadora: é necessário haver uma 2ª mestra de meninas na cidade, porque a que lá está tem mais de 50 alunas no seu bairro e no outro bairro, se houver outra mestra terá também o mesmo número de alunas<sup>642</sup>. A 28 de dezembro de 1861, sob o título «*A certas mamans*», o *Jornal do*

---

<sup>637</sup> *Jornal do Porto*, 22 de outubro de 1859.

<sup>638</sup> *Jornal do Porto*, 14 de dezembro de 1859: em Ovar é criada aula de instrução primária para meninas; Cf. *Jornal do Porto*, de 26 de outubro de 1859. Entre as escolas a concurso, há uma escola com lugar de professor com benefícios pagos pela população: em Vitorino de Piães – distrito de Viana do Castelo, com «*caza, mobilia e utensilios pelos cidadãos que a isso se obrigam legalmente antes de creada a cadeira*»; Cf. *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860. Criação de lugares de professor de ensino primário pelo país. Neste concurso, o ordenado é superior para a vaga para o sexo feminino: nas vagas para as escolas masculinas, o ordenado anual é de 90\$000 reis pagos pelo Estado mais 20\$000 pagos pelas câmaras municipais; na vaga para a escola para as meninas, em Ourique, são 50\$000 de ordenado anual pagos pelo tesouro público e 100\$000 pela Câmara Municipal, «*dos rendimentos das capellas que administra*».

<sup>639</sup> *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860. Criação de vagas para ensino feminino. Nalguns lugares o ordenado da mestra é completado com casa e mobília.

<sup>640</sup> Entre outros exemplos, salientemos o caso em que é um cidadão quem oferece condições extra: Cf. *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1863 - no distrito de Lisboa, em S. Miguel de Palha Cana, concelho de Alenquer, é criado o lugar de professor, que recebe 90\$000 pagos pelo estado, mais 20.000 pagos pela câmara municipal e recebe casa e mobília, paga pelo cidadão Manuel da Silva; Cf. *Jornal do Porto*, 8 de março de 1861 – Em Peniche e Vila Pouca de Aguiar, são criadas vagas de cadeiras do ensino primário para o sexo feminino. O ordenado é igual, mas em Vila Pouca de Aguiar a câmara municipal dá casa, mobília e utensílios.

<sup>641</sup> *Jornal do Porto*, 19 de janeiro de 1860, correspondência de Viana do Castelo, datada de 17 de janeiro.

<sup>642</sup> *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863, o correspondente de Lamego, em carta datada de 20 de abril.

Porto afirma que «Desprezar a educação de suas filhas, é preparar a vergonha de sua própria família e a desgraça das casas em que ellas devem entrar.»<sup>643</sup>

A instrução secundária<sup>644</sup> também se enquadra nos objetivos da escola liberal<sup>645</sup>, tal como o ensino do clero<sup>646</sup>, considerando-se que a religião é uma necessidade. Ambos fazem primeiras páginas no *Jornal do Porto*, onde denotamos o empenho entusiasmado da redação e a preocupação dos governos<sup>647</sup> com a criação de escolas e a colocação de professores, mas também a dificuldade que tal empreitada significava. O clero desempenhou no passado e desempenhava então, no início da segunda metade do século XIX, um importante papel, junto das populações, seja no meio rural, seja no meio urbano. O clero não surge frequentemente nas páginas do jornal, mas ainda assim podemos acompanhar a questão das irmãs da caridade<sup>648</sup> e algumas referências aos abusos do clero, especialmente a partir das cartas dos correspondentes. Salienta-se o papel da imprensa liberal, por oposição ao clero conservador e à imprensa conservadora – as folhas conservadoras.

Júlio Dinis afirma a presença dos missionários ultramontanos na sociedade portuguesa em *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>649</sup> onde assistimos à aceitação das suas

---

<sup>643</sup> *Jornal do Porto*, 28 de dezembro de 1861, sob o título «A certas mamans».

<sup>644</sup> *Jornal do Porto*, 28 de setembro de 1863, artigo de abertura intitulado *Instrução Secundaria: «o pão do espirito deve ser levado cuidadosamente até às ultimas camadas sociais»*.

<sup>645</sup> Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 622: «(...) 1836 constitui um marco fundamental para o chamado «ensino secundário». Nessa altura, por legislação de Passos Manuel, foram formalmente criados os liceus. É uma iniciativa qualitativamente importante no contexto da instrução pública, pois constitui, no seu âmbito, uma das afirmações mais significativas da concepção liberal. (No entanto, não se julgue que esta legislação foi depressa ou integralmente aplicada. Era uma realidade a falta de professores habilitados (...)).»

<sup>646</sup> *Jornal do Porto*, 31 de dezembro de 1862, artigo de abertura intitulado *Instrução do clero*.

<sup>647</sup> Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 625: «A reforma de 1860 de Fontes Pereira de Melo, chamada oficialmente «Regulamento para os Liceus Nacionais», constitui outro marco importante na legislação do ensino secundário. Pela primeira vez há certas preocupações de organização, como a estruturação curricular por anos e a divisão dos liceus por categorias. (...) há uma tentativa de enriquecer a estrutura curricular básica (...)».

<sup>648</sup> Vitor Neto, *ob. cit.*, p. 276: «Se a vinda das irmãs da caridade francesas, em 1857, representou a primeira tentativa de penetração das ordens religiosas em Portugal, nos anos posteriores assistiu-se a uma reintrodução progressiva das congregações, as quais, uma vez instaladas, dirigiram as suas atividades, prioritariamente, para o ensino e para a assistência. Cremos que este movimento obedecia a uma estratégia delineada pela cúria romana para o restabelecimento da influência da Igreja na sociedade portuguesa.».

<sup>649</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.328: «Na igreja? ... Isso é que não! Sabem quem me matou a filha? Foram eles ... Esses que me tolheram de medos, que me roubaram as alegrias ... que fizeram dela isto que aí vedes...».

pregações e preceitos, especialmente pelas mulheres da aldeia<sup>650</sup>, como a sra Catarina<sup>651</sup>, comadre do Cancela e mulher do Zé P'ereira.

Na edição de 22 de junho 1859, é publicada uma carta de um leitor de Amarante em que se fazem acusações que podem fazer lembrar as queixas e acusações que Júlio Dinis nos apresenta em *A Morgadinha dos Canaviais* e em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*: «*Ha nesta villa dous irmãos padres, que tendo pouco respeito à propriedade dos outros, tratão d' aumentar a sua, estendendo os confins das suas terras para as terras dos vizinhos.*»<sup>652</sup> Em agosto de 1859, o *Jornal do Porto* debruça-se sobre a questão religiosa do ultramontanismo<sup>653</sup> e das irmãs da caridade<sup>654</sup>, de que Júlio Dinis também faz eco ao longo da sua obra, com a presença dos missionários na aldeia da Morgadinha<sup>655</sup> e também na aldeia do padre António, o Senhor Reitor<sup>656</sup>. A redação do diário portuense, perante a dimensão da questão na sociedade portuguesa afirma:

«(...) Fundemos escolas, alarguemos a ilustração popular, e não impallideçamos diante da hypocrizia religiosa de alguns conspiradores de gabinete. Algumas mulheres – estrangeiras e isoladas – não seduzem um paiz inteiro. Os devaneios impotentes de duas familias da velha aristocracia nada podem contra a majestade e vigor das instituições liberais, radicadas já no seio do paiz pelo sangue de passadas luctas, e pelo martyrio de muitas victimas. Tenhamos mais fé na liberdade, e limitemo-nos a pedir o cumprimento das leis vigentes e a instrucção progressiva do povo. Se a recção ousar levantar a cabeça, e pedir para si maior quinhão de influencia sabemos como a havemos de

---

<sup>650</sup> Idem, p. 259: «Logo ao entrar recuou espantado e não reprimiu uma exclamação de surpresa. (...) Deu com os olhos numa fileira de pequenas cruces de pau-preto que cercavam as paredes, e em alguns caixilhos com imagens de santos que não deixara ali ao partir.».

<sup>651</sup> Ibidem, p. 251.

<sup>652</sup> *Jornal do Porto*, 22 de junho de 1859. Um leitor de Amarante escreve ao *Jornal do Porto* sobre o comportamento do clero e pede que a publique.

<sup>653</sup> Vitor Neto, *ob.cit.*, p. 268: «Até meados do século, grande parte dos sacerdotes envolveu-se em actividades políticas e na agitação social e ideológica. Mas, perante a conspiração dos padres legitimistas contra as autoridades liberais, o poder político levou a cabo um processo de suspensão sistemática dos párocos comprometidos com o absolutismo. Esta tentativa de purificação da Igreja não evitou que a classe paroquial continuasse a liderar a resistência das comunidades rurais ao movimento de territorialização do Estado-Nação. Ao contrário da maioria do campesinato, o clero dispunha de uma cultura letrada, facto que o transformava numa verdadeira elite local.».

<sup>654</sup> Idem, p.276: «A discussão sobre o congreganismo prolongou-se durante quatro anos e transcendeu o simples facto da presença das religiosas francesas e dos padres lazaristas em Portugal. Na realidade, este acontecimento originou uma verdadeira «guerra» ideológica entre clericais e anticlericais.».

<sup>655</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.251: «Numa ocasião em que o missionário fulminava com mais veemência os progressos da indústria moderna e chamava redes do demónio e caminhos do Inferno aos telégrafos eléctricos e às vias férreas, Henrique (...)».

<sup>656</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 297:«(...) Tentações do inimigo mau, sabem? Tentações do inimigo mau, é o que é. Não que dizem que não serve de nada confessar-se a gente a miúdo, e rezar as orações dos missionários.».

*repelir. A imprensa e o parlamento hão-de obrigar o governo a atalhar-lhe os passos. (...)»*<sup>657</sup>

No entanto, o redator não considera «*que o seculo seja irreligioso, e pouco afeiçoado e reverente aos dogmas e princípios da religião universal (...)»*, defendendo que «*Estas questões já não são da nossa época. Os caminhos de ferro, as comodidades utilitárias da vida moderna, os melhoramentos materiaes operados rapidamente nos diversos ramos da economia e administração do paiz, não deixão lugar a essas facciosas contendias, em que a paixão religiosa allucina os espíritos, e desvaira os ânimos mais quietos, e inofensivos.*»<sup>658</sup> Fazendo eco do debate e da polémica em torno do tema, podemos ler no diário portuense vários artigos nesse mês de agosto de 1859, demonstrando o interesse do assunto para os seus leitores. Também Júlio Dinis incluiu o clero e a religiosidade popular nos seus quadros sociais. O pastor do poema *O bom pastor* e o padre do conto *Apreensões de uma mãe* são os primeiros de uma longa presença do clero na obra de Júlio Dinis. Nos seus romances há figuras incontornáveis, como o senhor reitor<sup>659</sup> - que acompanha a vida da aldeia<sup>660</sup> e que, com o seu amigo João Semana<sup>661</sup>, assume o papel de providência junto dos pobres e dos doentes. Mas, também nos apresenta o padre primo de Jorge e Maurício - que perturba a vida na aldeia que o tolera<sup>662</sup> -, os padres que se envolvem na política<sup>663</sup>, ao lado do Seabra, na taberna da aldeia, bem como os missionários que procuram alterar as práticas religiosas na aldeia<sup>664</sup>, e perturbam a religiosidade

---

<sup>657</sup> *Jornal do Porto*, 22 de agosto de 1859.

<sup>658</sup> *Idem*.

<sup>659</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, pp. 81-82: «*Sentava-se com familiaridade à cabeceira do jornaleiro doente, ele próprio lhe arrefecia os caldos, lhe temperava os remédios e lhos ajudava a tomar; guiava com os conselhos e ensinava com o exemplo os enfermeiros, que, entre a pobre gente dos campos, são quase sempre os mais pequenos da família, aqueles que, pela idade, representam ainda uma parte pouco produtiva de receita; porque os outros reclamam-nos as exigências imperiosas do trabalho.*».

<sup>660</sup> *Idem*, p.11: «*Era este reitor um padre velho e dado, que há muito conseguira na paróquia transformar em amigos todos os fregueses. Tinha o evangelho no coração – o que vale muito mais ainda do que tê-lo na cabeça.*».

<sup>661</sup> *Ibidem*, p.119: «*(...) mexia nos bolsos do colete, e depois nas algibeiras das calças; em seguida, olhando em roda, como se receasse ser observado, curvou-se sobre o pescoço da égua e introduziu uma moeda de prata na mão da pobre rapariga (...)*».

<sup>662</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p.127.

<sup>663</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.311.

<sup>664</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 292:« *Com os trajos escuros, os cabelos cortados, os olhos baixos, as mulheres têm por pecado o rir; o cantar como crime; ou se cantam, são umas certas cantigas ao Divino, ensinadas pelo missionário, nas quais a austeridade do conceitos nem sempre é mais respeitada do que a eufonia da forma.*».

estabelecida<sup>665</sup>. E ainda o frade procurador que, junto do seu público, ouvinte, o sr D. Luís, defendia valores conservadores e a ordem de antigo regime<sup>666</sup>. Como vemos, no registo do quotidiano dos seus contemporâneos, Júlio Dinis, retrata a relação do clero com a nova ordem instituída. Em *O Pároco de aldeia*, já Alexandre Herculano havia criado o modelo de padre «*que melhor se adequava à ordem política constitucional*».<sup>667</sup> Luís Reis Torgal informa que, se o liberalismo pretendia eliminar a força política da Igreja e o seu ultramontanismo, não esqueceu a função do clero nem a sua formação nos seminários. A formação do clero era então essencial para o próprio clero, mas também para formação «*de um sector de elite que não poderia ter estudado sem o apoio material da Igreja*»<sup>668</sup>. Portanto, na Regeneração procurou-se a integração do clero no sistema constitucional,

*«o poder civil governamentalizava a instituição religiosa e utilizava o seu aparelho em tarefas administrativas e como um instrumento de coesão social.(...)»*

*De facto, o poder civil exerceu um domínio parcial sobre as estruturas clericais impondo, quase sempre, a sua vontade à hierarquia católica e ao clero, Se a unificação da soberania assim o exigia, a unidade política e ideológica e a harmonização social só poderiam ser alcançadas com a integração do aparelho religioso no sistema político e a sua sujeição a um poder independente e autónomo.»*<sup>669</sup>

Se entendermos a imprensa como um meio de comunicação e um instrumento privilegiado de divulgação de informação e de opinião, e mesmo sem conhecermos a tiragem e o tipo de leitor que procurava o *Jornal do Porto*, podemos inferir da leitura da 1ª página do jornal que os seus leitores apreciavam, ou pelo menos discutiam, as opiniões aí expressas. Relativamente ao clero, bem como em relação a muitos outros assuntos, a redação do *Jornal do Porto* é um lugar de opinião. Vejamos o tom do artigo de abertura da 1ª página de dia 25 de agosto de 1859, sob o título «*Legados Pios*»:

---

<sup>665</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 92: «*Cala-te, tentador, que me andas a tentar, cala-te; tem vergonha nessa cara. Olha agora! Eu queria ver-te com o trabalho do Sr Padre Domingos. Coitadinho! Desde as cinco horas da manhã até agora a confessar! (...)*».

<sup>666</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p.380: «*A nobreza é a nobreza; e mal de nós se ela se esquecia dos seus deveres e assim se misturava às classes ínfimas. (...) mal de todos nós, porque a sociedade precisa destas distinções; senão, não há ordem, não há governo, tudo é anarquia e república.*».

<sup>667</sup> Vitor Neto, «O Estado e a Igreja», in *História de Portugal*, dir de José Mattoso, *ob. cit.*, p.274.

<sup>668</sup> Luís Reis Torgal, *ob. cit.*, p. 632.

<sup>669</sup> Vitor Neto, *ob.cit.*, p. 272.

«Tempo houve já em que a avidez monastica e a ambição clerical tentarão absorver e empolgar todos os bens temporais do orbe terráqueo. N'esta infausta época a religião dominante não era a piedade, o desinteresse, a caridade, a pureza e sublimidade de sentimentos, mas sim a cubiça, a avareza, a soberba e o desejo ardente do fausto e poderio. Quem abrir a historia encontra esta triste verdade escripta em paginas negras.»<sup>670</sup>

Percebemos que a questão religiosa é uma preocupação do momento e que o que se escreve no *Jornal do Porto* fomenta discussão. Estamos em 1859, Júlio Dinis tem 20 anos, é estudante de medicina e escreve poesia e contos. Acabara de escrever *Justiça de Sua Majestade* (1858)<sup>671</sup>, um relato do quotidiano, um conto de crítica de costumes e de mentalidades, cuja ação decorre no Minho, tendo Braga no centro do enredo. Nesta novela, tal como em *Uma Família Inglesa* (1862)<sup>672</sup>, o clero não surge no enredo, ao contrário do que vai acontecer nos romances rurais que se seguem.

No jornal, a discussão sobre a situação e a função do clero continua. Na edição do dia 27 de agosto de 1859, a missão do clero ocupa também lugar destacado nas escolhas da redação, considerando que a missão do clero inclui a formação cívica dos cidadãos, instruindo-os «*nos seus deveres civicos, exhortando-os, em phraze branda e paternal á veneração dos dictames do justo, e ao respeito e observância das leis sociais, que os sancionarem (...)*». E continua:

«*A religião, (...) é o arrimo que fortifica, a consolação que mitiga dores, a esperança que vaticina os gozos indizíveis da bemaventurança eterna, e o fio e a luz que guião o homem no dédalo da emprestada e ephemera vida terrena, desdobrando-lhe diante dos olhos o negro painel dos vicios e torpezas deste mundo, para que os fuja, e manifestando-lhe o caminho da moralidade e da virtude, para que nunca se transvie deles.*»<sup>673</sup>

A reflexão da redação do diário portuense continua, afirmando-se que o clero deve ter um comportamento sem mancha, consentâneo com o evangelho, a moral, a honestidade; a sua missão é pregar e difundir a instrução moral e religiosa, inspirar o povo, é convencer e não ordenar e exigir: «*O padre christão não manda, pede; não quer, solicita; não introduz a desordem e dissensão no sanctuario da*

---

<sup>670</sup> *Jornal do Porto*, 25 de agosto de 1859.

<sup>671</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, pp.9-82.

<sup>672</sup> Júlio Dinis, *Uma família Inglesa*.

<sup>673</sup> *Jornal do Porto*, 27 de agosto de 1859 artigo intitulado *A Missão do Clero*.

*família, encarece e aconselha a indissolubilidade dos estreitos laços do união conjugal, e a veneração dos vínculos da consanguinidade e da afinidade; (...)»<sup>674</sup>*

Para a redação, a religião desceu à «*arena das ruínas e mesquinhas paixões do mundo*»<sup>675</sup> e, afirmando-se como jornal de intervenção social, anuncia que vai levantar a voz «*contra a tendência que alguns padres tem ultimamente manifestado, para a intervenção e ingerência na ordem familiar, e na administração pública do país (...)*»<sup>676</sup> E o artigo termina com a afirmação da importância da religião nas nações: «*É mister atender a que a religião é a lei fundamental das nações.*»<sup>677</sup> A 16 de setembro desse mesmo ano de 1859, a questão das ordens religiosas aparece também nas páginas do jornal, afirmando-se que as ordens religiosas prestaram serviços à religião, e que tendo sido abolidas as ordens masculinas, os constitucionalistas consideram correta a manutenção dos conventos de freiras «*dictada pelas necessidades mesmo da religião, pelas regras da estatística, pelas máximas da ciência administrativa e pelos dictames da economia pública*»<sup>678</sup>. O redator considera a medida acertada: «*Fez bem. As razões, que conspiravam vigorosas para a extinção dos conventos de frades, não militavam, do mesmo modo, em favor do acabamento devangelicas associações de virgens consagradas a Deus, que não tramavam revoluções, nem cavavam a ruína do poder temporal.*»<sup>679</sup>

Continuando a divulgação da sua posição e das posições liberais sobre a questão religiosa, no artigo de abertura da edição de 27 de setembro, do mesmo ano de 1859, ainda a propósito do clero e dos seus rendimentos, afirma-se que «*o padre é o oráculo religioso dos povos, principalmente nas aldeias*» e para «*as classes rudes e analphébetas da sociedade*»<sup>680</sup>, e acrescenta-se um longo parágrafo em que se fala da honra, da responsabilidade e do exemplo de moralidade que o padre deve dar à sociedade: «*O padre, assim, não exalta nem propaga a religião, deprime-a e suffoca-a; não illusta nem morigera o povo, intercepta-lhe a luz da verdade e rectidão eterna, e perverte-o.*»<sup>681</sup>

---

<sup>674</sup> *Idem.*

<sup>675</sup> *Ibidem.*

<sup>676</sup> *Ibidem.*

<sup>677</sup> *Ibidem.*

<sup>678</sup> *Jornal do Porto*, 16 de setembro de 1859.

<sup>679</sup> *Idem.*

<sup>680</sup> *Jornal do Porto*, 27 de setembro de 1859.

<sup>681</sup> *Idem.*



No dia 29 de setembro, o *Jornal do Porto* volta a ter o clero e a Igreja na 1ª página, agora sob o título *Foro da Igreja*, defendendo que a lei deve ser igual para todos. Este retrato do estado da discussão pública na imprensa do Porto, no ano de 1859, completa-se com o artigo de opinião, da edição de 1 de dezembro, do correspondente da Guarda, datado de 26 de novembro, versando sobre a educação e instrução do clero, na cidade da Guarda e da Covilhã<sup>682</sup>. Aos bispos, compete dar instruções e instruir o seu clero, diz-se no artigo, porque lhe «*incumbe syndicar da instrução do clero, principalmente da dos parochos; bem como é dever seu fazer, com que estes desempenhem a sua santa missão, instruindo o seu rebanho nas letras do evangelho.*»<sup>683</sup>

E refere-se o correspondente à candente questão dos missionários - os missionários que, como já vimos, Júlio Dinis retrata em *A Morgadinha dos Canaviais*, dando-nos conta do que se passa em casa da sra Catarina<sup>684</sup> e também, ainda que de forma menos expressiva, em *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>685</sup>. Trata-se de um artigo do correspondente da Guarda em que salientamos a referência à influência do clero nas famílias e nos costumes<sup>686</sup>. O *Jornal do Porto* volta, regularmente, às questões religiosas, dando especial relevo, por exemplo, aos problemas relacionados com as irmãs da caridade, os seus bens e o seu papel na educação<sup>687</sup>. Havia sido criada uma

---

<sup>682</sup> *Jornal do Porto*, 1 de dezembro de 1859, correspondência da Guarda, datada de 26 de novembro.

<sup>683</sup> *Idem*.

<sup>684</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp.85-86: «*Pois casem-se com uma mulher que vá de madrugada para a igreja e venha de lá quando muito bem lhe pareça (...) A minha mulher está a ouvir missa, a confessar-se, a comungar ... a tomar todos os Sacramentos ... acho que os está a tomar todos ... Louvado seja Deus! Vem aí tão limpa de consciência, como eu estou de estômago ...*».

<sup>685</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 293: «*(...) a mais famigerada vergôntea deste viveiro de aspirantas a santas, que se estava organizando na aldeia.*».

<sup>686</sup> *Jornal do Porto*, 1 de dezembro de 1859, correspondência da Guarda, datada de 26 de novembro: «*que as autoridades competentes estejam alerta para não consentirem, que do púlpito, no templo de Deus, à face do Sacramento, se vomitem blasfêmias, e se aconselhe a immoralidade, a corrupção dos costumes, e desordem entre famílias, como se fez na Covilhã, não há muito, com pasmo de toda a gente sensata, e impunemente. Ao exm.º bispo compete, principalmente, prevenir a repetição d'aquelle escandalo, e obstar assim ao descredito da classe ecclesiastica, (...)*».

<sup>687</sup> Citando Vítor Neto: «*No plano factológico, sabe-se que, em virtude do surto epidémico (cólera-morbo e febre-amarela), que atingiu Lisboa em 1857, algumas religiosas do Instituto de S. Vicente de Paulo se instalaram na capital, com autorização do Governo (alvará de Silva Sanches). Se inicialmente as Irmãs francesas se dedicaram a tarefas no campo da assistência, em breve dirigiram as suas actividades para o ensino das crianças órfãs. Perante isso, o Jornal O Português (do Partido Histórico) desencadeou um campanha anticongreganista (a partir de 20 de junho de 1858), que rapidamente se progagou a outros periódicos.(...) Em Lisboa e nalgumas cidades da provincia desenvolveu-se uma opinião anticongreganista e, no decurso da polémica, a Associação Promotora da Educação do Sexo Feminino organizou um comício anticlerical, presidido por Alexandre Herculano e lançou a lume, em*

comissão, chefiada pelo cardeal patriarca, para estudar todas as questões relativas às irmãs da caridade e analisar a pretensão das irmãs da caridade para se dedicarem ao ensino e assistência. O assunto teve honras de artigo de abertura a 9 e março e a 6 de abril de 1861. O relatório apresentado ao rei <sup>688</sup> não teve aprovação unânime na comissão<sup>689</sup>. Trata-se de um texto que apresenta uma longa reflexão sobre o papel central da mulher na sociedade<sup>690</sup>, como regeneradora da humanidade e pelo seu papel fundamental na educação e discorrendo sobre a importância da educação na infância<sup>691</sup>. Neste contexto, a educação da mulher é essencial à sociedade e as irmãs da caridade são um grande auxiliar<sup>692</sup> para a realização dessa educação – a mulher desempenha um importante papel na mudança social e cultural<sup>693</sup> que o liberalismo se propõe concretizar<sup>694</sup>, pelo que o relatório não esquece a necessidade de promover a educação das mestras<sup>695</sup>.

---

1858, um manifesto redigido pelo ideólogo do liberalismo. Herculano combatia o jesuitismo e o lazarismo e manifestava a sua oposição à centralização papal.», Cf. Vítor Neto, *ob.cit.*, p. 277.

<sup>688</sup> *Jornal do Porto*, 30 de março de 1861.

<sup>689</sup> Vítor Neto informa que «A política prosseguida pela Santa Sé, no século passado, era hostil às experiências históricas liberais em diversos países. No que se refere a Portugal, o Vaticano não só se opôs às transformações político-ecclesiásticas, como deu o seu apoio inequívoco às forças absolutistas. (...)», Cf. Vítor Neto, *ob. cit.*, p. 270.

<sup>690</sup> *Idem*: «A mulher compete uma parte activa e consideravel n'esta regeneração moral da humanidade. A sua emancipação, nobilitando-a, impoz lhe graves deveres sociais. É ella quem, offerecendo-nos o primeiro alimento e os primeiros carinhos do mundo, nos imprime no animo as primeiras noções que recebemos, e que por toda a vida nos acompanhão, sem que o decorrer dos annos e o aperfeiçoamento da razão as possam extirpar. (...) É a mulher quem, guiando o homem nos primeiros passos da vida, influi poderosamente nos destinos das gerações futuras».

<sup>691</sup> *Ibidem*: «A educação da infância é toda maternal. A instrucção pode desenvolver mais tarde as faculdades intellectuais do homem, cultivar-lhe o espirito, dar-lhe conhecimentos, e fazel-o um sabio, mas é a educação quem lhe dirige a consciencia, lhe dispõe o character, lhe abre o coração, e pode fazer d'elle um cidadão honesto e virtuozo.

As nações conservam-se e durão pela educação.

As estatisticas demonstrão que a instrução, desacompanhada dos principios da religião e da moral, é impotente para cohibir a refrear o crime.».

<sup>692</sup> *Ibidem*.

<sup>693</sup> *Ibidem*: «Procurar educar a mulher para que ella saiba educar o homem, deve ser pois o esforço constante de todo o governo illustrado, como uma das mais seguras garantias da liberdade e prosperidade publica. É semear para colher mais tarde, mas será pouco abundante a colheita se a semente não germinar aquecida pelo sol vivificador da moral e da religião.».

<sup>694</sup> *Ibidem*: A comissão discorre também sobre o papel social da mulher, defendendo que a «mulher como mãe, como espoz, como irmã, ou finalmente em qualquer outra situação em que se ache em relação ao homem, é quem lhe insinúa o amor da virtude, lhe forma o character, dirige o coração e lhe infunde os sentimentos morais, os quais só podem ser nobres e honestos quando a religião os inspira.».

<sup>695</sup> *Jornal do Porto*, 30 de março de 1861: «como apostolos da cauza da instrucção, dotadas de uma grande abnegação, que lhes faça abraçar o seu modo de vida não como uma especulação, mas como uma missão religiosa e de caridade», pelo que «importa primeiro que tudo ensinar quem ensina, e tratar de formar boas mestras, para que estas depois formem bons discipulos» sendo que «a instrucção que não é animada pelos principios religiosos se torna a maior parte das vezes esteril para a boa educação social».

Com esta reflexão, defende-se o papel das irmãs da caridade no ensino<sup>696</sup> e afirma-se que as escolas «*devem ser a base de todo o desenvolvimento moral e intelectual*», pelo que a mulher religiosa «*repartindo santamente o seu tempo entre a oração e o exercício das obras de misericórdia*» pode receber as criancinhas para lhes dar instrução e carinho e ser o seu guia, porque a instrução exige uma «*solicitude constante e um desvelo especial*»<sup>697</sup>. A comissão defende as irmãs da caridade e vota a favor de conservação do Instituto de S. Vicente de Paulo.

Quanto à religiosidade cristã no quotidiano da população, segundo as referências que encontrámos nas páginas do *Jornal do Porto*, nem todas as datas e práticas religiosas, que hoje temos estabelecidas no calendário religioso anual da nossa sociedade, eram consideradas momentos fundamentais na vida religiosa, com a exceção da indicação diária do santo celebrado pela Igreja<sup>698</sup> e das informações frequentes sobre as festas aos santos padroeiros de alguns lugares<sup>699</sup>. Por sua vez, Júlio Dinis, mostra ao leitor a devoção aos santos e santas da Igreja, quando nos apresenta D. Doroteia e nos introduz na sua casa de Alvapenha, onde «*cada parede era um museu de estampas de devoção.*»<sup>700</sup>

De entre os quatro anos de publicações analisadas, 1863 é o ano em que as referências a festividades religiosas é mais abundante, especialmente no que respeita à semana santa, uma vez que as outras festas religiosas não ocupam grande espaço nas páginas do jornal. O *Jornal do Porto* não se publica na quinta feira santa e na sexta feira santa, 2 e 3 de abril, «*em virtude da solemnidade*», conforme se avisa na edição de 1 de abril de 1863. Em Lisboa, na Páscoa de 1863, espera-se que as igrejas estejam «*explendidas*» e há «*varios grupos de curiosos musicos que prometttem*

---

<sup>696</sup> *Idem.*

<sup>697</sup> *Idem.*

<sup>698</sup> *Jornal do Porto*, 17 de janeiro de 1860, em *Ephemerides* ficamos a saber que no dia seguinte «*quarta feira 18, é dia de Santa Prisca*».

<sup>699</sup> *Jornal do Porto*, 3 de maio de 1862: - não se realizou a procissão para a Sra da Lapa, no Porto, nem o arraial, devido à chuva, pelo que «*Muita gente ficou desapontada com este transtorno, mas quem de certo perdeu mais foram as doceiras de Paranhos, e os vendedores de vinho verde, que não puderam fazer o seu negocio por falta de concorrência.*» - houve a comunhão dos meninos de 11 e 12 anos, com muitos convidados para a «*religioza cerimonia, que se prepara com toda a magestade devida a tão sublime sacramento*»- no dia 4 de maio há arraial em Quebrantões, na festa de S. Salvador, onde «*Todos os annos costuma alli affluir grande concurso de gente, na maior parte devotos do .... vinho verde, savel frito e salada.*»; - no mesmo dia 4 de maio festeja-se, em Vila Nova de Gaia, na igreja de Santa Marinha, a «*festividade ao Senhor Jesus*».

<sup>700</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviaes*, p. 23.

*abrilhantar este anno as festividades religiosas.*»<sup>701</sup> E a política foi absorvida pela quadra religiosa<sup>702</sup>. No Porto, por ser semana santa, apela-se à caridade e indica-se a lista de pessoas doentes e desamparadas que não podem trabalhar<sup>703</sup>. Trata-se de um apelo à caridade, por se estar na época da penitência<sup>704</sup>. Neste ano de 1863, as cerimónias religiosas são divulgadas no *Jornal do Porto*, incluindo o nome de quem faz o sermão na igreja<sup>705</sup>.

Quanto às solenidades da sexta-feira santa, no Porto, houve a *festa das Dores*, mas teve pouco público, o pregador foi um frade beneditino de Guimarães, mas o sermão foi *trivial*<sup>706</sup>. Na edição do jornal de segunda feira, dia 6 de abril de 1863, ficamos a saber que, no Porto, o domingo de Páscoa foi celebrado com solenidade, na igreja da Trindade e na igreja do Terço<sup>707</sup>. Os correspondentes também assinalam as festividades da semana santa: de Braga sabemos que, na cerimónia do *Lava-pedes* não se ouvia o sermão na igreja, porque «*a voz de s. exc.<sup>a</sup> não é forte, e o sussurro do povo, que era numerosissimo, chegava a ser indecente e altamente improprio do lugar*»<sup>708</sup>. Nessa mesma segunda feira, dos correspondentes de Braga<sup>709</sup> e de Lisboa<sup>710</sup>, foi publicada mais informação sobre as festas, da Páscoa. As festividades da Páscoa incluíram o armistício da semana santa<sup>711</sup>: O rei moderou e perdoou penas a 20 presos, de entre os quais se salienta um cigano e 4 mulheres: José

---

<sup>701</sup> *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863, correspondência de Lisboa, datada de 2 de abril.

<sup>702</sup> *Idem*: «*Não se falla senão nas festividades religiosas, e é immenso o concurso de povo que como de costume visita as igrejas. (...) Hoje, quinta feira Santa, é dos taes dias em que a política está considerada como coisa inutil; (...) é provavel que com as alleluias, recomecem a lucta com novas forças e talvez com nova estrategia*».

<sup>703</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de abril de 1863, em que se recorda a caridade como a primeira das virtudes.

<sup>704</sup> *Idem*: O noticiarista diz que estas frases lhe foram ditadas pelo «*sermonario de quaresma*»: «*Dar aos pobres é emprestar a Deus, estender aos desvalidos a mão da protecção e do amor é abrir o proprio coração ao suavissimo balsamo de uma das maiores consolações que se experimenta na terra.*».

<sup>705</sup> *Jornal do Porto*, 1 de abril de 1863. As cerimónias e os sermões da semana santa, no Porto.

<sup>706</sup> *Jornal do Porto*, 4 de abril 1863

<sup>707</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 6 de abril de 1863. As cerimónias do domingo de Páscoa no Porto: as ruas estavam enfeitadas para a procissão, houve guarda de honra e banda

<sup>708</sup> *Jornal do Porto*, de 4 de abril de 1863, carta de Braga, datada de 2 de abril

<sup>709</sup> *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1863, de Braga, correspondência datada de 4 de abril: muita gente de fora veio a Braga para assistir às celebrações da semana santa e as festas terminaram «*com bem pezar das damas, a quem se lhes não dava de que houvesse outra. (...) poderem satisfazer a sua muita devoção de assistirem a tão solemnes actos*». Na secção do noticiário das províncias, o noticiarista informa que em Braga as solenidades se realizaram com o maior esplendor.

<sup>710</sup> *Idem*: «*Este anno as festividades da semana santa foram pomposamente celebradas em algumas igrejas de Lisboa. É tal a rivalidade que ha entre os diversos festeiros que temos duvidas em dizer qual foi a que julgamos mais brilhante.*».

<sup>711</sup> *Jornal do Porto*, 7 de abril de 1863

Fernandes, “o Cigano”, Maria Francisca, Maria José, Mariana da Piedade, Felisberta Margarida<sup>712</sup>.

Por sua vez, o Natal merece poucas referências nas páginas do *Jornal do Porto*. No ano de 1861, o Natal não foi referido e em 1862, apenas houve um pequeno apontamento, publicado no dia 24 de dezembro, sobre a tradição do peru à mesa de Natal, na capital, através do correspondente de Lisboa, e um outro pequeno parágrafo na correspondência de Lisboa e de Coimbra, publicados no dia 29 de dezembro. O correspondente de Coimbra assinala as férias de Natal como uma ocasião em que há falta de notícias na cidade porque «cada um quer gozar n'estes dias, no lar domestico, as alegrias e commodidades da familia»<sup>713</sup>. A atividade política diminuía, face à tradição religiosa e cultural de viver as festividades religiosas em família e este é um retrato possível de apresentar também a partir das páginas deste periódico e da obra de Júlio Dinis. Nas suas aldeias, Júlio Dinis, não nos faz sentir as festas de Natal de forma muito intensa e religiosa. Só na casa do mosteiro<sup>714</sup> ficamos a saber que se arma o presépio, que se prepara vinho quente e rabanadas para a consoada<sup>715</sup>. Com toda a família reunida, com barulho e desordem, como diz Cristina<sup>716</sup>, com muita alegria, jogando com as crianças<sup>717</sup>, todos colaboram nos preparativos da ceia, como diz Madalena<sup>718</sup>. Mas nem todos vão à missa do galo: nessa noite, Henrique fica em casa<sup>719</sup> e Madalena vai visitar o Tio Vicente<sup>720</sup>. No dia de Natal, pela manhã, após a «volta pela aldeia, antes da missa do dia»<sup>721</sup>, em família, o conselheiro dirige-se a casa do seu amigo de infância, o Tio Vicente. Pelo caminho, cruza-se com o Ti Zé P'reira que vinha de uma consulta em casa do herbanário e com «vários homens, mulheres e crianças de aspecto doentio e soffedor, que voltavam de consultar o velho

---

<sup>712</sup> *Jornal do Porto*, 9 de abril de 1863

<sup>713</sup> *Jornal do Porto*, 29 de dezembro de 1862. O correspondente de Coimbra, em carta datada de dia 26.

<sup>714</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, cap. XIV, pp.172-173 A noite de Natal é aquela «festiva e abençoada noite, em que as ruas e os lugares públicos se despovoam, e nos lares domésticos parece crepitar e cintilar o fogo mais acalentador do que nunca. (...) É certo que não há noite mais alegre; (...) Entrai com as crianças em jogos pueris e fáceis».

<sup>715</sup> *Idem*, cf. cap. XIV.

<sup>716</sup> *Ibidem*, p. 68: «Naquela noite quanto mais barulho e desordem, melhor».

<sup>717</sup> *Ibidem*: as crianças manifestam a Henrique o seu entusiasmo, convidando-o para jogar o rapa, o par e o pernao, a cabra-cega, ao que ele responde que «havemos de jogar tudo».

<sup>718</sup> *Ibidem*, p. 68: « (...) naquela noite todos têm de trabalhar na cozinha; a ninguém se dispensa um minuto, pelo menos, de colaboração nos guisados».

<sup>719</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>720</sup> *Ibidem*, p.197.

<sup>721</sup> *Ibidem*, p. 211.

a respeito dos seus males; eram mancos, ictéricos, escrofulosos, crianças de aspecto raquítico e enfezado, os mais melancólicos exemplares do infortúnio humano»<sup>722</sup>. Mas, a grande celebração de Natal na aldeia, é o auto do Dia de Reis, com alegria, música e espetáculo, encerrando o período das festas, com o povo reunido no pátio da Casa do Mosteiro<sup>723</sup>. A seguir, a banda ainda vai cantar os Reis pela aldeia: «A banda de mestre Pertunhas saiu também com o fim de se preparar para as serenatas a casa do brasileiro e de vários personagens da terra, a quem era devido o cantar dos Reis.»<sup>724</sup>

Júlio Dinis manteve e evidenciou em toda a sua obra romanesca a religiosidade cristã das populações, referiu as festas ao orago da freguesia da Morgadinha,<sup>725</sup> e ao clero atribuiu-lhe papel muito ativo na ação. Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, o bom reitor, acompanhava o seu rebanho, desempenhando o seu papel de pároco atento à vida e às dificuldades dos seus paroquianos e procurando contribuir para a melhoria da sua vida, tal como fazia o seu amigo João Semana. Padre António não era um sacerdote ortodoxo, nem conservador. Não suscitava antagonismos nem animosidades, não exigia provas de fé ou fidelidade: Nem as duas irmãs, Clara e Guida, nem os dois irmãos, Pedro e Daniel, no seu primeiro romance rural<sup>726</sup>, nem tão pouco Tomé, Berta, Jorge ou Maurício, ou Gabriela, no seu último romance rural<sup>727</sup>, faziam parte de qualquer comunidade arreigadamente ligada ao clero conservador ou abusador. O mesmo acontecia com Madalena ou Cristina, Augusto ou Vicente, com o conselheiro ou o brasileiro Seabra<sup>728</sup>. Só D. Luís, sem sair das salas da casa mourisca<sup>729</sup>, vivia subjugado à palavra e à ação do frade procurador, tal como a sra Catarina, a madrinha de Linda, vivia sob a força da fé e das regras e proibições que o missionário ensinava<sup>730</sup>. Mas, na aldeia da Morgadinha, para além do missionário<sup>731</sup>, encontramos os muitos frades da freguesia<sup>732</sup>, reunidos na taberna do Canada, com outros ilustres da aldeia, onde procuravam ter intervenção na política local e, a partir

<sup>722</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>723</sup> *Ibidem*, cf. cap. XVIII.

<sup>724</sup> *Ibidem*, p. 240.

<sup>725</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 246.

<sup>726</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*.

<sup>727</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

<sup>728</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>729</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

<sup>730</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 93.

<sup>731</sup> *Idem*, p. 266

<sup>732</sup> *Ibidem*, p. 311

desse centro cívico da aldeia, incentivaram o motim que pretendia impedir os enterramentos no cemitério<sup>733</sup>. Em *Uma Família Inglesa*, o seu único romance dedicado à vida citadina, o clero não tem presença ativa. Estamos perante uma sociedade urbana, menos clerical. Nos seus romances rurais, retratos do país rural, encontramos uma sociedade fechada, iletrada, crente, em que o clero liberal, existe e está em maioria, e está ao lado das populações, sem ortodoxias, nem conservadorismos militantes.

O *Jornal do Porto* integra-se na sociedade em que é publicado, retrata as suas dificuldades e as suas aspirações. Como acabámos de ver, a sociedade portuguesa estava atenta às questões religiosas e ao tema das comunicações e da educação, o que se reflete na linha editorial do diário portuense. Um outro tema atrai atenções e é alvo de muitas páginas na imprensa portuguesa e brasileira: de Portugal, especialmente do Norte, saem, todos os anos, milhares de homens e jovens para o Brasil. Aí, muitos vão substituir a mão de obra escrava e outros, poucos, encontram fortuna. Destes, muitos fixaram-se definitivamente na América, mas alguns regressaram - são conhecidos como os brasileiros, voltaram à sua terra e dedicaram-se à política local ou procuraram realizar investimentos e ascender socialmente. Alguns procuram obter títulos de nobreza, como esclarece Júlio Dinis a propósito do rico brasileiro, vindo da Baía que brilhou nos salões, chegou a conselheiro e pouco depois a Barão<sup>734</sup> e do brasileiro Seabra, da aldeia da Morgadinha, que se envolve nos enredos da vida política local e que chega a visconde<sup>735</sup>. Nuno Valério<sup>736</sup> salienta, em relação ao paradigma do brasileiro fracassado «*a quem a sua passagem pelo continente americano não enriqueceu*»<sup>737</sup>, que ele surge em Júlio Dinis na «*figura de Agostinho do conto "O espólio do senhor Cipriano"*»<sup>738</sup>, o sobrinho e afilhado da pobre Maquelina, que voltou pobre e envergonhado. Mas, a saída da aldeia permitiu-lhe adquirir conhecimentos e «*identificar as notas de banco em que o falecido tio materializara a sua fortuna e que*

---

<sup>733</sup> *Ibidem*, cf. cap. XXV

<sup>734</sup> Júlio Dinis, *As mulheres (Recordações de um velho)*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p.485.

<sup>735</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.422.

<sup>736</sup> Nuno Valério, *A imagem do 'brasileiro' na obra literária de Júlio Dinis*, Lisboa, 1998, disponível em <https://aquila2.iseg.ulisboa.pt>, consulta de 20.03.2015.

<sup>737</sup> *Ibidem*, p.5.

<sup>738</sup> *Ibidem*, p. 13.

*Maquelina não reconhecia como dinheiro»*<sup>739</sup>. Afinal, a saída da aldeia e a passagem pelo estrangeiro, se não lhe acrescentou riqueza, nem competências profissionais, permitiu-lhe o contacto com outras realidades e saberes.

## **2. 2 . *Jornal do Porto* - retratos da emigração portuguesa para o Brasil**

A diáspora portuguesa tem mantido ao longo dos tempos a capacidade de suscitar muitas páginas de análise e reflexão, na literatura, na ciência, na política e na imprensa. Pensar a emigração contribui para se compreender a história e a realidade do país, de muitas famílias e de muitas aldeias e vilas portuguesas. Muitos são os investigadores que se têm dedicado a esta área do saber<sup>740</sup>, permitindo-me destacar a professora Maria Beatriz Rocha-Trindade devido ao seu reconhecido papel na organização do Museu das Migrações e das Comunidades<sup>741</sup>, em Fafe, no Norte do País, a região do país que mais contribuiu para o contingente migratório português para o Brasil na 2ª metade do século XIX. Sendo difícil determinar todos os lugares por onde Júlio Dinis andou e cuja vida quotidiana vivenciou ou observou, ou onde, simplesmente, situou as figuras retratadas pelas suas personagens, sabemos que podemos delimitar a região em análise ao Porto e a sua envolvente norte – Douro Litoral e Minho, nos distritos de Porto e Braga que, com o distrito de Aveiro, constituem uma das regiões do país que viu partir muitos dos seus jovens rumo à emigração, rumo ao Brasil, ao longo do século XIX<sup>742</sup>. Mais especificamente, a região compreendida entre Vila do Conde, no distrito do Porto, e Braga, passando por Famalicão e Fafe, ambas no distrito de Braga, constitui uma linha que podemos considerar como uma unidade territorial passível de ter

---

<sup>739</sup> *Ibidem*, p. 13-14, Cf. Júlio Dinis, *Poesias/Inéditos e Esparsos*, in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Lello & Irmão Editores, Porto, s/d, p. 135-152.

<sup>740</sup> Cf. capítulo 1.1.2.

<sup>741</sup> Museu das Migrações e das Comunidades, em Fafe, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 12.09.2015.

<sup>742</sup> Fernando de Sousa, em colaboração com outros investigadores, no âmbito do CEPES<sup>742</sup> apresenta-nos trabalhos relativos à emigração do Norte de Portugal para o Brasil. Em *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*, conta também com a colaboração de «investigadores portugueses, brasileiros e espanhóis que se têm centrado, nas suas investigações, sobre o complexo fenómeno da emigração/imigração para o Brasil, através do levantamento e análise dos fundos documentais disponíveis num e no outro lado do Oceano», Cf. Fernando de Sousa et al (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, p. 519, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>, consulta de 12.01.2015.



sido observada por Júlio Dinis, pois de lá endereçou cartas à família e aos amigos: de Aveiro<sup>743</sup>, Matosinhos<sup>744</sup>, Felgueiras<sup>745</sup>, Ovar<sup>746</sup>, Leiria<sup>747</sup>, S. Salvador de Fânzeres (residência paroquial)<sup>748</sup>, Vila Nova de Famalicão<sup>749</sup>. Nas suas «Notas» refere uma lista de viagens, que denomina de «Ausências»<sup>750</sup>, em que indica que, a norte, passou também por Amarante (1864), Leça (1868), Vila do Conde e Póvoa (1867). A propósito do fenómeno da emigração em Vila do Conde, Maria Adelina de Azevedo Piloto<sup>751</sup> debruçou-se sobre a partida e o retorno, num vasto trabalho de investigação local, continuado e em rede, entre instituições na costa este e na costa oeste do Atlântico. Refira-se ainda a criação do Real Hospital Português de Pernambuco, onde vários emigrantes Vilacondenses se destacaram na sua fundação e engrandecimento, com donativos e trabalho, contribuindo para a prestação de cuidados a doentes, naquela que, dizem, foi considerada a maior instituição construída por emigrantes portugueses fora de Portugal<sup>752</sup>, uma obra «bem representativa da capacidade de integração, relacionamento e edificação dos portugueses»<sup>753</sup>.

Isto é, o fenómeno da emigração portuguesa para o Brasil tem vindo a suscitar interesse nas universidades portuguesas e brasileiras, incluindo o estudo de cartas de chamada, que permitem verificar a existência de emigração familiar e em rede<sup>754</sup>. Sendo

<sup>743</sup> Cf. Júlio Dinis, «Cartas Particulares», in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, *ob. cit.*, pp. 789-790, Carta a sua sobrinha Anitas, datada de 17 de setembro de 1866; pp. 856-866, carta a seu amigo Passos, datada de 28 de setembro de 1864.

<sup>744</sup> *Idem*, pp.864-865, carta a seu amigo Passos, datada de 12 de agosto de 1868, às 9 da noite.

<sup>745</sup> *Ibidem*, pp.777-778, Carta a seu pai, datada de 24 de julho de 1865; pp. 788-789, duas cartas a sua sobrinha Anitas, datadas de julho de 1865; pp. 857-861, três cartas a seu amigo Passos, datadas de 9 e 22 de julho e 26 de agosto de 1865.

<sup>746</sup> *Ibidem*, pp.781-787, oito cartas a sua sobrinha Anitas, datadas de maio a agosto de 1863; pp. uma carta 790-791, carta datada de 22 de setembro de 1866 e de sete de outubro de 1867; pp. 802 – 810, sete cartas a sua Ritinha, a sua madrinha, datadas de maio a agosto de 1863; pp. 842-854, seis cartas a seu amigo Passos.

<sup>747</sup> *Ibidem*, pp. 855-856, carta a seu amigo Passos, datada de 10 de setembro de 1864.

<sup>748</sup> *Ibidem*, pp.883-884, carta a seu amigo Passos, datada de 24 de agosto de 1869.

<sup>749</sup> *Ibidem*, pp.896-899, três cartas a seu amigo Passos, datadas de 30 de agosto, 1 e 8 de setembro de 1870.

<sup>750</sup> Cf. Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, p.529.

<sup>751</sup> Cf. Maria Adelina de Azevedo Piloto, *O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno (1865-1913)*, tese de doutoramento em História, Universidade do Porto, 2010, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>, consulta de 29.02.2015.

<sup>752</sup> Adelina Piloto e António Santos, «Vilacondenses na fundação e engrandecimento do real hospital Português de Pernambuco», in Fernando de Sousa et al, (coord.), *ob. cit.*, p. 137.

<sup>753</sup> *Idem*, p. 146.

<sup>754</sup> O Estado de S. Paulo, no seu Museu da Imigração, disponível em <http://museudaimigracao.org.br>, disponibiliza online muita informação digitalizada pertencente ao Arquivo Público de São Paulo. Estes documentos, a par de todos os que têm vindo a ser reunidos em Portugal, permitem enriquecer as fontes para o estudo deste fenómeno social português, que levou milhares de homens para o Brasil na fase pós

possível verificar, por exemplo, que o Estado de S. Paulo, no seu Museu da Imigração, disponibiliza online muita informação digitalizada pertencente ao Arquivo Público de São Paulo. Estes documentos, a par de todos os que têm vindo a ser reunidos em Portugal, permitem enriquecer as fontes para o estudo deste fenómeno social português, que levou milhares de homens para o Brasil na fase pós colonial.

Sabemos então que Júlio Dinis conhecia esta região e conhecia a forma como o *Jornal do Porto* abordava tão premente assunto da sociedade portuguesa, pelo que procurámos conhecer o trabalho dos autores que se dedicaram ao estudo do fenómeno da emigração portuguesa para o Brasil, na região Norte do país, na época em estudo - o período de 1850 a 1870, em que Júlio Dinis (1839- 1871) escreveu e situou a ação das suas personagens que encarnam a figura de emigrantes retornados.<sup>755</sup>

Aos portugueses do início da segunda metade do século XIX, a procura de melhor vida colocou-se de forma muito intensa, por todo o país, e significativamente no norte do país, muitas vezes aliciados por engajadores locais<sup>756</sup> e pelas facilidades de transporte<sup>757</sup>. A uns seguiram-se outros e mais outros, num movimento populacional que respondeu a uma necessidade exterior e a uma realidade interna. Eugénio dos Santos afirma que

«Desde os princípios do século XIX e durante mais de um século, o Brasil corporizou o sonho de Eldorado que fascinou muitas centenas de milhares de portugueses. Para ele se dirigiram sucessivas levas dos nossos antepassados, esmagadoramente homens, quase sempre jovens, alguns quase crianças.

---

colonial e permitem realizar estudos de caso que trazem ao nosso conhecimento memórias familiares e coletivas em muitas aldeias e vilas de Portugal, reforçando traços identitários e (re)elaborando memórias coletivas que permitem (re)fazer histórias familiares e a história local - e assim, encontrar novas explicações e novos significados para a realidade que hoje somos, enquanto portugueses.

<sup>755</sup> A personagem do brasileiro em Júlio Dinis aparece em várias das suas obras: o brasileiro rico que procura títulos e casamento – poema *As Mulheres (recordações de um velho)*; o brasileiro homem de negócios que, depois do Brasil passou pela Europa, se mantém em Portugal, se dedica à família e participa em vários negócios, como o criação de carreiras de diligência - no conto *Justiça de Sua Majestade*; o brasileiro que voltou à sua aldeia, fez obras na igreja e procura ser influente no quotidiano da aldeia e integrar-se na política local - em *A Morgadinha dos Canaviais*; o brasileiro que partiu pobre e voltou tão ou mais pobre para a casa de família mas que, a dado momento, demonstra ter vivido e aprendido algo de novo em terras brasileiras - no conto *O Espólio do Senhor Cipriano*, Agostinho sabe ler e distingue uns simples papéis de papéis notas de banco.

<sup>756</sup> Eugénio dos Santos, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, s/d, p. 19, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 20.02.2017: «Espalhavam-se pelo país as redes de intermediários lucrando com esta actividade inesperada: arregimentar jovens para a partida a troco de promessas quiméricas e tantas vezes despudoradas. Aliás, a melhoria da rede viária e de transportes convidava à aventura, aproximava mais os lugares de partida.».

<sup>757</sup> *Idem*, p. 20: «(...) um incentivo cada vez mais visível à partida, com anúncios de embarcações, facilidades de pagamento, notícias aliantes de emprego imediato e rendoso. (...) a tecnologia do transporte marítimo apurara-se. Em substituição dos lentos veleiros, aparecera a navegação a vapor, muito mais rápida e regular.».

*Deixemos de lado as motivações que os impeliavam a abraçar uma aventura alimentada de esperanças, repleta de imprevistos, tingida de sacrifícios, manchada por frequentes abusos dos intermediários. No horizonte de todos e de cada um divisava-se sempre uma nesga do paraíso sonhado, consubstanciado no dinheiro libertador e na consequente fuga a uma existência amarrada aos padrões tradicionais de vida de uma sociedade empobrecida, mesquinha, conservadora, fechada a qualquer rasgo de audácia individual.»*<sup>758</sup>

Tratou-se de um movimento nacional e também europeu, para a América, nomeadamente para o Brasil, devido à abolição brasileira do tráfico de escravos em 1850<sup>759</sup>. A propósito do fenómeno da emigração portuguesa, na 2ª metade do século XIX, Eugénio dos Santos refere o interesse que, desde os anos de 1840 a Câmara de Deputados revelou por estes portugueses que *«injectavam constantemente dinheiro na esfomeada e débil economia portuguesa»*<sup>760</sup>. Contudo, como afirma Amado Mendes:

*«Seria de interesse analisar o papel – eventualmente negativo – da emigração, como sorvedouro de capital humano, isto é, o mais preciso dos capitais. Conviria igualmente averiguar, de forma sistemática, quais os destinos do capital proveniente da emigração, tantas vezes mencionado nos diversos tipos de fontes. O próprio rei D. Carlos, em carta dirigida a João Franco: «É ver como, formigueiro imenso, o português se estende e alastra por essa África e Américas fora, em busca de riquezas que possa acarretar, para as enceleirar nesta “ditosa Pátria minha amada”» (Carta d’ele-rei D. Carlos I, 1924, p. 213.)»*<sup>761</sup>

Este forte movimento migratório europeu ajudou a povoar e a desenvolver o Novo Mundo. Foram muitos os milhares de portugueses que, facilmente, decidiram embarcar para o Brasil<sup>762</sup>. Alguns jovens fugiam ao serviço militar. O movimento de saída foi facilitado pelos laços de parentesco ou de vizinhança. Mas, como se pode verificar pelas páginas do *Jornal do Porto*, ao lado dos portugueses, surgem espanhóis

---

<sup>758</sup> *Ibidem*, pp. 15-16.

<sup>759</sup> Maria Manuela Lucas, «Organização do Império», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p.301.

<sup>760</sup> Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p. 19.

<sup>761</sup> J. Amado Mendes, *ob.cit.*, p. 323.

<sup>762</sup> CF. Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p.20: *«Muitos aí chegavam adolescentes, com menos de 14 anos de idade para, desse modo, fugirem ao serviço militar. O parentesco ou a conterraneidade com comerciantes fortes (...) funcionava como elo de ligação entre os pretendentes à partida e os seus futuros padrões. E os distritos do Porto, Braga e Aveiro eram os que mais efectivos humanos forneciam a essa torrente de jovens que alimentava as carreiras de barcos cruzando o Atlântico.»*.

e franceses<sup>763</sup>, a par dos ingleses, que procuraram melhor vida nas terras brasileiras onde, por vezes as relações laborais são litigiosas, especialmente nos trabalhos no caminho de ferro, surgindo revoltas<sup>764</sup>, como noticia o correspondente do *Jornal do Porto* no Brasil. São também os correspondentes do *Jornal do Porto* em território brasileiro quem nos relata a presença e situação precária de emigrantes italianos<sup>765</sup>, naquele território americano:

Na edição de 1 de setembro de 1859, na correspondência de Pernambuco, informa-se os leitores do *Jornal do Porto* da chegada de 139 emigrantes suíços para a colônia D. Leopoldina<sup>766</sup>. É também na correspondência recebida de Pernambuco que se confirma a presença de emigrantes alemães, na cidade, em 1861, através do relato de um incêndio num prédio de um português, em que moravam alguns alemães: «*fogo começou no sobrado onde morão alguns allemães, que n'elle sublocão quartos*»<sup>767</sup>. Na edição de 23 de maio de 1863, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 25 de abril, informa que na colônia de D. Leopoldina, os salários andavam atrasados e que, no dia do pagamento, exaltados e já bêbados, os colonos alemães entraram em conflito com os brasileiros<sup>768</sup>. Porém, sobre a emigração alemã, os leitores do jornal

---

<sup>763</sup> *Jornal do Porto*, 3 de Novembro de 1859, na correspondência de Pernambuco, datada de 13 de outubro, há o relato de uma confusão na rua, perante um emigrante espanhol preso por ser indelicado e indecente com as senhoras que passavam na rua. Muitos se juntaram para pedir que fosse libertado – 25 ficaram presos: 13 brasileiros de condição inferior, 10 portugueses, caixeiros desempregados, 1 francês, e um escravo.

<sup>764</sup> *Jornal do Porto*, 19 de junho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 25 de maio - em S. Paulo há desordens entre trabalhadores portugueses, americanos e ingleses e os empreiteiros do caminho de ferro: «*As noticias de S. Paulo não são nada satisfactorias relativamente ás desordens entre trabalhadores portugueses, americanos e inglezes, entrando também na contenda os empreiteiros do caminho de ferro daquela provincia; entre uns e outros ha sempre brigas, desordens, espancamentos e mortes; ultimamente um portuguez matou o pagador da estrada de ferro por este fugir com o dinheiro e não querer satisfazer os debitos a todos os trabalhadores*».

<sup>765</sup> *Jornal do Porto*, 1 de setembro de 1859, na correspondência de Pernambuco, datada de 13 de agosto, chegam notícias da Baía, informando sobre a presença de trabalhadores italianos nas obras do caminho de ferro: «*os trabalhadores italianos ali empregados andão em continuas desordens, a ponto de ter sido necessario empregar grande força de policiaes para os conter. No dia 11 partiu o chefe de policia para Periperi com uma força de 50 homens para restabelecer a ordem entre eles, que em numero de 200 se tinham insubordinado, chegando a espancar o engenheiro encarregado da direcção dos trabalhos. O prezidente convidou o consul Sardo a acompanhar o chefe de policia, visto os insubordinados serem súbditos de sua nação. Parece que se não fossem estas desordens continuas entre a empresa e os trabalhadores, estarião no fim deste anno 20 milhas de estrada prompta para a exploração.*»

<sup>766</sup> *Jornal do Porto*, 1 de setembro de 1859: Na correspondência de Pernambuco, datada de 13 de agosto, informa-se que chegaram ao Brasil 139 suíços para a colônia D. Leopoldina.

<sup>767</sup> *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1861, correspondência de Pernambuco, datada de 15 de fevereiro.

<sup>768</sup> *Jornal do Porto*, 23 de maio de 1863, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 25 de abril.

ficam a saber que o governo prussiano proíbe a emigração para o Brasil até que o governo do Brasil legisle a favor da emigração alemã, de que precisa, apontando-se exemplos de desigualdades e injustiças e a questão da falta de liberdade na escolha do local de trabalho e residência e no que respeita a questões religiosas e casamentos mistos de católicos e protestantes.<sup>769</sup> O correspondente do diário portuense termina afirmando : «*Se a Prussia impede este trato infame de escravos, tem feito mais uma conquista moral na Allemanha e sustentado a honra nacional no estrangeiro*»<sup>770</sup>

A problemática da imigração europeia para o Novo Mundo não se circunscrevia às motivações dos portugueses<sup>771</sup>, respondeu também a problemas sociais e demográficos europeus, como afirma Eugénio dos Santos: «*Os demógrafos procuram explicá-lo vendo na emigração uma das características de transição demográfica da maior parte dos países da Europa Ocidental, com excepção da França. Neles, a modernização dos comportamentos populacionais ter-se-ia tomado mais rápido do que as indispensáveis mudanças nas estruturas agrárias tradicionais e na incipiente indústria rural.*»<sup>772</sup>

Rosana Barbosa, em «*Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil*»<sup>773</sup>, apresenta um quadro indicando o número de imigrantes portugueses, alemães e italianos, entrados no Brasil, entre 1851 e 1875. A autora refere que entre 1851 e 1855, entraram no Brasil 25.883 portugueses e 5.213 alemães; entre 1856 e 1860, 43.112 portugueses e 13.707 alemães; entre 1861 e 1865, 25.386 portugueses, 7124 alemães e 3.023 italianos. No total, nos 25 anos apresentados, chegaram ao Brasil, 151.845 portugueses, 36.915 alemães, 9.528 italianos, e 100.508 identificados como Outros. O total registado para o período em análise foi de 300.632 imigrantes entrados

---

<sup>769</sup> *Jornal do Porto*, de 7 de maio de 1862, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 8 de abril.

<sup>770</sup> *Idem*.

<sup>771</sup> Cf. Jorge Fernandes Alves, «*Variações sobre o “brasileiro” –Tensões na emigração e no retorno do Brasil*», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, p.191-222, Univ. Coimbra, 1999, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, p 4: «*A imigração de portugueses no Brasil, durante o século XIX, cumpre esse objectivo geral da sociedade brasileira que passava por incrementar o branqueamento da população, além de abastecer o mercado de trabalho. Mas, porque é mais precoce e surge na continuidade das correntes demográficas dos tempos coloniais, além de estar assegurada a continuidade dos seus fluxos por efeitos de inércia histórica, num quadro genérico mais naturalizado, tende a perder visibilidade face à imigração de outras nacionalidades que se desenvolve a partir dos anos 50.*».

<sup>772</sup> Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p. 15.

<sup>773</sup> Rosana Barbosa, «*Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil*», in *Arquipélago • História*, 2ª série, VII (2003), pp. 173-196, disponível em <https://repositorio.uac.pt>, consulta de 17.08.2018.

no Brasil, segundo a fonte usada pela autora<sup>774</sup>. Entre o numeroso grupo identificado na categoria *Outros*, estariam incluídos muitos espanhóis e japoneses<sup>775</sup>, que iriam continuar a integrar o contingente de imigrantes nas décadas seguintes<sup>776</sup>. No entanto, não podemos esquecer que era elevado o número de emigrantes clandestinos, Segundo a investigadora, cerca de 2 milhões de jovens rapazes deixaram Portugal rumo ao Brasil, entre 1855 e 1930, «*jovens rapazes que faziam isso para escapar do serviço militar, enquanto outros não podiam pagar o preço de um passaporte*».<sup>777</sup> Concluindo, a emigração europeia, contribuiu para o desenvolvimento económico e demográfico do Brasil<sup>778</sup>, ainda que o principal contingente de imigrantes no Brasil partisse de Portugal<sup>779</sup>, tendo a comunidade açoriana adquirido alguma importância<sup>780</sup>. Os emigrantes portugueses que embarcam para o Brasil, segundo um artigo de 1844, da *Revista Universal Lisbournense*<sup>781</sup>, em que um cidadão português radicado no Brasil, citado pela autora, descreve a chegada aos portos brasileiros, de navios vindos dos Açores e do Porto, trazendo «*centos de desgraçados, uns a título de colonos, outros de passageiros, sem que as privações e as misérias que eles aqui vem padecer tenham diminuído (...)*»<sup>782</sup>

Quem emigrava, sabia que partia. Não sabia se voltava. Muitos por lá ficaram, uns ricos ou, pelo menos bem sucedidos<sup>783</sup> e outros pobres, sem sair da condição e dos

<sup>774</sup> Cf. Rosana Barbosa, *ob.cit.*, p. 190.

<sup>775</sup> *Idem*, p. 191.

<sup>776</sup> *Ibidem*, Cf. pp. 191-192.

<sup>777</sup> *Ibidem*, p. 194.

<sup>778</sup> *Ibidem*, p.173:«O Brasil também recebeu grande número de imigrantes livres, (...). Alemães foram trazidos para o Brasil para colonizar áreas desocupadas no sul do país. Italianos foram subsidiados para trabalhar nas plantações de café de São Paulo. Estes foram mais tarde acompanhados dos japoneses, que começaram a chegar no início do século XX. Outros grupos como espanhóis, russos, sírios e libaneses também chegaram no Brasil em números significativos.».

<sup>779</sup> *Ibidem*: «apesar de sua importância para o desenvolvimento do Brasil, nenhum desses grupos contribuiu na mesma medida que os Portugueses para o crescimento dessa nação. O constante fluxo de imigrantes portugueses para o Brasil e a importância desse fenómeno para o desenvolvimento do país modelou a nação brasileira de um modo diferente de qualquer outro grupo.».

<sup>780</sup> «Uma grande parte da gente das Ilhas se emprega quase exclusivamente em tomar água nos chafarizes da cidade em carroças e pipas puxadas por bestas muars, vendendo-as e fornecendo assim quase toda a população, que empregavam nisto escravos». *Ibidem*, p. 174, Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 314. 31 de janeiro de 1849:

<sup>781</sup> *Ibidem*, p. 174, Cf. *Revista Universal Lisbournense*. Tomo III, 1844. p. 125.

<sup>782</sup> *Ibidem*, p. 174.

<sup>783</sup> «Certamente a atracção pelo Brasil não decorria apenas do sucesso de alguns brasileiros de torna-viagem. (...) circulavam em Portugal notícias de muitos comerciantes ricos que dominavam, com os seus cabeais e influência, largos sectores de praças fortes, como as de Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, (...)». Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p. 20.

empregos antes reservados aos escravos negros<sup>784</sup>. Muitos por lá morreram, cedo, cedo demais. Voltaram alguns: uns ricos, com capitais para investir, outros com ânsia de poder, outros remediados<sup>785</sup> ou pobres, com mais conhecimentos e capacidade de intervir na economia local<sup>786</sup>, outros vieram doentes e envergonhados<sup>787</sup>. As autoridades portuguesas cientes da condição que muitos portugueses enfrentavam nas terras brasileiras, alertavam para a sua condição de pobreza, no entanto, Eugénio dos Santos, considera que a ação destes cidadãos portugueses emigrados no Brasil foi muito importante e eficaz na ocupação do espaço português:

*«Com os homens jovem que constantemente saíam do país ia a força enérgica do trabalho, mas fugiam também a inteligência e uma parte da capacidade inovadora dos mais dinâmicos e inconformados. Por isso a emigração se tornou suspeita perante os responsáveis políticos. Desejada ardentemente por uns, contrariada por outros, ela alimentou o imaginário de poetas, de romancistas, de artistas, de publicistas, de comerciantes, de engajadores, de prestamistas, de familiares, de noivas sonhadoras ...»<sup>788</sup>*

Fernando de Sousa corrobora esta posição, defendendo também que o movimento emigratório de Portugal para o Brasil foi muito importante, com *«impacto económico, social, político e demográfico (...) num e noutro lado do Oceano [ sendo necessário estudar] as várias vertentes dessa emigração, desde a identificação e quantificação dos fluxos migratórios, do âmbito sociodemográfico dos emigrantes e das suas regiões de origem, da comparação dos ritmos migratórios com a evolução*

---

<sup>784</sup> Rosana Barbosa, *ob. cit.*, p. 174.

<sup>785</sup> *«muitos dos que partiram acabaram por voltar, de forma mais discreta do que outros, dedicando-se, na sua terra de origem a tarefas idênticas aquela em que antes trabalharam, no comércio a retalho dos géneros mais variados e procurados, na pequena indústria ainda de estrutura quase artesanal, na agricultura à qual conferiam novas sementes, espécies mais variadas e maior dimensão pela incorporação de courelas vizinhas. Atraindo jornaleiros, criados ou empregados aos seus empreendimentos, muitos deixaram-se tentar por uma actividade mais participativa na vida social e política, de acordo com o prestígio que foram conseguindo no seu meio.»*, Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p. 17.

<sup>786</sup> *Idem*, p. 17: *«A sua influência foi muito menos espectacular do que a daqueles que conseguiram títulos de nobreza, espalharam ruidosas clientelas, chocaram os contemporâneos pela prodigalidade ou o seu exotismo de vida. Mas foi muitíssimo mais eficaz e omnipresente em todo o espaço geográfico.»*

<sup>787</sup> Rosana Barbosa cita um exemplo: *«em 1839, Rosa da Cunha de Jesus, natural de Barcelinhos, recorreu ao consulado português para a auxiliar no seu retorno a Portugal por causa do seu estado de miséria naquele país.»*, cf. Rosana Barbosa, *ob. cit.*, p. 175, Cf. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Caixa 199, 1839.

<sup>788</sup> Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p. 16.

*económica, até ao seu impacto sociodemográfico e reflexo migratório, passando pelo associativismo como forma de integração nos países de destino»*<sup>789</sup>

A propósito do império português do século XIX<sup>790</sup> e das consequências económicas provocadas pela sua desagregação, devido à independência do Brasil, Maria Manuela Lucas considera que *«durante quase todo o século XIX, o Brasil continuou a importar produtos agrícolas, nomeadamente vinho e alguns alimentos. [E] fornecia parte do algodão, açúcar e couros, para além de outras matérias-primas tropicais que a indústria portuguesa utilizava.»*<sup>791</sup> Muitos dos navios usados neste circuito comercial, pertenciam a portugueses, como afirma Eugénio dos Santos relativamente ao comércio com Salvador da Baía.: *«(...) grande parte dos barcos (veleiros) que navegavam entre a Baía e Portugal era propriedade de portugueses e dedicava-se ao comércio de importação-exportação. Os seus consignatários eram homens de cabedal e prestígio consideráveis (...) Além disso, uma parte muito considerável da tripulação (pilotos e marinheiros) era também de origem portuguesa»*<sup>792</sup>.

A literatura absorveu essa realidade e retratou-a, como refere Eugénio dos Santos:

*«Talvez ninguém como os romancistas tenha vulgarizado estereótipos acerca deles, designadamente os poderosos, influentes, rodeados de criadagem e cheios de caprichos conhecidos do público. A literatura oitocentista portuguesa classificou de brasileiro aquela personagem, típica das décadas finais da centúria, que havia emigrado pobre para a antiga terra de Santa Cruz, lá adquirira hábitos de vida diversas daqueles que levava, enriquecera, regressava a Portugal rodeada de estrépito e curiosidade, exibia um vestuário exótico, ostentava adereços de ouro, pronunciava as palavras de modo adocicado, usando mesmo outras desconhecidas e estranhas, fumando, em geral, muito. Para além desses traços exteriores, visíveis, minguaram nessa figura a modéstia, a cultura ou a simples educação. Dinheiro - e muito - era o que esses homens exibiam, comprando propriedades, fundando ou engrossando os capitais dos bancos e seguradoras, construindo casas cheias de azulejos, com paredes e colunas de cores berrantes, tantas vezes a roçar o mau gosto! (...)»*<sup>793</sup>

---

<sup>789</sup> Fernando de Sousa, *ob. cit.*, p.520.

<sup>790</sup> Maria Manuela Lucas, *ob. cit.*, p.290.

<sup>791</sup> *Idem*, pp. 291-292.

<sup>792</sup> Eugénio dos Santos, *ob. cit.*, p. 21.

<sup>793</sup> *Idem*, *ob. cit.*, p.18. E continua o autor: *«Assim foi o brasileiro deixado à posteridade por muitos escritores portugueses, sobretudo por aqueles que, na segunda metade do século XIX, se dedicaram ao romance de actualidade, sobressaindo, como é óbvio, Camilo Castelo Branco.»*



Os escritores apresentam-nos o país social e demograficamente modificado<sup>794</sup>, com referência ao português que saiu muito novo da sua aldeia e foi procurar melhor vida lá longe, no Brasil<sup>795</sup>. Retratam o português que parte sem saber ao que ia e não deixam também de mostrar a pobreza e o analfabetismo das mulheres da aldeia que ansiavam pelo correio para saberem notícias dos seus homens - os homens e jovens partiram e, na sua aldeia, as suas famílias aguardam ansiosamente o dia em que chegam as cartas do Brasil<sup>796</sup>. Em todos os romances de Júlio Dinis se encontram referências à emigração, com personagens como José Urbano<sup>797</sup> ou Seabra<sup>798</sup> - os emigrantes retornados ricos<sup>799</sup>, conhecidos como os brasileiros<sup>800</sup>. Também nos apresenta o jovem que, no Brasil, não conseguiu cumprir os seus objetivos e regressou pobre - este é outro personagem tipo, representativo da sociedade portuguesa de oitocentos<sup>801</sup>; Para além de José Urbano, no seu conto *Justiça*

<sup>794</sup> Cf. Eugénio dos Santos, *ob. cit.*, p.16: «A projecção de muitos emigrantes sobre a sua terra, quer directamente, quer indirectamente, isto é, através de seus filhos, netos ou outros familiares, revestiu-se de importância fulcral. Não raro, esta traduziu-se em investimentos intelectuais de grande relevo, cujos efeitos perduraram por sucessivas gerações. Quantos filhos, netos e bisnetos de brasileiros não cursaram universidades e se tornaram quadros qualificados no país, multiplicando, depois, essa mais-valia através dos seus descendentes? Citar-se-á sempre, a este propósito, a figura prestigiada desse intelectual e político que se chamou Bernardino Machado, nascido no Brasil, neto e filho de brasileiros de torna-viagem, o qual optou pela nacionalidade portuguesa, transformando-se num dos grandes vultos da história contemporânea de Portugal. Mas os exemplos podem multiplicam-se por muitas dezenas, como demonstram alguns estudos recentemente elaborados, quer na região de Aveiro - norte, quer no Entre-Douro e Minho (Ovar, Feira, Arouca, Famalicão, Fafe, por exemplo) (...)»

<sup>795</sup> Cf. Adília Fernandes e Odete Paiva, «Da História à Literatura, o fenómeno da emigração/imigração é recorrente nos autores lusos e brasileiros», in *Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros*, in Fernando de Sousa et al (coord.), *ob. cit.*, p. 411.

<sup>796</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, *ob. cit.*, pp.37-41.

<sup>797</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*.

<sup>798</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>799</sup> Nuno Valério, *ob. cit.*, - Nuno Valério afirma que «As grandes diferenças entre rentistas e empresários surgem depois do regresso — à ociosidade e ostentação do rentista, contrapõe-se a iniciativa do empresário».

<sup>800</sup> Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p. 19: «Todas conhecem, seja directamente, seja através de descrições fantasiosas, ou humorísticas, como as de Júlio Dinis em *A Morgadinha dos Canaviais*. Eusébio Seabra, para exibir a sua influência local fez alguns reparos na igreja paroquial, presenteou com vestidos novos todos os santos dos altares e mandou renovar um sino, que havia doze anos tocava a rachado. Fez à sua custa a festa do orago, chegando a mandar vir fogo preso da cidade e um areóstato que ardeu a pouca altura do chão. Assim mesmo. Nem o juiz conselheiro rivalizava com tanta benemerência pública, embora intelectualmente o brasileiro não passasse de uma figura pouquíssimo ilustrada. Os brasileiros de Camilo não são de melhor calibre, como se sabe: quase todos regressam ricos, mas grosseiros, imbecis, lorpas, tendo grangeado a fortuna de forma muito duvidosa, como aquele que fora «corrector de meretrizes no Rio de Janeiro», ou negreiro despudorado, que, depois, até podia tornar-se um «felósofo. Além disso, a sua pronúncia e a própria linguagem o tornavam frequentemente ridículo, usando expressões incompreensíveis e inadequadas, que nem os pais entendiam correctamente, por isso lhes gritavam: fala-me português, homem», como observou Miguel Torga.»

<sup>801</sup> Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, in *Obra de Júlio Dinis*, pp. 146-147.

de *Sua Majestade*<sup>802</sup>, na sua poesia<sup>803</sup>, também encontramos o brasileiro: o rico português de *torna-viagem*. O emigrante que torna ao seu país, à sua terra natal, e de quem Eugénio dos Santos afirma:

*«O emigrante, desde que partiu, foi-se transformando numa outra pessoa, influenciou o meio em que se inseriu, onde procurou instaurar comportamentos, hábitos, ideias e valores idênticos aos das suas raízes humanas e sociais, mas, uma vez longe, assumiu uma nova identidade, forjada pela osmose do modelo da sociedade que o acolheu. Ao tornar à sua terra de origem, o brasileiro pouco possuía já de idêntico ao jovem de outrora: mudaram comportamentos, hábitos, vestuário, valores éticos e morais, alteraram-se convicções, e práticas, relativizaram-se modelos, aprendera-se a ser pragmático e filantropo. Por isso ele despertou tanta curiosidade de muitos dos seus contemporâneos, tanta inveja, tanta emulação disfarçada, tanta raiva, tanta imaginação maledicente.»*<sup>804</sup>

A imprensa também fez eco dessa importante realidade de muitas famílias e povoações, e verificamos que emigrar também significou alargar o conceito de família: *«Emigrar significou também, para muitos, alargar o espaço das suas famílias aos dois continentes, criando laços muito estreitos de parentesco entre portugueses e brasileiros que perduram até aos nossos dias e que permanentemente continuam a ser pesquisados e conhecidos.»*<sup>805</sup> Se muitos milhares de jovens partiam analfabetos, muitos outros emigraram, depois de *«cuidadosamente alfabetizados, senhores do ofício de caixeiro, aprendido nas casas comerciais das grandes cidades, antigos seminaristas, padres inconformados, jovens de famílias com posses, mas a quem eram impostos casamentos contra a vontade, descontentes com partilhas desiguais, ou rapazes insubmissos ao poder autoritário do pai (...)»*<sup>806</sup>

O *Jornal do Porto* dedicou muitas páginas ao emigrante e ao Brasil. Logo nos primeiros meses de atividade, é importante a sua atenção ao problema da emigração massiva para o Brasil, como constatamos num longo artigo de dia 30 de junho de 1859, intitulado *Alliciação de Colonos Portuguezes*<sup>807</sup>. O Brasil que era mercado para

---

<sup>802</sup> Cf. Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, pp.9-82.

<sup>803</sup> Cf. nota de rodapé 721: Júlio Dinis, «As mulheres (Recordações de um velho)», in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, *ob. cit.*, pp.478-487.

<sup>804</sup> Eugénio dos Santos, *ob. cit.*, p16.

<sup>805</sup> *Idem*, p. 17. E continua Eugénio dos Santos: «Os nomes e apelidos dificilmente enganam. Uma simples lista de números de telefone ou um registo paroquial podem constituir a pista certa para o encontro das raízes comuns, num e noutro lado do Oceano Atlântico.».

<sup>806</sup> *Ibidem*, p.23.

<sup>807</sup> *Jornal do Porto*, 30 de junho de 1859.

muitos produtos portugueses, não só porque deles precisavam mas também porque a colónia portuguesa era forte consumidora de produtos nacionais. Era constante o movimento de navios entre Portugal e o Brasil – navios que transportavam carga comercial e passageiros<sup>808</sup>. Muitos passageiros. Uns analfabetos, outros não, uns com documentação, outros indocumentados, ilegais, sujeitos aos problemas que a ilegalidade lhes acarretava. Outros vaguearam pelas ruas do Rio de Janeiro<sup>809</sup>, muitos tornaram-se substitutos da mão de obra escrava<sup>810</sup>.

No período estudado, de 1859 a 1863, são muitos, e diários, no *Jornal do Porto*, os anúncios de navios que chegam e partem, uns para a América do Norte e para a Inglaterra e muitos para o Brasil. As relações com o Brasil proporcionam um negócio florescente e competitivo, onde atuam navios ingleses e franceses, e vão surgindo projetos para novas empresas<sup>811</sup> com carreiras onde seguem produtos e passageiros, muitos deles clandestinos, como veremos.

Em *Um Família Inglesa*, Júlio Dinis introduz Mr Richard na intriga, como um empresário com negócios dos dois lados do Atlântico<sup>812</sup> - o narrador apresenta Mr Richard como um imigrante inglês, empreendedor e respeitado na Praça, com capacidade de investir e arriscar capitais: e ao longo da intriga vemos a azáfama no escritório e as preocupações de Manuel Quintino com as operações em Bolsa<sup>813</sup> e com

---

<sup>808</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1860: para Pernambuco vai sair o Brigue Harmonia, que recebe mercadorias e passageiros, «para os quais tem excelentes commodos»; Cf. *Jornal do Porto*, 20 de junho de 1859: para o Rio de Janeiro vai sair a barca Maria Feliz, «com carga e passageiros»; Cf. *Jornal do Porto*, 20 de junho de 1859: para o Rio de Janeiro vai sair a barca Sympathia, de 1ª classe: «roga-se aos snrs passageiros apresentem seus passaportes e realizem as suas passagens no escritorio (...)».

<sup>809</sup> «Em 1865, o representante português, Daniel da Silva Ferreira, também alertava para o número significativo de portugueses no Rio de Janeiro vivendo na pobreza. Este comentou sobre o “Grande número de menores suditos portugueses (que) vagueiam por esta cidade sem empregos, ou com ele pouco licitos e vergonhosos.” Silva Ferreira continuou dizendo que os consulados devem “aparar os menores abandonados e vigiar a sua conducta; mas o seu número é de tal natureza” que isto acaba não sendo possível.», Cf. Rosana Barbosa, *ob. cit.*, p. 175, Cf. Miriam Halpern Pereira. *A Política Portuguesa de Imigração, 1850-1930*. (Lisboa: A Regra do Jogo, 1981). p. 130.

<sup>810</sup> Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, p 23: «No café, na borracha, no cacau ou no tabaco o que importa que estes demonstrem é força braçal e resistência às agruras do clima. Por isso, aí não importa ser alfabetizado. Pelo contrário, convém não o ser. Desse modo se evita a cidade, o desejo de ir à procura de novidades.»

<sup>811</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 14 de abril de 1863: «Corre como certo que alguns capitalistas portugueses e brasileiros projectam congregar-se em companhia com o fim de estabelecer uma nova carreira de vapores entre Lisboa e o Rio de Janeiro, não excedendo a doze dias o tempo das viagens. Estes vapores farão diretamente o indicado trajecto, não tendo escala em outros portos como acontece aos vapores das companhias franceza e ingleza que actualmente giram n'aquella navegação».

<sup>812</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 9.

<sup>813</sup> *Idem*, p. 85.

os negócios de aguardente<sup>814</sup>. Neste, que é o primeiro romance escrito pelo escritor, em 1862, também nos é dado ver o movimento na Praça, a Rua dos Ingleses, no Porto, e no escritório do inglês, revelando-nos que na praça portuense os negócios estão em crescimento, por ação da comunidade inglesa e do capitalista brasileiro<sup>815</sup>. Das carreiras que operam entre Inglaterra, Portugal e o Brasil são exemplo a *Real Companhia Anglo-Luzo-Brazileira*<sup>816</sup>. A 4 de janeiro de 1860, o *Jornal do Porto* apresenta um anúncio da *Real Companhia Anglo-Luzo-Brazileira* em que se indica que um vapor de 2500 toneladas e com a força de 500 cavalos, sairá de Inglaterra a 1 de outubro e chegará Lisboa no dia 8, transportando carga e passageiros. Sai de Inglaterra, com passagem pelos portos de Londres, Liverpool, Birmingham e Manchester. Passa por Lisboa e segue para S. Vicente, indo servir vários portos brasileiros. No anúncio apresenta-se a tabela de preços e aos passageiros indica-se que os preços incluem cama, mesa com vinho ordinário, roupas, propinas a criados. Estão excluídas despesas com vinhos superiores, aguardentes e águas minerais<sup>817</sup>.

O Norte de Portugal, e particularmente o noroeste<sup>818</sup>, foi berço de muitos milhares de jovens rapazes e homens que rumaram ao Brasil pelo que, naturalmente, o *Jornal do Porto* procurou sempre dar notícia dos que partiram e dar informação pertinente para os que queriam partir. O assunto é recorrente e os avisos inúmeros, com os exemplos dos que, nas terras da América, sofrem a exploração e a doença, o desemprego, a injustiça, a amargura da solidão<sup>819</sup> e da desventura. Muitos tomavam a decisão de partir, com demasiada facilidade, com a ligeireza de quem não sabia ler, nem escrever, nem contar e não sabia nada sobre as gentes, o clima, as doenças e as

---

<sup>814</sup> *Ibidem*, p.101.

<sup>815</sup> Eugénio dos Santos, *ob. cit.*, p. 19: «(...) outros, ainda que poucos, haviam regressado ricos, honrados, casados ou solteiros, mas ascendendo ao estatuto burguês apetecido, comprando imóveis grandiosos, associando-se à nobreza decaída de outrora. E esses alimentavam constantemente o imaginário colectivo, usando botas largas, chapéu de abas fartas e cores claras, anéis de brilhantes, cordões de ouro. Eles fascinavam os empregados das câmaras municipais, os magistrados, os comerciantes, que tanto lhes cobiçavam o dinheiro, o prestígio. O povo vê neles uma espécie de vingança para a sua condição e as mulheres casadoiras, disputam a sua atenção. Essas figurass emergem na Beira Litoral e no Entre-Douro e Minho com regularidade. (...)».

<sup>816</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1860.

<sup>817</sup> *Idem*.

<sup>818</sup> Cf. Eugénio dos Santos, *ob. cit.*, 17: «Quase todas as aldeias do noroeste português abrigaram benfeitorias introduzidas por algum brasileiro. Por isso a sua figura se tornou «mítica», prestando-se às mais variadas abordagens.».

<sup>819</sup> *Idem*, p. 23: ««Este último tipo de emigrante [ que trabalha nos campos, no interior], vivendo solitário, jovem, tende a constituir família onde trabalha, radica-se aí, esquece facilmente o lugar de origem e torna-se brasileiro sem reboço nem resistência. A sua probabilidade de retorno é nula.»

dificuldades que ia enfrentar, como podemos ler nas páginas do *Jornal do Porto* de 4 de janeiro de 1860<sup>820</sup>.

O *Jornal do Porto* procurava manter os seus leitores informados e até intervir na definição da política da emigração pelo que reservava frequentemente muito espaço para os artigos da redação, as cartas dos leitores e a correspondência dos seus colaboradores. Os alertas são muitos, bem como os pedidos para que outros colaborem no esclarecimento de quem embarca e no controlo dos engajadores desonestos<sup>821</sup>. São vários os artigos de abertura de edição dedicados a esta problemática da emigração para o Brasil e a redação tem o cuidado de explicitamente referir a sua preocupação informativa<sup>822</sup>, para alertar os leitores para as possíveis consequências negativas<sup>823</sup> para o país e fatais para os emigrantes<sup>824</sup>. A 4 de janeiro de 1860, em início de ano, surge um extenso artigo de primeira página, intitulado *Emigração*, informando os leitores sobre tão importante assunto e onde se afirma: «(...) é uma mania emigrar para o Brasil. (...) Em fim a emigração, para a nossa antiga colonia, julga-se o remedio a todos os nossos males, o lenitivo a todos os nossos dissabores. Mas sel-o-á com efeito? Podemos dizer afoitamente que não.»<sup>825</sup> Trata-se de um extenso artigo, que se estende pela segunda página do jornal, onde se alerta para o facto de, no Brasil, a maioria dos nossos emigrantes encontrarem a febre, os pântanos e a morte: «(...) não está ali a fortuna de braços abertos á espera do portuguez que lança o pé na terra de Santa Cruz. Antes a maior parte dos emigrantes encontrão unicamente, desde logo e sempre, uma serie não interrompida de

---

<sup>820</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1860: «O filho que, ás vezes por motivos futeis, julga ter um desgosto de familia, vinga-se teimando em ir para o Brazil. O criado, a quem o amo n'um dia de mau humor disse uma palavra mais severa, ou se mostrou menos indulgente com as faltas delle, castiga-o abandonando o seu serviço. O individuo de qualquer industria, que teve um desastre nos seus negocios, desforra-se emigrando para o mencionado imperio.»

<sup>821</sup> *Jornal do Porto*, 7 de abril de 1862, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 11 de março de 1862.

<sup>822</sup> *Jornal do Porto*, 7 de abril de 1862, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 11 de março de 1862: os correspondentes e colaboradores do diário no Brasil esclarecem e informam: «Portugal envia ao imperio, não só os braços livres e superabundantes, como tambem aquelles individuos, que se deixam tentar pela esperança de fazer fortuna rapidamente, o que não é possível. O Brazil acceita-os porque tem necessidade de gente, mas não os emprega nos sortões sob uma fiscalização bem humana e vigilante; pelo contrario, deixa-os levar aos barbaros fazendeiros para os escravizar e sorrar com azorrague!».

<sup>823</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1860, artigo de primeira página, intitulado *Emigração*.

<sup>824</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1860, artigo de primeira página, intitulado *Emigração*: No Brasil, os valentes portugueses, no «trabalho de negro de roça», aguentam algumas semanas e caem doentes, com febres e «por cada dois mezes de trabalho tem outros tantos de doença».

<sup>825</sup> *Idem*.

*desenganos e decepções.»*<sup>826</sup> A este propósito, Costa Leite<sup>827</sup> refere que «a legislação portuguesa proibia o incitamento à emigração, mas, na prática, quase tudo era permitido, desde os anúncios das companhias de navegação até ao estabelecimento de agências de emigração»<sup>828</sup>, o que ajuda a interpretar a extensa informação dada aos leitores na edição de 13 de setembro de 1871<sup>829</sup> do *jornal do Porto*, sobre partidas de navios para o Brasil.

A propósito do estado da investigação neste âmbito, salientamos importantes fontes de informação, como a página do Observatório da Emigração<sup>830</sup> e do Museu da Imigração do Estado de S. Paulo<sup>831</sup>, tal como os projetos do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)<sup>832</sup>, em que salientamos o trabalho de Fernando de Sousa, que tem procedido ao estudo de alguns milhares de passaportes de emigrantes que partiram para o Brasil. No centro da atividade desta investigação tem estado não só a análise de passaportes, de estatísticas oficiais, da imprensa, de cartas e de memórias, mas também de legislação e de autores da época, como Alexandre Herculano ou Oliveira Martins. Estes trabalhos realçam também a importância da realização de biografias, pois que as histórias de vida são um contributo para o estudo da emigração, numa perspetiva de reconstrução de trajetórias individuais e de redes na emigração para o Brasil.

Tal como afirmou Domingos Caeiro<sup>833</sup>, consideramos que os jornais são fundamentais para o estudo da emigração portuguesa<sup>834</sup>. Nesta sua contínua missão

---

<sup>826</sup> *Ibidem*.

<sup>827</sup> J. Costa Leite, *Emigração Portuguesa: a Lei e os números (1855-1914)*, em *Análise Social*, vol XXIII (97), 1987, p 463-48, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 15.04.2015.

<sup>828</sup> *Idem*, p 469.

<sup>829</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 13 de setembro de 1871.

<sup>830</sup> *Observatório da Emigração*, disponível em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>, consulta de 11.04.2016.

<sup>831</sup> *Museu da Imigração do Estado de S. Paulo*, disponível em <http://museudaimigracao.com>, consulta de 11.04.2016.

<sup>832</sup> *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE)*, disponível em <http://www.cepese.pt>, consulta de 11.04.2016.

<sup>833</sup> Domingos Caeiro, *E aos centos, em multidão... com os olhos postos numa felicidade: a visibilidade da emigração na imprensa, 1890-1920*, Lisboa, 2002, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 12.05.2015.

<sup>834</sup> *Idem*, in *Resumo*, s/p: «(...) estes passam a desempenhar uma relevante função social, constituindo uma fonte histórica de primeira importância. Desta forma, representando a imprensa, neste período, uma função crucial de ligação entre a tribuna e a rua, de informação e de comunicação, afigurou-se-nos, não é de mais repeti-lo, que a inteligência do tema da “visibilidade da emigração portuguesa na imprensa periódica”, no período atrás definido, passava irremediavelmente, por um levantamento, tão exaustivo quanto possível, da imprensa periódica com dimensão nacional, porque todo esse universo de notícias

informativa, o *Jornal do Porto*, produz, como já afirmámos, artigos na primeira página sobre a emigração para o Brasil, e a redação recebe muita informação, através de comunicados e artigos de resposta ou contestação. E, logo no dia 7 de janeiro, de 1860, surge outro artigo na primeira página, refutando uma opinião recebida do correspondente do Rio de Janeiro, e reafirmando, veementemente, o que havia sido escrito anteriormente: Os colonos partem aos milhares, «*Quantos voltão? Uma fracção infinitesimal, Quantos destes trazem algumas libras? Talvez um numero igual áquelles que vem arruinados de saúde, e a quem os patrícios arranjarão lá uma subscrição para a passagem. Quantos desses emigrados estão lá afazendados? Nem dois por cento talvez (...)*»<sup>835</sup>

Assim, conclui a redação, terminado o tráfico de escravos, já nem enriquecem os portugueses que no Brasil se dedicam ao comércio e se também os caixeiros partem aos milhares, a maioria nem sempre *chega à abastança* e poucos voltam<sup>836</sup>. Pelo *Jornal do Porto*, ficamos a saber que muitos dos que partiam do Porto passavam depois muito tempo vagueando pelas ruas do Rio de Janeiro<sup>837</sup>, a região que vai absorver mais mão-de-obra, na agricultura, na indústria e no comércio. Para o correspondente do Brasil a agricultura é a atividade principal e dela depende o futuro da economia brasileira, mas afirma serem os robustos colonos portugueses quem tem feito muito trabalho e quem povoa o território, apesar de serem tão mal tratados<sup>838</sup>, o que considera ser um mau precedente para as futuras gerações de emigrantes<sup>839</sup>. Os

---

*desvenda um panorama do fenómeno migratório e da forma como este foi vivenciado e debatido em certos sectores.».*

<sup>835</sup> *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860.

<sup>836</sup> Eugénio dos Santos, *ob.cit.*, pp. 23-24: «*O brasileiro de torna-viagem (...) Procede das cidades, é empreendedor, sabe investir e seleccionar épocas e lugares de lazer, deseja conhecer outras gentes. Por isso viaja. Repete mesmo ao longo a vida várias vezes o percurso oceânico, pois os vapores são rápidos e oferecem comodidades.(...) nem todos os que foram e regressaram, uma ou mais vezes, eram muito poderosos. Podiam ser pouco mais que remediados, pequenos ou médios proprietários. (...) Os remediados, homens com alguns cabedais, bastante numerosos talvez tenham sido quem maior influência permanente deixou no seu seio de origem (através de doações, mesadas, compras de bens, depósitos, acções).*».

<sup>837</sup> *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1861, do correspondente do Rio de Janeiro: «*As ruas andão cheias desses recém-chegados do Porto*».

<sup>838</sup> *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 11 de março de 1862.

<sup>839</sup> *Jornal do Porto*, 7 de abril de 1862, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 11 de março de 1862: «*O governo perde os colonos se os não quizer vigiar pelo interior; e elles não querem sahir das cidades, temendo com justa razão os maus tratos dos compradores Mas nas cidades ha grandes dificuldades em se arranjarem, e então eil-os entregues á vagabundagem. A imprensa liberal do Brazil*

emigrantes uma vez chegados ao portos, ficavam à espera que os viessem buscar ou, como afirma o correspondente do Brasil, que os viessem comprar<sup>840</sup>. O Porto e os Açores são duas regiões de Portugal de onde partem mais homens e mulheres para o Brasil, onde chegam muitos navios com emigrantes, muitos deles sem passaporte<sup>841</sup>. Na edição de 23 de março de 1861, através de um periódico local, o *Jornal do Porto* dá notícias de Angra, informando que nas costas do arquipélago dos Açores anda um navio brasileiro a desafiar a emigração clandestina, tendo sido presa a tripulação de um navio local que foi ao largo levar gente a bordo do navio brasileiro. A 22 de dezembro de 1862, o *Jornal do Porto* publica a correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de novembro. Aqui, o *Jornal do Porto* apresenta a transcrição de carta escrita por um português, Manoel Joaquim da Costa, ao jornal *Portuguez*, quando chegou ao Rio de Janeiro, sobre como os ignorantes camponeses da província do Minho são enganados pelos engajadores na cidade do Porto e pela *Associação Central de Colonização*, no Rio de Janeiro<sup>842</sup>. Já no carnaval de 1862, no Rio de Janeiro, o correspondente elogiara os festejos e enumerara as bandeiras e os carros alegóricos, verificando-se que não faltavam alusões aos colonos portugueses vindos do Porto e à questão do barão de Moreira<sup>843</sup>, com forte feição de crítica social e política.

Relata o correspondente do Rio de Janeiro que, do norte de Portugal, embarcaram muitos portugueses com destino ao interior do Brasil<sup>844</sup>, tendo sido

---

*por varias vezes tem falado n'este sentido, fazendo ver ao governo a necessidade de olhar pelo bem-estar dos colonos porque com isso lucra o imperio grandes interesses.».*

<sup>840</sup> *Jornal do Porto*, 4 de outubro de 1859, correspondência de Pernambuco, datada de 14 de setembro: «Parece que os portuguezes recém-chegados ao Rio, continuão alli a ser retidos a bordo dos navios que os conduzirão, á espera de quem os vá comprar».

<sup>841</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861. Do Porto e dos Açores, chegam ao Brasil muitos navios com emigrantes, muitos deles sem passaporte, ainda que a maior sejam contratados pela Associação Central, com agentes em Portugal.

Cf. *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1861 – correspondência do Rio de Janeiro, datada de 8 de abril. Muitas vezes chegam notícias sobre os portugueses que viajavam escondidos, ilegais, sem passaporte e sujeitos à exploração dos capitães dos navios.

<sup>842</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 22 de dezembro de 1862.

<sup>843</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862. Carta do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 11 de março de 1862, relatando os festejos de carnaval em que o consulado português e o barão de Moreira surgiam, como «os sócios das *commanditas consulares*» e nas ruas havia cartazes em que os emigrantes chegados do Porto com destino ao interior.

<sup>844</sup> *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1862, carta do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 11 de março de 1862, relatando os festejos de carnaval: «uma fortaleza collocada n'uma das ruas de maior transito perguntava ao barco: -Ó navio, de onde vens? a cuja pergunta respondia a tripulação: -Venho do Porto. – Que carga tazes? Rsspondia o comandante da galera: - Carne para o corral. Era uma critica manhosa feita á importação dos colonos portuguezes no Brazil, mostrando ao publico, que o eles irem para o interior equivale á sorte que tem o gado no açougue.».



colocada numa rua de grande movimento, durante os festejos de carnaval, uma forte crítica «*á importação de colonos portugueses*», que iam para o interior, «*carne para o corral*», o que «*equivale á sorte que tem o gado no açougue*».<sup>845</sup>

No passado, como hoje, numa situação de crise, os emigrantes são os primeiros a sofrer o desemprego e as dificuldades que daí advêm. De Pernambuco, datado de 15 de janeiro de 1861, relata-se uma crise que a todos afeta, mas especialmente os imigrantes, pelo que «*Os emigrantes são inumeraveis, vagando de terra em terra (...) Os mortos á fome contão-se já por dezenas e até centenas. Os emigrantes são innumeraveis, vagando de terra em terra, onde não são mais felizes que na sua, porque o mal estende-se a uma grande área.*»<sup>846</sup>.

Desde o início da sua existência, em 1859, o jornal dedicou especial atenção e espaço aos problemas da saída ilegal dos cidadãos portugueses rumo ao Brasil e dos maus tratos a que são sujeitos<sup>847</sup>. Na correspondência recebida de Pernambuco, datada de 15 de novembro de 1859, encontramos o relato de mais um caso de embarque ilegal de emigrantes de Portugal para o Brasil, retirado da *Gazetilha do Jornal do Commercio*, sob o título de *Escravidão branca*. Homens, mulheres e crianças, portugueses que viajam sem condições, sujeitos a maus tratos durante a viagem, chegam ao Brasil magros e com fome<sup>848</sup>. O capitão trazia apenas 47 passageiros com passaporte e confessou que «*os outros haviam sido apanhados nos rochedos da costa*». Mandaram separar os que vieram legalmente, «*dos que tinham sido preza do lucro*» e a estes foi dito «*que ficavam livres do pagamento da passagem (...)*». Mas, não foi preso o capitão.<sup>849</sup> Ainda sobre o transporte ilegal de emigrantes e o excesso de passageiros, num artigo do correspondente no Brasil, datado de 13 de dezembro de 1859, sobre a pena aplicada ao capitão do navio Nova Lima, vemos que os colonos «*que vierão sem passaporte não foram aliviados da passagem, em pena do crime que*

---

<sup>845</sup> *Idem*.

<sup>846</sup> *Jornal do Porto*, 5 de fevereiro de 1861, carta do correspondente de Pernambuco, datada de 15 de janeiro de 1861.

<sup>847</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 16 de dezembro de 1859.

<sup>848</sup> *Idem*, do correspondente de Pernambuco, carta datada de 15 de novembro “*Era um quadro afflictivo, diz aquelle jornal. D’um lado mãis infelizes com seus filhos ao collo pedião pelo amor de Deus pão, ar, vida e liberdade! – D’outro moças emagrecidas pela fome amaldiçoavão a sua credulidade! Os engajados a quem a fome, a pancada, e a miséria deixarão ainda forças para respirar o ar livre do convés, formigavão de popa á proa! Outros finalmente extenuados e esquilidos jazião no porão estirados sobre magras e rotas enxergas!*»

<sup>849</sup> *Ibidem*.

*commetterão embarcando-se sem elle»*<sup>850</sup>. Em longo artigo de primeira e segunda página, no dia seguinte, 4 de janeiro de 1860, o *Jornal do Porto*, apresenta algumas das dificuldades que enfrentam os nossos homens, mulheres e crianças e conclui que o «acontecido com a barca Nova Lima, (...) é sermão eloquente, que os nossos oradores sagrados devião prégar nas cadeiras parochiais e nos púlpitos». Toda a população deve conhecer a realidade<sup>851</sup> que os seus filhos e filhas<sup>852</sup> vão encontrar mas, em vez da verdade, muitos são os que os enganam e fazem aumentar a ilusão de riqueza e sucesso. As filhas de Portugal são maioritariamente encaminhadas para a prostituição e muitos enriquecem e fazem fortuna à custa destas «pobres raparigas que são enganadas» na sua terra e aliciadas a embarcar: «Quanto ás mulheres posso afiançar-lhe que das que vem, como engajadas, não vão de 100 duas para trabalhar como colonas nas fazendas, mas sim, são tiradas de bordo por outras que cá estão nas ruas (...) e entregues á devassidão recebendo insultos nas janellas de todos que passam»<sup>853</sup>.

É a realidade da emigração com destino ao Brasil, já, muitas vezes, relatada, nas páginas do diário portuense: «O que nós não gostamos de vêr é a maneira por que ahi no Porto se engajão homens com o titulo de colonos, para virem aqui ser carroceiros debaixo do mesmo titulo! As mulheres são ahi contratadas como criadas de servir e colonas, para serem aqui lançadas, pela maior parte, no imoral e asqueroso mister de rameiras por três e quatro anos!!!»<sup>854</sup>

Já antes, a 5 de dezembro de 1861, na carta do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 7 de novembro, podíamos ler *exemplos de enganos vis*, pois que compara o que ganha um homem, um menor de 14 anos, ou uma mulher de 14, 16, 18, 20 anos como rameira: «É por isso que os contractadores e fazendeiros levantão palacios e as traviatas comprão sedas e veludos». Um homem paga de «passagem 35\$000 réis fracos e em 24 meses ganha 720\$000 réis fracos»; um menor, em 24 meses ganha 480\$000 réis fracos; uma mulher entregue «ao mister de rameira», de

---

<sup>850</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 3 de janeiro de 1860.

<sup>851</sup> *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1860 - dois terços dos homens do povo que emigram, partem porque são auxiliados por quem os devia informar sobre a realidade do trabalho no Brasil

<sup>852</sup> *Jornal do Porto*, 5 de dezembro de 1861, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 7 de novembro.

<sup>853</sup> *Jornal do Porto*, 1 de fevereiro de 1862, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 7 de janeiro.

<sup>854</sup> *Jornal do Porto*, 5 de dezembro de 1861, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 7 de novembro.

14,16,18 e 20 anos, em 24 meses ganha 3:000\$000, 4:000\$000 e 5:000\$000 réis. Mas, sentencia o correspondente: ao fim de algum tempo vão parar ao hospital de caridade com a saúde arruinada e serão enterradas num cemitério público<sup>855</sup>. Isto é, afirma-se do Brasil que as lindas jovens açorianas estão na prostituição<sup>856</sup>. Avisa-se que muitas perdem a vida muito cedo e o *Jornal do Porto* continua a fazer eco dessa situação. Nesta carta dirigida ao *Jornal do Porto*, como noutras, temos informação que demonstra como a emigração era organizada na origem: os emigrantes embarcavam com a promessa ou a ilusão de melhor vida, mas a realidade era bem diferente e, continua o correspondente: São muito poucas as jovens colonas açorianas que têm um trabalho sério e a culpa é do governo português: *É raro vêr de tantas mulheres que vem dos Açôres, algumas empregadas seriamente em trabalhos honrosos. E chamam a isto colonização! Quem é o culpado da perda das pobres Açorianas é o governo portuguez com o seu desleixo. As Açorianas são para o Rio o que para Constantinopla estão sendo, desde ha seculos, as Circassinias.*»<sup>857</sup>

Na obra de Júlio Dinis, a questão social da prostituição não é um tema sinalizado, no que respeita à vida na aldeia, nem na problemática da emigração. Apenas em *Uma Família Inglesa*, a personagem Carlos Whitestone se vê envolvido na suspeita de ter vendido o relógio que seu pai lhe oferecera, como presente de anos, para satisfazer algum pedido de uma senhora ainda nova e bonita, elegante e vestida de preto<sup>858</sup>, que o visitara em casa<sup>859</sup>. Uma vez que andava a ser observado pela criada de Cecília, a filha de Manuel Quintino, esta visita foi assim relatada à jovem apaixonada de Carlos: *«(..) Ia a sair de casa. Entrou com uma senhora nova para uma carruagem ...(...) Essa tal que eu digo, chegou de fora. Pelos modos ... é uma das tais comediantes do teatro ...que ele conhece»*<sup>860</sup>.

---

<sup>855</sup> *Idem.*

<sup>856</sup> *Jornal do Porto*, de 5 de abril de 1862, carta do Rio de Janeiro, correspondência datada de 11 de março de 1862: «As lindas colonas portuguesas dos Açôres, mais lindas que nenhuma outras estrangeiras, oferecem um grande contingente para a prostituição n'esta cidade [Rio de Janeiro] (...)e, sahindo da pátria como colonas, chegam aqui para habitarem as ruas da Alfandega, Sabão, Hospicio, Fogo, S, Pedro, Conceição e outras, onde, sujeitas aos baldões de todos, acabam por perder a vida, aquellas mulheres perdidas, na mizericordia, onde vão procurar remedio para o que já o não pode ter senão mizericordia divina, restando dellas apenas a lembrança, que pode dar uma cruz preta posta á cabeceira d'alguns palmos de terra, que a caridade lhe emprestou para lhe consumir o corpo corrompido em serviço de satanaz.».

<sup>857</sup> *Idem.*

<sup>858</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 258.

<sup>859</sup> *Idem*, pp.260-268.

<sup>860</sup> *Ibidem*, p.281.

Logo em 1859, como já vimos para outros setores da vida dos portugueses, o *Jornal do Porto* procura ser porta voz de problemas e denúncias e, declaradamente, quer fazer chegar as suas propostas ao governo e às cortes. *Alliciação de colonos portugueses*<sup>861</sup>, é mais um dos longos e críticos artigos de primeira página sobre tão premente tema e logo no primeiro parágrafo afirma-se que: «*A emigração (...) pode ser uma imprevidencia funesta, uma decepção desoladora e uma temeridade fatal*»<sup>862</sup>. De forma clara, anuncia-se que se trata de um fenómeno de todas as nações, «*uma chaga viva que ulcera o corpo social em todas as nações*»<sup>863</sup>, que muitos filantropos fazem brilhantes apelos e discursos de repúdio, que muitos políticos fazem averiguações e estudos, mas sem se verem resultados dos seus esforços<sup>864</sup>. A redação acusa os governos de não darem aos seus cidadãos senão indigência e miséria, pelo que «*Os governos são também soldados d'esta grandiosa cruzada*»<sup>865</sup>, apesar de «*Coacervão leis sobre leis, forjão absurdos, incoerentes e indeliberados regulamentos d'administração e, adoptão, acanhados, e inexequíveis e inefficazes expedientes, para diffcultar ou obviar a que espantosos cardumes de malaventurados emigrantes transponhão as fronteiras (...)*»<sup>866</sup>. Mas, a situação é muito mais complexa e, afirma o redator, nem os regulamentos, nem os governantes parecem conseguir dissuadir os milhares de infelizes que desistem da sua terra natal<sup>867</sup>.

Como vimos anteriormente, a emigração, a legal e a clandestina, para o Brasil foi um problema europeu do século XIX, que a historiografia tem vindo a investigar. No longo artigo que temos vindo a citar, considera-se que o Porto é região de origem de muitos milhares de emigrantes que partem com destino aos portos do Brasil. Refere-se que o governador civil do Porto fez relatório identificando o problema da alliciação para a emigração, da fraude que cometem os angariadores que enganam os emigrantes,

---

<sup>861</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 30 de junho de 1859, *Alliciação de Colonos Portugueses*. Longo artigo iniciado na primeira página e que continua na segunda página.

<sup>862</sup> *Idem*

<sup>863</sup> *Ibidem.*

<sup>864</sup> *Ibidem.*

<sup>865</sup> *Ibidem.*

<sup>866</sup> *Ibidem.*

<sup>867</sup> *Ibidem*: «*infortunados, que quotidianamente abandonão familia, amigos e pátria, para ir que na terra natalícia lhes era adversa, (...) uma febre violenta, um delirio sinistro que seduz e ensandeece os filhos bastardos da felicidade(...)*». *demandar em longinquas, e quazi sempre inhospitas, regiões do globo, os sorrisos e caricias da fortuna*»

designando-os de colonos e prometendo-lhes a prosperidade<sup>868</sup>. Não faltam exemplos dramáticos<sup>869</sup>, nem avisos, que a população rural portuguesa não lê, nem as autoridades acautelam a sua segurança no Brasil, uma vez que muitos continuam a desejar embarcar: «*A colonização portuguesa é boa para os especuladores, a quem dá mais interesse que a escravatura que vinha de Angola!!*»: Os charuteiros compram as crianças de 10-15 anos, ainda nos navios, para trabalhar nas fábricas onde «*são tratados com muita bolaria e pontapés, isto occultamente para que a policia não saiba*».<sup>870</sup>

Júlio Dinis, em *A Morgadinha dos Canaviais*, apresenta-nos o desgostoso Cancela, o pai de Ermelinda, que após a sua morte, não tendo mais laços que o prendam à aldeia, afirma partir para a cidade, onde sabe que estão a recrutar trabalhadores para o Brasil, Diz ele: «*Quero ver se o trabalho me mata, antes que o desgosto me não tente a morrer se outra sorte*»<sup>871</sup>. O escritor coloca Augusto, o mestre escola, na mesma situação: Augusto, quer fugir do desgosto de amor, quer sair da aldeia – tens as mesmas intenções que Cancela: «*Não dizes que queres ver se o trabalho te mata? Porque não hei-de eu tentar o mesmo também?*»<sup>872</sup>. Para eles, o Brasil significa a fuga, um lugar distante para onde muitos outros partiram. Não têm projeto pessoal de enriquecimento. Mas, o Brasil é o primeiro lugar para onde pensam partir.

O saber fazer e o saber ler e escrever era tão importante para a proteção do jovem emigrante que, Jorge Alves cita a *Revista Universal Lisbonense*, onde no ano de 1842 já se escrevia que «*os nossos correspondentes de novo recomendam que não emigrem senão pessoas que tenham ofício ou rapazinhos que saibam ler e escrever bem, e que todos paguem as suas passagens. Todos os mais vão procurar a sua*

---

<sup>868</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 30 de junho de 1859, artigo de abertura de edição, intitulado *Alliciação de Colonos Portugueses*.

<sup>869</sup> *Jornal do Porto*, edição de 1 de fevereiro de 1862, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 7 de janeiro - Muitos dos factos que acontecem no Brasil com os colonos são praticados por brasileiros, mas também por «*aquelles que se dizem patricios dos colonos portugueses*». Diz-se que muitos chegam e nem os parentes os podem ver, nem pagar-lhes as passagens – partem logo para o interior, para onde são engajados os emigrantes que vêm do Porto e dos Açores.

<sup>870</sup> *Idem*: «*Os menores de 10 até 15 annos, pela maior parte, são empregados nas fabricas de charutos do Rio: os proprietarios charuteiros compram essas creanças a bordo dos navios, que chegam das ilhas, pelo tempo de 24 a 30 mezes.(...) e querem saber quanto lucra o especulador diariamente com o pobre innocente? Tanto como 1\$500!quantia que no fim de 30 mezes devia conferir, com pouca diferença, com uma passagem paga que custa 80\$000 réis fracos!!*».

<sup>871</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 392.

<sup>872</sup> *Idem*.

*desgraça em lugar da felicidade que supõem»*<sup>873</sup>. O autor cita também Oliveira Martins que, refletindo sobre o fenómeno migratório português de Oitocentos, afirma: «*Desde que a miséria é a causa principal da emigração, necessariamente os emigrantes são os menos instruídos e habilitados para ganhar a vida*»<sup>874</sup>.

Se saber ler e contar era condição essencial para obter algum êxito no Brasil, Jorge Alves, ao estudar o fenómeno no distrito do Porto informa que em «*termos simples, podemos dizer que por cada 3 mulheres que emigravam só uma sabia escrever, em média, enquanto por cada três homens emigrantes dois o faziam*»<sup>875</sup>. Com base nas informações obtidas nos registos dos passaportes emitidos pelo Governo Civil do Porto, afirma que os emigrantes tinham a percepção da importância de saber ler e escrever<sup>876</sup>, tendo contribuído para «*o crescimento do parque escolar nacional*»<sup>877</sup>, e em território brasileiro, mas que, só a partir de 1860, as autoridades passaram a incluir nos passaportes a informação «*não sabe ler*», «*não sabe assinar*»<sup>878</sup>. Jorge Alves realça ainda que os emigrantes se organizavam<sup>879</sup> para melhorar as suas competências de leitura e escrita e que os retornados, os brasileiros, eram defensores da necessidade de instrução e promoviam e financiavam o surgimento de escolas em Portugal<sup>880</sup>. Jorge Alves procura demonstrar que, face ao contexto nacional, o Porto é um distrito de sucesso emigratório<sup>881</sup> o que se pode relacionar com o nível de alfabetização, porque «*a emigração do distrito do Porto está longe de se reduzir às camadas sociais menos preparadas em termos escolares*»<sup>882</sup>, sendo este fluxo migratório «*mais alfabetizado do*

---

<sup>873</sup> Jorge Alves, *Analfabetismo e Emigração – o caso do distrito do Porto no século XIX*, in Revista da Faculdade de Letras, pp. 271- 287, s/d. p. 273, disponível em ler.letras.up.pt, consulta de 20.03.2014.

<sup>874</sup> *Idem*, p. 271.

<sup>875</sup> *Ibidem*, p. 278. O autor acentua que, de 1860 até ao final do século, o nível de analfabetismo na emigração no Porto rondava os 40%, sendo que a maioria dos analfabetos eram mulheres, e que a maioria dos alfabetizados eram jovens rapazes, subindo o número de analfabetos no grupo dos homens, de origem rural. Realça o facto de o Porto ter capacidade de mobilização de mão de obra rural e salienta que o êxodo rural foi também acompanhado de escolarização, porque saíam do campo, não só os mais jovens, mas também os mais instruídos. Quando a cidade não teve dinâmica económica para absorver população, a emigração surgiu como um destino, uma solução.

<sup>876</sup> Cf. Jorge Alves, *ob. cit.*, p. 271: Jorge Alves cita Oliveira Martins: «*Desde que a miséria é a causa principal da emigração, necessariamente os emigrantes são os menos instruídos e habilitados para ganhar a vida*».

<sup>877</sup> *Ibidem*, p. 272.

<sup>878</sup> *Ibidem*.

<sup>879</sup> *Ibidem*.

<sup>880</sup> *Ibidem*, p. 284: o Conde de Ferreira que «*à hora da sua morte deixou um legado para a construção e mobília de 120 casas para escolas primárias de ambos os sexos em terras que fossem cabeças de concelho (...)*».

<sup>881</sup> *Idem*, p. 279.

<sup>882</sup> *Ibidem*, p. 278.

*que a população do Continente em geral. E, sobretudo, é mais alfabetizado do que a população rural do distrito de origem»*<sup>883</sup>.

Para Adília Fernandes e Odete Paiva, o brasileiro desempenhou um importante papel na sociedade e na economia do Brasil e da sua terra natal, passando «*pela banca, pela indústria, pelo comércio, pela construção imobiliária, pela instrução (construção de escolas e subsídios), pela saúde e assistência, fez mudar gentes e territórios*»<sup>884</sup>. Segundo as autores, para estes portugueses enriquecidos no Brasil, a «*participação em irmandades, bem como a criação de vínculos com pessoas da elite foi elemento de salvaguarda e trânsito social*»<sup>885</sup>, confirmando a tese de que muitos alcançaram prestígio e poder social através da participação na vida religiosa, no desenvolvimento do ensino e da assistência local. No Brasil, surgiu a Santa Casa da Misericórdia e outras associações de assistência e apoio, criadas por portugueses que delas também beneficiavam, no dia a dia, ou para pagamento de sepultura de pobres e mendigos<sup>886</sup>, como assinalam alguns historiadores. Concluem as autoras que «*a geografia minhota não mais foi a mesma, após a ida e muitas vezes vinda, dos emigrantes que demandaram terras brasileiras. Contribuíram para alterar o modus vivendi das regiões onde se fixaram (normalmente as de origem), e tiveram peso em diversos sectores económicos. O hermetismo social ia-se desvanecendo com a sua presença marcante*»<sup>887</sup>.

A partida ilegal, sem passaporte, e a partida aventureira fazem parte da emigração. Tantos são os exemplos que o *Jornal do Porto* nos fornece sobre os anos de 1859-1863: na edição de 4 de janeiro de 1860<sup>888</sup>, refere-se um exemplo de ilegalidade na obtenção de passaporte, numa freguesia de Penafiel, com a ajuda do regedor da paróquia, mas «*isto não é mais do que um exemplo, como este repetem-se aos centos annualmente, com mil variedades de circunstancias.*»<sup>889</sup>. E há um apelo da redação à sociedade civil: «*(...) elles abalão do paiz aos milhares e voltão ás dúzias, e*

---

<sup>883</sup> *Ibidem*, p. 279.

<sup>884</sup> Cf. Adília Fernandes e Odete Paiva, *ob. cit.*, p. 411.

<sup>885</sup> *Idem*.

<sup>886</sup> Cf. Jorge Carvalho Arroiteia, in Fernando de Sousa et al, (coord.), *ob. cit.*, p. 47.

<sup>887</sup> *Ibidem*, p. 422.

<sup>888</sup> Cf. *Jornal do Porto* de 13 de junho de 1859, sobre o problema do transporte dos passageiros sem passaporte: foram instaurados, pelo ministério do reino, processos aos capitães de dois navios, um americano, a barca Asor, e um português, o brigue Esperança.

<sup>889</sup> Cf. *Jornal do Porto*, edição de 4 de janeiro de 1860, *Emigração*, extenso artigo na primeira e na segunda página.

*esses mesmos com a saúde estragada (...): não devemos empregar todos os esforços para impedil-a? (...) Não haverá meios indirectos e efficazes a empregar da parte dos bons cidadãos?»<sup>890</sup>.*

Porém, o estudo da problemática da emigração, leva a que, em artigo de 1862, a redação do jornal não condene a emigração em geral, nem todo o emigrante, nem o governo: «*Portugal não perde em que emigrem os menores que sabem ler, escrever e contar, e que vão no Brasil entregar-se ao commercio; ganha mesmo com isso. (...) Perde, e muito, em que vão os colonos agricolas, e estes perdem-se tambem.*»<sup>891</sup> Mas, esta parece ser uma denúncia que não faz eco, nas populações que pretende avisar, nem junto das autoridades. É o correspondente do Rio de Janeiro quem acusa a polícia portuguesa de não fiscalizar as saídas do Porto e das ilhas: no Rio de Janeiro, num navio chegado do Porto, com 118 passageiros declarados, encontravam-se 181, noutro estavam declarados 160, mas as autoridades contaram 220 passageiros, noutros a diferença é de 96 para 150, de 140 para 173, de 118 para 181; nos navios que chegaram das ilhas, encontrava-se o mesmo quadro, com uma diferença muito significativa entre o número de passageiros legais e os não declarados, portanto, ilegais: 170 contra 479; de 100 para 280, de 66 para 250, de 50 para 299 e num outro de 103 para 223. Mas, os números também não são iguais nos registos do consulado e do governo civil, do Porto, de Viana do Castelo e das ilhas<sup>892</sup>. Era aos engajadores de mão de obra que se atribuía as condições para a emigração clandestina e o facilitismo, isto é, a ilusão de que o Brasil traria a todos a riqueza que alguns retornados exibiam, mesmo aos que não eram instruídos, sendo que, para os engajadores, a instrução podia tornar-se um obstáculo, por criar expectativas e ambições a que não seria possível corresponder.

Estes números revelam a falta de iniciativas locais ou a falta de eficácia das autoridades portuguesas para atenuar este problema, que vem de trás<sup>893</sup>. Entre as causas da emigração clandestina, podemos acompanhar o correspondente de Lisboa,

---

<sup>890</sup> *Idem.*

<sup>891</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de fevereiro de 1862.

<sup>892</sup> *Jornal do Porto*, 1 fevereiro de 1862, correspondência do Rio de Janeiro, de 7 de janeiro de 1862.

<sup>893</sup> *Jornal do Porto*, 4 de outubro de 1859, do correspondente em Pernambuco, em carta datada de 14 de setembro: Em 1859, em Pernambuco, segundo o correspondente do diário parece «*que os portugueses recém-chegados ao Rio, continuão alli a ser retidos a bordo dos navios que os conduzirão, á espera de quem os vá comprar*». E transcreve o anúncio que vem no jornal *Correio Mercantil*: «*(...) ainda ha para se engajar famílias e cazais propios para lavoura, moças solteiras para criadas, um bom official d'alfaiate, e um moço que sabe escrever, para caixeiro.*».



quando informa que das ilhas chegam notícias sobre a luta contra a fome e sobre os terríveis efeitos da emigração clandestina, incluindo a fuga de criminosos que deixam de ter medo da lei, porque conseguem evadir-se como os emigrantes clandestinos<sup>894</sup>. A situação de pobreza nas ilhas assumiu tais proporções em 1859, que a emigração surge como grande meio de fuga e de esperança: a crise de cereais traz a fome, a miséria e é preciso socorrer a população<sup>895</sup>.

A emigração para o Brasil continua a merecer a atenção da imprensa e o *Jornal do Porto* continua a defender que os portugueses que quiserem ir para o Brasil devem ir dedicar-se ao comércio, para que os negócios daquele imenso território continue «*em mãos de portugueses*», mas para isso é preciso que partam com os requisitos e os cuidados necessários. Em 1863, a premência do tema mantém-se e continua a encher páginas do *Jornal do Porto* que refere claramente a necessidade de voltar ao assunto agora porque «*vimos não ha muito, na imprensa, exaltar as vantagens de emigração para o Brazil.(...)*»<sup>896</sup>. Divulga-se, pede-se, que as crianças não devem sair do reino, sem provarem que sabem ler, escrever e contar; as autoridades querem que deixem substituto para o serviço militar, porque muitos fogem ao serviço militar; e alguns fugirão à justiça<sup>897</sup>. Considerando que o Brasil precisa de trabalhadores e que é um imenso deserto, alerta que o comércio brasileiro está na mão de muitos portugueses e assim deve continuar<sup>898</sup>, mas que os homens que vão trabalhar na agricultura brasileira, sob sol ardente, são os que fazem falta nos campos portugueses e devem acautelar-se porque vão fazer os serviços antes entregues

---

<sup>894</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 18 de junho de 1859. Correspondência de Lisboa nas ilhas a emigração é tida como um mal que afeta diretamente a agricultura e a segurança de pessoas e bens, porque os criminosos conseguem evadir-se para o Brasil. Muitos ilhéus vendem os seus bens e embarcam clandestinamente, partindo para uma vida de escravatura.

<sup>895</sup> *Jornal do Porto*, 19 de abril de 1861, correspondência do Rio de Janeiro: No *Jornal do Porto* de 18 de junho de 1859, o correspondente de Lisboa, informa que o ministério das obras públicas enviou «*cem moios de milho, para ocorrer ás necessidades*», para o distrito de Angra do Heroísmo. Da edição do jornal de 19 de abril de 1861, salientamos o realce dado à notícia do correspondente do Rio de Janeiro, que se refere a mais um navio que chegou dos Açores: «*Só desejava que todos os portuenses vissem um barco que veio ultimamente dos Açores, carregado de emigrados. Mulheres, homens e crianças, estiveram a bordo para serem vendidos como se fossem escravos! Que vergonha!!*».

<sup>896</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863, artigo de primeira página intitulado «*A emigração para o Brazil*».

<sup>897</sup> *Jornal do Porto*, 1 de outubro de 1859, do correspondente de Coimbra, temos a notícia de que alguém quer fugir/embarcar clandestinamente para o Brasil, mas os fiadores querem descobrir onde está e oferecem prémio a quem o entregar.

<sup>898</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863, artigo de primeira página intitulado «*A emigração para o Brazil*».

aos escravos negros e as jovens raparigas vão para a prostituição<sup>899</sup>. E continua a expor o seu pensamento: mas, se partirem os homens dos ofícios e do comércio, estes podem ser úteis ao Brasil<sup>900</sup> e a Portugal. No entanto, e apesar da atenção dada ao assunto, é raro ver a indicação de nomes de portugueses entre os que abrem negócios no Brasil – se há muitos portugueses no comércio brasileiro, não estão identificados como portugueses os que abrem novos negócios<sup>901</sup>, como vemos, por exemplo, na correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de abril de 1863. Júlio Dinis, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca* também não perde a oportunidade para colocar o Brasil entre as opções da família para organizar o futuro de Maurício. É o próprio pai, D. Luís, quem lança a proposta: «- *E tu? Queres ir para o Brasil?*»<sup>902</sup>, permitindo-nos antever que não seria de todo mal recebida pelo fidalgo uma resposta positiva do filho mais novo, sendo o Brasil ali colocado como um lugar de oportunidades de enriquecimento. Júlio Dinis, escritor preocupado com a sociedade portuguesa oitocentista, procura meios de intervenção e produz representações do quotidiano português, através dos seus quadros sociais e das suas personagens tipo. Se nas cenas do Porto, encontramos os emigrantes de torna-viagem - capitalistas brasileiros, nas crónicas da aldeia, o Brasil surge-nos também e ainda como um lugar sonhado como destino para fugir à pobreza, como um mundo de oportunidades e de enriquecimento fácil.

---

<sup>899</sup> *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863, artigo de primeira página intitulado «A emigração para o Brasil»: «Os emigrados do sexo feminino, sempre que os dotes físicos os recommendam um pouco, tem por futuro a prostituição».

<sup>900</sup> Cf. Jorge Fernandes Alves, «Variações sobre o “brasileiro” –Tensões na emigração e no retorno do Brasil», in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, p.191-222, Univ. Coimbra, 1999, disponível em <http://ler.letras.up.pt>, p.2: «emigração massiva que se fez sentir no Brasil, como em toda a América, irmanando correntes populacionais no propósito de ir "fazer a América", foi determinante, a vários níveis, para a construção do Brasil contemporâneo, nomeadamente para a "branquização" populacional e para a formação de alguns conglomerados regionais sulistas onde se criam "paisagens europeias"».

<sup>901</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 23 de maio de 1863. Correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de abril de 1863: quatro portugueses têm autorização para serem comerciantes no Brasil.

Cf. *Jornal do Porto*, 2 de outubro de 1863. Correspondência do Rio de Janeiro, datada de 8 de setembro: lista de oito portugueses matriculados no tribunal de comércio da cidade, autorizados a abrir negócios.

Cf. *Jornal do Porto*, 2 de junho de 1863, Correspondência do Brasil, datada de 8 de maio, do Rio de Janeiro. Mais 2 portugueses que receberam autorização para comerciar. Nestas listas não é frequente haver a indicação da nacionalidade do negociante.

<sup>902</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 57.

Em 22 de abril de 1863, *A emigração para o Brasil*, é o título de mais um artigo de primeira página, no *Jornal do Porto*<sup>903</sup>, em que se defende que há um tipo de emigração útil, vantajosa a que não se deve pôr obstáculos<sup>904</sup>: a emigração dos homens das artes e ofícios que recebem bons salários no Brasil e que podem trazer boas poupanças para o reino, se voltarem, porque a maioria estabelecer-se-á definitivamente por lá. Mas, há que não esquecer o lado horroroso da emigração com vida de escravidão, dos emigrados pobres que enviam dinheiro para as famílias, dos que morrem nos sertões. Dos poucos que regressam, «quando muito, cinco por cento d’elles, [muitos vêm] com passagem paga pela caridade publica»<sup>905</sup>. Atente-se no facto de, na edição de 20 de dezembro de 1861, o correspondente do Rio de Janeiro, em carta datada de 25 de novembro, ter referido que há crise no comércio e que se vai refletir na vida e nos rendimentos dos emigrantes: os bancos cobram altos juros, prejudicando comerciantes e agricultores, que estão a fazer hipotecas para pagar compromissos e continuam com falta de braços para trabalhar, uma vez que não há colonos suficientes para suprir a falta de escravos. A emigração portuguesa fornece braços para trabalhos duros e mal pagos na agricultura brasileira. Para uns é a escravatura branca, para outros é a colonização do território brasileiro onde faltam colonos. Um leitor de Amarante<sup>906</sup> afirma no *Jornal do Porto* que o Marquês de Loulé pediu aos párocos que explicassem ao povo os perigos de tal emigração, mas essas intenções de regular a emigração e proteger os portugueses foram abandonadas e acusa: alguns párocos ficam indiferentes, outros são eles próprios aliciados pelos engajadores para aliciarem homens para a emigração<sup>907</sup>.

---

<sup>903</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 22 de abril de 1863, *A emigração para o Brasil*, artigo de primeira página: dos milhares de homens, mulheres e jovens que saem anualmente, quantos morrem por lá e quantos dos que regressam vêm doente e pobres.

<sup>904</sup> *Idem*.

<sup>905</sup> *Ibidem*.

<sup>906</sup> *Jornal do Porto*, 18 de maio de 1861, *Escravidura branca*, artigo de opinião de um leitor de Amarante, apelando à imprensa para que divulgue as condições de vida e de trabalho dos colonos no Brasil, para que «o povo rural e as mais classes laboriozas se desenganem».

<sup>907</sup> *Jornal do Porto*, 18 de maio de 1861: «Não obstante as notícias, recebidas por diversas vias, confirmarem que a emigração com o pretexto de colonização, vai tornar-se no Brasil uma verdadeira escravatura branca, a gente simples do campo continúa acreditando os engajadores, que lhe pintão aquelle paiz como um paraizo terrestre, oferecendo-lhes fortunas rápidas e fabulosas. (...) Muitos dos nossos agentes consulares nos portos do Brazil, e com especialidade o do Rio de Janeiro, ou estão surdos ou não entendem que valha a pena estender a vigilancia em favor dos opprimidos portuguezes, que aos milhares se achão derramados pelo interior daquelle imperio, sem esperanza nem consolação alguma no meio dos tormentos».

E esta crise anunciada serve para introduzir uma nova onda migratória: a ida de portugueses estabelecidos no Brasil para as terras portuguesas em África. Muitos portugueses querem embarcar para Luanda e é grande a fila de portugueses a tentar obter passagens. Entre as terras portuguesas de África e o Brasil, os portugueses optam por emigrar para a América<sup>908</sup>. Mas, de lá, muitos embarcam para África. Já em 1861 esse movimento era conhecido<sup>909</sup>.

Este leitor de Amarante refere que a imprensa cala a miséria em que vivem muitos milhares de portugueses no Brasil, homens válidos que, muitas vezes acabam nos cemitérios locais. Não é o caso do *Jornal do Porto*, cuja redação dá ao assunto primeiras páginas e recebe regularmente correspondência do Brasil, com muitas colunas cheias de informação<sup>910</sup> e de reclamações sobre a situação dos emigrantes<sup>911</sup>, a quem chamam colonos. Mas, recordemos que o nível elevado de analfabetismo nacional é um fator negativo quando consideramos a necessidade de divulgação da informação<sup>912</sup>. O assunto continua a merecer atenção do público leitor e, quase um ano mais tarde, em 16 de abril de 1862, um outro artigo de opinião, de um leitor de Valongo, retoma o tema da emigração clandestina e afirma que os navios que partem, levam

«bastantes moços, maiores de 14 annos», «escravos brancos» [que], «estando sujeitos ao recrutamento, sahiram com passaportes, passados no governo civil do Porto, sem terem prestado competente fiança nos respetivos

---

<sup>908</sup> *Jornal do Porto*, 24 de abril de 1863, artigo de primeira página, intitulado *Emigração para África*.

<sup>909</sup> *Jornal do Porto*, de 5 de dezembro de 1861, em carta do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 7 de novembro: «Acha-se no porto d'esta cidade [Rio de Janeiro] o patacho portuguez *Paquete de Loanda*, que deve levantar ferro por estes dias com destino aos portos d'África occidental portuguesa. Dizem-me que leva imensos passageiros para lá. Aqui falla-se muito bem das possessões portuguezas d'África, mas por ora não acreditamos que emigração afflua para alli, em consequência de não estar acreditada.»

<sup>910</sup> *Jornal do Porto*, 18 de julho de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de junho: «Em S. Paulo os trabalhadores portuguezes da estrada de ferro tem-se revoltado contra os empreiteiros por falta de pagamentos. Eu creio, segundo os jornaes de S. Paulo, que os trabalhadores tem razão».

<sup>911</sup> *Jornal do Porto*, 18 de maio de 1861, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 25 de abril, a propósito da questão do barão de Moreira: «(...) sujeitando-os e coagindo-os a assignar onerosos contractos de serviço, os quaes são inexperientemente levados para os sertões, onde os obrigão por tempo indefinido a brutaes trabalhos, nos quaes mal alimentados e mal dormidos, perecem na miséria e no abandono a maior perta desses desgraçados. (...) mas que importa, tudo e muito mais do que isso, quando tantos infelizes deixão no consulado bastante ouro com que se presenteie e se obtenhão, em lugar do merecido castigo, as honras e títulos?».

<sup>912</sup> *Jornal do Porto*, 20 de maio de 1861, correspondência de Pernambuco: O correspondente de Pernambuco afirma que o problema com a emigração clandestina em Pernambuco não se compara com o que acontece no Rio de Janeiro, porque, o cônsul no Rio de Janeiro é corrupto e cuida mais dos seus interesses que dos Portugueses e de Portugal.

*concelhos. ( ...) Ali sabe-se que muitos engajadores estão dissimulados por diversos pontos a induzir homens e moços para irem para o Brasil, prometendo pagar-lhes as passagens e lá mundos e fundos; e que muitos, imensos, por esse motivo e assim se decidem a ir; mas não se sabe que muitos moços embarcam ilicitamente, parecendo, é verdade, irem legalmente.»<sup>913</sup>*

Este leitor de Valongo, chama sanguessugas aos engajadores, e identifica os problemas: ficam os concelhos sem homens para trabalhar e sem recrutas para o serviço militar; nas suas terras, sabe-se que fogem ao serviço militar, mas não se sabe que saem com passaporte. Há passaportes com declarações falsas atestadas pelos párocos e regedores; outros usam passaportes de falecidos. Todos dizem que no Porto tudo se arranja. O diário portuense apresenta alguns casos como o que se segue: uma barca portuguesa, a barca Caridade, vinda do Porto, que foi impedida de descarregar no Rio de Janeiro, porque não tinha a relação de passageiros em ordem e levava 99 portugueses a bordo, dos quais 61 eram colonos.<sup>914</sup>

Como temos vindo a salientar, o *Jornal do Porto* assume continuamente a denúncia, permanente e consistente, das condições degradantes a que se sujeitam os emigrantes portugueses, desde a hora em que decidem ou são aliciados a emigrar, durante a viagem e no destino, no Brasil<sup>915</sup>. A emigração é sobretudo uma decisão individual ou familiar, mas traz problemas ao reino: na edição de 19 de agosto de 1859, em artigo de primeira página o *Jornal do Porto* relaciona claramente a subida de salários na agricultura - que têm *ascendido numa taxa mais que ordinária* - e a falta de trabalhadores nos campos, com a saída de rapazes e homens para a emigração<sup>916</sup>. São

---

<sup>913</sup> *Jornal do Porto*, 16 de abril de 1862, *Communicados*, artigo de opinião de um leitor de Valongo, sob o título *Emigração clandestina*.

<sup>914</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 5 de junho de 1861.

<sup>915</sup> *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1862: o correspondente no Rio de Janeiro, em carta datada de 25 de março, escreve sobre o estatuto, a proteção e as condições sociais do emigrante português no Brasil: refere-se ao anúncio de recompensa a quem encontrar colonos desaparecidos, publicado no *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, em que um colono português é tratado como o eram os escravos negros: «Da fabrica de charutos da rua do cano n.º20B auzentaram-se dous colonos (...)» e oferece-se a quem os encontrar «20\$ 000 cada um». É o correspondente brasileiro quem compara este anúncio com um anúncio para recuperar um negro africano: «20\$ de gratificação. – Fugiu no dia 12 deste mez, da padaria franceza da rua Nova do Livramento, n.º22, o escravo Luiz, de nação Angola (...); protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o tiver acoutado.» E a propósito, continua, transcrevendo a resposta de um português que se assina como «portuguez envergonhado»: «Vinte mil réis cada um? Horror!!! É degradante!!!! Snr charuteiro da rua do cano n. 20B, mais dignidade! Mais amor e respeito á pátria que lhe deu o berço! Não avilte tanto o nome portuguez! (...)».

<sup>916</sup> *Jornal do Porto*, 19 de agosto de 1859: «Quer-se vêr na desmesurada e rapida emigração para o Brazil a principal cauza d'este temeroso embaraço (...) a população laboriosa escaceia de feito no paiz. A emigração tem-nos roubado annualmente numerosos contingentes de braços aptos para os affançosos labores da industria, e destinados ás improbas lidas do trabalho agricola, que em distantes regiões, e por

igualmente necessários trabalhadores para a construção do caminho de ferro e nos altos salários aí praticados vê-se uma razão para o abandono dos campos, para além de se antever a sua ação sobre a emigração: «*A emigração ha-de diminuir, ou cessar em grande parte, porque o salario elevado convidará os braços, que até hoje procuravão na emigração um futuro mais lizongeiro, e um destino mais lucrativo (...) a emigração não progredirá pelo menos na mesma escala, muitos braços aptos voltarão ao paiz attrahidos pela elevação dos salários (...)*»<sup>917</sup>

Mas, para além da emigração e dos trabalhos na construção da rede de caminhos de ferro, o *Jornal do Porto* faz eco de um outro motivo que conduziu muitos jovens à emigração: o serviço militar. Em 17 de novembro de 1859, na correspondência de Viana do Castelo, datada de 15 de novembro, o correspondente afirma que como a lei do recrutamento não está em vigor assim se «*explica o limitadissimo numero, que agora emigra para o Brazil*».

Os jornalistas brasileiros procuram manter os portugueses do lado de cá do Atlântico informados sobre a situação dos colonos portugueses pelas terras do império do Brasil: também na justiça<sup>918</sup>, os emigrantes têm tratamento diferente do que se dá aos naturais, com diferenciação de penas aplicadas: em S. Paulo os trabalhadores portugueses do caminho de ferro tem-se revoltado contra os engenheiros ingleses<sup>919</sup>. Na correspondência de Pernambuco, datada de 15 de fevereiro de 1861, encontramos um episódio que revela discriminação do imigrante na justiça brasileira e a desigualdade de tratamento: um português teve uma pena de 24 anos de trabalhos públicos por fugir às autoridades e de faca na mão ferir quem o tentava prender, mas alguns brasileiros acusados de assassinato foram absolvidos<sup>920</sup>. No entanto, a quantidade e a importância dos portugueses no Brasil também poderá ser aferida com esta outra informação chegada do Rio de Janeiro: «*Em todos os julgamentos avultam*

---

*vezes em inhospitos climas vão demandar uma riqueza, que os seduz, abandonando na patria as industrias, que os reclamam, e a família, que se amparava no auxilio dos seus braços.*».

<sup>917</sup> *Idem*

<sup>918</sup> *Jornal do Porto*, 7 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 10 de março: português é alvo de discriminação em tribunal, recebe tratamento desonesto na prisão e é roubado

<sup>919</sup> *Jornal do Porto*, 23 de fevereiro de 1863, carta do correspondente do Brasil, no Rio de Janeiro, datada de 25 de janeiro e continua: «*Os caminhos de ferro brasileiros tem consumido muitas vidas de portuguezes, e é por isso que só com grande difficuldade se obtem trabalhadores para as nossas vias férreas*».

<sup>920</sup> *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861, lemos na correspondência de Pernambuco, datada de 15 de fevereiro.

*sempre os que são filhos de Portugal»*<sup>921</sup>. Este é o retrato que conseguimos obter nas páginas do *Jornal do Porto*, entre 1859 e 1863, das relações de Portugal com o Brasil e da emigração portuguesa para o Brasil, no início da década de 60 do século XIX<sup>922</sup>.

Contudo, importa salientar que o comércio com o Brasil assenta em produtos agrícolas e pode contribuir para desenvolver a agricultura portuguesa, mas a concorrência de produtos de outros países europeus tem prejudicado esse comércio. O nosso periódico revela alguns aspetos relevantes. Logo em novembro de 1859, noticia o diário portuense, com honras de primeira página, o acordo obtido pelo embaixador no Brasil, que vai ajudar a atenuar os prejuízos da concorrência aos vinhos portugueses no Brasil, dos vinhos de outros países europeus - notícia que «*tem sido jubilosamente recebida pela imprensa de todas as côres e matizes políticos*»<sup>923</sup>. Em 1861, do Brasil chegam recomendações quanto aos produtos que vão de Portugal: O correspondente afirma que os produtos portugueses só conseguiam ser vendidos no Brasil sob «*o nome de outra qualquer nação da Europa*», porque «*a industria portugueza esteve aqui de todo desacreditada*». Mas, a situação parece-lhe estar a mudar o que trará «*grandes vantagens na sua exportação para o Brazil*»<sup>924</sup>. Até agora quem beneficia, e muito, com as importações são os ingleses e os franceses. Em carta do mês seguinte, abril de 1861, o correspondente continua: o doce de fruta que vai do Porto para o Rio de Janeiro chega estragado por ir mal acondicionado; mas, alguns

---

<sup>921</sup> *Jornal do Porto*, 24 de março de 1863, do correspondente do Brasil, datado de 23 de fevereiro, no Rio de Janeiro.

<sup>922</sup> *Jornal do Porto*, 23 de agosto de 1859, artigo de primeira página, excerto do *Commercio Internacional*: «*O Brazil é um paiz nosso irmão pela tradição de muitos seculos, pelas relações da historia, pela homogeneidade de lingua, e de interesses, e pela mutualidade das transacções comerciais. O nosso mercado para muitos generos, a patria adoptiva de muitos concidadãos nossos, é ainda alli. Não devemos deixar affrouxar as relações do commercio (...). As outras nações tem-nos levado a dianteira, e tomado o passo nos mercados do Brazil na venda e extracção de muitos generos, e artigos de commercio, de que por longos seculos fomos sempre os primeiros, e mais estimados importadores.*»

<sup>923</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 7 de novembro de 1859: artigo de 1ª página, *Os vinhos nacionais no Brasil*.

<sup>924</sup> *Jornal do Porto*, de 6 de abril de 1861, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março de 1861.

produtos alimentares e os tecidos portugueses já trazem mais qualidade e rivalizam com os ingleses e os franceses<sup>925</sup>.

Ao longo do período estudado, são muitas as referências a este problema, das relações entre Portugal e o Brasil, defendendo-se os interesses da produção nacional, no contexto do comércio internacional: «*Em algumas especialidades de commercio já não supportamos a concorrência da importação allemã e inglesa, e retiramos vergonhosamente diante da barateza, e melhora dos seus productos. (...) Já estamos desapossados do commercio de alguns generos, e artigos de consumo, e onde também os productores estrangeiros de vinhos estão espiando o ensejo de nos darem o golpe fatal, e de nos excluir da concorrência.*»<sup>926</sup>

Em 1863, os correspondentes no Brasil continuam a fazer eco das queixas dos consumidores brasileiros: o azeite do Mediterrâneo, continua a apresentar-se com melhor qualidade que o português, que continua com pouca qualidade e pouco cuidado no fabrico e no acondicionamento, tal como ainda acontece com os vinhos<sup>927</sup>. Portugal não cuida da apresentação dos seus produtos e, por isso, são vendidos baratos, sendo que é no ramo dos vinhos que mais se salienta a dificuldade de obter boas vendas: nas tabernas do Rio de Janeiro vende-se vinho francês e espanhol<sup>928</sup>. Se os produtos portugueses não forem «*enfeitados com lindas etiquetas*» e os objetos da indústria, feitos com perfeição, serão vendidos muito baratos<sup>929</sup>. O comércio internacional intensifica-se e, apesar dos avisos sobre a perda do mercado brasileiro, são muitos os navios que fazem a carreira entre os portos portugueses e brasileiros. Logo em dezembro de 1859, nas notícias de Pernambuco, anuncia-se que o vapor Milford Haven, navio de serviço entre Portugal e Brasil, da nova companhia a Anglo-Luzo- Brasileira só chegou a 27 de outubro, apesar de a companhia ter anunciado a chegada deste seu primeiro navio para meados do mês. Foram 17 dias de viagem entre Lisboa e Pernambuco, «*quando os vapores ingleses só gastão 14 ou 15*» com a «*regularidade em que a companhia ingleza tanto prima*»<sup>930</sup>.

---

<sup>925</sup> *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1861, carta do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 8 de abril.

<sup>926</sup> *Jornal do Porto*, 23 de agosto de 1859, *Commercio Internacional*, artigo de primeira página.

<sup>927</sup> *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 10 de março.

<sup>928</sup> *Jornal do Porto*, 20 de fevereiro de 1863 e 20 de junho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 25 de janeiro e de 25 de maio.

<sup>929</sup> *Jornal do Porto*, de 4 de julho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 8 de junho.

<sup>930</sup> *Jornal do Porto*, 7 de dezembro de 1859.



Não é só o comércio de produtos da agricultura e da indústria que precisam ser protegidos nas nossas relações com o Brasil, são também os nossos livros, uma vez que, muitas vezes, os escritores pagam a viagem dos livros para o Brasil e nem um exemplar vendem porque quando a 1ª edição chega ao Brasil, já há uma edição, às vezes duas edições brasileiras «*porque, á maneira que a obra se vai imprimindo aqui, é para lá remetida ás folhas, pelo paquete, por certos agentes ad hoc*»:

« (...) o modo porque os escriptores portuguezes são defraudados no Brazil, e nomeadamente no Rio de Janeiro e Pernambuco, excede tudo o que possa imaginar-se a tal respeito, e clama por um termo próximo. A nenhum escriptor de nome é dado imprimir, em Lisboa ou Porto, obra sua, que no Rio ou Pernambuco não surja logo um editor anonymo, ou melhor disseramos, um espoliador sem nome, avido de d’auferir os lucros dos trabalhos d’outrem»<sup>931</sup>

No que respeita à publicação e à circulação da obra de Júlio Dinis, no Brasil, numa breve pesquisa online no catálogo de diversas bibliotecas estaduais brasileiras, concluímos que houve diversas edições disponíveis no Brasil, da poesia, do teatro, das cartas, dos contos e dos romances dinisianos. Centrando a nossa pesquisa no Real Gabinete Português de leitura<sup>932</sup>, pelo catálogo podemos inferir que, no Brasil, houve divulgação da obra dinisiana, especialmente nos anos de 1950, 1960, 1970 e 1980, para além de algumas edições sem data. A maioria das edições têm origem em Portugal, outras, poucas, são brasileiras, outras não apresentam local de publicação, nem referência editorial. Salientamos casas editoras de Lisboa e do Porto, as Publicações Europa-América, a Livraria Figueirinhas, a Porto Editora, a Lello & Irmão, o Círculo de Leitores. Mas, a título de exemplo, refira-se que já em 1923, a poesia dinisiana merecera publicação, sob o título de *Poesias*<sup>933</sup>, sem referência a editor ou local de publicação e que *Uma Família Inglesa*, surge, numa edição de 1935, da Livraria Civilização Editora, do Porto. No acervo do Real Gabinete Português de Leitura<sup>934</sup>, encontrámos vários exemplares de *As Pupilas do Senhor Reitor* - edições datadas de 1867, 1868 e 1875, sem referência a editor; uma edição datada de 1867, da Typographia do *Jornal do Porto*, Porto, 1867; outra edição, datada

<sup>931</sup> *Jornal do Porto*, 13 de dezembro de 1859, artigo intitulado *Convenção literária com o Brazil*.

<sup>932</sup> Cf. *Real Gabinete Português de Leitura*, disponível em <http://rgplpac.bibliopolis.info>, consulta de 03.04.2017

<sup>933</sup> *Idem*

<sup>934</sup> *Ibidem*

de 1875, com indicação de ser a 4ª edição, da casa de A.R. da Cruz Coutinho, editor, Porto, 1875. E edições de *A Morgadinha dos Canaviais*: uma edição datada de 1868, da Typographia do *Jornal do Porto*, Porto; uma outra edição, datada de 1868, da Typographia Perseverança, do Rio de Janeiro (com a indicação de que se trata de uma «obra em 2 volumes encadernados juntos»); outra, também datada de 1868, numa edição da Typographia Perseverança, do Rio de Janeiro (com a indicação de que se trata de uma «obra composta de 2 volumes»). Também o último romance do escritor, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, está presente, numa edição da Typographia do *Jornal do Porto*, (Porto, 1871, com a indicação de que se trata de uma «obra composta de 2 volumes») e numa edição da Typographia do *Jornal do Porto*, Porto, 1872.

Para além dos romances rurais dinisianos, surgiu-nos *As apprehensoes de uma mai* e ««Uma flor d'entre o gelo, numa edição da Livraria Popular da A.A. Cruz Coutinho, Rio de Janeiro, 1870; *Serões da província: as apprehensoes de uma mae, o espolio do senhor cypriano; os novellos da ..... numa edição da Casa da Viúva More Editora, Porto, 1870 – a que se seguiu uma 2ª edição, já com a indicação de edição de Livraria More, em 1873; Os novellos da tia philomela; o espolio do senhor cypriano; impressoes do campo, numa edição da Livraria Popular da A. A. Cruz Coutinho, Rio de Janeiro, 1870; Poesias, da Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1874 e uma 2ª edição de 1880, da Casa de A.R. da Cruz Coutinho, Porto, 1880.*

O facto de a obra de Júlio Dinis chegar aos seus leitores no Brasil não nos permite concluir que houve problemas com os direitos de autor. Talvez uma leitura mais aprofundada dos manuscritos do autor nos permita encontrar alguma referência ao tema – de que ele tinha, certamente, conhecimento, pelo menos pela leitura do *Jornal do Porto*. Da listagem que consultámos, em vida do escritor e logo após a sua morte, apenas as edições datadas de 1867, 1868 e 1875, de *As Pupilas do Senhor Reitor* não têm referência a editor.

Contudo, regressemos ao retrato da emigração portuguesa em terras brasileiras. Num destino que, visto das aldeias de Portugal parecia a terra prometida, mas que logo à chegada se vai revelando tão adverso. Os portugueses procuram ser solidários e vemos ser realizada uma grande atividade de caridade para com os que no território português permanecem sob a pobreza que os emigrantes bem conhecem e procuraram deixar para trás. Mas, no Brasil a sua ação caritativa também era

necessária. E disso temos notícia através do correspondente do *Jornal do Porto* no Rio de Janeiro, que elogia a perseverança dos que criaram e construíram o hospital português da sociedade portuguesa de beneficência<sup>935</sup> que vive de donativos que, informa, podem ser feitos em dinheiro, roupas, móveis, utensílios ou medicamentos<sup>936</sup>. Os portugueses que vivem no Brasil são generosos para com os hospitais<sup>937</sup>, os órfãos, os pobres, as viúvas, da sua terra ou do reino de Portugal; constituem sociedades, associações e mesmo individualmente fazem generosos donativos para as gentes do seu país. A generosidade e as saudades andam de mãos dadas, mas a comunicação e a receção de notícias são dificultadas pelo preço do serviço nacional de correio<sup>938</sup>, de Portugal para o Brasil.

E afinal, quantos são os portugueses no Brasil, em 1863? Esta é uma questão relevante: quantos portugueses vivem no Brasil? Não sabemos quantos são, nem como vivem, diz o correspondente no Rio de Janeiro, que supõe que serão mais de 400.000 pessoas: a população portuguesa no Brasil «*vae talvez além de 400.000 pessoas*»<sup>939</sup>. Para tão avultado número de cidadãos portugueses, colocam-se questões com que os dois governos deveriam preocupar-se, especialmente o governo português, cuidando de nomear funcionários diplomáticos competentes: Portugal deve ter no Brasil funcionários dignos e dedicados para proteger e cuidar dos seus cidadãos, afirma o correspondente do Rio de Janeiro<sup>940</sup>. Sendo o Brasil um país com uma tão grande e tão forte comunidade portuguesa e um jovem país com ligação histórica e linguística a Portugal, a questão da representação consular do governo português, ao nível do cônsul geral, foi sendo alvo de muitas colunas no *Jornal do Porto*, ao longo do período estudado. A representação de Portugal pelo barão de Moreira e as acusações de que foi alvo na comunidade portuguesa no Rio de Janeiro<sup>941</sup>, atravessou vários

---

<sup>935</sup> *Jornal do Porto*, 5 de fevereiro de 1863, carta do correspondente no Rio de Janeiro, datada de 8 de janeiro.

<sup>936</sup> *Jornal do Porto*, 6 de fevereiro de 1863, carta do correspondente no Rio de Janeiro, datada de 8 de janeiro.

<sup>937</sup> *Jornal do Porto*, 2 de novembro de 1859, correspondência de Fafe, datada de 27 de outubro, informa que do Brasil vieram muitos donativos para a construção do hospital da caridade.

<sup>938</sup> *Jornal do Porto*, 20 de fevereiro de 1862, correspondência do Rio de Janeiro, de 25 de janeiro: o Porto é a cidade de Portugal mais ligada ao Brasil; é demasiado caro o selo das cartas e por isso muitas pessoas não escrevem aos familiares que estão no Brasil: uma carta para o Brasil é cinco vezes mais cara que do Brasil para cá; precisa de um selo de 300 réis, e de lá para cá são apenas 60 réis.

<sup>939</sup> *Jornal do Porto*, 20 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 23 de março.

<sup>940</sup> *Idem*.

<sup>941</sup> *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861 correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março: Alguns portugueses do Rio de Janeiro fizeram seguir para Lisboa uma *supplica* ao governo de Portugal

ministérios e fez correr muita tinta. O *Jornal do Porto* dedicou-lhe muitas páginas e algumas primeiras páginas, por exemplo ao longo de 1861<sup>942</sup>. Atribui-se-lhe a culpa pela situação vivida pelos inúmeros portugueses dos Açores (e do Porto) que procuram melhor vida no Brasil<sup>943</sup>. Mas, o assunto vai continuar nas páginas dos jornais – em 1863 ainda o barão de Moreira recebe a atenção da imprensa<sup>944</sup>. Muitos cidadãos brasileiros, assim como os correspondentes do diário portuense, no Brasil, também assumiram a defesa dos cidadãos portugueses contra o barão de Moreira, e dos seus colaboradores<sup>945</sup>, sendo muitos os episódios relatados, reveladores dos seus comportamentos desonestos e de atitudes claras de revolta entre os colonos.

Na obra de Júlio Dinis, não obtemos referências quantitativas, no que respeita à dimensão da emigração: na sua poesia, temos apenas o *ricaço brasileiro*<sup>946</sup> vindo da Baía, nos seus contos, encontramos o empresário José Urbano, de Braga<sup>947</sup> ou o pobre Agostinho, exemplo de emigrante que não encontrou riqueza no Novo Mundo<sup>948</sup>; em *As Pupilas do Senhor Reitor* a pobreza existe, mas apenas José das Dornas pondera enviar Daniel para o Brasil – «*pode enriquecer por lá, que é terra para isso*<sup>949</sup>» - para deixar sossegadas as meninas da aldeia, isto é, para não «*andar por aqui a desacreditar as raparigas da aldeia*»<sup>950</sup>; em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, é o conservador D. Luís quem pergunta a seu filho Maurício se quer ir para o Brasil, se vê

---

sobre a falta de proteção do cônsul aos «*desgraçados colonos*» portugueses que são maltratados «*nas fazendas do barão de Nova Friburgo*». *Jornal do Porto*, 4 de junho de 1861, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 8 de maio: Os portugueses juntaram-se e o rei de Portugal vai receber um abaixo assinado com 2000 assinaturas a pedir a substituição do cônsul.

«*João José dos Reis, um dos primeiros capitalistas desta praça, vai encarregado de suplicar ao rei, pedindo-lhe a demissão de João Baptista Moreira. Ha-de ser attentido como todos ficão esperando!! (...) O consul barão de Moreira, é um dos primeiros importadores da colonização portugueza no Imperio, pois junto com José Feliciano de Castilho, tem feito com que venhão milhares de colonos para o Brasil!!! De combinação com os conductores não dá conta desses muitos colonos, que vem em navios sem documentos desse paiz!!*».

<sup>942</sup> *Jornal do Porto*, artigos de primeira página intitulado *O barão de Moreira e o Sr Avila, I, II, III, IV, V*, no final de novembro de 1861, de dia 25 a dia 30.

<sup>943</sup> *Jornal do Porto*, 19 de abril, de 1861.

<sup>944</sup> *Jornal do Porto*, 10 de abril de 1863, artigo de primeira página intitulado *O barão de Moreira*, em que se afirma que na opinião pública é «*um salteador d'espólios dos portuguezes falecidos no Brazil*».

<sup>945</sup> *Jornal do Porto*, 18 de julho de 1863, correspondência do Brasil, do Rio de Janeiro, datada de 25 de junho: «*De toda a parte chegam noticias dos descaminhos dos dinheiros do povo portuguez, extraviados pelos vice-consulados das provincias, cujas authoridades foram nomeadas pelo barão de Moreira*».

<sup>946</sup> Júlio Dinis, *As mulheres (Recordações de um velho)*, datado de julho de 1859, in «*Poesias*», in *Obra de Júlio Dinis, vol II*, p. 487.

<sup>947</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, in *Obra de Júlio Dinis, vol II*, p.21.

<sup>948</sup> Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, in *Obra de Júlio Dinis, vol II*, p. 147.

<sup>949</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 308.

<sup>950</sup> *Idem*, p.309.

no Brasil a oportunidade de ganhar a vida, de encontrar solução para o seu futuro<sup>951</sup>. Apenas a aldeia da Morgadinha nos mostra Bento Pertunhas, o funcionário do correio, incomodado com a quantidade de homens, mulheres e crianças que se juntam na repartição do correio, no dia em que chegam as cartas do Brasil: «*Esse formigueiro de gente, que V. S<sup>a</sup> aí vê à porta, está à espera dele. Hoje então, que chegam as cartas do Brasil. Isto é um inferno.(...)*»<sup>952</sup>. Neste seu romance rural, a emigração está muito mais presente: para além da vida aparentemente rica<sup>953</sup> e luxuosa<sup>954</sup> do brasileiro, o futuro visconde, Eusébio Seabra<sup>955</sup> na sua exótica<sup>956</sup> casa de emigrante retornado, com as suas filhas mulatinhas<sup>957</sup>, surgem claramente representados os homens e jovens que emigraram - muitos deles analfabetos, deixaram as famílias, mães, pais, noivas, esposas e filhos, dependentes das boas notícias e das poupanças que lhes enviavam.<sup>958</sup> Alguns por lá ficaram, como no exemplo de Júlio Dinis: António, o filho da senhora Joana Pedrosa, partiu e um dia a desejada carta tinha obreia preta: o rapaz por lá morreu<sup>959</sup>.

Os portugueses emigrados não esquecem a terra natal. Não esquecem a pobreza e as dificuldades dos seus familiares e concidadãos. É assim que vemos surgir no Brasil muitas subscrições<sup>960</sup> e donativos particulares ou de instituições<sup>961</sup>, a favor

---

<sup>951</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p.57.

<sup>952</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 36.

<sup>953</sup> *Idem*, p. 137: «*As ambições de Eusébio Seabra limitavam-se a vir a ser a primeira personagem de influência na aldeia. Para isso principiou por fazer alguns reparos na igreja paroquial, presenteou com vestidos novos todos os santos dos altares e mandou renovar um sino, que havia doze anos tocava a rachado. Fez à sua custa a festa do orago(...)*».

<sup>954</sup> *Ibidem*, p. 138.

<sup>955</sup> *Ibidem*, p.422.

<sup>956</sup> *Ibidem*, p.137: «*Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual jardim tinha mais fama, naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos da Babilónia. Trouxera um papagaio e uma arara, igualmente famosos, e uma botica homeopática, que ele próprio manipulava.*».

<sup>957</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>958</sup> *Ibidem*, pp.39-43.

<sup>959</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>960</sup> Subscrição no Brasil, promovida pelo visconde da Trindade, a favor do Liceu da Trindade, que conseguiu 18 contos de reis, tendo o capital permanecido no Brasil, a receber juros no valor de 8 por cento; Cf. *Jornal do Porto*, 5 de novembro de 1859.

<sup>961</sup> Nota informativa do Ministério do Reino, no Diário do Governo, datada de 26 de outubro de 1859, manda entregar ao asilo da Ajuda, o donativo de 500\$ réis oferecido pela Sociedade Dezasseis de Setembro, do Rio de Janeiro, para ser dado a um dos asilos de órfãos das vítimas da cólera e da febre amarela; Cf. *Jornal do Porto*, 29 de outubro de 1859.

das instituições da sua terra natal<sup>962</sup>, dos pobres<sup>963</sup>, das crianças órfãs, das viúvas e dos asilos de mendicidade<sup>964</sup>. E vemos Sua Majestade, o rei D. Luís<sup>965</sup> e a rainha D. Maria Pia<sup>966</sup> a receber donativos e a proceder à sua distribuição.

A dimensão da pobreza exige o exercício da caridade, cá e lá, e os emigrantes portugueses no Brasil, à semelhança do que fazem na terra que os recebeu, onde reúnem capitais para socorrer lá os seus compatriotas doentes, abandonados e desprotegidos, também olham para a sua terra natal, dando exemplo de caridade e de afeto pelo seu país. É assim que também a família real se associa ao elogio e ao agradecimento aos portugueses que enviam donativos e realizam subscrições: no Diário de Lisboa, a 31 de março de 1863, publicou-se carta régia louvando a subscrição no Rio de Janeiro, a favor dos asilos «*de infância desvalida de Portugal*»<sup>967</sup>.

Os governos conhecem bem as vantagens destes movimentos populacionais. Daí que a relação de sua majestade com a comunidade portuguesa no Brasil fosse amistosa e de apreço mútuo. O *Jornal do Porto* de 13 de junho de 1863, em *Apontamentos do noticiário* apresenta um extrato da resposta de el-rei D. Luís aos portugueses residentes no Rio de Janeiro que pertencem a associações de beneficência

---

<sup>962</sup> Do Rio de Janeiro, o comendador Joaquim José Ferreira, enviou donativo para a paróquia de Santa Maria dos Anjos e para a Santa Casa da Misericórdia de Valença, pelo que «*repicarão os sinos da villa*» e se iluminou «*o hospital da caridade, a torre da Misericórdia e Santa Maria*»; Cf. *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1861.

<sup>963</sup> O correspondente de Coimbra do *Jornal do Porto* elogia a caridade de um *capitalista brasileiro*, Francisco Augusto Mendes Monteiro, que ofereceu o donativo de 108\$000 reis para os pobres, sendo 45\$000 para o asilo de mendicidade; Cf. *Jornal do Porto*, 8 de janeiro de 1861.

<sup>964</sup> os emigrantes estabelecidos no Rio de Janeiro revelam-se empenhados no apoio à infância e aos asilos de mendicidade: um *brasileiro* ofereceu camas e outro ofereceu «*todos os enxergões precisos*»; Cf. *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863. Não é indicada a povoação que recebe os donativos, mas é afirmado que «*São dignas de louvor todas as pessoas que concorrem para a prosperidade de tão humanitário estabelecimento*».

<sup>965</sup> El-Rei D. Luís ordenou como fazer a distribuição aos asilos de Lisboa do donativo de 860\$540 reis, da Sociedade Dezasseis de Setembro, do Rio de Janeiro; Cf. *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1862. O donativo foi distribuído pelo asilo da mendicidade, pela *sociedade das casas de azylo da infância desvalida da capital*, e pelos asilos de Santo António, S. João, Ajuda, Nossa senhora da Conceição, Santa Catarina.

<sup>966</sup> A sociedade caixeiral 1º de Dezembro, fez subscrição, entre os seus sócios e companheiros, para recolha de donativos, que manda entregar à rainha D. Maria Pia, para distribuir pelos asilos da infância desvalida de Portugal, «*concorrendo generosamente para aliviar a sorte das crianças desvalidas de Portugal*»; Cf. *Jornal do Porto*, 31 de dezembro de 1862. Correspondência do Rio de Janeiro, datada de 8 de dezembro. O deputado Luciano de Castro é portador do valor de 667\$reis, em moeda forte.

<sup>967</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863: no Diário de Lisboa, publicou-se carta régia louvando o visconde do Souto e todos os que no Rio de Janeiro, se empenharam na subscrição.

e de instrução que fazem subscrições a favor de asilos em Portugal<sup>968</sup>. O rei agradece aos emigrados toda a contribuição para os pobres e desprotegidos no reino<sup>969</sup>.

A 11 de novembro de 1859, de Coimbra, o correspondente informou que Câmara Municipal de Góis desenvolveria esforços para colocar nos paços do concelho o retrato do sr Baeta, um brasileiro benemérito da terra, o seu *illustre compatriota*<sup>970</sup> emigrado no Brasil. Mas, o *brasileiro*, benemérito de Góis, afirma que não quer a homenagem, embora acabe por aceitar. Também há lugar a episódios sobre brasileiros excêntricos: no Porto, no hotel Estrela, no largo da Batalha, houve um «*excêntrico brasileiro*» recém chegado do Brasil que «*se divertiu atirando dinheiro pela janella fóra*» tendo-se reunido grande multidão «*que seguiu o excêntrico brasileiro quando elle sahio a passear*»<sup>971</sup>. Em «*Portugueses de Torna-viagem. A Representação da Emigração na literatura portuguesa*», Martina Matozzi<sup>972</sup> afirma que, sobre o Brasil, havia, em Portugal, a ideia um espaço mítico de enriquecimento, que a

«*emigração para o Brasil fazia parte de uma cultura familiar e social que se estendia a todo o Norte do país e quem voltava aparecia, aos olhos dos conterrâneos, diferente e exótico, vista a mudança de sotaque, gostos, hábitos e cultura que transportava consigo.(...) Ao mesmo tempo, porém, estas mesmas figuras representavam um exemplo claro de melhoramento de vida num contexto, como o de Norte de Portugal, em que a emigração é um fenómeno radicado há séculos.*»<sup>973</sup>

Nesta linha editorial e nesta decisão de intervenção política e social, em relação à problemática da emigração para o Brasil, o *Jornal do Porto* também utiliza as suas páginas para noticiar os óbitos<sup>974</sup>, pois há muitos portugueses que por lá

---

<sup>968</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1863.

<sup>969</sup> *Idem*: «*As associações de beneficência e de instrução, que os meus súbditos residentes no Brazil têm fundado em varias cidades daquele florescente imperio, merecem a minha real consideração e louvor, não só porque manifestam a sua fraternidade e civilização, mas pelos seus repetidos testemunhos de philantropia e amor patrio, as valiosas subscrições com que espontaneamente acodem ao infortunio dos seus concidadãos neste reino e auxiliam as empresas que tendem ao progresso e gloria de Portugal*».

<sup>970</sup> *Jornal do Porto*, 11 de novembro de 1859.

<sup>971</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 2 de outubro de 1863. Notícia local intitulada *Dinheiro*.

<sup>972</sup> Martina Matozzi, *Portugueses de torna-viagem. A representação da emigração na literatura portuguesa*, Coimbra, 2016, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 21.07.2018.

<sup>973</sup> *Idem*, pp. 33-34.

<sup>974</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1861. Em janeiro de 1861, faleceram, no Rio de Janeiro, 142 *subditos portuguezes*, informou o consul geral de Portugal no Rio de Janeiro.

morrem. E há muitas disposições testamentárias<sup>975</sup>, <sup>976</sup> que revelam a ligação às origens<sup>977</sup>. As informações chegam através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do *Diário de Lisboa*<sup>978</sup>, do cônsul geral de Portugal<sup>979</sup> no Rio de Janeiro ou através dos correspondentes do jornal<sup>980</sup>. Por vezes, as notícias sobre os falecimentos ocorridos no Brasil, são colunas cheias de nomes, porque incluem as listas nominais, indicando, nome, estado civil<sup>981</sup>, idade, motivo do óbito e profissão. A análise destas listas, não sendo oportuna para esta tese, pode constituir objetivo para outros trabalhos de investigação. As causas de morte são várias mas, ao longo do tempo, vamos sendo prevenidos para o facto de a maioria falecer prematuramente, com problemas de saúde associados ao clima, ao trabalho duro e aos maus tratos.

Não é habitual publicar-se no *Jornal do Porto* a causa de morte dos portugueses falecidos no Brasil mas, em fevereiro de 1862<sup>982</sup> é abundante a informação sobre os males de que padeciam os portugueses falecidos em janeiro desse ano. Em Júlio Dinis, não denotamos forte presença da doença ou da morte entre os emigrantes retornados. Mas, em *A Morgadinha dos Canaviais*, encontramos Joana Pedrosa, de Serzedo<sup>983</sup>, uma «velha, pobremente vestida»<sup>984</sup> que espera carta do seu

---

Cf. *Jornal do Porto*, 5 de abril de 1861 - Ministério dos Negócios Estrangeiros publica a lista de portugueses falecidos na cidade de Portalegre, em outubro, novembro e dezembro de 1860.

<sup>975</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860. Faleceu no Rio de Janeiro um *capitalista* português e no seu testamento são beneficiadas entidades e pessoas no Brasil e em Portugal, como a Santa Casa da Misericórdia do Porto. No seu testamento, este *capitalista* português beneficia também a irmandade do Sacramento do Rio de Janeiro, os pobres, o vigário e a igreja da sua freguesia, no Porto.

<sup>976</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, datada de 10 de março: notícia do falecimento de um negociante português de 78 anos, há 59 anos no Brasil e relato dos legados que fez à família e à sua terra natal.

<sup>977</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863: elogio a um português benemérito, Geraldo José da cunha, do Porto, pela generosidade e ligação à terra natal. Notícia subordinada ao título *Um legado aos pobres*.

<sup>978</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 22 de janeiro de 1861: no *Diário de Lisboa* foi publicada a lista dos 86 portugueses falecidos no Rio de Janeiro, em novembro de 1860.

<sup>979</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de março de 1861. O correspondente de Lisboa, em correspondência datada de 27 de fevereiro, informa que, segundo o cônsul geral de Portugal no Rio de Janeiro, faleceram no Rio de Janeiro mais de 3 portugueses por dia, no mês de dezembro de 1860.

<sup>980</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 15 de março de 1861. Deixou testamento na Baía um português de Trás-os-Montes que faleceu na viagem entre a costa de África e a Inglaterra; deixou os seus bens a uma filha natural e alguns parentes também estão beneficiados.

<sup>981</sup> – Cf. *Jornal do Porto*, 7 de janeiro de 1860: lista nominal de portugueses falecidos no Rio de Janeiro, de 11 de novembro a 7 de dezembro de 1859 – maioritariamente homens e jovens rapazes, solteiros, entre os 15 e os 73 anos.

Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1863: lista nominal de portugueses falecidos no Rio de Janeiro, de 25 de fevereiro a 10 de março – maioritariamente homens solteiros, entre os 23 e os 76 anos.

<sup>982</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1862. Correspondência do Rio de Janeiro datada de 25 de janeiro de 1862 - lista nominal de emigrantes portugueses falecidos no Brasil, de 7 de janeiro a 23 de janeiro de 1862, com indicação da idade e da causa de morte.

<sup>983</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 39.



António, mas o funcionário dos correios, «o insensível funcionário»<sup>985</sup> informa: «o que lhe posso dizer é que traz obreia preta»<sup>986</sup>. Perante a aflição da mulher, um dos presentes afirma: «Se foi o filho que lhe morreu, não sei que há-de ser dela (...). Coisas do mundo! – respondeu outro»<sup>987</sup>. Nos quadros que se seguem podemos ver que, entre os 34 emigrantes portugueses falecidos no Brasil, no período de dezassete dias, em janeiro de 1862, apenas cinco tinham mais de 55 anos, e só sete tinham entre 40 e 55 anos, isto é, entre estes 34 portugueses emigrantes, apenas doze tinham mais de 39 anos.

Quadro 1			
Idade dos 34 emigrantes portugueses falecidos no Brasil entre 7 e 23 de janeiro de 1862			
Idade	Nº de óbitos	Idade	Nº de óbitos
16	1	40 - 48	3
19	2	50 - 55	4
22 - 25	8	60 - 67	4
26 - 29	4	72	1
30 - 38	7		

Quadro II	
Idade dos 34 emigrantes portugueses falecidos no Brasil entre 7 e 23 de janeiro de 1862, por grupos etários	
Grupo etário	Nº de óbitos
16 - 19	3
22 - 29	12
30 - 48	10
50 - 72	9

<sup>984</sup> *Idem* p. 40.

<sup>985</sup> *Ibidem*.

<sup>986</sup> *Ibidem*.

<sup>987</sup> *Ibidem*.

Os restantes vinte e dois emigrantes tinham entre os 16 e os 38 anos, sendo que neste período, com dezasseis anos faleceu um e com dezanove faleceram dois portugueses, e quinze tinham entre 16 e 29 anos. Quanto às causas de morte, elas são diversas e não indiciam uma causa prevalente.

<p>Quadro III Causas de morte de emigrantes portugueses no Brasil de 7 de janeiro a 23 de janeiro de 1862</p>					
Idade	Quant.	Causa de morte	Idade	Quant.	Causa de morte
16 24 25	3	<i>queimadura</i>	22 25 28 36	4	<i>tísica pulmonar</i>
30 45	1 1	<i>colite chronica</i> <i>gastro-enterite</i>	54 62	1 1	<i>enterocolite</i> <i>gastrerogia</i>
64 60 50	3	<i>eresipella</i>	23 31	2	<i>meningite</i>
22	1	<i>Fractura</i>	72	1	<i>molestia interior</i>
26	1	<i>absorção de figado</i>	40	1	<i>pneumonia</i>
24	1	<i>ascite</i>	38	1	<i>congestão cerebral</i>
50	1	<i>afogado</i>	36	1	<i>aneurisma</i>
29	1	<i>cancro</i>	38	1	<i>constipação</i>
33	1	<i>diarrhea</i>	24	1	<i>febre hetica</i>
27	1	<i>hepatisação dos pulmões</i>	67	1	<i>Asfixia por submersão</i>
19	1	<i>ulceras</i>	55	1	<i>tetano</i>
19	1	<i>bexigas</i>	48	1	<i>ataque nervoso</i>

A falta de proteção do emigrante e a sua deficiente capacidade de defesa fazem com que entre os portugueses se tenham criado associações de proteção e auxílio, bem como hospitais. Em momentos de epidemia e de fraco estado sanitário, seja de febre amarela<sup>988</sup>, de cólera ou varíola, são os emigrantes quem mais sofre, como vemos na notícia que se segue: «*brasileiros e imigrantes têm sido atacados pela febre amarela que se tornou endêmica no Brasil desde 1850- os estrangeiros morrem logo e os nacionais chegam a durar 15 dias doentes. Os preços estão muito altos, há falta de alimentos de primeira necessidade.*»<sup>989</sup> Estas doenças atravessa o Atlântico e as autoridades portuguesas criam a obrigatoriedade de fazer quarentena<sup>990</sup>, em caso de desconfiança de doença a bordo, de navios portugueses ou estrangeiros<sup>991</sup>. Esta situação cria dificuldades de alojamento no lazareto: chegam muitos passageiros do Brasil e o lazareto não tem capacidade para todos: têm de resolver o problema<sup>992</sup> ou «*hã-de afugentar os passageiros que em tão grande numero afluem a Lisboa*»<sup>993</sup>.

No Brasil, os portugueses organizam-se para obterem alguma assistência na doença e na pobreza: A *Sociedade Portuguesa de Beneficencia* tem um hospital e no dia do seu 16º aniversário esteve aberto ao público, para ser visitado por quem quisesse apreciar as instalações e o serviço prestado aos enfermos. A atividade assistencial do hospital desta *Sociedade*, junto de doentes, viúvas e órfãos é notícia

---

<sup>988</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861 Correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março: notícias do Amazonas indicam que na capital, Manaus, há uma epidemia de febre, «*que supõe-se ser febre amarela*», com 10 a 12 vítimas diárias e faltam médicos para zelar pela «*caridade publica*».

<sup>989</sup> – Cf. *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1860, correspondência do Brasil, de Pernambuco, com notícias do Pará, datada de 13 de dezembro, referindo que há falta de salubridade na cidade, que faltam alimentos frescos, a carestia de vida.

<sup>990</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 16 de janeiro de 1860, correspondência de Lisboa: a febre amarela provoca alerta nos portos portugueses e os que chegam ficam de quarentena no *lazareto*.

Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861. Correspondência do Rio de Janeiro, datada de 11 de março - continua a haver febres no Brasil: «*Um navio americano, que saiu d'aqui para os Estados-Unidos, teve de arribar á Bahia com a tripulação toda acometida da febre*».

<sup>991</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 3 de junho de 1861. Notícia veiculada pelo correspondente de Lisboa, datada de 1 de junho: um vapor inglês, vindo do Brasil, chegou a Lisboa com 184 passageiros e 2 mortos, de doença desconhecida. Os passageiros terão de passar pelo Lazareto «*de pessimas condições e restritissimo espaço*».

Cf. *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1861. De Lisboa, em correspondência datada de 11 de junho, chega a notícia de mais de cem passageiros chegados do Brasil e que vão ficar 10 dias no lazareto, «*naquelle horrível purgatorio da quarentena*».

<sup>992</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 18 de julho de 1863. Correspondência do Brasil, do Rio de Janeiro, datada de 25 de junho: Governo português declarou que se devia ter cuidados devido ao surto de febre amarela em Pernambuco e na Baía e no Rio de Janeiro e obriga quem chega passar pelo lazareto e por isso, muitos passageiros em vez de desembarcar em Lisboa vão desembarcar a Bordéus ou Southampton.

<sup>993</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 11 de junho de 1861. Correspondência de Lisboa, datada de 9 de junho.

que o correspondente sublinha e elogia<sup>994</sup>. Se muitos portugueses emigrados ficam no Brasil, alguns voltam. Ricos ou não. Alguns mantêm negócios nos dois lados do Atlântico<sup>995</sup>, alguns viajam entre o Brasil e Portugal, sozinhos ou acompanhados pela família. O *Jornal do Porto* publica regularmente a lista dos que chegam e dos que partem. No dia 5 de março de 1861 noticia-se que uma barca, vinda de Pernambuco, trouxe 75 passageiros, 5 menores, 9 mulheres e 61 homens, todos identificados pelo seu nome. No mesmo dia, podemos verificar os nomes dos que embarcaram em Lisboa, viajando de Portugal para o Brasil, no vapor paquete francês saído no dia 1: 45 pessoas, homens e mulheres,. São constantes as notícias e os anúncios de partida e chegada dos navios que navegam entre o Porto e o Brasil- as notícias marítimas estão sempre em grande destaque, também porque oferecem a relação dos produtos que seguem e que chegam ao reino. É muito intenso o movimento comercial marítimo do Porto para os portos do Brasil – Rio de Janeiro, Baía, Maranhão, Pará, Pernambuco - levando farelo, cebolas, alhos, tábuas, presunto, feijão, rodas de arcos, caixas com palitos, tecidos, sal, coxins, vinho, barris com carne, cadeiras, como verificamos pela lista divulgada, por exemplo, a 22 de junho de 1859. A atividade marítima e comercial, de importação e exportação envolvendo os portos do Brasil ocupa diariamente espaço relevante, supomos que o adequado aos interesses dos burgueses do Porto e das classes laboriosas. Por outro lado, a assistência aos passageiros nos navios nacionais também apresenta problemas, que são denunciados nas páginas do diário portuense, como, por exemplo, por falta de médico a bordo nos navios que partem do Porto, como nos conta a redação: «*No Porto qualquer leigo se apresenta à repartição se saude com uma carta cirúrgica de um terceiro e obtem matricular-se cirurgião para a viagem ao Rio de Janeiro em um navio mercante!*»<sup>996</sup>

Muitos portugueses integram-se em terras brasileiras casando por lá, embora sejam muitos os que na lista de óbitos sejam declarados solteiros, em todas as idades. O governo brasileiro gosta destes casamentos porque fazem aumentar a população. Há

---

<sup>994</sup> *Jornal do Porto*, de 16 de outubro de 1863, correspondência do Rio de Janeiro, de 24 de setembro.

<sup>995</sup> *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1862, do correspondente de Lisboa, carta datada de 30 de abril: brasileiro rico da Póvoa do Varzim embarca para o Brasil para liquidar os seus negócios: o *rico capitalista* vai voltar a apresentar ao governo proposta para construir o porto de abrigo local.

<sup>996</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 5 de dezembro de 1862. Há falta de cuidado e de rigor das autoridades no Porto na seleção do médico que acompanha os passageiros dos navios que fazem a carreira com o Brasil.

raptos e fugas de casa quando a família não consente o casamento – a polícia só persegue o raptor se ela é rica e ele pobre, se for o contrário não se incomoda. Há casamentos de moças brasileiras com bons negociantes portugueses – e o dote delas é saber ler, escrever e tocar piano. Tem havido muitos casamentos, quase

*«todos entre as nossas lindas mulatinhas brasileiras e subditos portuguezes, pela maior parte artistas e trabalhadores.*

*O nosso bello sexo, que com as suas denguiças sabe attrahir para si os tolos desse reino, capricha no emprego d'expressões agradaveis, de lindas habilidades de agulha, d'aturada leitura de bonito folhetins dos periodicos, de trajos faustuosos etc. etc., e tudo isso faz iludir os papalvos, que desvairam com a ideia preocupada da felicidade que os espera e nunca chega.»<sup>997</sup>*

«A emigração para o Brazil» é o título do artigo de abertura do *Jornal do Porto* a 27 de fevereiro de 1862. Mais uma primeira página, mais uma vez o jornal volta ao assunto e com promessa de mais primeiras páginas. Defende que se deve desenvolver a cultura do solo na nossa pátria para fixar os nossos que saem para a emigração, para o Brasil, para lá onde o pão é negro e banhado em lágrimas. É preciso manter a defesa dos portugueses que querem ir para o Brasil. E dos que por lá labutam. É preciso manter os jornais como elo de ligação e de informação, mas é excessivo o valor do porte de selo dos jornais de Portugal para o Brasil, sendo que o jornalismo e o comércio perdem com estes preços altos<sup>998</sup>. Tal como perdem os emigrantes portugueses, pois que são a maioria dos leitores de jornais diários no Rio de Janeiro. Mas os jornais locais são mais baratos, comparando com os que vêm de Lisboa ou Porto, em que os portes são excessivos. Os jornais<sup>999</sup> do Rio de Janeiro esforçam-se por ter notícias de tudo o que acontece em Portugal e assim podemos concluir que pela capital brasileira se fala português nos mais diversos sotaques e se vê portugueses por todo o lado.

E também é notícia tudo o que acontece com os portugueses retornados do Brasil – assaltos<sup>1000</sup>, assassinatos ou suicídios<sup>1001</sup>, falências<sup>1002</sup>, condecorações<sup>1003</sup> ou

---

<sup>997</sup> *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1862, do correspondente do Rio de Janeiro, datada de 25 de janeiro de 1862.

<sup>998</sup> *Jornal do Porto*, 20 de fevereiro de 1862, correspondência do Rio de Janeiro, de 25 de janeiro.

<sup>999</sup> *Jornal do Porto*, 20 de junho de 1863, correspondência do Brasil, datada de 25 de maio.

<sup>1000</sup> *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1863: de Aveiro, chega a notícia do assassinato de um emigrante retornado, supondo-se que foi assassinado para o roubarem.

<sup>1001</sup> *Jornal do Porto*, 2 de abril de 1861 – «brazileiro», homem abastado, natural do concelho de Amarante, foi encontrado morto numa hospedaria no Porto.

casamentos de “brasileiros” ou de seus filhos ou filhas<sup>1004</sup>. Entre a imensidão de artigos da redação e dos correspondentes, de informações e de apaixonadas opiniões de leitores, sobre as questões da emigração, esta foi a seleção proposta para a caracterização da realidade da emigração portuguesa para o Brasil. As razões de tal dimensão do movimento populacional podemos situá-las no âmbito da conjuntura nacional e internacional, europeia e americana, desde as questões da abolição da escravidão, à mecanização e industrialização, passando pelo aumento geral da população, pela facilitação da mobilidade e pela atração pelo Novo Mundo. Partiram todos os anos milhares de jovens rapazes e homens, e também raparigas, embora, a partir das páginas do *Jornal do Porto*, seja difícil estabelecer a dimensão desta emigração no feminino, apesar da intensa atividade informativa que o tema mereceu à redação, no período de 1859 a 1863.

A atenção dada a este tema no contexto da análise do critério editorial e da informação veiculada pelo *Jornal do Porto*, advém da sua profunda atualidade na sociedade portuguesa da época e também da sua relação com o tratamento da emigração e da imigração na obra de Júlio Dinis. Mr Richard, de *Uma Família Inglesa*, é um emigrante inglês, imigrante vencedor em Portugal, abastado e com negócios prósperos, um «génio empreendedor»<sup>1005</sup>, à semelhança de alguns portugueses no Brasil, como José Urbano<sup>1006</sup> e o já visconde Seabra<sup>1007</sup>; Jenny, em representação da família e da comunidade inglesa no Porto, é caridosa para com a viúva inglesa<sup>1008</sup>, como algumas famílias portuguesas fizeram no Brasil, oferecendo donativos para quem lá e cá estava desprotegido, incapaz de zelar pela sua sobrevivência; Agostinho, o sobrinho e afilhado de Maquelina<sup>1009</sup> sonhou com o

---

<sup>1002</sup> *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1863: de Lisboa chega a notícia da falência de um português, negociante, cuja empresa tem agência no Brasil.

<sup>1003</sup> *Jornal do Porto*, 28 de janeiro de 1863: no *Diário de Lisboa*, lê-se que o ministério do reino deu título vitalício de visconde a 2 negociantes portugueses, um no Porto, outro no Rio de Janeiro.

<sup>1004</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 1 de fevereiro de 1861 – no Porto, é notícia o casamento da filha do «rico negociante e proprietário brasileiro desta cidade».

<sup>1005</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.9.

<sup>1006</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 78.

<sup>1007</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 422.

<sup>1008</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.79.

<sup>1009</sup> Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, p.146.

Brasil e regressou pobre, sendo desprezado pela comunidade local<sup>1010</sup>. Estes são apenas alguns, de entre todos os casos em que Júlio Dinis, sem usar a força do dramatismo presente nas páginas do *Jornal do Porto*, introduz o brasileiro nas suas intrigas.

Em síntese, o retrato que o *Jornal do Porto* nos apresenta das dificuldades de integração, do quotidiano e da falta de proteção dos portugueses emigrados no Brasil, especialmente daqueles que partem analfabetos, confiantes na palavra de quem os alicia, na sua força e na sua saúde juvenil, é o retrato também da incapacidade das autoridades dos dois reinos: a dificuldade de fazer aplicar regulamentos e legislação e de articular os interesses de empregadores e emigrantes. E assim se produziram as condições para um drama humano que transformou emigrantes-colonos, em seres humanos explorados em terras distantes. Porque na sua terra natal não encontraram caminho para os seus sonhos ou para a sua sobrevivência. Como Jorge Alves, poderíamos citar Eduardo Lourenço:

*«o Brasil esteve para Portugal como um espaço compensatório que nos permitiu economizar "o penoso dever de palpar a nossa pequenez". Para além da pequenez geográfica, a pequenez de organização social, incapaz de aproveitar com eficiência os factores de trabalho que possuía, exportando mão-de-obra para o exterior, subproduto de uma vocação colonial de pobres. Por isso, no dizer tantas vezes repetido, de Herculano e Oliveira Martins, o Brasil se tornou na nossa melhor colónia, depois que o deixou de ser (...)»<sup>1011</sup>.*

Num trabalho conjunto de Jorge Alves e Elsa Pacheco, relativo às redes de emigração<sup>1012</sup> encontramos casos de emigrantes que *«usaram a emigração como veículo de promoção social no lugar de destino, embora esquecendo a estratégia de retorno que sempre acompanhava os emigrantes à partida»<sup>1013</sup>* e que acertaram, trilhando novos “caminhos” que levavam a novas oportunidades: *«apoiados*

---

<sup>1010</sup> *Idem*, p.148: «Emprego não o pôde ele obter, Naquela cidade, como em muitas outras terras do reino, não se vêem com bons olhos os infelizes que voltam do Brasil pobres. Lá parece uma prova de pouco espírito e de nenhuma aptidão (...)».

<sup>1011</sup> Cf. Jorge Fernandes Alves, *Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, ob. cit., p.25.

<sup>1012</sup> Elsa Pacheco e Jorge Alves, *Rede migratória, integração social e refluxos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso*, em Maria Marta Lobo de Araújo e outros, (coord. ), *Os “Brasileiros” enquanto agentes de mudança : poder e assistência*, 2013, edição da Universidade do Minho e da Fundação Gertúlio Vargas, disponível em [repositorium.sdum.uminho.pt](http://repositorium.sdum.uminho.pt), p 171-190.

<sup>1013</sup> *Idem*, p.190.

inicialmente em redes familiares, rapidamente verificaram que adquiriam mais informação e conhecimento fora dessas redes familiares ou de vizinhança: na verdade, estas redes funcionavam geralmente para a inserção inicial na sociedade de acolhimento, mas depois cada um seguia o seu próprio rumo»<sup>1014</sup>. Vemos aqui uma outra faceta da emigração de Oitocentos: o português emigrante que se integra e se valoriza na terra de destino.

Também José M. Amado Mendes<sup>1015</sup>, seguindo o pensamento de V. Magalhães Godinho e Maria Beatriz Rocha-Trindade, salienta que o forte fluxo emigratório se deve mais a factores exógenos<sup>1016</sup> que aos aspetos demográficos e económicos nacionais. Quanto à complexidade do fenómeno, o investigador cita Eça de Queirós<sup>1017</sup> e Alexandre Herculano<sup>1018</sup> e refere que a monarquia liberal não conseguira que a burguesia em ascensão e o capitalismo rural e industrial promovessem o desenvolvimento e a criação de postos de trabalho, para corresponder às necessidades e aspirações da população portuguesa, mantendo-se o êxodo a caminho do Brasil.

Por outro lado, relativamente aos que retornavam à pátria e à sua intervenção social e económica, Jorge Alves considera que, quando regressam, já não são os homens partiram – mesmo quando volta pobre, o retornado torna-se empreendedor e um dos construtores da modernidade no país<sup>1019</sup>. E, a propósito de casos particulares que

---

<sup>1014</sup> *Ibidem*, p.189.

<sup>1015</sup> José M. Amado Mendes, *A Emigração Portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa*, 1988, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 23.04.2016.

<sup>1016</sup> *Idem*, p. 294.

<sup>1017</sup> *Ibidem*, p. 294-295: José M. Amado Mendes cita Eça de Queirós que, para justificar a complexidade do fenómeno, escreve, em 1874, que «*O estado da emigração em Portugal é um assumpto muito interessante para que se possa resumir n'esta sinthese didactica dos movimentos emigrantes da Europa (...) merece um estudo applicado, experimental, critico e economico, e não uma simples indicação condensada*».

<sup>1018</sup> *Ibidem*, p.295-299: Sobre o pensamento de Alexandre Herculano, Amado Mendes diz-nos que o historiador refletiu sobre a emigração em «*1838 e em 1873-1875, isto é, em pleno Setembrismo e, cerca de quatro décadas mais tarde, no «retiro» de Vale de Lobos*». Refere que Alexandre Herculano, em 1838, escreveu que «*é preciso mostrar aos homens laboriosos que mais vale cultivar os imensos baldios que cobrem Portugal do que ir rasgar o seio da terra estrangeira, e que mais de estimar é o ter o necessário na própria pátria do que o supérfluo no desterro*» mas, cerca de 40 anos mais tarde, considera que há os que emigram por ambição e os que são levados a sair pela miséria, numa sociedade deficientemente organizada.

<sup>1019</sup> Jorge Fernandes Alves, *Variações sobre o “brasileiro” – Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, *ob.cit.*, pp. 20-21: «*no retorno, o ex-emigrante é outro homem, mesmo quando volta sem dinheiro. Ao romper com o horizonte paroquial, ao apreciar a diversidade de paisagens não só naturais como sociais, o emigrante torna-se um construtor de modernidade, um inovador ainda que a um nível relativo, pois tanto assume frequentemente posições de conservantismo social, quando a sua reentrada na sociedade de origem se faz economica ou socialmente a um nível elevado, como pode ser um veiculador de ideias novas, bastando lembrar o seu papel na difusão das ideias republicanas em Portugal e dos ideais maçónicos nos*



estudou, Maria da Conceição Meireles Pereira<sup>1020</sup> confirma que, a par de muitos casos de sucesso no Brasil, ou dos dois lados do Atlântico, também não podemos esquecer «as longas listas dos compatriotas aí falecidos, tantas vezes surpreendidos a meio do sonho ou do pesadelo americano»<sup>1021</sup>. A autora apresenta dados biográficos de homens que, pela emigração no Brasil, conseguiram, nos dois lados do Atlântico, obter comendas e títulos nobiliárquicos<sup>1022</sup> e trazer para Portugal capitais, capacidade de empreendedorismo<sup>1023</sup> e dedicação a causas de beneficência<sup>1024</sup>.

Miguel Monteiro<sup>1025</sup> apresenta-nos os dados biográficos de Francisco José Leite Lage, natural de Fafe, que emigrou para o Brasil, em 1827, com 13 anos e voltou à sua terra em 1861, deixando uma autobiografia, em que relata a sua vida até 1870, até se instalar na sua casa apalaçada, conhecida como a *Casa do Brasileiro*<sup>1026</sup>. Como afirma Maria Isabel João, os emigrantes «partiram das suas terras natais, dos seus países, para

---

*finais do século(...) as estalagens das vilas ou cidades ou a renovação agrícola de muitas unidades camponesas, por compra e melhoramento de terras e construção ou renovação de casas rurais é uma constante no Entre-Douro-e-Minho para os pequenos investidores da emigração».*

<sup>1020</sup> Maria da Conceição Meireles Pereira, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal, Os brasileiros notáveis e... os outros*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, p. 359-377, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt>, consulta de 13.03.2015.

<sup>1021</sup> *Idem*, p. 359: «Como todas as histórias de emigração esta também se fez de risos e de lágrimas, de situações felizes e de casos dramáticos. A par de alguns percursos jubilatórios muitos foram os sonhos que não se cumpriram, desfeitos entre o trabalho opressor e a vida miserável de emigrado (...) destituído até da possibilidade de morrer na terra natal, rever, pela última vez, os entes queridos.(...) os relatórios dos consulados portugueses no Brasil arrolavam periodicamente as longas listas dos compatriotas aí falecidos, tantas vezes surpreendidos a meio do sonho ou do pesadelo americano».

<sup>1022</sup> *Ibidem*, p.367: De entre eles, salientamos o caso de José João Martins de Pinho (Conde de Alto Mearim, 1849-1900), nascido em Matosinhos, que em «1862, terminada uma criteriosa educação a nível comercial, partiu para o Brasil onde se iniciou como empregado de escritório. Volvidos, \alguns anos os seus empreendimentos e transacções multiplicaram-se, dirigiu o Banco de Crédito Real do Brasil e associou-se aos conselheiros Mayrink e Moia Machado para fundar o Banco Construtor do Brasil.(...) Regressado a Portugal, foi deputado pelo círculo de Santarém em três legislaturas (1892-1897) e nomeado par do Reino em 1898. (...) Em Matosinhos a sua benemerência privilegiou sobretudo a instrução, tendo criado e mantido o Liceu Alto Mearim (1892) onde se ministrava um ensino gratuito».

<sup>1023</sup> *Ibidem*, p. 362. Maria da Conceição Meireles Pereira apresenta também o caso José Joaquim Leite Guimarães (Barão de Nova Sintra, 1808-1870), nascido na freguesia de Pencelo, concelho de Guimarães. Com 17 anos de idade foi chamado por um irmão para o Brasil, onde desenvolveu rendosos negócios na área dos têxteis. De regresso a Portugal, os seus negócios dividiram-se por Lisboa e Porto. Na década de sessenta, «o industrialismo seduziu-o e, além do grande impulso que deu à Exposição do Porto de 1865, destacou-se pelo empenho no fabrico da seda cuja produção estimulou nos institutos caritativos que dirigia, recorrendo à orientação técnica de um especialista francês».

<sup>1024</sup> *Ibidem*, p. 363. Sobre a participação deste brasileiro, na mudança no ensino e na assistência às crianças órfãs e abandonadas, Maria da Conceição Meireles Pereira, indica que em 1866, foi inaugurado o Estabelecimento Humanitário Barão de Nova Sintra, criado «com o objectivo de educar os rapazes mais pobres, muitas vezes tirados das casas de correcção, e abrigar as crianças abandonadas», e depois entregue à Santa Casa da Misericórdia do Porto.

<sup>1025</sup> Miguel Monteiro, *Emigração para o Brasil (1834-1926):os números e autobiografia - sair, viver e regressar na primeira pessoa*, s/d., disponível em [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org), consulta de 12.03.2015

<sup>1026</sup> *Idem*, p. 5.

outros lugares onde vão ter de se adaptar e de viver. A sua condição humana será arcada, a partir daí, por uma dualidade que lhes molda as vivências, os sentimentos, as memórias e os imaginários»<sup>1027</sup>. A sua «memória autobiográfica circunscreve-se ao universo da vida pessoal e é essencial para definir a pertença do indivíduo aos lugares e aos meios sociais, nos quais se vai inserindo ao longo da sua existência»<sup>1028</sup>, pelo que, biografias e autobiografias - como a de Francisco José Leite Lage, se inscrevem no grupo de fontes importantes para o estudo dos emigrantes portugueses, na partida e no retorno. Porque o emigrante, quando volta, vem diferente, traz as suas experiências na bagagem, as memórias íntimas dos lugares, das pessoas que «passam a fazer parte da totalidade complexa que constitui o ser migrante»<sup>1029</sup>.

Júlio Dinis não esqueceu esta realidade, como podemos verificar em *Justiça de Sua Majestade*<sup>1030</sup>, através da personagem de José Urbano, o tio de Maria Clementina, um rico empresário do Norte do país, que investira na Companhia Viação Portuense, na qual possuía vinte e três ações<sup>1031</sup> e que considera ser este um exemplo de progresso para a região: «Não sabem o que saudaram com esses foguetes? Saudaram o Minho, saudaram Braga, saudaram o progresso, os melhoramentos desta nossa terra, o engrandecimento a província, do comércio e da agricultura.»<sup>1032</sup>

Como verificámos, no período em análise, a emigração foi tema recorrente no *Jornal do Porto*, o que é revelador da importância da realidade da emigração no Porto e no Minho. Os leitores do *Jornal do Porto* e de Júlio Dinis conheciam os sonhos, as aflições, as desilusões e os casos felizes que a emigração para o Brasil proporcionou a tantas famílias portuguesas nas décadas de 1850 e de 1860. Júlio Dinis não podia deixar de ver a realidade e de integrar esta temática na sua obra literária. No capítulo III vamos analisar os romances dinisianos, das cenas na cidade do Porto às crónicas da aldeia, seguindo o autor, na sua construção de personagens tipo e de quadros sociais, segundo os conhecimentos e a opinião que tem sobre o país e tendo presente o seu objetivo de, pela escrita, participar na construção do progresso no Portugal liberal e

---

<sup>1027</sup> Maria Isabel João, «O Espontâneo e o Construído nas Memórias dos Migrantes», in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.) *Migrações, Permanências e Diversidades*, Edições Afrontamento, Porto, 2009, p.269.

<sup>1028</sup> *Idem*, p. 274.

<sup>1029</sup> *Ibidem*, p. 273.

<sup>1030</sup> Cf. Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*.

<sup>1031</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>1032</sup> *Idem*.

deixar retratos epocais que permitissem à gerações futuras uma melhor compreensão do seu tempo – o início da 2ª metade do século XIX.

### **CAPÍTULO III**

**JÚLIO DINIS – DAS CENAS DA VIDA DO PORTO ÀS CRÓNICA DE ALDEIA**



Se entendermos os contos de Júlio Dinis como ensaios ou estudos para a criação de romances, podemos considerar o autor como um jovem intelectual que, primeiro no teatro e na poesia e depois no conto, fez o caminho para o uso da literatura para a exposição de preocupações sociais e culturais, numa cidade, o Porto e nos seus arredores, a região Norte, muito distantes de Lisboa, como o próprio afirmava. E tal como afirmavam os seus contemporâneos, Júlio Dinis acusava Lisboa de absorver tudo e ignorar o resto do país<sup>1</sup>. Os portuenses, consideravam o Porto a segunda cidade do país, em que se afirmava a portugalidade nos costumes e na gastronomia, e se procurava algum protagonismo cultural, como vemos pela proliferação de jornais e pelo aparecimento de intelectuais como Camilo Castelo Branco, Arnaldo Gama ou Ramalho Ortigão, que foi expondo o seu pensamento no *Jornal do Porto*.

Nestas décadas de 1850/1860, a vida quotidiana no Porto e os seus reflexos na região envolvente está ainda muito ligada à vida rural, a par do desenvolvimento comercial ligado ao comércio marítimo e ao vinho do Porto. Irene Vaquinhas e Rui Cascão, sobre a burguesia dominante na cidade do Porto, afirmam que «*compunham-na sobretudo comerciantes e negociantes ligados ao comércio do vinho, subsidiariamente ao tráfego brasileiro e, a partir da década de 70, também as operações bancárias relacionadas com as remessas dos emigrantes.*»<sup>2</sup> O Porto, a cidade que se orgulhava de ter sido fiel a D. Pedro, teria em 1850 cerca de metade da população de Lisboa e ainda menos de 100.000 habitantes, de acordo com Francisco Ribeiro da Silva<sup>3</sup>. Na época, o Porto apresentaria, menos de 50% da sua população alfabetizada<sup>4</sup>, sendo a população feminina maioritariamente analfabeta.

---

<sup>1</sup> Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, pp. 530/531.

<sup>2</sup> Irene Vaquinhas e Rui Cascão, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 441

<sup>3</sup> De acordo com Francisco Ribeiro da Silva, de «106.000 habitantes em 1878, o Porto aumentou para 139.000 em 1890», Cf. Francisco Ribeiro da Silva, «Jornais e revistas do porto no tempo de Camilo», *História do Porto*, 1990, pp. 119 a 142, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8265.pdf>, p.121, consulta de 02.03.2017.

<sup>4</sup> «Mas quantos saberiam ler? Em 1890, 64,7% da população masculina portuense com idade superior a 7 anos era alfabetizada contra 36,5% do sector feminino, o que dá uma média de 50% de indivíduos capazes de ler.», *Idem*, pp. 121-122.

Na obra de Júlio Dinis encontramos o clero liberal e o clero conservador e antiliberal, o emigrante que retornou à sua terra natal, o médico que se dedica a socorrer quem sofre, a tradição e a pobreza, a par do progresso e da modernidade que vão chegando à aldeia, sempre associados às personagens empreendedoras e que possuem alguma instrução e capacidade de ler os sinais do seu tempo. No caso dos personagens mais velhos, sempre presentes, os alfabetizados são aliados naturais, educadores e defensores dos jovens, como João Semana<sup>5</sup> e o Senhor Reitor<sup>6</sup>, e o próprio José das Dornas<sup>7</sup>, de *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>8</sup>, ou o herbanário Vicente<sup>9</sup>, em *A Morgadinha dos Canaviais*, comprometendo-se com o progresso e a mudança no contexto do liberalismo português, «*longe do radicalismo revolucionário de outras nações*»<sup>10</sup>. A obra dinisiana constitui um retrato do quotidiano de muitos portugueses, uma representação social de muitas famílias e aldeias do Norte, que viviam o seu dia a dia, com o sonho ou o drama da emigração, muitas vezes, apesar das novas leis do reino, da corte, das discussões no Parlamento ou nos jornais diários, porque os desconheciam. Júlio Dinis estabelece na sua obra um mapa da sociedade portuguesa, apresentando-nos personagens que poderiam, de algum modo, ser um retrato de muitos portugueses do seu tempo.

<sup>5</sup> Cf Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, pp. 186-187: «*João Semana era intolerante em coisas de moral, e principalmente médica. (...) – Deixe lá, Sr João, olhem a grande coisa! – respondia a criada. – Ora! Afinal de contas, não passa de uma brincadeira. Fosse a rapariga seriazinha [Francisquinha, a filha de João da Esquina], e não tivesse aquela cabeça que nós todos sabemos, que já nada disso acontecia. – Ela não é que tem a culpa. – Não tem? Pois quem? Ele? Não que ele é rapaz. Nada lhe fica mal. – Que diz você? Nada lhe fica mal? Então um cirurgião ou um médico pode lá ter essas liberdades? Onde é que se viu um homem da nossa posição fazer versos? Não tem vergonha. (...)*»

<sup>6</sup> «- *Homem [Senhor Reitor dirige-se a José das Dornas]: a coisa não está nos versos. O que eu digo é que Daniel tem deveres tão sagrados, entrando no seio das famílias, como nós os párocos. E se as mãos que devem levar o remédio, espalham a peçonha, a maldição de Deus desce sobre elas. Quem abrirá as portas da alcova onde padeça uma filha, uma esposa, o uma irmã, ao médico que não tem força para sufocar as paixões más do seu coração? Fá-lo-ias tu? Não, nem eu. Quanto mais santa é a missão neste mundo, José, mais se rebaixa e avilta quem a aceita sem lhe ter compreendido o alcance. O mau padre é o pior dos homens; e parece-te que será muito melhor o médico imoral? Pensa nisto, e diz-me se Daniel merece grandes desculpas.*», *Idem*, p.168.

<sup>7</sup> «*(...) pois agora de duas uma, ou ele, para remediar o mal que fez, lhe vem aqui pedir para a menina o aceitar por marido, e, se a menina lhe quiser fazer esse favor, tudo se remedeia, e eu recebo por filhas, logo de uma assentada, as duas melhores moças da terra, ou então ... ou então, ao poder que eu possa, parte-me já o rapaz para o Brasil, ou para fora daqui, pelo menos; porque já não estou para ver, por causa dele, alguma desgraça cá na terra.*», *Ibidem*, p.328.

<sup>8</sup> «*(...) A falar verdade não a merecia muito, não. (...) E a saúde projectada entre o reitor, João Semana e José das Dornas fez-se conforme o estilo, tomando também parte nela Joana, cujo toast não foi o menos eloquente.*», *Ibidem*, p.335.

<sup>9</sup> Cf Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 198: «*Tenho eu mais uma vez de chamar em meu auxílio a fada, que, de vez em quando, me ensina em segredo quais os livros, que o rapaz mais deseja [Augusto] e de que eu mal sei dizer os nomes? Hei-de ainda ouvir calado agradecimentos, que não mereço, e que ele mais de coração daria, a quem são de justiça devidos?*».

<sup>10</sup> Irene Vaquinhas e Rui Cascão, *ob. cit.*, p. 442.

### 3.1 Da cidade e do campo, um mosaico de quadros sociais, na obra de Júlio Dinis

Júlio Dinis escolheu centrar a sua atenção nos lugares e gentes do Norte do reino. Nos seus romances elabora retratos de um quotidiano em que a sua cidade natal e a região Norte estão presentes. Introduz-nos nos lugares em que as suas personagens atuam e fala-nos de alguns aspetos do seu passado recente, recordando as guerras civis e os tempos de antigo regime, sempre através das recordações das suas personagens, como acontece quando João da Esquina afirma que a sua menina nasceu «*logo depois do cerco*»<sup>11</sup>, ou na longa convivência de D. Luís, conservador, com o seu jardineiro liberal<sup>12</sup>. E é assim, já no conto *Justiça de Sua Majestade*, escrito em 1858, em que as cidades do Porto e Braga e as suas gentes surgem como protagonistas num momento importante para a região: em abril de 1852<sup>13</sup>, no Porto trabalhava-se com grande azáfama<sup>14</sup> e o «*Minho estava fascinador*»<sup>15</sup>, porque as províncias do Norte se preparavam para a visita da rainha, «*para receber e saudar a virtuosa filha do valente Soldado, de cuja gloriosa história aqui se tinham escrito as páginas mais brilhantes e simpáticas*»<sup>16</sup>.

Na obra dinisiana, a ação decorre num tempo que é o do escritor, mas não no instante em que escreve<sup>17</sup>. O autor situa os seus enredos na década anterior àquela em que escreve – um tempo em que o escritor era estudante e muito jovem, pois que fez

<sup>11</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 154.

<sup>12</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 15.

<sup>13</sup> Cf. Património cultural, DGPC, Palácio das Carrancas, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>, consulta de 02.04.2016: *O Palácio dos Carrancas (...) A partir de 1840 foi usado como residência real nas deslocações efetuadas pelas reais pessoas ao Porto, nomeadamente por D. Maria II. Após a visita régia de 1852 um jornal do Porto anunciou a venda do palácio (...) A promessa de venda do palácio a D. Pedro V data de 1861, que veio a adquiri-lo.*

<sup>14</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p.12.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p.14.

<sup>17</sup> Cf. Ana Rita Navarro, «Da ficção literária à representação cinematográfica: imagens e estereótipos de uma realidade», in *Actas do Colóquio Literatura e História*, UAb, 2002, p. 107, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 12.06.2016: «*O contexto histórico-cultural para o qual os romances dinisianos, efectivamente, remetem é identificado com os anos subsequentes à Regeneração, esta antecedida pela implantação do Liberalismo. Os diversos narradores referem, não raramente, acontecimentos que fizeram a História de Portugal na época. O interesse que o romancista sempre manifestou relativamente à sociedade em que vivia, bem como o testemunho que dá das mudanças sociais que presenciou e das novas medidas que viu implementar são aspectos que os romances Uma Família, As Pupilas, A Morgadinha e Os Fidalgos acentuam mais de uma vez.*».



20 anos em 1859. Apenas a ação de *A Morgadinha dos Canaviais* (1863) parece situar-se na década de 1860, uma vez que nas orações da tia Doroteia e da sua criada Maria de Jesus, duas mulheres apresentadas como velhas sexagenárias, havia sempre uma prece pelo senhor rei D. João VI: «*por quem, havia quarenta anos, se costumara a rezar D. Doroteia, e não era ela mulher que rompesse com hábitos semi-seculares*»<sup>18</sup>. Se o rei faleceu em 1826, juntando os 40 anos de preces da velha senhora, a ação decorria em 1866, no reinado de D. Luís, pouco tempo antes da publicação do romance, em 1868, mas cinco anos depois de ter sido escrito, pelo que podemos considerar que, com esta indicação, o autor apenas pretende sublinhar a persistência de hábitos das velhas senhoras, não tendo sido fiel à contagem do tempo. *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1870 - 71) pensados e escritos já no final da década de 60, nada acrescentam ao esboço social e cultural desenhado pelo escritor nas intrigas anteriores, nem ao perfil das aldeias. O autor procurou neste romance revelar o amor à terra e às origens, uma forte permanência da tradição e do conservadorismo político, social e cultural, no Norte, para além de manifestar grande preocupação pela manutenção das estruturas tradicionais na agricultura, pelo fraco ritmo de adesão ao progresso e à legislação liberal<sup>19</sup> e pela ausência dos senhores da terra no processo de modernização da agricultura e da sociedade rural, «*na sequência da política desenvolvimentista encetada pela Regeneração*»<sup>20</sup>.

Em *Justiça de Sua Majestade*, Júlio Dinis apresenta-nos o Porto e o Norte em festa, para receber a visita real<sup>21</sup>. É a vitória da inocência infantil da velha ama, mas também o contacto do leitor com a vida de um negociante rico em viagem de negócios e com a presença dos jovens militares nas comunidades<sup>22</sup>. É também uma oportunidade para mostrar a senhora nobre, uma dama da corte, viúva, rica, que não esqueceu as suas origens burguesas<sup>23</sup> – revelando a nobreza que se alarga constantemente, recebendo

<sup>18</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 21.

<sup>19</sup> Cf. Irene Vaquinhas e Margarida Neto, «Agricultura e mundo rural: tradições e inovações», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 337

<sup>20</sup> Cf. Conceição Andrade Martins, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)», in *Análise Social*, vol. xxxii (142), 1997 (3.º), pp. 483-535, p. 485, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 20.03.207.

<sup>21</sup> Cf. Maria Antónia Lopes, *Sociabilidades dinásticas oitocentistas: o rei D. Fernando II (1816-1885) e a sua rede familiar europeia*, 2014, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 05.08.201

<sup>22</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 77: «*Se os militares que Vossa Majestade para cá nos manda vêm para manter a paz, ou para meter a desordem nas famílias e fazer a infelicidade de meninas bem educadas...*».

<sup>23</sup> «- *Olhe, major, eu não tenho o defeito de me esquecer que meu pai era um negociante da capital; e se o pai de Filipe não julgou desonrar-se, aliando-se com a minha família, eu renegaria a minha procedência, se adoptasse esses preconceitos.*», *Idem*, pp. 79-80.

novos cidadãos cujo mérito é valorizado e premiado<sup>24</sup>, num contexto político em que a burguesia ainda procurava obter títulos de nobreza<sup>25</sup>.

Mais tarde, no seu último romance, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Júlio Dinis retoma esta questão: o fidalgo D. Luís, depois de uma vida dedicada à defesa dos direitos tradicionais da classe nobre<sup>26</sup> e de criticar sua sobrinha Gabriela<sup>27</sup> pelo casamento com um homem «sem foros de nobreza»<sup>28</sup>, acaba por afirmar que sempre houve muitos fidalgos que nasceram não nobres e subiram socialmente por feitos heróicos e que considera ser enriquecedor o aparecimento de novos membros e de novas ideias:

*«Como se formaram as famílias nobres? São todas da mesma época? É claro que não. Houve tempo em que umas já eram nobres e outras não o eram; mas por um feito ilustre e verdadeiramente nobre um homem obscuro destas últimas mereceu que as primeiras o chamassem a seu grémio, partilhando com ele o dom que já possuíam. Pois bem, também nós hoje podemos fazer o mesmo que nesses antigos tempos se fazia, e chamar a nós os espíritos fidalgos, que os há fora do nosso grémio; e assim pudéssemos também expulsar dele os espíritos plebeus que por cá temos.»*<sup>29</sup>

Do Porto a Braga, a população quer ver Sua Majestade e as elites políticas andam atarefadas. Simultaneamente, a diligência surge numa nova carreira, pomposamente inaugurada com foguetes. E em Braga, os costumes fazem de Clementina uma jovem infeliz e isolada, cuja família a faz sair da cidade para viver na propriedade rural, rodeada de flores e silêncio, sem amigos, sem amigas, sem futuro. Cumpria-se o destino de quem caía nas mãos da justiça popular.

Trata-se de um conto de dimensão média, com cerca de noventa páginas, em que o autor ensaia a fórmula<sup>30</sup> que vai usar nos seus romances: as dificuldades de

---

<sup>24</sup> Cf. Fernando Taveira da Fonseca, «Elites e classes médias», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 46

<sup>25</sup> Irene Vaquinhas e Rui Cascão, *ob. cit.*, p. 443: «A burguesia, essa ia-se afirmando. E, se numa primeira fase, à medida que enriquecia, procurava os títulos com que ascendia à nobreza, no final do século o seu estado de espírito tinha-se modificado. A expansão económica favorecida pela Regeneração gerara uma burguesia mais dinâmica, visando outros objectivos, e que preferirá à nobilitação o acesso à Câmara de Pares ou a concessão de cargos prestigiados, como o de conselheiro ou qualquer um dos graus das ordens honoríficas nacionais.

<sup>26</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 16.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 382.

<sup>30</sup> Cf. Fernanda Monteiro Vicente, *As tonalidades líricas dos contos de Júlio Dinis*, in <http://revistas.ua.pt>, disponível em 12.01.2016, p. 245: «Autor de obras de variados géneros, (...) procura inicialmente na poesia, depois na produção dramática e na narrativa breve, fôlego para se distinguir mais tarde como romancista».

ascensão social e a interligação entre classes sociais pelo amor e pela educação das meninas da classe popular<sup>31</sup>. Fernanda Monteiro Vicente salienta que na «*galeria das personagens da narrativa breve dinisiana*»<sup>32</sup> se verifica repetição ou similitude entre o carácter de algumas personagens ou a união entre jovens provenientes de classes diferentes. Os contos *O Espólio do Senhor Cipriano*<sup>33</sup> e *Apreensões de uma Mãe*<sup>34</sup> foram publicados em folhetim, no *Jornal do Porto*, em 1862, enquanto que *Justiça de Sua Majestade*<sup>35</sup>, o seu conto-novela não foi publicado em vida do autor. Poder-se-á depreender deste facto que Júlio Diniz pretendia voltar a esta novela e transformá-la num romance de dimensão superior? O conto *Apreensões de uma mãe* foi publicado no *Jornal do Porto*, na secção *Folhetim*, na primeira página do jornal, em março de 1862<sup>36</sup>. Foi oferecido ao jornal pelo autor, Joaquim Guilherme Gomes Coelho, que decidiu permanecer incógnito e assinou com o pseudónimo com que havia de se tornar conhecido: Julio Diniz.



Fig.3.1 - *As Apreensões de uma mãe*, conto de Júlio Diniz, apresentado na secção *Folhetim*, do *Jornal do Porto*

A redação agradece-lhe a oferta e publica-o, entre 11 de março e 1 de abril, embora nem sempre diariamente. No dia 11 de março de 1862, ao iniciar a publicação do conto, a redação informa<sup>37</sup> e chama a atenção dos leitores, para o gesto do autor, a

<sup>31</sup> *Idem*, p. 230.

<sup>32</sup> *Ibidem*.

<sup>33</sup> Júlio Diniz, *O Espólio do Senhor Cipriano*, pp.167-187.

<sup>34</sup> Júlio Diniz, *Apreensões de uma mãe*, pp.103-163.

<sup>35</sup> Júlio Diniz, *Justiça de Sua Majestade*, pp. 11-99.

<sup>36</sup> Publicado de 11 de março a 1 de abril de 1862.

<sup>37</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 11 de março de 1862, data do início da publicação do conto *Apreensões de uma mãe*: ««Damos hoje principio à publicação do mimozo romance – *As apreensões de uma mãe* – que delicadamente nos foi ofertado pelo cavalheiro que se embuça com o pseudonymo modesto de Julio Diniz. Sobrio de phrases e palavras retumbantes e arrevezadas, despido mesmo de atavios e damices de

quem designa como um «cavalheiro que se embuça com o pseudonymo modesto de Julio Diniz»<sup>38</sup>.

O enredo deste pequeno romance, de cerca de 60 páginas, pequeno, quando comparado com *Justiça de Sua Majestade*, que contém cerca de 90 páginas<sup>39</sup>, descreve como a aristocracia tradicional se adapta aos novos ventos do século XIX, em que o liberalismo torna possível a ascensão social e os amores juvenis. A terminar, Júlio Dinis afirma: «Thomas é feliz ainda hoje. (...) D. Margarida é venturoza; (...) agora entretém-se já um pouco a apoquentar os criados e encarrega-me de dar parte às leitoras do nascimento d'um menino que ella sustenta ser a cara do pae.»<sup>40</sup>. No contexto da obra dinisiana, podemos considerar excecional neste conto o facto de haver nascido um bebé, pois que é característica de Júlio Dinis apresentar-nos finais felizes, com os seus jovens casais, mas sem a indicação clara de que vai haver nascimentos. Muitos dos protagonistas dinisianos eram órfãos, como Maria Clementina<sup>41</sup>, Pedro, Daniel, Clara e Margarida<sup>42</sup>, Cecília, Carlos e Jenny<sup>43</sup>, Cristina<sup>44</sup>, Madalena, Ângelo, e Ermelinda<sup>45</sup>, Clemente, Maurício e Jorge<sup>46</sup>. Só Berta tem uma célula familiar completa, com pai e mãe, a quem se juntam os irmãos pequenos<sup>47</sup>.

Lembremos o facto de a mortalidade materno-infantil e a falta de assistência ser um drama real na sociedade oitocentista<sup>48</sup>. Maria Antónia Lopes afirma que até ao advento do regime constitucional a assistência era essencialmente uma tarefa de confrarias e irmandades, das misericórdias e da Igreja<sup>49</sup>. A historiadora considera que

---

linguagem, - As apreensões de uma mãe – é, na singeleza do seu dizer, o daguerreotypo dos singelos costumes da província do Minho, da melhor perola do nosso Portugal. Calamos elogios ao merecimento do romance, para que se não infira que vai nelles a paga da oferta. O nosso silencio poupa a modestia do author; e a publicação do romance, apenas encetada, prova o apreço em que o temos. Se estas palavras são elogios, que traduzem agradecimentos, receba-os o snr Julio Diniz, em boa hora, para que nos abram a porta da desculpa, que pedimos, por havermos, contra vontade, demorado a publicação – das apreensões de uma mãe.».

<sup>38</sup> *Idem*.

<sup>39</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, pp. 11-99.

<sup>40</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de abril de 1862.

<sup>41</sup> Cf. Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade* - Maria Clementina é órfã de mãe e não conhecia o pai.

<sup>42</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor* - Pedro e Daniel são órfãos de mãe, Clara e Margarida órfãs de pai e mãe e Margarida, órfã de mãe desde muito nova, foi criada em casa de sua madrastra, a mãe de Clara.

<sup>43</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma família Inglesa* - os jovens protagonistas são órfãos de mãe.

<sup>44</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais* - Cristina e os seus irmãos são órfãos de pai

<sup>45</sup> *Idem*: Madalena, Ângelo, e Ermelinda são órfãos de mãe

<sup>46</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca* - Jorge e Maurício são órfãos de mãe e Clemente é filho único e órfão de pai.

<sup>47</sup> *Idem*, p.97: «Os irmãos corriam a trazer-lhe rosas (...)».

<sup>48</sup> Cf. Maria Antónia Lopes, «Os pobres e a assistência pública», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 501-515.

<sup>49</sup> Maria Antónia Lopes, *ob. cit.*, p. 501.

«as formas de assistência são simultaneamente reflexo de uma realidade, espelho de um sentir comum e instrumento ideológico que infunde novas formas de sensibilidade e novas atitudes mentais»<sup>50</sup>, e a 2ª metade do século XIX é um tempo de mudança: o Estado vai assumir para si a tarefa de prestar assistência à pobreza, aos órfãos, aos doentes e idosos. Salienta também que a noção de pobreza varia ao longo do tempo: no século XIX, quer porque fosse despedido, ocorresse um acidente ou ficasse doente ou, simplesmente, na velhice, «um trabalhador era sempre potencialmente pobre»<sup>51</sup>.

A matriz rural e de confronto entre os valores tradicionais e a modernidade no Minho e o objetivo de promover a convivência e a coexistência entre a velha aristocracia e os outros escalões da sociedade repetir-se-ão na obra dinisiana, de forma muito nítida em *A Morgadinha dos Canaviais* e também em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. *Uma família Inglesa*, sendo um romance urbano e burguês, também revela a mesma matriz: o amor proporciona a ascensão social da jovem menina, Cecília, e da sua família, unindo assim a família do emigrante capitalista e a filha do humilde portuense, fiel empregado da firma, promovendo não o convívio, mas sim a mistura entre a classe rica do Porto e a classe proletária, que, já vimos, vivem à parte, em bairros diferentes e separados. Se compararmos com os casamentos<sup>52</sup> endogâmicos e mistos no Brasil, em Portugal, ou mesmo na Europa<sup>53</sup>, a elite da sociedade portuguesa da 2ª metade do século XIX revelava muita dificuldade em aceitar o amor entre jovens e o casamento por afeição, uma aspiração burguesa que via a família como a célula base da sociedade<sup>54</sup>. Como afirmam Irene Vaquinhas e Rui Cascão<sup>55</sup>, a literatura e a imprensa da época realizaram imagens literárias profundamente ideológicas dos grupos sociais na sociedade portuguesa oitocentista e sobre a vida social das elites, seja na nobreza, seja na burguesia em ascensão, com a «sua progressiva tomada de consciência como classe, assumindo projectos e valores específicos e tornando-se o padrão de

---

<sup>50</sup> *Idem*.

<sup>51</sup> *Ibidem*.

<sup>52</sup> Cf. Michelle Perrot, «Personagens e papéis», in *História da vida privada, da Revolução à Grande Guerra*, vol.4, *ob. cit.*, pp. 134-135: «A escolha do cônjuge é igualmente objeto de estratégias que são o grande problema das famílias. A homogamia, ou mesmo a endogamia, são em todos os meios, regionais e sociais, tendências afirmadas que explicam também as formas de sociabilidade: casa-se com o semelhante também porque é ele quem se encontra. (...)».

<sup>53</sup> *Idem*, p. 137: «Na segunda metade do século XIX são cada vez mais numerosos aqueles que desejam fazer coincidir a aliança e o amor, o casamento e a felicidade.».

<sup>54</sup> Cf. Irene Vaquinhas e Rui Cascão, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 449.

<sup>55</sup> *Idem*, pp. 441-442.

*aculturação para outros grupos*»<sup>56</sup>, especialmente em meio urbano, mas também no meio rural. Quanto ao meio rural, onde não chegavam os transportes nem a industrialização, nem a instrução se impunha e assumia um papel social e cultural desejado pela elite política, sobreviviam privilégios aristocráticos e persistiam valores tradicionais, «*que definem os limites impostos à instauração da nova ordem social*»<sup>57</sup>, isto é, as transformações sociais no campo aconteceram num clima de conciliação entre grupos, «*associando velhas e novas estruturas, tradição e modernidade. (...) assistindo-se a uma aliança da aristocracia de nascimento com a burguesia endinheirada (...)*»<sup>58</sup>. A instrução é, na obra de Júlio Dinis, o instrumento que possibilita a ascensão social dos jovens, não só para as meninas protagonistas do amor romântico dos seus romances, mas também para o jovem e inteligente mestre-escola, Augusto, de *A Morgadinha dos Canaviais*. A difusão do ensino primário e da imprensa possibilitam uma mais rápida transformação da sociedade e de mentalidades<sup>59</sup>.

Em *Apreensões de uma Mãe*, a ação decorre no Minho, «*a meio caminho do Porto a Braga*», num local que está apenas «*um quarto de légua afastada da estrada principal*»<sup>60</sup>, expressão também usada em *Justiça de Sua Majestade*<sup>61</sup>. O momento em que o autor situa os acontecimentos, fica apenas sugerido: «*Isto era em 185...*»<sup>62</sup>, numa «*época de crise para a fidalguia, como por lá lhe chamavam todos os vizinhos*»<sup>63</sup>. O narrador salienta a presença de marcas da guerra civil da década de 30: «*Durante as devastações que o país sofrera nas sucessivas guerras civis dos últimos períodos da nossa história, a casa de Entre Arroios não fora mais do que as outras respeitada, e os estragos que, no resto da habitação, tinham já sido cuidadosamente reparados, conservavam-se ainda visíveis no pequeno templo, onde havia muito se não exercia por isso o ofício divino.*»<sup>64</sup> Em Portugal, o início da década de 30 do século XIX foi marcada por graves problemas financeiros, pelo confronto entre monarquia constitucional e monarquia tradicional, pela repressão desencadeada pelo governo miguelista, pela guerra, por discussões de linhas orientadoras, dissidências e confrontos

---

<sup>56</sup> *Ibidem*, p. 442.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p. 457.

<sup>60</sup> Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 103.

<sup>61</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 54.

<sup>62</sup> Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 104.

<sup>63</sup> *Idem*, p. 103.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 106.

entre fações liberais<sup>65</sup>. A dívida pública portuguesa foi-se agravando e, em meados da década, os défices orçamentais atingiam «valores astronómicos, se se tiver em conta os resultados efectivos dos meios que se perspectivavam para fazer face à extinção da dívida»<sup>66</sup>. A venda dos bens nacionais foi encarada como uma solução que daria para tudo, mas não só não solucionou o problema, como a situação se ia agravando<sup>67</sup>. Nem a consolidação constitucional, com o texto de 1838, com o parlamento constituído por duas câmaras e a divisão tripartida do poder, trouxe a tranquilidade pública, pelo que a «disputa do Poder por uns e por outros não conhecia tréguas»<sup>68</sup>.

Na casa de Entre Arroios ainda havia memória desses tempos conturbados. A mãe, Margarida de Avelar, era a senhora de Entre Arroios. O filho, Tomás, era poeta, o que não agradava a D. Margarida porque, diz ela, «todos me dizem que os poetas são uns loucos, extravagantes, e que o seu fim nunca é bom»<sup>69</sup>. Tomás, com 15 anos, aguardava que os conselheiros de sua mãe, “as cortes” da casa<sup>70</sup> - o abade, o doutor e o médico, um “sapiéntíssimo triunvirato” -, decidissem sobre o seu futuro, isto é, se seguia estudos em Coimbra e em que curso ingressaria. Sobre este privado e “erudito congresso”<sup>71</sup>, Júlio Dinis apresenta-nos um modo de viver tradicional aristocrático e o seu narrador faz elucidativa descrição da corte de conselheiros da Senhora de Entre Arroios, constituído pelo abade<sup>72</sup> que «odiava os jornais políticos»<sup>73</sup>, o doutor, que prometia ao jovem Tomás toda a sua livraria<sup>74</sup>, o médico<sup>75</sup>, profissional associado à «clássica mula de médico»<sup>76</sup>, que acompanhava a política europeia e lia os jornais do Porto. Acrescentemos que o médico tinha participado no cerco do Porto, onde, segundo o narrador, «fora ferido num ataque às linhas, ao saltar um muro para

---

<sup>65</sup> Cf. Isabel Nobre Vargues e Luís Reis Torgal, «Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, pp.65-87.

<sup>66</sup> António Martins da Silva, «A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 99.

<sup>67</sup> *Idem.*

<sup>68</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>69</sup> Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 122.

<sup>70</sup> *Idem*, p. 103 - Diz o narrador: «e qual é a casa rica de província que não tem o seu pequeno parlamento?».

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>72</sup> *Ibidem*, p. 103: «O abade, egresso do convento de Santo Tirso (...) gordo como o primeiro prémio de uma exposição agrícola na secção - gado suíno - (...)».

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 103: «o doutor, homem de emaranhados discursos, recheados de cujos e supraditos e rábula de amor pela arte».

<sup>75</sup> *Ibidem*: p. 103: «o médico, original pelas curtas falas, mas, em compensação, de bem compridas pernas, que dizia parada a ciência desde os seus bons tempos de Universidade (...)».

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 108.

*observar o espectáculo mais de longe (...) ferida que provavelmente hoje lhe valerá uma pensão vitalícia»<sup>77</sup>.*

Este é um pequeno conto, mas o pormenor das suas descrições é prenúncio da riqueza de ambientes e personagens-tipo que Júlio Dinis vai criar. D. Margarida é apresentada com muito pormenor sobre o seu quotidiano em sua casa: ocupa-se com a vida doméstica e com a gestão da casa agrícola, preocupando-se com «*a impertinência das criadas, o arejo das batatas, o vinho que se azedava, um muro que tinha desabado*»<sup>78</sup> - preocupações que partilha com o seu visitante, homem «*recomendado à dona da casa por um seu amigo íntimo de Braga*»<sup>79</sup>. Na viuvez, a senhora mantinha na sala o grande retrato de seu marido, feito pelo seu amigo Vieira Portuense<sup>80</sup>. O pai de Tomás, fora um *velho militar* da marinha, que voltou para a aldeia «*coberto de anos e de cicatrizes honrosas*»<sup>81</sup>. A aldeia é descrita como o lugar onde a família era «*uma das principais glórias da sua terra*»<sup>82</sup>, mas nunca, ao longo do enredo, vemos a aldeia e a família partilharem dessa glória.

Júlio Dinis, em *A Morgadinha dos Canaviais*, apresenta-nos também uma senhora viúva, a senhora da Casa do Mosteiro, a abastada Tia Vitória, de cerca de 40 anos, mãe da jovem Cristina e de outras crianças que enchem a casa. Tia Vitória também se ocupa da casa, dos criados, com o prestimoso auxílio de Madalena e a complacência de todos. A semelhança entre as duas personagens não é evidente, mas trata-se de um tipo social que suscitava interesse literário ao escritor. A casa era abastada: Os velhos amigos e conselheiros apreciam a boa mesa e saboreiam com

---

<sup>77</sup> *Ibidem*, p. 125.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p.104.

<sup>79</sup> *Ibidem*.

<sup>80</sup> Vieira Portuense (1765-1805). Cf. Sigarra U.Porto: «*Francisco Vieira, filho de Domingos Francisco Vieira, conhecido droguista e pintor paisagista morador no Campo do Olival, e de Maria Joaquina, nasceu no Porto a 13 de Maio de 1765. (...) A aprendizagem no ensino oficial iniciou-se em 1787, quando a 15 de Fevereiro se inscreveu como aluno extraordinário na recém-criada Aula Régia de Desenho, em Lisboa. (...) Dois anos mais tarde prosseguiu os estudos em Roma, financiado pela família e pela Feitoria Inglesa ou, muito provavelmente, pela Companhia Geral de Agricultura e das Vinhas do Alto Douro.(...) Em 1800, depois do seu regresso a Portugal, foi contratado pela Junta da Administração da Companhia Geral de Agricultura e das Vinhas do Alto Douro como professor da Aula de Desenho da Academia Real de Marinha e Comércio da Cidade do Porto (aviso régio de 20 de Dezembro), passando a auferir o ordenado de 60\$000 reis. (...) Entre 1801 e 1802 trabalhou em Lisboa nas ilustrações de uma edição de "Os Lusíadas", promovida por D. Rodrigo de Sousa Coutinho (1801-1802).(...) O pintor adoeceu gravemente em 1805 enquanto pintava o quadro "Duarte Pacheco defendendo o passo de Cambalão em Cochim" para a Casa das Descobertas do Paço de Mafra. Procurou curar-se no Funchal, mas sem sucesso. Aqui faleceu, vítima de tuberculose, a 12 de Maio de 1805, poucos dias antes de completar 40 anos de idade. (...)Em 1906, no primeiro centenário da sua morte, a obra de Vieira Portuense foi objeto de uma exposição promovida pela Sociedade de Belas Artes e por personalidades do Porto, a qual se realizou na Sala de Concertos do Teatro S. João.*», disponível em <https://sigarra.up.pt>, em 20.02.2017.

<sup>81</sup> Cf. Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 132.

<sup>82</sup> *Idem*, p. 105.



agrado os jantares, servidos ao meio dia, com solenidade, que constam de sopa e dois pratos, como, por exemplo, cozido e frango guisado, com molho para embeber pão de trigo, seguidos do «calembur, em que muito pouco se falava ainda por cá»<sup>83</sup>, de ovos de recheio, tão do agrado do abade<sup>84</sup>, e ainda vinham para a mesa as trouxas de Braga, as «frigideiras de Braga», que o doutor traz para a sobremesa, para agradar à senhora da casa, a quem pretende cortejar. Ao repasto segue-se a oração de graças<sup>85</sup>.

Olhando o seu tempo, com o velho olhar de outros tempos, seguindo os padrões da tradição aristocrática e esquecendo a mudança a que se assistia, os conselheiros de D. Margarida são convidados a discorrer sobre as profissões mais indicadas para Tomás. Curiosamente, nenhum deles propõe que Tomás siga a carreira militar do pai, pois que cada um defende a sua própria profissão e considera-a a melhor opção para Tomás; não consideraram alargar o leque de opções porque, por exemplo, os matemáticos não eram reconhecidos, nem importantes, até porque no «nosso país, um matemático (...) não tem uma posição segura e definida. Os nossos governos encomendam as estradas aos enxurros [ralé], e as pontes, fazem-se quando os ventos derrubam os troncos das árvores através das correntes dos ribeiros»<sup>86</sup>. Ao que o narrador acrescenta, em confidência ao leitor: «e o coro entoava um anátema às estradas, às pontes e ao Governo (...) e eu estive quase a concordar»<sup>87</sup>.

Esta é uma questão premente na sociedade portuguesa e recorrente na obra de Júlio Dinis, quer quando nos fala dos engenheiros e dos empreiteiros das estradas<sup>88</sup>, quer através da intriga criada entre o conselheiro Manuel, o brasileiro Seabra e o velho herbanário para a escolha do traçado da estrada na aldeia da Morgadinha<sup>89</sup>. As obras públicas que ocupam tantos trabalhadores, que retiram camponeses do trabalho agrícola<sup>90</sup>, fazendo subir os salários<sup>91</sup>, não encontram disponibilidade no erário público,

---

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 130.

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 131.

<sup>86</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>87</sup> *Ibidem*.

<sup>88</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 167.

<sup>89</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, pp. 218-222.

<sup>90</sup> Irene Vaquinhas, «O Campesinato», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 483.

<sup>91</sup> *Idem*, p. 484: «As consequências desta falta de mão-de-obra são pouco conhecidas antes de 1870. Porém, a partir desta data multiplicam-se as queixas dos proprietários contra a carestia e escassez do trabalho braçal. Estas devem, no entanto, ser interpretadas com cuidado, pois reflectem sobretudo o descontentamento patronal com a diminuição de uma vasta reserva de mão-de-obra que permitia manter salários baixos.».

criam dependência externa<sup>92</sup> e não chegam a todas as povoações que as reclamam, como fator de desenvolvimento das atividades económicas locais<sup>93</sup>. Muitas vezes, são motivo de disputa entre os poderosos locais, mas todos reconhecem que são essenciais para a economia porque corrigem assimetrias regionais e contribuem «*para o aumento da produção pela facilidade de transporte e mais fácil troca de produtos*»<sup>94</sup>.

Júlio Dinis não é pródigo na apresentação de profissões e de profissionais do seu tempo e também aqui se repete o seu padrão: o clérigo, o doutor, o médico, o militar e a vida da família que cultiva os campos e cuida dos animais, na aldeia. Este é um pequeno conto, mas o pormenor das suas descrições é prenúncio dos objetivos da sua escrita e da riqueza de ambientes e personagens tipo que Júlio Dinis vai criar. O escritor tem como objetivo retratar o seu tempo<sup>95</sup> e contribuir para a mudança cultural conforme aos ideais do liberalismo<sup>96</sup>. Os inesperados amores de Paulina e Tomás são um dos temas recorrentes na obra dinisiana: Em *A Morgadinha dos Canaviais*, também Ângelo e Ermelinda vivem um amor infantil e silencioso, a que, certamente, Júlio Dinis poderia ter dado desfecho diferente.

É na aldeia que Tomás se enamora de Paulina, uma camponesa leiteira de treze ou catorze anos, «*uma gentil forma feminina com os trajes elegantes das lavradoras do Minho, e sustentando na cabeça, no mais perfeito equilíbrio, uma vasilha a transbordar de leite mungido de pouco*»<sup>97</sup>. Paulina e Tomás, um amor infantil e um compromisso de casamento que Tomás assume quando a menina fica órfã. E, sua mãe aceitou essa decisão de seu filho, mas com preocupação porque, segundo ela, no amor, é preciso satisfazer o coração e a inteligência, ou a infelicidade surge<sup>98</sup>. Então, a vida muda na casa de Entre Arroios: os conselheiros são esquecidos e Tomás não parte para Coimbra, mas sim para o Porto, como é seu desejo, porque fica mais perto. Parte com o hóspede, em quem D. Margarida confia, apesar de o abade o considerar um jacobino,

---

<sup>92</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, «A Regeneração e o seu significado», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 126.

<sup>93</sup> *Idem*, p.126.

<sup>94</sup> *Ibidem*.

<sup>95</sup> Cf. Júlio Dinis, «Ideias que me ocorrem», (Funchal, março de 1870), in *Obras de Júlio Dinis*, vol. II, p. 536: «*Os romances de costumes, bem compreendidos, pintando a maneira de viver e o pensar comum dos povos, (...) são mina preciosa para o estudo da época fornecida aos vindouros.*».

<sup>96</sup> *Idem*, p. 552/553 : «*(...) há livros que são monumentos e livros que são instrumentos, (...) para andarem nas mãos de todos, para educarem, civilizarem e doutrinarem as massas.*».

<sup>97</sup> Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 110.

<sup>98</sup> *Idem*, p. 140: «*a mãe, cujos dotes vinham todos do coração, previra que a inteligência não se satisfaz só com sentimentos, e, na desigualdade de educação de Tomás e Paulina, encontrava a causa da infelicidade de ambos.*».

«um dos vermelhos, um pedreiro-livre, dos tais senhores da *égalité!*»<sup>99</sup>. Partem de diligência, dirigindo-se a pé, «para a próxima estação das diligências do Porto»<sup>100</sup>, embora a proximidade do Porto permita a viagem a cavalo, como vemos acontecer no final da novela, em que o narrador nos diz que montou a cavalo para o Porto<sup>101</sup>.

A educação é um tema sempre presente em Júlio Dinis. D. Margarida quer encaminhar o filho para Coimbra para seguir estudos, sem que isso signifique que o jovem herdeiro venha a desempenhar uma profissão. Para esta decisão a Senhora de Entre Arroios ouve o nosso narrador, presente como personagem, que defende que Tomás decida por si mesmo, contrariando assim os três conselheiros de todos os dias: «nem eu penso que se trate aqui de uma criança incapaz de julgar por si das próprias conveniências e aptidões»; «parece-me por isso extravagante que se esteja agora aqui talhando um futuro, talvez já concebido bem diferente pela principal pessoa interessada. Eu voto que, em vez de nos consultar, consulte V. Exa directamente Tomasinho»<sup>102</sup>.

Este conselho representa uma mudança de mentalidade. Esta sua opinião deixa indignados os presentes que a consideram subversiva, perigosa e republicana e mostrando ignorância sobre o código<sup>103</sup> que a tradição impõe aos jovens de família. Aqui vemos Júlio Dinis a refletir sobre um tema que irá de novo desenvolver no seu último romance<sup>104</sup>, com D. Luís, o senhor de Vilar de Corvos, e a educação dos seus filhos, para quem não fora prevista qualquer ocupação que não fosse seguir o seu exemplo, na vida diplomática ou militar, uma opção para ele inaceitável, em tempos de liberalismo.

Mas, D. Margarida, a mãe viúva, tal como a mãe de Filipe Rialva, em *Justiça de Sua Majestade*, ou Gabriela, a jovem aristocrata, viúva e rica, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, revela no enredo compreensão do seu tempo, dos anseios da juventude e capacidade de adaptação para pertencer ao novo mundo e construir algo com vista ao futuro, que não se coaduna com os códigos da aristocracia tradicional. Estas mulheres são fator social de mudança. Júlio Dinis, em toda a sua obra, atribui às mulheres papéis sociais essenciais para a construção da sociedade nova, burguesa, em que a família é a

---

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 128.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 142.

<sup>101</sup> *Ibidem*, p. 152: «montei a cavalo para o Porto, Ao sair de uma encruzilhada ouvi atrás de mim passos de cavalgadura. Voltei-me; era a tradicional mula do médico, com seu descarnado senhor (...)».

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>103</sup> *Ibidem*, p. 135.

<sup>104</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p.12.

célula fundamental, para a qual a educação das meninas é essencial, para poderem contribuir para a concretização dos objetivos e do projeto familiar. Michelle Perrot<sup>105</sup> afirma que, durante o século XIX, a família se torna essencial ao Estado: «*Átomo da sociedade civil, a família é a gestora dos «interesses privados» cujo bom andamento é essencial à força dos Estados e ao progresso da humanidade. (...) Pedra angular da produção, ela assegura o funcionamento económico e a transmissão dos patrimónios. Célula da reprodução, ela fornece as crianças, às quais dispensa uma primeira sociabilização. (...)»*<sup>106</sup>

Como afirma Luís Reis Torgal, no contexto do liberalismo português, a educação e a instrução são a base do edifício social<sup>107</sup> e um tema fundamental, que implicava também a organização de bibliotecas e museus e «*até o importante problema editorial, dado que é através dos livros, de revistas e jornais que se difunde a instrução, ou, se quisermos, a cultura.*»<sup>108</sup>. Ao longo da obra dinisiana não vemos abundância de bibliotecas, e os livros são poucos e lidos por muito poucas pessoas - a não ser em casa do fidalgo D. Luís, onde se acumulava o saber de todos os amigos absolutistas que aí recebia.

Tomás está apaixonado pela leiteira Paulina e a sua educação é o grande objetivo de D. Margarida, ao aceitar os amores de seu filho. A educação da rapariga torna-se essencial para o desenlace do enredo, seguindo as preocupações e cumprindo-se o plano da mãe de Tomás. No regresso à aldeia, depois de cada um ter recebido a educação conveniente, ele em Paris, ela, nos salões de Lisboa, com D. Margarida, para se «*eleva pela educação até à altura de Tomás, para assegurar a felicidade do seu porvir*»<sup>109</sup>, prepara-se o casamento, que foi «*um facto notável na aldeia. Não se falou noutra coisa por muito tempo senão no jovem doutor e na fidalga conduzindo pela mão ao altar a Paulina, vestida ainda com os costumes do lugar, apenas mais artisticamente dispostos que os das outras raparigas (...)»*<sup>110</sup>.

Surpreendida ficou a aldeia, que aparece pela primeira vez na narrativa, e não previa tal novidade: «*estalou uma castanha na boca a muitos pais e mães de família, produtores e expositores de jeunes files à marier, nesta pequena exposição de Entre*

---

<sup>105</sup> Michelle Perrot, «Funções da família», in *História da vida privada, Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, ob. cit., p.105-119.

<sup>106</sup> *Idem*, p. 105.

<sup>107</sup> Luís Reis Torgal, «A instrução pública», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, ob. cit., p. 609.

<sup>108</sup> *Idem*, p. 610.

<sup>109</sup> Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 161.

<sup>110</sup> *Idem*, p. 152.

Arroios»<sup>111</sup>. Depois, o tempo vai passando, lentamente, sendo que, de quando em vez, Tomás, escreve «nas colunas dos jornais da época»<sup>112</sup> e o narrador mantém-se amigo da família.

Quanto ao triunvirato que constituía a corte de D. Margarida, o abade faleceu, o médico continua a frequentar a casa de Entre Arroios, mas procura não falar de medicina com o senhor da casa, e o doutor, antes pretendente à mão da Senhora, «dirigia actualmente as suas amáveis atenções a uma rica brasileira das proximidades, nutrido o amor com mandioca e banana»<sup>113</sup>. E aqui surge mais uma referência de Júlio Dinis aos *brasileiros*, aos emigrantes que regressam ricos a Portugal – tal como já vimos na poesia<sup>114</sup>, nos contos<sup>115</sup> e depois também nos romances dinisianos, como em *A Morgadinha dos Canaviais*, onde nos deparamos com a figura do *brasileiro* rico e nos apercebemos da educação das suas filhas mulatas<sup>116</sup>. Mas, como já vimos anteriormente, no conto *O Espólio do Senhor Cipriano*, encontramos o emigrante que retorna pobre, que volta à sua aldeia coberto de vergonha, como acontece a Agostinho<sup>117</sup>, porque, informa o narrador, em muitas terras de Portugal não se vê com bons olhos os que voltam pobres do Brasil.

Concluindo, realçamos que, entre contos e novelas, este é a única narrativa dinisiana que termina com um nascimento, depois de ser descrito o casamento e a vida de felicidade do jovem casal, ainda que à sombra da matriarca: «D. Margarida é venturosa (...) agora entretém-se já um pouco a apoquentar os criados e encarrega-me de dar parte às leitoras do nascimento de um menino, que ela sustenta ser a cara do pai»<sup>118</sup>. Mais uma vez, com esta referência à gestão da criadagem, esta personagem, D. Margarida, aproxima-se da Tia Vitória, a senhora da Casa do Mosteiro, personagem do romance *A Morgadinha dos Canaviais*.

*O Espólio do Senhor Cipriano*, é um pequeno conto com apenas 20 páginas<sup>119</sup>, cuja ação decorre no Minho<sup>120</sup>, como acontece em todas as novelas dinisianas mas, ao

---

<sup>111</sup> *Ibidem*, p. 151.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 162.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 150.

<sup>114</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Mulheres (Recordações de um velho)*, p. 485.

<sup>115</sup> Cf. Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, p. 94.

<sup>116</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.58.

<sup>117</sup> Júlio Dinis, «O Espólio do Senhor Cipriano», in *Serões da Província*,. Cf. pp. 181-182: «O Brasil é, para ela [essa boa gente], como o campo de batalha. Ou volta-se de lá vitorioso, ou morre-se combatendo. Fugir é de covardes.».

<sup>118</sup> Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*, p. 163.

<sup>119</sup> Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, pp. 167-187.

<sup>120</sup> *Idem*, p. 169.

contrário de todas as outras, não está datado, nem fornece ao longo da trama indícios que nos permitam situar a ação no tempo. No ano de 1862, Júlio Dinis escreve *Uma Família Inglesa* e publica, no *Jornal do Porto*, em episódios, na primeira página, na secção do *Folhetim*, na primavera, o conto, *Apreensões de uma Mãe* e no outono, de 5 a 8 de novembro, o público pode ler *O Espólio do Senhor Cipriano*. Isto é, o conto *O Espólio do Senhor Cipriano* foi escrito antes do primeiro romance do romancista portuense. Júlio Dinis junta a este seu conto uma reflexão a que chama prefácio<sup>121</sup>, em que nos diz que o povo «pronuncia-se, quando os mais prudentes hesitam»<sup>122</sup> e em que considera que na imaginação popular «quando lhe falecem as informações, inventa, recorre ao inesgotável tesouro da imaginação, senão a alguma coisa de mais seguro»<sup>123</sup>. Uma reflexão de cerca de três páginas, em que afirma que bisbilhotices e boatos se espalham numa comunidade com facilidade e que «ao lado da biografia exacta de um indivíduo, ainda dos mais obscuros, o povo refere de ordinário outra, menos documentada talvez, porém sempre mais curiosa»<sup>124</sup>. Conclui que um povo tem uma força oculta e que a multidão é um enigma «Onde os homens de reúnem em povo, uma influência oculta se lhe associa: uma como inteligência comum, daí os enigmas da multidão.»<sup>125</sup>

O enredo é simples: Cipriano Martins, octogenário, homem ocupado com um negócio de socos, vivia na rua mais estreita e mais pobre, do bairro menos povoado e mais sujo de uma «pequena cidade da província do Minho»<sup>126</sup>. Era uma personagem antipática, que todos consideravam rico e sovina<sup>127</sup>. Um avarento<sup>128</sup>. O narrador reflete sobre a avareza e conclui que é um vício pouco popular: «Não há vício menos popular do que o da avareza, pela razão de serem poucos os que com ele lucram»<sup>129</sup>. Cipriano morreu e Maquelina, a pobre irmã do octogenário, porque não tinha dinheiro, foi pedir um atestado de pobreza<sup>130</sup> e seguiu todos os caminhos que a burocracia

---

<sup>121</sup> *Ibidem*.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 168.

<sup>123</sup> *Ibidem*.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>126</sup> *Ibidem*.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 170.

<sup>128</sup> Segundo o povo e as autoridades locais, Cipriano era rico, mas tão avarento que ficou doente, não chamou o médico e morreu, deixando Maquelina, a irmã, sem dinheiro para o caixão. Nem o povo, nem a Câmara (para não desagradar aos eleitores) valeram à pobre mulher, que se declarou pobre, mas ninguém acreditou. Cf. Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, pp. 171-173.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 170

<sup>130</sup> *Ibidem*, p. 175. Exclama o narrador: «Louvado seja Deus! Até isto [atestado de pobreza] se implora!»

impunha<sup>131</sup> para conseguir enterrar o irmão, pedindo ao pároco, ao regedor, à junta da paróquia<sup>132</sup>. O enredo poderia terminar em breve, deixando Maquelina com a sua pobreza e o leitor com suspeitas quanto ao que a voz popular afirmara. Entretanto, surge um novo elemento na ação: aparece Agostinho, sobrinho e afilhado de Maquelina, que partira em tempos para o Brasil. E conta a sua experiência de emigrante, desde que partira<sup>133</sup>, até tomar a decisão de voltar, «para não morrer de fome»<sup>134</sup>. Agostinho fica a viver em casa de sua tia e procura emprego, mas não encontra emprego, porque ali «*Naquela cidade, como em muitas outras terras do reino, não se vêem com bons olhos os infelizes que voltam do Brasil pobres. (...) O Brasil é, para ela, [as gentes] como o campo de batalha. Ou volta-se de lá vitorioso, ou morre-se combatendo. Fugir é de covardes.*»<sup>135</sup>

A situação piora ainda mais: Maquelina adoece e o «*facultativo do partido*»<sup>136</sup> veio vê-la, pois Maquelina havia conseguido entrar no quadro dos pobres»<sup>137</sup>. E assim

---

<sup>131</sup> Mas, para não haver dúvidas quanto à riqueza ou à pobreza extrema daquela mulher, houve inquérito e Maquelina abriu as portas ao regedor para procurar as riquezas: «*uma junta de inquérito, presidida pelo regedor, a qual, pelos mais escusos recantos, e a grande profundidade no quintal procurou o decantado tesouro (...)*», Cf. Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, p. 180.

<sup>132</sup> Depois de muito se lamentar, recebeu um atestado do Sr Bento Maria, o regedor, e a junta da paróquia pagou o enterro. Entretanto, andando ela nesta correria e nesta aflição, de autoridade para autoridade, a pobre mulher ia ouvindo comentários do povo que criticavam a sua falta de respeito pelos costumes, no que ao luto dizia respeito: «*Não é bonito andar assim já pela rua, quando tem seu irmão morto em casa. Que há-de dizer o público?*» Cf. Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, p. 177.

<sup>133</sup> *Ibidem*, p. 181: «*embarquei como moço de navio por não ter dinheiro para a passagem*».

<sup>134</sup> *Ibidem*, p. 180: «*contra o que era de esperar, vinha como partira, isto é, com a riqueza de Job na desgraça*».

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 182.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p. 183.

<sup>137</sup> Sobre os médicos de partido e a sua função social ao longo do reino, Júlio Dinis, como jovem médico, conhecia a realidade da vida de um médico de partido e sobre a sua situação profissional e social escreveu *A vida nas terras pequenas*, um conto inacabado, de que conhecemos apenas dois capítulos. Cf. Júlio Dinis, *A vida nas terras pequenas*, in *Obras de Julio Dinis*, Vol. II, pp. 601-614.

Sobre os médicos de partido, ler José Abílio Coelho:

a) «*Facultativos dos Partidos Municipais: cuidados médicos prestados aos doentes pobres nos concelhos e nos hospitais*», in *Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial*, volume 15. Belém: Editora Açaí/PPHIST-UFPA, 2014, disponível em [www.ufpa.br/pphist](http://www.ufpa.br/pphist), pp.30-42, consulta de 02.03.2017. Neste artigo, o autor afirma: «*A obrigatoriedade de as câmaras municipais contratarem médicos para assistirem gratuitamente os menos favorecidos de meios só irá ganhar força de lei no último quartel do século XIX. Até então, só os tinham a seu serviço os concelhos que dispusessem de meios para lhes pagarem, e talvez daí resulte a designação de Facultativos pela qual estes médicos eram referidos na documentação da época. A existência de “medicos municipais” era, porém, como se disse, bastante anterior.*», *ob. cit.*, p.34.

b) «*Os “Partidos Médicos” e os cuidados de saúde prestados aos doentes pobres nos municípios portugueses*», in *trabalho apresentada nas III Jornadas de Ciências Sociais e Humanas em Saúde, que tiveram lugar na Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa (ESTeSL)*, nos dias 23 e 24 de Novembro de 2012, disponível em <http://quiosquedaruadafeira.>, consulta de 02.03.2017, s/p.

Neste artigo afirma José Abílio Coelho: «*Nos termos do contrato estabelecido com o município, o partidista, que se obrigava a residir na sede do Partido, não podia cobrar nem pela consulta, nem pela deslocação a casa dos doentes que apresentassem atestado de pobreza. Nas deslocações, muitas vezes feitas durante a noite e percorrendo distâncias que podiam atingir as duas dezenas de quilómetros, tinha*

segue a vida infeliz da pobre irmã do falecido Senhor Cipriano e de seu sobrinho Agostinho que, para aquecer a casa de sua tia doente, recorre aos papéis que sua tia usava. Eram as notas de banco de Cipriano e estavam a ser queimadas para acender o lume. Na verdade, Maquelina só imaginava riqueza em moedas de ouro e prata, não em notas de banco. Mas, a vida de emigrante no Brasil deu a Agostinho o conhecimento suficiente para identificar papéis de banco. Maquelina morreu. Agostinho tornou-se milionário<sup>138</sup> e conseguiu multiplicar a riqueza do tio.

Este conto, para além do retrato que desenha sobre a pobreza, a falta de assistência aos pobres e a ausência de critérios para atribuição de ajudas, traz para o enredo elementos muito importantes para que no estudo da obra de Júlio Dinis encontremos a sociedade do seu tempo: a presença da aflição do pobre perante a burocracia, a existência do médico de partido e a emigração para o Brasil, sob o ponto de vista do pobre que voltou ainda mais pobre. Júlio Dinis vai voltar a colocar os brasileiros nas suas intrigas, como já fizera na poesia<sup>139</sup>, mas este sobrinho de Maquelina é o único personagem de Júlio Dinis que volta pobre e que acaba por encontrar a riqueza na sua aldeia natal, colocando no debate literário a preocupação socialmente premente de se regulamentar a emigração para o Brasil, para onde partiam milhares de homens analfabetos, ou quase analfabetos, destinados à exploração fácil e ao trabalho duro e mal pago<sup>140</sup>.

Júlio Dinis retrata o quotidiano dos seus compatriotas e dos seus conterrâneos, pedagogicamente procura intervir na mudança de costumes e de comportamentos. Mesmo sabendo o que dizem os seus críticos, continua defendendo que «o romance é um género de literatura essencialmente popular» e que «romances exclusivamente apreciados por eruditos não realizam o seu fim»<sup>141</sup>. Acrescenta: «(...) não sei bem por que se há-de julgar o romance uma forma literária menos grave e perfeita que as outras quando ela pode conter em si, em boa e fecunda harmonia, as qualidades de

---

de utilizar “besta sua”, sem nunca se negar a ir, fosse onde fosse chamado. Para além do atendimento gratuito aos pobres era-lhes permitido exercer a atividade a “pulso livre” ou, na maioria dos casos, a “pulso cativo”. No “pulso livre”, o médico estava autorizado cobrar aos doentes que não apresentassem atestado de pobreza uma soma previamente combinada, enquanto na modalidade de “pulso cativo” cobrava apenas o valor constante de uma tabela, fixada pela própria câmara.», ob.cit., s/p.

<sup>138</sup> Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*, p.187: «Apenas direi que por suas especulações comerciais conseguiu multiplicar o capital tão inesperadamente herdado, e hoje é milionário. Vejam o instinto do povo!».

<sup>139</sup> Júlio Dinis, *As mulheres (Recordações de um Velho)*, 1859, Cf. *Obras de Júlio Dinis*, pp. 478/487

<sup>140</sup> Cf. capítulos I e II.

<sup>141</sup> Júlio Dinis, «Ideias que em Ocorrem», Funchal, novembro de 1869, in *Serões da Província, Obras de Júlio Dinis*, vol II, p. 544.



todas»<sup>142</sup>. E o nosso escritor continua esta sua reflexão, afirmando que o romance, seguindo os modelos de Walter Scott, «é a forma literária verdadeiramente característica dos nossos tempos»<sup>143</sup>, no que é apoiado por Alexandre Herculano que apreciou a leitura do romance *As Pupilas do Senhor Reitor*, o que Júlio Dinis agradeceu, em carta escrita no Porto e datada de 7 de Abril de 1867<sup>144</sup>.

O descrédito em que o romance caiu, afirma Júlio Dinis, «provém dos abusos dos romancistas que, possuídos por uma falsa ideia, julgaram ser a imaginação a única base do romance»<sup>145</sup>. Estávamos em 1869, Júlio Dinis está doente e passa largas temporadas fora do Porto e longe da família e dos amigos. Escreve muitas cartas e regista nos seus cadernos *Ideias que me Ocorrem*, em que reflete sobre o que é o romance e sobre o que cada escritor deve querer apresentar aos seus leitores: «Dizei agora se não vos moverá também o mesmo sentimento a aplaudir mais o escritor consciencioso que vos comove com os seus recursos naturais que lhe fornece a observação do homem, do que o pelotiqueiro literário que recorre para vos prender e maravilhar a todas as extravagâncias possíveis?»<sup>146</sup>

No mesmo ano de 1862, o *Jornal do Porto*<sup>147</sup> já havia publicado um poema de Júlio Dinis, o poema *A Joven Mãe*: o jovem poeta, entre interrogações e, quem sabe, memórias de cenas da vida real, pergunta ao leitor se alguma vez viu uma jovem e amorosa mãe, *junto do berço do filho adormecido*<sup>148</sup>, completamente esquecida do mundo – do resto do universo, das guerras, do sangue que corre pelas nações da terra. É a voz do poeta que se expõe, quando Júlio Dinis questiona o leitor sobre as cenas da natureza furiosa<sup>149</sup> e nos apresenta a força e o sofrimento das mães, da jovem e amorosa mãe, que se agita, que duvida e que, finalmente se rende ao desgosto e à angústia e enche os ares de gritos de dor perante a morte do filho<sup>150</sup>.

---

<sup>142</sup> *Idem*, p. 541.

<sup>143</sup> *Ibidem*.

<sup>144</sup> Cf. Carmen Abreu, *ob. cit.*, p. 53.

<sup>145</sup> Júlio Dinis, *Ideias que em Ocorrem*, Funchal, novembro de 1869, p. 541.

<sup>146</sup> *Idem*.

<sup>147</sup> *Ibidem*, p. 546.

<sup>148</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 21 de fevereiro de 1862. O poema *A Joven Mãe*, de Júlio Dinis, é publicado na secção *Variedades*.

<sup>149</sup> *Idem*.

<sup>150</sup> *Ibidem*. O poeta faz-nos sentir o gemido das fortes vagas batendo na areia, os leões rugindo em fúria, feridos pelos caçadores, o vento que sopra nas serras para «depois, em tumultuosa guerra descendo os valles, devastar a terra em delírio violento».

<sup>150</sup> «Filho, filho, não partas só da vida / Espera, eu vou contigo. (...) Vistes a joven mãe na campa fria Unido o filho ao peito? Que importava o mundo onde o não via?», cf. Júlio Dinis, *A Joven mãe*, pp. 333-335.

Entre 12 de maio e 11 de julho de 1866, o *Jornal do Porto* publica, na primeira página, na secção *Folhetim*, *As Pupilas do Senhor Reitor*, aquele que é, como já afirmámos, o primeiro romance de Júlio Dinis a ser editado em livro, logo no ano seguinte, em 1867, e com sucesso<sup>151</sup>, como o próprio autor reconhece, em carta a seu pai<sup>152</sup> e a seu primo José Joaquim Pinto Coelho<sup>153</sup>. *Uma Família Inglesa* (romance inicialmente intitulado *Uma Família de Ingleses*), *Cenas da vida do Porto*, foi publicado em episódios, no mesmo diário portuense, o *Jornal do Porto*, no ano seguinte, em 1867, a que se seguiu a publicação em episódios de *A Morgadinha dos Canaviais*, também um ano depois, em 1868. O romance *Uma Família de Ingleses, Cenas da vida do Porto*, foi escrito em 1862, um ano antes de *As Pupilas*, mas o escritor optou pela inversão da ordem de apresentação ao público e, depois do sucesso inesperado, não só no Porto, como em Lisboa<sup>154</sup>, receava a reação dos críticos e dos leitores aos seus novos trabalhos: «A complacência com que foram acolhidas as *Pupilas* há-de ser descontada em todas as publicações que eu fizer. A amortização principiou com a *Família Inglesa* e há-de continuar»<sup>155</sup>.

Já com o título de *Uma família Inglesa, Cenas da vida do Porto*, este é o único romance não rural de Júlio Dinis e foi publicado, em livro, em 1868. Foi o seu primeiro trabalho de grande dimensão. A comparação com os seus contos e romances permite pensar que o escritor era um observador da sua cidade e da comunidade de imigrantes ingleses, a que também pertencia. A intriga desenrola-se em volta de uma só família de imigrantes ingleses, seus filhos e empregados, levantando as questões prementes da integração de estrangeiros e da comunicação entre grupos sociais. As personagens estão

---

<sup>151</sup> O sucesso imediato de Júlio Dinis com este seu primeiro romance rural também se pode notar através da necessidade de uma segunda edição, em 1868, revista pelo autor, Cf. [www.livrariafernandosantos.com](http://www.livrariafernandosantos.com).

<sup>152</sup> Júlio Dinis, «Cartas Particulares», in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, pp. 779-780 – carta a seu pai, não datada, mas que apresenta a seguinte indicação: «A seu pai, de fins de março de 1868, depois da representação das «*Pupilas*» em Lisboa».

<sup>153</sup> *Idem*, p.794: carta escrita no Funchal, datada de 5 de Abril de 1869: «A complacência com que foram acolhidas as *Pupilas* (...)».

<sup>154</sup> E pela Europa, sucedendo-se algumas traduções: havendo notícia de uma «*As pupillas do Snr. Reitor: Chronica da Aldeia* ( *Colleção de Autores Portuguezes* ). Edição contrafeita, impressa em Leipzig em 1875. Com um prólogo de Augusto Soromenho.». Cf. <http://www3.fl.ul.pt>, última consulta a 20/08/2017. Também Ana Rita Soveral, se refere à divulgação do romance dinisiano além fronteiras, in «*Da personagem romanesca à personagem fílmica: as pupilas do senhor reitor*», Cap.2.2, pp.147 e seguintes, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/>, consulta de 20.02.2014.

<sup>155</sup> Cf. nota 82.

no Porto, vivem no Porto. *Uma Família Inglesa*, teve no Porto, a 2ª edição 1870<sup>156</sup>, e a 3ª edição, logo em 1875<sup>157</sup>.

Júlio Dinis apresenta-nos a cidade dividida em três setores: O bairro oriental<sup>158</sup>, com palacetes, procurado pelos capitalistas que chegam do Brasil, o bairro ocidental, o inglês, elegante, mas de arquitetura despretensiosa<sup>159</sup> e o bairro central, o propriamente dito portuense<sup>160</sup>, com ruas enlameadas, onde se respira o passado, onde se vive, se compra e vende; é o burgo do bispo, é a cidade antiga. Tudo acontece no Porto e gira em volta da Praça dos Ingleses, passando pela casa de Manuel Quintino e pela casa grande de Mr Richard.

A casa de Mr Richard é o núcleo essencial daquele homem austero, que vive dos negócios na *city* - a praça -, do comércio internacional e intercontinental, que adora a sua jovem filha Jenny e se preocupa com o seu filho Carlos, o jovem que reúne em si o espírito inglês e portuense, esquivando-se aos estudos e ao trabalho e aproveitando a vida de boémia da cidade. Vemos Jenny conviver com Cecília, a filha do guarda livros da empresa de seu pai. Juntas, passam muitas tardes, bordando e conversando. Jenny é a jovem senhora omnipresente, dedicada, o anjo da família que todos compreende e a todos ajuda. Não lhe conhecemos outras amigas, nem namorado.

Mr Richard parece não estar muito interessado no convívio com a numerosa colónia inglesa no Porto. Apesar de receber alguns velhos amigos em casa, o enredo não nos introduz na comunidade britânica do Porto, sendo antes uma prova da aproximação de uma família inglesa à sociedade e à cultura portuense que a recebeu. Carlos gosta do

---

<sup>156</sup> Cf. <https://www.olx.pt/anuncio/julio-diniz-uma-familia-inglesa-2-edio-1870>: «Julio Diniz - Uma Família Inglesa - 2ª Edição 1870, SCENAS DA VIDA DO PORTO, Segunda Edição Revista pelo Author, Porto, Typographia do Jornal do Porto 1870», última consulta a 20/08/2017.

<sup>157</sup> Disponível na página de BNP, <http://purl.pt/326/5/P2.html>, última consulta a 20/12/2015.

<sup>158</sup> «Predominam neste umas enormes moles graníticas, a que chamam palacetes; o portal largo, as paredes de azulejo – azul, verde ou amarelo, liso ou de relevo (...); as varandas azuis e douradas; os jardins (...) adornados de estatuetas de louça, representando as quatro estações; portões de ferro com o nome do proprietário e a era da edificação em letras também douradas; (...)». Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.47

<sup>159</sup> «Predomina a casa pintada de verde-escuro, de roxo-terra, de cor de café, de cinzento, de preto ...até de preto! (...) janelas rectangulares; o peitoril mais usado do que a sacada. – Já a manifestação de um viver mais recolhido, mais íntimo (...)». *Idem*.

<sup>160</sup> «predominam a loja, o balcão, o escritório, a casa de muitas janelas e extensas varandas, as crueldades arquitectónicas, a que se sujeitam velhos casarões com o intento de os modernizar, o saguão, a viela independente das posturas municipais e à absoluta disposição dos moradores das vizinhanças; a rua estreita, muito vigiada de polícias; as ruas em cujas esquinas estacionam galegos armados de pau e corda e as cadeirinhas com o capote clássico; as ruas ameaçadas de procissões, e as mais propensas a lama; aquelas onde mais se compra e vende; onde mais de trabalha de dia, onde mais se dorme de noite. Há ainda neste bairro muitos ares do velho burgo do Bispo, não obstante as aparências modernas que revestiu.» (...). *Ibidem*, pp.46/47

convívio com os seus jovens amigos portuenses, gosta dos petiscos portugueses. Ao contrário de seu pai e de sua irmã, está integrado, tem amigos, convive com um grupo de jovens da elite cultural do Porto.

Júlio Dinis não dedicou este romance a Jenny, a jovem que chegou ao Porto com dois anos, que aí estudou e cresceu, mas de quem nada sabemos, para além da sua atividade doméstica, substituta da função feminina da mãe falecida. Temos em *Uma Família Inglesa*, o caso típico do romance dinisiano, sem a presença do casal de família; trata-se de uma família, que conta com a presença do pai de família, viúvo e com dois filhos, órfãos de mãe. Tudo começa com as festas de carnaval que atraem rapazes e raparigas. A filha do guarda livros vai com umas amigas a um baile de máscaras e aí se inicia o romance que leva o narrador a desenhar o retrato de um rico homem de negócios, inglês, fleumático, orgulhoso, imigrante no Porto, que aceita os amores de seu filho com a jovem Cecília, mas não sem antes promover o pai da menina a sócio, para que o casamento não choque a colónia inglesa do Porto. Neste seu romance, escrito em 1862, antes de *As Pupilas do Senhor Reitor*, Júlio Dinis poderá ter pensado retratar a comunidade inglesa a que pertencia pela família materna e de quem pouco sabemos.

O Porto surge-nos através da vida da família Whitestone – no escritório, na Praça e em casa e através de personagens figurantes que nos mostram outra cidade – a cidade dos criados e da restrita pequena burguesia formada pelos funcionários dos escritórios da Rua dos ingleses. Recordemos que Júlio Dinis foi lido e apreciado<sup>161</sup> em vida, tendo a sua carreira literária decorrido no curto espaço de tempo de menos de uma década. Foi surpreendido pelo entusiasmo e carinho com que foi aplaudido no teatro, aquando da estreia de *As Pupilas*, em Lisboa e, depois, no Funchal, surpreendeu-o o carinho recebido à saída do navio em que viajou até à Madeira, em 1869<sup>162</sup>, o que revela o nível de divulgação dos seus romances, e se enquadra no contexto político da década de 1860. A obra de Júlio Dinis começou a ser divulgada na imprensa no início da década de 1860 e, como refere Carmen Abreu, «(...) quando a Regeneração dava já

---

<sup>161</sup> Cf. Carmen Abreu, *O filtro doutrinário e a liberdade criadora. Que tipo de censura nos romances de Júlio Dinis?*, ob. cit., p.1: «Poder-se-á calcular que o imediato sucesso editorial dos textos de Júlio Dinis tenha sido motivado por duas grandes razões. (...) a oferta ao público leitor de um género romanesco inovador, híbrido, constituído por propostas de traçado romântico que se conjugam, de feição caleidoscópica, com outras de um novo género que introduzia em Portugal o realismo literário.(...) e referimo-nos às motivações locais, já que Júlio Dinis é um escritor do Porto –, poder-se-á prender com o emergente interesse na aposta cultural, exactamente pelo facto de "o Porto dos anos 50 e 60 [ser] a cidade da burguesia conservadora que desfruta o desafio económico e vive a Liberdade" (REIS, 1989:292).»

<sup>162</sup> Júlio Dinis, Funchal, s/d, carta a seu primo José Joaquim Pinto Coelho, in *Cartas Particulares*, Cf. *Obras de Júlio Dinis*, vol II, p.794.

provas de estabilidade civil e económica, a publicação dos contos e romances em fascículos, em revistas e jornais, – prática de grande acolhimento na época –, gerou alguma ascendência sobre o ideário do público leitor»<sup>163</sup>. A autora reflete sobre o claro acolhimento do público leitor, e afirma que se, para o leitor, «*de facto, "tudo está bem quando acaba bem", mas ainda que "tudo acaba bem porque está bem"*»<sup>164</sup>, o «*estilo elegante e do léxico suave e distinto da escrita dinisiana*» pode ter sido fator de facilitação de comunicação com o leitor. No entanto, Carmen Abreu interroga-se sobre a imunidade censória dos textos de Júlio Dinis: «*Será que os trabalhos ficcionais de Júlio Dinis, pulverizados de calorosos enredos sentimentais, foram por tal entendidos como socialmente acríticos? Será que os epílogos, geralmente coroados com casamentos a organizar um promissor convite à ordem familiar e social, permitiram escapar à leitura das múltiplas instabilidades em que os entrechos se envolvem?*»<sup>165</sup>. Apesar de não ter recorrido sobre a sua relação com a elite literária e intelectual, portuense ou lisboeta, em cartas dirigidas ao seu amigo Passos, refere o encontro cordial com Camilo Castelo Branco<sup>166</sup> e Ramalho Ortigão<sup>167</sup>, em Lisboa e tomámos nota da opinião de Alexandre Herculano sobre o primeiro romance do jovem escritor, que apelidou de «*o primeiro romance do século*»<sup>168</sup>.

<sup>163</sup> Carmen Abreu, *ob. cit.*, p. 1.

<sup>164</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>165</sup> *Ibidem*, p. 3: «(...) a imunidade censória aos textos de Júlio Dinis convida a que a crítica literária se interrogue acerca de tão constante excepcionalidade. Por que teria sido assim? O que é que afinal estes textos expõem e simultaneamente escondem? Será que os trabalhos ficcionais de Júlio Dinis, pulverizados de calorosos enredos sentimentais, foram por tal entendidos como socialmente acríticos? Será que os epílogos, geralmente coroados com casamentos a organizar um promissor convite à ordem familiar e social, permitiram escapar à leitura das múltiplas instabilidades em que os entrechos se envolvem? Ou, e buscando-se já na interrogação o nosso parecer nesta matéria, será que os preceitos e os quadros de grande moralidade desenhados nos enredos neutralizam, de facto, as contundentes peripécias que os permeiam? Calculamos que seja tudo isto, mas ainda um pouco mais. O velho dramaturgo inglês escreveu que "tudo está bem quando acaba bem". Pegando-se nesta asserção, até poderemos considerar que o facto de no final dos romances dinisianos se assistir à generalizada reintegração da ordem, em regra formatada pela moldura de paz, esperança e felicidade que o episódio da união sacramental de duas jovens personagens imediatamente sugere, resulta num hábil despiste das dificuldades da demanda de cada personagem ou da censura aos comportamentos do indivíduo, ou da sociedade. Tal como no romance *Tom Jones*, do inglês H. Fielding, (...)».

<sup>166</sup> Júlio Dinis, in *Cartas Particulares*, p.873 ( carta escrita em Lisboa, datada de 18 de Fevereiro de 1869).

<sup>167</sup> *Idem*, p.885 ( carta escrita em Lisboa, datada de 14 de outubro de 1869).

<sup>168</sup> Cf. Rosa Margarida Pinto Leite, *A Narrativa Breve de Júlio Dinis*, tese de mestrado, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 2010, pag 13, disponível em <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/3884/1/4386.pdf>: «As relações entre Júlio Dinis e Herculano começaram quando Dinis solicitou a Augusto Soromenho que mostrasse a Herculano um exemplar de *As Pupilas do Senhor Reitor*. Herculano admirou de tal modo o romance que «chamou-lhe o primeiro romance do século» (Saraiva, 1992: 769). Este elogio de Herculano pode ter surgido «devido à presença de temas que muito o interessavam – a vida do campo, a agricultura, os costumes e tipos tradicionais portugueses» (Stern, 1972: 102). Na verdade, o escritor partilhava «muitos dos largamente divulgados pensamentos e opiniões de Herculano sobre o Portugal contemporâneo, e admirava o objectivo dos seus

*As Pupilas do Senhor Reitor*, o primeiro romance rural de Júlio Dinis, é também o primeiro a ser publicado em livro, em 1867, depois de ter sido apresentado aos leitores do *Jornal do Porto*, em folhetim, um ano antes, em 1866<sup>169</sup>. Alguns estudiosos, como refere Vitorino Nemésio<sup>170</sup>, consideram que *As Pupilas do Senhor Reitor* são o melhor romance de Júlio Dinis. Ana Rita Navarro afirma «*ser este o romance de um escritor português que maior número de adaptações sofreu, particularmente cinematográficas, não só no contexto da obra de Júlio Dinis, mas também no panorama mais vasto da literatura portuguesa*»<sup>171</sup>. Com esta obra, o escritor adquiriu projeção no meio literário e social do seu tempo e junto das gerações seguintes. Com a autora afirmamos que, em Júlio Dinis, «*Por detrás de uma aparente simplicidade discursiva e ingenuidade temática e ideológica, deparamo-nos, todavia, com um romancista convicto das ideias estéticas e literárias que professou e que, com lucidez rara para a época, enunciou de forma clara e inequívoca*»<sup>172</sup>. Mas, do ponto de vista da história da cultura portuguesa, se tivermos como foco de atenção o objetivo do autor de retratar o quotidiano dos portugueses e de deixar matéria de estudo aos vindouros, o enredo de *As Pupilas do Senhor* decorre numa aldeia quase sem ligações ao exterior e não apresenta a riqueza sociológica que temos presente nos dois romances que se lhe seguiram. A aldeia de Margarida, apesar do Reitor e de João Semana, apesar de Daniel, parece parada no tempo, parece não precisar da diligência, do correio, dos jornais, não apresenta atividade política ou outra reveladora da efervescência social, política e cultural de então. Consideramos que o autor foi paulatinamente construindo um modelo, um padrão de novela cada vez mais rico e mais próximo do real. Real porque mostrava um retrato do país real, especialmente do Norte, cheio de tumultos

---

romances» (ibid. : 101). Júlio Dinis não nutria por Camilo a mesma admiração que sentia por Garrett e Herculano. Na opinião de Irwin Stern, «a causa da rejeição de Dinis era tanto política como literária» (ibid. : 103). De facto, por um lado, Camilo parecia não se preocupar por Portugal como nação, com os problemas sociais que o país enfrentava, pois aceitava a pobreza como o estado dos portugueses e defendia que uma educação completa era só para os ricos, por outro, levava estes temas ao extremo na ficção, o que não agradava ao autor de *Serões da Província*.».

<sup>169</sup> Esta novela foi o tema do projeto de dissertação de mestrado, no curso de 2010-12 do MEPM, procurando-se aí analisar a posição social e o papel das mulheres na família e na sociedade oitocentista. É a partir do estudo de *As Pupilas do Senhor Reitor* que se constrói o projeto atual. Assim, esse primeiro estudo é parte integrante do presente percurso de investigação.

<sup>170</sup> Cf. Alexandre Herculano, «O Pároco de aldeia. O Galego», in *Alexandre Herculano, Obras completas*, Livraria Bertrand, 1969 – prefácio de Vitorino Nemésio, p.9.

<sup>171</sup> Ana Rita Navarro, *Da personagem romanesca à personagem fílmica : as Pupilas do Senhor Reitor*, UAb, 1999, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>, consulta de 12.04.2014, Cf. Resumo.

<sup>172</sup> *Idem*, p.11.

políticos<sup>173</sup>, reagindo à mudança<sup>174</sup>, com tanta dificuldade de se libertar do conservadorismo e do modelo do Antigo Regime.

Como sabemos, foi só em 1867 que Júlio Dinis publicou em livro *As Pupilas do Senhor Reitor*. Decorreram 4 anos entre a sua criação e a sua publicação em livro, de que resultou a sua transposição para o teatro por Ernest Biester, no Teatro de Trindade, em Lisboa, com assinalável sucesso<sup>175</sup>, em março de 1868, e a que Júlio Dinis queria assistir incógnito. Mas, tal não aconteceu e em carta a seu pai<sup>176</sup> e ao seu amigo Passos<sup>177</sup>, refere o entusiasmo que viu entre os espectadores e a notícia publicada num diário de Lisboa, o *Diário Popular*<sup>178</sup>. Como artista, Júlio Dinis levou algum tempo a publicar. O seu percurso de escrita literária foi-se consolidando e sendo a ocupação do tempo livre do médico, doente e frequentemente fora do seu ambiente.

Na aldeia do Senhor Reitor, ou antes, na aldeia de José das Dornas, sentimos o movimento nas ruas, com as idas à mercearia, as mulheres na rua, sentadas a fiar e a conversar, e, ao fim do dia, quando se regressa dos campos, falando e cantando. As *Pupilas do Senhor Reitor* foram bem recebidas pelos contemporâneos de Júlio Dinis. Júlio Dinis, com o seu objetivo de retratar na sua obra literária o quotidiano rural, apresenta-nos a taberna e a mercearia da aldeia do senhor reitor como centros cívicos de convívio, comunicação, aprendizagem e controlo social, por onde também circulam as notícias, as críticas e as bisbilhotices locais. Com a mesma função social, em *A Morgadinha dos Canaviais*, surge a repartição de correio e a taberna do Canada, centros cívicos locais, que também fornecem ao leitor informações sobre as personalidades políticas da aldeia. Pela taberna do Canada passa o senhor conselheiro sempre que vem à aldeia e com todos conversa, ainda antes de ir a casa, como nos

---

<sup>173</sup> Maria Manuela Tavares Ribeiro, *ob. cit.*, p 113: «[ na década de 1840] *Os tumultos eclodiram na zona de Póvoa de Lanhoso e Vieira do Minho, generalizando-se pela província minhota. O povo, amotinado, dirigia-se a casa dos regedores, dos administradores do concelho e recebedoria, rasgava os papéis das décimas, gritava «vivas» à rainha, à Carta e à religião, e «morras» a Costa Cabral. (...) Os protestos violentos, os motins e uma acentuada agitação social agudizam-se, e na Primavera de 1846 alastram, mobilizando sectores rurais e urbanos (...)*».

<sup>174</sup> *Idem*, pp.113-115.

<sup>175</sup> Cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt>, disponível em 25 de setembro de 2016: «foi assinalável o êxito do espetáculo *As Pupilas do Sr Reitor*, adaptação por Ernesto Biester do romance de Júlio Dinis, onde brilharam Rosa Damasceno e Brazão.».

<sup>176</sup> Júlio Dinis, *Cartas particulares*, *ob. cit.*, pp. 779-780:«As «Pupilas» foram bem desempenhadas e prometem dar à empresa bastantes enches (..)».

<sup>177</sup> *Idem*, carta XVII, datada de Lisboa, 25 de março de 1868, p. 863: «Pelos jornais de 10 réis deves já saber o que se passou na noite da primeira representação das «Pupilas», à parte algumas particularidades que depois te contarei. Andei, como imaginas, metido numa dança curiosíssima.».

<sup>178</sup> *Ibidem*, p. 863, Cf. nota de rodapé número 2 .

informa o seu filho Ângelo, ao comunicar à irmã que o pai ficou na loja, onde estavam reunidos os notáveis da aldeia<sup>179</sup>.

Vinte anos antes de *As Pupilas do Senhor Reitor*, de Júlio Dinis, em 1843-44, foi publicado em folhetim, na revista *O Panorama* (1843) e, em livro, no ano seguinte (1844), *O Pároco de Aldeia*, de Alexandre Herculano<sup>180</sup>. Na edição da Livraria Bertrand, datada de 1869, Vitorino Nemésio fez a revisão do texto e escreveu o prefácio, onde cita Fidelino de Figueiredo que afirmara que o «*Pároco de Aldeia faz de Herculano um anunciador do romance campesino, com versão ingénua e optimista da vida rústica, que viria a ser o género dilecto e a glória de Julio Dinis.*»<sup>181</sup>. Na mesma linha de pensamento, sobre este pequeno romance de Herculano, Nemésio afirma: «*Tornou-se o modelo do romance da família e do lar, que será o género de As Pupilas do Senhor Reitor, de Júlio Dinis, romance em que a suave tutela casamenteira do cura de almas sobre as duas órfãs trai filiação n'O Pároco, de Herculano*»<sup>182</sup>.

O senhor reitor de Júlio Dinis lança o seu cuidado sobre os seus jovens pupilos, as duas irmãs, Clara e Margarida, e os dois irmãos, Pedro e Daniel, bem como todas as crianças e mulheres e doentes da sua paróquia. No entanto, pelo que do enredo se pode inferir, deste seu grupo não consta a também jovem trigueirinha, a saudável e namoradeira Francisquinha, que tem a circunstância de viver numa família completa, com pai e mãe, o que aos outros falta. A todos viu crescer e foi protetor e propiciador de ferramentas de estudo na infância, tendo ensinado a Daniel o latim necessário para prosseguir estudos na cidade e tendo dado a Margarida os poucos livros da sua biblioteca, que a ajudaram crescer e a ser a jovem ponderada que o reitor se habituou a ouvir e a admirar<sup>183</sup>. Margarida desejou ter uma profissão e, como refere o narrador, «*para se dignificar aos próprios olhos pelo trabalho, sorria-lhe principalmente a carreira do ensino*»<sup>184</sup>. Quis o enredo, ou o escritor, que Margarida estivesse destinada a ser a noiva de Daniel, o jovem médico da aldeia.

Por sua vez, o padre cura de Alexandre Herculano é procurado para servir e proteger. No caso que Alexandre Herculano nos apresenta, o padre cura não só ajuda

---

<sup>179</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 149.

<sup>180</sup> Cf. Vitorino Nemésio, in *O Pároco de Aldeia. O Galego*, in *Obras Completas de Alexandre Herculano*, Livraria Bertrand, Amadora, 1969, p. 7 (edição com prefácio e revisão de Vitorino Nemésio).

<sup>181</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>183</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.64: «*Clara tinha razão em suspeitar da imparcialidade do juiz. O pároco, tutor das duas raparigas, costumara-se a admirar o bom senso e inteligência superior de Margarida a ponto de confiar mais nela do que em si mesmo.*».

<sup>184</sup> *Idem*, p. 62.



como cria as condições para que o jovem par amoroso ultrapasse as dificuldades que se adivinham junto do avarento pai do jovem moleiro. Vitorino Nemésio relembra que Herculano leu muitos autores da literatura francesa e inglesa, de onde vem o tema, da «literatura sentimental e moral», em que «há um ar de família», que «protege e sagra as inclinações amorosas dos jovens»<sup>185</sup> e afirma que «O sentimentalismo e a moralidade de *O Pároco de Aldeia* combinam-se bem com um realismo de caracteres e de costumes que, se tem paralelo no Garrett das Viagens na Minha Terra ( 1846) e se aparece em certos painéis urbanos de *O Monge de Cister* ( 1848), é uma novidade na literatura portuguesa como maneira de esboçar uma novela campestre, de quadro e acção contemporâneos.»<sup>186</sup> Nemésio recorda o pensamento de Hêrnani Cidade<sup>187</sup>, Aubrey Bell<sup>188</sup>, António José Saraiva e Óscar Lopes<sup>189</sup> e defende a influência do pequeno romance de Herculano<sup>190</sup> na trilogia rural de Júlio Dinis, lembrando que ambos deram subtítulo a estas suas criações<sup>191</sup>. O padre cura da aldeia é um dos elos de ligação entre as novelas de Alexandre Herculano e Júlio Dinis<sup>192</sup> e ambos chamam os leitores para a novela – como sabemos, Júlio Dinis chama mais vezes as leitoras; ambos falam das beatas, da taberna e dos taberneiros; ambos têm os romances publicados em folhetim. Sobre a publicação de *O Pároco de Aldeia*, Vitorino Nemésio cita o próprio Herculano<sup>193</sup>, mas considera que Herculano incluiu *O Pároco de Aldeia* em *Lendas e*

<sup>185</sup> Cf. Vitorino Nemésio, *ob.cit.*, p. 8.

<sup>186</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>187</sup> Segundo Vitorino Nemésio, Hêrnani Cidade em *Lições de Cultura Luso-Brasileira*, também defende, que *O Pároco de Aldeia*, de Herculano, é um «assunto moderno com projecção n'As Pupilas do Senhor Reitor, de Júlio Dinis». *Ibidem*, p. 9.

<sup>188</sup> *Ibidem*, p. 9: «Júlio Dinis confessava uma preferência por tipos burgueses, mas a sua predilecção verdadeira era pelo campo, e *As Pupilas do Senhor Reitor* (1866), crónica da vida aldeã sugerida por *O Pároco de Aldeia*, de Herculano, é tida por muitos como a sua melhor obra.».

<sup>189</sup> Ainda no prefácio de *O Pároco de Aldeia* e sobre Júlio Dinis e *As Pupilas do Senhor Reitor*, Vitorino Nemésio cita António José Saraiva e Óscar Lopes procurando mostrar a sua leitura da proximidade entre os dois romances sobre a vida na aldeia «parece haver a intenção de pregar uma moralidade de costumes pela vida rural e pela influência de um clero convertido ao liberalismo, ideia sugerida por *O Vigário de Wakefield*, de Goldsmith, e por *O Pároco de Aldeia*, de Herculano». *Ibidem*, p. 9/10.

<sup>190</sup> Herculano, diz Vitorino Nemésio, «lançara definitivamente um género literário de tipos e costumes populares assente numa prosa humorística e reflexiva, despreocupada de cultismos e por isso correntemente confiada à soltura da língua plebeia, que se compraz na chalaça», *Ibidem*, p. 14

<sup>191</sup> *Ibidem*, p. 11: «Outra presunção de ascendente de *O Pároco* sobre *As Pupilas* é a designação de género com que Júlio Dinis subintitula o seu romance -«Crónica da Aldeia» - ao publicá-lo em folhetins no *Jornal do Porto*, em 1866. «Crónica da Aldeia, se subintitula também *A Morgadinha dos Canaviais* (1868) e *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871). Ora, o *Pároco de Aldeia* é classificado pelo seu autor, no capítulo VI como «crónica aldeã»: “estes capítulos ou capituladas da crónica aldeã”».

<sup>192</sup> Para o autor, Júlio Dinis, segue Herculano, e ambos seguem o caminho já percorrido pela literatura europeia, havendo noutros romances rurais o mesmo espírito liberal e as mesmas personagens-tipos: «consolida sobretudo entre nós a sinceridade de linguagem ao serviço de uma psicologia de caracteres de tipos». *Ibidem*, p. 15

<sup>193</sup> *Ibidem*, p. 17: «*O Pároco de Aldeia* foi incluído no tomo II das *Lendas e Narrativas*, publicado em Lisboa em 1851, com uma advertência que dá como motivo da recolha “preservar, apenas, do

*Narrativas* por ser uma obra que «*não tinha um número de páginas que, nos critérios e moldes de então, justificasse fazer dele espécie editorial à parte*»<sup>194</sup>.

Alexandre Herculano apresenta-nos o seu velho prior que conheceu na infância, o senhor prior que recebe a cômputo e a gasta em esmolas a viúvas e órfãos, o senhor prior a quem «*ventanias, as chuvas, as noutadas através das serras revertiam inteiramente, como a cômputo e os benesses, em benefício, senão do corpo, ao menos da alma do reverendo prior*»<sup>195</sup>; o velho pároco que conhece o seu rebanho e não perde de vista os seus jovens a quem dá conselhos<sup>196</sup>. Com Alexandre Herculano, temos o pároco, que tem «*a sua missão sacerdotal e o seu carácter de pai dos pobres e afligidos*»<sup>197</sup>, mas vive acompanhado com a sua criada, a tia Jerónima, a boa da ama, que se afligia e o esperava<sup>198</sup> quando saía em noite de temporal para acudir a um doente que pedia a extrema unção. Júlio Dinis não coloca a figura do velho reitor estrada fora, pela noite dentro, por caminhos desconsolados, para dar a extrema unção a moribundos, nem lhe atribui uma ama com o carisma de Jerónima - Júlio Dinis atribui ao médico João Semana o gesto do bom e esforçado samaritano que, na sua mula, vai de casebre em casebre, de casal em casal, levando remédio ou consolo. E, à semelhança da tia Jerónima do padre cura de Herculano, é a sua criada Joana quem sobressai, no dia a dia, no serviço e nos cuidados prestados ao médico e, na tenda da aldeia, defende as virtudes das pupilas do senhor reitor. Júlio Dinis, deu à personagem de João Semana, o papel de médico dos pobres, mas também uma feição bem disposta: tinha sempre uma boa anedota para contar sobre frades<sup>199</sup> e era grande defensor da comida e das tradições portuguesas<sup>200</sup> contra os estrangeirismos - «*Por isso João Semana, nas raras vezes que*

---

*esquecimento, a que por via de regra são condenados, mais cedo ou mais tarde, os escritos inseridos nas colunas das publicações periódicas, as primeiras tentativas do romance histórico que se fizeram na língua portuguesa*».

<sup>194</sup> *Ibidem*, p. 17.

<sup>195</sup> *Ibidem*, pp. 41-42.

<sup>196</sup> *Ibidem*, p. 37: «*Não o imaginava nesse tempo, mas imagino agora por onde vaguearia a mente do velho clérigo, enquanto a bengala ia de um para o outro lado, cruzando linhas tortuosas e incertas. Os últimos instantes de moribundo, os quais ele tinha adoçado com as consolações da fé; a esmola tirada da escassa cômputo para enxugar lágrimas de viúvas e de órfãos; os conselhos paternais dados à mocidade, salva assim por ele de largos dias de remorsos e amargura; os ódios convertidos em perdão entre inimigos; as dissensões domésticas pacificadas pela conciliação do pastor; todo o bem, enfim, que, por trinta ou quarenta anos, ele havia semeado na aldeia, desde as últimas casinhas de colmo (...) até o altar do presbitério (...)*».

<sup>197</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>198</sup> *Ibidem*, p. 45: «*esperava por seu velho amo, e se lhe apertava o coração, sentindo o temporal que passava lá fora, e lembrando-se de que o enfermo poderia ter guardado para hora mais decente e cómoda a agonia do passamento*».

<sup>199</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 123.

<sup>200</sup> *Idem*, p. 128.

vinha ao Porto, era freguês certo nas mesas do Rainha, as únicas que mantêm, sem mescla de estrangeirices, as velhas tradições nacionais»<sup>201</sup>. Por seu lado, Herculano percorreu sobre a forma como os jornalistas estrangeiros e os turistas e viajantes veem Portugal e as suas tradições<sup>202</sup>.

A rua é um lugar importante na aldeia; Júlio Dinis apresenta Margarida no largo da aldeia, com o bom reitor e José das Dornas ao seu lado, quando as mães proíbem as crianças de ir às aulas da mestra e as mandam afastar-se quando ela passa – são as mulheres quem comparece e condena Margarida. Por seu lado, Herculano apresentou-nos o seu prior, à saída da missa de festa ao orago da aldeia, S. Pantaleão, surpreendido com os seus paroquianos, que acabavam de saber do seu sacrifício (sacrificara as poupanças de uma vida para fazer felizes dois jovens apaixonados)<sup>203</sup>. Com Herculano, na aldeia saloia, nos arredores de Lisboa, um moleiro fez do padre um herói<sup>204</sup>. Um entre outros moleiros, pelo menos três, e alguns lavradores, pelo menos cinco, a quem Bartolomeu comprava o trigo. Bartolomeu da Ventosa, homem de muitas imprecações<sup>205</sup>, empresário da aldeia, viúvo, rico e ganancioso, pai de um jovem, o Manuel da Ventosa<sup>206</sup>. Manuel enamorou-se de Bernardina e Bartolomeu da Ventosa nunca permitiria o casamento porque a jovem era demasiado pobre. Em segredo, o bom do prior apadrinhou o casal, com um bom dote, com muitas moedas, e ajudou Manuel a convencer o pai a permitir o casamento, o que foi por todos considerado um milagre. Mas, o imponderável aconteceu e o segredo cedo foi descoberto e usado, no dia da festa na aldeia, quando o moleiro, zangado, viu nas roupas novas do filho e da nora o preço de mais uma propriedade que estava prestes a comprar. Depois, todos entraram na

---

<sup>201</sup> *Ibidem*.

<sup>202</sup> Alexandre Herculano, *O Pároco de Aldeia. O Galego*, in *Obras Completas de Alexandre Herculano*, Livraria Bertrand, Amadora, 1969, pp. 80-81: «Fui vivendo e lendo, e afiz-me às injúrias de estranhos. Livros, jornais serra-madeiras, jornais populares, jornais atalhados, jornais lençóis, em se tocando em Portugal, Santa Bárbara, advogada dos trovões, nos acuda!».

<sup>203</sup> *Ibidem*, p. 144: «Quando o prior saiu da igreja os rapazes desbarretavam-se, ainda com mais sinais de cortesia e respeito do que era costume; as raparigas aflagavam-no com um sorrir e volver de olhar afetoso, que fazia cismar o bom do pároco. (...) qual foi o seu pasmo ao ver chegarem-se a ele muitos velhos de cabeça branca eram vários lavradores seus fregueses, honrados pais de família) e beijarem-lhe a mão (...)».

<sup>204</sup> O enredo cresce com a revolta das mulheres para com o avarento moleiro - revolta chefiada pela boa ama que descobrira que o seu prior gastara com o avarento moleiro as moedas que acumulara para a velhice. No adro da igreja, tia Jerónima junta-se a Perpétua Rosa para defender a jovem Bernardina e o seu apaixonado marido, o jovem moleiro Manuel da Ventosa, que enfrentava a fúria de seu pai avarento. Este acabara de perceber que eles tinham em segredo mandado vir da cidade os caros aviamentos para as elegantes vestes que exibiam naquele momento. Queriam mostrar a sua felicidade e estrear roupa moderna na festa de S. Pantaleão.

<sup>205</sup> *Idem*, p. 113: «o moleiro tinha sempre na boca por um mau hábito, e que todas pregações e remoques do padre prior não haviam podido fazer perder àquela língua danada de Bartolomeu».

<sup>206</sup> *Ibidem*, p. 110.

igreja, «*elas atravessaram a mó dos homens (...) a tia Jerónima ia em frente, com a cara de arremeter que Deus lhe dera, e que mais arrabinada se tornara com a anterior refrega*»<sup>207</sup>. E, como havia o velho pároco de perceber o motivo de tanta conversa e distração geral durante a missa de festa e toda a reverência que via em todos, velhos, rapazes e raparigas, à saída da igreja, se «*tinha o costume de esquecer-se do bem que fazia, porque, sendo fraco de memória, reservava-a toda para o bem que recebia?*»<sup>208</sup>.

Alexandre Herculano, com o seu pequeno romance *O Pároco de Aldeia*, trouxe para a literatura portuguesa personagens, lugares e temas que Júlio Dinis também vai utilizar: a aldeia, o padre, os amores juvenis. A figura do reitor foi mais uma vez tema na obra de Júlio Dinis, um ano depois de ter escrito *As Pupilas do Senhor Reitor*, no poema datado de julho 1864, intitulado *O Bom Reitor*<sup>209</sup>.

<sup>207</sup> *Ibidem*, p. 140.

<sup>208</sup> *Ibidem*, p. 144.

<sup>209</sup> Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, volume II, pp. 328-330. No fim do poema, pode ler-se: Porto, «julho de 1864. Publicada no «Jornal do Porto». Faz parte do folhetim - «Impressões do campo» - A Cecília - Assinado Diana de Aveleda». Cf. *Jornal do Porto*, 1 de agosto de 1864:

Sabem a história triste	(...)	.
Do bom reitor?	As criancinhas nuas	Sem que
Mísero, toda a vida	Que estremeceu,	memória fique
Levou com dor.	Já nem sequer se	Para contar
	lembram	Às gerações que
Fez quanto bem podia,	Do nome seu.	passam,
Mas ... afinal	(...)	Nosso penar.
Morre, e na pobre campa	E ele repousa, dorme,	
Nem um sinal.	Vive no Céu.	Quem me
	Dorme, esquecido e	escutar, se um
Nem uma cruz ao menos	humilde,	dia
Se ergue no chão!	Como viveu.	Ao prado for,
Geme-lhe só no túmulo		Ore pelo
A viração.	Há nesta vida amarga	descanso
	Sortes assim:	Do bom reitor.
Pobres, que amava tanto,	Vive-se num martírio,	(...)
Nunca, ao passar,	Morre-se enfim	
Choram, curvando a fronte		
Para rezar		

Júlio Dinis escreveu muitos poemas<sup>210</sup>, alguns dedicados a familiares e amigos, como mensagem de aniversário ou em memória de alguém. E, em todos os seus romances, Júlio Dinis encontra pretexto e oportunidade para utilizar algumas quadras<sup>211</sup> e poemas: para além de algumas quadras em *A Morgadinha dos Canaviais* e em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, inclui os poemas *Morena*<sup>212</sup>, *Cabreira*<sup>213</sup> e *Trigueira*<sup>214</sup>, em *As Pupilas do Senhor Reitor* e o *Hino ao Tabaco*<sup>215</sup>, em *Uma Família Inglesa*.

*A Morgadinha dos Canaviais*, romance publicado em folhetim, em 1868, no diário portuense do costume, *O Jornal do Porto*, é um dos populares romances rurais de Júlio Dinis que, ao longo das mais de quatrocentas páginas<sup>216</sup>, nos faz conhecer mais uma aldeia do Minho, uma aldeia muito isolada e de difícil acesso, como acontecia com muitas outras aldeias perdidas nas montanhas deste país, onde as estradas tardavam a aparecer, mas onde o seu aparecimento era um momento de grande tensão para as suas gentes. Muitas vezes, o traçado escolhido prejudicava o sossego e os terrenos de muitas pessoas que, como o herbanário Vicente, foram expropriadas, em nome de um traçado que muitas vezes não era escolhido pelos melhores motivos. Aqui, os interesses da família do conselheiro e a necessidade política de atender aos interesses do Seabra, fez com que o expropriado fosse o amigo Vicente, a cujos pedidos o conselheiro não conseguiu corresponder, por considerar mais prementes os interesses políticos, na difícil busca do equilíbrio de forças na política local, de que dependia a sua eleição. Ele que já não podia viver longe de Lisboa e do poder, nos corredores do parlamento ou do ministério.

Em *O Jornal do Porto* encontramos muitas notícias sobre estradas, no Norte, expropriações e avanços e recuos na escolha de traçados, que suscitavam muitas cartas dos leitores do diário portuense. Muitos conflitos de interesses individuais e concelhios e muitos atrasos, a par de mudanças de opções ditadas pelas dificuldades económicas. E todos os dias é devidamente apresentada toda e qualquer novidade, lei ou discussão do momento, na política na capital, seja no palácio real, seja nas cortes.

---

<sup>210</sup> Cf. Júlio Dinis, «Poesias», in *Obras de Júlio Dinis*, vol II, pp.235-520.

<sup>211</sup> *Idem*, *Dispersas*, pp.443-445.

<sup>212</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, pp.22-23.

<sup>213</sup> *Idem*, pp.27-31.

<sup>214</sup> *Ibidem*, pp.161-164.

<sup>215</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, pp.42-45.

<sup>216</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, 422 páginas

A Morgadinha, a jovem Madalena, conhece a sua aldeia e as suas gentes, mas vive na casa do Mosteiro, rodeada de tudo o que a sua condição exige, sem qualquer ligação à população, tal como D. Doroteia, a sexagenária tia de Henrique. Assistimos a uma aldeia organizada em grupos, segundo os seus interesses, vivências e ocupações, como se de bairros se tratasse. A casa do Mosteiro<sup>217</sup> é na aldeia o centro daquilo a que poderíamos chamar a casa agrícola da burguesia rural nascente, uma vez que não nos aparecem sinais de títulos de aristocracia e porque o narrador nos esclarece que se tratava de um convento campestre<sup>218</sup>, que tinha sido incorporado nos bens nacionais em 1834 e que depois fora vendido «a um modesto proprietário, [por] insignificante preço»<sup>219</sup>, mas que ao morrer o lavrador a casa já prosperara e já era uma casa bem abastada da região. A casa de D. Doroteia também se nos afigura como uma abastada casa agrícola, mas o enredo não acompanha o seu dia a dia, a não ser no final, com Henrique como proprietário rico e ativo na aldeia. Por fim, a casa do Seabra, colega de infância do conselheiro, o novo rico, o brasileiro Seabra, distante da casa do Mosteiro, não só pela distância, mas principalmente pelo estilo de vida e pelo estatuto que a comunidade lhe atribui. Dele apenas sabemos que tem filhas, «as pequenas do brasileiro»<sup>220</sup>, como afirma a Morgadinha, e «que tem uma casa como um palácio»<sup>221</sup> e ambição política suportada pela riqueza acumulada no Brasil, que lhe permite realizar obras na igreja e adquirir prestígio e poder na povoação, bem como ter na taberna um grupo de homens dispostos a aplaudir e apoiar as suas posições.

A par da casa destas individualidades locais, sabemos de outras casas na aldeia. As casas simples que Henrique começou a avistar ao aproximar-se do povoado: «algumas casas de tectos de colmo, de cujas inúmeras fendas saía um fumo espesso (...)»<sup>222</sup>. A humilde e respeitada casa do herbanário, o Tio Vicente, tal como a casa de Augusto, o mestre escola e professor particular dos meninos da casa do Mosteiro e das

<sup>217</sup> Sobre a Casa do Mosteiro, Cf. Fernanda Grieben, *ob.cit.*, p.66: *As transformações socioeconómicas da segunda metade do século XIX, que conduzem à sistemática expropriação dos bens da Igreja, também contribuem de forma significativa para este enfraquecimento do catolicismo, numa grande parte das suas competências, sobretudo em termos de afirmação ideológica e institucional. (...)».*

<sup>218</sup> *Idem*: «Esta é uma realidade que Júlio Dinis regista no início do capítulo IV de uma das suas Crónicas da Aldeia – A Morgadinha dos Canaviais –, quando descreve a ‘casa do Mosteiro’, relatando um pouco da sua história, de forma não isenta de uma certa ironia crítica em relação ao alcance das referidas medidas governamentais: A casa do Mosteiro, com a quinta anexa à casa, (...) que em pouco tempo, lhe restituía a quinta o capital empregado, regalando-o todos os anos com não calculados juros, e ele, sem intermitências, cresceu daí por diante em prosperidade a ponto de deixar, ao morrer, a família no número das mais abastadas da terra». Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 44.

<sup>219</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 44.

<sup>220</sup> *Idem*, p. 58.

<sup>221</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>222</sup> *Ibidem*, p. 13.

meninas do Seabra. A casa do recoveiro Cancela, o almocreve viúvo, e a casa dos seus compadres, gente de trabalho. Como centros cívicos e espaços públicos, temos a taberna, um lugar privilegiado para ouvir as novidades e as intrigas políticas e a «*Repartição do correio*»<sup>223</sup>, uma loja mobilada com um banco de pinho, tendo como pessoal de serviço, Bento Pertunhas, o «director do correio», que também era professor de latim: «*Eu sirvo este lugar interinamente, enquanto o empregado está paralítico; porque eu tenho outro cargo público, sou professor de latinidade.*»<sup>224</sup>. Trata-se da cadeira de latim com que, diz-nos o narrador, «*se procura em Portugal fomentar nos concelhos rurais o gosto pelas letras antigas*»<sup>225</sup>. Mas, para completar a apresentação do diretor dos correios, diga-se que também era «*regente e director da filarmónica da terra, armador de igreja em dias festivos, ensaiador de autos e entremezes populares, e, quando, Deus queira, autor de alguns também.*»<sup>226</sup>

Não temos indícios de qualquer serviço de transportes, pois se trata de uma aldeia bem isolada e de difíceis acessos. Henrique, um lisboeta cheio de doenças e de apatia<sup>227</sup>, vem à aldeia situada «*nos extremos do Minho*»<sup>228</sup>, onde só estivera uma vez com sua mãe. Não sabemos como é que Henrique fez a viagem desde Lisboa, nem onde é que o almocreve o foi buscar; sabemos que zelou pela sua segurança e foi fazendo de guia turístico, indicando o nome das propriedades e o do seu proprietário – quase tudo era da morgadinha e da quinta dos Canaviais. Passaram pelo cemitério novo e o almocreve explica que foi a mãe da morgadinha a primeira pessoa que lá se enterrou e que «*até hoje mais ninguém*» para lá foi, porque «*O povo, como o outro que diz, tem sua aquela de se enterrar fora da igreja. Ele, a falar verdade ... Eu bem sei que tudo vai do costume... mas enfim a gente foi criada nisto... Mas a pedra é coisa asseada. É como as que estão na cidade.*»<sup>229</sup> O almocreve levou Henrique pelos caminhos tortuosos, que bem conhece, para abreviar a já longa jornada<sup>230</sup>.

Mas, a explicação para tão longo percurso é simples: «*(...) o caminho lá em baixo é todo cortado por quintas e campos e é preciso dar tais voltas que afinal fica*

---

<sup>223</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>224</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>225</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>226</sup> *Ibidem*.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 5.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>230</sup> *Ibidem*, p. 10: «*(...) tendo de procurar o vale, assim porfiavam em descrever as fastidiosas curvas da quase interminável espiral, que os aproximava do vértice. Não se concebe uma estrada menos lógica do que aquela. (...) No nosso país são porém frequentes estas faltas de lógica nas estradas.*»

*mais longe. Depois com a chuva que tem caído, faz lá ideia de como estão os riachos por lá!»*<sup>231</sup> Henrique surpreendia-se a cada momento e a impressão inicial foi dramaticamente negativa. Henrique tem sobre tudo o que vê uma primeira impressão muito desfavorável – a viagem foi terrível, a acomodação na casa pareceu-lhe difícil de suportar, mesmo porque encontrou «*os mesmos móveis, na mesma colocação; as mesmas cobertas nos leitos, apenas mais desbotadas; as mesmas ou iguais cortinas nas janelas*»<sup>232</sup>. E, segundo ele, «*cada parede era um museu de estampas de devoção*»<sup>233</sup>, mas, depois de um bom banho e de mudar de roupa, saboreou «*uma gorda galinha de canja, sobre uma mesa coberta de toalha lavada e na melhor louça da copeira. Ele, que tinha sempre severidades de crítica contra os mais afamados cozinheiros de Lisboa, estava achando deliciosa aquela comida primitiva, com que o regalava a tia.*»<sup>234</sup>

A gastronomia e os prazeres da mesa estão sempre presentes. Alexandre Herculano deliciou-nos com as filhoses de carnaval da aldeia saloia do padre cura<sup>235</sup>, João Semana deu-nos lições sobre os prazeres da mesa<sup>236</sup> portuguesa e alertou-nos contra os estrangeirismos gastronómicos que estavam a tornar-se moda no reino e, com Eça de Queirós, vimos Jacinto de Tormes, saborear deliciado a canja, o arroz de favas e «*o louro frango assado no espeto e da salada que ele apetecera na horta, agora temperada com um azeite da serra digno dos lábios de Platão*»<sup>237</sup>. Esta viagem tem como pretexto a doença de Henrique e a busca da cura, sob conselho do seu médico, que lhe dissera: «*Quebre por todos os hábitos e escolha entre as fortes impressões de uma grande capital, como Paris ou Londres, ou as mornas sensações de um completo viver de aldeia.*»<sup>238</sup>

Henrique acabara de chegar mas já ansiava pelo regresso a Lisboa e já sentia «*a falta de mil pequenos objectos de toucador, a que estava habituado. Aquele estritamente necessário não lhe permitia grandes confortos.*»<sup>239</sup> A viagem é aqui

---

<sup>231</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>232</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 22.

<sup>233</sup> *Idem*, p. 23.

<sup>234</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>235</sup> Alexandre Herculano *O Pároco de Aldeia*, *ob. cit.*, p. 39.

<sup>236</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.128.

<sup>237</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, *ob. cit.*, p.144; Também na viagem de Jacinto, de Eça de Queirós, até Tormes, a impressão inicial foi dramaticamente negativa. E tal como o Jacinto «Galeão» do Eça, Henrique tem sobre tudo uma primeira impressão muito desfavorável – a viagem foi terrível, a acomodação na casa pareceu-lhe difícil de suportar.

<sup>238</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 9.

<sup>239</sup> *Idem*, p. 29.



entendida como uma peregrinação, como a vilegiatura que leva da cidade ao campo, da doença à cura, como se tornou popular no século XIX, na ida às termas, ao campo, à serra. Henrique submeteu-se a esse tratamento, tal como Júlio Dinis. E é com Henrique que a ação se inicia. Acordando bem disposto na manhã seguinte, vai dar um passeio e passa pelo correio, onde percebe que a sua chegada já era de todos conhecida<sup>240</sup>.

A cena era deveras reveladora da importância que a chegada do correio tinha para cada um dos que ali esperavam, com «*alvorçada ansiedade*»<sup>241</sup> e o diretor dos correios ia falando com Henrique: «*O homem que daqui vai buscar as malas à vila, se bem andasse, já cá podia estar. Esse formigueiro de gente que V. S<sup>a</sup> aí vê à porta, está à espera dele. Hoje, então, que chegam as cartas do Brasil, ninguém pára com este povo. Dão-me cabo da paciência. Isto é um inferno!*»<sup>242</sup>

As cartas que se esperava que chegassem naquele dia do Brasil fizeram aumentar o número de pessoas à porta do correio e quando começou a distribuição, «*A cada nome proferido, erguia-se quase sempre uma voz, às vezes um grito; estendia-se por cima das cabeças um braço, e, podemos acrescentar, ainda que se não visse, e alvoratava-se um coração.*»<sup>243</sup> São cartas de maridos e de filhos, vêm do Brasil e da cidade. Uma carta «*traz uma obreira preta*»<sup>244</sup>: é de António o filho de Joana Pedrosa de Serzedo, que a tremer a deixou cair. Estas mulheres não sabem ler e, pouco depois, Henrique descobre «*Um grupo de crianças e mulheres do povo escutavam, em pleno ar e com religiosa atenção, a leitura que senhora jovem e elegante lhes fazia das cartas (...) A senhora estava montada (...) em uma possante e bem aparelhada jumenta.*»<sup>245</sup>

Trata-se de Madalena, a Morgadinha, uma jovem mulher de 23 anos que não participa na vida da aldeia, mas a conhece tão bem que, na primeira conversa com Henrique, lhe diz que para estar na aldeia e ser da aldeia, é preciso interessar-se pelas questões da terra, que poderão ser tema de conversa com os outros homens da aldeia: «*as questõeszinhas da terra; deve, por exemplo, declarar-se pelo abade contra a junta de paróquia ou pela junta de paróquia contra o abade; ralhar ao regedor na questão*

---

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 38: «*Há de facto poucas cenas tão animadas, como a da chegada do correio e da distribuição das cartas em uma terra pequena. Durante a leitura dos sobrescritos, feita em voz alta pelo empregado respectivo, um observador, que estude atento as impressões que essa leitura opera nos semblantes dos que ávidos a escutam, como que vê levantar-se uma ponta da cortina, corrida a ocultar-nos as cenas da comédia ou da tragédia da vida de cada um. Que horas de comoções aquela, em que se abrem as malas, onde vêm encerrados porventura os destinos de tantas pobres famílias!*»

<sup>241</sup> *Ibidem*.

<sup>242</sup> *Ibidem*, p. 36.

<sup>243</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>244</sup> *Ibidem*, p. 40.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 41.

*com os taberneiros ou defendê-lo»<sup>246</sup>. Madalena dedica muito do seu tempo às crianças da casa, e Henrique observa-a e elogia-lhe esse dote feminino, o que a leva a explicar que, aos 11 anos, o pai, em vez de mais bonecas, lhe deu uma menina órfã para ela criar: «Dou-me bem com as crianças, dou. E a meu pai devo, em parte, o ter aprendido cedo esta ciência. Porque é uma ciência também.»<sup>247</sup>*

Este primeiro encontro vai criar em Henrique a atração necessária para que o enredo amoroso acompanhe a narração da vida na aldeia e faz com que ele não repare em Cristina, a jovem prima de Madalena, que se apaixona por ele. Na aldeia há duas pessoas que receberam a proteção da senhora dos Canaviais: a afilhada, a morgadinha, e Augusto, a criança que recebe em testamento a doação necessária para que se faça padre. Ele que fez em Lisboa os primeiros exames, tendo o conselheiro assumido cuidar dele: «Não confiando demasiado no ensino público da aldeia, o conselheiro quis que o seu pequeno hóspede recebesse algumas lições de um professor da cidade, e deste obteve as melhores informações da inteligência do rapaz, que só por milagre dela conseguira sair muito pouco eivado dos vícios do ensino do campo.»<sup>248</sup>

É uma oportunidade para Júlio Dinis nos pôr perante as questões do ensino – o ensino na aldeia não é bom? O ensino na cidade é melhor? O ensino privado é melhor que o público? Augusto estaria bem preparado e sem os vícios do ensino no campo. Ele que agora desempenha como substituto o papel de mestre escola e aguarda despacho para que o lugar seja definitivamente seu. Ele que de forma autodidata se valoriza continuamente, lendo, lendo tudo o que podia com o seu fraco salário e com os livros que lhe chegavam da cidade, sob oferta do herbanário, que assim escondia quem lhe oferecia aquela fonte de saber e de cultura. O latim, Augusto aprendeu com o abade de uma freguesia próxima - um doutor em teologia, porque o latim de Bento Pertunhas, o professor de latinidade da aldeia, já não era suficiente para ele. Augusto aprendeu latim, filosofia, línguas e de literaturas modernas foi seu mestre um engenheiro das estradas<sup>249</sup> que «em quanto a literatura moderna, trazia nas malas e baús uma

---

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>247</sup> *Ibidem*, p. 55.

<sup>248</sup> *Ibidem*, p. 74.

<sup>249</sup> *Ibidem*, p. 78: «Entre os muitos estudos de estradas, de que os governos em Portugal fazem preceder, vinte anos antes, a construção definitiva de uma só, que de ordinário sai sempre como se não fosse tão estudada, um houve que levou à aldeia, em que eu e o leitor nos achamos, um engenheiro que aí fez quartel e centro de operações, durante três meses inteiros.».

*excelente provisão. (...) entreteve-se a ensinar o francês a Augusto e a ler-lhe os livros da sua biblioteca portátil.»*<sup>250</sup>

A cultura adquirida nos livros também significou para a pupila Margarida uma fonte de reconhecimento de valor e de merecimento do respeito na aldeia e a capacitação para o casamento fora do que seria o seu estatuto e o seu mercado de casamento. Augusto e Margarida, estavam pouco integrados na aldeia que os respeitava. Órfãos e pobres, afastavam-se das conversas e da mentalidade dominante. Augusto era protegido por Vicente e pela morgadinha e Margarida pelo reitor e pela senhora Joana. Ambos guardam no coração o segredo do amor, a paixão, a esperança e a angústia, que os domina desde crianças e, finalmente, ambos ascendem socialmente pelo casamento sonhado que não esperavam que se concretizasse. O seu papel de adultos na aldeia cresce e engrandece-se. O saber adquirido nos livros contribuiu para a sua visão do mundo e da vida. Margarida será a esposa do médico, Daniel, deixa o reitor tranquilo quanto ao seu futuro, mas não sabemos se continua a ser a mestra das meninas ou se vai ser a senhora da casa de José das Dornas, ao lado de sua irmã, Clara, que casa com o primogénito, o lavrador que herda do pai as cores, a força e o gosto pelo campo. De Augusto, o marido da morgadinha, ficamos a saber que se tornou o lavrador<sup>251</sup> e o mestre escola que implementa novas metodologias e anima a tradicional aldeia, escondida atrás dos montes<sup>252</sup>. Mas, os professores de aldeia, diz o narrador, são os «pobres-diabos, que, por noventa mil-réis anuais, se deixaram ligar à atafona do ensino primário da aldeia»<sup>253</sup>. Criticando o sistema de ensino, o narrador reforça o papel e as dificuldades<sup>254</sup> do mestre escola, que «por o mesmo preço que o jornaleiro, que não vão mais longe com eles liberalidades dos nossos governos, venceu as maiores cruezas do magistério; mas não verá também o resultado das suas fadigas»<sup>255</sup>.

---

<sup>250</sup> *Ibidem*, pp. 78-79.

<sup>251</sup> *Ibidem*, p. 97: «o pobre professor de instrução primária, sobre quem pesam os mais fastidiosos encargos da instrução, não pode ser comparado absolutamente ao agricultor do nosso sítio; é antes o jornaleiro, contratado por magro salário para, à força de braço, lavrar o solo, de onde, mais tarde, romperá a vegetação, que ele não terá de ver e que a outros concederá os gozos e o benefício.»

<sup>252</sup> «a organizar a escola sob bases mais racionais, e dotação mais fecunda; a generalizar e educar os processos agrícolas, a implantar indústrias novas». *Ibidem*, cf. p. 44.

<sup>253</sup> *Ibidem*.

<sup>254</sup> «Fogem-lhe as inteligências, que educou, justamente quando com mais amor as devia contemplar e, se o destino reserva a qualquer dessas inteligências um futuro de glórias, raro é que volvam um olhar agradecido para as humildes mãos, que as sustentaram, quando ainda não tinham asas para voar. Quase todos os grandes homens cometem esta ingratidão. Falam nos seus mestres de filosofia, de matemática, de literatura, e não salvam do esquecimento, pronunciando-o, o nome do primeiro mestre, do que os ensinou a ler.» *Ibidem*, cf. p. 44.

<sup>255</sup> *Ibidem*.

Mas, Augusto vai tornar-se o pedagogo moderno na aldeia, com os seus métodos inovadores que já são imitados por outros mestres-escola na freguesia, sendo assim o motor do progresso na sua terra. A ação decorreu no inverno, em época de eleições e atravessando o período do Natal, permitindo-nos assistir à preparação da consoada e às festas do dia de reis. Tudo gira à volta de dois pontos de interesse: Madalena, a morgadinha dos Canaviais, que atrai as atenções de Henrique e de Augusto; e o poder político local e nacional, com os que entram em cena, procurando ter poder na aldeia e receber alguma vantagem do poder central, através das eleições para as cortes, num jogo em que vale tudo, nem que seja roubando carta para daí tirar proveito político. E, a par desses homens que se reúnem na taberna, ouvindo, concordando e aplaudindo o Seabra e os seus fervorosos apoiantes contra o conselheiro, que afirmam ter muitos homens cujo voto comandam e controlam, temos Vicente e Augusto que permanecem distantes desse centro de convívio e quase indiferentes a esse movimento político local.

No dia das eleições são eles quem consegue, com o seu exemplo, trazer a razão ao relacionamento entre a aldeia, Seabra, com os seus apoiantes, e o conselheiro Mesquita, que, como já afirmámos, defendia no parlamento as ideias liberais e concretizara o seu sonho de obter projeção social através da sua face política<sup>256</sup>. Nesse dia afluem às urnas gentes de várias localidades da freguesia, enchendo a igreja e juntando-se depois à festa, tal como havia acontecido na festa dos Reis, em casa do conselheiro, ou como vimos no ajuntamento no cemitério para impedir o enterro de Lindita, a linda Ermelinda, filha do recoveiro, a namoradinha de Ângelo, irmão de Madalena, que adoeceu depois de ser levada pela fanática madrinha para as reuniões com o missionário.

O missionário critica o cabelo solto – a vaidade e a beleza são tentações do demónio -, e a madrinha critica Ermelinda, a afilhada, por a sua beleza ser pecaminosa. A menina morre, levando seu pai a abandonar a aldeia, com destino incerto, seguindo para a cidade ou para o Brasil. Sabemos que na aldeia um grupo de mulheres segue o missionário, com fanatismo, abandonando o serviço doméstico, pugnando pela

---

<sup>256</sup> Segundo Carmen Abreu, com esta personagem, um homem influente a quem era solicitada «*intervenção sempre que através dele parecia desenhar-se a possibilidade de um melhor emprego, ou mesmo uma posição hierárquica mais favorável*», Júlio Dinis revela a faceta política e a faceta privada de um homem que alcançara a felicidade pela vida política mas que «*quando se desguarnece de artificios e se encontra a sós com a sua realidade, então questiona esse sonho, essa semi-utopia que só parcialmente se vê realizada (...)*», Cf Carmen Abreu, *As utopias (ou não) do conselheiro e do Sr Vicente; propostas de Júlio Dinis e Eça de Queirós*, ob. cit., p.1.

manutenção de costumes e lutando contra os vícios e prazeres do mundo. As mulheres da aldeia não se juntam na mercearia - não há centro cívico de convívio de mulheres. A morte de Ermelinda parece não suscitar revolta ou angústia, só na casa do Mosteiro houve consternação<sup>257</sup>. O clero está presente na aldeia, onde nos parece haver muitos padres – muitos senhores padres que surgem no funeral de Ermelinda e andam pela taberna falando de política, misturados com os bêbados exaltados que são os protagonistas nos quase motins que realizam sob o efeito do vinho. O senhor padre cura parece mais liberal, concorda com os enterramentos no cemitério, mas a sua figura não é essencial, nem necessária à ação, nem a família do Mosteiro parece ter uma ligação forte à prática religiosa. Recordemos que, depois da consoada, Madalena não foi com a família à missa do galo e que o dia de Natal foi dia de trabalho na aldeia.

Como convém a um romance, realizaram-se os improváveis casamentos de Cristina e Henrique e de Madalena e Augusto. O conselheiro veio à aldeia para os dois casamentos, cuja festa não vemos. Henrique, o lisboeta rico e enfadado, que se tornou um rico e laborioso proprietário rural, apaixonado pela agricultura, numa «aldeia sertaneja do Minho»<sup>258</sup>, fez da sua quinta uma das mais rendosas e bem geridas propriedades da terra. Madalena, a protagonista, «adorada pelo marido e abençoada pelo povo, que socorre com esmolas e conselhos, pode bem dizer-se que reina naqueles sítios.»<sup>259</sup>

A aldeia e os aldeões, isolados e distantes de tudo, não tinham médico e, com a morte do herbanário Vicente, perdera-se o seu consolo na doença. A casa do tio Vicente enchia-se todos os dias, com os doentes que procuravam o seu saber, como vira o conselheiro na manhã do dia de Natal: «Cruzou-se com vários homens, mulheres e crianças de aspecto doentio e sofredor, que voltavam de consultar o velho a respeito dos seus males; eram mancos, ictéricos, escrofulosos, crianças de aspecto raquítico e enfizado, os mais melancólicos exemplares do infortúnio humano.»<sup>260</sup>

Termina o enredo, tudo acalma, todos se entendem, cada um individualmente espera obter alguma vantagem, como o brasileiro Seabra, que apenas ambicionava «vir

---

<sup>257</sup> Júlio Dinis aproveita o momento para desabafar, para lastimar tamanha indiferença: «A morte de uma criança como Ermelinda é um facto de ordinário indiferente na vida social; alguns sorrisos de menos no mundo; uma voz que emudece nos festivos coros da infância; algumas sentidas lágrimas de mãe sobre um berço vazio; algumas flores sobre um túmulo; e à superfície das ondas sociais nem sequer a leve vibração que a rosa desfolhada imprime à água tranquila do lago ... eis tudo.» Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 310.

<sup>258</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>259</sup> *Ibidem*, p. 422 .

<sup>260</sup> *Ibidem*, p. 215.

a ser a primeira personagem de influência na aldeia»<sup>261</sup>. E a aldeia, essa personagem coletiva que a tudo assiste, também ganha<sup>262</sup>. O Seabra, homem de cinquenta anos, que nos afirma ter comido «candeias acesas pelo Brasil, para arranjar um bocado de pão para o resto da vida»<sup>263</sup>,

«Saíra cedo da aldeia e fora tentar a fortuna ao Brasil. Por lá estive quarenta anos, e voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriqueceu não sei, e ninguém na terra o sabia. Veio edificar uma casa no sítio em que nascera, uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardim com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo, o qual jardim tinha mais fama naquelas aldeias vizinhas, do que os jardins suspensos de Babilónia.»<sup>264</sup>

Talvez a aldeia, depois de ter a estrada de macadame, depois de ter um mestre escola dedicado e progressista, colocado com lugar definitivo, também tenha conseguido ter médico, o médico de partido, o facultativo que, como João Semana, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, socorre os pobres a troco de baixo salário. Talvez alguns emigrantes regressem com fortuna. Talvez os novos letrados e dinâmicos proprietários, Henrique e Augusto, criem mais emprego e os jovens não precisem sair da sua terra para garantir o pão para as suas famílias. Talvez. Eles são o futuro que apenas se pode adivinhar. Em Eça de Queirós, Jacinto de Tormes, recém chegado à aldeia vê os pobres casebres, as pobres crianças, descalças e com fome e, chocado, toma uma decisão rápida, que quer ver urgentemente resolvida: é preciso casas novas para os rendeiros e aumentos de salários<sup>265</sup>. Mas, as mudanças são lentas e a realidade segue o seu caminho, no quotidiano das comunidades.

A propósito da escrita de a *Morgadinha dos Canaviais*, Júlio Dinis haveria de defender o prazer da escrita, que quereria viver na ‘solidão’ criativa:

«Quando escrevo, é para mim estímulo o completo segredo. (...) Não compreendo como, pelo contrário, muitos autores gostam de fazer constar que vão encetar uma obra e estimam até que o público seja informado, passo a passo, do progresso do seu trabalho. Todos os dias leio nas gazetas de notícias uma ou outra dessas revelações literárias, atrás das quais andam os noticiaristas. (...)

---

<sup>261</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>262</sup> *Ibidem*, p. 422: «O brasileiro fez as pazes com o conselheiro, porque este, logo que entrou para o ministério, mandou lavar o decreto em que se nomeava visconde de não sei quê o seu antigo inimigo. (...) O brasileiro, em paga, entrou com Augusto em competência de melhoramentos locais, com grande proveito da aldeia.»

<sup>263</sup> *Ibidem*, p. 139.

<sup>264</sup> *Ibidem*, p. 137.

<sup>265</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, ob. cit., p. 188.

*Já experimentei este efeito de indiscrição alheia. Escrevia “A Morgadinha dos Canaviais” e entregava-me com ardor ao trabalho. Um dia o correspondente portuense do “Jornal do Comércio”, de Lisboa, noticiou ao público que eu andava escrevendo um novo romance assim intitulado.*

*Causou-me um desagradável surpresa a revelação e por muitos dias não me apeteceu trabalhar.»<sup>266</sup>*

O último romance de Júlio Dinis é *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. A morte impediu-o de concluir a revisão do texto em que nos descreve aquele país rural, em mudança e com dificuldades em mudar, no contexto político, económico e social dos anos de 1850-70. Pensando no escritor como um jovem que, em cerca de dez anos, produziu a obra que conhecemos, vivendo e observando a vida dos seus concidadãos, assistindo a uma mudança em várias velocidades, com avanços e recuos, insegura, sem conseguir evitar o ruído daquelas vozes que nela não acreditam. Essa mudança, dificultada ou facilitada por mulheres e homens de todas as idades e de todos os estratos sociais, que Júlio Dinis expõe no seu mosaico social.

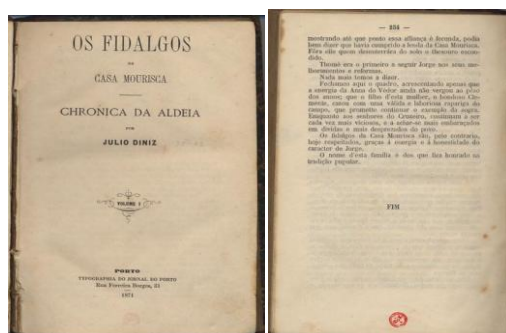


Fig.3.2 - Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, 1ª edição, Porto, 1871<sup>267</sup>

A ação começa em pleno mês de setembro, época de colheitas, pois que Jorge dirige-se a Tomé quando ele se encontra em grande azáfama: *«Entre, Sr Jorge, entre. Isto por aqui está tudo uma desordem, mas enfim é casa de lavrador, e em Setembro não há maneira de a ter asseada.»*<sup>268</sup> Júlio Dinis situa a ação algures na década de 50, num tempo em que o cerco do Porto permanece na memória de todos, bem como a emigração dos liberais - num momento de luta social, de perda de privilégios de uma nobreza realista, com a ascensão da burguesia rural empreendedora, a criação da Companhia de Crédito Predial, o fim do morgadio, o serviço militar obrigatório. Um

<sup>266</sup> Júlio Dinis, «Ideias que em Ocorrem», Funchal, janeiro de 1870, p. 550.

<sup>267</sup> Disponível em <http://purl.pt/328/1/index.html#3/htm>, consulta de 20/12/2015.

<sup>268</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 27.

tempo em que a nobreza se arrogava ainda o direito de dar asilo a foragidos. Romance sem tempo e sem espaço para referências ao uso das novas estradas, apesar da presença dos engenheiros. Para além de Júlio Dinis, também Eça de Queirós, bem mais tarde, não resiste a retratar a luta entre liberais e absolutistas e em *As Cidades e as Serras* apresenta o avó de Jacinto, que decidiu sair de Portugal, quando o seu rei, D. Miguel, foi obrigado a sair. Uma atitude de apoio e de fuga que a riqueza lhe permitiu<sup>269</sup>. O avó de Jacinto refugiou-se em Paris e é o neto quem vem ao Minho conhecer a terra de seus avós e as suas propriedades, até então entregues ao cuidado dos procuradores. D. Luís refugiou-se na Casa Mourisca, também no Minho.

Ao longo dos contos e dos romances de Júlio Dinis conseguimos encontrar um quadro alargado da realidade social, política, económica e cultural, na sua diversidade, como se o autor fosse um repórter, um jornalista ou um fotógrafo que capta momentos bem identificadores de uma sociedade, de uma mentalidade, com as suas contradições e harmonias. Uma sociedade em mudança e de cuja dinâmica ele faz parte, se não como médico ou ator, pelo menos como artista da palavra, como escritor que fixa para a posteridade esses quadros sociais que nos permitem mais uma leitura da realidade daquela fase da vida nacional. Como se procurasse fixar para a posteridade aqueles momentos únicos em que tradição e modernidade, absolutismo e liberalismo, se confrontaram num confronto final: sobreviveria o ideal de liberdade e igualdade, lentamente, a educação irá generalizar-se e, com os valores do trabalho e da honradez individual permitirá a felicidade da ascensão social pelo valor individual e não pela sorte de uma ascendência nobre e privilegiada, em oposição com a fatalidade ou o destino de uma ascendência de dependências e servilismos, num círculo fechado de pobreza e humilhação, no ponto oposto da pirâmide social.

Em *Os Fidalgos da casa Mourisca* encontramos Júlio Dinis no momento da sua carreira literária em que afirma o propósito de escrever um romance popular, para todos, para os poucos que sabem ler. Se, no traço do retrato social, procurarmos pontos de união ou de sintonia com *As Pupilas do Senhor Reitor* poderemos encontrar duas aldeias do Minho, dois lavradores em sucedidos, duas comunidades rurais e amores improváveis, a vida dos protagonistas que decorre em casa, entre o quarto e a sala, mas no seu último romance Júlio Dinis conseguiu trazer para a sua obra a problemática da nobreza tradicional e da casa rural aristocrática:

---

<sup>269</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, ob. cit., p.12.



«(...) a história sabida dos ricos fidalgos da província, que, orgulhosos e imprevidentes, deixaram, a pouco e pouco, embaraçar as propriedades com hipotecas e contratos ruinosos, desfalecer a cultura nos campos, empobrecer os celeiros, despovoar os currais, exaurir a seiva da terra, transformar longas várzeas em charnecas, e desmoronarem-se as paredes das residências e das granjas, e os muros de circunscrição das quintas.»<sup>270</sup>

O lavrador José das Dornas e o lavrador Tomé da Póvoa têm nível etário diferente, o número de filhos é diferente a situação familiar também, pois um é viúvo e o outro casado. Mas, bem diferente é também a atitude proactiva e de enquadramento legal pois que Tomé, aproveitou os tempos de liberdade e democracia, é empreendedor, organiza a sua contabilidade, conhece o sistema bancário, vai ao Porto, onde tem negócios e um procurador e José das Dornas parece ter na aldeia o seu mundo.

A educação, um tema muito importante para o liberalismo e para Júlio Dinis<sup>271</sup>, é outro ponto a distinguir os dois romances: na aldeia do padre António e de João Semana, não sabemos como funciona aí o sistema de ensino primário para os rapazes, mas sabemos que Margarida ganha a vida como mestra das meninas; na aldeia de Tomé da Póvoa, sabemos que há escola para rapazes, onde nem sempre os métodos do mestre escola agradam ao pai Tomé. Os castigos corporais são questionados. Esta é a voz liberal e pedagógica de Júlio Dinis que perpassa na figura de Tomé:

«Às vezes ... aí está que, sendo eu amigo do mestre-escola, como sou e há tantos anos, estive há uns meses para o esmagar. E sabem porquê? Porque passava eu por a escola e ouvi chorar uma criança, e pareceu-me que era o meu pequeno; não me sossegou o coração sem que me afirmasse se era ele ou não. Entrei e vi o desalmado do Zé Domingues que mo desancava sem dó nem piedade. Escureceu-se-me a vista, entrei furioso por ali dentro, e por um triz que não deixava o homem a pernear.»<sup>272</sup>

Sabemos que Tomé mandou a filha estudar na cidade, onde Berta foi educada até aos dezoito anos<sup>273</sup>, não tendo a mãe assumido o papel de educadora, o que foi muito

---

<sup>270</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 9.

<sup>271</sup> Cf. Ana Rita Navarro, «Da ficção literária à representação cinematográfica: imagens e estereótipos de uma realidade», *ob. cit.*, p. 110: « Outra questão abordada é a da educação, a qual deriva de um propósito do Liberalismo que defendia oportunidade igual de instrução para todos. A instrução considerada como um índice do Progresso. Daí o relevo dado por Dinis às escolas e aos professores. Veja-se no âmbito da galeria de personagens que criou o estatuto privilegiado de Margarida, mestra de meninas em *As Pupilas*, a elevada respeitabilidade de que goza, a importância atribuída à própria educação das meninas; ou, ainda, de Augusto, o preceptor das crianças em *A Morgadinha*. ».

<sup>272</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 130.

<sup>273</sup> *Ibidem*, p. 77.

comentado e censurado na aldeia e pelo velho senhor da Casa Mourisca<sup>274</sup>. Berta sabe de costura e sabe bordar – o bordar, privilégio e sinal exterior de fidalguia, a que se junta a leitura de romances e poesia, e a música que, aliada ao canto, consegue maravilhar o velho fidalgo e acaba por o fazer esquecer as diferenças sociais e os rancores antigos. Rancores contra o antigo criado, Tomé, o pai de Berta, alimentados desde o início pela constante conversa de frei Januário<sup>275</sup> com o seu amo e protetor. Sabemos também que os filhos do velho fidalgo realista, ultraconservador, foram educados pela corte de amigos<sup>276</sup> que viviam na Casa Mourisca, sem um fim prático – nem mesmo o militar, o eclesiástico, ou o diplomático porque D. Luís ficou fiel à aristocracia de outrora, destinada à vida militar ou diplomática, não aceitou a mudança política, nem a constituição, fechou-se no seu solar de família, com amigos que, como ele, alimentavam a revolta e a intenção de não aceitar a mudança: *«D. Luís não podia sofrer a ideia de dar a seus filhos uma profissão. A nobre carreira das armas, que mais lhes conviria, estava-lhes fechada pela últimas evoluções políticas. Os descendentes dos ultramonárquicos Negrões de Vilar de Corvos não eram para se assalariarem em defesa dos princípios e das instituições que abalaram os velhos tronos, firmado no direito divino.»*<sup>277</sup>

Sua mãe procurara equilibrar a formação de seus filhos, Jorge e Maurício, para os tornar homens do seu tempo, tal como fazia o velho hortelão liberal<sup>278</sup>, em desacordo com o sexagenário realista, fechado às novidades do tempo, insistindo na permanência do antigo, do sistema senhorial, cheio de privilégios e de divisão de classes:

*«ao lado da lição dos mestres, que, juntamente com a ciência, se esforçavam por imbuir-lhes os seus princípios políticos (...) havia uma outra lição mais obscura, mas porventura mais eficaz. Era a lição da mãe e a do veterano.»*<sup>279</sup>

<sup>274</sup> «Foi assim Berta mandada educar para Lisboa, o que não provocou escassos comentários na aldeia, onde se disse que o Tomé da Herdade se afidalgava, e que já não queria ter filhos lavradores. O senhor da Casa Mourisca não viu também com bons olhos aquele passo de Tomé, cujo engrandecimento havia já tempo que principiara a incomodá-lo.», *Ibidem*, p. 76.

<sup>275</sup> «E então não sabe V. Ex<sup>a</sup> que o homem mandou educar a filha na cidade, como se fosse filha de alguém? (...) Com que fim faz aquele toleirão uma coisa dessas? Veja a parlapatice daquele homem... Não repara na posição falsa em que coloca a rapariga. (...) Ora para que precisa a mulher de um lavrador, que é afinal o que ela tem de ser, das prendas e da educação que o pai lhe mandou dar?» *Ibidem*, p. 41.

<sup>276</sup> «O solar do fidalgo transformou-se, pois, em asilo de muitos correligionários, como ele desgostosos e irreconciliáveis com a nova organização social. (...) uma pequena corte na aldeia (...). Havia ali homens de todas as condições, e alguns de ilustração e de ciência.», *Ibidem*, p. 11.

<sup>277</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>278</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>279</sup> *Ibidem*, p. 12.

*«E assim eram neutralizadas as doutrinas dos pedagogos eruditos, encarregados da educação dos filhos de D. Luís, e estes iam crescendo afeiçoados aos princípios liberais, que amavam de instinto, antes de os amarem de reflexão.»<sup>280</sup>*

Neste romance, Júlio Dinis opta por nos apresentar este outro tipo social, muito presente na nossa sociedade de oitocentos – o fidalgo a quem os tempos retiraram privilégios. O fidalgo vê as dívidas aumentarem<sup>281</sup>, a sua propriedade, entregue aos procuradores, vai-se degradando e os seus antigos criados prosperam. O trabalho e a atividade económica desagradam-lhe, os seus filhos crescem como filhos de fidalgo, numa aldeia que, à margem dos ventos de mudança, os aceita como tal. No entanto, os dois homens que protagonizam e encarnam o futuro, Tomé no papel de homem do povo, maduro, cinquentão, e Jorge, o fidalgo, o «adolescente», no papel do homem jovem, que quer ser produtivo e criar um legado para o futuro, recuperando o legado do passado, afirmam-se com simpatias com o liberalismo, mas sem a sua defesa no sentido estritamente político. O narrador apresentou-nos Jorge como o jovem que lia muito, lia todos os livros que havia em casa - literatura nacional e estrangeira, do pai e da mãe e os que o hortelão escondia e os jovens liam: *«Nesses livros aprendeu Jorge a pensar, a compreender, o alcance de certas ideias e de certas instituições, e a fazer justiça devida a muitos preconceitos, que lhe haviam imposto como dogmas.»<sup>282</sup>*

Na estrutura desta narrativa dinisiana o que mudou foi o papel do sexagenário – o pai sexagenário, que não é apoio natural à mudança, nem apoio aos jovens na mudança. O velho, o ancião, o sexagenário, como é designado ao longo da obra, está acompanhado do frade, representante do clero rural e absolutista. Frei Januário está presente em toda a narrativa – gosta de comer, gosta de ser a figura mais presente, e talvez a mais influente, junto do fidalgo, conhece a realidade, contrai constantes empréstimos para manter a «casa» e acaba sem prestígio, face ao trabalho que Jorge, o primogénito, vai realizar, com o conselho e a ajuda de Tomé, o antigo criado que é um proprietário agrícola bem sucedido. Sinais dos tempos que ambos, D. Luís e frei Januário, não estão preparados para aceitar, nem dispostos a ver.

Também os jovens filhos da fidalguia local se mantêm fiéis aos tempos de privilégio - Maurício e os seus primos são exemplo do que era antes a presença fidalga

---

<sup>280</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>281</sup> *«e de quando em quando recebia deles a notícia de que a sua casa se estava perdendo, sem que se lembrasse de perguntar a si próprio se não seria possível opor um obstáculo àquela ruína»*, *Ibidem*, p. 13.

<sup>282</sup> *Ibidem*, p. 17.

no meio da população rural. Maurício que apenas lia romances e poesia<sup>283</sup>, regenera-se, mas os primos continuarão na sua vida de desregramento e abuso, tolerados na aldeia e pelas autoridades, como nos mostra Clemente, o jovem regedor, filho de Ana do Vedor, que se demite porque vê a forma como os seus superiores protegem e desculpam os fidalgos, em nome de favores eleitorais. Numa breve visita a casa de Clemente, encontramos sua mãe, Ana do Vedor, que procurou um futuro risonho para seu filho: primeiro fez dele o regedor, cargo que o tornou infeliz e descrente da justiça, da política e dos políticos; depois, sonhou casá-lo com Berta, de quem ficou noivo. Mas, acaba por apoiá-lo na decisão de deixar o cargo de regedor e de libertar Berta do compromisso de casamento, aceitando ambos as escolha do coração de Berta e Jorge<sup>284</sup>.

Neste seu último romance, Júlio Dinis representa a cidade como um lugar importante, distante, mas muito próximo: Tomé<sup>285</sup>, e depois também Jorge, passam alguns dias fora da aldeia porque vão ao Porto, onde consultam procuradores e advogados, contactam o banco; de Lisboa sabemos que aí se despacham os assuntos contenciosos de Jorge, que conta com o apoio de amigos de Maurício e Gabriela para resolver esses assuntos. Nestas viagens, não se fala de diligência ou comboio, só se sabe que regressam a cavalo. Tal como Gabriela, que se faz transportar a cavalo. Estaremos numa época em que na região ainda não há diligência, nem novas estradas. Elas ainda não chegaram à aldeia, mas estão próximas, porque os engenheiros estão instalados na região<sup>286</sup> e D. Luís leu no jornal<sup>287</sup> e comenta com frei Januário que «*Lá foi concedido um subsídio para a construção do lanço de estrada de Vale Escuro*»<sup>288</sup>. Ao que o frade responde: «*Fartos sejam eles de estradas! (...) Para esta gente a moralidade e a ventura de um país consiste em ter estradas e diligências (...) Olhem lá se eles levantam sequer uma igreja?*»<sup>289</sup>

Mais uma vez, Júlio Dinis, para além de ignorar o comboio, retrata-nos uma aldeia isolada e sem a estrada que traz a diligência e o correio, e em que a questão das

---

<sup>283</sup> *Ibidem*, p. 18.

<sup>284</sup> *Ibidem*, p. 326.

<sup>285</sup> «Uma ou duas vezes no mês estendia as suas excursões até ao Porto, chamado por negócios relativos à lavoura. (...) onde o seu nome era melhor garantia em certas transacções, do que o de muitos faustosos negociantes.». *Ibidem*, p. 25.

<sup>286</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>287</sup> D. Luís recebe jornais de Lisboa e do Porto: «lia as folhas absolutistas, que lhe mandavam da capital e do Porto, e dava assim em alimento ao seu ódio contra as instituições liberais um dos frutos mais saborosos delas – a liberdade de imprensa – fruto em que os correligionários mordem com demasiada complacência, apesar de ser para eles fruto proibido.». *Ibidem*, p. 38.

<sup>288</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>289</sup> *Ibidem*.

expropriações não vem a propósito, como fez acontecer em *A Morgadinha dos Canaviais*. No entanto, a presença e o saber dos engenheiros das estradas também faz parte da memória da aldeia do senhor reitor e da vida de Augusto, o eterno apaixonado da Morgadinha, porque Francisquinha, em tempos, se tinha apaixonado por um engenheiro e porque Augusto recebeu educação com o saber e a biblioteca de um engenheiro que ficou três meses na aldeia<sup>290</sup>.

Quanto ao papel das mulheres no enredo e na sociedade aí apresentada, Gabriela assume um novo papel para a mulher nos romances dinisianos: filha de realista, militar morto na guerra civil, na defesa da cor, casou por conveniência, enviuvou, vive na sociedade lisboeta, junto da corte, de artistas e gente de negócios. Viaja muito. Com 30 anos, Gabriela, a baronesa, viúva e rica, surge no enredo para levar Maurício da vida de ociosidade campesina, para a vida cortesã, para adquirir um modo de vida, e até uma atividade. Ela torna-se sua esposa e ele diplomata.

Maurício era o jovem fidalgo, sem posição político-filosófica definida, pronto a viver sem preocupações e a aceitar a decisão paterna. Aceita que o seu destino seja construído pela família. Aliás, parece pronto a aceitar as decisões do irmão mais velho – sem manifestar interesse ou intenção de também ele pensar na mudança. Mas antes, quando o pai quis saber o rumo que ele ia dar à sua vida, perante a realidade da falência da casa e da decisão de Jorge que quer assumir a gestão dos bens da família, Maurício ficou sem resposta e o pai perguntou: «*E tu? Queres ir para o Brasil?*»<sup>291</sup> Mais uma vez, surge o Brasil, ainda que de forma muito breve, como possível fuga ou estratégia para resolver problemas que se afiguram irresolúveis. Com já vimos, também José das Dornas, num momento de aflição, pensa no Brasil como destino para Daniel, o filho mais novo.

Maurício estava pronto a aceitar a proposta e as intenções de seu irmão e de Gabriela. Perante a necessidade de obter uma profissão, Maurício apenas diz «*Gabriela terá o bom senso necessário para propor outra solução ao problema da minha vida.*»<sup>292</sup> A educação dos primogénitos e dos segundos filhos entre a fidalguia parece fazer de Maurício o filho que melhor interiorizou os valores de seu pai: seja como jovem despreocupado, desocupado, namoradeiro e abusador, como seus primos, seja enquanto

---

<sup>290</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 78: «Entre os muitos estudos de estradas, de que os governos em Portugal fazem preceder, vinte anos antes, a construção definitiva de uma só, que de ordinário sai sempre como se não fosse tão estudada, um houve que levou à aldeia, em que eu e o leitor nos achamos, um engenheiro que aí fez quartel e centro de operações, durante três meses inteiros.»

<sup>291</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p.57.

<sup>292</sup> *Idem*, p.110.

adulto a quem o progresso exige que tome decisões quanto a uma profissão e a um casamento. Maurício, o fidalgo, conseguiu estabilidade económica e social com o casamento.

Gabriela não está isolada. Na obra de Júlio Dinis outras figuras femininas são reveladoras dos novos tempos: Madalena, a Morgadinha, desde cedo assumiu o controlo da sua vida futura e Margarida preparava-se para viver sozinha, fora do controlo de Pedro e Clara. As outras mulheres dinisianas, à exceção de Clara, são a imagem da nova mulher oitocentista: educada, borda, costura, cuida dos doentes, governa a casa e educa os filhos, ao lado do marido.

A agricultura era a principal atividade económica do reino e Jorge, fidalgo e grande proprietário agrícola vai dedicar-se ao estudo da agricultura noutros países, como a Inglaterra, para assim se tornar um produtor de sucesso: «*A vida de Jorge era uma eloquente e severa lição para os proprietários rurais, que vivendo longe dos seus bens, consomem nos desperdícios da corte as magras rendas que eles, longe da solitudine do dono, lhe concedem*»<sup>293</sup>.

Com ele, Tomé também está atento e vai experimentar processos e técnicas que aprende com Jorge. Os seus negócios continuam florescentes e, na aldeia, diz-se que Tomé ainda será barão. Barão foi o título que o brasileiro Seabra alcançou por intermédio do conselheiro, tal como barão era o marido de Gabriela, homem «*sem foros de nobreza, (...) pertencendo à classe argentária, que é a verdadeira aristocracia moderna*»<sup>294</sup>. Mas, o narrador também nos informa que Jorge se aburguesou nos gostos e hábitos, «*abandonou a pouco e pouco os hábitos de fidalguia, em que fora educado, e contraiu outros puramente burgueses*»<sup>295</sup>.

Júlio Dinis faleceu em 12 de setembro de 1871, no Porto, onde se publica, nesse mesmo ano, a 1ª edição de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Considerado por alguns uma cândida<sup>296</sup> história de amor, este romance consegue ser uma peça literária e um registo quase moralista sobre um dos problemas que mais afetou a vida dos portugueses no período após o confronto entre absolutistas e liberais: o difícil convívio entre tradição e modernidade, num país em que a Constituição política liberal, os partidos políticos, os reis, os governos e a liberdade de imprensa não conseguiram fazer acelerar o processo de modernização e de liberalização da sociedade portuguesa. É

---

<sup>293</sup> *Ibidem*, p. 399.

<sup>294</sup> *Ibidem*, p. 143.

<sup>295</sup> *Ibidem*, p. 399.

<sup>296</sup> Augusto Pinho, «Nota Breve», Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 6.

o que também nos diz Jacinto do Prado Coelho, citado por Rosa Margarida Pinto Leite: «os romances de Júlio Dinis constituem um documento sociológico valioso sobre o Portugal novo, nascido das transformações políticas e económicas promovidas pelo regime liberal»<sup>297</sup>. Neste seu último romance, Júlio Dinis para além das questões sociais e culturais que sempre acompanharam as suas preocupações literárias, aborda de forma bem vincada a premente questão agrícola. A nova agricultura e os novos lavradores, que Júlio Dinis foi procurando ajudar a promover, numa sociedade em que a circulação da informação, a mudança legislativa e a revolução de mentalidades ainda não permitiam ao mundo rural acompanhar a Europa mais desenvolvida.

A cidade e o campo, num mosaico de quadros sociais apresentados na obra de Júlio Dinis, que são um conjunto de retratos do quotidiano de crianças, jovens rapazes e raparigas, de homens e mulheres e de alguns idosos, uns sexagenários, outros octogenários e ainda a nonagenária ama de Clementina em *Justiça de Sua Majestade*. Ler Júlio Dinis permite-nos entrar no mundo real da vida quotidiana dos portugueses das décadas de 1850 e 1860. O país prometia regeneração política, paz política e social, progresso económico, legislação moderna e adequada, moderação de costumes, aproximação aos padrões de vida que a imprensa dizia haver além fronteiras. Com Júlio Dinis e as suas obras aqui analisadas pudemos verificar a função social da literatura, e em particular do romance, para o estudo interdisciplinar das sociedades do passado, considerando a literatura como uma disciplina da área cultural fundamental para o estudo da cultura portuguesa oitocentista.

Situando Júlio Dinis no contexto literário europeu, Carmen Abreu, na sua tese de doutoramento<sup>298</sup> afirma que o escritor se esforça «por aproximar as classes sociais a partir das relações individuais e, lutando pela ordem e justiça que integra um quadro de valores morais»<sup>299</sup>. Considera que foi inovador no «tratamento psicológico atribuído (...) ao sujeito e à sociedade na literatura do século XIX português»<sup>300</sup>, e que, na sua obra, se encontra «o esboço da utopia social»<sup>301</sup>. Defende a autora que, «vacilando entre estratégias romanescas das estéticas romântica e realista, nos romances de Júlio Dinis aclaram-se as consciências colectivas para uma nova ordem

---

<sup>297</sup> Cf. Rosa Margarida Pinto Leite, *A Narrativa Breve de Júlio Dinis*, tese de mestrado, Departamento de Línguas e Culturas, Universidade de Aveiro, 2010, p. 12, disponível em <https://ria.ua.pt>, consulta de 23.03.2016.

<sup>298</sup> Cf. Carmen Abreu, «Resumo», in *Júlio Dinis - representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, ob. cit., s/p.

<sup>299</sup> *Idem*.

<sup>300</sup> *Ibidem*.

<sup>301</sup> *Ibidem*. Cf nota de rodapé 256.

*social que rompa com a barreira dos preconceitos imposta à liberdade do pensamento e da acção humana, sempre no máximo respeito pela identidade.»*<sup>302</sup> No período em que Júlio Dinis vive, estuda e escreve, a cidade do Porto era um exemplo de liberdade e de exercício da cidadania, através das páginas da imprensa local, sendo muitos os periódicos que, como já vimos, ao longo da 2ª metade do século XIX, os portuenses tiveram ao seu dispor para obter informação local, nacional e internacional e partilhar opiniões, interesses e preocupações, particulares ou coletivas. Como já referimos, José Tengarrinha<sup>303</sup> e Francisco Rebelo<sup>304</sup> da Silva, dão-nos notícia dessa efervescência literária e jornalística, a cuja atividade Júlio Dinis não foi alheio, como escritor e como cidadão leitor. Segundo José Tengarrinha, o estudo do quotidiano, através dos retratos oferecidos pela imprensa oitocentista, precisou de

*«um longo percurso até se considerar que o estudo da imprensa periódica é um dos meios mais valiosos para o conhecimento de uma sociedade nos seus múltiplos aspetos, devendo ser focado tendo em conta a sua especificidade, mas não a sua marginalidade, isto é, numa visão socialmente integrada. Nunca será de mais encarecer o seu valor como instrumento e meio de cultura. Não subalternizada em relação à literatura e a qualquer forma de expressão artística, a imprensa periódica (particularmente a partir do seu grande surto na época liberal) é um poderoso veículo de transmissão de informações, de difusão de ideias, um amplo repositório dos conhecimentos e das sensibilidades do seu tempo, daí, um dos mais expressivos avaliadores das atitudes mentais e das correntes de ideias na sociedade, para além dos círculos restritos.»*<sup>305</sup>

Se atentarmos em Francisco Rebelo da Silva<sup>306</sup>, a propósito de atividade jornalística de Camilo Castelo Branco e da sua relação, em 1868<sup>307</sup>, com os leitores e

---

<sup>302</sup> *Ibidem.*

<sup>303</sup> Cf. José Tengarrinha, *ob. cit.*

<sup>304</sup> Cf. Francisco Rebelo da Silva, *ob. cit.*

<sup>305</sup> José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 17.

<sup>306</sup> «Por sua vez e complementarmente, não há notícia nos ficheiros desta Biblioteca de 95 dos títulos apontados por Pinho Leal para o período acima indicado. A junção das duas fontes dá-nos um total de 400 títulos de publicações periódicas do Porto, entre 1850 e 1890, não entrando na estatística almanaques, anuários e relatórios, ainda que de aparecimento cíclico regular.». Cf. Francisco Rebelo da Silva, *ob. cit.*, p. 119.

<sup>307</sup> «E, [Camilo Castelo Branco] em 1868, ultrapassadas ou atenuadas tensões de outrora, refuta como “injustíssima e quase injuriosa” a acusação de que os cidadãos do Porto eram inimigos das boas letras. Aos que censuravam a capital do Norte por não contar mais que 500 compradores de livro recreativo, responde perguntando se Lisboa os teria. Apresenta como prova que metade das edições das suas obras publicadas em Lisboa, era vendida no Porto. E afirma algo que provavelmente não teria subscrito dez anos antes: “A sciencia vive aqui mais vida de gabinete que de praça. Muitos dos homens que mais lêem e intendem são conhecidos unicamente pela sua importância commercial; e ha d’elles que vos podem



com a cidade o Porto, podemos concluir que, neste tempo, que também foi de Júlio Dinis, a sociedade portuguesa iniciara um percurso de liberdade e de progresso, que acompanha a mudança dos instrumentos e meios de cultura. Os periódicos, como assinala José Tengarrinha, são « *meio de expressão e de comunicação dos homens em sociedade com as suas condicionantes culturais, económicas, políticas e sociais* »<sup>308</sup>. Oferecem-nos registos de um quotidiano em que se encontram, se confrontam, se cruzam e entrelaçam tradições, costumes, expectativas, valores e utopias individuais e coletivas, informações e conhecimentos que estão presentes na definição de referências teóricas e metodológicas propostas por José Tengarrinha<sup>309</sup> para os historiadores da imprensa. Neste contexto, para o estudo da obra dinisiana, continuando com a leitura do *Jornal do Porto*, procuramos saber mais sobre o Porto<sup>310</sup> de Júlio Dinis, sobre as correntes políticas, culturais e profissionais dominantes, como funcionavam os novos serviços de apoio aos seus munícipes, como se organizava a sua vida coletiva.

### 3.2 Da cidade do Porto em Júlio Dinis e nas páginas do *Jornal do Porto*

O *Jornal do Porto*, mantém os seus leitores informados, com os noticiários, a publicidade e os artigos de opinião, que percorrem as suas habituais quatro páginas diárias. Leitores que constituem uma pequena elite letrada e alfabetizada da cidade e da região, para além de alguns assinantes espalhados pelo país, como percebemos por algumas críticas e reparos ao serviço de correio. Procuremos pois, imagens da cidade

---

*maravilhar com a riqueza de suas bibliothecas manuseadas, e não já de mera ostentação.*”... E mais diante: “*em mais antigo tempo, nasceram e medraram nesta boa terra — boa para todos os trabalhadores proveitosos — algumas publicações periódicas de elevado quilate e beneméritas de coadjuvação*”, in “*Gazeta Litteraria do Porto*”, n.º 1, 6 de Janeiro de 1868. Cf. Francisco Rebelo da Silva, *ob. cit.*, p.138.

<sup>308</sup> José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 24.

<sup>309</sup> «*O que nos conduz à necessidade de avaliação da esfera e grau de influência dos jornais na consciência pública e nos acontecimentos políticos, económicos e culturais. Para ter uma noção da crescente importância da imprensa na nossa sociedade oitocentista, bastará dizer que, ao passo que em 1800 foi fundado um só jornal, apenas no ano de 1885, por exemplo, apareceram 220 novas publicações. Mais recentemente, veio a admitir-se que o jornalismo é uma das mais ricas fontes históricas de que se pode dispor não só para o estudo de acontecimentos relevantes, mas igualmente para o conhecimento de factos menores, que no seu conjunto constituem o tecido da vida quotidiana das sociedades, contribuindo, desta maneira, para caracterizar um período histórico na sua espessura social.*» Cf José Tengarrinha, *ob. cit.*, p. 17.

<sup>310</sup> «*Estamos em crer, também, que alguns interessantes problemas de cultura serão dilucidados com o estudo das relações e influências recíprocas entre o jornalismo e o panfletarismo, o jornalismo e a literatura, o jornalismo e a oratória.*» *Idem*, p. 22.

do Porto, nas páginas do diário portuense, no período de 1859-1863. Vamos conhecer aspetos do dia a dia dos portuenses e a sua relação com a Câmara Municipal e as autoridades. Quem é o Porto? O Porto é a mui nobre e sempre leal cidade. O Porto lutou pela liberdade. O Porto, que lutou ao lado de D. Pedro, é uma «*cidade essencialmente obediente e pacífica, e que a nenhuma outra cede em patriotismo e lealdade para com seus soberanos fez sacrificios que são sabidos de todos para a conquista da liberdade e throno de vossa majestade*»<sup>311</sup>.

O *Jornal do Porto* reproduz na íntegra a carta que o Município do Porto dirige a Sua Majestade, o rei D. Pedro V, em 10 de agosto d 1859, a propósito do lançamento do imposto da décima industrial, lembrando a Sua Majestade que o governo já declarou este sistema tributário como defeituoso e a substituir<sup>312</sup>. A Câmara justifica-se perante El-Rei e apresenta as dificuldades sentidas por uma população pacífica e leal.<sup>313</sup>

«*Senhor*

*Se uma das primeiras e mais importantes atribuições das municipalidades consiste em representar sobre as necessidades dos seus respectivos municípios, a fim de procurar o meio de as prevenir e remediar, essas atribuições tornão-se ainda mais obrigatorias quando a iniciativa sahe do próprio povo que (...) vem pedir á sua camara municipal que, inteirada da justiça da sua representação, a auxilie e apoie, e a faça chegar aos degraus do throno.»*

Dias depois, ainda em agosto, segue outra carta a Sua Majestade, e também transcrita no *Jornal do Porto*, pedindo de novo para não ser aplicada no Porto a subida da décima industrial: «*Senhor! A camara municipal da cidade do Porto, outra vez vem perante v. m. reiterar a supplica que fez com data do 1º de junho deste anno (...)*»<sup>314</sup>.

Este é o Porto, a cidade invicta, que Júlio Dinis conheceu e por onde circulou diariamente, como criança, jovem, estudante, médico e escritor. Como cidadão, como filho de médico português, com origem em famílias com ligação a Ovar, e filho de senhora inglesa, com ligações às famílias dos imigrantes ingleses que, sem se aporuguesarem, souberam integrar-se na sociedade económica e financeira da cidade. Este é o Porto do nosso jovem intelectual, médico e escritor, que nunca viajou para além fronteiras. Este é o Porto que subjaz romanceado nas palavras de Júlio Dinis. Mas,

---

<sup>311</sup> *Jornal do Porto*, 10 de agosto de 1859, Carta do Município do Porto a Sua Majestade, D. Pedro V, rei de Portugal.

<sup>312</sup> *Idem*.

<sup>313</sup> *Ibidem*.

<sup>314</sup> *Jornal do Porto*, 27 de agosto de 1859, Carta do Município do Porto a Sua Majestade, D. Pedro V, rei de Portugal.

num primeiro momento, analisemos, como, entre 1859 e 1863, conseguimos apreender uma cidade, através dos que escrevem para o *Jornal do Porto*, os correspondentes, os noticiaristas e os leitores.

### 3.2.1 A vida no Porto - os munícipes e as autoridades municipais

A vida de uma cidade pode ser representada em quadros singulares, agregados em mosaico, pois que a urbe contempla as mais variadas gentes e atividades que, juntas, formam o todo. Juntas, reconhecem-se como a cidade. Juntas, são a cidade. Aqui, vamos observar os aspetos que o *Jornal do Porto* valorizou e sistematicamente apresentou, pois seriam os que Júlio Dinis também encontrava no seu dia a dia. O Porto, capital do Norte, cidade afastada do centro do poder, da elite política e das intrigas e decisões palacianas e do parlamento, é realmente diferente de Lisboa. A 16 maio de 1861, o *Jornal do Porto*, num texto de Júlio César Machado, que integra a secção *Folhetim*, encontramos uma comparação da vida em Lisboa e no Porto, sob o título *Cartas Lisbonenses*: em Lisboa dorme-se muito, pois não há nada para fazer, vive-se do ócio, mas no Porto, «*não é bem assim, porque no Porto tem toda a gente de que tratar que não póde dedicar-se ás delicias do somno. Logo pela manhã, a cidade tem o ar inquieto, agitado, activo. Toda a gente anda depressa (...)*»<sup>315</sup>. Júlio César Machado elogia o Porto trabalhador<sup>316</sup>. No entanto, não é isso que, em Lisboa, se pensa do Porto, diz Júlio César Machado<sup>317</sup>. Dando um exemplo do que se escreve sobre as duas capitais e o seu quotidiano, note-se no que diz o correspondente da capital, sobre o que acontece na vida ribeirinha de Lisboa, quando os marinheiros desembarcam: «*Estes dias tem havido muitas desordens, originadas principalmente pelo grande numero de marinheiros inglezes que tem desembarcado, e pelo preço a que tem descido o*

---

<sup>315</sup> *Jornal do Porto*, 16 de maio de 1861.

<sup>316</sup> «*No Porto tudo tem a sua razão de ser; (...) mas, o que lá não se uza é dormir á hora de trabalhar, trabalhar á hora de dormir, e, sobretudo, conversar á hora de dormir e de trabalhar!*» Cf. *Jornal do Porto*, 16 de maio de 1861. Artigo de Júlio César Machado. Para o escritor, o Porto é «*um cavalheiro, filho de um burguez, mas é um cavalheiro!...*»

<sup>317</sup> «*Tem grassado em Lisboa o boato de que ninguém no Porto ensina o caminho aos estrangeiros, que lhe perguntão por onde devem dirigir-se a esta ou àquella rua. Tudo pêta!*». *Idem*.

vinho.»<sup>318</sup> Neste artigo do *Jornal do Porto* a cidade surge como um lugar para todos os cidadãos, para todos os portuenses, por isso são frequentes os alertas e os pedidos à edilidade<sup>319</sup>.

O *Jornal do Porto*, pugnando pelo bem estar dos portuenses, já havia pedido que as autoridades impedissem atitudes menos urbanas<sup>320</sup>: por exemplo, porque há trabalhadores que se juntam, ao fim do dia, em certos pontos da cidade, falando muito alto e insultando quem passa, chegando a provocar desordens: «É preciso que a policia cumpra com os seus deveres, fazendo dispersar estes magotes, e punindo severamente os insolentes. Toda a imprensa portuense tem bradado contra estas reuniões, e nós juntamos os nossos pedidos aos dos nossos collegas, para que cessem tais abuzos.»<sup>321</sup> Segundo o *Jornal do Porto*, a urbanidade das gentes do Porto também se revela problemática<sup>322</sup>, quando as gentes do campo vêm à feira de S. Lázaro<sup>323</sup>. O facto é que a feira de S. Lázaro atrai muita gente<sup>324</sup>. Ainda em 1862, em abril, na semana santa, que parece coincidir com a feira de S. Lázaro, foram tomadas providências excepcionais pelos administradores dos três bairros da cidade<sup>325</sup> mas, dias depois, o jornal noticia que os feirantes da feira de S. Lázaro fazem saldos, no encerramento da feira.<sup>326</sup>

---

<sup>318</sup> *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1862, carta datada de 7 de dezembro.

<sup>319</sup> *Jornal do Porto*, 12 de abril de 1862, artigo intitulado *Uma aldeia no Porto*: No exemplo que se segue, denuncia-se o facto de a Rua dos Caldeireiros, ser uma perfeita aldeia na cidade, porque os seus habitantes a transformaram na sua aldeia, obstruindo o caminho a quem passa. Portanto, o diário portuense pede mais e melhor polícia municipal e pede «á excm.<sup>a</sup> camara que ordene aos moradores daquele sitio que trabalhem dentro das suas lojas, como fazem todos os outros artistas (...)» «Uns immensos caldeirões, capacetes, bichas, e todas as partes componentes de meia dúzia d'alambiques, obstruem de continuo a passagem n'aquella rua aos viandantes (...). «Os ferreiros, que tambem alli ha, fazem igual exposição dos seus artefactos e difficultam a passagem, deixando a suas lojas livres e a rua impedida do livre transito.» «Depois há uns torradores e carvoeiros que deixam andar na rua galinhas, carneiros e porcos.».

<sup>320</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 3 de maio de 1861. Notícia sob o título *Providências*: «Um grande numero de trabalhadores, que depois das Ave-Marias saiem das tavernas e se agrupam em alguns pontos da cidade (...) já ha dias ião promovendo uma desordem por cauza das suas insolencias».

<sup>321</sup> *Jornal do Porto*, 3 de maio de 1861.

<sup>322</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 16 de março de 1861: Nesses dias os estudantes do Porto costumam fazer caçadas aos camponeses. Em 1861, pede-se à autoridade que evite esse costume dos estudantes.

<sup>323</sup> *Jornal do Porto*, 9 de abril de 1862: Ainda a propósito da feira de S. Lázaro, anuncia-se que as autoridades – o diligente regedor de Santo Ildefonso – capturaram alguns gaiatos que andavam a roubar os feirantes. Andavam «á cata d'alguns lenços, caixas de rapé, relógios, e outros objectos portateis».

<sup>324</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 7 de abril de 1862, sob o título *Feira de S. Lazaro*: o jardim é invadido por «grande numero de aldeões de ambos os sexos» e as autoridades municipais vigiam para «manter com a sua presença o socego publico, e cohibir certas cenas tumultuosas e distúrbios de que fomos testemunha em outros anos»

<sup>325</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de abril de 1862: os pobres de outros concelhos ficam impedidos de entrar no Porto na Semana Santa e de vir pedir esmola para a porta dos templos. A Semana Santa exigia algumas medidas excepcionais que o *Jornal do Porto* apoiou, considerando-as acertadas.

<sup>326</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 15 de abril de 1862: A feira correu muito bem aos feirantes, porque até o tempo esteve favorável, mas os saldos atraíram mais algumas pessoas.

No dia a dia, o *Jornal do Porto* vai-nos dando um vivo retrato da agitação diária na baixa e no porto, onde navios, mercadorias e pessoas demonstravam a vivacidade das gentes e da economia da região. Por outro lado, apresenta-nos as questões da saúde, dos transportes, do policiamento, da vida política, da pobreza e do socorro aos desvalidos da vida e da sorte. O Porto estava a crescer, a atividade comercial intensificava-se e a circulação de pessoas, mercadorias e veículos exigia mais ruas e a alteração de outras para facilitar o seu uso e evitar acidentes, como a redação do jornal faz questão de fazer notar à Câmara Municipal, frequentemente, sempre que julga oportuno:

*«quem pensa no imenso trato comercial, que ha na cidade baixa (...) e que não tem senão uma unica via, que é a rua das Flores, - quem repara, aos dias de feira, no que se passa nesta mesma rua, onde perpassão, se estorvão e se embatem um sem numero de carros e mais transportes e uma aluvião de gente, não pode deixar de convencer-se, de que é da mais urgente necessidade o estabelecimento d'uma nova arteria de comunicação entre a cidade baixa e alta»<sup>327</sup>.*

Mas, o *Jornal do Porto* faz eco de outros problemas e apresenta-os aos munícipes e à Câmara, como, por exemplo, o policiamento, ou seja, a falta de atuação da polícia, para obviar aos roubos de dinheiro e de objetos, que ocorrem todos os dias, especialmente em dias de feira ou de romarias; são roubos protagonizados pelos garotos<sup>328</sup>, comandados por adultos organizados em quadrilhas: *«organizados em esquadras de ratoneiros, que com o tempo darão bellos soldados ás cadeias e colonos á costa d'África»<sup>329</sup>*. Afirma ainda que toda gente sabe quem são e que *«ninguém ignora que há meios de se obterem os objectos roubados a troco da competente gratificação»<sup>330</sup>*. Como vemos, o diário portuense procura intervir no dia a dia da cidade, interagindo com a Câmara Municipal e com a polícia. Dias depois, a 25 de agosto de 1859, o *Jornal do Porto* volta ao assunto, respondendo aos argumentos entretanto usados, por outro jornal portuense, um *«nosso estimavel colega na*

---

<sup>327</sup> *Jornal do Porto*, 1 de agosto de 1859: num artigo intitulado *Uma obra municipal necessária*, a redação do diário portuense pede a atenção da Câmara para a necessidade de abrir nova rua na cidade, *«uma nova arteria de comunicação entre a cidade baixa e alta»*.

<sup>328</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 16 de agosto de 1859: sob o título *Falta de polícia*, a redação apresenta mais um dos problemas da cidade, *«a praga de garotos que infesta o Porto»*, que, diz, existe há muitos anos, *«é uma das vergonhas das suas autoridades, que é uma vergonha também para a própria cidade»*.

<sup>329</sup> *Jornal do Porto*, 16 de agosto de 1859: sob o título *Falta de polícia*, alerta-se a edilidade para os roubos constantes na cidade e para o facto de serem *«conhecidos os individuos que vivem d'essa industria»*.

<sup>330</sup> *Idem*.

*imprensa*», não o identificando, sobre a existência ou não dos garotos e vadios nas ruas do Porto e sobre como resolver o problema. Termina pedindo providências, «cadeia, navios de guerra, trabalhos de correcção»<sup>331</sup> para os vadios e malfeitores. Por outro lado, verificamos que é constante a publicitação das decisões da Câmara que, certamente, respondem a problemas concretos dos portuenses: Em reunião da vereação da Câmara Municipal do Porto de 19 de maio, foi decidido que «*todos os cabreiros que tranzitão na cidade com rebanhos de cabras, que declarem a sua rezidencia, a fim de que havendo reclamações de prejuízos (...)*»<sup>332</sup>. E na edição de 6 de março de 1861, noticia-se que uma mulher é expulsa da cidade, por ter mau comportamento: Foi «*remetida ao concelho de Gondomar*»<sup>333</sup>.

As atividades da Câmara Municipal são regularmente noticiadas aos portuenses através da imprensa e o *Jornal do Porto* também publica as atas das reuniões da vereação. Como exemplo da atuação do município, veja-se o âmbito da atuação da vereação do Município do Porto, deliberando sobre o trabalho para os rapazes vadios, o funcionamento do serviço público de iluminação a gás, o cemitério de Agramonte, a preparação da casa para a escola de meninas na freguesia de S. João da Foz.<sup>334</sup> A redação do *Jornal do Porto*, no mês de agosto de 1859, foi muito ativa na identificação de problemas da cidade e na apresentação de propostas para a sua resolução. Era o seu primeiro ano de vida. Na edição de 8 de agosto, o Porto é apresentado como uma cidade em crescimento desordenado, uma vez que a sugestão à Câmara Municipal se centra na necessidade de formação de um plano para cidade, para que acompanhe as outras cidades europeias e assuma o seu lugar de segunda cidade do reino, modernizando-se e desenvolvendo-se na área dos transportes, do comércio e da indústria. Porém, o redator começa elogiando a vereação, que lhe merece *a maior confiança*, mas anuncia que «*Hoje vamos apontar-lhe uma necessidade capital (...) é preciso que a camara escolha um homem competente, o mande vizitar as principais cidades da Europa (...)*»<sup>335</sup>.

---

<sup>331</sup> *Jornal do Porto*, 25 de agosto de 1859.

<sup>332</sup> *Jornal do Porto*, 18 de junho de 1859.

<sup>333</sup> *Jornal do Porto*, de 6 de março de 1861.

<sup>334</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 18 de agosto de 1859. Informação sobre os trabalhos das sessões da vereação do Porto, de 7 e 14 de julho de 1859: o trabalho para os rapazes vadios, o funcionamento do serviço público de iluminação a gás, o cemitério de Agramonte, a preparação da casa para a escola de meninas na freguesia de S. João da Foz.

<sup>335</sup> *Jornal do Porto*, 8 de agosto de 1859. O Porto já é grande, é a segunda cidade do reino, o caminho de ferro está a chegar e o porto de mar tem de ser melhorado. E também é preciso um plano para a cidade.

Apesar de se apresentar como um jornal diário, de âmbito nacional, o *Jornal do Porto* revela a sua preocupação especialmente com o Porto e este seu espírito portuense, manifesta-se particularmente a 17 de agosto de 1859, aproveitando o facto de o palácio das Carrancas<sup>336</sup> estar à venda. A redação questiona a falta de um palácio real no Porto e sugere a sua aquisição<sup>337</sup>. O que efetivamente acontece em 1861.



Fig.3.3 - Palácio das Carrancas, Porto

Em 1861, na edição do *Jornal do Porto*, de dia 2 de janeiro, anuncia-se que Miguel do Canto e Castro, governador civil do Porto, vai presidir à comissão que o governo de Sua Majestade criou para cuidar da organização dos edifícios públicos na cidade e dar dignidade às instalações em que funcionam os serviços do estado. O Palácio das Carrancas será adquirido por D. Pedro V, em 1861 e «é transformado em Paço Real, adquirido por D. Pedro V para servir de alojamento aos soberanos em visita ao norte do país»<sup>338</sup>. Por esta mesma altura, o governador civil do Porto, Miguel do Canto e Castro, tinha já afirmado que «O Porto é já uma cidade grande, rica, e importante, e mil circunstancias felizes indicão, que a sua extensão, riqueza e importância hão de tomar para o futuro vastas proporções. É portanto muito para lamentar que quazi inteiramente careça de edifícios publicos apropriados as diferentes repartições do estado.»<sup>339</sup>

A iluminação pública é um sinal de modernidade, do progresso que a regeneração trouxe. No Porto, a iluminação das ruas foi entregue à companhia de iluminação a gás, com um contrato com o município e o *Jornal do Porto* faz eco das

<sup>336</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 17 de agosto de 1859. Defesa da necessidade de o Porto ter um palácio real, sugerindo-se a aquisição do palácio das Carrancas, que estava à venda No Palácio das Carrancas, está atualmente instalado o Museu Soares dos Reis. Cf. [www.museusoaresdosreis.pt](http://www.museusoaresdosreis.pt).

<sup>337</sup> *Jornal do Porto*, 17 de agosto de 1859, artigo intitulado *Palacio Real*.

<sup>338</sup> Cf. [www.museusoaresdosreis.pt](http://www.museusoaresdosreis.pt).

<sup>339</sup> *Jornal do Porto*, 2 de janeiro de 1861, excerto do relatório sobre os edifícios públicos na cidade.

queixas dos munícipes. Entre 1859 e 1861, há também várias referências ao funcionamento da iluminação a gás. Na edição de 2 de março de 1861, o diário portuense, noticia que, por falta de pagamento à empresa de iluminação, «*toda a margem ao norte do Douro e bastantes ruas da baixa tem estado às escuras*», sem iluminação. Pede o *Jornal do Porto* que a companhia do gás «*por sua própria dignidade e interesse*» não volte a tomar esta atitude<sup>340</sup>. Mas, as queixas continuam em 1862, contra a *Companhia de Iluminação a Gaz*<sup>341</sup>, persistindo situações em que a iluminação é muito fraca<sup>342</sup>. Júlio Dinis, em *Uma família Inglesa* não nos dá conta destas dificuldades, embora seja referida a «*luz escassa de um lampião da rua*»<sup>343</sup>, junto ao Águia d'Ouro.

A redação do *Jornal do Porto*, assume uma atitude interventiva na defesa de mais qualidade vida para os portuenses. Entre os assuntos do quotidiano da cidade e da região já aqui mencionados, merecem também a atenção da redação do *Jornal do Porto*, a saúde, a higiene, o ruído, a segurança, os arruamentos, ou o policiamento. Mas também a pobreza, as crianças desprotegidas, os costumes, as romarias e o comércio. As queixas multiplicam-se. Encontramos notícias sobre o ruído e a insegurança nos festejos noturnos na cidade, que não deixam que «*os cidadãos possam dormir tranquilamente*» [ e fazem o Porto parecer] «*uma terra de bárbaros ou de selvagens*»<sup>344</sup>. Lemos sobre um pedido à Câmara, porque depois da cheia, a ponte de Campanhã ameaça ruir e constatou-se que são as gentes da vizinhança quem tem andado a fazer alguns reparos<sup>345</sup>. Com sentido de humor, sob o título de *Boa lembrança*, os moradores da baixa e a redação do *Jornal do Porto* lembram ao município portuense a necessidade de cuidar do *aformozeamento* da cidade, bem como da sua limpeza, dada a acumulação de areias e lixo na baixa<sup>346</sup>. Este pedido é secundado pela redação do jornal que pede à Câmara Municipal que mande regar as árvores<sup>347</sup>. O *Jornal do Porto*

---

<sup>340</sup> *Jornal do Porto*, 2 de março de 1861.

<sup>341</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 4 de novembro de 1862. Críticas ao funcionamento da *Companhia de Iluminação a Gaz* e à iluminação das ruas da cidade.

<sup>342</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 25 de novembro de 1862: a companhia de gás merece críticas dos portuenses, porque há ruas «*onde a luz do gaz mesquinha claridade, pouco favorece o transeunte*».

<sup>343</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 26.

<sup>344</sup> *Jornal do Porto*, 4 de janeiro de 1861 – a redação dirige-se ao governador civil.

<sup>345</sup> *Jornal do Porto*, 5 de janeiro de 1861.

<sup>346</sup> *Jornal do Porto*, 23 de março de 1861.

<sup>347</sup> *Jornal do Porto*, 7 de maio de 1861: «*o arvoredado que por aí se acha espalhado nas praças, que está em risco de morrer á sede com o calor ardente d'estes últimos dias*» [ E que] «*se por essa ocasião podesse também borrifar-se as ruas mac-adamizadas, tanto melhor seria. (...) presença de razões tão consideráveis esperamos que o nosso pedido ha de merecer a atenção da excm.<sup>a</sup> camara, como por*



mantém sobre a cidade um olhar de cidadão, atento e crítico e o poder local parece ouvir e atender os seus pedidos, passando o diário a desempenhar um papel de defensor e provedor dos portuenses.

O jogo é um outro assunto recorrente no *Jornal do Porto*. Ora se pede regulamentação, ora a sua proibição. Júlio Dinis não o esquece na sua obra e o jogo é realmente um problema na aldeia de Clara e Margarida, tendo o Reitor sentido necessidade de ir à taberna ao encontro dos homens da aldeia e aí, diante deles e do taberneiro, enumera as consequências do jogo. As referências encontradas no *Jornal do Porto* confirmam o retrato traçado pelo escritor: o jogo é um problema social também na cidade do Porto e as casas de jogo são «*foco de corrupção que tão prejudicial é á sociedade*»<sup>348</sup>. Na edição de 2 de novembro de 1859, ficamos a saber que dois jogadores da vermelhinha se envolveram em luta, depois de saírem duma taberna, ficando «*um delles estirado com uma facada, sendo levado n'uma maca para o hospital*». Na dia 4 de novembro de 1859, surge a notícia segundo a qual, o governador civil do Porto proibiu o jogo do quino e mandou fechar os botequins que não cumprirem a ordem. Nesse mês de novembro de 1859, concentra-se o problema do jogo, exigindo-se a atuação das autoridades e o governo civil publica uma *Circular do Governo Civil do districto do Porto*<sup>349</sup> com instruções para todas as autoridades, em defesa das famílias, dos bons costumes, dos incautos, dos infelizes viciados e contra os criminosos e qualquer tipo de jogo, das cartas, às rifas ou às lotarias. O governador civil do Porto, Visconde de Gouveia, dá instruções precisas sobre como resolver o problema do jogo clandestino no Porto, que acontece em lugares públicos ou ocultos, «*dentro e fora dos povoados, já nos campos e matas, fóra das povoações, (...)*»<sup>350</sup>. E no dia seguinte, surge mais uma notícia do governo civil, com ordem dirigida ao administrador de Penafiel, a propósito da feira de S. Martinho: Os jogos de azar ocorrem também nos recintos das feiras e o governador civil ordena à polícia que use os meios policiais para evitar aí o jogo de azar<sup>351</sup>. Entretanto, na sequência destas medidas, são as autoridades locais quem vai executar as instruções superiores e o diário

---

*outras vezes tem acontecido.*» - Borrifar as estradas de macdame porque não se pode respirar o ar sem absorver póo o pedido que deixa o *Jornal do Porto* à Câmara Municipal.

<sup>348</sup> *Jornal do Porto*, 19 de abril de 1861.

<sup>349</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 7 de novembro de 1859, *Circular do Governo Civil do districto do Porto*.

<sup>350</sup> *Idem*.

<sup>351</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 8 de novembro de 1859.

vai dando notícia da prisão de jogadores acusados de roubar<sup>352</sup> ou apanhados em flagrante<sup>353</sup>.

Entramos em 1861 e o problema do jogo clandestino não está resolvido: em fevereiro foram presos 23 jogadores de jogos proibidos que jogavam habitualmente numa casa da Rua de Santa Teresa<sup>354</sup>; em abril, critica-se o desempenho de um regedor que, por ser horas de jantar, recusou ir inspecionar «*uma taberna junto á relação, onde é voz publica que se joga o monte de dia e de noite*»<sup>355</sup>. O jogo acontece clandestinamente nas tabernas, nos botequins e em casas particulares. Os jogadores de jogos proibidos e portanto clandestinos, como *o monte* ou a *vermelhinha*, corriam o risco de serem presos, o que acontecia de quando em vez, como vemos relatado no movimento policial da edição do *Jornal do Porto*, de 13 de junho de 1859, em que, entre os dez presos, para além de um vadio, temos dois jogadores de vermelhinha.<sup>356</sup> Os portuenses sabem onde e quando se joga, nas tabernas, nos botequins e também nas casas particulares: Joga-se também nas casas particulares e, segundo o diário portuense, as autoridades devem agir, como se se tratasse de um estabelecimento público.<sup>357</sup> Para além do jogo, o vinho jorrava das pipas das tabernas. Mas, muito era falsificado para dar mais lucro, o que também vai dar lugar a inspeções das autoridades policiais<sup>358</sup>. O diário portuense é porta voz dos cidadãos e zelador da cidade, por isso, a falta de higiene e os focos de infecção na cidade não deixam de ocupar as páginas do *Jornal do Porto*. É, por exemplo, o «*momentoso assumpto do aceio da cidade*», desde os «*depozitos d' estrumes*» à limpeza, passando pelas latrinas porque ao jornal chegou a informação de que «*na praça do peixe, á Cordoaria, há umas latrinas que fazem uma*

---

<sup>352</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 19 de novembro de 1859. Foram presos dois jogadores da vermelhinha, acusados de roubar.

<sup>353</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 16 de dezembro de 1859. Cinco jogadores da vermelhinha foram apanhados em flagrante, em Miragaia.

<sup>354</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 18 de fevereiro de 1861.

<sup>355</sup> *Jornal do Porto*, 19 de abril de 1861: Sob o título de *Um regedor exemplar*, escreve o *Jornal do Porto*: «*Snr. administrador, providencias. É necessário que aquelle regedor seja repreendido severamente, e que, se fação amiudadas visitas áquellas casas (...)*».

<sup>356</sup> *Jornal do Porto*, 2 de março de 1861. Noutra notícia é pedido ao administrador do concelho de Vila Nova de Gaia que ponha fim ao jogo clandestino que acontece «*em determinados dias, na Bandeira e rua direita de Villa Nova*». O jogo é proibido e é pedido ao administrador do concelho de Vila Nova de Gaia que ponha fim ao jogo clandestino, se «*assim não for, ocupar-nos-hemos mais detidamente da jogatina em Villa Nova, que foi flagello, e ainda o está sendo para aquella terra*».

<sup>357</sup> *Idem*.

<sup>358</sup> *Jornal do Porto*, 18 de novembro de 1859: - as tabernas são visitadas pelas autoridades – o delegado de saúde do distrito e dois peritos, a maior parte dos vinhos não é puro: «*a maior parte dos vinhos expostos à venda são fictícios e artificiais*», embora não apresentassem «*material prejudicial*».

*terrível vizinhança aos moradores d'aquelle local*»<sup>359</sup>. E, perante o perigo de focos de infeção na cidade, conclui: «*rogamos aos habitantes, que soffrerem com a falta de policia (...) se sirvão informar-nos para d'aqui chamarmos os responsáveis ao cumprimento do seu dever*»<sup>360</sup>. Neste âmbito, sucedem-se pequenas notícias, como este relato de «*dois abuzos intoleráveis*»: quatro soldados «*com a farda vestida, a exercer o sujo mister de esterqueiro*», transportando estrume no centro da cidade, de dia, o que «*é punido pelo Codigo de Posturas Municipais*»<sup>361</sup>.

Muitas vezes, é com a valorização e o registo da memória individual e coletiva - a memória das gentes, quantas vezes partindo dos relatos, dos documentos e papéis familiares ou dos testemunhos orais e escritos nas comunidades, que podemos pensar o passado e reconstituir alguns dos seus momentos, problemas, sucessos ou realizações dos nossos antepassados. A memória dos vencedores, das elites, bem como a memória fixada nos jornais pelas redações atentas ao quotidiano, e quantas vezes comprometidas com a construção ou a transmissão de imagens sociais, são ponto de partida para o trabalho de arquivistas e historiadores, comprometidos com a busca, a descoberta e a divulgação da verdade de cada um dos intervenientes no agir das populações e dos seus protagonistas. A sua atividade orienta-se para o objetivo de conhecer, completar, ou avivar a memória das sociedades e evitar o esquecimento dos que não tiveram como fazer ouvir a sua voz ou fazer prevalecer a sua versão, no registo dos factos. É na soma do todo que se constrói, e que se compreende, uma comunidade, uma nação, um país. É no todo que cada elemento, de um qualquer grupo ou sociedade, consegue ser um indivíduo, livre e membro dessa comunidade. José Tengarrinha propõe que referências metodológicas «*para a compreensão estrutural da sociedade e dos seus instrumentos e meios de cultura como para servir de seguro e estimulante guia ou roteiro para as inúmeras e fecundas pesquisas que o jornalismo oferece*»<sup>362</sup>. Os cientistas sociais têm a capacidade de contribuir para que o presente conheça melhor o seu passado e que se construam e se abram novos percursos, já previsíveis ou de todo imprevistos, mas sempre ligados aos legados do passado.

---

<sup>359</sup> *Jornal do Porto*, 23 de agosto de 1859.

<sup>360</sup> *Idem*.

<sup>361</sup> *Jornal do Porto*, 5 de janeiro de 1861.

<sup>362</sup> José Tengarrinha, *ob. cit.*, pp.23-24. Para o historiador, «*Desde a apresentação dos anúncios à técnica de redação das notícias é todo um domínio que permite prospeções muito proveitosas. Tais fontes são de rara fecundidade para o conhecimento das formas de sensibilidade, dos gostos dominantes, da atitude mental de certas camadas sociais em determinadas épocas.*».

As sociedades são entidades vivas, sempre em reorganização, que comportam em si a permanência e a mudança, em que a sempre presente diversidade económica, social e cultural participa da constante (re)construção, mesmo que num ritmo lento ou quase impercetível. O *Jornal do Porto* procurou ser a voz do Porto, da cidade como uma unidade múltipla e difícil de definir, para além da sua consciência de cidade invicta e sempre leal, como a segunda cidade do reino, que dirige a Lisboa o seu olhar atento. O *Jornal do Porto* procurou ser a voz de cada bairro, de cada um dos cidadãos, de cada um dos problemas com que todos se confrontavam no dia a dia, os portuenses e a redação do jornal, com os seus noticiaristas sempre atentos à sua cidade, aos eventos, à higiene, ao lixo, ao policiamento, à pobreza, à saúde e aos cuidados da comunidade na doença, na orfandade e na viuvez desamparada.

### 3.2.2 A vida no Porto – a assistência à pobreza

A cidade do Porto e a região Norte, como veremos adiante, apresentam problemas e características próprias na área da assistência à pobreza. Dessa realidade tomamos conhecimento na obra de Júlio Dinis e nas páginas do *Jornal do Porto*, onde consideramos ser um tema nuclear e recorrente.

Para a higiene e a salubridade do espaço urbano era importante dar atenção a um outro problema: os cães vadios. Essa preocupação levou a Câmara Municipal a dar recompensa a quem encontrasse e entregasse cães vadios. O assunto é notícia do *Jornal do Porto*, não pelos «200 reis por cabeça, que a ex.ma camara oferece a quem lhe apresentar algum cão»<sup>363</sup> mas por um outro motivo: é que já há quem faça dessa tarefa um ofício com rendimento certo<sup>364</sup>.

A saúde, no Porto e na região Norte do país, numa época em que era baixa a esperança média de vida, em que as mães e a amas nem sempre conseguiam fugir da

---

<sup>363</sup> *Jornal do Porto*, 8 de novembro de 1862.

<sup>364</sup> *Idem*: Sob o título *Officio Rendoso*, o *Jornal do Porto*, na edição de 8 de novembro de 1862, relata que, na véspera, entrou na cidade, pela ponte pensil, «um trolha, que conduzia atrelados três cães vadios, para os apresentar na camara». Este homem já tinha trocado «o seu mister de caiador pelo de caçador canino», porque era um ofício «muito mais lucrativo e menos laborioso, por isso que, caçando tres diariamente, ganhava quasi o dobro da sua feria».

elevada taxa da mortalidade infantil, em que o acesso aos cuidados de saúde eram muito escassos e os próprios hospitais eram socorridos pela caridade pública, a saúde, repetimos, era um grave problema social. Na correspondência de Braga, datada de dia 26 de junho de 1859, afirma-se que o estado do tempo tem provocado «*graves incommodos de saúde: gripes, bexigas, sarampo, e varias affecções das vias pulmonares*»<sup>365</sup>. Também em Lisboa o estado sanitário é objeto de preocupação e de notícia, sempre que a situação o justifica<sup>366</sup>.

Na imprensa escrita vão surgindo anúncios das câmaras municipais procurando recrutar médico para o seu concelho – o médico de partido – oferecendo-se um salário quase simbólico para que fique garantida assistência aos pobres, tenho o médico de obter a confiança das famílias abastadas para obter clientes e completar o seu rendimento. Encontramos anúncios no *Jornal do Porto*<sup>367</sup> para contratação de médico de partido, o facultativo municipal, e vemos em Júlio Dinis a presença cuidadora, paternal, de João Semana que percorre os caminhos, de casebre em casebre, para aliviar o sofrimento dos seus doentes e, muitas vezes, lhes dar a moeda que permite comprar alimentos. Júlio Dinis, num dos seus manuscritos, sem data, apresenta-nos Estevão, um jovem médico de partido, de 24 anos, órfão e responsável pela irmã, Adelina, de 18 anos; talvez fosse um esboço para compor a figura de uma personagem-tipo, como já anteriormente afirmámos, mas não o usou em nenhum dos seus romances.

Os hospitais são também tema para a informação ao público portuense. O Hospital dos Lázaros e o Real Hospital de Santo António são frequentemente alvo de notícia, seja pelo movimento de doentes entrados e saídos, seja pelas visitas que recebem dos seus beneméritos ou do público em geral. Muitas vezes anuncia-se que o público pôde, ou pode, visitar os hospitais. Mas, por vezes, o *Jornal do Porto* assume

---

<sup>365</sup> *Jornal do Porto*, 28 junho de 1859.

<sup>366</sup> Cf.. *Jornal do Porto*, 16 de abril de 1862. Notícia retirada da *Gazeta Medica de Lisboa*, sobre o estado sanitário da capital.

<sup>367</sup> Eis alguns exemplos de notícias e anúncios obtidos nas páginas do diário portuense, relativamente ao médico de partido: *Jornal do Porto*, 8 de janeiro de 1861-Aberto concurso para a vaga do partido de medicina e cirurgia no concelho de Esposende, com o ordenado de 200\$000; *Jornal do Porto*, 28 de novembro de 1861 - A Câmara Municipal do Porto, em reunião da vereação de 2 de novembro, anuncia que foi selecionado o cirurgião de partido das freguesias de Lordelo e Foz; - *Jornal do Porto*, 19 de fevereiro de 1862 - Vaga no concelho de Trancoso para o partido de medicina, com o ordenado de 300\$000; *Jornal do Porto*, de 21 de abril de 1862, correspondência de Coimbra, datada de 16 de abril, Epidemia de tifo em Cantanhede, houve 18 casos e o médico de partido foi contagiado.

publicar regularmente dados sobre entradas, mortes e altas nos hospitais da cidade<sup>368</sup>, especialmente no de Santo António<sup>369</sup>.

Do resto do país e das ilhas não há muitas informações; a ilha da Madeira raramente surge nas notícias do *Jornal do Porto* e os Açores surgem com mais frequência, mas de forma algo aleatória. Júlio Dinis procurou a Madeira para cuidar da sua saúde e do seu bem estar, pelo que é de realçar que o *Jornal do Porto* transcreveu uma notícia, de um diário estrangeiro<sup>370</sup>, onde se indica que os médicos italianos, ingleses, franceses e espanhóis, mandam os seus doentes para a Madeira para tratar problemas de tuberculose, devido ao seu clima que «é o mais benéfico para os tizicos»<sup>371</sup>.

O enterramento nos adros e no interior das igrejas foi prática corrente durante séculos. O século XIX e o liberalismo marcaram o fim dessa prática centenária. Foram surgindo cemitérios públicos, rodeados de muita polémica local com repercussão na imprensa. Com o *Jornal do Porto* podemos acompanhar a dificuldade de criação e utilização de cemitérios e pela publicação dos registos paroquiais é possível reconstituir o seu movimento, bem como dados sobre a mortalidade no Porto, segundo a idade, o sexo, estado civil e, por vezes, a profissão. Deixamos aqui apenas alguns exemplos, de entre os dados obtidos, realçando que este é um aspeto da vida quotidiana que merece a atenção da comunidade científica e ser devidamente estudado e desenvolvido. Em janeiro de 1861, havia no Porto, quatro cemitérios: Lapa, Repouso, Trindade, Carmo, S. Francisco. Algumas pessoas eram sepultadas «na freguesia», sem referência a cemitério. Entre 1859 e janeiro de 1861, havia apenas dois cemitérios públicos, o de Agramonte e o do Repouso. Por exemplo, em julho de 1859, no Porto, nos dois cemitérios públicos, de Agramonte e Repouso, foram sepultados 174 pessoas: 31 homens, 67 rapazes menores, 23 mulheres e 53 meninas<sup>372</sup>. Mas, em outubro, nos dois cemitérios públicos da cidade do Porto, *Prado do Repouzo e Agramonte*, foram

---

<sup>368</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 17 de maio de 1861. No Hospital Real de santo António, morreram naquela semana, 12 dos 443 internados; entraram 100 doentes e saíram 73.

<sup>369</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 23 de maio de 1861: Entre 15 e 20 de maio, entraram 118 doentes, morreram 7. Na cadeia morreu um.

<sup>370</sup> *Jornal do Porto*, 1 de março de 1861: Até aos ultimos tempos, os medicos italianos mandavão os seus doentes para Alexandria; os ingleses, para Malta; os franceses, para Niza; e os hispanhoís, para Murcia ou Malaga. Hoje, porém, tendo-se observado que o clima da ilha da Madeira é o mais benefico para os tizicos, tomou-se a resolução, ou adoptou-se o cosstume de mandar aquelles doentes para a referida ilha. (...).

<sup>371</sup> *Idem*.

<sup>372</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 8 de agosto de 1859.

sepultadas 272 pessoas<sup>373</sup>. Em dezembro de 1860, foram sepultados 157 pessoas: 26 homens, 42 rapazes menores, 40 mulheres e 49 meninas<sup>374</sup>. E no mês seguinte, janeiro de 1861, nos mesmos cemitérios foram sepultadas 165 pessoas: 35 homens, 51 rapazes menores, 3 mulheres e 46 meninas<sup>375</sup>.

A questão dos enterramentos nos cemitérios é controversa. No período em estudo no *Jornal do Porto*, verificamos que o diário foi acompanhando esta questão. Júlio Dinis também a aborda claramente em *A Morgadinha dos Canaviais*, em que, de forma dramática, a população se divide e quase acontece um motim<sup>376</sup> na ocasião do enterramento de Linda, a menina do recoveiro Cancela.<sup>377</sup> Na edição do *Jornal do Porto*, de 12 outubro 1859, noticia-se que Penafiel não tem cemitério público: «no anno do senhor de 1859, vinte e cinco annos depois que se proibiu os enterramentos nos templos, e se mandou construir os cemiterios, ainda uma terra tão importante como Penafiel esteja sem elle, e que um dos seus habitantes tenha de vir pela imprensa despertar a competente autoridade municipal, para que cuide de semelhante objecto.»<sup>378</sup> Esta notícia marca o início da ação do *Jornal do Porto* para o esclarecimento dos leitores e na defesa dos cemitérios<sup>379</sup>. A redação compara a questão dos cemitérios à do registo civil e pede que se mande que todas as juntas de freguesia tenham um cemitério da freguesia, para Portugal se poder equiparar ao «gremio das nações civilizadas da Europa»<sup>380</sup>. Suscitada pela notícia referente a Penafiel e perante a opinião da redação do diário portuense, junta-se ao debate um leitor de Braga que afirma que esta é a 3ª cidade do reino e é capital de distrito, mas também não tem cemitério, pelo que os enterramentos se fazem nas igrejas, para além de alguns que se fazem no cemitério particular do hospital de S. Marcus<sup>381</sup>. A redação do jornal acrescenta: *Braga, a theocratica, devia ser a primeira a reconhecer, a proclamar que os enterramentos no*

---

<sup>373</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 17 novembro de 1859.

<sup>374</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 12 janeiro de 1861.

<sup>375</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 14 de fevereiro de 1861.

<sup>376</sup> Aproxima-se Cancela, o recoveiro, o pai de Linda que ia a enterrar: « (...) e apressando ainda mais os passos achou-se, dentro em pouco, no lugar do motim. (...) A populaça alucinada ia talvez exercer algumas dessas irreflectidas violências, que tantas vezes maculam e desonram a causa do povo nas lutas em que ele toma parte.». Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.326.

<sup>377</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, cap. XXV, p.321/326.

<sup>378</sup> *Jornal do Porto*, 12 outubro 1859.

<sup>379</sup> *Idem*: «Já por vezes neste jornal nos temos referido a este interessante assumpto, mas não podemos deixar de mais uma vez o tocar (...). Está dito mil vezes, está provado e reconhecido, que os enterramentos nas igrejas, alem de mil outras razões, devem ser proibidos, porque são um desacato á religião. Está ordenada legalmente a sua proibição. Porque se não faz pois effectiva essa disposição da lei?»

<sup>380</sup> *Ibidem*.

<sup>381</sup> *Jornal do Porto*, 22 de outubro de 1859.

*templo são uma profanação, e a tratar de se apresentar ré de semelhante crime.»*<sup>382</sup>

Reconhecendo que em muitas terras não se cumpre a lei dos enterramentos nos cemitérios e que, onde se cumpre, o povo pede que se não cumpra porque muitos não cumprem, o diário pergunta: *«Perguntaremos ao governo: Ha de isto continuar assim? No que toca ao districto do Porto, perguntaremos ao sr governador civil: Ha de s.ex<sup>a</sup> consentir, que a sua administração seja neste ponto tão desleixada, como aquellas a quem succedeu?»*<sup>383</sup>. Por fim, defende-se a resolução da questão<sup>384</sup>. Mas, a questão não fica encerrada e em março de 1861, voltamos a encontrar este assunto nas páginas do *Jornal do Porto*: recorda-se o decreto de 21 de setembro de 1835, que estabelece os cemitérios, manda que em cada povoação se faça um cemitério público e define características dos terrenos a utilizar<sup>385</sup>. Reafirma-se que a lei não é cumprida, que poucas povoações muraram o cemitério, e só algumas os cercaram com sebe. Apesar dos 25 anos que decorreram desde a publicação da lei, uma *«grande parte das freguezias rurais, e, para maior escandalo, algumas tambem urbanas, sepultão ainda hoje os cadaveres dentro das igrejas!»*<sup>386</sup>. Para o diário portuense, o enterramento no interior das igrejas é:

*«Altamente condemnado pelas mais obvias indicações hygienicas, o uso d'enterrar os cadaveres no interior das igrejas não é menos condemnavel perante o acatamento devido ao templo do Deus-vivo, embora entendão outra couza os que, bradando contra as irreligiozas tendencias do espirito innovador, começam elles mesmos por adoptar uma innovação, já hoje velha, mas que nem por isso deixa de ser ulterior ás boas praticas dos antigos tempos do Christianismo.»*<sup>387</sup>

Esta obrigação das autoridades locais nem sempre é fácil, porque, por exemplo, vai ser preciso expropriar terrenos<sup>388</sup>. Também em junho de 1863, de Viseu, chega a

<sup>382</sup> *Idem.*

<sup>383</sup> *Jornal do Porto*, 30 de novembro de 1859.

<sup>384</sup> *Idem*: «O districto da segunda cidade do reino tem obrigação d'ir adiante dos que são propriamente provinciais. Faça-se pois alguma couza. (...) «Se os governadores civis quizerem, se os administradores de concelho quizerem, dentro de muito pouco tempo toda a parochia do reino terá o seu cemitério.».

<sup>385</sup> *Ibidem*: «Os cemiterios deverão ser situados fóra das povoações, e com a exposição mais conveniente á salubridade d'ellas.(...) «Os terrenos destinados para este effeito deverão ter a extensão sufficiente , a fim de que a sepultura em que fôr depositado um cadaver, não venha outra vez a ser aberta senão depois de 5 anos.» .

<sup>386</sup> *Ibidem.*

<sup>387</sup> *Jornal do Porto*, 11 de março de 1861.

<sup>388</sup> *Jornal do Porto*, 11 de março 1861: A Câmara Municipal de Viana do Castelo pediu autorização ao governo para proceder à expropriação de terras para os cemitérios: «(...) assim como para expropriar uma pequena parte da horta do mesmo convento, [convento de Santo António]a fim de alinhar o caminho que tem de servir para entrada do cemiterio, que ficará sendo pela parte do sul.».



notícia de um valioso donativo particular para a construção de um cemitério público<sup>389</sup>. O debate continuou, a lei não é cumprida, e para alguns, a urgência da criação de cemitérios públicos suscita a dádiva de donativos.

Um outro tema que aqui e ali vai surgindo neste periódico, é o da violência doméstica, com notícias ou relatos que nos mostram este aspeto da vida de homens e mulheres do Porto. Encontramo-la nas páginas do diário, em dois momentos distintos. Foi socialmente reprovada e motivo de prisão, havendo punição do abusador pela autoridade<sup>390</sup>. As cadeias e as penas de prisão são parte do sistema judicial, sendo que as penas a cumprir pelos condenados são reveladoras dos critérios político-filosóficos e religiosos subjacentes ao funcionamento dos tribunais. É o que vemos ser explicitado e defendido pela redação do *Jornal do Porto*, no artigo intitulado *Cadeia Cellular no Porto* dedicado as prisões e à sua função social, no presente e no passado, na «*infausta época em que a sociedade considerava o delinquente como uma fera abominável, como um monstro infernal (...)*»<sup>391</sup>. Sobre as condições de vida nas cadeias, o *Jornal do Porto*, afirma que as nossas prisões estão em «*mizerrimo estado*»<sup>392</sup> e pede a atenção do governo, a fim de que possam cumprir o fim a que se destinam<sup>393</sup>.

São vários os motivos invocados para dar pena de prisão: jogo, vadiagem, roubo, divagar de noite, falta de carta de residente<sup>394</sup>. A vida na cidade do Porto era um mosaico vivo, cheio de contradições e da diversidade com que se fazem as cidades. Se a riqueza do reino e a legislação liberal não acompanhavam as necessidades dos jovens, dos lavradores e dos habitantes do mundo rural, em meio urbano, os problemas económicos e sociais também eram muitos e constantes. O *Jornal do Porto*, qual tribuna livre e atenta, fazia eco constante de questões tão diversas como o asseio e a iluminação das ruas, as feiras, as festas, o ruído, a pobreza, a higiene. Na cidade, a vida cultural e mundana da burguesia não merecia a atenção quotidiana do diário portuense.

---

<sup>389</sup> *Jornal do Porto*, 1 de junho de 1863.

<sup>390</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 3 de novembro de 1862 - Um indivíduo estava a «*espancar sua mulher*» e ela gritava «*á voz d'el-rei*». Foi preso pela guarda do Aljube, mas resistiu «*contra o soldado que o prendeu*»; Cf. *Jornal do Porto*, 21 de novembro de 1862 - Relata o noticiário: Ontem à noite, ouviu-se um pedido de socorro, a polícia apareceu e «*prendeu um homem que espancava cruelmente uma mulher e uma criança*».

<sup>391</sup> *Jornal do Porto*, 9 de junho de 1859.

<sup>392</sup> *Ibidem*.

<sup>393</sup> *Ibidem*: «*A philozophia christã vê no criminoso (...) um desgraçado que é preciso consolar com o balsamo suave e esclarecer com a viva luz da religião, com o intento de reconduzirá-lo ao caminho da probidade e da virtude, de que se transviou (...) O que conseguintemente importa, o que convém á personalidade social, é varrer do coração do criminoso os sentimentos vis e abjectos, que o abysmarão na voragem da ignominia, e fazel-o idolatrar de novo a probidade e a virtude que elle olvidou.*»

<sup>394</sup> *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1859.

Como já referimos anteriormente, no período em estudo, o Porto e toda a região norte do reino, contribuíram com muitos milhares de rapazes, homens e mulheres para a emigração. Este pode ser um dado que nos conduza à pobreza portuense. Não era uma região industrializada, mas o Douro era uma fonte de riqueza, a navegação fluvial e marítima permitiam um elevado rendimento com as atividades de importação e exportação. Os ingleses adotaram o Douro e a produção vinícola. Júlio Dinis é descendente de emigrantes britânicos e a colónia inglesa no Porto era numerosa e abastada. Mas, a questão da pobreza e da assistência aos pobres teria uma grande visibilidade, seria uma grande preocupação e teria a dimensão típica das regiões agrícolas de minifúndio e das urbes ribeirinhas.

A comunidade local e a colónia portuguesa no Brasil revelaram uma forte preocupação com os pobres, os órfãos, as viúvas, os doentes, os mendigos, sendo frequentes as subscrições, os donativos e os legados para os pobres e para as instituições de solidariedade social. A caridade é então considerada uma virtude cristã<sup>395</sup>. Na edição de 5 de janeiro de 1861, noticia-se que Sua Majestade se deslocou ao Porto, para a inauguração da Exposição Industrial de 1861 e que «*para comemorar a real visita*», a « *direcção da Associação dos ourives do Porto*» promoveu uma subscrição «*em favor dos orphãos e viuvas e dos ourives (feitores) necessitados*»<sup>396</sup>. As comunidades locais organizam-se para cuidar dos mais desprotegidos: a assistência à pobreza e a questão dos expostos, é um assunto presente no quotidiano da cidade<sup>397</sup>. Mas, também se mobilizam para proteger os desempregados como é noticiado sobre a angariação de 724\$000 rs na freguesia de S. Nicolau, a favor dos «*miseros operarios, que se acham sem trabalho*»<sup>398</sup>.

Não foi esta a cidade do Porto que Júlio Dinis nos apresentou. O quotidiano das personagens e dos ambientes que nos retrata do Porto são burgueses, muito restritivos, no que respeita à vida da cidade e dos seus cidadãos, suas conquistas, dificuldades e particularidades. O pai de Cecília tem um vencimento que lhe permite ter criada em casa. Em casa de Jenny, os problemas dos criados são prontamente resolvidos ou atenuados e a jovem ajuda a pobreza que também existe na comunidade inglesa. Mr Richard lê os jornais ingleses, fala mal português, não intervém na vida política da

---

<sup>395</sup> *Jornal do Porto*, 26 de novembro de 1862, artigo de abertura intitulado *A caridade legal e os economistas*.

<sup>396</sup> *Jornal do Porto*, 5 de janeiro de 1861.

<sup>397</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 5 de novembro de 1862: A comissão da sopa económica do 1º bairro apresenta no jornal as contas da receita e da despesa da sopa distribuída aos *operários fabricantes* do seu bairro.

<sup>398</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 5 de novembro de 1862.

cidade. Só Carlos conhece o outro Porto, mas através da sua vida de boémio. Seguindo Carmen Abreu, defendemos que na sua descrição das famílias do Porto, a «*simplicidade e peculiar capacidade de harmonização que, com reconhecida inteligência, o escritor aplicava às estratégias narrativas dos seus romances, sem que por tal deixasse de apontar o dedo às mais variadas e perturbantes situações sociais.*»<sup>399</sup> Vemos Jenny prestar assistência à viúva pobre e dar assistência aos seus criados e recordamos Manuel Quintino a percorrer as ruas da cidade, descrevendo a falta de elementos de urbanização. E continua Carmen Abreu: «*assim, é também nossa plena convicção que a simplicidade das estratégias narrativas dinisianas é apenas aparente, para a qual contribui o extraordinário balanceamento dos contrários que o escritor sabe aplicar aos episódios, os quais vão sendo adoçados com a afável realização dos valores fundamentais.*»<sup>400</sup> Se para Carmen Abreu, «*Júlio Dinis intervém de maneira arrojada*»<sup>401</sup>, podemos acrescentar que, o nosso escritor intervém de forma pedagógica<sup>402</sup>, com um aparente otimismo<sup>403</sup> e sem criar personagens intrinsecamente más, como já referimos, preferindo os finais felizes, conhecendo a realidade da pobreza, da doença, do analfabetismo, do isolamento, da emigração.

Em 1861, na aproximação à semana santa, na edição de 26 de março, no *Jornal do Porto* fala-se dos mendigos «*esses infelizes, que, segundo se dizia, tinham sido recolhidos no asylo de mendicidade*», mas voltaram a aparecer nas ruas da cidade. O jornal chama a atenção da autoridade para a semana santa que se aproxima, sendo previsível que aumente o número de mendigos às portas das igrejas com «*scenas, que tão incommodas são*». Os mendigos andam pelas ruas, procuram as portas das igrejas. As autoridades devem estar atentas, diz o *Jornal do Porto*, porque quem «*desejar*

---

<sup>399</sup> Carmen Abreu, *Júlio Dinis - representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, ob. cit., p.42.

<sup>400</sup> *Idem.*

<sup>401</sup> *Ibidem.*

<sup>402</sup> *Ibidem*: «*Afirmado o progresso económico no decorrer do século XIX, para Júlio Dinis esse progresso material teria que ser acompanhado por um novo paradigma de pensamento a instalar-se na mentalidade social, permitindo que as relações entre as pessoas se adequassem às novas fórmulas do desenvolvimento emergente, nas quais o respeito pelo outro era a grande prioridade. Júlio Dinis não está nunca a desfavor do progresso. Bem pelo contrário. Tendo recebido uma educação de constituição puritana, o desenvolvimento que o trabalho proporciona ao povo do país só poderia ser por ele muito aplaudido. Só que esse progresso teria, obrigatoriamente, que estar submetido ao abrigo dos códigos da honra e do respeito, mais duas chaves basilares do pensamento dinisiano.*» Cf. Carmen Abreu, ob. cit., p.44

<sup>403</sup> *Ibidem*: «*Do aparente optimismo dinisiano, de facto, só lhe reconhecemos a aparência, já que os seus textos estão rasgados por uma vigorosa força metamorfoseadora capaz de transformar o ócio em trabalho, a ruína em prosperidade, o guarda-livros em gerente, o dono das terras em empresário, o orgulho em deferência, o preconceito em imparcialidade. Impunha-se aproximar os homens e as classes sociais que até então se escudavam nos pergaminhos da aristocracia e no conforto da burguesia, indiferentes à capacidade regeneradora do povo (...)*». Cf. Carmen Abreu, ob. cit., p.44

socorrer a indigência, não precisa encontrá-la por esses locais, pouco próprios para espetáculos de tal ordem»<sup>404</sup>. Na verdade, as autoridades estavam atentas pelo que na semana santa foram retirados «cento e tantos mendigos»<sup>405</sup> das ruas e colocados três dias no asilo da mendicidade, onde foram alimentados. Os asilos são alvo de frequentes visitas<sup>406</sup>, esmolas<sup>407</sup>, subsídios<sup>408</sup>, donativos<sup>409</sup>, e legados<sup>410</sup>, muitos dos quais são noticiados no *Jornal do Porto*. Realizam-se espetáculos em benefício dos asilos e dos asilados<sup>411</sup>. A criatividade é imensa e são frequentemente noticiadas diferentes formas de beneficiar os asilos de mendicidade e quem precisa<sup>412</sup>. Em junho de 1863 as visitas e as ofertas são muitas pelo que a direção do asilo informa que «poderá em breve recolher todos os mendigos que vagueam nas ruas do Porto»<sup>413</sup>.

Mas, já antes, em 1862, em reconhecimento do seu papel, o provedor do asilo de mendicidade da cidade, é nomeado barão, «pelos relevantes serviços prestados á humanidade desvalida»<sup>414</sup>. Mais tarde, em 1863, encontramos no *Jornal do Porto*, um

<sup>404</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 26 de março de 1861.

<sup>405</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de abril de 1861.

<sup>406</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 21 de maio de 1861. O sr Mendes Oliveira e a sua esposa visitaram o asilo de mendicidade do Porto e «depois de percorrerem todo o estabelecimento, satisfeitos com o bom arranjo em que acharão tudo» deixaram donativo de 30\$000 rs para o asilo e mandaram que se distribuisse «um tostão a cada azylado, que serão em numero de 158».

<sup>407</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 3 de abril de 1861. Asilo de mendicidade do Porto recebeu uma visita e uma esmola de 50\$000 reis «para ajuda da sustentação dos azylados»; para «gasto dos mendigos alli recolhidos» foram oferecidos 14 arrateis de tabaco em pó.

<sup>408</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 6 de abril de 1861. O sr Chamiço distribuiu o subsídio que recebeu «durante a última sessão legislativa» pelo asilo das raparigas abandonadas e pelo asilo de mendicidade e destinou outra parte à compra dos hábitos dos irmãos pobres da Ordem Terceira de S. Francisco.

<sup>409</sup> *Jornal do Porto*, 5 de fevereiro de 1862. Um casal deixou em testamento donativos a vários estabelecimentos pios: ao hospital da Misericórdia, ao asylo de mendicidade, ao asylo de primeira infancia, às raparigas abandonadas, às meninas desamparadas, aos lázaros, às lazaras, às entrevadas, às velhas invalidas, às velhas do largo do Camarão».

<sup>410</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 9 de março de 1861. O asilo de mendicidade do Porto recebeu como legado um donativo de 1:000\$000rs com juro de 3 p.c; recebeu também uma outra esmola de 50\$000 rs.

<sup>411</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 25 de fevereiro de 1862: houve espectáculo no Asilo Portuense de Mendicidade, em benefício dos pobres azylados, considerando-se que são «sempre recommendaveis os beneficios que se fazem em prol da pobreza», que «é reconhecida a necessidade de se proteger a indigência» e que «aos portuense nunca escasseou o sentimento da caridade, nem o fervoroso desejo de bem-fazer».

<sup>412</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 3 de maio de 1861: em maio de 1861, o *Jornal do Porto* sob o título de Convite, publicita um aviso que lhe foi pedido que publicasse: «O reverendissimo snr. abbade da Sé, Henrique da Silva Barboza, convida pela imprensa todas as pobres orfãs de pai e mãe, de idade de mais de 14 annos, e que sejam da sua freguezia» a que se candidatem a um «sorteio de cinco dotes de 500\$000 reis cada um (...) conforme as disposições testamentarias do falecido snr. Joaquim Jozé de Campos». Cf. *Jornal do Porto*, 15 de junho de 1863: O asilo de mendicidade recebe donativos e esmolas de diversa origem e com diversa motivação: um anónimo entregou esmola ao diretor do asilo de mendicidade e um senhor, identificado, ofereceu 4\$500 rs «para suffragar a alma de seu fallecido irmão»; D. Anna Germana de Lima Braga ofereceu a «esmola de 11\$500 rs e mandou celebrar na capella do mesmo Azylo missa de requiem, com o fim de suffragar a alma de seu esposo»; cf. *Jornal do Porto*, 20 de junho de 1863: A D. Maria Roza de Jesus ofereceu esmola «para que os azylados tivessem um jantar mais distincto do regulamento, o que foi cumprido fielmente», cf. *Jornal do Porto*, 22 de junho de 1863.

<sup>413</sup> *Idem*.

<sup>414</sup> *Jornal do Porto*, 14 de abril de 1862.

elogio ao barão de Nova Cintra,<sup>415</sup> e à cidade e às suas instituições de apoio e caridade<sup>416</sup>. A cidade do Porto é elogiada assim como as suas instituições de apoio à caridade. Outro exemplo desta solidariedade constitui a notícia dada, a 11 de julho de 1863: o jornal informa que houve um incêndio na casa do asilo das raparigas abandonadas, e que «*Varios cavalheiros offereceram logo suas casas para receberem as pobres raparigas, que foram reunir-se a casa do snr conde da Lapa, que lhes fez o melhor e mais benevolo acolhimento, e d'alli foram transportadas para o governo civil onde estão*»<sup>417</sup>.

Por outro lado, e em simultâneo, o Estado começa a manifestar a sua faceta de estado protetor e a sua função social de solidariedade social, de proteção aos mais desprotegidos. *A caridade legal e os economistas*, artigo de abertura do *Jornal do Porto*, de 26 de novembro de 1862, informa-nos que os velhos e os pobres precisam que o Estado tenha um hospital para os socorrer, se caírem doentes, e asilos para a velhice. Mas, avisa o articulista, se assim for, muitos deixam de ser providentes e passam a gozar as alegrias e comodidades do presente. Acrescenta que, em Inglaterra, com os socorros nas paróquias, tem aumentado o número de indigentes e que o mesmo fenómeno se tem verificado noutros países. A caridade é apresentada como uma virtude cristã e «*uma inspiração natural de toda a alma bem formada*», mas, acrescenta o redator, se a caridade deve ser consoladora, não deve fomentar a ociosidade<sup>418</sup>.

Se a pobreza, a orfandade, o desemprego, a viuvez, a doença e qualquer outra forma de falta de proteção são motivos para a prática da caridade e para o desenvolvimento de atitudes de solidariedade, dentro da comunidade e pelos serviços

---

<sup>415</sup> *Jornal do Porto*, 16 de julho de 1863: um elogio ao barão de Nova Cintra, o *brasileiro*, capitalista, o emigrante retornado, porque decidiu regenerar o asilo de mendicidade, nobilitou o seu título e mostrou ser digno da fortuna que adquiriu. Mas, não é tudo, o barão vai criar um asilo para a infância desvalida e um estabelecimento de artes e ofícios para «*receber os falsos mendigos e menores vadios, que existem no Porto e o infestam e envergonham*».

<sup>416</sup> *Idem*: um elogio à cidade e às suas instituições de apoio e caridade apesar de ainda haver «*os mendigos que a todos os cantos d'ella rogam e mortificam os transeuntes, ou que nos portaes de todas as cazas entoam vozes supplicantes appellando para a caridade dos moradores, e os vadios de menor idade que infestam as ruas, salteando os que as percorrem e habitam*».

<sup>417</sup> *Jornal do Porto*, 11 de julho de 1863, notícia transcrita do jornal *A Revolução de Setembro*. De seguida, foi criada uma comissão de socorros, porque a casa tinha poucos recursos. Este é um exemplo de solidariedade da comunidade local e envolve um apelo da imprensa à generosidade pública, para que com caridade se socorra estas meninas desprotegidas, abandonadas.

<sup>418</sup> *Jornal do Porto*, 26 de novembro de 1862, artigo de primeira página, intitulado *A caridade legal e os economistas*. o redator apresenta a falta de trabalho como a razão que deixa muitas famílias na miséria mas, avisa que a caridade deve ser «*consoladora da desgraça e não fomentadora da ociosidade, respeitadora do laço da solidariedade, sem quebrar todavia o da responsabilidade individual*». E fica uma pergunta para o leitor: «*Com que instituição e de que modo pode o estado conseguir o seu fim, respeito á beneficência publica?*».

do Estado, o problema da exposição de recém nascidos também surge como um assunto premente. Como reiteradamente temos evidenciado, o *Jornal do Porto* intervém, emite opinião, procura ser palco de exemplos e de soluções, sem deixar de regularmente apresentar notícias e expor os números da roda de expostos, no Porto e pela região norte. O tema suscita viva discussão. O retrato que o diário faz revela que não se demite da sua função denunciadora e pedagógica, faz da roda dos expostos um tema recorrente<sup>419</sup>, apontando a necessidade de que o problema seja resolvido<sup>420</sup>. Da problemática das crianças abandonadas e expostas faz parte a sempre difícil questão das amas: a 1 de junho de 1859, o diário portuense noticia que uma ama de leite, Mariana Roza, é presa a pedido da roda dos expostos, «*pelo facto de apresentar uma exposta que criava, n'um lamentavel estado de doença*»<sup>421</sup>. A vereação da Câmara, na sessão de 20 de dezembro de 1860<sup>422</sup>, debruça-se sobre este assunto, frequentemente tratado no *Jornal do Porto*: a proteção das crianças desvalidas, através do pagamento às amas dos expostos e os subsídios às mulheres pobres. No início de janeiro de 1861, o administrador do distrito escreve um extenso relatório que se reveste de importância especial por ser escrito por um responsável, uma autoridade no distrito, em que diz que conhece a administração das rodas, que não verifica necessidade de alterar a gestão da administração da roda dos expostos do Porto, que concorda com a sua centralização, mas não defende o sistema; chama-lhe «*perniciosa instituição, que mais parece inventada para estimular a libertinagem e o vicio, do que para proteger e amparar a fragilidade*»<sup>423</sup>. Informa que durante todo o ano de 1860 não houve infanticídios, que houve 31 abandonados «*sem virem acompanhados de circunstancias, que possam fazer suspeitar que a falta das rodas seja a causa explicativa d'elles*»<sup>424</sup>. O administrador do distrito não concorda com mais rodas no distrito mas também diz que acha que ainda não as podem reduzir a uma só. E dá conhecimento à junta distrital que foi pago o

---

<sup>419</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de junho de 1861: recolheram à roda dos expostos três recém nascidos abandonados: «*ante hontem, no portal da caza n.º 47, do largo dos Loyos, duas creanças recém nascidas dentro d'uma canastra*» e «*hontem apareceu mais uma menina na caza n.º 58 da rua do Correio. Foram todas recolhidas á roda dos expostos*». A redação conclui que lhe parece já não ser preciso mais reflexões sobre o assunto.

<sup>420</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 16 de março de 1863: uma criança recém nascida, uma menina, aparece abandonada e já morta na rua. A polícia toma conta da ocorrência e quem passa deixa esmola para comprar uma mortalha para cobrir a bebé: «*As esmolos reunidas montaram a 850 rs.; mas como se não effetuasse a compra da mortalha, foi pago o transporte do cadaver com parte d'aquella quantia, e a restante reverteu em favor dos operarios sem trabalho*».

<sup>421</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de junho de 1859.

<sup>422</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 5 de janeiro de 1861.

<sup>423</sup> *Jornal do Porto*, 2 de janeiro de 1861.

<sup>424</sup> *Idem*.

salário às amas e os subsídios às mulheres solteiras – com dificuldade porque as câmaras municipais não têm entregue a sua coleta. As dificuldades de pagamento fazem com que haja dificuldade em ter boas amas, «*que cuidem com desvelo e carinho*» as criancinhas que lhes são entregues<sup>425</sup>. Em 1859-60 houve mais expostos que em 1858-59, talvez devido «*a maior carestia dos alimentos, ou negligencia da parte das autoridades que teem a seu cargo as intimações*»<sup>426</sup>. Afirma que o tema merece a atenção das autoridades, dado que os montantes gastos são elevados e que o problema deveria ter uma solução diferente e definitiva, que controlasse o aparecimento de expostos e o recurso à roda<sup>427</sup>, embora considere que o problema é complexo e tem uma abrangência social muito vasta<sup>428</sup>.

Em 1863, o diário portuense faz várias primeiras páginas com o título *Expostos* (I, II, III, IV, V). O assunto é atual e o debate urgente; há correntes opostas na análise do problema e nas soluções - uns pensam só na criança abandonada e na obra de caridade que se pratica, outros optariam por reprimir, proibir as rodas, fechar os hospícios de enjeitados, mas «*(...) Há de pois haver sempre expostos, e essas creaturas não hão de morrer á mingua sobre a via publica; é preciso que haja quem os recolha, quem os alimente, quem os vista e quem os eduque (...) é preciso tomar conta d'elle immediatamente, aleital-o, cubril-o, e educal-o*»<sup>429</sup>. Na discussão pública, há que ter em conta as várias realidades das mulheres e das famílias, afirma o redator, porque se se procura a mãe, expõe-se a mulher e ofende-se o pudor<sup>430</sup>. O *Jornal do Porto* procura mais uma vez e também neste assunto, intervir e criar opinião<sup>431</sup> entre os seus leitores. Neste contexto, a caridade é apresentada como a mais sublime das virtudes,

---

<sup>425</sup> *Ibidem*.

<sup>426</sup> *Ibidem*.

<sup>427</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 26 de novembro de 1862: «*Quem não sabe também como as rodas dos expostos tem em toda a parte contribuido para augmentar a depravação dos costumes e os encargos publicos, sendo que a mortalidade n'estes estabelecimentos se tem apresentado com um character assustador?*».

<sup>428</sup> *Idem*: «*Não pode o estado realisando e reformando o pensamento e fundação de S. Vicente de Paulo prevenir e evitar que a mulher honesta ou denuncie a primeira falta, ou ao dar á luz o fructo dos seus amores imprudentes suffoque e recalque no peito os mais fortes instinctos, os mais intimos sentimentos, matando o filho para salvar a honra?*».

<sup>429</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 7 de agosto de 1863, artigo de abertura, intitulado *Expostos I*.

<sup>430</sup> *Idem*: «*(...) O verdadeiro enjeitado, o que foi abandonado por seu pai e por sua mãe, de modo a não poderem ser estes descobertos, não póde deixar de ser considerado filho da sociedade no meio da qual appareceu repudiado e desherdado, e como tal deve ser adoptado por ella. (...) Assim, pensam com efeito uns (...)*».

<sup>431</sup> *Ibidem*: «*Os expostos são a consequencia da vergonha, da devassidão, do egoismo e da miseria; e a especie humana há de por felicidade d'ella ser sempre dotada de vergonha (...); nunca deixará d'haver expostos (...) é uma das consequencias das paixões naturaes do homem, que hão-se sempre ser superiores a elle. (...) Nunca pois deixará d'haver pais e mães, que por algum d'esses motivos sejam arrastados a abandonar os filhos; nunca deixará d'haver expostos.*».

mas no que diz respeito aos expostos, o redator considera que se pode deixar de identificar as causas e procurar os meios de as controlar, apelando aos sentimentos do dever e aos laços de família<sup>432</sup>. Mas, os números apresentados no relatório da comissão especial são alarmantes: Temos 1 exposto por cada 109 habitantes, isto é, temos 1 exposto por cada 13 nascimentos; a mortalidade entre os expostos é de 80% e a despesa com eles é avultadíssima. Logo no dia 11 de agosto, o redator afirma que dificultar a exposição é promover o infanticídio, promover as rodas é promover a exposição, sobrecarregando os cofres públicos e contribuindo para a desmoralização da sociedade, mas defende que «*Não há duvida pois que a roda, ou a facilidade na aceitação dos expostos, aumenta prodigiosamente a exposição.*» E continua: «*A ocasião faz o ladrão. A mulher honesta, tendo quem lhe tome conta do fructo das suas fragilidades, só terá a conter-se diante da cólera da família e dos respeitos humanos, que n'este caso serão mais facilmente, evitada a primeira e atendidos os segundos, porque lhe basta encobrir a gravidez e o parto.*»<sup>433</sup>

É preciso cuidar dos expostos e educá-los, para que sejam úteis à sociedade, mas então como se deve abordar o problema na legislação: persegue-se os autores da exposição? a sociedade deve ser indulgente com eles? deixa-se o exposto na orfandade ou procura-se pai e mãe? ou procura-se só a mãe? E conclui que infanticídios não aumentam, quando se diminui a repressão da exposição<sup>434</sup>. O *Jornal do Porto*, perseguindo o seu objetivo, uns dias depois, volta ao assunto e propõe para reflexão outro aspeto do problema: o facto de os expostos trazerem à sociedade grandes encargos e despesas aos cofres públicos<sup>435</sup>. O problema, no entanto, para além destes aspetos, apresenta outros contornos: não se trata de um problema de um grupo social mais ou menos identificado e marginal, é uma facilidade, um serviço utilizado por

---

<sup>432</sup> *Ibidem*: afirma o redator que, se se adopta, o exposto sem dificuldade, «*se promove indirecta mas grandemente a exposição das creanças, se relaxa o sentimento do dever e os laços da família, se transforma a caridade em incitamento á perversão de costumes, e se offende a moral publica. (...) É por que não é de certo facil conciliar as duas necessidades.*».

<sup>433</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 11 de agosto, artigo de abertura: *Expostos II*.

<sup>434</sup> *Idem*: «*dados estatísticos em França concordam com os que fornecem os respectivos estabelecimentos em Portugal*», que a «*existencia das rodas e dos hospícios d'engeitados, isto é, a aceitação não dificultada das crianças expostas, aumenta extraordinariamente o seu numero*».

<sup>435</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 24 de agosto de 1863: «*os cuidados, trabalhos e despesas com a exposição serão um fardo horrivel para o estado*». Procura defender e demonstrar que «*(...) o facilitar a exposição aumenta extraordinariamente o numero dos expostos, não diminue o numero dos infanticídios, e torna demasiado rara por parte dos pais a adopção dos filhos do amor não legitimado pelo sacramento do matrimonio.*». Por outro lado, continuando a usar dados estatísticos, traz para a discussão o relatório que fez a comissão especial que o governo nomeou, onde se diz que «*a junta geral do districto de Lisboa assevera, que a terça parte dos expostos do respectivo districto são filhos legitimos! (...) ha todas as presunções de que nos outros districtos do reino mais ou menos de lançam filhos legitimos na roda, e na do Porto é-se levado a crer que eles não deixam d'abundar*».



famílias, da classe industrial, com poucos filhos, um constante e pequeno número de filhos, mas também por famílias que os fazem passar pela roda, sem eles lá ficarem, para receberem a prestação de aleitamento e criação: «*Sabemos que em algumas partes gente aliás abastada é tida em conta de passar filhos pela roda, sem eles até lá entrarem, e receber a prestação d'aleitamento e criação. (...) Sabemos, que muitas mulheres cazadas pobres lançam os filhos á roda, tomando precauções para os reconhecer, e depois vão tomal-os como amas.*»<sup>436</sup> O problema é antigo e nacional. Pelo país repetem-se as descrições de excesso de crianças e de falta de amas nas rodas<sup>437</sup>.

As amas têm dificuldade em receber os seus salários, constantemente atrasados, mas as autoridades municipais e distritais, considerando os salários das amas<sup>438</sup> e a alimentação das crianças, discutem a disponibilização de verbas<sup>439</sup>. Em outubro de 1862, um ofício da Câmara Municipal informa o governador civil e a Junta geral do distrito que desde maio «*se sentia na administração da roda falta absoluta d'amas tanto internas com externas, resultando d'ahi accumulações de crianças e excessiva mortandade (...)*»<sup>440</sup>; é preciso contratar mais amas para a roda dos expostos do Porto, mas a Câmara Municipal não tem poder para o fazer. Em resposta, o governador civil pergunta à Câmara qual seria o salário aceitável. A esta séria dificuldade, associam-se as doenças<sup>441</sup> e a mortalidade que entre os expostos é elevadíssima. Mas, entre os problemas a exigir solução, há também a disparidade de tratamento às amas: em fevereiro de 1863, em Penafiel, verifica-se que há cada vez há menos amas externas dispostas a vir buscar crianças, por falta de pagamento e porque

---

<sup>436</sup> *Ibidem*.

<sup>437</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 14 de fevereiro de 1862. Em carta datada de 12 de janeiro, o correspondente de Coimbra do *Jornal do Porto*, expõe a situação das crianças da roda da cidade, começando por dizer que já não é a primeira vez que o faz e que volta ao assunto porque «*não podemos todavia ficar silenciosos hoje diante da deshumanidade com que são tratados os infelizes, que os paes abandonaram, e que o estado diz adoptar como filhos seus*». Isto é, o diário portuense apresenta mais uma vez aos leitores a «*triste sorte dos expostos da roda desta cidade*»: «*na roda tem estado 8 amas incumbidas da sustentação de 500 creanças (...)*». «*Está por tanto o estabelecimento da roda convertido em matadouro publico, onde cada obito importa um infanticidio (...)*».

<sup>438</sup> *Jornal do Porto*, 24 de outubro de 1862. Informação sobre a sessão de 25 de setembro da vereação do Município do Porto - Sente-se falta de amas na roda, desde maio: «*falta absoluta d'amas tanto internas como externas, resultando d'ahi accumulações de crianças e excessiva mortandade*».

<sup>439</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 31 de março de 1863: noticia-se que no 24º dia da sessão da junta distrital do distrito do Porto, em 30 de março de 1863, se discutiu sobre verbas para os expostos, da roda do Porto e de Penafiel.

<sup>440</sup> *Jornal do Porto*, 22 de outubro de 1862.

<sup>441</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 9 de fevereiro de 1863: em Penafiel surgem cerca de 60 expostos por mês, mas metade morre; são muitas crianças, mal alimentadas, com poucas amas e há o problema das oftalmias que deixam as crianças cegas, quando não, também as amas que, se ficam cegas, vão mendigar porque são despedidas e abandonadas.

vão buscar crianças à roda do Porto que paga sem atrasos. De Lamego, em abril, o correspondente informa que os baixos ordenados das amas externas, fazem aumentar a mortandade dos expostos porque as amas internas têm de alimentar 5 ou 6 crianças<sup>442</sup>, porque a Câmara da Régua paga salário mais alto às amas. E é assim, que os expostos continuam a merecer a atenção e a reflexão da redação do *Jornal do Porto*, no verão de 1863 e, julgamos poder acrescentar, também os seus leitores acompanham com interesse a discussão pública que o tema merece.

O *Jornal do Porto* vai continuar a apresentar causas para a exposição de crianças. Uma das causas é a honra das famílias<sup>443</sup> e da mulher honesta, que se deixou arrastar ao amor impuro e sem a roda não pode evitar a vergonha<sup>444</sup>; outra causa é a miséria das mães que tendo de trabalhar para poder comer, não podem cuidar dos filhos.<sup>445</sup> Para terminar esta campanha de esclarecimento e de discussão pública sobre as rodas dos expostos, em *Expostos V*<sup>446</sup>, o *Jornal do Porto* chama as juntas de paróquia para a solução, sugerindo que devem cuidar dos que precisem de uma família adotiva e defende que os pais devem ser chamados a colaborar na criação dos filhos ilegítimos, perguntando: Se assim fosse os homens seriam mais cumpridores dos costumes?<sup>447</sup> E pergunta-se ainda:

*«Quantos homens casados, se tivessem a certeza de que os obrigavam a reconhecer os filhos naturaes, recuariam diante dos amores impuros a fim de não prejudicar os filhos legítimos?»*

*Quantos homens solteiros saberiam melhor conter o ímpeto de suas paixões amorosas, se tivessem a certeza de que supportariam as legítimas consequências d'ellas?»*

*Quantos homens pouco abastados se não conteriam diante da ideia das dificuldades que lhes acarreteria a criação e educação dos filhos, a que seriam obrigados?»*<sup>448</sup>

<sup>442</sup> *Jornal do Porto*, 22 de abril de 1863.

<sup>443</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 12 de setembro de 1863: As famílias abastadas conseguem disfarçar as gravidezes encobertas e resolver o problema e que em Lisboa e no Porto há muitos médicos e parteiras que guardam segredos de muitas famílias.

<sup>444</sup> *Idem*: «Não deverá haver caridade com as fragilidades da mulher, que Deus formou tão sensível e afetuosa, se essas fragilidades decorrem em parte da sua mesma natureza?».

<sup>445</sup> *Ibidem*: «Entre as causas de exposição mencionamos nós a miséria dos paes, coisa muito real infelizmente, e essa miséria ha de continuar a existir; e que fará a mãe, que devendo trabalhar para alimentar-se, não pode por isso cuidar do filho, se não tiver quem a socorra, visto que não tem a roda onde lançá-lo? Que fará a mãe pobre, que tendo podido expôr o filho, é descoberta e alem de ser castigada, será obrigada a tomar conta d'elle?».

<sup>446</sup> *Jornal do Porto*, 30 de setembro de 1863.

<sup>447</sup> *Idem*: «(...) se tivesse quasi certeza, de que o fructo do amor illegitimo teria de ser reconhecido e adoptado, e que sendo-se pai se teria quasi forçosamente de suportar os encargos da paternidade, não teriamos razão para esperar que o homem se limitaria mais aos amores puros, que se guardaria mais castidade, que se melhorariam os costumes, etc.?»

<sup>448</sup> *Ibidem*.

Mas, e as mulheres? também mudariam os seus comportamentos? «*E muitas mulheres não seriam também mais fortes diante da sedução dos homens, se tivessem a quasi certeza, de que não poderiam evitar o cumprimento dos deveres da maternidade?*»<sup>449</sup> De 1859 a 1863, podemos verificar nas páginas do diário portuense, que muitas ocorrências semelhantes agitaram a vida de muitas famílias portuguesas<sup>450</sup>. Fizeram-se muitos debates, escreveram-se muitas reflexões e as autoridades fizeram muitas contas. Mas, em 1863, o problema persistia, continuava grave, a legislação ainda não conseguia acompanhar as necessidades urgentes, nem as autoridades civis e religiosas conseguiam intervir no sentido da prevenção destas situações. Muitos expostos continuavam a morrer, muitas mulheres morreram, muitas famílias conseguiram ocultar as gravidezes que, diziam, desonravam as suas filhas. A mudança de costumes tardava e as mentalidades mantinham as mulheres reféns da moral tradicional e as crianças vítimas de uma sociedade, em que a proteção do Estado e a solidariedade dos particulares não conseguiam acorrer a todas as necessidades.

### 3.2.3 Júlio Dinis - cenas da vida no Porto

«(...) ainda que sem grande complicação de enredo,  
o romance há-de agradar aos leitores,  
que a cada momento estarão vendo no livro reflexos de si próprios,  
de seus pensamentos, de suas paixões  
e avivando memórias de passados episódios da sua vida»<sup>451</sup>.

Ao utilizar no subtítulo de *Uma Família Inglesa* a designação *cenas da vida do Porto* e não *cenas da vida no Porto*, o nosso escritor procurava distinguir o particular do geral: o Porto de uns não seria, certamente, o Porto de outros. A diversidade seria a matriz do retrato do Porto. Natural do Porto, Júlio Dinis, por via materna, estaria

<sup>449</sup> *Jornal do Porto*, 30 de setembro de 1863.

<sup>450</sup> Salientamos um artigo de correspondente de Braga, de 1859, onde um episódio de infanticídio e de violência sobre a mulher que acabava de dar à luz, dão origem a uma reflexão sobre os expostos e a roda, salientando-se que «*não é só este facto, mas muitos que a miúdo se repetem (...)*», sendo que o recém nascido exposto recebe abrigo na roda, mas a mãe, se for descoberta, quem a abriga e ampara? «*As rodas seriam um grande beneficio publico, se o serviço d'ellas estivesse organizado de modo conforme com o seu fim caritativo, moralizador, e humano*» Cf. *Jornal do Porto*, 30 de setembro de 1863.

<sup>451</sup> Júlio Dinis «Ideias que me ocorrem», Funchal, novembro 1869, p. 544.

familiarizado com o tema do comércio externo, ligado ao vinho do Porto e com Inglaterra e com as questões da imigração inglesa em Portugal. Seu pai era um portuense, de ascendência rural owarens, e provavelmente tinha familiares emigrados no Brasil. Júlio Dinis nasceu e cresceu no Porto e arredores, entre o Porto e Grijó. Da sua relação com a família materna pouco sabemos.

*Uma Família Inglesa, Cenas da vida do Porto*, é um romance que percorre algumas das ruas da cidade e retrata duas famílias tipicamente portuenses e urbanas: a família de Carlos e de Cecília. Charles, filho de inglês e de capitalista, órfão de mãe; Cecília, também órfã de mãe, filha de Manuel Quintino, o dedicado empregado de escritório do senhor inglês. Uma só cidade, duas ruas tão próximas e tão distantes, duas famílias tão próximas e tão distantes. A uni-las estão duas jovens, tão diferentes e tão próximas. E fez-se uma ponte a unir as duas famílias. Só não nos é dado conhecer o amanhã, que foi cuidadosamente preparado por Jenny, a jovem que ao longo do enredo vemos dedicar os seus dias ao governo da casa, à costura e aos bordados. E, principalmente, à gestão de afetos e conflitos no lar, entre pai e filho, como afirma Antónia, no retrato pouco simpático que faz de Carlos: «*Em casa anda tudo a ferver por causa daquele menino. Não fala com o pai, a irmã passa um martírio com ele*»<sup>452</sup>.

O romance é escrito em 1862, antes de *As Pupilas do Senhor Reitor*, que, no entanto, será publicado em primeiro lugar. Segundo Ana Rita Navarro, esta foi a obra que Júlio Dinis «*mais longamente amadureceu, onde melhor exercitou a capacidade de introspecção e de análise psicológica*»<sup>453</sup>. A ação decorre em 1855 e o autor, pelas palavras do narrador, qual jornalista ou amigo em diálogo com o leitor, a propósito das características dos bairros portuenses, divide a cidade em três zonas<sup>454</sup>, mais ou menos delimitadas: O bairro oriental, com palacetes «*é principalmente brasileiro, por mais procurado pelos capitalistas que recolhem da América*»<sup>455</sup>, o bairro ocidental, o inglês<sup>456</sup>, onde predomina a «*arquitectura desprestenciosa mas elegante*»<sup>457</sup> e o bairro

---

<sup>452</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 257.

<sup>453</sup> Ana Rita Navarro, «Da ficção literária à representação cinematográfica: imagens e estereótipos de uma realidade», *ob. cit.*, p. 108.

<sup>454</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 46 «*Esta nossa cidade – seja dito para aquelas pessoas que porventura a conhecem menos – divide-se em três regiões, distintas por fisionomias particulares.*».

<sup>455</sup> *Idem*, p. 46: caracterizado pela presença de lojas, balcões, escritórios, «*a casa de muitas janelas e extensas varandas, as crueldades arquitectónicas, a que se sujeitam velhos casarões com o intento de modernizar (...).*».

<sup>456</sup> *Ibidem*, p. 47: «*Predomina a casa pintada de verde-escuro, de roxo-terra (...) – Arquitectura desprestenciosa, mas elegante; (...). Ninguém pelas janelas. Nas ruas encontra-se com frequência uma inglesa de cachos e um bando de crianças de cabelos louros e de babeiros brancos.*».

<sup>457</sup> *Ibidem*, p. 47.

central, que é «o portuense propriamente dito»<sup>458</sup>, com «ruas ameaçadas de procissões, e as mais propensas a lama; aquelas onde mais se compra e vende; onde mais se trabalha de dia, onde mais se dorme de noite»<sup>459</sup>. É neste bairro central, o mais portuense, que mais se respira o passado, porque «Há ainda neste bairro muitos ares do velho burgo do Bispo, não obstante as aparências modernas que revestiu»<sup>460</sup>. Na descrição dos bairros, há um momento em que a reflexão se sobrepõe à ficção e o escritor afirma que nesta divisão da cidade em bairros com características próprias e estanques, até há excepções: «(...) numerosas excepções, hoje mais numerosas ainda do que então, em 1855»<sup>461</sup>. O hoje aqui referido é o tempo presente, o tempo em que escreve, isto é, 1862.

*Uma Família Inglesa, cenas da vida do Porto*, constituem um retrato da vida portuense, especialmente dedicado à colónia inglesa e ao ambiente de negócios, com Mr Richard Whitestone, ainda e sempre fleumático e genuinamente inglês. O tipo inglês a quem Júlio Dinis caracteriza como mais jovial do que parece, pois que segundo ele «Tom Jones e o próprio Falstaff são tipos mais ingleses talvez do que uns sombrios caracteres que Byron pôs à moda»<sup>462</sup>. Mr Richard pertence às famílias inglesas que frequentam a Feitoria Inglesa do Porto, cujo edifício foi construído entre 1785 e 1790<sup>463</sup>, estando ainda hoje em atividade e sendo apresentada no contexto do Centro Histórico do Porto Património Mundial como «um símbolo vivo da continuidade da presença Britânica na cidade e no comércio do Vinho do Porto (...) a última “associação de mercadores” ingleses, de tantas que foram criadas por todo o mundo». Como refere Carmen Abreu, o facto de esta narrativa partir do quadro social da cidade do Porto, permite fazer «desfilar toda a galeria do tecido social da urbe: os comerciantes, directores de bancos e companhias comerciais, empregados de escritório (onde se incluem os segundos caixeiros, os praticantes de escritório, os cobradores), despachantes, correctores e agentes de casas estrangeiras, guarda-livros, carrejões, moços de escritório, toda uma encruzilhada de actividades entre as quais se contavam ainda capitalistas e barões»<sup>464</sup>, com sede na Rua dos Ingleses. Concordamos com a autora, quando reconhece na figura de Mr Whitestone o «gosto requintado de herança

---

<sup>458</sup> *Ibidem*, p. 46.

<sup>459</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>460</sup> *Ibidem*.

<sup>461</sup> *Ibidem*, p. 48.

<sup>462</sup> *Ibidem*, p.13.

<sup>463</sup> Cf. <http://www.portopatrimoniomundial.com/feitoria-inglesa.html>, disponível em 08/03/2017.

<sup>464</sup> Cf. Carmen Abreu, *ob.cit.*, p. 417.

*ainda aristocrática, mas com o qual, no entanto, o seu desempenho de comerciante não lhe permite ir além do refinamento em privado»*<sup>465</sup>. No Porto, Mr Whitestone era o emigrante inglês, empreendedor, bem sucedido e respeitado pela comunidade inglesa e entre capitalistas e comerciantes portuenses.

A residência da família Whitestone é no bairro de Cedofeita: o «leitor, que é do Porto, quase me dispensa de dizer-lhe que era o bairro de Cedofeita aquele onde a família Whitestone vivia.»<sup>466</sup> Este súbdito de sua majestade, a rainha Vitória, o «velho comerciante»<sup>467</sup> que era bem querido no Porto, frequentava os negócios da Europa e da América e com «especialidade nos vastos empórios da Grã-Bretanha»<sup>468</sup>. Era um investidor que arriscava «capitais, a inaugurar companhias, a plantar novos ramos de comércio, a auxiliar indústrias nascentes, aventurando assim proveitosos exemplos, para serem seguidos depois, já com melhores garantias de lucros, por seus colegas (...)»<sup>469</sup>. Hábil nos negócios<sup>470</sup>, passava por entre as crises, «essas destruidoras tempestades tão frequentes na vida do comércio, tinham passado por cima da Casa Whitestone, respeitando-a»<sup>471</sup>. Para além dos prazeres da mesa e da companhia dos seus amigos ingleses, quem o queria encontrar tinha de ir à Praça, nome dado à Rua dos Ingleses, lugar por excelência para os negócios e escritórios de empresas, o «principal centro de transacções do alto comércio portuense»<sup>472</sup>. Neste retrato do inglês que assobiava distraidamente o hino nacional, *God save de queen*, que era um «verdadeiro inglês, da velha Inglaterra»<sup>473</sup>, ficamos a saber que «esvaziava copos» de ceveja, «cálices de porto»<sup>474</sup> e madeira, de rum, de cognac, de Kummel, de gingerbeer, e até de absinto»<sup>475</sup>.

Mas, se Mr Withestone é um comerciante, também é um imigrante. Um imigrante em Portugal e que lê o *Times*. Um emigrante inglês e sobre eles, os emigrantes ingleses, em Portugal, é Júlio Dinis, o escritor quem fala das invejas que o

---

<sup>465</sup> *Idem*.

<sup>466</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 46.

<sup>467</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>468</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>469</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>470</sup> *Ibidem*, p. 245: entre os negócios de Mr Richard está o negócio da lã que vende para Liverpool.

<sup>471</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>472</sup> *Ibidem*, p. 1.

<sup>473</sup> *Ibidem*, p. 256 - a vizinha de Jenny, conhecida de Antónia, a criada de Cecília, considera que Mr Richard «é assim meio maníaco, mas afinal não é mau sujeito, não. Tem suas venetas, como quase todos os ingleses ...mas...».

<sup>474</sup> *Ibidem*, p. 15: «o genuíno Port'wine – esse néctar, cujo aroma, ainda mais que os da nossa atmosfera, é grato às pituitárias inglesas».

<sup>475</sup> *Ibidem*, p. 11.

sucesso de alguns despertava nos seus compatriotas: «*Nos tipos ingleses, que as ondas do oceano arrojam todos os dias às nossas praias, é este fenómeno [inveja] mais vulgar do que porventura se pensa*»<sup>476</sup>. Ele sabia. Ele conhecia o meio social em que circulavam e viviam os ingleses no Porto e conhecia os seus hábitos, não só no vestir<sup>477</sup>, como também à mesa, onde não podiam faltar as ostras e não só<sup>478</sup>.

É com ironia que Júlio Dinis, conhecedor de elementos da vida privada e social entre a comunidade inglesa do Porto, nos diz que o inglês, Mr Richard Whitestone, ainda não adotara os hábitos portuenses. Apesar das duas décadas de vida diária na cidade, continuava inflexível, em relação aos «*hábitos de vida peninsular, contra os quais antes reagia sempre com a inteira inflexibilidade de suas fibras britânicas*» e sendo também contra a gramática portuguesa<sup>479</sup>: as «*combinações gramaticais de Mr Richard, ao falar a nossa língua, saíam marcadas de um verdadeiro cunho britânico (...)*». Com ele, «*as regras mais triviais de regência e de concordância eram por ele atropeladas com uma frieza de ânimo, com uma fleuma, com uma impassibilidade, somente comparáveis às de um membro do Jockey-Club, ao passar com o cavalo por cima do corpo de algum transeunte inofensivo ou competidor derrubado na arena*»<sup>480</sup>. Para reforçar a caracterização que faz da personalidade de Mr Whitestone, o narrador cita Alexandre Herculano manifestando concordar com ele: «*Não desmentia Mr Richard a asserção do autor das Lendas e Narrativas, quando afirma que sempre que um inglês, em casos desesperados, recorre a algum idioma*

---

<sup>476</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>477</sup> Ibidem, p. 14. Mr Whitestone usava: «*Um pequeno fraque de pano azul, fabricado nas melhores oficinas de Yorkshire ou do West of England; as calças, curtas e estreitas, dentro das quais as descarnadas tíbias (...); a botas esguias e compridas, onde a elegância era sacrificada à robustez; gravata e colete alvíssimos, como os de um lord do Parlamento e, de Inverno, vestidura completa de guta-percha que, nestas épocas utilitárias e prosaicas, veio substituir as impenetráveis armaduras da Idade Média (...) o chapéu, aquele chapéu de forma invariável, (...) cujo molde clássico dá a um grupo de ingleses um aspecto que é só deles, (...) pois desperta lembranças das chaminés, que ouriçam o panorama das suas mais manufactureiras cidades*».

<sup>478</sup> Ibidem, p. 57: «*«mercado do Porto a custo pode satisfazer às exigências dos numerosos malacozoófagos da colónia inglesa, entre os quais Mr Whitestone ocupava lugar eminente. O roast beef à inglesa ou o fiambre, a mostarda, as batatas, a bolacha, a cerveja, o queijo de consistência pastosa forneciam também elementos para estes lanchs acomodados á robustez daquele estômago saxónio, descendente dos que ainda no quinto século da era cristã eram antropófagos (...)*»

<sup>479</sup> Ibidem, p. 16: «*Mas os sorrisos que lhe valiam as atrocidades praticadas por ele nas gramáticas estrangeiras, esses sofria-os com impassível indiferença e não sei até se com certos vislumbres de orgulho e regozijo*».

<sup>480</sup> Ibidem, p. 15: «*Transparecia de alguma sorte nas orações do seu discurso o crédito liberal de um verdadeiro cidadão de Londres. O espírito conciliador e ordeiro, o constitucionalismo arreigado naquele ânimo inglês, (...)*».

*estranho, nunca o faz sem o torcer, estafar e mutilar com toda a barbaridade de um verdadeiro Kimbri.»*<sup>481</sup>

Mr Richard mantinha o amor pela pátria e pelos seus patrícios; gostava de trautear uma canção que era *«um canto de animação aos numerosos bandos de emigrados, que de todos os pontos da Grã-Bretanha partem a cruzar os mares à procura da riqueza, e, sem lágrimas, se despedem do berço natal, que todavia amam com fervor»*<sup>482</sup>. Nessa canção, Mr Richard sentia o elogio ao génio dos emigrantes ingleses, esses que, como ele, sonhando alto, saiam do torrão pátrio em busca da fortuna que o reino lhes negava, *«esses argonautas do comércio»: «(...) a riqueza recompensa o trabalho honrado (...). Aqui temos fadigas e pouco a recompensá-las: além a abundância sorrirá às nossas penas (...)»*<sup>483</sup>.

Transparece neste romance a crítica à colónia inglesa que se mantém fechada, não integrada na vida da cidade, reagindo contra e desvalorizando os hábitos locais, valorizando a mãe pátria, os seus heróis, a coragem de quem sai em busca de fortuna, repetindo aqui hábitos e festas, a gastronomia, vivendo no seu bairro, no seu jardim, na sua casa. Mas, Júlio Dinis introduz Carlos na família inglesa: o filho do inglês, cresceu e criou-se no Porto e, se da Grã-Bretanha tinha a força de vontade, a pertinácia, o estoicismo e algumas excentricidades, já representava a 2ª geração de ingleses na cidade e por isso da península tinha o entusiasmo, a imaginação, a impetuosidade de sentimentos<sup>484</sup>. Carlos é apresentado como um jovem *«algum tanto estouvado (...) liberal até à prodigalidade(...) Inglês pelo sangue, meridional pelo clima (...) tinha um carácter que se ressentia desta, de alguma sorte, nacionalidade»*<sup>485</sup>. Neste romance de Júlio Dinis a figura do emigrante português, o brasileiro, não é notada, a não ser através da imagem do capitalista brasileiro<sup>486</sup> a quem Carlos dá o braço, na Praça, na Rua dos Ingleses, na terça feira de carnaval, querendo fazer -se notar, entre os capitalistas para agradar a seu pai e mostrar que estava informado sobre a vida financeira da Praça. Na perspectiva de Carmen Abreu, neste romance dinisiano encontramos o *«relacionamento do sujeito com os vários núcleos sociais em que está envolvido, e vice-versa, influenciando reciprocamente os comportamentos psicológicos*

---

<sup>481</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>482</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>483</sup> *Ibidem*, p. 59.

<sup>484</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 19.

<sup>485</sup> *Idem*.

<sup>486</sup> *Ibidem*, p. 85.



– *do indivíduo, ou do colectivo*»<sup>487</sup>, o que nos conduz para a construção da personagem de Carlos, o filho Charles de Mr Whitestone, cujo comportamento revela a sua adaptação social e cultural à vida familiar e à sociedade portuense, sem esquecermos o seu grupo de amigos e convivas do Águia d'Ouro<sup>488</sup>. No entanto, este não é o único romance de Júlio Dinis em que o comportamento do jovem protagonista oferece ao autor a oportunidade para mostrar esse outro lado perturbador ou boémio na sociedade portuguesa. Logo em *Justiça de Sua Majestade*, acompanhámos o jovem militar Rialva e o velho major Clemente, cujas ações perturbaram a ordem social local, a felicidade familiar e o futuro das meninas na família de José Urbano<sup>489</sup>. Se recordarmos Daniel, de *As Pupilas do Senhor Reitor*, sabemos que desde cedo o Senhor Reitor considerou que seria má decisão enviá-lo para Coimbra e que estaria melhor no Porto, onde teria uns parentes para o a vigiarem<sup>490</sup>. Em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Maurício e os jovens primos de Jorge, entre as caçadas e as bebedeiras, perturbavam a paz na aldeia, lamentando-se o regedor Clemente da falta de apoio superior para pôr fim aos seus atos<sup>491</sup>.

Por sua vez, Jenny desempenha de forma serena, o seu papel de cuidadora, da jovem mulher da casa, e em casa. É alguém que parece ter estado sempre, naquele lugar, naquela posição de filha e de irmã mais velha, em substituição do papel da mulher esposa e mãe. Jenny, a jovem inglesa, reproduzindo o tipo da mulher inglesa no Porto, estava a fazer o enxoval para uma criança bebé «*cuja família pobre era socorrida por a bondosa menina*»<sup>492</sup>, seguindo um ritual, uma tradição familiar que poderia não ser a da sua família, mas era certamente uma tradição da velha aristocracia inglesa. Como já afirmámos anteriormente, Júlio Dinis criou personagens e personagens-tipo cujo modo de ser e de estar muitas vezes estava conforme o que era esperado, como também refere Carmen Abreu, quando realça a «*tendência para a conformidade entre as personagens, geralmente coadjuvada por inflexões ao enredo para repensar as mais variadas problemáticas, ora complementares, ora acessórias à intriga, associadas ainda às*

<sup>487</sup> Carmen Abreu, *ob.cit.*, p. 424.

<sup>488</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, cap. II. pp. 24-46.

<sup>489</sup> Cf. Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, pp.33 e 84.

<sup>490</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 39: «*Para Coimbra? ... Eu sei? ... Homem, a falar verdade, semente desta em Coimbra, é para dar frutos por aí além. Para o Porto, onde ele possa estar sob as vistas dos parentes que lá tens*».

<sup>491</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, pp.118 e seguintes.

<sup>492</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 93.

*descrições de cenários narrativos, sem excessos, mas capazmente elaboradas ao ponto de confrontar o leitor com temperadas propostas da realidade quotidiana*<sup>493</sup>.

Júlio Dinis apresenta Jenny como uma jovem inglesa de estatura esbelta, «*sem os requebros lânguidos das nossas elegantes, a fronte pura e de gracioso modelo, coroada por um diadema de formosos e desadornados cabelos louros, o olhar entre afável e melancólico, a voz meigamente sonora e cadenciada, tudo, enfim, de modo inexplicável, como variadas frases da misteriosa linguagem da beleza (...)*»<sup>494</sup>. Acrescenta o escritor que esta figura feminina de ascendência inglesa, tem um caráter «*tão alheio a fraquezas mundanas, que mais se dissera angélico*»<sup>495</sup>.

Jenny, é a irmã que não adormecia enquanto o irmão não entrasse em casa, que continuamente o desculpava diante do pai austero. Jenny, a figura feminina, discreta, e a presença constante na casa, como mulher, jovem e culta, jovem e responsável, jovem, mas cumprindo a sua função de dona de casa e de mãe na família, cuidando do sossego de Carlos e do bem estar do pai<sup>496</sup>, por exemplo, inspecionando os preparativos do seu *lunch*<sup>497</sup>. Ao pai assegura a tranquilidade e a Carlos permite e justifica as loucuras da juventude. Mas, sob o olhar atento da vizinha Antónia, amiga da empregada de Cecília, a filha de Manuel Quintino, Mr Whitestone e Jenny são caracterizados segundo o estereótipo do inglês, da colónia inglesa do Porto: Mr Whitestone é «*assim meio maníaco, mas afinal não é mau sujeito, não. Tem suas venetas, como quase todos os ingleses ...mas...*»<sup>498</sup>; Jenny é «*uma boa menina, isso é; muito amiga da pobreza. Esquisita como todas as inglesas, mas no mais ... Olhe que desde que somos vizinhas, ainda não teve uma palavra que me dissesse! À janela ninguém a vê, e quando passa por aqui faz-me uma cortesia muito séria e mais nada*»<sup>499</sup>; E Carlos, esse, merece-lhe pouco cuidado nas palavras<sup>500</sup>.

---

<sup>493</sup> Carmen Abreu, *O filtro doutrinário e a liberdade criadora. Que tipo de censura nos romances de Júlio Dinis?*, ob.cit., p.4.

<sup>494</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 17.

<sup>495</sup> *Idem*, p. 18.

<sup>496</sup> «*todas as estratégias deste escritor se encontram apoiadas num lastro moralizante, o que favorece e organiza uma atmosfera de permanente estado de bem-estar e acalmia, que é ainda ilustradora da ânsia de justiça social, porventura na moldura filosófica da herança platónica.(...) verifica-se assim que existe uma técnica discursiva de raiz defensiva na textura das ficções de Júlio Dinis. A arte dinisiana, capaz de remodelar a ordem social e cultural, as crenças e comportamentos do indivíduo e da sociedade, aparelha-se ainda do efeito de detalhe aplicado ao trato psicológico das personagens, geralmente transmitido ao leitor de feição emotiva.* » Cf. Carmen Abreu, ob. cit., pp. 4-5.

<sup>497</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 49.

<sup>498</sup> *Ibidem*, p. 256.

<sup>499</sup> *Ibidem*.

<sup>500</sup> *Ibidem*, p. 257: «*estroina assim não há! Recolhe-se a casa lá por altas horas da noite. Dorme até ao meio-dia.(...) Ele joga, ele fuma, ele passa a vida nos botequins e nos teatros, ele bebe, ele anda sempre*

Mais uma vez, agora em relação à protagonista feminina, podemos afirmar que Júlio Dinis utiliza nas suas figuras femininas o modelo de mulher da sua época: a jovem que costura, que borda, que lê romances, que cuida do bem-estar da família, que educa os filhos, que se preocupa com os doentes e os pobres, assumindo um papel assistencialista, numa sociedade desprovida de instituições suficientes para acorrer às necessidades das famílias - como fomos demonstrando através do testemunho obtido nas páginas do *Jornal do Porto*. Jenny cuida dos pobres<sup>501</sup>, como Margarida e Clara cuidam dos pobres e do velho mestre<sup>502</sup>. A educação das meninas e a função social da mulher é uma preocupação política no Portugal Liberal. Júlio Dinis, na sua obra, valoriza a sua educação e a sua presença na sociedade. É com o seu pseudónimo feminino, Diana de Aveleda, que Carmen Abreu apelida de heterónimo do escritor<sup>503</sup>, que vemos o nosso escritor assumir de forma mais clara a sua ideologia feminista. No artigo *Diana de Aveleda, uma cidadã esclarecida no século XIX*,<sup>504</sup> Carmen Abreu sublinha o pensamento e a capacidade argumentativa de Diana de Aveleda, num momento histórico, em que se assinalam «importantes mudanças estruturais da sociedade feminina»<sup>505</sup>. A autora afirma que surgiram novas formas de pensar e modos de estar e que a escrita de cartas, como fez Diana de Aveleda, foi aparentemente uma ação cultural e social inócua, mas que contribuiu para o aparecimento de «rasgos de liberdade até então desconhecidos»<sup>506</sup>. Também as protagonistas dinisianas de alguma forma buscam a emancipação, dentro do espírito epocal, porque «a ânsia de liberdade organizava o pilar do pensamento feminino do século XIX, liberdade social que não conhecia (...)»<sup>507</sup>.

A ação decorre em pleno inverno. É no carnaval que tem origem a trama que vai alterar o percurso de vida das personagens e das duas famílias, que se vão interligar pelo casamento de Carlos e Cecília. No carnaval, Carlos diverte-se com os amigos e Cecília com as amigas, no mesmo baile. Entretanto, Jenny permaneceu no lar. Cecília,

---

*com más companhias. (...) Disse-me a Susana, que ainda é minha prima, e que esteve lá a servir oito dias, que aquilo é uma pouca-vergonha. (...) Dizia o Luís, que foi muito tempo criado dele, que eram tantas as cartas que recebia de diferentes, que era uma coisa por maior! (...) Diz que aí com uma comediante de teatro gastou ele contos de réis ao pai. Até o velho quis mandá-lo para Inglaterra.».*

<sup>501</sup> *Ibidem*, p. 79.

<sup>502</sup> <sup>502</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.311.

<sup>503</sup> Cf. Carmen Abreu, «Diana de Aveleda, uma cidadã esclarecida no século XIX», in *Dunas*, ano XVII, nº 17, novembro de 2017, p. 23

<sup>504</sup> *Idem*, pp.11-24.

<sup>505</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>506</sup> *Ibidem*.

<sup>507</sup> *Ibidem*.

como era Cecília, a filha de Manuel Quintino, o guarda livros de Mr Richard, homem de 55 anos, viúvo, que vivia com um conforto já considerado significativo? O narrador apresenta-a:

*«Não se podia, pois, repetimos, dizer Cecília apaixonada como uma italiana, pensativa como uma alemã, séria como uma inglesa, lânguida como uma espanhola, coquette como uma francesa, porque de nenhum desses tipos se aproximava; era verdadeiramente portuguesa e, para caracterizar estes, só conheço uma frase, de que talvez o leitor se vá rir, mas pela qual eu tenho inexplicável predilecção. (...). Se ao leitor suceder o mesmo, conceberá o tipo de Cecília depois de eu a pronunciar»<sup>508</sup>.*

Cecília, tímida, e portuense, *«era o que naturalmente a todos ocorre chamar – uma pobre rapariga. (...) quando de qualquer mulher, que não conheço, oiço dizer que é - uma pobre rapariga – não sei porque a imagino bela, bela de beleza nacional e com um coração ... como o coração de Cecília.»<sup>509</sup>* E ao contrário de Jenny que reúne em si os elementos próprios da personalidade e da aparência aristocrática, Cecília, a jovem portuense, apresenta-se de feição burguesa: *«não tinha nada do tipo aristocrático; nisso era ela ainda genuinamente do Porto, cidade cujo principal título de glória é o ter, em épocas em que a nobreza era tudo, previsto que podia prescindir dela para se engrandecer.»<sup>510</sup>* Se dúvidas houvesse sobre para onde pendia o coração do nosso narrador, ele próprio encontra palavras para definir o tipo de mulher burguesa, a que mais convém ao Porto:

*«Rodeia-se de mais poesia aos meus olhos a rapariga burguesa, e sem aspirações a deixar de sê-lo, (...) a costura, a simples, a modesta costura, útil e abençoada aplicação da agulha feminina, agrada-me bem mais do que as bonitas futilidades do, reputado mais nobre, trabalho de bastidor; a mulher, que a si própria se penteia, acho-a mais merecedora da contemplação do artista, do que a indolente que reclinada em uma poltrona e folheando o jornal de modas, entrega a sua cabeça às mãos de uma criada ou de um cabeleireiro. Esta, a ser copiada, basta-lhe por tela... um leque ou uma estampa de cartonagem.»<sup>511</sup>*

---

<sup>508</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 118.

<sup>509</sup> *Idem*, p. 118.

<sup>510</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>511</sup> *Ibidem*.

A educação das raparigas é um tema político e social que preenche páginas dos periódicos e ocupa os parlamentares, para além de ser um capítulo com despesa crescente no orçamento do Estado e das autarquias, como já frisámos no capítulo anterior. Como refere Ana Rita Navarro, na escrita dinisiana, «*detrás de uma aparente simplicidade discursiva e ingenuidade temática e ideológica, deparamo-nos, todavia, com um romancista convicto das ideias estéticas e literárias que professou e que, com lucidez rara para a época, enunciou de forma clara e inequívoca*»<sup>512</sup>. Em todos os seus romances e também nalguns dos seus contos<sup>513</sup> se encontra a importância da educação de rapazes e raparigas. Aqui, tal como em todos os romances rurais que Júlio Dinis, escreverá a seguir, assistimos ao elogio da jovem mulher que lê, borda e costura. E é também a propósito da educação de Cecília que ficamos a saber que o pai se empenhou «*em dar-lhe uma educação esmerada*»<sup>514</sup>, tendo tido aulas com uma mestra, a mesma que educou as vizinhas, as filhas do major Matos<sup>515</sup>. Daí lhe veio «*o espírito económico e a inteligente administração*»<sup>516</sup> na gestão da vida doméstica, em casa do pai, dotes valorizados no contexto social, económico e cultural português. Encontramos na casa de Manuel Quintino mais um exemplo do retrato do quotidiano português que Júlio Dinis se propôs fixar na sua obra. Como também sublinha Ana Rita Navarro: «*É a vida comum que retrata na rotina do dia a dia, quer no campo, quer na cidade, mas são, fundamentalmente, os sentimentos que movem as mesmas personagens, os aspectos que verdadeiramente lhe importam e que veicula através da sua sensibilidade delicada.*»<sup>517</sup> Concluindo a autora que o «*caminho para um novo tipo de ficção estava por conseguinte aberto, aproximando-se a literatura, através da sua intencionalidade mimética, cada vez mais, do tratamento do homem e da sociedade*»<sup>518</sup>, pois que o romance de Júlio Dinis se apresenta «*como o testemunho de uma época, uma visão particular da política, da sociedade, da cultura e, também, da economia do seu tempo.*»<sup>519</sup>

---

<sup>512</sup> Ana Rita Soveral Padeira Navarro, *Da personagem romanesca à personagem fílmica: as pupilas do senhor reitor*, ob. cit., p. 11. A investigadora salienta ainda que os «*ideais por que o romancista se bate são também os do homem comum da época em que viveu. A vida no último quartel do século XIX transparece em larga medida nos ambientes, nos acontecimentos e nas personagens que recriou.*».

<sup>513</sup> Atentemos na educação da menina bracarense Maria Clementina, em *Justiça de Sua Majestade* ou da leiteirinha Paulina e do jovem herdeiro Tomás, em *As Apreensões de uma mãe*.

<sup>514</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 129.

<sup>515</sup> *Idem*, p. 123.

<sup>516</sup> *Ibidem*, p. 129.

<sup>517</sup> Ana Rita Soveral Padeira Navarro, ob. cit., p. 11.

<sup>518</sup> *Idem*.

<sup>519</sup> *Ibidem*.

Estamos no carnaval. Como era vivido o carnaval no Porto? Através das páginas do *Jornal do Porto*, podemos verificar que o carnaval era uma fase do ano em que os bailes de máscaras animavam as festas particulares, os salões e os teatros, enquanto que alguns mascarados animavam as ruas. A política já era tema de muitas máscaras, nos teatros e salões e na rua. Para caracterizar o carnaval no Porto, é interessante o relato da festa e da vida noturna que nos é dado por Júlio Dinis, situando a descrição no carnaval de 1855, com o grande movimento de gente e os longos jantares de rapazes, na *Águia d'Ouro*, «a anciã das nossas casas de pasto, a velha confidente de quase todos os segredos políticos, particulares e artísticos desta terra; alguma coisa havia nesta modesta casa amarela do Largo da Batalha, que desviava para lá os olhares de quem passava»<sup>520</sup>. O prato da casa era «a humilde costeleta, principal troféu culinário da casa» e o movimento de preparação começava cedo e era intenso: «os criados subiam e desciam azafamados as escadas, cruzavam-se ou abalroavam-se nos corredores, (...)»<sup>521</sup>.

É no *Água d'Ouro* que vamos encontrar Carlos e os seus amigos<sup>522</sup>, um grupo de jovens do Porto, que são a sua companhia habitual: um jovem padre, jornalistas, um estudante de medicina, um oficial do exército, um capitalista, um escritor - um grupo heterogéneo indo «até à classe dos encostados, verdadeiros mártires da moda, até ao analfabeto «cujas sandices são saudadas com gargalhadas, que ninguém procura reprimir na presença dele próprio»<sup>523</sup>. Pertencem à sociedade elegante da cidade. Falam de Garrett e de vários outros escritores<sup>524</sup>, como Xavier de Maistre, Stern, Victor Hugo, Lamartine, Child Harold ou de Emile Augier, e ainda dos que regularmente ocupam a seção *Folhetim* nos periódicos portuenses<sup>525</sup>, como Alexandre Dumas Filho<sup>526</sup> e Ponsard<sup>527</sup>. Falam dos dotes das meninas, entre as quais está a «filha do Viegas, daquele brasileiro que comprou a quinta do Pedroso»<sup>528</sup>.

Ao animado jantar de muitas horas, segue-se a ida aos bailes, aos bailes de máscaras, uma das festas de carnaval. Jenny, que não frequenta os locais de animação

---

<sup>520</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>521</sup> *Ibidem*, p. 25.

<sup>522</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>523</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>524</sup> *Ibidem*, p. 35.

<sup>525</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1859-1863.

<sup>526</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 39. Cf. *Jornal do Porto*, edição de 14 de junho ou de 11 de julho de 1859.

<sup>527</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 39. Cf. *Jornal do Porto*, edição de 28 de novembro ou de 28 de dezembro de 1861, ou de 18 de fevereiro de 1862.

<sup>528</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 38.

da cidade e muito menos no carnaval, recrimina o entusiasmo e a azáfama noturna daqueles dias, trocando com o irmão o seguinte diálogo: - «*Muito divertidos devem ser esses bailes de máscaras para assim te atraírem, Charles!*»<sup>529</sup>, ao que ele responde: - «*Enganas-te, Jenny; são insípidos, mas... Tu não podes entender isto, que não obstante é exacto ... são insípidos, mas irresistíveis ao mesmo tempo.*»<sup>530</sup>

E Júlio Dinis, considerando que para gozar o carnaval do Porto é preciso fazer o que todos fazem, dispensa-se de narrar a festa do baile de carnaval no salão do teatro S. João, concluindo que: «*O leitor, que todos os anos costuma saturar-se de fastio ali também, com boa vontade me dispensará de o constranger a repetir mais uma outra vez a operação, recordando essas horas de insipidez a que se sujeita (...)*»<sup>531</sup> Pois, foi no meio das festas de carnaval que Carlos e Cecília se encontraram. Cecília, a quem podemos chamar uma das protagonistas do romance, a jovem que «*era um modelo da beleza portuguesa, e portuense talvez, nas mais felizes realizações*»<sup>532</sup>, frequenta a casa de Mr Whitestone e parece ser a única jovem com quem Jenny convive, num convívio também ele muito fleumático, cheio de meias palavras, onde falta o sem-cerimónia característico do convívio entre amigos. Vemos Carlos convivendo com os seus amigos, jantando animadamente, mas não vemos Jenny ter o desejo ou o direito de sair e de se divertir, de conviver e rir. Já Cecília tem umas amigas que gostam de dançar e de rir e a quem os pais permitem essas liberdades. Já anteriormente nos referimos ao perfil da mulher portuguesa representado nas personagens femininas de Júlio Dinis. Recordemos o contraste entre as irmãs Margarida e Clara, o que, sinceramente preocupava o Senhor Reitor que procurou em Margarida aliada e ajudante na educação e na moldagem da personalidade, alegre e algo leviana da irmã.<sup>533</sup>

Júlio Dinis, tal como noutros momentos, ao longo da sua obra, defende a beleza das mulheres portuguesas<sup>534</sup>. E esta não é a última vez, no romance, que o escritor usa a sua prosa para tecer uma consideração ou adiantar uma explicação para tal forma de ser: «*A causa disto é nós sermos uma nação pequena e pouco à moda,*

---

<sup>529</sup> *Idem*, p.70.

<sup>530</sup> *Ibidem*.

<sup>531</sup> *Ibidem*, p. 45.

<sup>532</sup> *Ibidem*, p. 113.

<sup>533</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, cap. XXVIII, p. 201; cap. XXXVI, p. 265.

<sup>534</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 113: «*É costume entre nós, quando se quer exaltar, no conceito dos leitores, a beleza de uma mulher, classificá-la entre as espanholas, entre as italianas, entre as alemãs, e entre as inglesas, mas nunca entre as nossas compatriotas que sofrem, há muitos anos, com sublime resignação de mártires, esta velha e flagrante injustiça. (...) o que eu ainda não ouvi, é: - Que simpática rapariga! É uma portuguesa perfeita!*».

*acanhada e bisonha, nesta grande e luzida sociedade europeia, (...)»*<sup>535</sup>. Segundo o narrador de *Uma família Inglesa*, nós, os portugueses, damo-nos «já por muito lisonjeados quando os estrangeiros se deixam benevolmente admirar por nós»<sup>536</sup>. É do provincianismo português que o escritor aqui faz eco, quando nos apresenta o *seu* português<sup>537</sup>. Recordemos que ele, o narrador, e ele, Júlio Dinis, apenas conhecem a sociedade europeia através da literatura e da comunidade estrangeira no Porto, uma vez que o escritor nunca viajou para fora do país. Sobre o que são as suas viagens, o escritor escreve, no Funchal, em março 1870: «*As viagens, esse sonho dourado que tanto seduz a imaginação da mocidade, ansiosa como a ave prisioneira, por alargar horizontes e bater as asas em demanda de climas novos, transforma-se em amarga proscricção, sempre que as empreendemos, forçados por uma triste necessidade e partimos levando o espírito assombrado por uma ideia, ou antes, por um pressentimento doloroso.*»<sup>538</sup> Entre os seus personagens, salientemos os que viajaram pela Europa: José Urbano, homem que emigrou para o Brasil e, depois, andou quatro anos pela Europa, antes de regressar a Braga<sup>539</sup>; Gabriela, a baronesa viúva<sup>540</sup>, bem como o fidalgo D. Luís na sua vida de diplomata<sup>541</sup>, que seu filho Maurício pretende seguir<sup>542</sup>.

A observação que Júlio Dinis faz da nossa sociedade, e a sua vivência dentro da sociedade portuense, permite-lhe, em 1862, aos 23 anos, afirmar ainda que: «*(...) os Portugueses, acanhados nos círculos da Europa, não ousam conferir diplomas de excelência a coisa que lhes pertença; envergonham-se de falar nas riquezas pátrias (...)*»<sup>543</sup>. Revela-nos um estereotipo do português, na sua terra e no mundo:

«*Se ousamos falar de Camões, ao mesmo tempo que de Tasso, de Dante, e de Milton; se ousamos apregoar o vinho do Porto, junto com o de Xerez, Château-Laite e Tokay, é porque lhes deram lá fora o diploma de fidalguia; que por nós ... continuaríamos calados, a ler um e a beber o outro, sem bem conhecermos a preciosidade que líamos e que bebíamos, ou pelo menos correndo-nos de uma nos parecer sublime, e a outra deliciosa.*»<sup>544</sup>

---

<sup>535</sup> *Ibidem*.

<sup>536</sup> *Ibidem*, p. 114.

<sup>537</sup> *Ibidem*: «*Bem que pese à vaidade nacional, é forçoso fazer aqui, em família, uma confissão: - Nós temos o defeito daqueles provincianos que, nos círculos da capital, sufocam envergonhados, como coisa de mau gosto, uns restos de amor da terra, que ainda os punge, e deitam-se a exaltar, com afectação altamente cómica, os prazeres e comoções da vida das grandes cidades, que ainda mal gozaram e ainda mal saboreiam (...)*»

<sup>538</sup> Júlio Dinis, «Notas», in *Obras de Júlio Dinis*, pp. 530/531.

<sup>539</sup> Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*, pp. 94 e 95.

<sup>540</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 107.

<sup>541</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>542</sup> *Ibidem*, p. 324.

<sup>543</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 114.

<sup>544</sup> *Ibidem*.



Voltemos ao carnaval, à terça feira de carnaval. Carlos, pressionado pela irmã, decide aparecer no escritório e passear pela Rua dos Ingleses, a Praça, que está, com a vida comercial no seu auge, vendo-se «*homens de aspecto grave, de movimentos pausados, de palavras medidas e espremidas (...)*»<sup>545</sup>. São os capitalistas e os barões, os diretores de bancos, os acionistas, são também os credores, os negociantes falidos, os que têm pagamentos atrasados, os que pagam com os dotes das esposas, os negociantes com capitais próprios, outros que administram capitais alheios, há ainda os despachantes, os primeiros e os segundos caixeiros, os primeiros guarda-livros, que se veem às janelas, e os corretores e os agentes de casas estrangeiras, «*(...) tudo isto composto de ingleses ruivos, de alemães louros, de brasileiros escuros, de portugueses de todas as cores, (...)*»<sup>546</sup>. Como Carlos, há mais cavalheiros na Praça<sup>547</sup>.

E Júlio Dinis continua na sua apresentação da pequena elite burguesa portuense: a Praça assume-se como um lugar de negócios e de troca de informações e de influências, porque há muitos negócios e contratos que dependem ou precisam do acordo do governo. Na Praça tece-se uma teia de conhecimentos, entre amigos e conhecidos, fazem-se pedidos para chegar ao poder, para obter os favores da política, empregar um filho, um afilhado.



Fig. 3.4 - Porto, Antiga Rua Dos Ingleses<sup>548</sup>

<sup>545</sup> *Ibidem*, p. 81.

<sup>546</sup> *Ibidem*, p. 84.

<sup>547</sup> *Ibidem*, p. 83: «*(...) a progénie ociosa dos grandes capitalistas – comerciantes honorários, cuja vida comercial se reduz, como a de Carlos, a passear na Praça até às quatro horas da tarde; o brasileiro retirado, distraíndo-se a presenciar, como espectador, o labutar do negócio (...) o empregado da Alfândega, fumando o cigarro (...)*».

<sup>548</sup> Marina Tavares Dias e Mário Morais Marques, *Porto Desaparecido*, Cf. COVER of the 2002 original title PORTO DESAPARECIDO, copyrighted by Marina Tavares Dias and Mario Morais Marques, disponível em <https://www.facebook.com/livroportodesaparecido/photos>, consulta de 12.09.2014.

No entanto, na Praça, o governo parece ser considerado um problema para a classe capitalista: «*Mas quem é o Governo? Eu não sei quem é o Governo! Uns valdevinos, que hoje são tudo e amanhã são nada ... Faz-se o contrato com uns e amanhã respondem por ele caras novas. Não me entendo com isso.(...) E os nossos capitais...*»<sup>549</sup>.

Nas 381 páginas<sup>550</sup> deste romance, destinado a ser lido pelos seus contemporâneos, firma-se a união, pouco tempo antes improvável, destas duas famílias e destes dois jovens portuenses. A realidade e a ficção cruzam-se num retrato onde seria possível aos portuenses encontrarem-se e encontrarem os seus familiares e amigos, e os problemas do seu dia a dia, como o que aflige estes capitalistas naqueles tempos de incerteza política e financeira e de desequilíbrio de capacidade de influência entre quem vive perto do poder na capital e quem vive pelo reino fora.

Preconceito e estereótipo são a causa e a consequência de muitas das dificuldades de relacionamento entre grupos sociais, no período do antigo regime, no liberalismo do século XIX e hoje, em pleno século XXI. Aqui, em *Uma família Inglesa*, Mr Richard pensa retirar Carlos do Porto, diretamente para Londres, no próximo vapor<sup>551</sup>, para evitar a humilhação que vem com a maledicência da Praça e dos seus pares, tal como José das Dornas, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, se sente impelido a enviar Daniel para o Brasil, perante um problema de honra e para que a aldeia possa prosseguir, refazer a sua rotina sem as loucuras de Daniel. Este fleumático imigrante inglês no Porto, é portador de preconceituosas marcas e imagens culturais da tradição inglesa, aristocrática, e também da, muito europeia, tradição burguesa e capitalista, que se sente no Porto. É que há momentos em que os preconceitos vencem e Mr Richard não é exceção: sente-se ultrapassado pelos amores daqueles dois jovens, deixando ver preconceitos de inglês, de comerciante, de capitalista, de pai<sup>552</sup>. E, Júlio Dinis continua, apresentando aos seus leitores, a sua visão dos preconceitos do inglês, através do seu narrador:

---

<sup>549</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 86.

<sup>550</sup> *Idem*.

<sup>551</sup> *Ibidem*, p. 347.

<sup>552</sup> *Ibidem*, p. 346: «*Preconceitos de inglês, primeiro que tudo; nunca é com absoluta indiferença que o filho da Grã-Bretanha vê uma mulher de outro país roubar-lhe o coração de algum dos seus parentes.*»

*«Depois sobrevinham os preconceitos de comerciante, o qual, por mais consideração e estima que tenha por um guarda-livros, não pode de todo em todo olhá-lo como de natureza igual à sua, e não se lisonjeia demasiado em obter nora ou genro em casa dele.*

*Ainda o preocupam preconceitos de capitalista; por mais filosóficas doutrinas que estes expendam sobre a vaidade das riquezas, na prática da vida não abstraem desse elemento quando combinam cálculos para resolver o problema da felicidade. Finalmente, até preconceitos de pai lhe ofuscavam a luz da inteligência, pois não obstante a severidade das arguições que lhe ouvimos, é certo que poucas mulheres no mundo lhe pareciam dignas do seu Carlos.»<sup>553</sup>*

Preconceitos pessoais a que acresce ainda a censura que adivinha entre os amigos e conhecidos da comunidade inglesa no Porto – Manuel Quintino é seu empregado, não tem fortuna pessoal e Cecília é uma jovem sem o estatuto e a educação de Jenny. Mas, é de Jenny que surge a solução, propondo que Manuel Quintino passe a sócio da casa para aquela aliança ser menos *«estranha e incompreensível»<sup>554</sup>* ao mundo. E assim foi. E sim, a Praça aceitou bem a promoção do pai de Cecília, mas não sem que a sua imaginação prodigiosa tenha feito com que Manuel Quintino, com as suas poupanças<sup>555</sup>, tenha socorrido a casa Whitestone, nalguma aflição financeira. Mr Richard tinha razão: a Praça exerce controlo social sobre os seus membros e nos seus padrões comportamentais não está prevista a cedência aos amores de dois jovens de condição social desigual. Fez-se o casamento, as duas famílias uniram-se, a felicidade sorriu-lhes. Com a ascensão social da filha, Manuel Quintino também obteve uma promoção não esperada, nem ambicionada, o seu estatuto socioprofissional alterou-se e afinal, a solução de Jenny permitiu premiar o leal funcionário de tantos anos. É uma oportunidade para sonhar: na Praça, todos os guarda livros irão ter Manuel Quintino como modelo e assim se mantém, entre os escalões mais baixos da sociedade, a esperança na ascensão social.

Como romance que se sustenta com a intriga amorosa, *Uma família Inglesa* não é um romance propriamente romântico, amoroso, com encontros e desencontros, mas procura defender a interligação entre comunidades, distantes pelo estereótipo e pela riqueza, próximas pela distância - vivendo no perímetro urbano do Porto, em bairros diferentes, mas na mesma cidade. Faz a defesa da ascensão social de uns e a integração de outros na sociedade local. Como afirma Carmen Abreu, *«o relativamente fácil*

---

*Há em toda a alma inglesa a profunda convicção mais ou menos declarada de uma superioridade de raça, que a não deixa encarar desapaixionada alianças destas.»*

<sup>553</sup>*Ibidem.*

<sup>554</sup>*Ibidem*, p. 353.

<sup>555</sup>*Ibidem*, p. 375.

*assentimento de Mr Richard Whitestone no casamento do seu filho Carlos Whitestone com Cecília Quintino promove, e quase sela no texto, uma aliança entre a alta burguesia e a classe do povo*»<sup>556</sup>, como Júlio Dinis irá fazer ao longo dos três romances que ainda escreverá, em jeito de crónica, de reportagem, imaginada, mas possível e desejável no contexto ideológico de uma sociedade burguesa de Oitocentos<sup>557</sup>.

Este é um romance único, e foi o primeiro, após alguns contos com carácter bem português. Esta pode ser uma homenagem às suas raízes britânicas. Ou uma justificação perante a separação e a distância que a colónia inglesa mantém na cidade de acolhimento e onde a fortuna lhes sorriu – sorriu a alguns, não a todos, como percebemos quando Jenny pede a Carlos que não se esqueça de mandar saber de uma viúva inglesa<sup>558</sup> da cidade, que Jenny costuma ajudar e que há muitos dias não aparece lá em casa. Este primeiro romance, pode constituir uma homenagem a sua mãe e a seu pai, que representam duas das comunidades portuenses: os ingleses que, fora do seu território, pretendem ser os herdeiros e os representantes da aristocracia inglesa e a família de seu pai, representante das famílias portuenses propriamente ditas, ainda que certamente num nível cultural muito acima da média na cidade. Mas, é, sem dúvida, uma afirmação da sua opção de distanciamento da aristocrática colónia inglesa<sup>559</sup> da cidade, da sua portugalidade e do seu amor ao Porto, ainda que posteriormente possa vir a sentir-se distante da terra onde a sua saúde se ressentia do clima. Podemos retirar daqui também interrogações para uma perspectiva de estudo da comunidade portuguesa nas principais cidades do Brasil: que comportamentos e que mentalidade procuram reproduzir e recriar, quando ultrapassam a situação de pobreza, às vezes extrema, que os fez sair do reino, e se tornam a elite económica, entre comerciantes e proprietários. Neste romance nota-se a ausência dos brasileiros, os senhores do bairro oriental, que são banqueiros e circulam pela Praça, mas são considerados ociosos, passando muito tempo

---

<sup>556</sup> Carmen Abreu, *ob. cit.*, p. 418.

<sup>557</sup> *Idem*, p. 420: « *Sempre em sua defesa, a do povo, nos textos dinisianos esta classe social recebe o olhar crítico e atento do escritor. E sobretudo dá particular relevo à tremenda força que o povo tem quando está colectivamente organizado, energia que se considera imparável na capacidade de impor e mudar o rumo dos factos. Não sendo correcto, nem possível, independentizar estes textos dos tempos e espaços de experiência em que foram produzidos, obviamente que os marcadores epocais configurados pelo conjunto de classes sociais são, em cada texto, um facto a comprová-los, (...)* ».

<sup>558</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 79.

<sup>559</sup> *Ibidem*, p. 119. Nas palavras do narrador, poderemos ler uma confissão do escritor? - « (...) vá aqui mais outra confissão em que revelarei a minha coragem – eu simpatizo mais com os tipos burgueses do que com os tipos aristocráticos – e em mulheres sobretudo ».

à janela, nas janelas onde se vê «quase sempre algum capitalista ocioso»<sup>560</sup>. O *Jornal do Porto* constitui uma das fontes privilegiadas para estudar esta classe de portuenses, os emigrados e os retornados.

Um retrato de costumes. *Uma Família Inglesa* é um retrato de uma das comunidades mais ricas e, portanto, mais influentes na cidade no Porto, pelo exemplo, pelo estilo de vida, pelos negócios e pelos empregos que ajudam a criar. Pelo facto de se manter à margem, de não falar a língua portuguesa, de manter hábitos alimentares britânicos, esta comunidade consegue aliar o prestígio à estranheza na forma como é vista pelos portuenses e Júlio Dinis consegue transmitir essa relação de forma discreta, elegante e pedagógica. Ele que assumia perante os seus críticos que não tinha interesse em apresentar da sociedade portuguesa retratos em que a perversidade e a maldade fossem o elo entre as páginas da sua ficção: «Eu, porém, que procuro na cultura das letras distração e não a tomo por ofício, quero condescender com os meus prazeres, sem que deixe por isso de admirar as concepções magníficas dos romancistas que sabem pintar o mal e a perversidade, sempre que o fazem, por assim dizer, logicamente.»<sup>561</sup>

A sociedade portuguesa no tempo de Júlio Dinis, e ainda no início do século XX, valorizou essencialmente os seus romances rurais e, entre eles, *As Pupilas do Senhor Reitor*, como salienta Ana Rita Soveral<sup>562</sup>. Como nota à margem da intriga do romance, e provavelmente um pormenor interessante para estudar a biografia do escritor e o seu método de escrita, há que realçar a presença do poema *Hino ao tabaco*<sup>563</sup>, poema que Júlio Dinis já registara em *Justiça de Sua Majestade*<sup>564</sup>. Também a referência fugaz a Clementina de Rialva e à influência e poder do pai Rialva<sup>565</sup>, apelido que se encontra no centro do enredo do conto *Justiça de Sua Majestade*, constitui um motivo de interrogação, donde julgamos poder inferir que se trata de um pormenor que merece ser analisado.

Entre os papéis do espólio do autor encontrámos cadernos com anotações em que figuram listas de nomes – os nomes dos heróis da sua ficção - que podem ser entendidos como elementos de estudo ou esboços para a preparação de futuros romances, em que a ficção se cruza com a realidade. Esta presença e circulação de

---

<sup>560</sup> *Ibidem*, p. 47.

<sup>561</sup> Júlio Dinis (Funchal, novembro de 1869), «Ideias que me ocorrem», p. 547.

<sup>562</sup> Ana Rita Navarro, *ob. cit.*, p. 12.

<sup>563</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 42-45.

<sup>564</sup> Júlio Dinis, 1858, *Justiça de sua Majestade*, pp. 43-46.

<sup>565</sup> Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, pp. 39-40.

personagens entre narrativas pode coincidir com uma visão dramática da literatura, como se fosse possível criar de raiz uma comunidade em que todos interagem, pois que todas as suas personagens, com as suas profissões e os seus dramas, podem facilmente ser reunidas numa pequena comunidade de proprietários políticos e amigos, em que o meio rural, de uma ou várias aldeias, comunica com a cidade, o Porto, a metrópole que a todos pode vir a atrair ou a motivar para levar o progresso à aldeia. Sobre o fenómeno literário, Ana Rita Navarro afirma que «*sendo representação de determinado espaço e tempo, é, também, em parte, história*»<sup>566</sup>, pelo que, os textos narrativos, literários ou não, «*reúnem as condições ideais para ilustrar a ocorrência da ficcionalidade, em virtude da capacidade que têm de construir e fazer representar os mundos possíveis, que são, afinal, “a verdade” de toda a ficção*»<sup>567</sup>. Para a autora, o «*romance é por natureza própria o género que melhor favorece a criação desses mundos possíveis*»<sup>568</sup>

A leitura da bibliografia específica da historiografia, que se debruça sobre o Portugal da Regeneração, e a visita guiada ao quotidiano, retratado dia após dia nas páginas do *Jornal do Porto*, traz a este projeto a possibilidade de um retrato particular da vida do Porto, porque cada investigador, qual pintor, com a sua subjetividade, com a sua vivência, com os seus valores e objetivos, realiza uma peça com cenas possíveis da vida do Porto. Ana Rita Navarro considera que, se na obra de Júlio Dinis podemos rever «*importantes fatias da vida e da sociedade portuguesa*»<sup>569</sup>, devemos também utilizá-la «*com as reservas devidas para a composição do retrato dessas mesmas épocas*»<sup>570</sup>, porque acrescenta: «*Nem o romancista tem o dever de apresentar factos históricos, muito menos de forma isenta, nem cabe ao historiador representar a realidade ficcionalmente, socorrendo-se da imaginação.*»<sup>571</sup> É no trabalho científico<sup>572</sup>, na reunião de visões particulares, e, como afirma Fernando Catroga, na interação de memórias públicas e privadas<sup>573</sup>, na memória e na história<sup>574</sup>, que nos podemos aproximar da realidade que os olhos de Júlio Dinis fixaram e as suas palavras nos deixaram. Certamente, sempre um Porto incompleto, particular, entre *lembranças*,

---

<sup>566</sup> Ana Rita Navarro, *Da ficção literária à representação cinematográfica: imagens e estereótipos de uma realidade*, ob. cit., p. 107.

<sup>567</sup> *Idem.*

<sup>568</sup> *Ibidem.*

<sup>569</sup> *Ibidem.*

<sup>570</sup> *Ibidem.*

<sup>571</sup> *Ibidem.*

<sup>572</sup> Cf. Fernando Catroga, ob. cit., cap. 2, p. 37 e seguintes.

<sup>573</sup> *Idem*, p. 17.

<sup>574</sup> *Ibidem*, p. 44

*silêncios e esquecimentos*<sup>575</sup>, com memórias e cenas ainda por (re)descobrir e por reunir para a construção de uma imagem o mais possível fiel<sup>576</sup> aos anseios, às dificuldades e às realizações dos portuenses de Oitocentos<sup>577</sup>.

### **3.3 . Do campo - a sociedade rural portuguesa na obra de Júlio Dinis e nas páginas do *Jornal do Porto***

O *Jornal do Porto*, ao longo do período em análise, debruçou-se sobre todos os aspetos da vida do reino e dos portugueses e a agricultura mereceu-lhe grande atenção. A 2ª metade do século XIX era um período de grandes perspectivas e expectativas para o desenvolvimento da agricultura, com o fim da lei dos morgadios, com o aumento do número de proprietários e, com o desenvolvimento da rede de transportes rodoviários e ferroviários, dentro do país e com a Europa. Júlio Dinis, com os seus romances rurais, é prova clara da importância dada pelas elites culturais à agricultura e ao seu desenvolvimento. O progresso e as ferramentas da estrutura capitalista e bancária, até então quase exclusivas do mundo urbano, pareciam querer invadir o campo e animar a vida rural. Mais que Pedro, em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Augusto, em *A Morgadinha dos Canaviais*, bem como Tomé e Jorge, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, são personagens representativas da nova forma de fazer agricultura – o investimento e a produção segundo as novidades que vêm de outros países europeus através dos jornais e das revistas.

---

<sup>575</sup> *Ibidem*, p. 45

<sup>576</sup> Para Fernando Catroga, é importante o papel que o próprio tempo subjetivo do historiador e as suas expectativas, «desempenham na revificação do passado», Cf. Fernando Catroga, *ob. cit.*, p. 46.

<sup>577</sup> Cf. Ana Rita Navarro: «O ficcionista selecciona da realidade apenas os aspectos que mais lhe interessam, que motivam o exercício da sua imaginação criadora. Esta é afinal condição intrínseca de toda a escrita romanesca. (...) Os acontecimentos narrados na ficção de Júlio Dinis enraizam-se em determinada época da História, que o romancista toma como ponto de partida, inserindo-os em um tempo e um espaço ficcionais, que faz representar intencionalmente de forma verosímil. Esta é uma das razões por que os seus romances ajudam a compreender melhor o século XIX, como, aliás, sucede com a maior parte da ficção produzida no final de Oitocentos.». Ana Rita Navarro, *Da ficção literária à representação cinematográfica: imagens e estereótipos de uma realidade*, *ob. cit.*, p 107.

### 3.3.1 A sociedade rural portuguesa nas páginas do *Jornal do Porto*

O *Jornal do Porto* faz eco dessa mudança e da necessidade de a divulgar, noticiando as novidades anunciadas além fronteiras, utilizando informação do *Archivo Rural*, envolvendo-se no debate sobre o ensino agrícola, publicando notícias sobre o estado das culturas e sobre as sociedades agrícolas espalhadas pelo país. Defende-se nas páginas deste diário que a «*industria agraria é inquestionavelmente o primeiro elemento de vida, a mais copiosa fonte de riqueza e prosperidade, no paiz em que vivemos. Contestal-o seria negar a evidencia.*»<sup>578</sup> Escrevendo artigos de primeira página, em novembro e dezembro 1859, sobre as sociedades agrícolas, criadas por lei a nível distrital, com o objetivo de desenvolver novas práticas, o *Jornal do Porto* parece não acreditar na realidade da sua implementação e organização, afirmando que: «*A não ser a do Porto, que sustenta um jornal, e que tem levado a efeito algumas exposições, as outras só parecem existir para testar a inutilidade das sua existência. Apenas algum relatório, tão mal alinhavado quanto superficial e irreflectido, d'uma ou outra das mais graduadas e trabalhadoras, tem vindo mostrar, de tempos a tempos, que é possível uma inútil excepção á inacção permanente em que ellas se conservão.*»<sup>579</sup>.

Às sociedades agrícolas compete uma vastíssima responsabilidade<sup>580</sup>. No entanto, a experiência não tem sido positiva: o que valem e para que servem as sociedades agrícolas é o tema de mais um artigo de abertura no *Jornal do Porto*<sup>581</sup>, onde se considera que estão mal organizadas e que apresentam pouco trabalho. Só a do Porto foge a este quadro negativo: «*A não ser a do Porto, que sustenta um jornal, e que tem*

---

<sup>578</sup> *Jornal do Porto*, edição de 17 de dezembro de 1859.

<sup>579</sup> *Jornal do Porto*, 1 de dezembro de 1859, artigo de primeira página intitulado *Sociedades Agrícolas II*.

<sup>580</sup> *Jornal do Porto*, 28 de novembro de 1859, artigo de primeira página intitulado *Sociedades Agrícolas I*: «*fazer a aquisição de sementes e plantas, para as distribuir por modico preço aos lavradores, e introduzir assim nos nossos campos culturas novas (...). São encarregadas também da compra de livros, estampas, modelos, e instrumentos agrários, a fim de se generalizar o conhecimento dos melhores systemas de cultura, e dos mais perfeitos processos agrícolas, entre nós ignorados. (...) E cumpre-lhes finalmente, por a lei, promover e dirigir exposições (...).*»

<sup>581</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de dezembro de 1859, artigo de primeira página, intitulado *Sociedades Agrícolas II*.



levado a efeito algumas exposições, as outras só parecem existir para atestar a inutilidade da sua existência»<sup>582</sup>.

Ao longo do mês de março de 1863, as sociedades agrícolas voltam a ser tema: a Associação Central de Agricultura reúne em Lisboa e pede às cortes uma lei de crédito agrícola e predial<sup>583</sup> e a Sociedade Agrícola do Porto, mantém um interessante jornal agrícola, mas está com dificuldades financeiras e fala-se na sua dissolução, o que é considerado uma grande perda porque, diz a redação, «faz uma grande falta á agricultura do norte de Portugal»<sup>584</sup>. No momento da publicação de mais número do jornal da sociedade agrícola portuense, o diário noticia-o, reafirmando que se trata de uma «publicação interessantíssima, perfeitamente redigida, e por todos o títulos digna do melhor acolhimento»<sup>585</sup>.

Em 1863, também o crédito predial merece artigos de primeira página onde se revela ao público leitor a atenção governamental ao que é o primeiro setor de atividade e a principal fonte de rendimento nacional<sup>586</sup>. Mas, se a agricultura tem problemas, aos lavradores é dificultado ao acesso a empréstimos: «A terra está sobrecarregada de dividas, e ao mesmo tempo carece de capitaes para o seu arroteamento (...) por outro lado os mutuantes e capitalistas tem maior dificuldade em dar de empréstimo o seu dinheiro aos donos dos predios rusticos»<sup>587</sup>. Há pesados encargos sobre a terra e são muitos os bens que se oferecem como garantia, mas a especificidade do investimento agrícola faz com que também haja dificuldades para receber o reembolso dos empréstimos<sup>588</sup>. E conclui-se:

«O que é certo é que com os encargos, que oneram a propriedade, a agricultura não pode prosperar; e que se não se promover a criação de instituições que possam prestar aos proprietarios capitaes «baratos» o credito agricola será uma utopia. (...) Por parte do ministerio da justiça foi presente

---

<sup>582</sup> *Idem*.

<sup>583</sup> *Jornal do Porto*, 30 de março de 1863.

<sup>584</sup> *Jornal do Porto*, 31 de março de 1863. A Sociedade Agrícola do Porto publica o *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto* que tem entre os seus colaboradores, A. Herculano e I. Pizarro.

<sup>585</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 5 de março de 1863: A Sociedade Agrícola do Porto publica o nº 9 do *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto* que tem entre os seus colaboradores, A. Herculano e I. Pizarro. É referido que este periódico existe desde 1856, dirigido por A. Ferreira Girão.

<sup>586</sup> *Jornal do Porto*, 4 de fevereiro de 1863, artigo de primeira página, intitulado *Crédito Predial I*: «Hoje mais que nunca se tende entre nós a libertar a terra e a industria agricola de todas as peias e estorvos que se oppoem ao seu amplo desenvolvimento tal qual o comportam a natureza do clima e a fertilidade do solo. Criaram-se instituições com o fim de propagar o ensino agrario, e por outro lado começaram desde logo a estudar-se os meios de tornar allodial a terra, e de dar aos proprietários facilidade de obter capitaes que, pela modicidade de juro, pudessem, com vantagem, empregar-se na cultura.»

<sup>587</sup> *Idem*.

<sup>588</sup> *Ibidem*: Os pequenos proprietarios e cultivadores que mais carecem de que os seus terrenos sejam fecundados por capitaes de que aliás não dispõem, são exactamente os que mais raras vezes encontram benevolencia da parte dos mutuantes.»

*ás côrtes um projecto de credito predial. Não é um trabalho completo; mas contém seguramente disposições importantes respeito ao régimen hypotecario (...)*»<sup>589</sup>

Poucos dias depois, novo artigo de abertura, intitulado *Crédito Predial II*<sup>590</sup>, em que se considera ser difícil o reembolso dos capitais, seja os empregues no arroteamento, seja os utilizados na compra de utensílios agrários<sup>591</sup>. Os rendimentos da terra não permitem pagar juros altos e a forte possibilidade de ser expropriado é um fator de desmotivação para o agricultor. Face às dificuldades da banca e dos agricultores, parece importante refletir sobre a criação de um banco rural, o que a redação não defende devido às enormes despesas que comportaria<sup>592</sup>. O tema merece novos desenvolvimentos, em terceiro artigo de abertura de edição, a 15 de abril, intitulado *Credito Predial III*, considerando ser necessário regulamentar o crédito agrícola porque a banca não revela interesse pelo negócio do crédito à atividade agrícola, que não pode sobreviver sem o crédito. O artigo começa de forma reveladora dos conflitos de interesse e do intenso debate que o assunto suscita na sociedade portuguesa: «*Não se deve desanimar porque o mal é antigo e profundo, e a reforma árdua. A primeira condição de todo o progresso é a esperança no futuro*»<sup>593</sup>.

Como já mencionámos, Júlio Dinis preparava-se para a escrita dos seus romances. Em *Os Fidalgos da Casa Mourisca* denota-se o estudo e a informação que, certamente, obteve nas páginas do *Jornal do Porto*. Neste romance vemos o lavrador Tomé a falar sobre como obter capitais para investir e a ouvir atentamente as informações que Jorge obtinha nas revistas especializadas<sup>594</sup>. Juntos engendraram planos para dar nova vida à Casa Mourisca<sup>595</sup>. Ao longo da intriga vamos vendo como os novos contratos, o crédito e a resolução de contendas contribuem para a construção, do novo homem de Oitocentos, da personagem fidalga que administra as suas terras. A terminar, Jorge já havia tomado decisões de empresário agrícola, resolvido «*uma importante demanda, que havia tanto tempo pesava sobre a sua propriedade (...) entrando em uma via metódica e segura de melhoramentos, habilitou-se em breve*

---

<sup>589</sup> *Ibidem*.

<sup>590</sup> *Jornal do Porto*, de 11 de fevereiro de 1863.

<sup>591</sup> *Idem*.

<sup>592</sup> *Ibidem*.

<sup>593</sup> *Jornal do Porto*, 15 de abril de 1863, artigo de primeira página, intitulado *Crédito Predial III*.

<sup>594</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 71: «*Jorge, que já enriquecera a sua biblioteca de novos livros e de periódicos de agricultura e de economia rural, falava com Tomé dos progressos e melhoramentos agrícolas dos países estrangeiros (...)*».

<sup>595</sup> *Idem*, p. 71

*tempo a contrair um empréstimo valioso no Crédito Predial, amortizável em poucos anos »*<sup>596</sup>

A atividade da redação do diário portuense na área da agricultura dirige-se à premente necessidade de investimento, mas afirma também que se precisa de formação porque, em contraste com a situação da agricultura noutros países da Europa, a portuguesa é tradicional e rotineira<sup>597</sup>. Sobre a formação dos agricultores e o ensino agrícola são realizadas algumas primeiras páginas, de onde salientamos algumas conclusões da redação, como a ideia de a fundação de boas escolas exigir «*muita ilustração, mui extensos conhecimentos agronomicos*»<sup>598</sup>, conhecimentos que os nossos agricultores não têm. Porém, nem sempre aos políticos e à política se podem assacar culpas, porque «*nós sabemos bem, que as incalculaveis vantagens da associação são ou parecem ser infelizmente desconhecidas dos nossos lavradores; nos quais se observa uma deploravel tendencia a permanecer no seu impotente izolamento, a recusar obstinadamente os beneficios da comunidade de trabalho , d'esse principio fecundissimo de melhoramentos para a industria, que tão mal cultivão*»<sup>599</sup>

Para desenvolver o ensino agrícola, o *Jornal do Porto* defende a associação de agricultores, mas afirma que todos sabem que os agricultores não conhecem as vantagens da associação<sup>600</sup>. Face ao facto de ser preciso muitas vontades e muito capital para os particulares abrirem escolas de qualidade, e como uma escola não dará lucro, o *Jornal do Porto* defende que deve ser o Estado a assegurar ensino agrícola de qualidade. E o jornal vai continuar a editar primeiras páginas sobre o tema do ensino agrícola, dando-nos uma clara dimensão da discussão pública que o tema suscita, numa época em que também o fim do morgadio e dos vínculos agita a sociedade portuguesa. Na edição de 17 dezembro de 1859, num artigo de abertura, reitera a importância da agricultura, esclarece que o ensino agrícola está na lei, que não tem sido cumprida<sup>601</sup>.

O ensino agrícola vai continuar a ser uma preocupação nacional: em 28 de novembro 1862, na *Chonica Agricola*, com informação retirada do *Arquivo Rural*, o

---

<sup>596</sup> *Ibidem*, p. 397.

<sup>597</sup> *Jornal do Porto*, 17 de dezembro de 1859.

<sup>598</sup> *Idem*.

<sup>599</sup> *Jornal do Porto*, 12 de janeiro de 1860, artigo de primeira página: *Ensino agricola III*.

<sup>600</sup> *Idem*.

<sup>601</sup> *Jornal do Porto*, 17 dezembro de 1859: «(...) Quando por toda a parte se lamenta o estado da nossa agricultura, que, entregue exclusivamente ás praticas d'uma rotina cega e muitas vezes absurda, parece condemnada a estabelecer um vergonhoso e deploravel contraste com a das nações mais adiantadas da Europa, faltariamos ao nosso dever, se não levantarmos a voz em favor da primeira de todas as industrias, que tão abandonada tem andado, entre nós, d'aquelles a quem pelo contrario tanto cuidado e desvelo devera merecer.»

*Jornal do Porto* apresenta os problemas da atividade agrícola e informa que em Braga se está a pensar criar uma quinta de ensino numa propriedade do seminário de S. Caetano, «onde os órfãos do dito seminário possam receber praticamente a instrução rural». Parece ser um projeto altamente vantajoso para a agricultura da região, mas o *Arquivo Rural* avisa: «receamos é que não venha depois algum adiamento a desmentir a seriedade d'um projecto (...)»<sup>602</sup>. Neste mesmo texto, defende-se o ensino agrícola, considerado «uma necessidade da civilização progressiva»<sup>603</sup> e alerta-se as autoridades para a concorrência dos vinhos franceses que nos vão disputando o mercado inglês. Interessante também é noticiar-se que dois estudantes concluíram estudos com dissertações importantes no Instituto Agrícola, um realizou um estudo topográfico e o outro trabalhou sobre a importância do boi na agricultura e na sociedade, particularmente sobre a raça barrosã<sup>604</sup>, que «é uma excelente e linda raça bovina; a arouquesa também é boa. É pois preciso não deixar degenerar, antes de deve empregar os meios d'apurar essas raças»<sup>605</sup>. Este diário portuense cita muitas vezes, o *Arquivo Rural*. Seria também uma das leituras de Jorge, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*? Sabemos que Júlio Dinis se preparou para realizar aquela intriga rural<sup>606</sup>, pois no seu espólio<sup>607</sup> há referência à leitura de Rebelo da Silva<sup>608</sup>. Outra preocupação nacional é a criação de gado, afirma o articulista. Comparativamente com outros países da Europa, está pouco desenvolvida, deve ser cuidada e deve ser dada preparação aos criadores, desenvolvendo o ensino agrícola, para além dos incentivos que representam as muitas exposições com concursos que vão sendo divulgadas.

A situação económica do agricultor e a estabilidade ou a instabilidade da sua vida económica e financeira, pode ser inferida a partir de alguns dados climatéricos e sobre o estado de algumas culturas que o *Jornal do Porto* nos vai apresentando, através da correspondência que lhe chega de Fafe, Viana do Castelo, Alijó e de outras localidades do norte do país. Verificamos que a produção de cereais é uma

---

<sup>602</sup> *Jornal do Porto*, 28 de novembro de 1862, *Chonica Agrícola*, texto transcrito do *Arquivo Rural*.

<sup>603</sup> *Idem*.

<sup>604</sup> *Ibidem*.

<sup>605</sup> *Jornal do Porto*, 1 de junho de 1863.

<sup>606</sup> Cf. capítulo I, p.39.

<sup>607</sup> Cf. capítulo I, nota de rodapé 119.

<sup>608</sup> Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871): «*A Academia Real das Ciências de Lisboa (...) devido ao seu interesse pela agricultura confiou-lhe em 1868 a escrita da “Memória sobre a População e a Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1865”, obra essa que se ficou também por 1640, devido à sua morte.*» informação disponível em <http://repositorio.ipsantarem.pt>, consulta a 18/03/2017.

preocupação constante, tal como a sua importação, livre ou condicionada<sup>609</sup>. Face ao estado das searas, na edição de 6 julho 1859, o correspondente de Braga, em correspondência datada de 3 de julho, reflete sobre a alimentação pública, fala de falta de alimentos, da carestia de vida, da tentativa de açambarcamento, dos preços que sobem<sup>610</sup>.

Mas, as notícias chegam também de outras partes do país. O diário portuense parece conseguir alguma cobertura nacional, no que respeita a informação recebida e divulgada, seja no que se refere a leitores. Escreve-se sobre sucessos e fracassos na produção agrícola. De Viana do Castelo, logo no dia seguinte, 7 de julho, também chega ao Porto e a todos os leitores do *Jornal do Porto* a informação concreta sobre a situação da agricultura. Em correspondência datado de 4 de julho de 1859, o correspondente de Viana diz que na cidade foi muito aplaudida a notícia de importação de milho<sup>611</sup>. Na edição de um de outubro de 1859, é anunciado pelo correspondente de Coimbra que a colheita de vinho vai ser fraca; no dia 7 do mesmo mês, de Viana do Castelo vem a informação de uma boa colheita de milho, em contraponto com uma muito má colheita de vinho, que tem levado muitos taberneiros à especulação de preços e à adulteração<sup>612</sup> do produto com água do mar, concluindo que «*Ha por aqui taverneiros, que tem enriquecido com esta especulação, e continual-a-ão muito à sua vontade, porque as classes laboriosas não prescindem d'este elemento nutritivo e espirituazante da sua alimentação*»<sup>613</sup>. Ontem, como hoje, a agricultura depende muito das condições meteorológicas o que se confirma pela correspondência que, um mês depois, chega de Viana do Castelo: chove e o mau tempo já provocou estragos em todo

---

<sup>609</sup> *Jornal do Porto*, 21 de junho de 1859.

<sup>610</sup> *Jornal do Porto*, 6 julho 1859: «*Se vos tenho falado do estudo como necessidade do espírito, não devo também esquecer as necessidades do corpo, que é preciso alimentar, não obstante ser um dos inimigos d'alma. Para a vida material ou corporea é preciso o pão e o vinho, e o pão e o vinho estão caros, e ha razões para recear que os preços ainda subão. Muitos centeios e trigos perderão-se. Em Traz-os-Montes, e Ribeira d'Oura, ficarão chochos, ou apodrecêrão na ceára. O vinho e as fructas vertêrão-se. (...) Os milhos, - a gramínea mais importante da provincia do Minho, estão bons, porém muito atrasados; se o outomno vier frio, fracas esperanças podemos ter de colheita. Os batatais, muito viçozos em principio, forão inteiramente destruidos pela moléstia, e a batata recolhida apodrece prontamente. Tudo presagia mau anno para o pobre; e bem fez o governo ampliando a livre introducção de fructos estrangeiros.*»

<sup>611</sup> *Jornal do Porto*, 7 julho 1859: «*A primavera correu sempre irregular, perderão-se as sementeiras de muitas terras, atrazárão-se muito as das fundas; os trigos e centeios que apresentavão um aspecto promotor de abundancia, ou se enchêrão, em grande parte, de morrão, ou ficarão acanhados no seu desinvolvimento, e forão arrojados ao chão pelos muitos vendavais que reinão na sua sação; as batatas, perseguidas pela moléstia, sofrem semelhante sorte. Os cereais, pois, que são d'esta estação, estão bem longe de constituir o que se chama uma colheita abundante.*».

<sup>612</sup> *Jornal do Porto*, 7 de outubro de 1859, correspondência de Viana do Castelo, datada de 2 de outubro: há tabernas que acrescentam água do mar ao vinho, aumentando a sede por ser salgado.

<sup>613</sup> *Idem*.

o distrito, pelo que o milho, que um mês antes parecia ir dar uma boa colheita, está a estragar-se, e o povo receia a escassez de alimentos e «*tem corrido aos templos a implorar-lhe [à providência] a serenidade*»<sup>614</sup>. Mas, dias mais tarde, de Viana, vem a notícia de que o tempo melhorou e que os lavradores tratam de recolher o milho do campo<sup>615</sup>. Sucedem-se as esperanças em boas colheitas, mas as notícias de mau tempo e as dificuldades dos lavradores provocadas pelo mau tempo, podem surgir a cada momento, todos os anos: em maio de 1862, transcreve-se<sup>616</sup> do *Jornal de Comércio* a notícia de uma trovoada que destruiu vinhedos, olivais e laranjeiras<sup>617</sup>.

Ainda em 1862, a 12 de abril, o *Jornal do Porto* informa que de Carrazeda de Anciães chegam notícias de prejuízos provocados pelas chuvas e temporais que causaram muitos danos nos olivais e nos batatais<sup>618</sup>. No final do ano, escreve-se mais uma *Chonica Agrícola*, de três colunas, com informação retirada do *Arquivo Rural*: tempo adverso aos trabalhos agrícolas leva a que nalguns pontos do país se reze «*preces ad pretendam pluviam*»<sup>619</sup>. O ano de 1863 não parece ser um ano diferente: em maio, a seca anuncia um mau ano agrícola, de Aveiro chega a notícia de impossibilidade de lavrar e de semear devido à seca; os trigos e os milhos crescem mal e «*as novidades estão infesadas pela falta de chuvas*»<sup>620</sup>. As hortas e os pomares sofrem, «*o milho melou; falta o pasto para o gado; as cearas de trigo, centeio e cevada não teem ainda grão (...)*»<sup>621</sup>. De Viana chegam também más notícias: «*Fazem-se hoje preces na igreja da Mizericordia d'aquella cidade, implorando da Divina Clemencia a chuva que tanta falta está fazendo ás terras. As preces continuam por mais dous dias.*»<sup>622</sup>. Fala-se de escassez e da ameaça de fome<sup>623</sup>. Mas, no final do mês de maio de 1863, as notícias obtidas no *Arquivo Rural* são mais animadoras: O estado da agricultura em vários

---

<sup>614</sup> *Jornal do Porto*, 4 de novembro de 1859, correspondência de Viana do Castelo, datada de 1 de novembro.

<sup>615</sup> *Jornal do Porto*, 17 de novembro de 1859.

<sup>616</sup> *Jornal do Porto*, 6 maio 1862, notícia de Alijó, publicada no *Jornal de Comércio* e aqui transcrita.

<sup>617</sup> *Idem*: «*Deus acuda aos habitantes deste concelho, que já ha tanto tempo sofriam a calamidade produzida pelo oidium; agora veio esta grande desgraça acabar de perdel-os. Se o governo não acode com alguns meios a esta infeliz gente, que em uma noute de tempestade viu completamente destruída a sua propriedade e por conseguinte as suas futuras esperanças não sei como poderão viver.*»

<sup>618</sup> *Jornal do Porto*, 12 de abril de 1862: «*julgávamos não ter que noticiar mais estragos dos últimos temporaes (...)*», mas de Carrazeda de Anciães chegaram notícias de grandes estragos devidos os temporais.

<sup>619</sup> *Jornal do Porto*, 28 novembro 1862, *Chonica Agrícola*.

<sup>620</sup> *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1863.

<sup>621</sup> *Jornal do Porto*, 4 de maio de 1863.

<sup>622</sup> *Jornal do Porto*, 2 de maio de 1863.

<sup>623</sup> *Jornal do Porto*, 4 de maio de 1863.

distritos parece satisfatório - de Aveiro, a Coimbra, Viana, Bragança e Vila Real têm bom aspeto os campos de cereais, de vinha e de oliveiras que se julgavam perdidos<sup>624</sup>.

Numa atividade económica que agora começa a abrir-se ao mercado e a ser alvo de legislação que liberta a terra e o lavrador, os temporais são apenas um dos motivos para o *Jornal do Porto* introduzir o tema dos seguros rurais<sup>625</sup>. Tudo está por fazer nesta nobre atividade económica. Nas páginas do jornal encontramos um outro assunto de enorme atualidade: as hipotecas e a usura. Na reunião da Câmara Municipal do Porto de 10 de abril de 1862, a pedido da Associação Central d'Agricultura é tratado um assunto muito urgente e importante para agricultura portuguesa: considera-se «*urgente a necessidade d'uma lei de hypothecas (...) de uma lei que facilite aos agricultores os capitais precisos para o amanhã das suas terras, libertando-as da usura, a que hoje estão sujeitas pela falta d'uma lei, que possa garantir a segurança dos capitais mutuados, (...)*»<sup>626</sup>

As notícias agrícolas são frequentes no jornal em todo o período estudado. Muitas vezes são indicações sobre o estado das culturas, de norte a sul, incluindo, muitas vezes, Faro, Castelo Branco, também Évora e Bragança. Em outubro de 1862, através do *Arquivo Rural*, o diário informa sobre a situação da produção de milho, vinho, azeitona, batata, cereais, castanha, bolota, figo, de Bragança a Faro<sup>627</sup>. Em novembro<sup>628</sup>, nova informação do *Arquivo Rural* é difundida nas páginas do diário portuense, com o estado das colheitas e das sementeiras, como se se tratasse de boletins informativos<sup>629</sup>. Os maus anos agrícolas podem provocar forte diminuição dos já de si

---

<sup>624</sup> *Jornal do Porto*, 27 de maio de 1863.

<sup>625</sup> *Jornal do Porto*, 23 de abril de 1862, artigo de abertura intitulado *Seguros Rurais IV*.

<sup>626</sup> *Jornal do Porto*, 29 de abril de 1862.

<sup>627</sup> *Jornal do Porto*, 31 de outubro de 1862.

<sup>628</sup> *Jornal do Porto*, 27 de novembro de 1862: do *Arquivo Rural* transcrevem-se as notícias agrícolas de Évora, Faro Leiria, Viana do Castelo, Bragança.

<sup>629</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 15 de junho de 1863 - informação agrícola, do *Arquivo Rural*, datada de 15 de maio: Em Leiria, o aspeto das culturas reflete a falta de chuva e é pouco satisfatório, pomares têm com pouca fruta, as vinhas estão sofríveis, mas foram atacadas pelo pulgão e pela lagarta e também pelo oidium; de Coimbra, as notícias não são mais animadoras: os ventos secos de nordeste e a falta de chuva afetam as culturas. Cf. *Jornal do Porto*, 1 de julho de 1863. *Notícias agrícolas*, datadas de 15 de junho: de Castelo Branco, dizem que parece ir haver boas colheitas, apesar do oídio e do pulgão nas vinhas; de Faro informam que a produção de cereais foi escassa mas que no restante parece ir haver boa colheita. Cf. *Jornal do Porto*, 28 de julho de 1863: de Viana do Castelo, chegam boas as notícias agrícolas mas, o oidium atacou as vinhas, exceto as que foram enxofradas. de Castro Daire, informam que no dia 15 de julho uma violentíssima trovoadas, acompanhada de copiosa chuva, provocou grandes prejuízos, destruindo os linhos e os milhos semeados nos campos na margem do rio Paiva. Cf. *Jornal do Porto*, 24 de agosto de 1863, correspondência de Barcelos, datada de 22 de agosto: A seca, em 1863, parece comprometer as expectativas dos lavradores: de Barcelos, o correspondente diz que «*estão perdidos muitos campos de milho que não teem agua de rega, e as uvas no caminho de murcharem completamente*» e que a «*secca tem sido intensíssima, e se continuar mais algum tempo, della*

fracos rendimentos dos agricultores, mas a criação de gado também é um elemento importante nas explorações agrícolas. Se um animal fica doente ou morre, o agricultor sofre uma grande perda. Daí que tenha especial significado a pequena notícia de Viana do Castelo, que revela a solidariedade para com um lavrador, suscitada pelo pedido de ajuda do jornal local, *Aurora do Lima*: uma subscrição promovida pelo jornal *Aurora do Lima* conseguiu da caridade pública, *esmolas mais ou menos avultadas*, para socorrer família de agricultor a quem morreram os 3 bois que eram o seu sustento<sup>630</sup>.

A exportação de produtos agrícolas nacionais para o Brasil, correspondendo à procura por portugueses aí emigrados, é também um dos assuntos tratados no *Jornal do Porto*, especialmente na correspondência do Brasil que alerta os produtores e os exportadores para as deficiências de etiquetagem e embalagem, que desvaloriza os produtos, quando comparados com os espanhóis, franceses e ingleses. Mas, não se trata apenas das exportações para o Brasil; a agricultura portuguesa tem de dar atenção a outros mercados: a 25 de fevereiro, o jornal faz eco de uma chamada de atenção aos agricultores e aos políticos portugueses para a exportação dos nossos vinhos para Nova Iorque, informando sobre os impostos cobrados aos vinhos e anunciando que os vinhos baratos de França e Itália, entram com menor peso de impostos, sendo os vinhos bons e caros mais onerados. Alertando para as vantagens da exportação para aquele mercado internacional e para a necessidade de negociar um acordo comercial favorável, o cônsul geral de Portugal em Nova Iorque anuncia que certos vinhos portugueses, feitos com a qualidade necessária e o grau alcoólico adequado para aguentar a viagem, podiam concorrer com os mais baratos, uma vez que os vinhos Colares, Bucelas, Carcavelos e moscatel de Setúbal têm preços mais módicos que os vinhos baratos de Itália e França<sup>631</sup>. Acompanhando os ventos que sopram da Europa, no início de 1861, num artigo de abertura de edição, o *Jornal do Porto* põe a estatística rural na agenda dos seus leitores e equaciona a necessidade da estatística para se conhecerem «clara e detalhadamente, todas as circunstancias que, directa ou

---

resultarão grandes prejuizos para a nossa agricultura». Cf. *Jornal do Porto*, 29 de setembro de 1863: Entretanto, do Minho, de Viana, em setembro de 1863, época de colheitas, chegam notícias animadoras, que elevam as expectativas. Trigo, centeio, cevada, aveia, batata, linho, frutos, milho, limão, laranja, vinho, são as principais produções do distrito de Viana do Castelo; os castanheiros têm vindo a ser afetados por *fatal molestia* e cada vez mais lavradores enxofraram as vinhas, com bons resultados.

<sup>630</sup> *Jornal do Porto*, 22 de setembro de 1863.

<sup>631</sup> Cônsul Geral de Portugal em Nova Iorque, em ofício datado de 27 de dezembro de 1862, publicado no Diário de Lisboa e transcrito pelo *Jornal do Porto*, a 25 de fevereiro de 1863: «(...) eu estou convencido que o negociante que tentasse este commercio, preparando os vinhos para viagem, faria interesses, e, ao mesmo tempo, desenvolveria um dos nossos principaes ramos de industria, augmentando a exportação vinhateira de Portugal.»



*indirectamente, importem a cultura do solo*»<sup>632</sup>, porque ela mostrará todos os recursos do país, da produção, ao transporte e ao comércio, favorecendo o aparecimento de outros produtores. E, uns dias depois, para quem duvida da relevância da estatística e da mudança nas práticas agrícolas e persiste com os velhos métodos agrícolas, afirma-se a importância do progresso na agricultura europeia.<sup>633</sup> Numa cruzada informativa e educativa, provavelmente também com o objetivo de contribuir para a formação de opinião pública, afirma-se no *Jornal do Porto* que a agricultura precisa de estatísticas, mas não só. Considera-se que também é preciso renovar o ensino e promover a mudança de paradigma e que as exposições agrícolas regulares são essenciais. Surgem os prémios aos produtores que procuram ser um incentivo ao aumento da produção e à melhoria na qualidade, na agricultura ou na criação de gado. As exposições sucedem-se pelo país e são noticiadas as do Porto, de Coimbra, de Braga. Em 1860, foram distribuídos aos agricultores prémios no valor de 299:160\$000 reis, com dinheiro do Estado e das 700 associações agrícolas<sup>634</sup> e as exposições agrícolas e de gado sucedem-se por todo o país; criam-se regulamentos, divulgam-se nos jornais e dão-se prémios aos melhores espécimes expostos. Sobre a exposição do Porto, há uma longa reportagem, que se prolongou por várias edições do *Jornal do Porto*, de onde poderíamos salientar as novas máquinas e técnicas, bem como a referência às batatas pois que de «*batatas havia quazi todas as raças conhecidas; a sua abundancia mostrava que é ella o succedaneo do nabo na alimentação, quando este retirado da terra deixa o seu logar ao milho e ás culturas intercalares, aboboras e feijão.*»<sup>635</sup> O ano de 1861 começa com muita atenção do diário portuense à agricultura e, mais uma vez, verificamos que o critério editorial dá a esta atividade primeiras páginas e longos artigos de várias colunas, em que, à defesa das necessidades do agricultor e da agricultura, se junta a informação sobre o que se faz além fronteiras. É o que acontece na primeira página de 27 de fevereiro e de 14 de maio de 1861, em que se divulgam

---

<sup>632</sup> *Jornal do Porto*, 3 de janeiro de 1861: «*Estadística agrícola I*», tema de abertura, num artigo de três colunas, na primeira página.

<sup>633</sup> *Jornal do Porto*, 9 de janeiro de 1861, tema de abertura, intitulado *Estadística Agrícola II*: «*Andar assim, é caminhar ás cegas, é marchar ás apalpadelas, é errar o caminho a cada passo, é viver n'um estado d'incerteza, e de duvida, que deve terminar-se, sob pena de irmos direitos á nossa ruína total, em vez de acompanharmos o movimento progressivo dos outros povos, aproveitando os dons da natureza e as luzes do nosso século.*»

<sup>634</sup> *Jornal do Porto*, 23 de março de 1861.

<sup>635</sup> *Jornal do Porto*, 5 de janeiro de 1861, *Impressões da exposição agrícola portuense*, de J.J. Ferreira Lapa, do D. de Lisboa, autor salienta que informação mais detalhada pode ser lida no *Archivo Rural*.

importantes novidades na agricultura europeia, como a cultura da beterraba e o enxoframento das vinhas.

A divulgação de nova técnicas e de novos produtos na imprensa parece ser uma estratégia para a modernização, embora poucos agricultores tenham acesso direto à informação. Neste mesmo ano de 1859, há curiosidades agrícolas que chegam do estrangeiro e que o *Jornal do Porto* divulga. Por exemplo, noticia que na velha Europa, se considera que os pardais são uma praga que destrói as searas, mas a Nova Zelândia «lembrou-se de os importar e colonizar com o fim de salvar as ditas searas da devastação que soffrião»<sup>636</sup>. Outro exemplo que merece à redação do *Jornal do Porto* uma extensa explanação sobre as suas propriedades, é a bolota, com a enumeração das suas vantagens e aplicações<sup>637</sup>. Para o gado bovino diz-se que, «*applicada ás vacas de leite, torna a produção d'este mais abundante, tornando-o mais substancial e mais saboroso*», e que para «*engordar o gado bovino para o talho é então de grande valor, quando lhe é dada juntamente com a erva*»; considera-se também a bolota é «*magnifico sustento para toda a qualidade de gado, bem como para toda a sorte d'aves domesticas, que com ella engordão perfeita e rapidamente.*»<sup>638</sup> Mas, a bolota tem ainda mais utilidades: pode ser usada como um café nutritivo, substitui a amêndoa e produz muito óleo, pode ser pilada como a castanha e a bom preço, pelo que «*promete portanto um futuro de lucros largamente importante para o nosso paiz*»<sup>639</sup>.

Na edição de 18 de maio de 1861, Ignacio Pizarro, um leitor agricultor, que também colabora no *Jornal da Sociedade Agrícola da Porto*<sup>640</sup>, apela ao cultivo do trevo vermelho, como cultura de rotação, no restolho do centeio, como 2ª cultura, para obter comida para o gado e porque as raízes do trevo vermelho deixam adubo nos terrenos<sup>641</sup>. A redação elogia Ignacio Pizarro, confirmando a sua função pedagógica<sup>642</sup>. São várias as ocasiões em que novas técnicas são veiculadas e

---

<sup>636</sup> *Jornal do Porto*, 21 de outubro de 1859.

<sup>637</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 24 de outubro de 1859. Defende-se no artigo que a bolota, sendo um fruto muito abundante em Portugal, é uma produção muito rica, nem que seja apenas para a alimentação dos porcos.

<sup>638</sup> *Jornal do Porto*, 24 de outubro de 1859.

<sup>639</sup> *Idem*.

<sup>640</sup> *Jornal do Porto*, 31 de março de 1863: «*Sociedade Agrícola: Recebemos o nº 11 do Jornal da Sociedade Agrícola do Porto. Contém os artigos seguintes dos snrs: Ignacio Pizarro - A liberdade da terra*».

<sup>641</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 18 de maio de 1861: divulgação da cultura do trevo vermelho, de lavrador para lavrador, num país onde o pousio ainda é uma técnica usual. Informação assinada por Ignacio Pizarro

<sup>642</sup> *Jornal do Porto*, 18 de maio de 1861: O articulista afirma que o jornal «*faz constantes esforços por animar e esclarecer os lavradores, promovendo lhes o amor da agricultura, recebe sempre com agrado escriptos como este com que nos brindou o snr Pizarro*». Mas, conclui demonstrando que é pequeno o retorno que obtém com este esforço de divulgação: «*Se os agricultores mal recompensão os serviços que*

divulgadas por este diário portuense, por exemplo, seguindo a imprensa estrangeira e a defesa da publicidade e da circulação da informação<sup>643</sup>. Para os seus leitores lavradores, e outros interessados na situação da agricultura portuguesa, o *Jornal do Porto* apresenta ideias que têm sido bem sucedidas no estrangeiro. Por exemplo, defende que, à semelhança do que faz o comércio na cidade, o agricultor deve entender e usar a publicidade da produção como uma necessidade e uma vantagem. Que as câmaras municipais podem assumir papel na divulgação dos produtos agrícolas do concelho é uma proposta defendida pelo redator<sup>644</sup>. No inverno de 1863, noticia-se um novo processo de enxoframento das vinhas, conhecido através de jornais agrícolas de Itália.<sup>645</sup>

Mas, há outro problema importante na agricultura portuguesa da década de 1850/60: a falta de rendimento dos agricultores. É frequente ver o *Jornal do Porto*, lamentar a falta de rendimentos dos agricultores e o seu isolamento, devido à falta das vias de comunicação, o que conduz à perpetuação da rotina; os agricultores não têm como comunicar com o exterior<sup>646</sup>, vivem nos seus campos, isolados<sup>647</sup>, entregues a uma rotina que, muitas vezes, não lhes permite garantir a subsistência da família e receber a recompensa do esforço desenvolvido. Neste levantamento das dificuldades que subjagam o agricultor e impedem a modernização da agricultura e o crescimento económico nacional, outras parecem ser relevantes: a falta de mão de obra e a

---

*o jornal presta ao paiz , nem por isso deziará dos eu propósito, da tarefa que se impoz de contribuir para que a nossa agricultura se levante á altura a que deve ser levada, e que ainda está longe d'atingir pelo vergonhoso abandono em que ainda jazia.»*

<sup>643</sup> *Jornal do Porto*, 31 de maio de 1861, *Publicidade Rural*, artigo de primeira página.

<sup>644</sup> *Idem*.

<sup>645</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 12 de fevereiro de 1863: « (...) praticar no tronco das cepas, duas, ou tres incisões, conforme a sua grossura, com a extensão de 0,05m, na época em que é mais pronunciado o movimento da seiva, tendo a cautela de que as incisões não penetrem além do alburno; introduzem-se nas incisões pedaços de algodão em rama, envolvidos em flor de enxofre. Assegura-se que o efeito desta operação é excelente, mas duvida-se que seja tão economico, como o do enxoframento praticado pelos methodos conhecidos.».

<sup>646</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 31 de maio de 1861: «Entre essas dificuldades, avultão as que lhe levanta o seu izolamento nos campos, mui principalmente n'uma nação, como a nossa, em que as vias tanto de grande como de pequena comunicação quazi não passam d'um dezejo, por longo tempo manifestado, mas ainda não satisfeito. Para quem avalie toda a importancia da agricultura, para quem devidamente aprecie o papel que ella representa no viver dos povos, não pode deixar d'apresentar-se como necessidade imperiosa o prover de remedio o mal do isolamento de que fallamos.».

<sup>647</sup> *Idem*: «O lavrador, entregue a si mesmo, limitado aos poucos recursos da sua individualidade, e trabalhando só, na exploração das suas terras, sem que o commercio das ideias o auxilie, sem que os conhecimentos dos outros lhe aproveitem, segue naturalmente as práticas estabelecidas na localidade onde vive, reduz os seus processos de cultura á imitação servil do passado, chegando, quando muito, se uma intelligencia penetrante o favorece, se o amor do progresso o anima, se o espirito d'observação o dirige, a introduzir, de tempos a tempos, nos detalhes da sua industria um ou outro melhoramento, que muitas vezes é já velho, mas em cuja descoberta elle teve aliás de consumir muito tempo, muito estudo e muito trabalho. (...) toparemos a cada passo, com os inconvenientes do isolamento em que cada granja se acha». Cf. *Jornal do Porto*, 31 de maio de 1861.

difficuldade de escoamento dos produtos.<sup>648</sup> No Alentejo, noticia o diário portuense, a solução encontrada pelos proprietários dos olivais, face à falta de mão-de-obra e à subida de salários é dar metade da colheita para os apanhadores<sup>649</sup>. Mas, em 1863, o problema mantém-se e, de Murça, também o correspondente informa sobre a falta de mão de obra e a carestia dos salários: a situação da agricultura em Murça inspira preocupações e o problema está identificado – os salários estão muito altos e há falta de mão de obra.<sup>650</sup>

Já em 1859, o *Jornal do Porto*, em artigo de abertura, com o relevo que a primeira página inspira, já falava da falta de mão de obra e de altos salários na agricultura e enunciava duas causas: a emigração e os trabalhos públicos<sup>651</sup>. Para o *Jornal do Porto*, a rápida e enorme emigração para o Brasil provoca este problema.<sup>652</sup> Mas, todos o afirmam, também as obras públicas tiram muitos braços à agricultura – a construção das linhas de caminho de ferro do norte e de leste. Concluindo-se que as obras públicas e a emigração, tirando homens da agricultura e fazendo subir os salários, criam muitas dificuldades aos lavradores e à agricultura, que é «*a mais succulenta e abundante fonte de riqueza nacional*»<sup>653</sup>: «*A que arrastada e precária situação vai ser reduzida a lavoura n'esses anos, que estão designados para os trabalhos de construção, nos quais os agricultores vão lutar com a mais violenta e desesperada*

---

<sup>648</sup> *Ibidem*: «(...) empregar extraordinariamente um certo numero de braços n'uma operação de cultura, que se hade fazer em tempo determinado; e aí temos nós o proprietário, ou o rendeiro, embaraçado a não saber onde encontral-os, a buscal-os com grande difficuldade, deixando muitas vezes abandonada a cultura, perdendo muito tempo, dando muitos passos de balde, para obter operário por um preço elevado, em quanto que n'alguns logares, mais ou menos próximos, há braços inactivos, que pela sua parte, mas desencontreadamente, procurão emprego sem o acharem.» Cf. *Jornal do Porto*, 31 de maio de 1861.

<sup>649</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 9 de dezembro de 1862.

<sup>650</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 13 de abril de 1863: «(...) ha grande falta de braços por estes sítios; a carestia dos salarios sobrecarrega de mais os proprietarios: a emigração para o Brazil, e os braços empregados nas estradas, são talvez a causa d'essa carestia de salarios.(...)» «Com a actual lei do recrutamento sahe tambem da provincia muito rapaz empregado na agricultura; preferem a imigração á vida militar (...). Bom seria que a lei fosse retocada, dando mais garantias á agricultura: todos devem este tributo á pátria; mas ha modificações exigidas pelos interesses da sociedade.»

<sup>651</sup> *Jornal do Porto*, 19 de agosto de 1859, artigo de primeira página, intitulado *A agricultura e os salários*.

<sup>652</sup> *Idem*: «A população laborioza escaceia de feito no paiz. A emigração tem-nos roubado anualmente numerozos contingentes de braços aptos para os affanozos labores da industria, e destinados ás improbas lidas do trabalho agricola, que em distantes regiões, e por vezes em inhospitos climas vão demandar uma riqueza, que os seduz, abandonando na patria as industrias, que os reclamão, e a familia, que se amparava no auxilio dos seus braços. É indubitavel este facto. Para o atestar basta a estatistica anual do movimento da população, que sae pelos nossos portos com destino á America. Não se podem desconhecer os resultados d'esta exportação regular e progressiva de homens, e de mulheres, de adultos e de creanças. Ha um grande vácuo no paiz. Os salarios tem pois ascendido a uma taxa mais que ordinária. O mal cresce sempre, e o remedio não deve fazer-se esperar longamente.»

<sup>653</sup> *Ibidem*.

concorrência?»<sup>654</sup>No entanto, o *Jornal do Porto* defende que o governo não deve intervir, porque o equilíbrio voltará, face aos altos salários das obras públicas, que provocarão a diminuição da emigração e fará com que muitos braços úteis voltem ao país.

Mas, a agricultura não tem como única dificuldade a falta de braços: a falta de escoamento da produção impede a realização de capital para as novas culturas, enquanto que os produtos se acumulam e exigem cuidados para a sua conservação. As exposições, as feiras e os mercados contribuem para diminuir esta dificuldade, embora seja frequente o agricultor fazer despesa<sup>655</sup> a transportar os produtos para a feira e depois da feira para casa. Falta um circuito comercial e um serviço de meios de comunicação que acelere a distribuição dos produtos<sup>656</sup>, bem como uma base de dados que permita programar a atividade e articular com todos os outros setores produtivos. Mas, para surpresa de todos, as novas estradas também são um fator de perturbação para o equilíbrio na oferta e na procura nalguns pontos do país: o correspondente de Lamego do *Jornal do Porto* lamenta que a feira da cidade esteja a perder importância e público e associa o aumento da capacidade de circulação de produtos à diminuição de importância da feira<sup>657</sup>. Mas, as feiras e exposições comportam os meios que permitem a concretização de objetivos e realizações. Por exemplo no Porto: em maio de 1861 realiza-se a exposição anual de gado bovino e lanígero, havendo a aliciação da atribuição de três prémios a atribuir entre os animais nascidos e criados em Portugal. O *Jornal do Porto* publica o regulamento<sup>658</sup>. O mesmo acontece de novo em maio de 1863<sup>659</sup>. E o mesmo acontece em Braga<sup>660</sup>.

Para esta exposição agrícola de Braga, em outubro de 1863, o *Jornal do Porto* divulga, a 20 de julho, convite emanado da comissão de organização através da delegação no Porto: convida quem quer concorrer para ir receber as guias em que se declaram os produtos e recebem as instruções. É assinado por Roberto Wan-Zeller, Gonçalo Guedes de Carvalho e Alfredo Allen, os organizadores dos concorrentes do Porto

---

<sup>654</sup> *Ibidem*.

<sup>655</sup> *Ibidem*.

<sup>656</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 31 de maio de 1861. Falta um circuito comercial para a produção agrícola a que acresce a dificuldade de circulação de produtos e de informação. Não basta incentivar a produção.

<sup>657</sup> *Jornal do Porto*, 15 de maio de 1863.

<sup>658</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 3 de maio de 1861.

<sup>659</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 1 de maio de 1863 – o jornal publica o edital anunciando a exposição de gado vacum e lanígero na feira no Campo 24 de Agosto, no dia 19 de maio e faz a divulgação do regulamento e dos prémios aos criadores de gado vacum e lanígero.

<sup>660</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 13 de junho de 1863: Instruções para os concorrentes à exposição agrícola de Braga, no mês de outubro.

à exposição agrícola de Braga<sup>661</sup>. Como curiosidade, reparemos que a exposição, preparada para ser um acontecimento local, com grande repercussão regional, será inaugurada a 16 de outubro, o dia de anos da rainha: *«No dia acima mencionado, e escolhido para solemnizar tão fausto anniversario, terá logar a abertura d'esta grande festa nacional, em que a capital da formosa provincia do Minho recebe em seu seio e expõe os produtos agricolas, não só do districto de Braga, mas tambem os de outros districtos que se fizerem representar n'este útil e festivo certame da industria agricola.»*<sup>662</sup> Na edição de 26 de setembro de 1863, noticia-se que *«Já chegaram de Lisboa as barracas de campanha que se esperavam, e muitas decorações que serviram nas festas do casamento e da chegada de S. M. a Rainha»*. A exposição será um evento regional.

Neste início da segunda metade de Oitocentos, a agricultura portuguesa vai assistir a várias transformações que, para uns serão oportunidades, para outros problemas de difícil resolução - quem se adapta e adere à mudança sobrevive, quem não o fizer corre sérios riscos na sua atividade de sempre: surgiu o *«petroline»* para a iluminação e os cidadãos ficam a ganhar porque o *petroline* custa 3 vezes menos que o azeite usado na iluminação, diz o correspondente de Lisboa, em correspondência datada de 13 de dezembro de 1862. O preço do azeite baixou mas os interesses de uns não são os interesses de outros: *«só temos de admirar que cavalheiros tão illustrados como são alguns dos membros da associação agricola sacrifiquem os principios economicos ao egoismo particular»*<sup>663</sup>, diz o correspondente de Lisboa que também afirma que o azeite português tem mercado de exportação.<sup>664</sup>

Do estrangeiro vêm exemplos de modernização que tardam a chegar aos lavradores, mas no reino, continua a não se verificar o investimento necessário na instrução dos homens e mulheres do campo. A publicação de um livro dedicado à agricultura é ocasião para um longo artigo de A. Girão no *Jornal do Porto*.<sup>665</sup> Neste

---

<sup>661</sup> *Jornal do Porto*, 20 de julho de 1863.

<sup>662</sup> *Jornal do Porto*, 15 de setembro de 1863.

<sup>663</sup> *Jornal do Porto*, 15 de dezembro de 1862, na rubrica *Correio d'Hoje*, do correspondente de Lisboa.

<sup>664</sup> Cf. *Jornal do Porto*, de 15 de dezembro de 1862, em carta datada de 13 de dezembro, o correspondente de Lisboa, faz eco da preocupação de alguns produtores de azeite: o azeite está em vias de perder o mercado nacional da iluminação para o *petroline*, o que beneficiará os consumidores e não prejudicará os olivais.

<sup>665</sup> *Jornal do Porto*, 16 de abril de 1862: *«A publicação em portuguez de um livro sobre um ramo qualquer dos conhecimentos humanos é já um acontecimento, e se este livro trata de coizas agricolas, deve ser a sua aparição festejada por todos os homens que amam do coração o progresso d'agricultura, principal fonte da nossa riqueza, e poderosíssimo elemento da regeneração económica deste bello paiz.*

artigo, a propósito da publicação de *Estudos de Agricultura*, de Manuel Adelino Figueiredo<sup>666</sup>, A. Girão<sup>667</sup>, escreve no *Jornal do Porto* sobre a indiferença que ele considera a causa do nosso atraso agrícola:

«a indiferença pela agricultura é com efeito um cancro que lavra fundo em todas as classes, e que tem affectado profundamente todas as camadas da sociedade. A indiferença, e diremos mesmo, o desprezo pelas couzas agrícolas descendo das regiões do poder, logo que os monarcas deixaram de se chamar lavradores, espalhou-se entre os próprios agricultores, e quasi converteu a charrua em instrumento de ignominia. Os proprietários abandonaram as terras, e as povoações ruraes teem escorregado por um plano inclinado até ao ultimo ponto do abandono e da pobreza.»<sup>668</sup>

No entanto, reconhece que: «Entretanto, e n'estes ultimos anos, alguns espíritos esclarecidos teem tentado o caminho da reacção, e resta-nos a esperança de que o mal se extirpe»<sup>669</sup> querendo aqui salientar a importância das exposições, do ensino agrícola, das máquinas, da estatística agrícola e das vias de comunicação que tardam em estar ao serviço da circulação de produtos e do desenvolvimento da agricultura.

Júlio Dinis, no seu primeiro romance rural, *As Pupilas do Senhor Reitor*, escrito em 1863, logo no segundo parágrafo do romance<sup>670</sup>, fala de Morais Soares, para com isso elogiar José das Dornas, o abastado lavrador da aldeia, que percebe de agricultura e domina os circuitos comerciais para a venda dos seus produtos armazenados no celeiro. Em abril de 1862, Morais Soares, na qualidade de chefe da «repartição de agricultura, do ministério das obras públicas»<sup>671</sup> surge-nos no *Jornal do Porto*, a propósito do projeto de criação do museu dos nossos principais produtos agrícolas, no Instituto Agrícola de Lisboa - vinho, cereais, azeites, lãs, sedas - com exposição permanente, com o objetivo de auxiliar o ensino agrícola. Ainda em 1862, Morais Soares surge de novo nas páginas do jornal, na edição de 30 de dezembro, através da transcrição de um artigo do *Arquivo Rural* em que ele responde a um

---

(...), «(...) é uma obra que trata de um ponto mais alto as grandes questões económicas e administrativas, que prendem mais ou menos directamente com a agricultura».

<sup>666</sup> *Estudos de Agricultura* obra publicada em Coimbra, pelo bacharel em filosofia, Manoel Adelino de Figueiredo.

<sup>667</sup> A. Girão também escreve sobre agricultura no *Jornal da Sociedade Agrícola do Porto*.

<sup>668</sup> *Jornal do Porto*, 16 de maio de 1862.

<sup>669</sup> *Idem*.

<sup>670</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.9.

<sup>671</sup> *Jornal do Porto*, 11 de abril de 1862.

lavrador, dando notícias agrícolas e fazendo o ponto da situação sobre alguns tópicos, como a sociedade agrícola de Lisboa e a quinta exemplar na Granja do Marquês<sup>672</sup>.

Porém, há outras preocupações dos lavradores que aparecem nas páginas do *Jornal do Porto*, como a discussão sobre as leis sobre a posse da terra e a lei do morgadio. Ou ainda a exportação dos vinhos para o Brasil, sendo a vitivinicultura uma das principais indústrias nacionais, muito prejudicada pelo oidium e pela concorrência dos vinhos estrangeiros no mercado inglês. No Brasil, foram «*abolidos os direitos diferenciais estabelecidos pela pauta brasileira*» sobre os vinhos nacionais<sup>673</sup>: os vinhos portugueses pagavam no Brasil direitos de importação superiores aos que estavam sujeitos vinhos de outros países. «*Ha muito que a abolição dos direitos diferenciais impostos aos nossos vinhos era reclamada pelo commercio dos dous paizes (...)*»<sup>674</sup>

Esta é uma época em que o liberalismo e a liberdade económica se impõem, sendo o *Jornal do Porto* também protagonista na longa discussão sobre o funcionamento da economia e da justiça na distribuição e posse da terra, mesmo para além da extinção dos morgadios, em 1863. A discussão pública sobre as condições de posse e exploração da terra suscitam debate e confronto político, havendo «*muitos e radicados interesses*»<sup>675</sup>. Em 1860, sob o título *Vínculos*, a redação dedica algumas páginas ao tema, sentenciando que vai longo o debate e que é tempo de os extinguir, reformular ou, simplesmente, deixar como estão. A abolição dos morgadios<sup>676</sup> vai estar em relevo nas páginas do diário portuense. A discussão ocorre em ambiente favorável, sendo apresentada como necessária para a proteção aos segundos filhos e como propiciadora do desenvolvimento da agricultura, contribuindo para o apaziguamento nas aldeias e para fixar as populações à terra<sup>677</sup>. A agricultura e a toda vida económica e social do reino reclamam as novas estradas de macadame. São fundamentais. Ontem como hoje, à facilitação de circulação de produtos, pessoas e ideias atribuímos muitos benefícios económicos, sociais e culturais. Mas, num país em visível movimento de

---

<sup>672</sup> Cf. *Jornal do Porto*, 30 de dezembro de 1862, transcrição de artigo de Morais Soares, respondendo a um agricultor, no *Archivo Rural*.

<sup>673</sup> *Jornal do Porto*, 7 de novembro de 1859.

<sup>674</sup> *Idem*.

<sup>675</sup> *Jornal do Porto*, 14 de Janeiro de 1860, artigo intitulado *Vínculos I*, iniciado na última coluna da primeira página.

<sup>676</sup> *Jornal do Porto, Correio d'hoje*, correspondência de Lisboa, 11 de fevereiro de 1863.

<sup>677</sup> *Jornal do Porto, Credito Predial II*, artigo de primeira página, 11 de fevereiro de 1863.



mudança, surgem contratempos como o referido por um leitor de Cabeceiras<sup>678</sup>, que aponta às estradas e ao aumento do comércio em todo o país, a quebra da importância da feira de S. Miguel. Logo na edição do dia seguinte, de Bragança, pede-se estradas que liguem a cidade ao Porto, a Vila Real, e ao Minho, que sirvam a agricultura e o comércio, ligando Bragança ao Douro porque «*Todos os generos que exportamos, como cereais, lãs, aguardente, azeite, amêndoa, etc, saem, na maior parte pelo Douro, (...). Da mesma maneira muitos dos generos que importamos, como sal, ferro, aço, arroz, bacalhau, é por aquelle ponto que os recebemos (...) é pois de ver, quão importante é a estrada que nos der facil e comoda comunicação com o Douro, por aquelle ponto.*»<sup>679</sup> As estradas e o caminho de ferro são necessários para a livre circulação de pessoas e produtos, ao que o *Jornal do Porto* acrescenta uma outra vantagem, para a agricultura: a facilitação da circulação permite dar formação aos agricultores, para se instruírem e aperfeiçoarem<sup>680</sup>.

A formação dos lavradores é uma necessidade face ao desenvolvimento da atividade agrícola noutros pontos da Europa e da América. Em 1863, a propósito do crédito predial, o *Jornal do Porto*, mais uma vez, chama a atenção de todos - do governo, às cortes, aos bancos -, afirmando que precisam estar cientes desta oportunidade que o progresso técnico e científico traz para a agricultura: «*A construcção das vias ferreas, e o aceleramento das comunicações, dando impulso a toda a ordem de relações commerciaes, fornece ensejo aos proprietários de trazerem aos mercados, que mais convierem, os produtos da agricultura*»<sup>681</sup>.

E poderíamos concluir esta viagem pela agricultura no *Jornal do Porto*, com o pensamento da redação do próprio jornal: os nossos lavradores não se regem por regras e princípios científicos ou teóricos, como fazem os agricultores e criadores de gado em França e Inglaterra. A informação não circula e os agricultores não a procuram. O *Jornal do Porto* destina à vida rural mais um artigo de abertura, na primeira página, intitulado *A criação de gados*<sup>682</sup>, onde se realça que Portugal «*é paiz fadado á industria agricola, e não obstante só muito recentemente se pensou em ilustrar essa que é a primeira de todas as industrias humanas*»<sup>683</sup>. Finalizamos com uma notícia do

---

<sup>678</sup> *Jornal do Porto*, 6 de outubro de 1859, texto assinado por Catão, na secção *Comunicados*, datado de Cabeceiras, 30 de setembro de 1859.

<sup>679</sup> *Jornal do Porto*, edição de 8 de outubro de 1859, correspondência datada de dia 2 de outubro de 1859.

<sup>680</sup> *Jornal do Porto*, 30 de novembro de 1859.

<sup>681</sup> *Jornal do Porto*, 4 de fevereiro de 1863, artigo de primeira página, *Credito Predial I*.

<sup>682</sup> *Jornal do Porto*, 1 de junho de 1863, artigo de primeira página, *A criação de gados*.

<sup>683</sup> *Idem*.

*Jornal do Porto*, de 14 de abril de 1862: a Junta Geral do Distrito do Porto, na sua 29<sup>a</sup> sessão, a 7 abril de 1862, instituiu um prémio para quem apresentar um livro sobre agricultura que mereça ser adotado nas escolas de instrução primária. Esta é uma preocupação nacional: ensinar na infância os fundamentos daquela que era a principal fonte de trabalho e de rendimento no reino. Trabalho para a sobrevivência de uma população essencialmente rural e em regime de autossubsistência, rendimento para quem começa a promover a agricultura empresarial, em busca do lucro e respondendo à abertura dos negócios da exportação.

Ao *Jornal do Porto*, à imprensa portuguesa do Portugal liberal, podemos atribuir uma importante função informativa e política, a nível local, regional e nacional, mas também reconhecer-lhe uma função democrática e pedagógica de divulgação de conhecimentos e de novidades técnicas e de discussão de pontos de vista e soluções para os inúmeros problemas da sociedade portuguesa oitocentista.

### **3.3.2 - As aldeias dinisianas - retratos da vida no Minho, da vida rural à emigração**

*«Há uma lei do gosto literário em que eu acredito firmemente.  
O excepcional, o extravagante, o desregrado  
não é o que desperta nos leitores ou nos espectadores  
o mais verdadeiro, o mais duradouro interesse;  
pelo contrário, é o comum, o vulgar na justa acepção do termo.»*  
Júlio Dinis<sup>684</sup>

Júlio Dinis pinta quadros da vida na aldeia. É a aldeia dinisiana, uma qualquer aldeia portuguesa dos anos cinquenta do século XIX, com a pobreza, o analfabetismo, o privilégio da leitura e da escrita para apenas alguns de entre todos os outros habitantes. Todos se conhecem. São vizinhos, compadres, afilhados e afilhadas, primos e primas. É a vida no campo: o calendário das colheitas, a mercearia, a barbearia, a taberna, a igreja,

---

<sup>684</sup> Júlio Dinis, «Ideias que me ocorrem», Funchal, novembro de 1869, p. 542

a escola. Júlio Dinis não perde tempo a descrever os lugares. Cada lugar é único pelos habitantes que lá encontramos. A aldeia<sup>685</sup> dos velhos amigos José das Dornas, padre António e João Semana, o grande proprietário agrícola, o reitor e o médico, que são autoridades respeitadas naquele espaço acanhado e aparentemente distante da cidade, onde as novidades parecem chegar tardiamente e onde a governanta de João Semana assume o papel da mulher que não se reúne às outras na mercearia simplesmente para criticar toda a gente; é também a aldeia das duas irmãs e de Francisquinha, a menina da Sra Teresa de Jesus e do João da Esquina. Casal a quem a vida sorriu mas a sua filha não consegue cumprir o sonho dos pais: ainda não casou rica. Esta é a aldeia de *As Pupilas do Senhor Reitor*.

Já a aldeia de Augusto<sup>686</sup> e do herbanário Vicente, homens ilustrados e honrados e que por isso mesmo são respeitados; mas essa é também a aldeia do conselheiro, o parlamentar e ministro, do Seabra, o brasileiro, de Henrique, o lisboeta, e de outras personagens que procuram fazer parte da elite com poder e capacidade de decisão; a aldeia onde o choque com a nova legislação liberal e a agenda política nacional e local quase faz surgir motins ou tumultos, como no caso do cemitério e do missionário; é aqui que encontramos a proximidade do poder, a capacidade de aproveitar a presença e os favores da capital através de um dos seus, através do conselheiro ou de outros interessados nos votos do círculo; é também a aldeia das duas primas, Cristina e Madalena, da linda e infeliz filha do Cancela e das mulheres que seguem o missionário e com isso alteram o equilíbrio da sua vida familiar. Esta é a aldeia de *A Morgadinha dos Canaviais*.

Por seu turno, a aldeia<sup>687</sup> de Jorge, de Tomé e Ana do Vedor, bem como do velho aristocrata e do velho procurador que o acompanha, pois que, para além de respeitados, são eles quem cria riqueza e postos de trabalho e consegue colocar a aldeia no caminho do progresso; Ana do Vedor é a viúva que gere a casa, a família e os negócios mas que, como ama dos meninos do solar tem toda uma aprendizagem da vida que ultrapassa os muros da casa e da aldeia onde sempre viveu; o velho aristocrata, sempre fiel aos seus princípios de fidalguia, fechado dentro dos salões de sua casa, outrora rica, fechado dentro de um mundo que vai desaparecendo e ruindo à sua volta, como a sua casa. Esta é também a aldeia dos primos dos fidalgos, os três irmãos

---

<sup>685</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*

<sup>686</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*

<sup>687</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*

abusadores, ora ignorados, ora consentidos pelo povoado, e é a aldeia de Luísa e Berta, mãe e filha, sempre submissas e expectantes. É assim a aldeia de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*<sup>688</sup>.

Três aldeias, três romances rurais, que permitem conhecer a vida portuguesa de então, na convivência entre jovens e adultos, entre pais e filhos, entre tradição e mudança, num país essencialmente rural. Interesses, intrigas, lealdades e deslealdades, trabalho e amores são os ingredientes utilizados e a que podemos ainda juntar a política, a religião e a educação. Mas, temos também a aldeia do Sr Cipriano<sup>689</sup> e a aldeia da jovem amada do senhor de Entre Arroios<sup>690</sup>. Todas são semelhantes entre si: isoladas, pouco desenvolvidas sob todos os pontos de vista - sociais, culturais e económicos, dos transportes e das comunicações. Em todas, o controlo social é exercido pela igreja e na taberna ou na mercearia. Em todas, o progresso vai vencer: a agricultura moderniza-se, realizam-se casamentos improváveis e a mudança vai-se instalando, com os novos casais a assumir trazer a modernidade para a aldeia, para Portugal.

A arte de representar a aldeia portuguesa de Oitocentos - A aldeia de Júlio Dinis, povoada de personagens e de trabalho, suscitou o interesse a outros artistas de oitocentos - As Pupilas foram representadas no teatro, em Lisboa, em 1868<sup>691</sup>, posteriormente, três décadas depois, na viragem do século, Malhoa e Roque Gameiro fixaram paisagens, personagens e cenas, na tela<sup>692</sup> e em gravuras<sup>693</sup>.

---

<sup>688</sup> Cf. Ana Rita Navarro, «Da ficção literária à representação cinematográfica: imagens e estereótipos de uma realidade», *ob. cit.*, p. 109: «*Palco de consideráveis mudanças sociais, tempo de reorganização da sociedade, esta época está marcada por alguma inquietação social. A extinção das ordens religiosas, o confisco dos seus bens, bem como o enfraquecimento de poder da classe nobre, agora em franca decadência, e, ainda, as medidas de protecção e de fomento ao desenvolvimento da agricultura originaram o aparecimento de nova classe endinheirada e que florescia graças ao seu trabalho. Assistia-se em Portugal à ascensão da burguesia. Não será exactamente esta a história narrada em Os Fidalgos, o romance que apresenta com maior nitidez dois mundos em franca colisão?*».

<sup>689</sup> Cf. Júlio Dinis, *Espólio do Senhor Cipriano*.

<sup>690</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Apreensões de uma Mãe*.

<sup>691</sup> Cf. Obras de Júlio Dinis, vol II, p. 863.

<sup>692</sup> José Malhoa, 1903, «Clara», óleo sobre tela, 244x134, no Museu do Chiado.

Cf. <http://www.museuartecontemporanea.pt>.

<sup>693</sup> Roque Gameiro, Cf. <http://www.caorg.pt>, Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro, <http://cm-alcanena.pt>.



Fig. 3.5 – *Clara*, pintura de José Malhoa, 1903<sup>694</sup>

Sobre *Clara*, de José Malhoa, escreveu Rita Soares no jornal *Público*:

*«Uma das pinturas mais representativas da obra de José Malhoa é Clara. Baseado numa das pupilas de Júlio Diniz, o quadro representa uma minhota a torcer roupa e, segundo Pedro Lapa, faz parte da fase em que José Malhoa "começa a introduzir situações narrativas muito marcadas, que se reportam à maneira de viver de um Portugal rural, profundamente afastado da modernidade e muito romanesco."»*<sup>695</sup>

Mas, os quadros sociais rurais que Júlio Dinis representa na sua obra, suscitaram o interesse e o pincel de Roque Gameiro, que apresentou e representou a aldeia do senhor reitor, traduziu e interpretou as palavras do escritor, na aldeia que primeiro encantou leitores e críticos. Com eles, vamos reconstituindo um mosaico social, cultural e económico, um retrato possível da aldeia, em que sobressai a representação do vestuário e da casa minhota: A casa e o vestuário, o seu brilho ou singeleza, são os elementos distintivos dos níveis de riqueza e conforto na aldeia. Roque Gameiro, no contexto da publicação de edições de luxo, ilustradas, de obras de diversos escritores portugueses, interessou-se pelo romance e com a maestria da sua arte e das suas cores, quis dar-nos a sua leitura dos retratos sociais deste romance rural de Júlio Dinis.

<sup>694</sup> <http://www.museuartecontemporanea.pt>.

<sup>695</sup> Rita Soares, in *Público*, edição de 28.04.2005, disponível em <https://www.publico.pt/culturaipsilon/jornal/150-anos-do-nascimento-jose-malhoa>, consulta de 20.07.2016.

Poderemos questionar a ausência de interesse de Roque Gameiro e do editor para a publicação de uma edição ilustrada de *Uma Família Inglesa* ou dos outros romances rurais de Júlio Dinis, na década de 1910-1920. Na pesquisa no catálogo da Porbase, <http://porbase.bn.pt>, foi possível verificar a publicação de uma edição ilustrada de *Serões da Província*<sup>696</sup>, pela Empresa Literária Universal, com ilustrações de Alfredo de Moraes<sup>697</sup>. A publicação, em data incerta, entre 1890 e 1911, inclui-se no mesmo ciclo de interesse pela ilustração de obras de autores portugueses. Estas edições ilustradas vão continuar a merecer interesse editorial, pois que, em 1930, Roque Gameiro e Alfredo de Moraes<sup>698</sup> vão ilustrar em conjunto uma edição de luxo de *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>699</sup> e em 1948, Alfredo de Moraes assume a ilustração de *Os Fidalgos da Casa Mourisca*<sup>700</sup>. Efetivamente, apesar de distantes no tempo, na 1ª metade do século XX, todos os romances rurais de Júlio Dinis tiveram uma edição ilustrada. Só o romance *Uma Família Inglesa* não teve edição ilustrada, o que poderemos relacionar com uma possível leitura editorial de que, sendo um retrato de uma família inglesa no Porto, não se integrava na imagem de portugalidade que na época se procurava difundir, ao nível de mentalidades, costumes, tradições e valores, na família e na sociedade.

Sobre Roque Gameiro, como ilustrador, escreve Maria Alzira Roque Gameiro que «atingiu grande relevo. Sendo convidado a ilustrar algumas das grandes obras da literatura portuguesa do seu tempo»<sup>701</sup>. No que se refere ao trabalho para *As Pupilas do Senhor Reitor*, a autora refere que Roque Gameiro dizia que «os desenhos têm de estar à altura das palavras do safardana do escritor»<sup>702</sup>, que procurou a sintonia entre a obra literária e as ilustrações, estudava o texto e criava-as, usando «peças e modelos que

<sup>696</sup> Júlio Dinis, *Serões da Província*, 1ª edição ilustrada com aguarelas - com aguarelas de Alfredo de Moraes, Emp. Literária Universal, Lisboa, (entre 1890 e 1911), Cf. <http://porbase.bn.pt>.

<sup>697</sup> Cf. <http://purl.pt> - Alfredo de Moraes (Lisboa 1872-1972): «Trabalhou em litografia na Imprensa Nacional e foi professor na Sociedade Nacional de Belas Artes. Fez ilustrações para jornais - como *Folha do Povo*, *Diário da Manhã*, *O Século*, *Diário de Notícias*, *O Mundo* - e para numerosos livros, sendo disputadíssimo pelas editoras. De entre estas ilustrou uma tradução de D. José Carcomo de D. Quichote da Mancha e uma adaptação para jovens para a Biblioteca Ideal, ambas nos anos 20 do século XX. ».

<sup>698</sup> Cf. <https://in-libris.com/products/morgadinha-dos-canaviaes-a>: «edição ilustrada com estampas a cores da autoria de Roque Gameiro e desenhos nas páginas de texto assinadas por Alfredo Moraes.»

<sup>699</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, edição de luxo, de 1930, de Rodrigues e Ca Editores, com ilustrações de Roque Gameiro, Lisboa, 1930, Cf. <http://porbase.bn.pt>, Cf. <https://in-libris.com>.

<sup>700</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, edição ilustrada com aguarela de Alfredo Moraes, Emp. Litteraria Universal, Lisboa, 1948, Cf. <http://porbase.bn.pt>.

<sup>701</sup> Maria Alzira Roque Gameiro, *Do Museu Roque Gameiro ao Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro*, Universidade Lusófona, Lisboa, 2009, disponível em [http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/maria\\_gameiro\\_1.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/maria_gameiro_1.pdf), consulta de 16.05.2017, p. 62.

<sup>702</sup> *Idem*, p. 62.

*adquiria e eram característicos desses lugares»*<sup>703</sup>. Para a realização destas ilustrações, Roque Gameiro visitou o Minho<sup>704</sup>, esteve em Santo Tirso<sup>705</sup> em busca da aldeia dinisiana e das personagens na sua rotina diária. Esta atividade de ilustração de obras de grandes escritores portugueses, no final do século XIX, poder ser enquadrada na corrente cultural europeia do final do século XIX, representada pela ação e pela palavra de Sousa Viterbo e Ramalho Ortigão. Ramalho Ortigão, em 1896, na sua obra *O Culto da Arte em Portugal*<sup>706</sup> afirma que a defesa e a valorização do património nacional exige a mudança de mentalidades e que esta só ocorrerá com o fomento da educação do povo, sensibilizando-o para a preservação de memória e de sinais de identidade nacional. Sousa Viterbo, também em 1896, a propósito da preservação da memória da indústria artesanal da moagem, defendeu que

*«Antes que tudo se perca irremediavelmente, salvemos pela descrição e pela estampa o que ainda nos resta, dilacerado e partido, dos antigos documentos da laboriosidade portuguesa. Que pittoresca romagem a que alguém executasse por esse país fóra, reproduzindo no seu album todas as manifestações da esthetica e do trabalho nacional! Que poesia encantadora nessas tradições da forma, da côr, do útil e do deleitoso! Á sombra da ramada, através da gelosia estreita, ainda descortinareis a mulher do Minho tecendo a sua camisa de estopa ou a sua saia de listas (...) A vida material, a vida do trabalho, anda intimamente ligada á vida psycologica, e uma e outra deveriam ser surpreendidas ao mesmo tempo no seu conjuncto harmonioso. (...)»*<sup>707</sup>

O artista<sup>708</sup> realizou um grande conjunto de imagens<sup>709</sup> para ilustrar este romance: quarenta a preto e branco, integradas no texto, e trinta, a cores, de página inteira<sup>710</sup>, designadas como *Estampas*<sup>711</sup>, que nos contam como o aguarelista viu os

<sup>703</sup> *Ibidem*, p. 63.

<sup>704</sup> «Numa entrevista dada ao Diário de Lisboa, Roque Gameiro contesta a algumas perguntas sobre o local onde decorreu a acção das Pupilas do Sr. Reitor: "... Convencido de que o fundo do cenário não podia ser Ovar (...), palmilhei, de recanto a recanto, o norte todo. Encontrei em Santo Tirso - onde Júlio Dinis também esteve várias vezes e onde residiu demoradamente -, a paisagem que se ajustava, com uma realidade de entusiasmar, às descrições do romance." Disponível em <http://tribop.pt/ARG>, consulta de 20.09.2017.

<sup>705</sup> Cf. Maria Alzira Roque Gameiro, *ob. cit.*, p. 64.

<sup>706</sup> Cf. Alice Alves, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX*, Lisboa, 2009, *Resumo*, s/p, disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2401/1/ulsd058670\\_td\\_Alice\\_Alves.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2401/1/ulsd058670_td_Alice_Alves.pdf), consulta de 07.07.2016

<sup>707</sup> Sousa Viterbo, «Arqueologia industrial Portuguesa: os moinhos», in *O Arqueólogo Português*, Vol II, nº 8 e 9, agosto e setembro de 1896, p. 194, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/o-arqueologo-portugues>, consulta de 14/07/2016.

<sup>708</sup> Cf. Museu de Aguarela Roque Gameiro, disponível em <http://cm-alcanena.pt> e em <http://www.caorg.pt/polos/museu-de-aguarela-roque-gameiro>, consulta de 20.05.2016.

<sup>709</sup> As aguarelas pertencem à coleção do Museu de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian. Encontram-se em depósito no Museu Roque Gameiro.

<sup>710</sup> Cf. <http://tribop.pt/ARG/Pupilas>, consulta de 20.09.2017.

homens, as mulheres e as crianças, e os seus trajes, como encontrou as ruas, as casas, a tenda e a taberna. O primeiro desenho, a preto e branco, encontra-se logo na segunda página do livro<sup>712</sup>, enquadrado no texto: vemos o Senhor Reitor a interpelar José das Dornas, « - *Ó homem de Deus (...) que tens tu há tempos a esta parte?*»<sup>713</sup>. No final da obra, apresenta também um desenho a preto e branco, representando a cena de alegria em casa das pupilas, com os dois pares namorando junto à janela, sob o olhar dos três verenáveis senhores da aldeia – José das Dornas, emocionado, João Semana, surpreendido, e o reitor, sorrindo, afirma: «... *mas os meus oitenta anos é que são de mais para a alegria dos noivos. Eu, tu e José das Dornas deviamo-nos retirar, porque eles estão agora persuadidos que nunca envelhecem nem morrem, (...)*»<sup>714</sup>. As ilustrações a cores, de página inteira, colocadas em papel diferente, como gravuras, em folhas sem texto, surgem também em contexto e protegidas com folha de papel transparente, em que se escreveu uma legenda, constituída por frase ou expressão do texto. Apenas não podemos afirmar se as legendas foram escolhidas pelo artista ou pelo editor da obra.

Com as suas imagens, o quotidiano, as paixões e as emoções expressas em palavras, passaram para o papel, como imagem, como que numa “reportagem” na aldeia. Apresentamos algumas das imagens criadas por Roque Gameiro<sup>715</sup>, de entre as disponíveis no CARG<sup>716</sup> e na Casa Museu Júlio Dinis. As imagens que se seguem foram também observadas num exemplar de *As Pupillas do Senhor Reitor*<sup>717</sup>, uma edição sem data, mas publicada cerca de 1900/1903, da editora *A Editora*, de Lisboa, situada no número 50, do Largo do Conde Barão.

As aguarelas de Roque Gameiro formam um retrato da aldeia de Margarida e Clara. São uma representação da aldeia do senhor reitor – são a representação de Roque Gameiro, concretizada trinta anos depois da morte de Júlio Dinis. Roque Gameiro, quis apresentar em aguarela, os retratos que as palavras do escritor pareciam oferecer. Trata-se de uma outra forma de observar e representar a aldeia: o olhar de Roque Gameiro, no

---

<sup>711</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, *Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», A Editora, Lisboa, s/d, Cf. p.435, índice e título de gravuras a cores, sob o título *Collocação das Estampas*, que contém erros de paginação.

<sup>712</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>713</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, p. 11.

<sup>714</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, *Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, p. 430; Cf. Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, Ed. Mel, *ob. cit.*, p. 334.

<sup>715</sup> As aguarelas pertencem à coleção do Museu de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>716</sup> Imagens disponíveis em <http://tribop.pt/ARG>, consulta em 26 de fevereiro de 2017.

<sup>717</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, *Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», A Editora, Lisboa, s/d.



seu tempo e no seu contexto de fim do século XIX. São o seu mosaico de quadros sociais, debruçado sobre o mundo rural dinisiano. Mas, esta é a aldeia minhota de Roque Gameiro, uma interpretação da aldeia minhota de Júlio Dinis.

A sequência da apresentação está organizada de modo a obtermos uma leitura não só do enredo do romance, mas do quotidiano das suas personagens, da aldeia, das suas figuras infantis e femininas. Da vida na aldeia, com o trabalho e as paisagens. A aldeia com a pobreza, a tristeza e a alegria. A estampa colorida que se segue, de página inteira, situada no final do capítulo III, mostra-nos, Guida, descalça, no seu trabalho diário, no campo, com o rebanho, sentada numa pedra, a ler para Daniel, que, deitado no chão, a observa, sorrindo. Como legenda, podemos ler: «...o grupo que formavam, n'aquelle momento...»<sup>718</sup>.

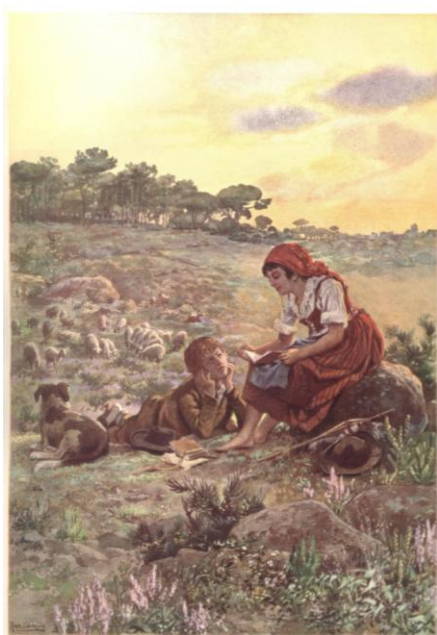


Fig.3.6 – Ilustração de Roque Gameiro para *As Pupilas do Senhor Reitor*

A expressão que constitui a legenda da gravura, está inserida no texto da primeira página do capítulo seguinte, em que o narrador procura mostrar o que o reitor viu e sentiu: «Mas o que o maravilhou foi o grupo que formavam, n'aquelle momento, a pequena zagala, o cão e o nosso conhecido Daniel, por via de quem o bom do padre

<sup>718</sup> *Idem*, entre as pp.22 e 23, capítulo III, estampa colorida, de página inteira.

*emprehendera tão trabalhosa excursão.»*<sup>719</sup> Com o rebanho e o cão, as duas crianças passam o tempo a cantar, a conversar e a ler. Daniel ensinou Guida a ler e gostava de a ouvir. Daniel tem doze ou treze anos, o pai e o bom reitor tinham decidido que seria padre, pelo que andava a estudar latim. Mas, Daniel apaixonou-se por Margarida. E, depois desta descoberta, segundo o reitor, é preciso mudar de planos, porque não se quer na aldeia mais um padre sem vocação: *«Para dar maus exemplos, temos cá, infelizmente, bastantes. E quando o pano é assim em amostra, que fará a peça inteira!»*<sup>720</sup>.

Face à descoberta, é preciso dar solução ao caso. É o que podemos ver na gravura que se segue, em que o senhor reitor está à conversa com o pai de Daniel, no capítulo V<sup>721</sup>.



Fig. 3.7 - Ilustração de Roque Gameiro para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Esta imagem, a preto e branco, sem legenda, ocupa meia página, estando o texto numa coluna e a imagem à sua direita<sup>722</sup>. Estamos na aldeia, os dois homens, o

<sup>719</sup> *Ibidem*, p. 23; Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 24.

<sup>720</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 38.

<sup>721</sup> *Idem*, p. 38.

<sup>722</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, *Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», A Editora, Lisboa, s/d, p. 41.

Senhor Reitor e José das Dornas, o lavrador, pai de Daniel, estão à conversa sobre o futuro de Daniel. O reitor procura convencer José das Dornas da necessidade de mudar de planos e o diálogo, nesta página, junto à imagem, termina assim:

« - E se eu te afirmar que vi, com os meus olhos, o teu Daniel, sentado no monte ao pé da rapariga, cantando juntos, lendo juntos, e afirmando-lhe o rapaz que nunca havia de ser padre, pois queria casar com ella?»<sup>723</sup>

O lavrador José das Dornas, homem abastado e bem sucedido, tem dois filhos. Por seu lado, o senhor reitor, não é apenas o tutor das duas jovens irmãs órfãs, ele também acompanha de perto os dois jovens irmãos, Daniel e Pedro, órfãos de mãe. Se Daniel partiu para o Porto para estudar, Pedro, o filho mais velho de José das Dornas, rapaz forte, destinado à vida de lavrador, como seu pai, vive na aldeia e recebe conselhos do reitor, e amigo de seu pai, quanto a namoros e amigos. Na imagem que se segue, Roque Gameiro, mostra-nos Pedro à conversa com o Senhor Reitor – capítulo VII<sup>724</sup>.



Fig.3.8 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

---

<sup>723</sup> *Idem.*

<sup>724</sup> *Ibidem*, p. 52.

Nesta aguarela, em que se consegue observar a assinatura de Roque Gameiro, no canto inferior direito, para além de nos apresentar uma cena do quotidiano da aldeia, com Pedro, acompanhado pelo seu cão e com a sua junta de bois, demonstrando ser homem de trabalho, o artista põe em evidência a figura do Senhor Reitor de dedo em riste e Pedro ouvindo com ar atento, se não preocupado. O narrador informa: «Mas, o reitor estava sempre a pregar-lhe: - Pedro, tu andas-me por ahí muito á solta! Vê lá onde vaes cahir.»<sup>725</sup> A conversa prolonga-se para a página seguinte. Pedro defende-se, afirma que também precisa de se divertir um bocado e que ainda é muito novo para «tomar canceiras de família»<sup>726</sup>. Não é só na igreja que o pároco faz o seu serviço de pastor: nas ruas da aldeia faz a pedagogia do amor e dos bons costumes. Quando o vê atento aos encantos de Clara, a irmã mais nova de Margarida, o pastor aconselha Pedro a namorar com ela. E, desde logo, na apreciação que o reitor faz sobre os dotes de ambos<sup>727</sup>, percebemos que o património de Clara não fica atrás do património dos Dornas, conforme pudemos verificar noutros momentos ao longo do romance<sup>728</sup>.



Fig.3.9 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

<sup>725</sup> *Ibidem*.

<sup>726</sup> *Ibidem*, p. 53.

<sup>727</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.67: «Em relação aos dotes, não havia entre os noivos grande desigualdade, e, em vista disto, não era provável que da parte de José das Dornas surgissem dificuldades sérias.».

<sup>728</sup> *Idem*, p. 76: «Olhe que foi bem bom arranjo, Sr Zé – continuou o tendeiro (...). – Só o campo dos Bajuncos é uma tal peça de lavra!».

Na gravura de Roque Gameiro, confirmamos o que Júlio Dinis escreveu sobre o enamoramento de Pedro e Clara, entre quadras e risos, no meio do trabalho e das alegres cantigas das raparigas, na presença protetora das outras mulheres.

Finalmente o olhar de Clara encontra o olhar de Pedro<sup>729</sup> e como afirma o narrador: «*Com as respectivas tarefas, terminou a justa, ficando ambos os campeões vencidos um por o outro, pois ambos se reconheciam já seriamente apaixonados.*»<sup>730</sup>.

Depois, «*Pedro passou as canas de milho para o carro. Clara meteu a roupa na canastra; e puseram-se a caminho. Encontraram-se na ponte, e travaram então um diálogo em prosa, que foi a confirmação de quanto, em verso tinham dito já.*»<sup>731</sup>

Os versos «*Ó rio das águas claras / Que vaes correndo p'r'o mar*»<sup>732</sup>, constituem a legenda desta gravura, integrada no enredo – capítulo VII - , em que jovens raparigas e mulheres, lavam a roupa no rio: «*De joelhos, sobre esta poldras, como por lá lhe chamam, desde o arco até alguma extensão no sentido contrário ao da corrente, um bando de lavadeiras molhava, ensaboava, esfregava e torcia a roupa, ao som de alegres cantigas*»<sup>733</sup>, num ambiente de convívio e aprendizagem da vida. Lavar a roupa no rio, é uma atividade feminina, e o rio transforma-se num lugar de trabalho, de convívio e de aprendizagem, num centro cívico feminino, como também o podem ser a mercearia, a igreja e o adro da igreja, ou as aulas de costura e bordados, em que as mestras e as aprendizes conversam, aprendem e vivenciam experiências que as famílias não podem proporcionar, mas pagam às mestras para que as suas filhas possam, após o casamento, vir a desempenhar o seu papel social na família. Como Júlio Dinis nos mostra na aula de Margarida, em que a par da leitura, as meninas aprendem a costurar<sup>734</sup> e também na descrição que nos apresenta das aptidões de Berta para a costura<sup>735</sup>, que também era a ocupação das manhãs de Cristina e Lena<sup>736</sup>.

No rio, as mulheres reúnem-se, lava-se a roupa suja, em sentido literal e figurado, pois que entre a lavagem da roupa também se fala – e fala-se da vida privada de cada conterrâneo, do que cada membro daquela comunidade esconde ou não quer

---

<sup>729</sup> *Ibidem*, pp. 47-50.

<sup>730</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>731</sup> *Ibidem*.

<sup>732</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, legenda da gravura colocada entre as páginas 54 e 55, capítulo VII.

<sup>733</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 47.

<sup>734</sup> *Ibidem*, p. 266.

<sup>735</sup> Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, p. 102.

<sup>736</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 405.

mostrar. A informação circula e aí, e assim, se faz também a educação das jovens meninas.

Da observação destas quatro gravuras, ressalta a intenção e a capacidade artística de Roque Gameiro na representação do quotidiano na aldeia: o ambiente rural, o trabalho, o gado, as habitações e o vestuário, o relacionamento observado na postura das personagens, umas perante as outras. Guida está descalça, José das Dornas e Pedro exibem chapéu de abas largas e ambos ouvem atentamente as palavras do reitor. Mas, a figura do Senhor Reitor e a sua postura é reveladora do respeito que lhe é devido. Nos pormenores, do vestuário, do enquadramento, da localização da personagem na cena, Roque Gameiro representa a diferenciação social que também Júlio Dinis procurou colocar na dinâmica e na estrutura social daquela aldeia. Este equilíbrio e a centralidade das cenas representadas é uma das características dominantes na escrita de Júlio Dinis, onde não nos deparamos com longas descrições dos ambientes envolventes nem com exemplos ou recursos excessivos. A propósito destas gravuras de Roque Gameiro para ilustrar este romance dinisiano, Maria Alzira Roque Gameiro escreveu:

*«As ilustrações das «Pupilas do Senhor Reitor» são um trabalho onde domina o suporte do desenho e têm como objectivo principal, obedecer ao texto. (...)»*

*Rigorosamente ordenados e simétricos, os elementos formais foram cuidadosamente equilibrados, destacando-se os contrastes entre as linhas horizontais/verticais com as oblíquas, criando perspectiva e dinâmica. Em quase todas as aguarelas dominam uma linha vertical ao centro, que as divide em duas partes iguais. Se a personagem principal se situa numa das pontas, desequilibrando a obra, ARG logo preenche com vários elementos, a zona desfalcada, para que o trabalho final resulte em perfeita harmonia e equilíbrio. O jogo de luz e sombra e a diferença de tratamento dos planos principais e secundários levam a que o nosso olhar se centre na cena representada.»<sup>737</sup>*

Neste contexto, os amores de Pedro e Clara não provocaram conflitos familiares. Mas, no romance, o tema do casamento<sup>738</sup> ainda é abordado noutra família: em casa de João da Esquina, o casal procura marido para a sua filha única. À sua menina trigueira não faltavam pretendentes: o empreiteiro das estradas<sup>739</sup>, o Joaquim

---

<sup>737</sup> Maria Alzira Roque Gameiro, *ob. cit.*, p. 63.

<sup>738</sup> Cf. Ana Cláudia Boavida Salgueiro da Silva, *ob. cit.*, p. VII: « Ao contrário da maioria das obras dos autores do século XIX, que representam o amor não realizável, impossível e arrebatador, a obra romanesca dinisiana representa o paradigma do amor verdadeiro, consubstanciado na união conjugal, contribuindo, deste modo, para a caracterização do romance matrimonial. ».

<sup>739</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 158.

sacristão<sup>740</sup>, o filho do sineiro, o Bento do padeiro ou o Chico sapateiro<sup>741</sup>, mas os pais não confiam nas escolhas amorosas de Francisquinha, porque a profissão e o património dos pretendentes não se coadunam com as aspirações dos pais que, com o casamento da menina desejam aumentar o seu património, numa clara estratégia familiar. É uma estratégia familiar para obtenção da ascensão social, o que vemos acontecer nesta família, como afirma o narrador:

*«Não sei se o leitor penetrou bem o sentido deste diálogo cortado de expressivas reticências, e ao qual falta, para o interpretar, a eloquência do olhar e de gestos, que os dois cônjuges trocavam entre si. É certo que eles se compreenderam assim, e largas horas ficaram discutindo os teres e haveres de Daniel, e as probabilidades e vantagens de uma união entre a casa dos Esquinas e a dos Dornas, as quais, com os anos, podiam fornecer sofríveis elementos para a confecção de um brasão heráldico.»*<sup>742</sup>

Em *As Pupilas do Senhor Reitor*, Clara e Margarida estão no centro da intriga e são duas irmãs aparentemente muito diferentes. Diferentes, porque Clara é uma menina que de sua mãe herdou património, pelo que tem bens que lhe garantem a subsistência e a capacidade para encontrar noivo de nível económico e social semelhante. Diferentes, porque Clara é alegre despreocupada, e Margarida, desde cedo órfã de mãe, aprendeu, com a madrastra a sua forma de ser submissa, introvertida, melancólica, trabalhadora, em busca de autonomia e preocupada com a sua independência económica. Na aguarela que se segue vemos as duas irmãs na feira<sup>743</sup>. Clara acompanha a irmã mais velha à feira, mas Margarida tem uma difícil tarefa para realizar. É Clara quem consegue resolver-lhe esse grande problema: por imposição da madrastra, a mãe de Clara, Margarida estava obrigada a vender o cesto de fruta, mas não estava a conseguir, porque estava verde e era cara, para além do facto de haver *«uma tão grande afluência de fruta na praça, que barateava o género.»*<sup>744</sup> Clara encontra o seu padrinho a quem, alegremente, se propõe vender toda a fruta do cesto.

---

<sup>740</sup> *Idem*, pp. 158 e 285.

<sup>741</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>742</sup> *Ibidem*, p. 155.

<sup>743</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, ilustração de página inteira, entre as pp. 66 e 67, capítulo VIII, protegida com folha de papel transparente onde se lê a seguinte legenda: «*elle mexia e remexia nos bolsos do colllete...*». Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, Ed Mel, p. 56 e seguintes.

<sup>744</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, *ob. cit.*, p. 56.





Fig.3.10 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Na cena criada por Roque Gameiro, sob a legenda «... *elle mexia e remexia nos bolsos do collete ...*»<sup>745</sup>, vemos a jovem Clara de joelhos, debruçada sobre a cesta de fruta, acabada de vender a seu padrinho, o sr cônego Arouca<sup>746</sup>. Apesar da multidão que se pressente na feira, ninguém lhe havia comprado fruta.

Mais uma vez, Roque Gameiro nos coloca perante uma cena do quotidiano oitocentista e usa a cor ao serviço da cena e da mensagem: o padrinho de Clara, um velho cônego, é um homem abastado, a sua roupa brilha e a sua figura também. Na feira, o padrinho de Clara decide comprar toda a fruta do cesto de Margarida, a pedido de Clara, «*embora, fosse dura como pedra, e cara como açafraão*»<sup>747</sup>. Retirou do colete uma moeda de ouro, que quadruplicava o preço da fruta e deu-a a Clara: «- *Ahi tens; o que crescer é para um lenço.*»<sup>748</sup> Na imagem, vemos o ambiente colorido de um dia de feira, mas, nem a feira, nem a presença de Margarida e Clara no centro da cena, com o cesto de fruta – a canastra<sup>749</sup> –, retiram protagonismo ao padrinho de Clara. O senhor cônego pratica uma boa ação, dá uma prenda a sua afilhada e, sem o saber, resolve o problema que afligia Margarida.

<sup>745</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, ilustração de página inteira, entre as pp. 66 e 67, capítulo VIII, protegida com folha de papel transparente onde se lê a seguinte legenda: «*elle mexia e remexia nos bolsos do collete ...*»

<sup>746</sup> *Ibidem*, p. 66; Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.57.

<sup>747</sup> *Ibidem*, p.67; Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.56

<sup>748</sup> *Ibidem*; Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.58.

<sup>749</sup> Maria Alzira Roque Gameiro, *ob. cit.*, p. 64 - «*...a canastra é nova por isso que não pode comprar nenhuma antiga, mas é o verdadeiro tipo das antigas e é tal e qual as que por aqui se usavam nas mulheres lavadeiras...*» (doc. 4) (carta remetida de Santo Tirso, datada de 9 de Novembro de 1905).»



Roque Gameiro viu na aldeia de Júlio Dinis a prática da caridade que ajudava os doentes, os pobres, as mulheres e as crianças, que dependiam da mão amiga do seu reitor, do seu médico e da sua governanta, a Sra Joana. Mas, também as duas irmãs praticavam a caridade. Na rua, à porta de casa de Margarida e de Clara<sup>750</sup>, Roque Gameiro representa a pobreza e a caridade na figura de uma mulher, dobrada pelo sofrimento e pela pobreza, que recebe a esmola, rodeada das suas quatro crianças descalças. Esta gravura<sup>751</sup> surge integrada no final do capítulo XXX, aparentemente, sem ligação ao enredo no momento em que o senhor reitor pede a Clara que se dedique à realização do enxoval, porque se aproxima a data do casamento<sup>752</sup>, e pede a Margarida que «*não tire as vistas de Clara (...) uma «espionagem necessária e para bem dela; por isso não debes ter escrúpulos em fazê-la»*».<sup>753</sup> Aquela mulher aproximou-se da porta de casa de Margarida – ou bateu à porta-, porque sabia que as duas irmãs estavam atentas à pobreza. Mas, a caridade de Margarida e Clara também se sentia no cuidado que dedicavam aos doentes, como vimos em relação ao seu pobre, velho e doente mestre, que morre na presença de Margarida e de Daniel<sup>754</sup>. Na obra de Júlio Dinis é recorrente a prática da caridade: Jenny e Carlos cuidam da pobre viúva inglesa<sup>755</sup> e Madalena cuida dos pobres na sua aldeia, para além de lhes ler as cartas que chegam do Brasil<sup>756</sup>.

---

<sup>750</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as pp. 288 e 289, capítulo XXX, protegida com folha de papel transparente onde se lê a seguinte legenda : «*A porta das duas irmãs estava sempre sentada a caridade.*».

<sup>751</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, pp.223-224

<sup>752</sup> *Idem*, p. 223.

<sup>753</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>754</sup> *Ibidem*, p. 316.

<sup>755</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p. 79.

<sup>756</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p.41.



Fig.3.11 - Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Na aldeia, o controlo social e a manutenção de costumes e tradições, sempre resistentes à mudança, exerce-se, espontaneamente, nos centros cívicos locais, não só entre as mulheres, mas entre os homens, na taberna. No entanto, as mulheres, e muitas vezes, as mulheres anciãs<sup>757</sup>, à porta ou às janelas de casa são importantes elementos sociais para o controlo social local. Roque Gameiro, nesta sua aguarela, conseguiu mostrar-nos que a vida da aldeia dinisiana também se desenrola na rua. Júlio Dinis, apresenta-nos a *ti' Tomásia*<sup>758</sup> que observou e comentou com a vizinha, a *ti' Custódia*<sup>759</sup>, a atenção que José das Dornas dava a Daniel e criticou a diferença que o pai estava a estabelecer entre os dois irmãos. Daniel estudava latim com o Senhor Reitor e havia de partir para o Porto para se formar na Escola Médico-Cirúrgica. E Pedro, o mais velho, ficaria na aldeia, prejudicado, na educação e nas expectativas de futuro – é o que pensam as velhas senhoras que, à porta de casa, distraidamente, enquanto trabalham e convivem, observam e criticam comportamentos e atitudes, contribuindo para o controlo social na aldeia.

<sup>757</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, *Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, ilustração de página inteira, entre as pp. 10 e 11, capítulo II, protegida com folha de papel transparente onde se lê a seguinte legenda: «... comigo nunca elle fez farinha.».

<sup>758</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 14.

<sup>759</sup> *Idem*.

A legenda desta estampa de Roque Gameiro - «... comigo nunca elle fez farinha» - , remete-nos para o diálogo das duas velhas senhoras que não tinham dúvida de que Daniel, sendo «*de boa raça*»<sup>760</sup>, não seria bom padre. E, depressa abandonaram as críticas a José das Dornas e viajaram até à sua juventude e aos tempos em que um tio de Daniel e Pedro, teria deixado «*indelévels recordações entre as mulheres da sua época*»<sup>761</sup>. Pretendiam comparar Daniel a seu tio, depreciando-o, mas acabaram a criticar as suas próprias recordações desse tempo de juventude: «*E, dizendo isto, desviava a cara e abaixava-se para apanhar o novelo que deixara cair, enquanto a vizinha fazia um gesto e resmoneava um aparte ininteligível que ambos pareciam contrariar a última asserção da velha e pôr em dúvida a sua apregoada isenção de outros tempos.(...)*»<sup>762</sup>

Entretanto, Daniel partiu, a cavalo, pelos velhos caminhos e, anos depois, com o diploma a tiracolo, regressou pelos mesmos velhos caminhos: a estrada nova e a diligência ainda não haviam chegado à aldeia e Roque Gameiro ilustra a dificuldade da viagem. Na estampa em que representa a partida, do jovem Daniel para o Porto, montado na melhor égua da casa<sup>763</sup>, Roque Gameiro mostra-nos o rapaz, que não teve o direito de opinião sobre o seu futuro, a olhar para trás e não para a frente, para o futuro que o esperava na cidade e na Escola Médico-Cirúrgica.

Na legenda lê-se: «... mas, ao ver sumirem-se atraz de si as copas das arvores ...»<sup>764</sup>.

---

<sup>760</sup> Ibidem.

<sup>761</sup> Ibidem.

<sup>762</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>763</sup> Ibidem, p. 40.

<sup>764</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as pp. 44 e 45, no início do capítulo VI, protegida com folha de papel transparente onde se lê a seguinte legenda : «... mas, ao ver sumirem-se atraz de si as copas das arvores ... ».

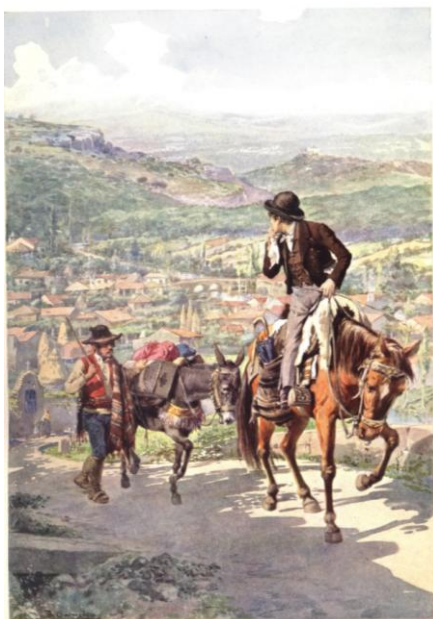


Fig. 3.12 – Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

No regresso à aldeia, Daniel é recebido com alegria. À porta de casa de José das Dornas<sup>765</sup>, muitos se juntam à alegria da família: «*O grande acontecimento do dia realiza-se enfim. Pelas cinco horas da tarde, parava à porta de José das Dornas a mais vigorosa e anafada das suas éguas, e dela se desmontava Daniel, em trajos de jornada e com a clássica caixa de lata a tiracolo, sinal evidente de formatura completa.*»<sup>766</sup>

A legenda desta gravura de Roque Gameiro, «*A vizinhança toda afluiu curiosa às portas e às janelas para ver o facultativo novo*»<sup>767</sup>, colocada no início do capítulo, utiliza parte do parágrafo seguinte: «*A vizinhança toda afluiu curiosa às portas e às janelas para ver o facultativo novo e julgar dele pelas primeiras impressões. Era uma colecção de olhos arregalados e bocas abertas, a convidar o lápis de um artista.*»<sup>768</sup> A aldeia é uma comunidade. Tudo é notícia. E as notícias correm velozes: A chegada de Daniel é um acontecimento que a reúne a vizinhança, das crianças aos mais velhos, curiosos, mas também felizes com a felicidade da família de José das Dornas. Porém, Margarida que, nessa tarde, soubera, da chegada de Daniel, pelo senhor reitor, em casa do seu velho mestre Álvaro, ficou ansiosa e evocando recordações da infância,

<sup>765</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as pp. 116 e 117, capítulo no início do capítulo XIV, protegida com folha de papel transparente onde se lê a seguinte legenda: «*A vizinhança toda afluiu curiosa às portas e às janellas para ver o facultativo novo...*».

<sup>766</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.94.

<sup>767</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit.

<sup>768</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.94.

«a lembrança de uma pessoa querida»<sup>769</sup>, conservando ainda «uma ilusão, muito escondida dos outros e de si, mas nunca de todo extinta»<sup>770</sup>.

Esta é uma aldeia, uma aldeia do Minho, onde as novas estradas ainda não chegaram. Como verificámos através das páginas do *Jornal do Porto*<sup>771</sup> e nos vários romances rurais de Júlio Dinis, nas décadas de 1850 e 1860, as populações do reino viviam na expectativa da chegada das novas estradas e de novas facilidades de deslocação, de pessoas e produtos. É, também por isso, pela dificuldade de comunicações, que esta aldeia minhota de Júlio Dinis é muito pouco diversificada, no que respeita aos grupos profissionais que aí encontramos: para além da presença do taberneiro e dos seus clientes e da família do merceeiro, é feita uma breve referência sobre o padeiro, o sapateiro, o sacristão, o sineiro e sobre os grupos de homens e mulheres que trabalham no campo, para além dos criados e homens de trabalho da casa agrícola de José das Dornas. Não sabemos como chega o correio à aldeia, não sabemos se muitos homens emigraram para o Brasil. Não temos acesso aos jornais, às ‘folhas’ que são tão importantes nos outros dois romances rurais de Júlio Dinis – *A Morgadinha dos Canaviais* e *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Não sabemos como é que José das Dornas e Clara conseguem fazer chegar a sua produção agrícola até aos intermediários ou até aos consumidores, nas redondezas ou na cidade. Mas, sente-se a azáfama de uns, a energia de outros, assim como se percebe como funciona a jogatana na taberna, onde o vinho que se vende é de má qualidade e o taberneiro explora a pobreza, embora as dívidas se acumulem. O padre António – o senhor reitor - sabe quem são os que por lá ficam horas a fio, apesar da doença e da fome que possa haver em casa. A taberna funciona como um centro cívico para os homens da aldeia – aí se encontram e conversam à mesa, entre o jogo e copos de vinho que ficam a dever ao taberneiro. Mas, o jogo e as dívidas tornam-se um problema para as suas pobres famílias. Conhecido por exercer o seu sacerdócio e a caridade pelas ruas da aldeia, o senhor reitor sabe que não consegue evitar a reunião dos jogadores, à volta do vício, mas um dia, decide enfrentá-los e confrontá-los, um a um, com a miséria que têm em casa, nas modestas e pobres casas, em tudo comparáveis à singeleza do mobiliário e do conforto na taberna. Roque

---

<sup>769</sup> *Idem.*

<sup>770</sup> *Ibidem*, p. 107.

<sup>771</sup> Cf. Capítulo II.

Gameiro fixa esta cena na gravura que se segue e a que é atribuída a seguinte legenda:  
«- E tu? - Não tenho nada; - ... perdi e devo.»<sup>772</sup>



Fig.3.13 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Como já referimos, nas páginas do *Jornal do Porto*, a redação e os noticiaristas dedicaram algumas colunas à identificação do problema do jogo na cidade do Porto e arredores, muitas vezes apelando à intervenção policial. Na taberna da aldeia do Senhor Reitor, os homens que, em vinho e jogo, gastam o que não ganharam, são repreendidos pelo seu pároco. Perante o seu pároco, descobrem a cabeça e levantam-se. De todos consegue obter as moedas que vai distribuir pelos pobres e doentes. Neste episódio de *As Pupilas do Senhor Reitor*, vemos a aldeia sem regedor, e sem o progresso anunciado pelos políticos a nível local e nacional, com os dias todos iguais, mas com o exemplo do clero sinceramente comprometido com as ideias liberais, que sente a sua comunidade desvalida, tal como o sente João Semana, o octogenário médico de aldeia, o médico de partido, que percorre todos os caminhos e veredas para levar consolo aos doentes. Este é o único romance dinisiano onde a figura do médico – o facultativo de partido, o médico

---

<sup>772</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as pp. 106 e 107, capítulo XII.



dos pobres - está presente de forma permanente, contribuindo para o desenrolar da intriga.



Fig.3.14 - Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Na aldeia minhota, a vida decorre entre os afazeres do dia a dia, dentro de casa e nos espaços exteriores. A casa de dois pisos e o quintal cheio de galinhas são sinais de abundância que vemos na gravura de Roque Gameiro<sup>773</sup>; é a casa de José das Dornas e, à janela, vemos Daniel a divertir-se «a atirar biscoitos a um cão, que andava solto pela quinta. As galinhas, patos, pombos e perus, que havia em abundância na casa, corriam tumultuosamente a disputar ao quadrúpede as migalhas, as quais ele defendia com unhas e dentes»<sup>774</sup>. Mas, na casa agrícola de José das Dornas, o convívio na esfolhada<sup>775</sup> é um momento do ano muito aguardado, por homens e mulheres, trazendo todos para um serão ao luar, trabalhando, cantando, convivendo, sem diferenciação no trato; é nestes momentos que se encontra a namorada ou o namorado, é nestes

<sup>773</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as páginas 220 e 221, capítulo XXIV, com a seguinte legenda: «...divertiu-se a atirar biscoitos a um cão, que andava solto pela quinta.».

<sup>774</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, p.170.

<sup>775</sup> Júlio Dinis, *Júlio Dinis, As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as páginas 296 e 297, capítulo XXXI; Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, capítulo XXIX, p. 214.

momentos que se esquece a dureza da pobreza e do trabalho no campo. Roque Gameiro apresenta-nos nesta gravura a sua interpretação do serão da esfolhada oitocentista ao luar e o abraço de Daniel a Clara, podendo ler-se a seguinte legenda: «*A essa, apertou-a ao peito, de maneira a redobrar o enleio, em que se achava já a rapariga.*»<sup>776</sup> Percebemos então que Roque Gameiro pretende salientar o abraço entre os dois jovens, tal como Júlio Dinis fez no seu texto, suscitando no leitor atenção aos sorrisos trocados e aos galanteios com que Daniel procurou cativar Clara, esquecendo-se que era a sua futura cunhada, «*inteiramente dominado por a sua irreprimível imaginação*»<sup>777</sup>.

Reparemos também no ambiente criado por Roque Gameiro para retratar a amizade e a entreaajuda entre as duas irmãs, na cozinha da família Meadas<sup>778</sup>. A simplicidade reina aqui, como, certamente, em muitas outras cozinhas das casas da aldeia.



Fig. 3.15 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Enquanto Margarida adormeceu, cansada, na cozinha da casa, Clara, ainda criança, levanta-se e vem ajudar a irmã mais velha na concretização de uma tarefa, que sua mãe lhe havia atribuído. E assim se cria cumplicidade e amor entre as duas irmãs: «*Margarida acreditou em outro milagre (...) . Mas, pouco a pouco, a verdade foi-lhe aparecendo mais distinta, e pela madrugada acabaram de confirmá-la alguns*

<sup>776</sup> *Idem.*

<sup>777</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 214.

<sup>778</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, - ilustração de página inteira, entre as páginas 62 e 63, capítulo VIII, com a seguinte legenda: «*pôz-se, por sua vez a trabalhar*».



*vestígios evidentes de Clara ter estado junto a si nessa noite, e enquanto dormia: denunciou-a um lenço que deixara cair na pressa com que voltara à alcova.»*<sup>779</sup>

No final do capítulo VIII, a mãe de Clara morre. Margarida e Clara ficam órfãs e sozinhas em casa. Com Roque Gameiro, entramos no quarto de dormir da senhora da casa, que representa a preto e branco. Júlio Dinis encerra este capítulo com as lágrimas de Margarida que o senhor reitor considerou serem lágrimas generosas, afirmando também que «*são verdadeiras jóias da tua boa alma. Elas devem ser de grande alívio para a daquela cujo maior pecado neste mundo foi o muito que te fez padecer.*»<sup>780</sup> Numa sociedade em que a assistência à pobreza e à orfandade é ainda tão pouco estruturada, como vimos em concreto nas páginas do *Jornal do Porto*, a proteção na infância e na doença depende da comunidade. E, numa sociedade em que a mortalidade infantil e no feminino era tão grave, a figura da madrasta má surge na infância de Margarida, que não encontra no pai apoio, nem carinho. Mas, o pai também morre e é com a irmã Clara que se sente em família.



Fig.3.16 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

O reitor torna-se o protetor das duas jovens. Na simplicidade do quarto da mãe de Clara, com as paredes brancas e madeira no chão, Roque Gameiro faz sobressair a cama e a arca<sup>781</sup>.

<sup>779</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.55.

<sup>780</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>781</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, ilustração a preto e branco, p. 68, capítulo VIII.

Mas, na pequena aldeia há diferenciação social. Roque Gameiro, seguindo o texto de Júlio Dinis apresenta-nos alguns personagens dentro de sua casa.



Fig.3.17 - Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Para a casa de José das Dornas, Roque Gameiro representa o quarto de Daniel<sup>782</sup>, cheio de luz, com uma grande janela, enquanto o jovem médico procura ocupar o seu tempo, sentado na cama, com um trabalhador de seu pai e a sua filha, uma criança de nove anos, com quem tenta conversar<sup>783</sup>. Por comparação, o quarto de Margarida<sup>784</sup>, surge-nos com decoração e ambiente semelhante, e com luz. A diferença está na cena representada: Margarida, de joelhos, debruçada sobre a cama, chora e é surpreendida pelo senhor reitor. Estamos quase no final do romance, o senhor reitor vai ao encontro de Margarida, abre a porta do quarto e ela chora, ajoelhada e dobrada sobre a cama. Como vemos, pela ilustração de Roque Gameiro, o quarto de Margarida, revela-nos uma casa com teto forrado e cama elegante, fatores distintivos de posição social.

<sup>782</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as páginas 276 e 277. Esta estampa não está integrada na intriga deste capítulo XXIX, dedicado à esfolhada.

<sup>783</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, pp.175-178.

<sup>784</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., - ilustração de página inteira, entre as páginas 364 e 365, capítulo XXXIX. Na legenda, podemos ler: « Ao rumor dos seus passos, ergueu-se de subito, uma mulher.».

Roque Gameiro apresenta-nos ainda outros espaços interiores<sup>785</sup>. Nesta outra casa na aldeia, pobre e com um senhorio implacável que não admite atrasos no pagamento da renda, vive o velho professor que regressou à aldeia já velho, doente e pobre, sem que saibamos qual foi o seu percurso de vida.



Fig.3.18 - Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Doente e solitário, só os livros sobressaem no ambiente de pobreza. Mas, o reitor, João Semana e as duas irmãs não o abandonam. Providenciam tudo, a comida, os remédios e o conforto da companhia e ainda lhe pagam a renda, que o senhorio se apressa a exigir<sup>786</sup>. Roque Gameiro apresenta o velho mestre Álvaro recebendo a visita de Margarida e do senhor reitor, em gravura a cores, de página inteira e como legenda podemos ler: « - *A gloria eterna, a bemaventurança do céu!* – respondeu o reitor com a firme convicção da fé.»<sup>787</sup> Na sala sobressai a estante com os poucos livros que têm cultivado o espírito de Margarida. Na gravura do lado, na mesma sala, Daniel passa uma receita para o doente, enquanto Clara o observa<sup>788</sup>.

<sup>785</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as páginas 112 e 113, capítulo XIII e entre as páginas 182 e 183, capítulo XX. Na sala de mestre Álvaro.

<sup>786</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 93.

<sup>787</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as páginas 112 e 113, capítulo XIII.

<sup>788</sup> *Idem*; entre as páginas 182 e 183, capítulo XX.. Na legenda podemos ler: « - *De que se ri?* – perguntou Daniel, voltando-se.».

Por sua vez, não parece ser significativa a diferença entre o ambiente e a decoração na sala de José das Dornas<sup>789</sup> e a na sala de Clara e Margarida<sup>790</sup>.



Fig. 3.19 - Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Mas, a casa de João Semana também merece um lugar de destaque nesta apreciação de Roque Gameiro. Na casa do médico de partido, João Semana, que também é proprietário local, os móveis, o vestuário, os sapatos, a toalha sobre a mesa, a beleza do teto, o retrato pendurado na parede, o relógio, a louça no armário louceiro, a presença da Sra Joana, a governanta, que lhe conhece os gostos gastronómicos e providencia o conforto na casa. Notemos a presença do gato que acompanha a refeição e a cena familiar.

<sup>789</sup> *Ibidem*: entre as páginas 208 e 209. Na legenda podemos ler: « - «Trigueira» - leu elle, ... ».

<sup>790</sup> *Ibidem*: entre as páginas 304 e 305. Na legenda podemos ler: « - Clara! – disse Margarida em voz baixa, puxando pelo vestido da irmã. ».





Fig.3.20 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

A sala de João Semana mereceu a Roque Gameiro<sup>791</sup> um cuidado revelador da atenção e da curiosidade com que o aguarelista terá lido o capítulo XVIII do romance, dedicado a João Semana, apreciador da gastronomia portuguesa, crítico dos estrangeirismos e da cozinha inglesa ou francesa, mas também contador de histórias e de anedotas, como a que serve de legenda à gravura<sup>792</sup>.

Com a atenção dedicada por Roque Gameiro a João Semana, ao longo dos capítulos XVII e XVIII, com duas aguarelas de página inteira e três ilustrações a preto e branco, integradas no texto, podemos inferir da importância atribuída ao facultativo na aldeia, pelos cuidados médicos e pela assistência que assegurava, num país sem capacidade organizativa para socorrer doentes e pobres. São os municípios quem contrata médicos – os médicos de partido – com baixo salário e com a responsabilidade de zelar pelos cuidados à população pobre do concelho, tendo como aliciante, a possibilidade de cobrar os serviços às famílias das casas abastadas. João Semana cumpria essa sua função e Daniel suceder-lhe-ia certamente.

<sup>791</sup> *Ibidem*, entre as páginas 166 e 167, capítulo XVIII. Na legenda podemos ler: « ... uma posta d'esse terceiro inimigo, que tão bem assado está. ».

<sup>792</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.130: « (...) Chegado a este ponto, o frade pousa o livro, suspira, estende o prato ao seu vizinho fronteiro, dizendo: “Tão fortes são, que nem lhes resisto eu, pobre pecador; uma posta desse terceiro inimigo, que tão bem assado está” ».

Na casa de João da Esquina, a abundância de decoração nas paredes da sala<sup>793</sup> distingue-a das demais, mas é o cuidado com o vestuário e o enxoval de Francisquinha que chama a atenção do leitor Roque Gameiro. A filha de João da Esquina e de Teresa de Jesus tinha aprendido a bordar, a ler, a escrever e a contar. Um investimento dos pais na esperança de um bom casamento, que tardava.

Daniel vai consultar a menina Francisca, em substituição de João Semana, a pedido de Joana, a criada do médico. As consultas tornam-se visitas frequentes e a vizinhança já falava como se de um caso amoroso se tratasse<sup>794</sup>. A aldeia exerce controlo social sobre a sua gente, seja na rua, à porta de casa, entre trabalho e conversas, como vimos fazer a *ti'Tomásia* e a *ti'Custódia*<sup>795</sup>, seja na própria loja de João da Esquina, onde sua esposa não perdia nenhuma oportunidade de falar, e de ouvir falar, sobre os temas da atualidade<sup>796</sup>.



Fig. 3.21 Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

As legendas das gravuras procuram confirmar o que se comentava na rua: Daniel «... segredou á menina algumas amabilidades de effeito salutar» e «A snr<sup>a</sup> Thereza não deixou sahir Daniel sem que elle visse todas as obras de crochet ...». A sala desta família tem as paredes decoradas e as peças de enxoval exibidas parecem

<sup>793</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor*, *Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com illustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, ilustrações de página inteira, entre as páginas 194 e 195, capítulo XXI e entre as páginas 202 e 203, capítulo XXII.

<sup>794</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.157.

<sup>795</sup> *Idem*, pp. 14 e 15

<sup>796</sup> *Ibidem*, cap. XXXIX

mostrar a presença feminina neste lar: a sra Teresa de Jesus e o seu marido, João da Esquina, exibem objetos decorativos que não vemos na sala das outras casas da aldeia.

Num país de elevadíssima taxa de analfabetismo, Roque Gameiro não só ilustra *As Pupilas do Senhor Reitor* como se apropria da intriga, do ambiente e das personagens, dando-lhes uma outra vida, aquela que as imagens permitem. No entanto, Roque Gameiro trabalhou para uma edição de luxo, o que significa que a função pedagógica e cultural desta obra se manteve num círculo social muito restrito. Com este conjunto de gravuras, procurámos construir um mosaico<sup>797</sup> com representações das casas e da vida nas aldeias de Júlio Dinis, com imagens criadas, trinta anos depois, por Roque Gameiro. Agora, nas imagens que se seguem, procuramos de novo o olhar de Roque Gameiro, com o suporte visual das suas aguarelas, para apresentarmos um outro mosaico sobre a vida social dos habitantes da aldeia. Na estampa<sup>798</sup> que se segue, mostra-nos um lugar em que representa o espaço de trabalho de Margarida, a mestra, que queria garantir a sua autonomia em casa de sua irmã Clara e que, na sala de sua casa, recebia as meninas para que aprendessem costura<sup>799</sup> e leitura<sup>800</sup>.



Fig. 3.22 – Ilustração de Roque Gameiro para *As Pupilas do Senhor Reitor*

<sup>797</sup> Cf. capítulo II.

<sup>798</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, *Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, ilustração de página inteira, entre as pp. 348 e 349, capítulo XXXVII, protegida com folha de papel transparente, onde se lê a seguinte legenda: «Margarida seguia o texto, olhando por cima dos hombros da creança.».

<sup>799</sup> *Idem*, p. 345: «tendo, á volta de si, uma turba de rapariguinhas, occupadas em diversos trabalhos de costura.».

<sup>800</sup> *Ibidem*: «Em pé, junto d'ella, dava uma d'estas lição de leitura. Margarida seguia o texto, olhando por cima dos hombros da creança, corrigindo os erros, ás vezes com um sorriso de affabilidade, outras com uma inflexão de voz maternalmente severa. Era nos Evangelhos que a pequena lia.».

Na aula de Margarida, como na aula de tantas outras mestras no país, as meninas aí conversam, costuram, leem e aprendem a viver. Na gravura vemos que, sob o olhar atento de Margarida, as meninas costuram e leem, com método pedagógico que lhe fora sugerido pelo senhor reitor<sup>801</sup>. Naquele dia, pelas dez horas, Margarida e suas pupilas trabalhavam e ouviam a parábola do filho pródigo. O Senhor Reitor e Daniel entram na habitação, ouvem a leitura da menina e a lição de Margarida. Aguardam que a aula termine e assistimos ao diálogo em que Daniel, o Reitor e Margarida se debatem com a necessidade de manter o segredo de Clara: Pedro, o noivo de Clara, tem de acreditar no que viu no pátio da casa, na noite anterior, entre Daniel e Margarida; não pode descobrir, nem sequer suspeitar, que o seu irmão Daniel estava a conversar com Clara. Perante o sacrifício de Margarida, Daniel propõe que se casem<sup>802</sup>. Antes que Margarida responda, o senhor reitor apoia: «- *Bravo! – atalhou o padre, batendo com a bengala no chão. – Isso mesmo é que eu tinha aqui dentro a pesar-me: até que enfim respiro!*»<sup>803</sup>

Através das imagens, o aguarelista recria os ambientes que Júlio Dinis esboçou na sua escrita. A força e a pedagogia da imagem estão ao serviço de uma outra leitura das personagens e dos ambientes dinisianos, como acontecera no teatro e como acontecerá no cinema e na televisão, ao longo do século XX. Com esta imagem, podemos refletir sobre o facto de, apesar do esforço financeiro e legislativo que acompanhámos nas páginas do *Jornal do Porto*<sup>804</sup>, que também nos é transmitido pelos historiadores<sup>805</sup>, a maioria das meninas não frequenta a escola pública, porque ainda não há uma cobertura nacional<sup>806</sup> de escolas públicas e de mestras que o permita. Mas, as famílias também não valorizam a educação escolar, sobrepondo-lhe as tarefas domésticas e no campo<sup>807</sup>, em que as crianças são chamadas a participar. Muitas vezes, ficam em casa a cuidar dos doentes e dos irmãos mais novos. Este é um drama social e

---

<sup>801</sup> *Ibidem*: «O reitor recommendára o livro a Margarida, dizendo-lhe que o ensinasse às discipulas, que era guia seguro.».

<sup>802</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.274: « Eu sei que sou indigno de aspirar a tanto, mas perdoe-me, a única maneira é não me recusar à reparação que lhe devo: permita-me que reúna ao seu o meu destino, já que a Providência...».

<sup>803</sup> *Idem*.

<sup>804</sup> Cf. capítulo II.

<sup>805</sup> Cf. capítulo I

<sup>806</sup> Cf. Rui Grácio, «Ensino primário e analfabetismo», in *Dicionário de História de Portugal*, dir. de Joel Serrão, vol. II, Lisboa, 1971, p. 50.

<sup>807</sup> Cf. Luís Reis Torgal, « Instrução Primária», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, *ob. cit.*, p. 619.



cultural que Júlio Dinis nos apresenta e contra o qual luta, com a sua obra, pedagogicamente, demonstrando o valor social do saber.

A função das gravuras na ilustração de uma obra escrita fica demonstrada pela beleza estética e pela interligação de linguagens. É o que podemos encontrar na ligação de palavra e imagem sobre João Semana, o octogenário, médico da aldeia, o liberal que conhece todos os caminhos das redondezas, que percorre para levar a todos algum alívio na doença. Conhecemos a sua personalidade e a sua ação através das palavras de Júlio Dinis, e nelas é possível encontrar o estímulo para o leitor criar com ele uma relação de simpatia e respeito. Roque Gameiro, na ilustração que se segue<sup>808</sup>, representa este rico proprietário rural da região e incansável médico rural, o médico dos pobres, com a sua mula – a mula do facultativo, do médico de partido, com que percorre os caminhos da freguesia.



Fig. 3.23 – Ilustração de Roque Gameiro para *As Pupilas do Senhor Reitor*

---

<sup>808</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», *ob. cit.*, ilustração de página inteira, entre as pp. 348 e 349, capítulo XXXVII, protegida com folha de papel transparente, onde se lê a seguinte legenda: «Este cavaleiro era João Semana».

Desempenhando o papel de médico de partido, mantém com a população uma relação paternal<sup>809</sup> e de providência<sup>810</sup>. João Semana conhece a pobreza<sup>811</sup> e as limitações do sistema legislativo liberal, pelo que tem sempre disponível a moeda, discreta esmola<sup>812</sup>, que permite comprar o remédio ou a comida para um doente. E não são só as mulheres quem cuida dos doentes, também as crianças assumem essa responsabilidade na família e João Semana sabe-o bem. E Roque Gameiro interpretou as palavras de Júlio Dinis na realização da representação visual deste seu personagem.

Para além da ilustração a cores, e ainda no mesmo capítulo XVII, há duas gravuras de João Semana a preto e branco. A imagem que se segue<sup>813</sup> é apresentada quase em tamanho de página inteira, conjugando-se a imagem com o seguinte texto:



Fig.3.24 - Ilustração de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

« - E para amanhã?  
 - Para amanhã ...  
 E a rapariga calava-se embaraçada e triste.

<sup>809</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.121.

<sup>810</sup> *Idem*, p. 120.

<sup>811</sup> *Ibidem*, p. 118.

<sup>812</sup> *Ibidem*, p. 119.

<sup>813</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração a preto e branco, p. 150, capítulo XVII .

*João Semana tossiu para desimpedir a larynge de um pigarro importuno, e pôz-se a olhar attentamente para um tronco de arvore, que lhe ficava à direita, como se lhe achasse o que quer que fosse de extravagante .  
Durante esse tempo, mexia »<sup>814</sup>*

Na aldeia, é na tenda que todos se encontram, que tudo se conversa, tudo se critica. Aí se vende tudo o que faz falta e aí se exerce muito do controlo social na comunidade. É pela tenda do João da Esquina que passam todos os factos e intrigas, todos os pormenores e suspeições.



Fig.3.25 - Ilustrações de Roque Gameiro, para *As Pupilas do Senhor Reitor*

Estas duas gravuras de Roque Gameiro têm servido de suporte a muitas representações dos locais de comércio nas aldeias da sociedade de oitocentos: do vestuário, ao mobiliário e à organização do espaço de venda, de convívio e aprendizagem, como um lugar de passagem obrigatória, onde todos se conhecem e se ensaia o controlo social, de costumes e de decisões. Na imagem à esquerda, vemos o

<sup>814</sup> *Idem*. O texto segue na página seguinte: «nos bolsos do collete e depois nas algibeiras das calças (...)» Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.119.

tendeiro<sup>815</sup> à conversa com José das Dornas e apercebemo-nos da presença dos instrumentos de medida e de peso e da imensa variedade de produtos que ali se vende, dos legumes frescos aos grãos secos, passando por vassouras ou pratos. Na imagem da direita<sup>816</sup>, a tenda aparece-nos sob um outro prisma: homens e mulheres discutem sobre as virtudes e as ações de Margarida e a sra Joana, a criada de João Semana, assume a defesa da pupila do senhor reitor, surpreendida com a conversa e por ainda não ter conhecimento do que havia acontecido na véspera à noite, no pátio da casa das duas irmãs.

Aos trabalhos de Roque Gameiro e de José Malhoa sobre esta obra de Júlio Dinis, podemos ainda juntar o quadro intitulado *José das Dornas*<sup>817</sup>, de Columbano Bordalo Pinheiro que, logo em 1874, e dando-nos a dimensão que a aldeia dinisiana atingiu na sociedade portuguesa, expôs esta «figura de homem, trajando à moda do século XVII, com um copo na mão direita, num gesto de brinde. Esta é umas primeiras obras de Columbano com ligação à literatura, ilustrando uma das figuras das pupilas do Sr Reitor de Júlio Dinis (...)»<sup>818</sup>.

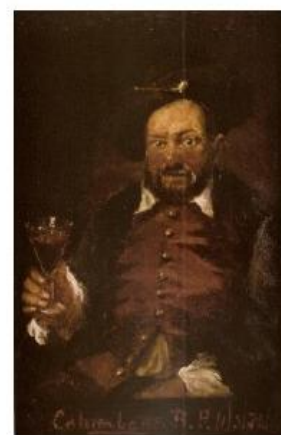


Fig. 3.26 – Quadro de Columbano Bordalo Pinheiro, representando José das Dornas de *As Pupilas do Senhor Reitor*

<sup>815</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as pp. 96 e 97, capítulo XI, protegida com folha de papel transparente, onde se lê a seguinte legenda: «João da Esquina conservava sobre José das Dornas um olhar desconfiado», Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.79.

<sup>816</sup> Júlio Dinis, *As Pupillas do Senhor Reitor, Chonica da aldeia*, «Grande edição de luxo com ilustrações de Roque Gameiro», ob. cit., ilustração de página inteira, entre as pp. 384 e 385, capítulo XXXIX, protegida com folha de papel transparente, onde se lê a seguinte legenda: «E vossê, sua rata de sachristia, tem alguma cousa com isso?», Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, p.298.

<sup>817</sup> Idem.

<sup>818</sup> Cf. Margarida Elias, *Columbano Bordalo Pinheiro e as Caldas da rainha*, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, s/d, disponível em [www.academia.edu/3414840/Columbano e as Caldas daRainha](http://www.academia.edu/3414840/Columbano_e_as_Caldas_daRainha) consulta de 07.10. 2016.



Recordemos que, no Museu de Aguarela Roque Gameiro, no CAORG<sup>819</sup>, em Minde, encontramos em depósito, os originais das ilustrações de Roque Gameiro para a edição de luxo de *As Pupilas do Senhor Reitor*<sup>820</sup>, que pertencem à Fundação Calouste Gulbenkian. Estas gravuras foram apresentadas ao público como magníficos retratos de Roque Gameiro de cenas da vida na aldeia, ilustrando o texto de Júlio Dinis e sobre esta sua atividade sabemos que «(...) Enquanto rasgava os esboços para a ilustração da Edição Monumental das «Pupilas do Senhor Reitor», não satisfeito com os resultados do trabalho, dizia: “os desenhos têm que estar à altura das palavras do safardana do escritor”.»<sup>821</sup>

Foi em «A Editora» que foi preparada e produzida<sup>822</sup>, esta edição de luxo, como podemos confirmar na descrição do espólio do artista, apresentada por Maria Alzira Achega Roque Gameiro, na sua tese de mestrado intitulada *Do Museu Roque Gameiro Ao Centro De Artes E Ofícios Roque Gameiro, Propostas De Desenvolvimento Comunitário*<sup>823</sup>, em que ao descrever as salas do piso térreo, escreve:

«G – Sala: “As Pupilas do Senhor Reitor” Aqui se encontram 16 originais a cores da edição de luxo da obra de Júlio Dinis. Esta edição marcou, na sua época, um triunfo do trabalho de colaboração dos dois irmãos, Alfredo e Justino, nas Oficinas de “A Editora”.»<sup>824</sup>

No Índice<sup>825</sup>, Maria Alzira Achega Roque Gameiro inclui a informação sobre um apêndice à tese em que apresenta as aguarelas: « Apêndice III – Aguarelas para a ilustração das Pupilas do Sr. Reitor de Júlio Dinis», que se podem apreciar em <http://tribop.pt/ARG> ou em <http://tribop.pt/TPd>. A autora afirma ainda que Roque Gameiro situou o texto de Júlio Dinis em Santo Tirso<sup>826</sup>, onde se deslocou para observar os objetos do quotidiano rural e que alguns se encontram expostos no piso térreo do Museu: «E – Vitrinas à esquerda, um traje de Santo Tirso, que serviu de modelo para uma das figuras de “As Pupilas do Senhor Reitor”»<sup>827</sup>.

Estes objetos faziam parte da pesquisa e do estudo do autor para a elaboração das suas figuras:

<sup>819</sup> CAORG – Centro d’ Artes e Ofícios Roque Gameiro, em Minde, Alcanena, <http://www.caorg.pt/>.

<sup>820</sup> Roque Gameiro, Maria Alzira, *ob. cit.*, Cf. índice, p. 10.

<sup>821</sup> *Idem*, p. 62.

<sup>822</sup> Cf. <http://www.museologia-portugal.net>.

<sup>823</sup> Maria Alzira Roque Gameiro, *ob. cit.*, Apêndice III, p. XXII.

<sup>824</sup> *Idem*, p. 79.

<sup>825</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>826</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>827</sup> *Ibidem*, p. 79.

«As ilustrações das «Pupilas do Senhor Reitor» são um trabalho onde domina o suporte do desenho e têm como objectivo principal, obedecer ao texto (...) Para que a obra literária se encontre em perfeita sintonia com as ilustrações, ARG estudava em pormenor o texto e, depois, criava-as de acordo com as paisagens descritas e usava peças e modelos que adquiria e eram característicos desses lugares (alguns destas peças e modelos fazem parte do acervo do Museu de Aguarela RG). »<sup>828</sup>

Para além da ilustração de *As pupilas do Senhor Reitor*, por volta de 1900, Roque Gameiro, cerca de 30 anos depois, também realizou algumas aguarelas<sup>829</sup> para a 28ª edição, em 1930, de *A Morgadinha dos Canaviais*<sup>830</sup>. Salientamos a capa, onde vemos Madalena, a Lena da Casa do Mosteiro, nos caminhos da aldeia, rodeada de mulheres e crianças, descalças, analfabetas, ouvindo a leitura das notícias que chegaram pelo correio. Os homens, pais, maridos e filhos, partiram para o Brasil ou para a cidade e as notícias são a esperança de uma vida melhor.



Fig .3.27 – Ilustração de Roque Gameiro para a capa da 28 edição de *A Morgadinha dos Canaviais*

Para *A Morgadinha dos Canaviais*, em 1930, Roque Gameiro<sup>831</sup> deixou-nos esta ilustração intitulada a *A leitura da carta*<sup>832</sup> e também a cena da taberna, em que o brasileiro Seabra ensaia a sua entrada na vida política local e o inevitável confronto

<sup>828</sup> *Ibidem*, pp. 63-64.

<sup>829</sup> Cf. <https://almanaguesilva.files.wordpress.com/2013/11/a-tribo-dos-pincc3a9is-2013.pdf>, (A Tribo dos Pincéis foi o nome dado a uma exposição de trabalhos de cinco gerações Roque Gameiro, realizada na Mãe de Água das Amoreiras em 2006).

<sup>830</sup> Cf. [www.roquegameiro.org](http://www.roquegameiro.org), consulta a 13/03/2017.

<sup>831</sup> Cf. notas de rodapé, 645-648, pp. 385-386.

<sup>832</sup> Roque Gameiro, *A leitura da carta*, disponível em <http://tribop.pt/TPd>, consulta a 14/03/2017 - Cena de *A Morgadinha dos Canaviais*, para ilustração da capa da 28ª edição, 1930.

com o conselheiro Manuel que, desde há muito, a partir da capital, no parlamento ou na corte, com o voto popular, representa a sua terra natal e preside à defesa do destino e dos anseios da população. Seabra tem um plano e tem morgados e padres entre os seus ouvintes atentos. Devemos salientar que estas aguarelas estão datadas de 1930, três décadas depois das realizadas para a ilustração de *As Pupilas do Senhor Reitor* e, por isso mesmo, numa outra fase da pintura do artista e num outro momento da vida do país.



Fig.3.28 – Ilustração de Roque Gameiro para 28ª edição de *A Morgadinha dos Canaviais*

Nesta gravura <sup>833</sup>, a dimensão social e política é aqui o elemento a realçar, pelo que merece a apresentação de planos de pormenor, realçando alguns dos elementos desta assembleia: Seabra discursa para um público atento e três cães são presença de relevo. Entre os ouvintes atentos, notamos a presença do padre e do vinho nos copos e na mesa. Não há nesta taberna do Canada qualquer semelhança com a taberna da aldeia do senhor reitor, onde o público bebe e joga, enquanto que aqui o público bebe e fala de temas da política local e nacional.

Estes trabalhos de Roque Gameiro surgem integrados num momento da vida cultural de Portugal em que o cinema também dava atenção à aldeia dinisiana,

<sup>833</sup> Na taberna, com o brasileiro Seabra, *Cena de A Morgadinha dos Canaviais*. 28ª edição, 1930. Aguarela de Roque Gameiro, de 1930, para ilustração de edição de *A Morgadinha dos Canaviais*, disponível em <http://tribop.pt/TPd/01/70/25>, última consulta em 14.03.2017.

assistindo-se ao entusiasmo pela reinvenção dos três romances rurais de Júlio Dinis, no tempo do cinema mudo, na década de 1920, e depois, na era do som, nos anos de 1930-40 e de 1960. De *As Pupilas*, em 1924, surge um filme mudo de Maurice Mariaud<sup>834</sup>:

*«Campos Monteiro, director literário da Caldevilla Film, entendeu a transposição do romance como uma ilustração paralela, a pretexto de fidelidade ao espírito e personagens de 1863, pelo recorte paisagístico do Minho. Maurice Mariaud prescindiu duma revitalização essencial de figuras e peripécias, privilegiando os valores plásticos ou documentais. A filmagem de interiores concretizou-se na abegoaria da Quinta das Conchas, em Lisboa, o que assinala a excepcional importância dum registo em cena, com justo destaque artístico para o veterano Eduardo Brazão.»*<sup>835</sup>

Em 1935, o cinema interessa-se de novo pelas *Pupilas* de Júlio Dinis. Num filme de Leitão de Barros<sup>836</sup>, encontramos Maria Matos e António Silva no elenco, ela, no papel de Joana, a governanta de João Semana e ele, desempenhando-se na missão de marido da Sra Teresa de Jesus e de pai de Francisquinha - era o João da Esquina. Estamos na época da afirmação do Estado Novo e de um Portugal rural e tradicional.

Sobre o trabalho de Leitão de Barros, lê-se em «*Cinema Português*», na página do Instituto Camões:

*«Segunda adaptação “sobre motivos do célebre romance de Júlio Diniz”, refere o genérico, após a versão silenciosa de Maurice Mariaud, em 1922, seguida pela de Perdigão Queiroga, em 1960. A trama sentimental e o conflito rústico em nada se alteram, estando as personagens carregadas de tipismo, sublinhando-se o artifício da aldeia portuguesa, em particular nos cenários interiores. A marca do folclore é característica - quer no vestuário, quer nos cantares e bailados. Eis a paisagem de bilhete postal, uma projecção convencional, pelo que se ressentem dum estrita adaptação a partir de romanesco consagrado. Leitão de Barros pontua a sequência com uma série de cortinas que, rasgando o ecrã, conferem maior vitalidade à dinâmica narrativa.»*<sup>837</sup>

---

<sup>834</sup> Cf. *As Pupilas do Senhor Reitor*, <http://cinemaportugues.com.pt/> e <http://www.cinept.ubi.pt/pt>

<sup>835</sup> Cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/cinema/mudos/mud029.html> - 35 mm - pb - 2911 mt. Realização: - Maurice Mariaud. Produção: - Caldevilla Film. Obra Original: - "As Pupilas do Senhor Reitor". Autor Original: - Júlio Diniz. Fotografia: - Victor Morin. Elenco: - Eduardo Brazão, Manuel dos Santos Oliveira, Augusto de Melo, Duarte Silva, Maria de Oliveira.

<sup>836</sup> *As Pupilas do Senhor Reitor*, 1935, filme de Leitão de Barros, disponível em [www.historiasdecinema.com](http://www.historiasdecinema.com), consulta de 22.03.2017.

<sup>837</sup> Cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/cinema/longas/lon003.html> 5 mm - pb - 2811 mt - 102 mn. Realização: - Leitão de Barros. Produção: - Tobis Portuguesa. Obra Original: - "As Pupilas do Senhor Reitor". Autor Original: - Júlio Diniz. Fotografia: - Heinrich Gärtner. Elenco: - Joaquim Almada, Maria Matos, António Silva, Leonor d'Eça, Oliveira Martins.



Em 1961<sup>838</sup>, *As Pupilas* surgem novamente na tela, com atores como Elvira Velez, Alina Vaz e António Silva, Humberto Madeira, Raul de Carvalho e Eugénio Salvador, sob a direção de Perdigão Queiroga. Mais recentemente, em 1994<sup>839</sup>, numa produção brasileira, sob a forma de telenovela, encontramos uma outra forma de narrar e mostrar a aldeia do padre António, o reitor da aldeia, numa outra reconstituição e atualização da novela e do ambiente rural, da aldeia de Margarida e Clara<sup>840</sup>, as duas irmãs, duas meias irmãs, pois que, para Margarida, a mãe de Clara foi a madrastra – a madrastra má. Duas irmãs, muito diferentes, que nem sempre se compreendem, nem sempre estão de acordo; a mais nova, Clara, é uma aldeã saudável e alegre, mas Margarida, reservada, sem interesses que a tragam para fora de casa, procura traduzir em atitudes e valores, os ensinamentos que recebeu dos poucos livros que leu e releu. Margarida não convive na aldeia. Margarida não frequenta a igreja como a aldeia coletivamente faz e por isso mesmo é criticada, bem como é criticado o senhor reitor, o padre António, que a protege e aceita e, mais que tudo, respeita. Margarida é a figura central da casa das duas irmãs, entendida como o lar e a casa agrícola que se subentende ser de nível acima da média na aldeia, ainda que inferior à casa grande de José das Donas. Sê-lo-á até ao casamento de Clara, porque então, Pedro assumirá o seu papel de chefe de família. Margarida é a jovem que quer ser independente, ter uma profissão e não depender da irmã nem do cunhado. Como vimos, Margarida sonhou seguir a carreira de mestra de meninas.

O romance *A Morgadinha dos Canaviais* foi adaptado ao cinema em 1949, num filme realizado por Caetano Bonucci, com Raul de Carvalho, Costinha, Paiva Raposo, Eunice Munoz<sup>841</sup> e Maria Matos, no papel da morgadinha e de sua tia, D. Vitória. Foi rodado em Fafe. Ainda em 1989, Ferrão Katzenstein<sup>842</sup>, apresentou *A Morgadinha dos Canaviais*, uma mini série de cinco episódios, interpretada por São José Lapa, no papel de Madalena, contracenando com Virgílio Castelo e Curado Ribeiro, nos papéis de Henrique e do conselheiro e com Eunice Munoz, interpretando a tia Doroteia<sup>843</sup>. Recordemos que, em *A Morgadinha dos Canaviais*, Madalena e

<sup>838</sup> *As Pupilas do Senhor Reitor*, filme de 1961, in [www.cinept.ubi.pt/](http://www.cinept.ubi.pt/) e <http://www.cinept.ubi.pt/>.

<sup>839</sup> *As Pupilas do Senhor Reitor*, filme, 1994, <https://filmow.com>.

<sup>840</sup> Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*, 1863.

<sup>841</sup> Cf. *A Morgadinha dos Canaviais*, in <http://www.cinept.ubi.pt>, consulta de 10.09.2016.

<sup>842</sup> Cf. <http://www.rtp.pt/programa/tv/p19398>, consulta de 10.09.2016.

<sup>843</sup> *Idem*.

Cristina<sup>844</sup>, as duas jovens primas, para quem o amor surge na aldeia, representam dois tipos femininos diferentes: para além do amor à família, dos bordados e da costura, nada mais parece uni-las. Cristina cresceu para ser protegida e não se interessa pela política e pela vida na aldeia; Madalena gosta de ler as folhas, os jornais, e acompanha a educação das crianças, os primos mais novos, sem se esquecer do seu papel de mulher culta e rica junto das mulheres e crianças, pobres e analfabetas na aldeia. À tia Vitória e à tia Doroteia, de idades muito diferentes, o autor atribui uma presença que não se destaca, nem no enredo, nem na família: são mulheres do passado, de um passado em que permanecem apesar dos sinais de mudança. São sempre as últimas a ver o que já é evidente e do conhecimento geral.

Revelando o interesse do cinema pela obra de Júlio Dinis, também o romance *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, foi realizado um filme mudo, em 1921<sup>845</sup>, por Georges Pallu, sobre o qual podemos ler na página do Instituto Camões:

*«Os Fidalgos da Casa Mourisca não apresenta excepcionais qualidades de recriação ou sugestão, sobre amores contrariados e contrastes sociais, no Alto Minho do Século XIX. Segundo a estratégia comercial da Invicta Film, e como sucederá noutras transposições de clássicos da literatura, tratou-se de fornecer uma leitura visual acessível ao grande público; pontuada, embora, pelo estilo sóbrio, académico do realizador Georges Pallu, indo ao escrípulo de os actores soletrarem os diálogos contextuais!»<sup>846</sup>*

Em 1938<sup>847</sup>, com Artur Duarte e os atores Tomás de Macedo e Manuela Bonito, também este último romance de Júlio Dinis, voltou a merecer a atenção da sétima arte<sup>848</sup>, numa reconstituição e notória reinvenção da aldeia e da vida da velha fidalguia. Recordemos que, em *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, o último dos romances rurais de Júlio Dinis, é desconcertante a presença feminina: na casa senhorial não há mulheres e o ambiente é escuro, triste, de perda, de decadência; na aldeia, Ana do Vedor é a mulher viúva, forte, mãe, empresária, gestora da vida económica da família e o jovem filho vive sob a sua proteção, tal como o velho aristocrata ouve a sua palavra sensata e prática, à luz dos novos tempos; em casa de Tomé, Luísa é a parceira discreta e a filha, Berta, que cresceu e foi educada na cidade, não evidencia as prendas aí

---

<sup>844</sup> Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, 1867.

<sup>845</sup> Cf. <http://www.cinept.ubi.pt/>, consulta de 10.09.2016.

<sup>846</sup> Cf. <http://cvc.instituto-camoes.pt/cinema/mudos/mud019.html>, consulta de 10.09.2016.

<sup>847</sup> Cf. <http://cinemaportugues.com.pt/?p=2071> - Crítica da época ao filme *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, consulta de 10.09.2016.

<sup>848</sup> *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1963) - YouTube, <http://www.rtp.pt/programa/tv/p17691>, consulta de 10.09.2016.

adquiridas: discretamente, lê, borda, costura, com a mãe cuida do conforto da casa, não procurou nem convive com as outras moças da aldeia; isolada, sonha, mas sempre na sombra, do pai, do padrinho e quem sabe, do marido. Para isso foi preparada pela sua madrinha e mestra, na cidade. E há Gabriela. Vem de Lisboa. Pedem-lhe que venha e que ajude a salvar a família. Visita a província e os seus domínios e é a salvadora, a mulher aristocrata e rica, que viaja, que se adaptou aos novos ventos políticos e se torna o garante da mudança na aldeia. Mudança com respeito pela tradição, num convívio sereno que a todos agrada.

Na década de 1960, o público mantém os romances de Júlio Dinis entre as obras mais lidas e a RTP produz uma peça de teatro<sup>849</sup>, em 1963, numa adaptação de Alice Ogando, em que contracenam figuras como Tomás de Macedo, Paulo Renato e Nicolau Breyner e Rui de Carvalho, no papel dos dois irmãos da casa mourisca.

A presença dos romances de Júlio Dinis no cinema, recorda-nos que, nos anos setenta do século XX, Júlio Dinis era um dos três escritores portugueses mais lidos em Portugal, certamente por influência do ambiente político, da escola e das famílias, onde, no imaginário coletivo português, Júlio Dinis, a par de Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós representavam o melhor dos portugueses, como escritores e como retratistas de uma época, distante, mas não tão distante que não fosse possível ir aos seus textos buscar inspiração para a manutenção de uma moralidade e de uma mentalidade que se desejava valorizar, de tradições e costumes, na sociedade e na família. Os cerca de cento e cinquenta anos que estão entre nós e esse passado, não muito longínquo, não conseguiram apagar as marcas de uma mentalidade e de uma forma de viver, de sentir e de pensar de que a nossa infância ainda foi testemunha e em que, certamente, ainda subsistiam marcas do Portugal do Antigo Regime de que falou Alexandre Herculano. Júlio Dinis, com os seus romances, pode ter contribuído de forma decisiva para essa permanência, ainda que sempre renovada e reinterpretada, pois que foi leitura privilegiada de algumas gerações de jovens portugueses, embora até esse momento, até ao início da década de 70 do século XX, nas aldeias de Portugal muito poucas crianças e jovens lessem Júlio Dinis ou um qualquer outro autor.

Como temos vindo a referir, nos romances de Júlio Dinis as figuras femininas são centrais na ação. Os retratos da aldeia não ficam completos sem as figuras

---

<sup>849</sup> Cf. <http://www.rtp.pt/programa/tv/p17691> e <https://www.youtube.com/watch?v=PQD0anw7SZo>, consulta de 10.09.2016.

femininas<sup>850</sup> - idosas, adultas, mães, solteiras, viúvas, jovens e crianças, elas estão presentes na trama, mas na verdade, é aos homens que se atribui a decisão e se entrega a responsabilidade da mudança. As mulheres e a casa, as mulheres e os filhos, as mulheres e a honra dos seus homens. No entanto, só Madalena se faz ouvir de forma clara e firme, afirmando o seu amor por Augusto. Só Madalena argumenta e defende os seus pontos de vista, talvez por ter sido educada na cidade, por ser órfã de mãe, ou por conhecer o círculo político e social da capital. A capital exerce atração sobre todos, porque significa o progresso e, principalmente, pela proximidade do poder. Madalena afirma conhecer a vida social e política da capital, o seu ambiente cultural, mas também a sua faceta de intriga, falsidade e aparência, de lealdades e deslealdades. Madalena escolheu viver no campo. É a Morgadinha dos Canaviais por herança e sabe desempenhar esse papel junto da comunidade. Vai dedicar-se à família e à aldeia, vai, com o marido, Augusto, personificar o projeto que cria desequilíbrios e favorece a mudança.

A aldeia é a gente que a anima, mas é também o que aí se faz, a riqueza que se produz, como se luta no dia a dia para sustentar a família. A exploração da terra, a agricultura, é a atividade base, aquela que alimenta a riqueza e a pobreza. Na aldeia de José das Dornas e de Margarida, o trabalho agrícola ocupa muitos braços e, para além dela conhecemos na aldeia apenas o ofício de taberneiro e de tendeiro, para além do sempre atarefado João Semana, o médico. A caça é um desporto de jovens e Pedro é feliz de espingarda ao ombro, depois das obrigações profissionais. As duas manas cuidam do pobre mestre, Clara gosta de conviver e de lavar a roupa no rio e Margarida ensina as meninas da aldeia, com leitura, doutrina e costura. Por sua vez, a trigueira Chica, filha única, não tem outra ocupação que não seja estar com os pais na mercearia. Há a pobreza extrema onde a doença ataca, mas o senhor padre António, o nosso reitor, e as suas pupilas, mais o octogenário João Semana cuidam de minimizar essa desgraça na aldeia.

Nos Canaviais e na Casa do Mosteiro, muitos criados circulam para servir as senhoras e fazer os trabalhos agrícolas, mas não nos é dado acompanhá-los. D. Doroteia e a sua fiel criada e amiga, Maria de Jesus, têm certamente muitos homens e mulheres

---

<sup>850</sup> A este propósito, ver Ana Cláudia Silva, *ob. cit.*, p 226: «*Detentoras de bom senso e de afetos positivos, relacionados, de forma equilibrada, como Margarida de As Pupilas do Senhor Reitor, determinadas, corajosas e pragmáticas, como Madalena do romance A Morgadinha dos Canaviais, as personagens femininas de Júlio Dinis constituem modelos exemplares para as jovens leitoras portuguesas, assumindo um protagonismo evidente, expresso na visibilidade, que assumem na concretização dos seus relacionamentos, demarcando-se dos outros (...)».*

ao seu serviço, mas não os vemos ao longo de todo o romance. Seabra é certamente um proprietário agrícola, será comerciante, será um capitalista, mas não nos é permitido conhecer as suas preocupações profissionais. Sabemos que tem rendimentos e estatuto que lhe permitem estar, ou querer estar, na esfera política da decisão, ombreando com o conselheiro, que vive na capital e é o alvo das conversas entre homens. Nesta aldeia surgem-nos mais profissões: o serviço de entrega de encomendas parece dar a Cancela rendimento e ocupação para todo o ano, apesar do serviço de correio e da mala posta em desenvolvimento; o herbanário que se entregou ao estudo das plantas; o taberneiro, o professor de latim, que também é responsável pelo correio, pela banda e pelo telégrafo; os morgados, os homens do campo; os padres ociosos, a beata; e o mestre escola, lugar e profissão que vemos ser usado para servir clientelas políticas.

Na Casa Mourisca, não se produz. Os campos estão abandonados e envoltos em penhoras, porque o velho fidalgo – símbolo da velha sociedade senhorial, exploradora e privilegiada – que tinha viajado pela Europa, não quis – ou não soube – acompanhar as mudanças políticas e culturais do seu tempo. Mas, na aldeia, os trabalhos agrícolas enchem as estradas e as ruas de alegres ruídos. Não parece haver pobreza extrema. Mas há os emigrados que enviam dinheiro pelo correio para os seus velhos pais e para as suas mulheres. Aqui, o caminho para a cidade é feito regularmente por Tomé da Póvoa, que lá encontrou quem o apoia para estar informado e cuidar do crescimento dos seus negócios agrícolas. Na casa de Ana do Vedor o trabalho não falta e os braços de raparigas também não.

A aldeia de Júlio Dinis pode ser uma qualquer aldeia portuguesa, não só do Minho, como de qualquer outra região do país. Nas aldeias portuguesas, a instrução primária é problema persistente. E é um tema recorrente em toda a obra romanesca de Júlio Dinis. O ensino primário, particular ou oficial, com professores ou mestres, ou mestras, está sempre presente:

- Margarida é a mestra das meninas e os rapazes têm a escola primária, pressupõe-se pelo texto, mas o senhor reitor é quem ensina latim ao Daniel, para que ele possa prosseguir estudos e ir para o Porto<sup>851</sup>;

- Madalena lê as cartas às mulheres analfabetas que têm os maridos e os filhos longe, na emigração. Os primitos de Madalena têm aulas particulares, em casa, com o professor Augusto, que é o mestre dos rapazes na aldeia. O Seabra também paga a

---

<sup>851</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*.

Augusto para dar aulas às suas filhas, em casa. Não sabemos se há aula para as meninas, ou se na aldeia as meninas não têm acesso a saber ler, escrever e contar. Mas, temos o professor de latim para o qual não conhecemos alunos e que, a par do ensino da latinidade, que não aprecia mesmo nada, desempenha outras funções na aldeia, o que evidencia a ausência de outros homens candidatos aos lugares que desempenha na aldeia<sup>852</sup>.

- Na aldeia de Jorge e de Tomé da Póvoa, há a escola com o mestre-escola, que segundo Tomé, não usa os melhores métodos para ensinar os rapazes. Berta foi estudar na cidade, com mestra de meninas, mas na aldeia não nos é dito se há mestra de meninas. Na velha Casa Mourisca, o fidalgo rodeou-se de amigos que foram os mestres de seus filhos<sup>853</sup>.

- Em casa de José Urbano<sup>854</sup> ou da Senhora de Entre Arroios<sup>855</sup>, a educação é uma referência essencial, com a construção da personagem da jovem rapariga que estuda na cidade, que se forma no convívio com outras senhoras e meninas nos salões e que, pelo casamento, ascende socialmente, assumindo lugar nos meios sociais aos quais não teria acesso, com o seu estatuto familiar e económico de origem.

A instrução primária ocupa algumas vezes a primeira página do *Jornal do Porto* e pelo país surgem a concurso muitas vagas de lugares para professores e para mestras de meninas. Mas, a fiscalização do desempenho dos professores é inócua ou inexistente e o índice de analfabetismo permanece alto. Na sociedade e na família vai sendo defendida a importância da educação da mulher, mas muito há ainda que pugnar também pela educação do homem, num país onde o analfabetismo é causa de muitas dificuldades. Basta recordar os problemas dos milhares de jovens e homens que emigram para o Brasil, analfabetos e destinados à escravidão absoluta. Bem pregam os párocos nas igrejas, muito alertam os jornais, mas a poucos chega a compreensão do fenómeno e a necessidade de adaptação à mudança que a Europa já há muito está a fazer, diminuindo o analfabetismo, em favor da sociedade em geral e, particularmente, das camadas sociais mais desprotegidas.

É nas aldeias de Portugal, de norte a sul e do litoral o interior, que o isolamento e a consequente falta de circulação da informação, o analfabetismo e a falta de progresso económico levam à reprodução social da pobreza e do isolamento, do atraso

---

<sup>852</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>853</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

<sup>854</sup> Cf. Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*.

<sup>855</sup> Cf. Júlio Dinis, *Apreensões de uma mãe*.

económico e cultural e à dificuldade de criação ou renovação de elites. Um Portugal provinciano, do litoral ao interior, ainda muito ligado às estruturas do Antigo Regime e em que ainda subsistiam marcas do Portugal medieval de que Alexandre Herculano falava no seu opúsculo *Da Existência ou Não Existência de feudalismo nos reinos de Leão, Castela e Portugal*<sup>856</sup>.

Se recuarmos a Alexandre Herculano (1843) encontramos a sua aldeia salaia, numa novela cuja ação o autor situou em 1825. É uma aldeia que festeja o carnaval com filhoses. Mas, se pensarmos na obra *A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós, temos as quintas do Minho também povoadas de crianças, de pobreza e de doença. Helena Cidade Moura refere que este um romance que «já está em preparação em 1893, quando Eça, em carta ao seu editor revela o seu plano de publicação de “uma série de pequenos volumes em que Eça se propunha uma análise da vida real”»<sup>857</sup>. Mas, o cenário é próximo do descrito por Júlio Dinis, trinta anos antes. Neste seu último romance, Eça introduz o comboio e a política está presente, uma vez que D. Galeão<sup>858</sup>, o avô do Jacinto, saiu de Portugal, para o exílio em Paris, por solidariedade com D. Miguel que, derrotado, foi exilado<sup>859</sup>. Mas por aí fica o retrato político de Jacinto e de Portugal, com a sua aprendizagem do caminho do liberalismo. Jacinto tem grande fortuna em Portugal, tudo gerido por procuradores e guardado por caseiros, na sua casa ancestral em Tormes. Assim, depois de Júlio Dinis, já no dealbar do século XX, Eça de Queirós também olhou para a vida nas aldeias portuguesas e procurou retratar o mesmo Minho. Em *A Cidade e as Serras* encontramos o apreço pela saborosa comida da aldeia, como já Júlio Dinis fizera com Henrique de Souzelas de *A Morgadinha dos Canaviais*, a quem fez passar pelo desconforto da viagem, tal como aconteceu com o Jacinto, de Eça. Passaram mais de vinte anos, mas a realidade retratada por Eça de Queirós, também incluiu a pobreza a que juntou o drama da falta de rigor no serviço dos correios e dos comboios e que encontramos muitas vezes expresso nos artigos do *Jornal do Porto*. Nestas aldeias retrata-se um quotidiano rural em que o leitor pode testemunhar a dificuldade e a lentidão da chegada do progresso e do bem-estar às populações que vivem longe dos centros urbanos. Longe e em regime de autossuficiência, procurando fazer emergir do seu interior as forças que provocam a

---

<sup>856</sup> Cf. Joaquim Barradas de Carvalho, *Para uma explicação de Portugal*, 1976, p. 19-21, disponível em <https://comum.rcaap.pt>, consulta de 15.02.2016.

<sup>857</sup> Helena Cidade Moura, in Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Ed. Livros do Brasil, s/d, p. 251.

<sup>858</sup> Eça de Queirós, *A Cidade e as Serras*, Ed. Livros do Brasil, s/d, p. 11.

<sup>859</sup> *Idem*, p. 12: «Não, não queria ficar na terra perversa donde partia, esbugalhado e escorraçado, aquele rei de Portugal que levantava na rua os Jacintos!».

mudança. Alguma influência Eça de Queirós pode ter recebido das aldeias de Júlio Dinis, que confessou sentir-se inspirado pela aldeia e pelo bom reitor de Alexandre Herculano.

Júlio Dinis criou personagens e ambientes rurais em que a beleza de alma e a personalidade das paisagens significou a valorização da vida no campo, naquele Portugal, um reino essencialmente rural, duma ruralidade profunda que se sente no quotidiano das cidades, como vimos nas páginas do *Jornal do Porto*. Portugal rural que foi vendo partir muitos milhares dos seus jovens, para quem a emigração alimentou o sonho de enriquecer ou pareceu solução para a pobreza. O Seabra<sup>860</sup> voltou rico do Brasil, ambicionava conviver com o conselheiro e sua família e ser reconhecido na sua terra natal como um filho com capacidade para gastar dinheiro em melhoramentos para a população. O tio de Maria Clementina, José Urbano<sup>861</sup>, andou pelo Brasil e pela Europa, voltou rico e era um empresário e um investidor de âmbito regional, tendo contribuído para o aparecimento da diligência na região. Na poesia<sup>862</sup>, o rico brasileiro também nos surge no auge da glória: arranja casamento e título de conselheiro e de barão. O sobrinho do sr Cipriano<sup>863</sup> é a exceção: voltou pobre e, como sabemos, a aldeia não compreendeu nem gostou e ele teve dificuldade em encontrar trabalho para minimizar a pobreza de sua tia e madrinha. O recoveiro Cancela, na aldeia da Morgadinha, desgostoso com a morte da filha, partiu para a cidade, onde estão «*engajando trabalhadores para o Brasil*»<sup>864</sup>. Não lhe faltavam exemplos na aldeia e na freguesia: o Seabra voltou rico e por toda a aldeia, muitas mães e muitas esposas tinham visto partir os seus homens, como vimos pelos rostos que ansiosamente esperavam a chegada do correio.

Daniel<sup>865</sup> saiu para estudar no Porto, mas voltou e a sua carreira de médico estava já assegurada na aldeia, dando continuidade ao trabalho do amigo João Semana, cuidando dos pobres, certamente ao lado da esposa Margarida e com a aprovação de todos. Não sem antes, o pai, José das Dornas, pensar no Brasil como solução para o seu futuro, perante a levandade do jovem que cortejava a Francisquinha, com poemas e rimas. Também o fidalgo D. Luís<sup>866</sup> se lembrou do Brasil para Maurício, perante a

---

<sup>860</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>861</sup> Cf. Júlio Dinis, *Justiça de Sua Majestade*.

<sup>862</sup> Cf. Júlio Dinis, *As mulheres (Recordações de um velho)*.

<sup>863</sup> Cf. Júlio Dinis, *O Espólio do Senhor Cipriano*.

<sup>864</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>865</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*.

<sup>866</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.



decadência da sua casa e a necessidade de encontrar trabalho que lhe garantisse a subsistência. Em toda a obra dinisiana vemos a presença do brasileiro, numa época em que a imprensa faz eco das dificuldades que muitos enfrentavam nas cidades do litoral e no interior do Brasil, sem que isso significasse a diminuição da vaga emigratória. Júlio Dinis integra-o na sociedade, como um português entre portugueses. Em casa de Mr Richard<sup>867</sup>, o imigrante que sabia correr riscos nos negócios, também a saída, neste caso, o regresso a Inglaterra, pareceu a única solução para Carlos: Charles Whitestone era indisciplinado, boémio e pouco interessado nos negócios do pai que assim esperava controlar o filho e contribuir para a sua transformação no empresário que a família desejava que ele fosse.

Ao contrário de Daniel que estudou no Porto e voltou à casa paterna, à aldeia natal, talvez sem saber que futuro desejava construir, Henrique de Souzela<sup>868</sup> o lisboeta que frequentava o S. Carlos e os meios políticos e intelectuais da capital, foi ao Minho e aí ficou, numa aldeia escondida na montanha, depois de se apaixonar por Cristina e pela vida de proprietário rural. Mas, o pai da Morgadinha<sup>869</sup> permaneceu indiferente a este apelo e procurou servir a sua aldeia natal através do seu serviço no governo ou no parlamento, tal como vimos Júlio Dinis caracterizar Maurício e Gabriela<sup>870</sup>, encantados com o brilho das festas da corte. Gabriela foi mais além: a corte e o jogo de influências políticas e económicas não lhe chegava, gostava de viajar e o mundo seria o seu destino, ao lado de Maurício, se ele vencesse na diplomacia, seguindo a ilustre carreira de seu pai.

Estamos perante um escritor cuja obra literária merece que a academia lhe dedique mais trabalhos e que a escola básica e secundária tenha entre os seus objetivos e conteúdos o desenvolvimento de projetos interdisciplinares e de âmbito transversal, curricular ou extracurricular, para o estudo do passado recente de Portugal, que inclua não só o conteúdo e o saber obtido nos documentos arquivísticos, nos trabalhos historiográficos, mas também na obra literária. Também Ana Cláudia Silva<sup>871</sup> salienta a importância da obra dinisiana para o estudo da sociedade portuguesa do período da regeneração, porque o «*ambiente envolvente e os acontecimentos ocorridos determinam*

---

<sup>867</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*.

<sup>868</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>869</sup> *Idem*.

<sup>870</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

<sup>871</sup> Cf. Ana Cláudia Silva, *ob. cit.*, p.vii.

a conceção literária»<sup>872</sup>. Salienta também a sua importância na perspectiva de uma estreita ligação entre literatura e sociedade: «*relação de dependência recíproca entre esta área do saber e a sociedade, porquanto aquele domínio se revela fundamental para a vivência do ser humano ao mesmo tempo que o ser humano também é capaz de influir sobre a criação literária (...) a qual requer constantemente atitudes de análise e de reflexão crítica sobre os seus fundamentos.*»<sup>873</sup> A investigadora, entende que a grande vantagem da obra de Júlio Dinis, que desde logo atraiu leitores e admiradores, e também críticos, está no facto de se situar entre as «*narrativas verosímeis, com intervenientes representados a partir da realidade, ao contrário das intrigas dominadas pelo mistério ou pela aventura, decorrentes da imaginação da maioria dos escritores da época*»<sup>874</sup> isto é, para a autora, «*os romances dinisianos constituem obra precursora, pois apresentam enredos serenos, onde o estado da sociedade, do coração e da mente humanos dominam*»<sup>875</sup>. Considera também Ana Cláudia Silva que os leitores, a maioria da população, prefere romances com «*histórias amorosas, que culminam no casamento*»<sup>876</sup>.

Recordando a admiração que Júlio Dinis afirmava ter por Alexandre Herculano e pelo seu *Pároco da Aldeia*<sup>877</sup>, o prior da aldeia saloia, às portas de Lisboa, e a apreciação manifestada por Herculano em relação a *As Pupilas do Senhor Reitor*, assinalamos uma diferença de base nas duas narrativas: o bom prior de Alexandre Herculano<sup>878</sup> oferece a poupança de toda a sua vida de trabalho como dote de uma jovem pobre, para que o avarento moleiro aceite os amores de seu filho e possam ser abençoados e consagrados os jovens pecadores e apaixonados<sup>879</sup>. Aqui, o enredo acompanha a vida conjugal do jovem casal, o seu trabalho árduo, os seus sonhos e aspirações. Mas, por sua vez, Júlio Dinis não dá aos seu leitores o prazer de acompanhar

---

<sup>872</sup> *Idem*, p.3.

<sup>873</sup> *Ibidem*, p.3.

<sup>874</sup> *Ibidem*, p. 7.

<sup>875</sup> *Ibidem*.

<sup>876</sup> *Ibidem*.

<sup>877</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>878</sup> Sobre a obra de Alexandre Herculano, escreve a investigadora: *Inscrito na conjuntura das revoluções liberais e empenhado na construção de uma sociedade melhor, numa época de transição e de adaptações, tão religioso, mas tão crítico dos vícios da Igreja, tão respeitador da nação, mas tão severo juiz da sociedade movediça e contraditória, Alexandre Herculano exerce uma profunda influência na cultura portuguesa moderna, ao introduzir, por um lado, o realismo rústico na literatura portuguesa, através do rigor, da descrição e do enquadramento da ação e das personagens, e, por outro lado, ao enfatizar os bons sentimentos, as afeições amorosas, consubstanciadas no matrimónio, sendo esta obra considerada uma narrativa de assunto contemporâneo, perpassada de religiosidade, lirismo e realismo.* Cf. Ana Cláudia Silva, *ob. cit.*, p.123.

<sup>879</sup> Cf. Alexandre Herculano, *O Pároco da Aldeia*

o percurso e as cenas da vida romântica e criadora dos jovens casais que une no final de todos os seus romances. A única exceção é o epílogo do conto *Apreensões de uma mãe*, em que a Senhora de Entre Arroios revela que já é avó, isto é, que nasceu uma criança daquela união que resultou do amor infantil entre Tomás e Paulina, em que a *Senhora* considera ter desempenhado o papel de educadora da mulher que seria a esposa de seu filho.

Júlio Dinis, um escritor culto, que conhecia os intelectuais do seu tempo e a sua obra, mas com quem não convivia, não se envolvendo na Questão Coimbrã, a não ser através de Diana de Aveleda<sup>880</sup>, mantendo um círculo muito restrito de relações sociais e literárias, escreveu, e com toda a coerência, como quis e o que quis. Júlio Dinis, foi um jovem portuense, que desde cedo se dedicou ao teatro e à poesia, que culturalmente e academicamente se situava acima da média da população jovem da sua cidade e acima da média nacional. Um jovem apaixonado pela vida e politicamente apaixonado pelo seu país e pelo seu povo. Foi um homem de cultura, com envolvimento político através crença na mudança que a regeneração parecia trazer ao reino, após muitos anos de lutas de armas e de ideias. Não temos evidências das quantias que ganhou ou não ganhou com a publicação da sua obra, mas, como romancista foi repórter e jornalista e trouxe-nos as reportagens possíveis de um país real, fechado sobre si mesmo, analfabeto, longe da cidade, da corte, das mordomias de alguns. Citando Maria Lúcia Lepecki, podemos afirmar que

*«Como todo texto de intenção realista, como qualquer escrita comprometida, o romance dinisiano organiza, em forma ficcional, os elementos da realidade objectiva, histórica, concreta. Organiza-os mesmo quando centraliza conflitos em indivíduos: em cada pessoa romanesca reflecte-se a exterioridade, o meio, o momento histórico»<sup>881</sup>(...) Todos os romances de Júlio Dinis contam e propõem a construção de um mundo renovado: suficientemente novo para aceitar realidades diferentes, suficientemente conservador para manter traços (...). De onde decorre a necessidade de personagens excepcionais nas duas classes sociais cujo encontro vivificador de todo o corpo social os romances retratam e “receitam”.»<sup>882</sup>*

---

<sup>880</sup> Recordemos a polémica que Júlio Dinis travou com Ramalho Ortigão, no *Jornal do Porto*, através de Diana de Aveleda, em cartas à redação, datadas de 1863 e 1864, intituladas «*Coisas verdadeiras*» (1863), «*A ciência a dar razão aos poetas*» (1864) e «*Carta ao redactor do «Jornal do Porto» acerca de várias coisas*» (1864). Cf Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, vol.II, «*Cartas Literárias*», pp.675-685, pp.691-705 e pp.707-715. Cf Ana Rita Navarro, *ob. cit.*, pp.92-93.

<sup>881</sup> Maria Lúcia Lepecki, *ob. cit.*, p.83.

<sup>882</sup> *Idem*, p.28.

Júlio Dinis não nos retratou aldeias muito ricas do ponto de vista sociológico e da diversidade profissional. Os seus retratos emanam da realidade. Temos entre a população que habita os seus romances rurais, vários tipos sociais: o lavrador, a sua família e os seus empregados na casa agrícola; o político, conselheiro Manuel e sua família, e o capitalista, Seabra, o emigrante retornado; o regedor, o funcionário dos correios, o pároco, os padres, frades e missionários; os fidalgos, senhores e senhoras e seus dedicados criados, o mestre escola, o mestre da latinidade e a mestra das meninas, o médico, o herbanário, o barbeiro e curandeiro, o merceeiro, o taberneiro, o lisboeta, órfão e rico, que frequenta a corte e S. Carlos, mas se converte aos amores sinceros e simples e à vida de proprietário rural. Podemos ainda considerar o recoveiro Cancela<sup>883</sup>, como uma personagem tipo: viúvo, tem uma filha, que entrega aos cuidados da vizinha e madrinha; é um dos homens da aldeia, que todos conhece mas também conhece o país, pois por ele circula na sua atividade profissional. Frequenta a taberna do Canada, está politicamente ao lado do conselheiro, é a favor dos cemitérios, como exemplo de progresso na aldeia, que se propõe abandonar, como um expatriado, após o enterro da filha. Talvez se fixe em Lisboa, talvez embarque para o Brasil, de que tem ouvido falar como uma terra de oportunidades. No enredo de *As Pupilas do Senhor Reitor* e de *A Morgadinha dos Canaviais*, sabemos da existência do sapateiro e do sacristão da aldeia e dos homens que aparecem para abrir a nova estrada. Desta lista não constam os ranchos de homens, anónimos habitantes da pobreza das aldeias, que trabalham nos campos e frequentam as tabernas. Mas também não vemos as mulheres da aldeia, que também trabalham nos campos, cuidam dos filhos, lavam no rio, cantam depois de um dia de trabalho no campo, riem na esfolhada. Elas que, umas vezes seguem a decisão e a opinião do Reitor e de José das Dornas, outras vezes ouvem, falam e criticam todos e cada um, na loja de João da Esquina e de Teresa de Jesus<sup>884</sup>. Também não ficamos a saber por onde circulam, ou o que fazem e pensam as mulheres de aldeia da casa mourisca<sup>885</sup> ou da aldeia da casa do mosteiro<sup>886</sup>, onde não encontramos um centro cívico feminino - nem o rio onde lavar a roupa, nem a mercearia, só a casa agrícola de Ana do Vedor apresenta um ambiente de convívio, enquanto se trabalha de forma aparentemente alegre<sup>887</sup>.

---

<sup>883</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>884</sup> Cf. Júlio Dinis, *As Pupilas do Senhor Reitor*.

<sup>885</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

<sup>886</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*.

<sup>887</sup> Cf. Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*.

É neste ambiente de aldeia minhota tradicional e tradicionalista, que a jovem protagonista Berta toma consciência da importância da educação que recebeu na cidade<sup>888</sup> e das dificuldades que daí lhe advêm na sua vida amorosa<sup>889</sup>, que Margarida procura distanciar-se do ambiente e do controlo social sobre a sua mente e o seu pensamento, e elabora, de forma autodidata, a sua forma de encarar o futuro e o amor<sup>890</sup> e que Madalena sente o peso da tradicional autoridade do pai, no que ao seu futuro diz respeito<sup>891</sup>. Ao longo da década de 1860, Júlio Dinis escreve sobre as décadas de 1850 e 1860<sup>892</sup>, num momento da nossa vida coletiva em que o acesso aos livros, aos jornais, às bibliotecas e às escolas eram um privilégio e em que o atraso na generalização da educação básica nos distanciava da velha Europa, pois além fronteiras, liberdade, progresso e instrução constituíam a base da mudança de paradigma que consubstanciava a passagem do antigo regime para o liberalismo. Nem o comboio e a contínua abertura de caminhos de ferro acelerou a mudança de mentalidade, tal como não acelerou a industrialização, que seguia em ritmo bem lento. Mas, muitos dos que não tinham acesso à escrita e à leitura, aos livros e aos jornais, também ainda não sabiam sentir-lhes a falta. Nos seus romances, foi o arauto dos valores da mudança e da liberdade, do trabalho, da livre iniciativa e da ascensão social, quis ser portador de esperança, permitir o sonho às suas personagens e aos seus leitores.

Este foi o seu papel pedagógico: dar exemplo de valores sociais e de progresso e trazer a realidade das aldeias distantes até ao público letrado e leitor das cidades<sup>893</sup> e

---

<sup>888</sup> *Idem*, p. 288: «A minha educação...Deus sabe se me deixei fascinar por ela. Deus sabe se não lutei sempre contra a imaginação, quando ela me fazia conceber loucuras como a todas as raparigas da minha idade.».

<sup>889</sup> *Ibidem*, p. 291: «(...) Jorge ... eu também o amava ... (...) Nunca me poderá vir a felicidade da discórdia da sua família (...)» .

<sup>890</sup> Cf. Júlio Dinis *As Pupilas do Senhor Reitor*, p. 274 «Qual será maior martírio: sofrer as murmurações, as injúrias, os desprezos até, de milhares de pessoas que afinal de contas nos são indiferentes, ou aceitar a compaixão de quem nos é ... de quem nos devia ser tudo no mundo?».

<sup>891</sup> Cf. Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 414: «Pois saiba, senhora, que para as leviandades de uma rapariga estouvada, há meios mais racionais do que esses que parecem naturalíssimos à sua razão estragada pelos romances. Eu ainda não prescindi da minha autoridade paterna, e ela me servirá para corrigir essas levezas, de que deveria envergonhar-se. (...) Pois siga se quiser a sua fantasia, senhora, (...) com o consentimento meu, nunca um rapaz pobre, sem família e sem posição, especulará com o estouvamento de uma herdeira rica (...)».

<sup>892</sup> Cf. Ana Cláudia Silva, *ob cit*, p 217: «é notório o cuidado e o interesse do escritor em dar ênfase aos acontecimentos contemporâneos, apresentando uma preocupação com a verdade e com a realidade, descrita de forma objetiva e minuciosa, dando primazia aos detalhes e, por conseguinte, ao modo de pormenorizar os aspetos, que o escritor considera relevantes (...)».

<sup>893</sup> Cf. Júlio Dinis, *Uma Família Inglesa*, p.351: «Julguei que Jenny não conhecia o mundo por o ter visto nas páginas dos romances», afirmou Mr Richard, quando Jenny se apresentou com defensora dos amores de Carlos e Cecília, certamente pensando nas personagens de Walter Scott e de Jane Austen, e fazendo eco da crítica que corria entre as camadas burguesas da sociedade, sobre a influência dos romances na educação das meninas.

aos outros, poucos, espalhados pelo país, que ansiosamente esperavam o correio para receber o *Jornal do Porto* e ler, ou ouvir ler, na secção *Folhetim* os episódios dos seus contos e romances. Com o olhar do nosso tempo, concluir usando palavras de Júlio Dinis, escritas no Funchal, já em 1870. São palavras que nos deixam espaço para outros olhares, outros trabalhos, outras palavras, sobre a vida e a obra de Júlio Dinis, muito especialmente sobre as suas e nossas aldeias portuguesas de 1850-70:

«(...) há livros que são monumentos e livros que são instrumentos, (...) para andarem nas mãos de todos, para educarem, civilizarem e doutrinarem as massas.<sup>894</sup> (...) Os romances de costumes, bem compreendidos, pintando a maneira de viver e o pensar comum dos povos, (...) são mina preciosa para o estudo da época fornecida aos vindouros.<sup>895</sup> (...) Estes meus filhos têm a vantagem de só chorarem quando eu quero e nas ocasiões que lhes são por mim impostas. Penso como pai no destino que lhes devo dar; mas tenho nisso mais directa e segura intervenção do que os verdadeiros pais a têm em relação a seus filhos. Enfim vou-me contentando com esta meia paternidade (...)»<sup>896</sup>.

---

<sup>894</sup> Júlio Dinis, *Ideias que me ocorrem*, Funchal, 1870, p. 552/553.

<sup>895</sup> *Idem*, p.536.

<sup>896</sup> *Ibidem*, p. 810.



## CONCLUSÃO

Esta tese, no âmbito do curso de Doutoramento em História, na especialidade de Representações, Poderes e Práticas Sociais, constitui uma abordagem à sociedade portuguesa das décadas de 1850 e 1860 e à obra de Júlio Dinis, através do estudo do olhar do escritor plasmado na sua obra e através das páginas do *Jornal do Porto*, onde, a redação, os articulistas os correspondentes e os leitores, nos permitem obter retratos sobre a vida quotidiana dos portugueses. Este trabalho permite refletir sobre a relação entre sociedade, literatura, história e cultura e ainda sobre o papel dos jornais e do jornalismo, na construção da sociedade liberal em Portugal. Com a leitura do *Jornal do Porto*, de 1859 a 1863, foi possível realizar o levantamento de alguns aspetos do quotidiano dos portuenses, e dos portugueses, num período em que o jovem Joaquim Guilherme Gomes Coelho - Júlio Dinis - leitor do *Jornal do Porto*, intensificara já a sua ligação à escrita literária e a sua preocupação com a construção do romance de costumes.

Alexandre Herculano leu *As Pupilas do Senhor Reitor*, obra dinisiana de 1863, e apreciou a sua escrita e a mensagem que veiculava sendo que, no âmago da narrativa está uma aldeia portuguesa, o seu pároco e toda a comunidade, onde a intriga vai ter como tema os amores da juventude, entre protagonistas improváveis. Tal como Alexandre Herculano, também Júlio Dinis, nascido cerca de vinte anos depois, em 1839, em pleno período das lutas liberais, crescendo em simultâneo com a consolidação do regime liberal, revela ter uma proposta para a sociedade em que vive. Se Júlio Dinis não se envolveu na vida política ativa, não tendo sequer escrito textos de opinião política, na sua obra, e ainda que com a palavra e a pena de Diana de Aveleda, o escritor emitiu opinião sobre a vida das mulheres e a sua educação, sobre os assuntos prementes da sociedade e da vida política portuguesa. Em *Ideias que me Ocorrem*, textos inéditos, escritos em plena época de maturidade literária, depois de ter concebido todos os seus romances, encontramos ideias de natureza doutrinária que autor revelou ao público apenas através da sua obra. Os seus contos e os seus romances são a sua participação na construção de uma sociedade menos desigual, mais irmanada nos



valores do trabalho, do estudo, do respeito, da igualdade e do pluralismo, em que a liberdade de imprensa, as estradas e o correio têm um papel importante.

A aldeia de Júlio Dinis contém em si mesma os protagonistas da mudança e a ânsia do progresso, isto é, se reuníssemos as aldeias dinisianas obteríamos um conjunto populacional animado, rico, heterogéneo, com o germe da civilização e do progresso no seu interior. A aldeia que consegue ir à cidade e de lá trazer o que importa sem perder a identidade. Júlio Dinis criou núcleos populacionais com identidade própria, retratou uma realidade portuguesa, mas o seu otimismo fez destas aldeias centros vivos, onde o escritor e o leitor desejam voltar, para encontrarem a nova geração de adultos, que melhorou o nível de instrução, o rendimento do trabalho agrícola e as comunicações com o exterior.

Entre os objetivos desta tese estava a necessidade de encontrar os fios condutores que nos levassem da vida quotidiana de 1850-70 a Júlio Dinis e de Júlio Dinis à vida das famílias do seu tempo. Na ligação da vida à literatura e da literatura à vida, num círculo dinâmico que nos permita traçar retratos vivos de um passado tão próximo, mas tão distante, na memória coletiva, no seu ciclo de esquecimentos e lembranças. Lembrar é valorizar uma memória, valorizar um facto, uma personalidade, uma tristeza ou uma alegria, uma época ou um povo. Lembrar permite prolongar no tempo consequências de uma vivência, ou de uma imagem, engrandecendo-a ou apoucando-a, perpetuando-a, ou não, na memória coletiva de uma família, de uma comunidade ou nação. Assistimos a esse fenómeno, hoje, por exemplo, na comunicação social e na literatura de biografias, reintroduzindo e, talvez, redesenhando o perfil de personalidades do nosso passado coletivo, reafirmando ou renovando valores, locais, territoriais e patriotismos. Quantos episódios, quantas personalidades, quantas realidades terão sido redesenhadas num dado momento do percurso de uma família, de uma comunidade ou de uma nação. O esquecimento, ele próprio, fazendo parte do mesmo sistema de controlo e de condução da memória, seja no âmbito familiar, local ou nacional, ou mesmo internacional, contribui para a valorização da memória. Esquecer e lembrar fazem parte da vida de cada um e de todos.

Júlio Dinis conhecia o valor da palavra para a afirmação de uma ideia, de uma realidade e para a sua fixação na memória; para a construção da memória e para a definição ou redefinição de costumes, de valores e de práticas. Nos seus textos encontramos imagens de pessoas que sendo ficcionadas, podem ser reais. São imagens, são retratos, mas mesmo como ficção, ou por isso mesmo, não deixam de ser retratos

possíveis, de contribuir para a construção de uma memória que se foi prolongando no tempo e influenciando quem delas se apoderou. Júlio Dinis olhou à sua volta e encontrou cidadãos portugueses que, a par das suas particularidades locais, territoriais e regionais, têm a uni-los uma longa viagem de séculos na língua portuguesa e no cristianismo, no analfabetismo e na emigração. E, no isolamento que as novas estradas e o comboio estavam prestes a diminuir. Estes fortes aspetos da nossa sociedade oitocentista e da cultura portuguesa superaram todas as diferenças e foi essa quase homogeneidade cultural que fez do nosso escritor portuense um autor lido em todo o país, recomendado por professores e pais aos jovens de várias gerações, reconhecendo aos seus textos e às suas personagens os dotes e os valores que pretendiam fazer prevalecer. Independentemente da realidade em que cresciam, estes eram os valores socialmente valorizados. As bibliotecas particulares de muitos jovens, nas décadas de sessenta e setenta do século XX, começavam com as obras de Júlio Dinis. Ainda que limitada a leitura a um pequeno grupo, sendo o livro ainda um privilégio de alguns, e portanto, ainda que longe da universalidade do ensino, da leitura e da facilitação do acesso de todos às bibliotecas, Portugal teve nesse período a maior geração de leitores até então possível, uma geração de leitores influenciados pela escrita dinisiana. Júlio Dinis, Camilo Castelo Branco e Eça de Queirós eram os escritores mais lidos no ano de 1970.

Aqui chegados, podemos concluir que o estudo da obra de Júlio Dinis, do ponto de vista sociológico e cultural e do estudo da história das mentalidades, é um caminho ainda pouco trilhado, mas a instituição académica tem vindo a dedicar-lhe alguma atenção, conjugando-se com o trabalho e o valor reconhecido aos estudos de caso, aos arquivos privados e à história das pequenas comunidades locais. Acresce o valor intrínseco que lhe advém do facto de situar a ação dos seus contos e romances num momento particularmente agitado da vida pessoal, familiar e social dos portugueses, após as lutas liberais e perante a necessidade de reconciliação e de construção de uma geração de novas elites e de novas práticas.

Para a concretização deste projeto, foi essencial a opção pela leitura do *Jornal do Porto*. Leitura que só o tempo disponível não permitiu alargar a um período mais vasto e à comparação com a leitura de outro jornal diário da cidade do Porto, ou de Lisboa. Júlio Dinis era leitor do *Jornal do Porto*, onde entregou para publicação os seus contos e os seus romances. Aí publicou cartas e entrou em diálogo com a redação, sob o pseudónimo Diana de Aveleda. Este diário portuense era uma das suas fontes de

informação sobre a atualidade política e a vida dos portugueses. Se não desenvolveu muito o tema da emigração, não deixou de a referir sistematicamente e o *Jornal do Porto* deu ao tema largo espaço e debate. Se a construção de estradas e caminhos de ferro e a organização do serviço de correios eram temas polémicos e difíceis na imprensa, o escritor não deixou de fazer eco da problemática e, embora nunca refira o comboio, as estradas e o correio faziam parte da vida de algumas das suas personagens e aldeias. O ensino e a agricultura são temas que o absorvem, que fazem parte das suas preocupações e da vida das suas aldeias. Também no *Jornal do Porto*, o ensino e a agricultura aparecem regularmente, sendo esta considerada uma atividade importante, a modernizar e a desenvolver. Até a descrição dos bailes de carnaval no Porto em *Uma Família Inglesa* está em sintonia com o que o *Jornal do Porto* vai apresentando e argumentando sobre os bailes e a vivência do carnaval na cidade e no país.

Júlio Dinis não foi um pintor ou um aquarelista, mas se, três décadas depois, o aquarelista Roque Gameiro viajou em busca das figuras, dos espaços e dos objetos que queria colocar nos seus trabalhos, para as ilustrações da obra do nosso escritor, certamente encontrou nas suas viagens ou no seu quotidiano representações das imagens que nos transmitiu. O Porto não era apenas a cidade cosmopolita da Rua dos Ingleses, era também a cidade habitada pelos camponeses e pelos operários que nela viviam ou nela passavam, como se da sua aldeia se tratasse. Assim o vemos nas páginas do *Jornal do Porto*. Portanto, Júlio Dinis, com a sua maestria, retratou na palavra e no enredo o Portugal rural que Alexandre Herculano já havia apresentado em *O Pároco de Aldeia* e que, depois, Eça de Queirós representou em *A Cidade e as Serras*, com o mesmo cenário aldeão e a mesma vida difícil e de pobreza nas famílias portuguesas do norte do reino. Um dos principais problemas destas pequenas comunidades locais era a dificuldade de acesso à informação e à formação. O conselheiro da casa do Mosteiro e o lavrador Tomé bem o sabiam, tal como Jorge que, nada percebendo de agricultura, buscou na leitura e na experiência de Tomé a informação e o saber de que precisava. Por sua vez, Tomé deslocava-se ao Porto, em busca de rigor e aconselhamento. A importância da imprensa está refletida nos diários artigos de opinião que chegam ao *Jornal do Porto*, com problemas e discussões de âmbito local, tal como o brasileiro Seabra fez, escrevendo os seus artigos para os jornais, que sabia que chegavam ao conselheiro e à Casa do Mosteiro.

Procurámos registar o olhar de Júlio Dinis sobre o quotidiano português, sobre as representações socioculturais do seu tempo, sobre o seu próprio tempo. Júlio Dinis,

ficcionista, foi um observador da sociedade do seu tempo e, em cada um dos seus romances, vemos personagens e narrador como intervenientes num microcosmos social, criado por Júlio Dinis, em que cada tipo social, enquanto categoria narrativa dinisiana, representa um dado estereótipo social, e todos juntos representam de forma verosímil a sociedade de meados de Oitocentos. Nos seus romances, encontramos o padre de aldeia, o velho médico filantropo e o jovem médico, com o conflito geracional entre a velha e a nova medicina, vemos as beatas e os missionários, os professores e a mestra de meninas, o lavrador que se aburguesou, o nobre decadente, o brasileiro de torna viagem, o imigrante inglês. Júlio Dinis, um criador de histórias, foi um escritor e um artista, simultaneamente crítico e sereno, crítico e comprometido com a necessidade e a beleza da renovação da sociedade portuguesa de então. Não era um revolucionário. Era, acima de tudo um crente nas ideias do liberalismo e da nova sociedade que, lentamente, se construía. Nem podemos dizer, como Eça de Queirós, que Júlio Dinis *viveu de leve, escreveu de leve e morreu de leve*: Júlio Dinis morreu aos 32 anos, em 1871, depois de prolongada luta contra a doença, viveu estudando e escrevendo com entusiasmo, desde muito novo, deixou-nos personagens de boa índole, regeneráveis e a justiça e o bem prevaleceram nas suas aldeias e nas suas famílias. Concebeu e traçou um retrato de um Portugal fechado, pouco conhecedor da mudança que chegava, de gentes isoladas e com vida dura, conformadas com aquilo que conheciam, agindo em conformidade com o quotidiano e os valores que herdavam dos seus antepassados, sem o apelo da mudança. Mas, as estradas e o caminho de ferro, as escolas e as eleições, os jornais e as notícias que vinham de fora, os viajantes, os engenheiros das estradas e os emigrantes tornaram-se agentes de mudança. E os seus jovens fizeram a mudança, quase sempre com o suporte dos mais velhos e sempre com a sua bênção.

Os textos de Júlio Dinis, para além da trilogia das crónicas da aldeia, não nos falam só dessas três aldeias, falam-nos de outras aldeias, bem como do Porto, da capital e de Braga. O percurso do Porto a Braga surge em *Justiça de Sua Majestade*, onde Lisboa também está presente. Lisboa que em *A Morgadinha dos Canaviais*, *Os Fidalgos da Casa Mourisca* e no conto *Apreensões de Uma Mãe* é a fonte de novidades, de oportunidades e de poder, é o centro da mudança no reino, que Gabriela, Berta, a Morgadinha, o conselheiro, a Senhora de Entre Arroios, o major Clemente e a senhora de Rialva, e até Henrique de Souselas, nos fazem perceber. E é o centro da justiça no reino, pelo menos para os casos complicados em que D. Luís e o seu procurador, o padre Januário, envolveram a Casa Mourisca. De Lisboa, chegam as leis, as

condecorações e as difíceis negociações políticas descritas diariamente no *Jornal do Porto*. Por sua vez, o Porto está muito presente, nos contos e nos romances e não podemos esquecer que Daniel, o pupilo do Senhor Reitor, estudou no Porto, na escola médico-cirúrgica e que Tomé e Jorge vão frequentemente ao Porto para ter acesso a negócios, aos bancos e aos advogados. Os jornais do Porto chegam diariamente a Braga e a outras cidades e vilas do Norte, onde têm assinantes. Júlio Dinis situa o Porto sempre no caminho das suas aldeias do Minho, tornando a sua cidade no centro da região, como a 2ª cidade do reino e capital do Norte. A capital do vinho do Douro e de muitos negócios, que o movimento alfandegário comprova quase diariamente no *Jornal do Porto*. São os negócios com Inglaterra e com o Brasil que mais se salientam, nas exportações e nas importações e, como sabemos também o movimento de passageiros é intenso entre o Porto e os portos do Brasil.

Júlio Dinis não viajou para o exterior. Não conhecia nada além fronteiras. O seu conhecimento das realidades do reino seria também limitado aos percursos e aos locais por onde passou em viagem, que descreve ou indica nas suas cartas, onde figuram Aveiro e Ovar, Amarante, Famalicão e Felgueiras, Leiria, Alcobaça, Batalha, Nazaré, Coimbra, Fânzeres. A Lisboa, sabemos que foi assistir à estreia da peça *As Pupilas do Senhor Reitor* em 1868, e que, mais tarde, daí viajou para o Funchal, entre 1869 e 1870. Do percurso das suas viagens do Porto para Lisboa, pouco sabemos. A lacuna no nosso conhecimento da vida de Júlio Dinis e do seu contexto estende-se ao Porto. Da sua juventude consta a presença no *Cenáculo*, escrevendo peças e interpretando personagens, a poesia publicada na *Grinalda* e o curso de medicina. Deste, conhecemos o seu percurso de sucesso, tendo recebido algumas das melhores classificações, o que o *Jornal do Porto* noticiou, tal como nos informou sobre a sua participação na vida académica e na polémica em que os estudantes de medicina se viram envolvidos, em março de 1861, tendo Júlio Dinis, aluno do 5º ano, sido um dos signatários da carta de defesa dos estudantes do curso. Terminado o curso, eis que a prosa ocupa lugar de destaque na sua vida, num tempo em que a doença também já dá sinais. A doença, a escrita e a profissão médica, que inclui o ensino da medicina, que não parece atraí-lo.

Nos últimos oito anos de vida do escritor, largas temporadas foram passadas fora de casa e longe da família, em viagem, em busca do bem estar que o clima do Porto não lhe proporcionava. E a escrever. A escrita foi uma forma de expressão, uma necessidade de comunicação e de intervenção e uma intensa ocupação do tempo, dos dias que se sucediam sem que a medicina encontrasse a desejada cura para o seu mal. O

seu último trabalho foi *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, em que não deixamos de constatar a presença do futuro, da juventude, do trabalho árduo e a vitória do progresso e da modernidade, a par da capacidade de aceitação e de adaptação aos novos tempos. Júlio Dinis foi um otimista que desenhou personagens em que o otimismo prevaleceu sobre a resistência à mudança e sobre a dificuldade de aceitação do presente, que é e será sempre diferente do passado, do qual não se passa diretamente para o futuro. Isto é, o sofrimento, as tensões e as oposições são parte integrante do presente. Júlio Dinis imaginou e criou aldeias e personagens representativas da realidade e das dificuldades que conhecia. Os seus romances são testemunhos vivos do seu tempo, da energia e da esperança que colocou ao serviço da construção de um futuro melhor, em que as crianças e as mulheres ocupassem na sociedade o lugar que lhes era devido. Às crianças, a instrução e a esperança num futuro mais risonho, sem emigração forçada, com direitos políticos. Às mulheres, a instrução e a dignidade da cidadania, numa sociedade em que a justiça, o bem estar e o respeito passem da legislação para realidade, para o quotidiano de cada português e de cada portuguesa. Foi este o mosaico que Júlio Dinis criou no mundo que imaginou e registou nos seus textos.

Ao longo destes últimos vinte e quatro meses de trabalho diário, a que poderei juntar todo o tempo que decorreu desde que este projeto começou a querer ganhar forma, ainda antes, muito antes, do início do curso do MEPM, em 2010, foi sendo claro, cada vez mais claro, que um estudo, um projeto, uma investigação, um livro, precisam de muita capacidade de observação, de muita maturidade social, cultural e intelectual, e da consequente capacidade de estabelecer correlações e conclusões. Um grande empreendimento. Uma aventura intelectual. Um desafio apaixonante. Não sendo do Porto, nem do Norte do país, que conheço bem, do ponto de vista do visitante, em situações de turismo, perguntei-me muitas vezes como era possível sentir-me tão próxima desse país real, dos campos de milho, das mercearias, das casas, das cozinhas com os cheiros da fruta, da canja, da galinha ou do coelho, das salas, das raparigas que costuravam e bordavam o enxoval, dos rios onde lavavam a roupa, da figura do senhor reitor e do sino da igreja, das procissões ou das mulheres que esperavam as cartas dos seus homens, que andavam lá pelo Brasil distante e desconhecido. Na verdade, assim foi acontecendo.

Se hoje é frequente ouvirmos dizer que as viagens fazem parte do modo de estar e de trabalhar, nesses tempos idos de Oitocentos, muitas vezes, o isolamento apenas era quebrado pela presença do sacerdote ou de outros membros do clero, seja

porque tinham ido à universidade ou por causa do seu bispo que estava na cidade e de quem dependiam, ou apenas porque liam e eram portadores e conhecedores de palavras e ideias desconhecidas ou de regras moralizantes e moderadoras dos costumes. Um privilégio e um poder. Mas, não se trata só da questão do isolamento e da difícil auto motivação para a auto construção e a auto descoberta do progresso, ou bastaria a entrada de gente e de notícias, de dinheiro e de novas ideias, para potenciar a modernização, o empreendedorismo e o desenvolvimento, ainda que sempre em ritmos muito específicos de cada terra, de cada lugar. Sabemos que faltava o essencial e que o essencial era, e é ainda hoje, o acesso à instrução, à escola, aos jornais e aos livros, em suma, à formação e à informação. Júlio Dinis soube perceber essa necessidade e dela nos deu clara notícia, em todas as suas novelas.

A emigração foi sempre uma solução bem portuguesa contra esse isolamento e essa falta de perspectivas para o futuro. Um salto e uma fuga para o desconhecido mas também para a frente, contra o imobilismo. As cartas dos emigrantes eram portadoras de algum bem estar afetivo e material, com o dinheiro que enviavam, e sabemos que os mais pobres enviavam, e enviam hoje, muito do seu pouco dinheiro para a família. E sabemos que muitos deles não sabiam escrever, assim como a família não sabia ler. Era através de amigos ou vizinhos que a comunicação se estabelecia e a informação chegava. Quantas vezes terá acontecido um lamento ou um desgosto ser registado no papel da carta de forma mais suave ou ser lido de forma mais doce, para não aumentar a dor e a tristeza da ausência e da insegurança. Ou o inverso, quem sabe! Júlio Dinis usou a doçura da Morgadinha para dizer aos seus leitores que o analfabetismo era intolerável e que a emigração nem sempre era uma oportunidade de sucesso. Como também sabemos que, em muitos casos, o que imperou foi o silêncio, um silêncio ensurdecedor e impotente. A emigração foi sendo, e é ainda hoje, uma solução para muitos portugueses.

As questões do isolamento, do subdesenvolvimento, da economia de subsistência, do analfabetismo, da falta de comunicações, da emigração, eram transversais a todo o país, de norte a sul, de este a oeste. Assim como era nacional a permanência de tradições e costumes, num lento processo de renovação, muitas vezes servindo interesses particulares ou de classe, a permanência de modos de produção e de relações entre a propriedade e o seu uso, muito próximos dos do antigo regime, seja qual for o afastamento nacional do modo de produção feudal. E nacional era também a permanência de uma forte presença da Igreja, com muito poder temporal e religioso,

muitas vezes pouco culta, e usando e exigindo prerrogativas e assumindo privilégios que a colocava a grande distância dos fiéis que acompanhava.

Júlio Dinis, tal como o *Jornal do Porto*, faz eco da dicotomia entre Lisboa e o Porto, do sentimento generalizado de que em Lisboa os políticos não conheciam a província, nem com ela sabiam interagir, não sendo capazes de legislar a favor do seu desenvolvimento e das suas necessidades. Sendo um dito popular, e um argumento político recorrente, uma outra se lhe junta: também o Porto tem a imagem de 2ª cidade do país e de capital do Norte. Duas capitais e duas regiões adjacentes. Pois então, em que é que era diferente a vida das aldeias e o isolamento das famílias, na região de Lisboa, na região do Porto, no Minho ou no litoral oeste? A saída da aldeia era talvez a única oportunidade para muitos jovens, no Portugal de Oitocentos. Saíam rapazes e raparigas do Minho para o Porto. Saíam rapazes e raparigas das aldeias dos concelhos limítrofes, do Oeste para Lisboa. E, de todo o país saíam para o Brasil, assim como hoje saem, com destino a outros países da Europa e da América ou de África. Hoje, como então, saem alguns muito qualificados, mas saem principalmente os menos qualificados. Em 1860, saíam para o Brasil alguns que sabiam ler, escrever e contar o que lhes dava grande vantagem sobre os analfabetos, sendo a iliteracia um constrangimento que impedia ou dificultava a integração e o sucesso de quem chegava a novos lugares, distantes dos seus. Faltam ainda histórias de vida, estudos de caso e ficção, que ajudarão a fixar a memória. Nem todos voltaram ricos, nem todos ficaram ricos, nem todos teriam muito para contar.

Se a esperança depositada na emigração era um ponto de união entre os portugueses, também os podemos considerar unidos pelo analfabetismo, pela falta de meios de comunicação e pelo isolamento das populações nas aldeias, de onde a grande maioria saía apenas para a ida à feira ou a alguma romaria. Isto é, as condições de vida das classes populares e as suas expectativas perpetuavam modos particulares de pensar e de agir, serviam como fator identitário regional ou local, mas não eram fator distintivo, em relação ao todo nacional. Quanto à população mais abastada, mesmo que isso signifique apenas a saída do limiar da pobreza, com Júlio Dinis, vimos começar a desenvolver-se pelo país um pequeno grupo da burguesia rural e comercial, dedicada à agricultura e ao comércio dos produtos da agricultura e da pecuária. Era a este sempre pequeno e frágil grupo profissional que pertenciam as famílias dos jovens protagonistas de Júlio Dinis, há cento e cinquenta anos. Em suma, Júlio Dinis



descreveu vivências de famílias e de comunidades rurais que têm a característica de ter pontos em comum com qualquer família portuguesa, do Minho, do Oeste ou do Sul.

O comboio era uma realidade em construção e não estava presente no quotidiano da aldeia dinisiana, propositadamente visitada na primeira metade da década de cinquenta. O comboio pertencia ao futuro. Ainda era ficção no mundo que Júlio Dinis retratou, assim como a escola. A instrução estava a caminho, mas ainda não estava no quotidiano de todas as crianças e de todos os adultos do reino. Mas, o *Jornal do Porto* anunciava a mudança. A escola e a imprensa, as estradas e o comboio, o acesso à informação, o jogo político e as eleições, a ascensão social, a nova burguesia e a nova sociedade que o liberalismo prometia, provocavam a mudança que tardava e, para muitos, foi a esperança de acompanhar o movimento económico, social e cultural que a Europa além Pirenéus estava a viver, em meados do século XIX. Se, para muitos, Portugal era Lisboa, o Porto, distante do parlamento e da corte, conhecido como a 2ª cidade do reino e a capital do norte, mostrava dinamismo e valorizava a informação que chegava diariamente através do telégrafo, do porto, das cartas do Brasil, dos jornais estrangeiros e dos diários, como o *Jornal do Porto*. O Porto era uma cidade em transformação e o jovem Júlio Dinis, brilhante intelectual, foi-se afastando desse movimento diário, especialmente de inverno, porque o Porto não tinha clima favorável à sua saúde. Nessas viagens indesejadas, o serviço postal quebrava-lhe a solidão, levando-lhe os jornais diários e as cartas que alegravam os seus dias e alimentavam o seu espírito interessado pelo seu país, pela sua cidade. Era um mundo novo que se abria diante de todos, na aldeia e na cidade, com as distâncias mais facilmente vencidas, na transição do Portugal do antigo regime para o Portugal liberal, no Portugal moderno que a imprensa anunciava, que a legislação previa, mas que tardava, no confronto, entre tradição e modernidade, no país essencialmente analfabeto e rural que Júlio Dinis tão bem soube mostrar aos vindouros. A Regeneração do reino demonstrou não ser tarefa fácil, nem rápida, nem equitativa; foi o despertar para a modernidade, com muitos contrastes e confrontos, no parlamento e nas comunidades espalhadas pelo reino.

Júlio Dinis apontou para o futuro dos seus jovens casais, mas não entrou nas suas novas vidas. Deixou-os construir a nova família e a nova casa. Como construíram o seu quotidiano? Como é que o futuro se tornou presente, nas jovens famílias dos jovens casais de apaixonados? Júlio Dinis não fechou as suas narrativas, deixou aos seus leitores espaço para a imaginação, para o sonho, para construir o futuro. O futuro que ele sabia que não iria ver.

Afinal, este projeto é apenas uma parte da caminhada, na busca de respostas para uma questão essencial: Que país, que sociedade podemos conhecer através da literatura e da imprensa? Qual o seu papel na construção da memória? Podemos identificar nos cidadãos do Portugal de hoje traços do retrato dos seus avós, os portugueses da 2ª metade de Oitocentos, que encontramos nas personagens e nos enredos dinisianos? Em que medida as aspirações e as dificuldades de então, foram transformadas em soluções, em oportunidades ou em novos problemas? Em que medida as dificuldades, a luta pela sobrevivência, a falta de formação e de informação e o isolamento de então, foram ultrapassados? Com a imprensa e a literatura, presentes na vida quotidiana, presentes na cultura portuguesa, no tempo de Júlio Dinis e da Regeneração do reino, caminhámos nesta tese, com o olhar na compreensão da cultura portuguesa de hoje, com a permanência de tradições e condicionamentos culturais e sociais, vindos desse tempo, com a emigração, com a valorização das comunicações e do ensino e com tantos outros problemas, realizações e expectativas.

Nas duas últimas décadas, têm surgido trabalhos académicos debruçados sobre a obra de Júlio Dinis, no âmbito de cursos de mestrado e de doutoramento das várias universidades portuguesas. Alguns trabalhos de especialistas e estudiosos da obra de Júlio Dinis foram citados neste projeto e neles foi possível estudar e obter estímulo para a reflexão e para a concretização deste trabalho. Júlio Dinis, apesar de nos ter deixado apenas quatro romances, é um escritor que dedicou largos anos da sua vida à escrita e que refletiu sobre a importância da literatura, e da sua obra, para si próprio, para os leitores seus contemporâneos e para os vindouros. Concluimos que são estreitas e profícuas as relações entre literatura, historiografia e sociedade e que, neste âmbito, há necessidade de continuar a estudar a vida e a obra de Júlio Dinis.

Esta tese é um projeto de investigação que, para além de se integrar no percurso do curso de Doutoramento em História, na especialidade de Representações, Poderes e Práticas Sociais, se assume como uma etapa académica de aprendizagem e de descoberta. Em perspectiva, para o futuro, há o objetivo de continuar a aprofundar o estudo da vida e da obra de Júlio Dinis, no seu contexto epocal, continuando a trabalhar sobre o espólio do autor e sobre a sociedade portuguesa de então, sob o olhar do *Jornal do Porto*. Ciente de que a investigação científica exige comunicação, divulgação trabalho em rede, é meu objetivo procurar integrar-me na comunidade académica, em projetos locais ou institucionais, de forma a que o meu estudo possa contribuir para a

divulgação do saber sobre a obra deste autor e sobre a vida quotidiana dos portugueses da 2ª metade do século XIX.

## BIBLIOGRAFIA

### Bibliografia Ativa<sup>1</sup>

DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais (Crónica da Aldeia)*, Livraria Civilização Editora, Barcelos, 1975

- 1ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1868
- 2ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1872
- 3ª edição, A.R. da Cruz Coutinho, Porto, 1876
- 4ª edição, A.R. da Cruz Coutinho, Porto, 1884

DINIS, Júlio, *As Pupilas do Senhor Reitor (Crónica da aldeia)*, Estarreja, Edição MEL, 2008

- 1ª edição impressa, 1867, Typographia do Jornal do Porto, Porto
- 2ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1869
- 3ª edição, A Editora, Lisboa, 1874
- 4ª edição, A.R. da Cruz Coutinho, Porto, 1875

DINIS, Júlio, *Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*, BPMP, Biblioteca Pública Municipal do Porto. Cf Anexo 2.

---

<sup>1</sup> Para cada uma das obras de Júlio Dinis, mencionamos as edições consultadas, e as primeiras edições. Informação obtida em <http://porbase.bnportugal.gov.pt>, Cf Anexo 1

DINIS, Júlio, *Obras de Júlio Dinis*, vol I<sup>2</sup>, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d:

- «*As Pupilas do Senhor Reitor*»
- «*A Morgadinha dos Canaviais*»
- «*Uma Família Inglesa*»,
- «*Os Fidalgos da Casa Mourisca*»

DINIS, Júlio, *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d:

- «*Serões da Província*»<sup>3</sup>
- «*Poesias*»<sup>4</sup>
- «*Inéditos e Esparsos*»<sup>5</sup>
- «*Teatro*»<sup>6</sup>

---

<sup>2</sup> A obra completa de Júlio Dinis foi organizada e editada por iniciativa de Egas Moniz, médico e intelectual dinisiano, o principal biógrafo do escritor, que se dedicou ao estudo e organização da sua obra. Este volume I, da Lello Irmão Editores, sem data, inicia-se com um Prólogo, assinado por Kol D'Alvarenga, que contém três partes: Parte I – O escritor, pp. V-XII; Parte II - Na vida e na sociedade/principais efemérides, pp. XII-XXI; Parte III - Notas Bibliográficas e artísticas, pp. XXIII-XXVIII.

<sup>3</sup> Cf. pp. 5-234. *Serões da Província*, no início, apresenta «Advertência» (Cf. *ob. cit.*, p. 7), texto assinado pelo editor da terceira edição, A. R. Cruz Coutinho, datado de 9 de julho de 1879, em que informa que Júlio Dinis não havia feito a revisão de *Justiça se Sua Majestade*, pelo que o editor publica o texto, que lhe foi entregue em manuscrito pelo pai do escritor, deixando aos leitores o direito de avaliar sobre o valor literário da obra. Em *Serões da Província* constam os contos «*Justiça de Sua Majestade*», «*As apreensões de uma mãe*», «*O espólio do senhor Cipriano*», «*Os novelos da tia Filomela*», «*Uma flor de entre o gelo*».

<sup>4</sup> Cf. pp. 237-520. *Poesias*, começa com a apresentação de versos de Alfred de Musset e uma citação em francês sobre a leitura de poesia. Cf. *ob. cit.*, p. 237. Capítulo dividido em três partes, sem título. - 1ª edição, 1874, edição póstuma; 2ª edição, A. R. Cruz Coutinho, Porto, 1880: «*Edição acrescentada com uma poesia inédita*». cf <http://porbase.bn.pt>

<sup>5</sup> Cf. pp. 523-905. *Inéditos e Esparsos* estão organizados segundo os seguintes títulos: «*Cartas Literárias*», «*Cartas Particulares*», «*Escritos incompletos*», «*Notas*», «*Ideias que em Ocorrem*», «*Trechos*».

1ª. Edição, com «*palavras preliminares de Sousa Viterbo*», Typ. A Editora, Lisboa, 1910, que teve uma 2ª edição em 1918, cf <http://porbase.bn.pt>. Salientemos a atividade editorial de J. Rodrigues, Lisboa, com edições em 1919, 1920, 1921, 1923, 1926, 1934 e 1938 (26ª edição), cf <http://porbase.bn.pt>. Por iniciativa de Egas Moniz, em 1947, foi publicado «*Cartas e Esboços Literários*», pela Soc. Tipográfica Portuense, cf <http://porbase.bn.pt>

<sup>6</sup> Cf. pp. 909-1333. Trata-se de um conjunto de oito peças de teatro: cinco comédias, cuja ação decorre no Porto: «*O casamento da condessa de Amieira*» (1856), «*O último baile do Sr José da Cunha*» (1857), «*Os anéis ou inconvenientes de amar às escuras*» (1857), «*As duas cartas*» (1857), «*Similia Similibus*» (1858); um drama, cuja ação decorre em Évora, em 1483: «*Um rei popular*» (1858); uma comédia da qual o autor apenas indica que decorre na casa de Gustavo, em 1850: «*Um segredo de família*» (1860); e uma última comédia, situada no ano de 1705, no palácio real: «*A educanda de Odivelas*» (1860).

Por iniciativa e organização de Egas Moniz, «*Teatro Inédito*» de Júlio Dinis, com prefácio de Egas Moniz, foi publicado pela Livraria Civilização, Porto, em 3 volumes - 1ª edição, vol I, 1946, vol II e vol III, 194, cf <http://porbase.bn.pt>

DINIS, Júlio, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Estarreja, MEL Editores, 2010

- 1ª edição, edição da Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1871
- 2ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1872
- 2ª edição acrescentada/esboço biográfico do autor por Alberto Pimentel, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1872

DINIS, Júlio, *Serões da Província*, Estarreja, MEL Editores, 2010

- Edição Imprensa Portuguesa<sup>7</sup>, Porto, 1870, ( 1ª edição, vol I)
- Edição Viúva Moré, Porto, 1870
- 2ª edição, Livraria Moré, Porto, 1873
- 3ª edição, A. R. Cruz Coutinho, Porto, 1879<sup>8</sup>

DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa (Cenas da vida do Porto)*, Estarreja, Edição MEL, 2008<sup>9</sup>

- 1ª edição, Typographia do Jornal do Porto, 1868
- 2ª edição, revista pelo autor, Typografia do Jornal do Porto, Porto, 1870
- Edição A. R. Cruz Coutinho, Porto, 1875, Em <http://purl.pt/326> pode ler-se: «*Uma família inglesa : cenas da vida do Porto / Júlio Dinis. - Nova edição, conforme a terceira actualiz. na grafia. - Porto : A. R. da Cruz Coutinho, 1875. - 367, [1] p. ; 19 cm*»
- 4ª edição, Cruz Coutinho, Porto, s/d

HERCULANO, Alexandre, *O pároco de aldeia*, Livraria Bertrand, 1969

*O JORNAL DO PORTO*, 1859-1863, disponível em [BNP](http://www.bnp.pt/), [www.bnp.pt/](http://www.bnp.pt/), <http://purl.pt>

---

<sup>7</sup> 1ª. ed., vol. I, 1870, em incluir *Justiça de Sua Majestade*. Cf nota de rodapé 3; 1ª edição vol. II, 1947

<sup>8</sup> Pela primeira vez, *Serões da Província* inclui *Justiça de Sua Majestade*. Cf nota de rodapé 3. cf Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d, p.7.

<sup>9</sup> O romance «*Uma Família Inglesa*» foi publicado, em folhetim, no *Jornal do Porto*, em 1867, ainda sob o título «*Uma Família de Ingleses*».

## BIBLIOGRAFIA SECUNDÁRIA

### Bibliografia Geral

ALVES, Alice, *Ramalho Ortigão e o Culto dos Monumentos Nacionais no Século XIX*, Lisboa, 2009, disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2401/1/ulsd058670\\_td\\_Alice\\_Alves.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/2401/1/ulsd058670_td_Alice_Alves.pdf)

ALVES, Jorge, *Analfabetismo e Emigração – o caso do distrito do Porto no século XIX*, in *Revista da Faculdade de Letras*, pp. 271- 287, s/d., disponível em [ler.letras.up.pt](http://ler.letras.up.pt)

ALVES, Jorge Fernandes, *Analfabetismo e emigração, o caso do distrito do distrito do Porto no século XIX*, in *Revista da Faculdade de Letras*, p. 271- 287, s/d., disponível em [ler.letras.up.pt](http://ler.letras.up.pt)

ALVES, Jorge Fernandes, *Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, s/d., disponível em [ler.letras.up.pt](http://ler.letras.up.pt)

ALVES, Jorge Fernandes, *"Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX"*, *Revista de História*, IX, 1999, pp. 267-289, disponível em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>

ALVES, Jorge F. *Lógicas migratórias no Porto oitocentista*, in Nizza da Silva, Ioannis Baganha, Maranhão, e Míriam Halpern Pereira (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal. Actas do Congresso Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos, 1993, referenciado em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>

ALVES, Jorge Fernandes, *Os «Brasileiros»: Emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1993, disponível em [ler.letras.up.pt](http://ler.letras.up.pt)

ALVES, Jorge Fernandes, *Variações sobre o “brasileiro” –Tensões na emigração e no retorno do Brasil*, *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXIII, Univ. Coimbra, 1999, p.191-222 disponível em <http://ler.letras.up.pt>

ALVES, Luís Alberto Marques, *O ensino da segunda metade do século XIX*, Porto, 2001, in Revista da faculdade de letras, História, III série, vol2, disponível em <http://ler.lettras.up.pt>

AMÂNCIO, Lúcia et al. *O longo Caminho das Mulheres: Feminismos 80 anos depois*, D. Quixote, Lisboa, 2007

ANASTÁCIO, Vanda et al. «Da História Literária e de alguns dos seus problemas», *Actas Do Colóquio Literatura e História*, Lisboa, 2002, disponível em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt>, pp.43-59

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, (coordenação de ), *Os "Brasileiros" enquanto agentes de mudança : poder e assistência*, Universidade do Minho, 2013, disponível em [repositorium.sdum.uminho.pt](http://repositorium.sdum.uminho.pt)

ARROTEIA, Jorge Carvalho, In SOUSA, Fernando de, MATOS, Ismênia de Lima, MATOS, Izilda (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>

BARBOSA, Rosana «Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil», in *Arquipélago • História*, 2ª série, VII, 2003, pp. 173-196, disponível em <https://repositorio.uac.pt>

BUESCU, Helena Carvalhão, *A lua, a literatura e o mundo*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1995

CAEIRO, Domingos, *E aos centos, em multidão... com os olhos postos numa felicidade: a visibilidade da emigração na imprensa, 1890-1920*, Universidade Aberta, Lisboa, 2002, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt> - <http://hdl.handle.net/10400.2/2419>

CARMO, Hermano e FERREIRA, Manuela Malheiro, *Metodologia da investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, Lisboa, Universidade Aberta, 2008

CARVALHO, Joaquim Barradas de, *Para uma explicação de Portugal*, 1976, disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2979/1/NeD00.pdf>, s/d

CASCÃO, Rui, *Em casa: o quotidiano familiar*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de VAQUINHAS, Irene, direção de MATTOSO, José Círculo de Leitores, 2011

CASCÃO, Rui, «Vida quotidiana e sociabilidade» *Portugal*, pp.517-541, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, coordenação de Reis Torgal e João Roque, *História de Portugal*, 5º vol, Círculo de Leitores, 1993



CATROGA, Fernando, *O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911)*, in *Análise Social*, vol. XXIV, 1988, p 211-273, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>

CATROGA, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto Editora, 2001

CATROGA, Fernando *Romantismo, literatura e história*, in *História de Portugal: o Liberalismo (1807-1890)*, José Mattoso, dir., vol. 5, Lisboa, Estampa, 1993

CIRNE, Teresa, *A emigração para o Brasil. Famílias de Vila Nova de Gaia (1834-1900)*, in PEREIRA, Conceição Meireles, SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia de Lima (org.) *A emigração portuguesa para o Brasil*, p.51- 72, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

COELHO, Jacinto Prado, *A originalidade da literatura portuguesa*, Lisboa, Ministério da Educação, 1992, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>

CORBIN Alain, «Do limousin às culturas sensíveis», p. 97-110, in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François direção de, *Para uma história cultural*, 1997, Editorial Estampa, col. Nova História, nº 34, Lisboa, 1998

CORBIN, Alain e PERROT, Michelle, *História da vida privada, Da revolução à Grande Guerra*, Direção de Philippe Ariès e Georges Duby, vol 4, Lisboa, Círculo de Leitores, 1990

CRUZ, Maria Antonieta, *Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República*, Revista da Faculdade de Letras, HISTÓRIA, III Série, vol. 10, Porto, 2009, pp. 161-180, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/29535/2/cruzrecenseamentos000107886.pdf>,

DUBY, Georges, «A História Cultural», pp.403-408, in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François direção de, *Para uma história cultural*, 1997, Editorial Estampa, col. Nova História, nº 34, Lisboa, 1998

DUBY, Georges e PERROT, Michelle, *As mulheres e a história*, Lisboa, D. Quixote, 1995

ELIAS, Margarida, *Columbano Bordalo Pinheiro e as Caldas da rainha*, FCSH, Universidade Nova de Lisboa, s/d, disponível em [www.academia.edu/3414840/Columbano e as Caldas daRainha](http://www.academia.edu/3414840/Columbano_e_as_Caldas_daRainha)

ESTEVES, Alexandra, «*Entre o crime e a cadeia: violência e marginalidade no Alto Minho (1732-1870)*», Universidade do Minho, 2001, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt>

FERNANDES, Adília e PAIVA, Odete, em *Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910). Os bem sucedidos e os outros*, SOUSA, Fernando de, MATOS, Ismênia de Lima, MATOS, Izilda (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, p.411-423, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>

FRAISSE, Geneviève e PERROT, Michelle, *Introdução: Ordens e Liberdades*, in *História das Mulheres: O Século XIX*, vol. IV, DUBY, Georges, PERROT, Michelle (org.), Porto, Edições Afrontamento, 1994

FILHO, Ricardo Moreira Figueiredo, *Análises histórico-sociais dos torna-viagens a partir da literatura portuguesa oitocentista*, in *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.11, n. 15, 2º sem., 2010, disponível em <http://periodicos.pucminas.br>

FONSECA, Fernando Taveira da, «Elites e classes médias», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, coordenação de Reis Torgal e João Roque, *História de Portugal*, 5º vol, Círculo de Leitores, 1993

FONTE, Teodoro Afonso da, “*No limiar da honra e da pobreza - A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698 -1924)*“, Universidade do Minho, 2004, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt>

GAMEIRO, Maria Alzira Roque, *Do Museu Roque Gameiro ao Centro de Artes e Ofícios Roque Gameiro*, Universidade Lusófona, Lisboa, 2009, disponível em [http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/maria\\_gameiro\\_1.pdf](http://www.museologia-portugal.net/files/upload/mestrados/maria_gameiro_1.pdf)

GONÇALVES, Carla Alexandra, *Metodologia do trabalho científico*, Lisboa, Universidade Aberta, 2010

GRAÇA, Manuel Sampayo Pimentel Azevedo, *Ilustres de cá e lá: regressados do Brasil no Porto de Oitocentos*, SOUSA, Fernando de, MATOS, Ismênia de Lima, MATOS, Izilda (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, p 363- 378, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>

GRÁCIO, Rui, *Ensino primário e analfabetismo*, in *Dicionário de História de Portugal*, direção de Joel Serrão, Lisboa, Iniciativas Editoriais, vol II, 1971

GUIMARÃES, Adriana Mello e FERNANDES, Nuno Ricardo, *O jornalismo em evolução*, 2012, disponível em <https://comum.rcaap.pt>,

JOÃO, Maria Isabel, *O Espontâneo e o Construído nas Memórias dos Migrantes*, in Maria Beatriz Rocha-Trindade (org.) *Migrações, Permanências e Diversidades*, Edições Afrontamento, Porto, 2009, p.269-279

JOAQUIM, Teresa, *Menina e Moça: a construção social da feminilidade*, Lisboa, Fim de Século, 1997

JOAQUIM, Teresa e GONZALEZ, Manuela, *Mulheres de uma aldeia*, Ulmeiro, Lisboa, 1985

LEAL, Manuel Maria Cardoso *A Rotação Partidária em Portugal. A Aprendizagem da Alternância Política (c. 1860-1890)*, disponível em <http://repositorio.ul.pt>

LEITE, J. Costa, *Emigração Portuguesa: a Lei e os números (1855-1914)*, in *Análise Social*, vol XXIII ( 97), 1987, p. 463-48, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>

LEITE, J. Costa, *Os negócios da emigração (1870-1914)*, in *Análise Social*, vol XXXI (136/137), 1996, p. 381-96, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>

LOPES, João Teixeira, *Do Porto romântico à cidade do centros comerciais*, 1999, disponível em <http://ler.letras.up.pt>

LOPES, Ana Maria Costa, *Diferenças regionais e os seus reflexos na literatura*, s/d., disponível em [www.oj.acidi.gov.pt](http://www.oj.acidi.gov.pt)

LOPES, Ana Maria Costa, *Imagens da mulher na imprensa feminista de oitocentos. Percurso de modernidade*, Lisboa, Ed. Quimera, 2005

LOPES, Maria Antónia, *As grandes datas da existência: Momentos privados e rituais públicos*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de VAQUINHAS Irene, direção de MATTOSO, José, Círculo de Leitores, 2011

LOPES, Maria Antónia, *Emigração e população em finais do século XIX. A miragem do Brasil no concelho de Meda ( 1889-1896)*, em *Revista Portuguesa de História*, T. 35, 2001-2002, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>

LOPES, Maria Antónia, *Mulheres, espaço e sociabilidade. A transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989

LOPES, Maria Antónia, *Notas para o estudo do papel social da mãe, Representações e Normas no Theatro De Manoel de Figueiredo*, s/d, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>, consulta de 08/10/2011

LOPES, Maria Antónia, *Os pobres e a assistência pública*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol., coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

LOPES, Maria Antónia, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra (1750-1850)*, 2 vols, Viseu, 2000

LOPES, Maria Antónia, *Sociabilidades dinásticas oitocentistas: o rei D. Fernando II (1816-1885) e a sua rede familiar europeia*, 2014, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>,

LOURENÇO, Eduardo, «Repensar Portugal» e «Da literatura como interpretação de Portugal», In *O Labirinto da Saudade, psicanálise mítica do destino português*, 2ª ed., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1982, pp. 69-83 e 85-126

LUCAS, Maria Manuela «Organização do Império», in *História de Portugal*, dir. de José Mattoso, 5º vol., coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

MAGALHÃES, Marcelo Vieira, *Portugueses no Maranhão (1822-1889): ensaio sobre a imigração*, ANPUH2013, disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org>

MARIOT, Nicolas e OLIVERA, Philippe, «Histoire culturelle em France», pp.185-193, in C. Delacroix, and all, direção de, *Historiographies, I, Concepts et Débats*, éditions Gallimard, 2010

MARTIN-FUGIER, Anne, «Os ritos da vida privada burguesa», pp- 193-261, in *História da vida privada, Da Revolução à Grande Guerra*, vol.4, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Círculo de Leitores, Porto, 1990

MARTINS, Conceição Andrade, «Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)», in *Análise Social*, vol. xxxii (142), 1997 (3.º), pp. 483-535, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>

MATOZZI, Martina, *Portugueses de torna-viagem. A representação da emigração na literatura portuguesa*, Coimbra, 2016, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>

MATTOSO, José, direção de, coordenação de VAQUINHAS, Irene, *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2011

MATTOSO, José, direção de, coordenação de Reis Torgal e João Roque, *História de Portugal*, 5º vol, Círculo de Leitores, 1993

MENDES, José M. Amado, *A Emigração Portuguesa, nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa*, 1988, disponível em <https://estudogeral.sib.uc.pt>

MENDES, J. Amado «Comércio, transportes e comunicações», pp.369-379, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, coordenação de Reis Torgal e João Roque, *História de Portugal*, 5º vol, Círculo de Leitores, 1993

MIRANDA, Patrícia, *A construção social das identidades de género nas crianças: um estudo intensivo em Viseu*, Lisboa, 2008, in <http://www.aps.pt/vicongresso>

MOREIRA, Arthur Barroso, *Padronização da imprensa periódica*, Porto, 2012, disponível em <http://bdigital.ufp.pt>,

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa, *A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – Uma questão em debate na segunda metade do século XIX*, in PEREIRA, Conceição Meireles, SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia de Lima (org.) *A emigração portuguesa para o Brasil*, p. 99-114, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

MONTEIRO, Miguel, ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, *Emigração e Retorno: Imagens Cruzadas num Webmuseu e o Papel da Tecnociência no Caso de* [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org), 2006, disponível em [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org)

MONTEIRO, Miguel, *Emigração para o Brasil (1834-1926): os números e autobiografia - sair, viver e regressar na primeira pessoa*, s/d., disponível em [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org)

MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves, *Migrantes, Emigrantes e “Brasileiros” de Fafe (1834 - 1926) - Territórios, Itinerários e Trajectórias*, Universidade do Minho, 1996

MONTEIRO, Miguel, *Migrantes e Emigrantes de Fafe: dois Comportamentos sociais diferenciados*, Congresso Internacional de Demografia Histórica, V Congreso de la ADEH, Logroño, 1999 disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

MONTEIRO, Miguel, *Marcas da Arquitectura de Brasileiro na Paisagem do Minho, O Brasileiro de Torna Viagem*, CNCDP - Portugal, Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000

MONTEIRO, Miguel, *O papel dos «'Brasileiro» nas Vilas do Minho: O Caso de Fafe*, in *Os “Brasileiros da Emigração!*, Jorge Alves (org.), Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999.

MONTEIRO, Miguel, *O Público e o Privado, O Brasileiro de Torna Viagem*, Lisboa, CNCDP – Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000

MONTEIRO, Paulo Filipe, *Emigração - O eterno mito do retorno*, Celta, Oeiras, 1993.

MOURA, Maria Lúcia de Brito, *Sensibilidade religiosa e devoção doméstica: entre o “temor de Deus” e o “amor de Deus”*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord de Irene Vaquinhas, direção de José Mattoso., Círculo de Leitores, 2011

NEMÉSIO, Vitorino *A Terra e o Homem*, edição F. C. Gulbenkian, 1978

NETO, Felix, *A Migração Portuguesa vivida e Representada -Contribuição para o Estudo dos Projectos Migratórios*, Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos, 1986

NETO, F. *Psicologia Intercultural*, Lisboa, Universidade Aberta, 2002

NETO, Vitor, *O Estado e a Igreja*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

O JORNAL DO PORTO, disponível em [www.bnp.pt/](http://www.bnp.pt/), BND - O jornal do Porto, Porto, 1859-1892, <http://purl.pt>

OUTEIRINHO, Maria de Fátima, *Fragmento e narrativa de viagem*, 2013, disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6712.pdf>

PACHECO, Elsa e ALVES, Jorge, *Rede migratória, integração social e reflexos. Da ruralidade minhota à elite intelectual do Rio de Janeiro. Estudos de caso*, em ARAÚJO, Maria Marta Lobo de, e outros, (coordenação de ), [\*Os "Brasileiros" enquanto agentes de mudança : poder e assistência\*](#), edição da Universidade do Minho e da Fundação Gertúlio Vargas, 2013, p 171-190, disponível em [repositorium.sdum.uminho.pt](http://repositorium.sdum.uminho.pt)

PAIS, J. M. *Artes de Amar da Burguesia. A Imagem da Mulher e os Rituais de Galanteria nos Meios Burgueses do Século XIX em Portugal*, Lisboa, ICS, 1986

PASSARINHO, Joaquim «Das escolas normais às escolas do magistério primário: percurso histórico das escolas de formação de professores do ensino primário», in *Historia y Memoria de la Educación*, 1, 2015, pp. 203-238, disponível em [repositorio.ul.pt](http://repositorio.ul.pt),

PATRIARCA, Raquel, «O livro infanto-juvenil em Portugal entre 1870 e 1940 – Uma perspetiva histórica», Universidade do Porto, 2012, disponível em [repositorio-aberto.up.pt](http://repositorio-aberto.up.pt)



PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *Os brasileiros notáveis e... os outros*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53913>

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal, Os brasileiros notáveis e... os outros*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2000, p. 359-377, disponível em <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53913>

PEREIRA, Conceição Meireles, SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia de Lima (org.) *A emigração portuguesa para o Brasil*, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

PEREIRA, Maria de Jesus Antunes da Cruz, *As Aquistas nas Termas das Caldas da Rainha - estudo de caso*, Dissertação de Mestrado, MRI, Universidade Aberta, Lisboa, 2010, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>

PEREIRA, Maria Manuela Meireles, *Jornais, Editores e tipografias do Porto (1866-1898)*, Porto, s/d. disponível em <http://ler.letras.up.pt>

PERROT, Michelle, «Dramas e conflitos familiares», pp. 263-285, in *História da vida privada, Da Revolução à Grande Guerra*, vol.4, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Círculo de Leitores, Porto, 1990

PERROT, Michelle, «Funções da família», in *História da vida privada, Da Revolução à Grande Guerra*, vol. 4, dir. de Philippe Ariès e Georges Duby, Círculo de Leitores, Porto, 1990

PIEDADE, Ana Nascimento, *Outra margem, estudos de literatura e cultura portuguesas*, Lisboa, INCM, 2010

PIMENTEL, Alberto, *O Porto na Berlinda: memórias d' uma família portuense*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1894

PIMENTEL, Alberto, *O Porto por fora e por dentro*, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1878

PINHEIRO, Magda de Avelar, *Investimentos estrangeiros, política financeira e caminhos-de-ferro em Portugal na segunda metade do século XIX*, in *Análise Social*, vol. XV (58), 1979, p. 265-286, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>, consulta de 10/07/2012

PINTASSILGO, Joaquim, *O público e o privado na história da educação – o exemplo de Portugal (2ª metade do século XIX – início do século XX)*, 2011, disponível em <http://repositorio.ul.pt>,

PILOTO, Maria Adelina de Azevedo, «*O Concelho de Vila do Conde e o Brasil – Emigração e Retorno (1865-1913)*», Universidade do Porto, 2010, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

PILOTO, Adelina e SANTOS, António, *Vilacondenses na fundação e engrandecimento do real hospital Português de Pernambuco*, in SOUSA, Fernando de, MATOS, Ismênia de Lima, MATOS, Izilda (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, pp. 137-147, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>

POMIAN, Krzystof «História cultural, história dos semióforos», pp. 71-95, in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François direção de, *Para uma história cultural*, 1997, Editorial Estampa, col. Nova História, nº 34, Lisboa, 1998

QUEIRÓS, Eça de, *A Cidade e as Serras*, Edição Livros do Brasil, Lisboa, s/d

RAMOS, Rui, *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*, in *Análise Social* vol. XXVII, 1992, pp. 483-528, disponível em [analisesocial.ics.ul.pt](http://analisesocial.ics.ul.pt)

RAMOS, Rui, «Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo in “*Análise Social*” XXIV, (103-104), Lisboa, 1988

RECTOR, Monica *Mulher objecto e sujeito da Literatura Portuguesa*, Porto, 1999

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *A regeneração e o seu significado*, in *História de Portugal*, Dir. de José Mattoso, 5º vol., coordenação de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François direção de, *Para uma história cultural*, 1997, Editorial Estampa, col. Nova História, nº 34, Lisboa, 1998

RODRIGUES, João Bartolomeu, *A Educação na Revista O PANORAMA*, tomo I, Vila Real, Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2008, disponível em <http://repositorio.utad.pt>

SANTOS, Eugénio dos, *Os brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal*, s/d, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt>

SARDICA, José Miguel, *A vida partidária portuguesa nos primeiros anos da Regeneração*, 1997, in *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), 1997, (4.º-5.º), 747-777, disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt>



SIRINELLI, Jean- François, «Elogio da complexidade», pp.409-418, in RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean- François direção de, *Para uma história cultural*, 1997, Editorial Estampa, col. Nova História, nº 34, Lisboa, 1998

SERRÃO Joel, *Conspecto histórico da emigração portuguesa*, Análise Social, Vol. VIII, 1971, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

SERRÃO, Joel, *Da situação da mulher portuguesa no século XIX*, Livros Horizonte, Lisboa, 1987

SILVA, António Martins, da «A vitória definitiva do liberalismo e a instabilidade constitucional: cartismo, setembrismo e cabralismo», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

SILVA, Francisco Rebelo da, *Jornais e revistas do Porto no tempo de Camilo*, in História do Porto, disponível em [ler.letras.up.pt](http://ler.letras.up.pt)

SILVA, Susana Serpa, *Sonhos e ideais de vida. Sonhos privados/sonhos globais*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de VAQUINHAS, Irene, direção de MATTOSO, José, Círculo de Leitores, 2011

SILVA, Susana Serpa, *A emigração açoriana para o Brasil, por meados do século XIX, e a questão da “escravatura branca*, in História: Questões & Debates, Curitiba, n. 56, pp. 37-61, jan./jun. 2012. Editora UFPR, disponível em <http://ojs.c3sl.ufpr.br>

SILVESTRE, Paulo, *Vivências do feminino no final de oitocentos: representação da mulher em alguns romances e periódicos da época*, Lisboa, 2009, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>

SOUSA, Fernando de, CIRNE, Teresa, *Portugueses do Norte de Portugal com destino ao Brasil (1805-1832)*, in PEREIRA, Conceição Meireles, SOUSA, Fernando de, MARTINS, Ismênia de Lima (org.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, pp. 203- 270, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

SOUSA, Fernando de, MATOS, Ismênia de Lima, MATOS, Izilda, (coord.), *Nas duas margens. Os Portugueses no Brasil*, Ed. Afrontamento, Porto, 2009, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>

SOUSA, Fernando de, MATOS, Ismênia de Lima, PEREIRA, Conceição Meireles, (coord.), *A emigração portuguesa para o Brasil*, CEPES, Ed. Afrontamento, Porto, 2007, disponível em <http://www.uff.br>

SOUSA, Jorge Pedro, *Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo: os livros pioneiros sobre história do jornalismo publicados por autores*

*portugueses em Portugal até à Revolução de Abril de 1974*, s/d , disponível em <http://www.bocc.ubi.pt>,

TENGARRINHA. J. , *A novela e o leitor português: Estudo de Sociologia da Leitura*, Lisboa, Prelo, 1973

TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa, das origens a 1865*, Temas de Debates, Círculo de Leitores, 2013

TORGAL, Luís Reis, *A Instrução Primária*., in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre, «Produção e reprodução cultural», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, *Emigração e Retorno: Imagens Cruzadas num Webmuseu e o Papel da Tecnociência no Caso de* [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org), 2006, disponível em [www.museu-emigrantes.org](http://www.museu-emigrantes.org)

VARGUES, Isabel Nobre e RIBEIRO, Maria Manuela Tavares *Estruturas políticas: parlamentos, eleições, partidos políticos e maçonarias*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

VARGUES, Isabel Nobre e TORGAL, Luís Reis, «Da revolução à contra-revolução: vintismo, cartismo, absolutismo. O exílio político», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

VAQUINHAS, Irene, *As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005

VAQUINHAS, Irene, *Linhas de investigação para a história das mulheres nos séculos XIX e XX. Breve esboço*, in *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2002, disponível em <http://ler.letras.up.pt>

VAQUINHAS, Irene, *Nem Gatas Borralheiras, Nem Bonecas de Luxo. As Mulheres Portuguesas Sob o Olhar da História (Séculos XIX-XX)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005

VAQUINHAS, Irene, *O Campesinato*, in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

VAQUINHAS, Irene, *Paixões funestas e prazeres proibidos*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord de VAQUINHAS, Irene, direção de MATTOSO, José Círculo de Leitores, 2011

VAQUINHAS, Irene, *Senhoras e mulheres na sociedade portuguesa do século XIX*, Lisboa, Ed. Colibri, 2000

VAQUINHAS, Irene e CASCÃO, Rui «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, vol V, dir. de José MATTOSO, coordenação de Reis Torgal e João Roque, *História de Portugal*, 5º vol, Círculo de Leitores, 1993

VAQUINHAS, Irene e GUIMARÃES, Alice Maria Alice Pinto, *Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa*, in *História da Vida Privada em Portugal, A Época Contemporânea*, coord. de Irene Vaquinhas, direção de José Mattoso, Círculo de Leitores, 2011

VAQUINHAS, Irene e NETO, Margarida, «Agricultura e mundo rural: tradicionalismos e inovações», in *História de Portugal*, direção de José MATTOSO, coordenação de Reis Torgal e João Roque, *História de Portugal*, 5º vol, Círculo de Leitores, 1993

VAQUINHAS, Irene e TORGAL, Luís Reis, «Evolução da sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», in *História de Portugal*, Direção de José Mattoso, 5º vol, coord. de Reis Torgal e João Roque, Círculo de Leitores, 1993

VICENTE, Ana, *As mulheres portuguesas vistas por viajantes estrangeiros (séculos XVIII, XIX e XX)*, Lisboa, Gótica, 2001

VICENTE, Ana, *Os poderes das mulheres. Os poderes dos homens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998

VITERBO, Francisco Sousa, «Arqueologia industrial Portuguesa: os moinhos», in *O Arqueólogo Português*, Vol II, nº 8 e 9, agosto e setembro de 1896, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/recursos/o-arqueologo-portugues/o-arqueologo-portugues/>

## Bibliografia específica

ABREU, Carmen da Conceição da Silva Matos, *O filtro doutrinário e a liberdade criadora. Que tipo de censura nos romances de Júlio Dinis?* 1989, disponível em <http://web.lettras.up.pt>

ABREU, Carmen da Conceição da Silva Matos, *As utopias ( ou não) do conselheiro e do Sr Vicente; propostas de Júlio Dinis e Eça de Queirós*, 2007, disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt>

ABREU, Carmen da Conceição da Silva Matos, *Júlio Dinis, Representações romanescas do corpo psicológico e social: influência e interferência da literatura inglesa*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, disponível em [repositorio-aberto.up.pt](https://repositorio-aberto.up.pt)

ABREU, Carmen da Conceição da Silva Matos, «Viajando pelo quarto: detalhes introspectivos em Xavier de Maistre e Júlio Dinis», in *Cadernos de Literatura Comparada*, nº30, 2014, disponível em <http://ilc-cadernos.com>

ABREU, Carmen da Conceição da Silva Matos, «Diana de Aveleda, uma cidadã esclarecida no século XIX», in *Dunas*, ano XVII, nº 17, novembro de 2017, pp. 11-24

BARROSO, Ana Sofia Silva *Júlio Dinis: romancista social, médico e professor*, Porto, 2008, disponível em <http://sigarra.up.pt>

CARVALHO, Joaquim Jorge Silva, *Acção, cenas e personagens na narrativa dionisina: As Pupilas do Senhor Escriitor*, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2010, da Universidade de Coimbra, disponível em <http://estudogeral.sib.uc.pt>

CHAVES, Maria Adelaide Godinho Arala, *Júlio Dinis: um diário em Ovar: 1863-1866*, Porto, Campo das Letras, 1998

CRUZ, Liberto, *Júlio Dinis e o sentido social da sua obra*, Lisboa, 1972, in *Revista Colóquio/Letras*, Ensaio, [n.º 7](#), Maio, pp. 31-39

EGAN, Linda, *Uma leitura de Júlio Dinis, pré-pós-modernista, ou a vingança de uma oitocentista desfasada*, in *Colóquio/Letras*, nº 134, Out.-Dez., Lisboa, 1994

FEDELI, Maria Ivone, *A mão que balança o berço, Funções do feminino em Júlio Dinis*, São Paulo, 2007, disponível em [www.teses.usp.br](http://www.teses.usp.br)

GRIEBEN, Fernanda, *Júlio Dinis, apologista da Kunstreligion: influência de uma corrente de pensamento europeu no percurso literário dinisiano*, Universidade Aberta, 2016

LEITE, Rosa Margarida Pinto, *A narrativa breve de Júlio Dinis*, Universidade de Aveiro, 2010, disponível em <https://ria.ua.pt>

LEPECKI, Maria Lúcia, *Romantismo e realismo na obra de Júlio Dinis*, 1979, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>

LIMA, Isabel Pires de, *Júlio Dinis e a antecipação do romance realista*, in *História da Literatura Portuguesa*, vol 4, Direção de Carlos Reis, Lisboa, Ed. Alfa, 2001

LIMA, Isabel Pires de, *Júlio Dinis: o «romance rosa» moderno*, in *Júlio Dinis: Catálogo da Exposição*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1989

LIMA, Isabel Pires de, *Trajectos: O Porto na memória naturalista – Antologia*, Lisboa, Guimarães Editores, 1989

MARCHON, Maria Lívia Diana de Araújo, *A arte de contar em Júlio Dinis: alguns aspectos da sua técnica narrativa*, Coimbra, L. Almedina, 1980

MONIZ, Egas, *Júlio Dinis e a sua obra*, 2 vols., Lisboa, Casa Ventura Abrantes, 1924

NAVARRO, Ana Rita Padeira, *Bagatelas literárias ou questões da criação estética dinisiana*, in *Discursos. Estudos da Língua e Cultura Portuguesa* 5, Lisboa, 1993

NAVARRO, Ana Rita, «Da ficção literária à representação cinematográfica: imagens e estereótipos de uma realidade», in *Actas do colóquio — Literatura e História*, 2002, Univ. Aberta, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>

NAVARRO Ana Rita Soveral Padeira, *Da personagem literária à personagem fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor – um estudo de caso*, IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada, 2001, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>

NAVARRO, Ana Rita Soveral Padeira, *Da Personagem Romanesca à Personagem Fílmica: As Pupilas do Senhor Reitor*, Lisboa, Universidade Aberta, 1999 , disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>

NAVARRO, Ana Rita, *Era uma vez As Pupilas do senhor Reitor*, 1995, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/>

NAVARRO, Ana Rita, *Júlio Dinis revisitado: uma homenagem de Egas Moniz*, in *Des(a)fiando Discursos Homenagem a Maria Emília Ricardo Marques*, Lisboa, Universidade Aberta, 2005, disponível em <http://repositorioaberto.univ-ab.pt>

NEMÉSIO, Vitorino, in *As Pupilas do Senhor Reitor: crónica da aldeia*, de Júlio Dinis, Lisboa, Edição Livraria Bertrand, 1959, disponível em <http://purl.pt>

PEREIRA, Maria de Jesus Antunes da Cruz, *As pupilas do senhor reitor, Um retrato das mulheres na sociedade portuguesa do início da 2ª metade do século XIX*, Universidade Aberta, Lisboa, disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt>

RIBEIRO, M. Almeida, *O simbolismo da casa em Júlio Dinis*, Lisboa, Difel, 1990

SÁ, Maria das Graças Moreira, *A Paisagem como corpo: o olhar romântico em Garrett, Júlio Dinis e Eça*, in *Corpo e Paisagem Românticos*, Lisboa, Ed. Colibri, 2004

SILVA, Ana Cláudia, *O romance matrimonial, a representação do casamento na obra romanesca de Júlio Dinis*, Universidade de Évora, 2014

SILVA, Maria Alda Loya Soares, *Para uma leitura de Uma família inglesa de Júlio Dinis: romance de costumes ou livro-instrumento*, Lisboa, E. Presença, 1999

STERN, Irwin, *Júlio Dinis e o romance português: 1860-1870*, Porto, Lello & Irmão, 1972

[STERN, Irwin](#), *Jane Austen e Júlio Dinis*, in: *Revista Colóquio/Letras*, Ensaio, n.º 30, Mar. 1976, pp. 61-68, disponível em <http://coloquio.gulbenkian.pt>

VALÉRIO, Nuno, *A imagem do 'brasileiro' na obra literária de Júlio Dinis*, Lisboa, 1998, disponível em <https://aquila2.iseg.ulisboa.pt>

REIS, Carlos, direção de, «Júlio Dinis», in "*História Crítica da Literatura Portuguesa*", vol. VI: Realismo e Naturalismo, Lisboa, Ed. Verbo, 1998, disponível em <http://sigarra.up.pt>, consulta de 22/07/2011

VICENTE, Fernanda Monteiro, *As tonalidades líricas dos contos de Júlio Dinis*, in <http://revistas.ua.pt>

VICENTE, Fernanda Monteiro, *O Locus Amoenus na produção narrativa de Júlio Dinis*, Universidade de Aveiro, 2011

## Webgrafia

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE GONDOMAR, disponível em <http://www.agrupamentoeb23gondomar.com>

BIBLIOTECA MUNICIPAL DO FUNCHAL, disponível em <http://bmfuncchal.blogs.sapo.pt>

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Lisboa, Portugal, disponível em [www.bnportugal.pt](http://www.bnportugal.pt) / [purl.pt](http://purl.pt)

CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, disponível em <http://www.cm-funchal.pt>

CASA MUSEU JÚLIO DINIS, UMA CASA OVARENSE, disponível em <http://www.cm-ovar.pt>

CENTRO DE ARTES E OFÍCIOS ROQUE GAMEIRO,

Disponível em <http://www.caorg.pt>, , <http://tribop.pt/ARG> e <http://cm-alcanena.pt>

CEPESE, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, disponível em <http://www.cepesepublicacoes.pt>

CINEMA PORTUGUÊS, <http://cinemaportugues.com.pt/>, <http://www.cinept.ubi.pt/>

DGPC, Património cultural, Palácio das Carrancas, disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt>,

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, INE, disponível em <https://www.ine.pt>

INSTITUTO CAMÕES, disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt>

[MATERIAIS PARA A HISTÓRIA ELEITORAL E PARLAMENTAR PORTUGUESA, 1820-1926, Roteiro de eleições na monarquia constitucional, Lisboa, BNP, 2006, disponível em http://purl.pt](#)

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE S. PAULO, disponível em <http://museudaimigracao.org.br>

MUSEU DAS MIGRAÇÕES E DAS COMUNIDADES, disponível em <http://www.museu-emigrantes.org>

MUSEU DO CHIADO,

disponível em <http://www.museuartecontemporanea.pt>

MUSEU SOARES DOS REIS, disponível em [www.museusoaresdosreis.pt](http://www.museusoaresdosreis.pt)

OBSERVATÓRIO DA EMIGRAÇÃO,

disponível em <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt>

PORDATA, disponível em [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

PORTO DESAPARECIDO,

disponível em <https://www.facebook.com/livroportodesaparecido/photos> Marina

Tavares Dias e Mário Morais Marques, , copyrighted by Marina Tavares Dias and [Mario Morais Marques](#)

REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA, disponível em <http://rgplopac.bibliopolis.info>

RTP, disponível em <http://www.rtp.pt/programa/tv/p17691>





## ANEXO 1

### Edições e Editores da obra de Júlio Dinis

Breve referência a algumas edições e editores da obra de Júlio Dinis<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Informação obtida em <http://porbase.bnportugal.gov.pt>. . Alguma informação obtida noutras fontes, está devidamente identificada em nota de rodapé.

**DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais, Crónica da Aldeia*<sup>11</sup>**

1ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1868

2ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1872

3ª edição, A.R. da Cruz Coutinho, Porto, 1876

4ª edição, A.R. da Cruz Coutinho, Porto, 1884

11ª edição, A Editora, Lisboa, 1911

13ª edição, A Editora, Lisboa, 1915

14ª edição, Lello e Irmão, Porto, 1917

17ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1920

19ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1921

23ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1924

24ª edição, J. Rodrigues Lisboa, 1925

Edição de luxo de 1930, de Rodrigues e Ca Editores, com ilustrações de Roque Gameiro, Lisboa, 1930

Livraria Lello, Porto, 1932,

Emp. Literária Universal, Lisboa, 1933

29ª edição, Tip, Domingos D'Oliveira, Porto, 1935

30ª edição, J. Rodrigues e C. , Lisboa 1939

Livraria Civilização, Porto, 1937, 1949, 1951, 1953, 1954, 1958, 1961, 1963, 1974, 1975, 1977, 1978, 1980, 1987, 1993

Livraria Progredior, Porto, 1942

Tip. Martins Lamego, 1947

Tip. Sequeira, Porto, 1949

Porto Editora, Porto, 1962, 1971, 1977, 1983, 1986, 1990, 1993, 2003

Livraria Figueirinhas, Porto, 1957, 1960, 1971, 1977

Círculo de Leitores, Lisboa, 1976, 1992,

Editores Mel, Estarreja, 2010

---

<sup>11</sup> Entre as edições do romance dinisiano *A Morgadinha dos Canaviais (Crónica da Aldeia)*, salientamos a 1ª edição, em 1868, da Typographia do Jornal do Porto e as 2ª e 3ª edições, de Cruz Coutinho, em 1876 e 1884. Às várias edições da década de 1910-20, sucede-se a apresentação em 1930, de uma edição de luxo por Rodrigues e Ca Editores, com ilustrações de Roque Gameiro e de Alfredo Morais. Note-se a atividade editorial da Livraria Civilização e da Porto Editora. Cf <http://porbase.bn.pt>

**DINIS, Júlio, *As Pupilas do Senhor Reitor, Crónica da aldeia*<sup>12</sup>**

1ª edição impressa, 1867, Typographia do Jornal do Porto, Porto

2ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1869

3ª edição, A Editora, Lisboa, 1874

4ª edição, A.R. da Cruz Coutinho, Porto, 1875

F. A. Brockhause, Leipzig, 1875

8º edição, da Companhia Nacional Editora, 1888

Edição da Companhia Nacional Editora, 1899

Livraria Bertrand, edição ilustrada com 32 heliogravuras e uma carta, 1900

Edição de luxo, ilustrada por A. Roque Gameiro, A Editora, Lisboa, 1903<sup>13</sup>

14ª edição, s/i/ s/n, 1909

15ª edição, A Editora, Lisboa, 1913

16ª edição, Lisboa, A Editora, 1914

18ª edição, s/i, s/n, 1917

20ª edição, J. Rodrigues e Companhia, Lisboa, 1919

Edição J. Rodrigues, Lisboa, 1920, 1921, 1924, 1933

Edições da Livraria Civilização, Porto, 1920, 1936, 1965, 1966

27ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1929

28ª edição, J. Rodrigues e Companhia, Lisboa, 1931

Livraria Lello, Porto, 1933, 1968

Livraria Escolas progredior, Porto, 1934

32ª edição, Centro Tipográfico Colonial, s/i, s.n., 1943

Edições da Livraria Civilização, Porto, 1946, 1955, 1959, 1961, 1963, 1964, 1972, 1973, 1990

---

<sup>12</sup> Entre as sucessivas edições do romance *As Pupilas do Senhor Reitor (Crónica da aldeia)*, salientamos as edições da Typographia do Jornal do Porto e de Cruz Coutinho, entre 1867 e 1875, bem como a edição de 1900, da Livraria Bertrand, ilustrada com 32 heliogravuras e uma carta. Demonstrativo do interesse do público pelo primeiro romance rural de Júlio Dinis é a edição ilustrada por Roque Gameiro, em 1903, de A Editora, a que se seguiram várias edições nas décadas de 1900-1920. Em 2017, Editora Guerra e Paz, apresenta a sua 1ª edição do romance, com ilustrações de Alfredo Roque Gameiro. Salientamos a atividade editorial das livrarias Civilização e Figueirinhas, do Porto, na segunda metade do século XX.

Cf <http://porbase.bn.pt>.

<sup>13</sup> cf <http://tribop.pt/TPd>; cf <http://www.alfarrabista.eu>

Livraria Bertrand, 1959

Livraria Simões Lopes, Porto, 1948

Livraria Figueirinhas, Porto, 1950, 1954, 1959, 1972, 1968, 1969, 1970, 1976, 1974

Livraria Figueirinhas, Lisboa, 1966, cf <http://purl.pt/930>

Edição Círculo de Leitores, Lisboa, 1979

Edição Temas e Debates, Lisboa, 2003

Edição Porto Editora, Porto, 2003, 2010, 2011

Edição Oficina do Livro, Cruz Quebrada, 2008

Edições Mel, Estarreja, 2008

1ª edição da Editora Guerra e Paz, com ilustração Alfredo Roque Gameiro, Lisboa, 2017

### **DINIS, Júlio, *Inéditos e Esparsos*<sup>14</sup>**

1ª edição, com palavras preliminares de Sousa Viterbo, Typ. A Editora, Lisboa, 1910

2ª edição, com palavras preliminares de Sousa Viterbo, Typ. A Editora, Lisboa, 1918

3ª edição, Typ. A Editora, Lisboa, s/d

21ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1919

22ª edição J. Rodrigues, Lisboa, 1920

23ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1921, 1923

24ª edição, J. Rodrigues, ed. lit., Liv. Chardron Lello e Irmão, Lisboa, 1926

25ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1934

26ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1938

Edição Lello e Irmão, in *Obras de Júlio Dinis*, Porto, s/d

Edição Círculo de Leitores, Lisboa, 3ª edição, 1980

Edição Círculo de Leitores, in *Obras Completas de Júlio Dinis*, Lisboa, 1992

---

<sup>14</sup> São apresentadas todas as edições que constam do catálogo disponível em <http://porbase.bnportugal.gov.pt>, <http://porbase.bn.pt>.

**DINIS, Júlio, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*<sup>15</sup>**

1ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1871

2ª edição, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 1872

2ª edição acrescentada/esboço biográfico do autor por Alberto Pimentel, Typographia do *Jornal do Porto*, Porto, 1872

4ª edição, Companhia Nacional Editora, contém esboço biográfico do autor, Lisboa, s/d

8ª edição, com esboço biográfico do autor, A Editora, Lisboa, 1907

13ª edição, Livraria Rodrigues, Lisboa, Livraria Lello e Irmão, Porto, 1913

16ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1920

20ª edição, J. Rodrigues Lisboa,, 1924

23ª edição, Centro Tipográfico Colonial, Lisboa, 1932

Edição da Livraria Lello, Porto, 1933

Edição da Livraria Barateira, Lisboa, 1934

Edição da Tipografia Martins, Lamego, 1946

Edição ilustrada com aguarela de A. Moraes, Emp. Litteraria Universal, Lisboa, 1948

Livraria Figueirinhas, Porto, 1959 – publicação da obra como 1ª edição em "*A Nossa Colecção*"<sup>16</sup>

Porto Editora, Porto, 1996, 1972, 1984, 2007, 2010, 2013

Livraria Figueirinhas, Porto, 1957, 1960, 1972, 1975, 1977, 1981, 1984

Círculo de Leitores, Lisboa, 1979, 1980, 1990

Livraria Civilização, Porto, 1936, 1940, 1953, 1954, 1955, 1958, 1959, 1961, 1964, 1967, 1969, 1972, 1973, 1974, 1980, 1987

Editores Mel, Estarreja, 2010

---

<sup>15</sup> *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, o último romance de Júlio Dinis, publicado pela primeira vez em 1871, depois da morte do escritor, teve, em 1948, uma edição ilustrada, com aguarelas de Alfredo Moraes, dezoito anos depois de o aguarelista ter ilustrado, com Roque Gameiro, o romance *A Morgadinha dos Canaviais*. Salientamos a atividade editorial das livrarias Civilização e Figueirinhas, do Porto, na segunda metade do século XX. Cf. <http://porbase.bn.pt>

<sup>16</sup> informação disponível em <http://www.custojusto.pt/lisboa/livros/os-fidalgos-da-casa-mourisca-julio-dinis>

**DINIS, Júlio, *Poesias*<sup>17</sup>**

1ª edição, Typ. do Jornal do Porto, Porto, 1874

2ª edição, A. R. Cruz Coutinho, Porto, 1880<sup>18</sup>

2ª edição<sup>19</sup>, Comp.Nacional, Lisboa, (18- -) s/d

3ª edição, Comp. Nac. Editora, s/d

4ª edição, Typ. A Editora, Lisboa, 1909

6ª edição, A Editora Limitada, Lisboa, 1913

9ª edição, Centro Tipographico Colonial, Lisboa, 1920

9ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1923

10ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1921

11ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1925

12ª edição, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1932

Edição Liv. Civilização, Porto, 1937<sup>20</sup>, 1939, 1955, 1961, 1963, 1965, 1966, 1969, 1972, 1976, 1979, 1980, 1985, 1988

Edição Tip. Martins, Lamego, 1946

Edição Livraria Figueirinhas, Porto, 1955

1ª edição Círculo de Leitores, Lisboa, 1980<sup>21</sup>

**DINIS, Júlio, *Serões da Província*<sup>22</sup>**

Edição Imprensa Portugueza<sup>23</sup>, Porto, 1870

Edição Viúva Moré, Porto, 1870

2ª edição, Livraria Moré, Porto, 1873

3ª edição, A. R. Cruz Coutinho, Porto, 1879<sup>24</sup>

---

<sup>17</sup> No catálogo disponível da Biblioteca Nacional de Portugal, há a notar a existência de duas segundas edições e de duas nonas edições, envolvendo editoras diferentes. De realçar a atividade editorial da Livraria Civilização que publicou 14 edições de *Poesias*, entre 1939 e 1988.

<sup>18</sup> «acrescentada com uma poesia inédita», cf <http://porbase.bn.pt>

<sup>19</sup> *Idem.*

<sup>20</sup> «Edição cuidada e actualizada com a ortografia oficial», cf <http://porbase.bn.pt>

<sup>21</sup> Em 1992, é novamente publicado *Poesias*, pelo Círculo de Leitores, in *Obras Completas de Júlio Dinis*

<sup>22</sup> Dos contos de *Serões da Província*, salientámos, ao longo desta tese, *Apreensões de uma mãe*, *O espólio do Senhor Cipriano e Justiça de Sua Majestade*. De entre as edições publicadas, desde 1870, note-se que, em 1923, é identificada a 25ª edição da obra e que as livrarias do Porto, Figueirinhas e Civilização, publicaram sucessivas edições, tal como verificámos ter acontecido em relação aos romances dinisianos. Cf <http://porbase.bn.pt>. Cf Anexo 1.

<sup>23</sup> Sem incluir *Justiça de Sua Majestade*. Cf nota de rodapé 3

4ª edição, Comp<sup>a</sup> Nacional Editora, Lisboa, 1891

5ª edição, Secção Editorial da Comp. Nac. Editora, Lisboa, s/d

1ª edição ilustrada com aguarelas de Alfredo de Moraes, Emp. Literária Universal, Lisboa, entre 1890 e 1911

8º edição, A Editora, Lisboa, 1910(?)<sup>25</sup>

10ª edição, A Editora, Lisboa, s/d

11ª edição, Editora Limitada, Lisboa, 1916

20ª edição, J. Rodrigues e C<sup>a</sup>, Lisboa, 1919

21ª edição, J. Rodrigues e C<sup>a</sup>, Lisboa, 1920

23ª edição, J. Rodrigues e C<sup>a</sup>, Lisboa, 1922

25ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1923

29ª edição, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1932

Livraria Lello e Irmão, Porto, 1933, 1964, 1970

30ª edição, Centro Tip. Colonial, Lisboa, 1935

Livraria Civilização, Porto, 1947, 1954, 1957, 1962, 1964, 1970, 1971, 1975, 1979, 1980

Livraria Figueirinhas, Porto, 1955, 1959, 1963, 1971, 1972, 1974, 1976, 1977, 1978

Europa América, Men Martins, 1971

Porto Editora, Porto, 1974, 1979, 1986

Círculo de Leitores, Lisboa, 1980, 1992

Edições Mel, Estarreja, 2010

---

<sup>24</sup> Pela primeira vez, em 1879, *Serões da Província* inclui o conto *Justiça de Sua Majestade*. Cf nota de rodapé 3. Cf Júlio Dinis, *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Porto, Lello & Irmão Editores, s/d, p.7.

<sup>25</sup> Data interrogada na fonte.



**Dinis, Júlio, *Teatro***<sup>26</sup>

*Teatro*, Lello e Irmão, Porto, s/d<sup>27</sup>

*Teatro*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1979, 1993<sup>28</sup> e 1980,

*Teatro inédito*, Liv. Civilização, Porto, 1946<sup>29</sup>, 1947, 1955, 1961, 1964, 1967, 1970, 1975, 1979, 1980, 1988<sup>30</sup>

**DINIS, Júlio, *Uma Família Inglesa, Cenas da vida do Porto***<sup>31</sup>

1ª edição, Typographia do *Jornal do Porto*, 1868

2ª edição, revista pelo autor, Typografia do *Jornal do Porto*, Porto, 1870

Edição A. R. Cruz Coutinho, Porto, 1875, em <http://purl.pt/326> pode ler-se: «*Uma família inglesa : cenas da vida do Porto / Júlio Dinis. - Nova edição, conforme a terceira actualiz. na grafia. - Porto : A. R. da Cruz Coutinho, 1875. - 367, [1] p. ; 19 cm*».

4ª edição, Cruz Coutinho, Porto, s/d

8º edição, A Editora, s/d, Lisboa, s/d

12ª edição, A Editora, s/d, Lisboa, s/d

14ª edição, A Editora, Lisboa, 1917

15ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1919

18ª edição, J. Rodrigues, Lisboa, 1921

Edição Livraria Chardon, Porto, 1930

---

<sup>26</sup> Em 1940, Egas Moniz publicou o título «*Teatro de Júlio Dinis*», edição Soc. Nac. de Tipografia, Lisboa. No mesmo ano de 1940, publicou «*O Teatro inédito de Júlio Dinis*», edição da Academia das Ciências, Lisboa.

As diversas edições do teatro de Júlio Dinis, presentes no catálogo da Biblioteca Nacional de Portugal, apresentam o título «*Teatro*» ou «*Teatro Inédito*»,

<sup>27</sup> In *Obras de Júlio Dinis*, vol II, Lello e Irmão, Porto, s/d

<sup>28</sup> In *Obras Completas de Júlio Dinis*, Círculo de Leitores, 1979 e 1993.

<sup>29</sup> Por iniciativa e organização de Egas Moniz, «*Teatro Inédito*» de Júlio Dinis, com prefácio de Egas Moniz, foi publicado pela Livraria Civilização, Porto, em 3 volumes - 1ª edição, vol I, 1946, vol II e vol III, 1947.

<sup>30</sup> In *Obras Completas de Júlio Dinis*, Livraria Civilização.

<sup>31</sup> *Uma Família Inglesa (Cenas da vida do Porto)*, o primeiro romance de Júlio Dinis, foi publicado a primeira vez em 1868 e as edições sucederam-se, revelando o interesse dos editores e do público. Salientamos as diversas edições ao longo das décadas de 1900-1920 e a intensa atividade editorial das livrarias Civilização e Figueirinhas, do Porto, na segunda metade do século XX. Cf <http://porbase.bn.pt>. Cf Anexo 1.

Edição J. Rodrigues, Lisboa, 1932  
Edição Tipografia Emp. Guedes, Porto, 1935  
Edição Imp. Portugal-Brasil , Lisboa, 1945  
Edição Tipografia Sequeira, Porto, 1948  
Edição Livraria Figueirinhas, Porto, 1955, 1959, 1971, 1972, 1974, 1976, 1978  
Edição Livraria Civilização, Porto, 1953, 1955, 1958, 1960, 1962, 1963, 1964, 1972,  
1973, 1974, 1975, 1977, 1986  
Edição Livraria Lello e Irmão, Porto, 1972  
Edição Porto Editora, Porto, 1975, 1986, 1992, 2010  
Edição Europa-América, Men Matins, 1977  
Edição Círculo de Leitores, Lisboa, 1978, 1980, 1992  
Editores Mel, Estarreja, 2008



ANEXO 2

O ESPÓLIO DE JÚLIO DINIS

BPMP

BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DO PORTO

*Júlio Dinis - - Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)*

# Júlio Dinis

## Inventário dos documentos de uma colecção particular (Porto)

Nov. 2010

Revisto em Jun. 2015

### Manuscritos do autor

- JD01.** A 2 de Novembro [Manuscrito] / Julio Dinis. [10] f. ; 34x12 cm
- JD02.** Á porta do templo [Manuscrito]. [64] f. ; 24x18 cm
- JD03.** A respeito de Stradella [Manuscrito]. [6] f. ; 32x22 cm
- JD04.** Os anneis, ou, Inconvenientes de amar às escuras [Manuscrito]: comedia original em 1 acto / por J.G. Gomes Coelho. 24 de Março de 1857. [2], 3-40 p. ; 33x23 cm
- JD05.** O bolo quente [Manuscrito]. [28] f. ; 34x23 cm
- JD06.** O canto da sereia [Manuscrito] / por Julio Diniz. [14], 17-47 f. ; 33x22 cm  
Anotação a lápis na primeira f.: "Tenho ideia que o Tio disse que não publicava isto"
- JD07.** Cap. 2º, Scenas e retractos de familia; Cap. 3º, Uma inquisição innocente [Manuscrito]. 13 f. ; 23x18 cm  
Parcialmente publicados em Inéditos e esparsos, cap. "O pequeno Ângelo" e "Apresentação"
- JD08.** Cartas para a minha família [Manuscrito]: 1ª / Diana de Aveleda. 6 de Setembro de 1888. 20 p. ; 31x11 cm
- JD09.** O casamento da condessa d'Amieira [Manuscrito]: comedia original em dous actos / por J.G. Gomes Coelho. 1856. [2], 3-103 p. 22x16 cm  
2ª cópia
- JD10.** O casamento da condessa de Villar Maior [Manuscrito]: comedia original em 2 actos / por J.G.G. Coelho. 26 de Dezembro de 1856. [2], 3-48 p. ; 33x23 cm  
1ª cópia
- JD11.** Uma das minhas madrugadas [Manuscrito]: a Cecilia / Diana de Aveleda. 32 p. ; 33x12 cm

- JD12.** As duas cartas [Manuscrito]: comedia original em dous actos / por Joa. m G. Gomes Coelho. 1857. [70] f. ; 24x18 cm  
1ª cópia
- JD13.** A educanda de Odivelas [Manuscrito]: comedia original em dous actos / por J. m G. Gomes Coelho. 1860. [2], 1-42, [5], 43-72, [2], 73-181, [2] p. ; 22x17 cm
- JD14.** "Era uma dessas cidades pequenas..." [Manuscrito]. [2] f. ; 33x11 cm. (Novos serões de província ; 1º)
- JD15.** [A excelente senhora] [Manuscrito]: programa do 1º volume. [24] f. ; 24x17 cm  
Começa: "Estamos em Março de 1490 - vão em andamento as negociações de Portugal com Castella p.<sup>a</sup> o casamento do Principe D. Affonso, f.º unico de D. João 2º, com D. Izabel de Castella"
- JD16.** [Os fidalgos da casa mourisca] [Manuscrito] / Jm. G. Gomes Coelho. 27 de Novembro de 1870. 199-386 f. ; 32x11 cm  
Faltam as f. 236, 282, 290, 310 e 338  
Escrito no Funchal
- JD17.** A filha do mar [Manuscrito]. [28] f. ; 32x12 cm
- JD18.** [A ilha da Madeira] [Manuscrito] / J.D. 1870. 13 f. 32x11 cm  
Publicado em Cartas..., p. 257
- JD19.** Novos serões da província [Manuscrito]. [42] f. ; 33x12 cm  
Começa: "Dou relato a imaginação do pobre rapaz"
- JD20.** Peccados litterarios [Manuscrito] / por Julio Dinis. 12 f. ; 33x12 cm  
Anotação a lápis na f. 1: "Duplicado do publicado"
- JD21.** Peccados litterarios [Manuscrito]: programa. [2] f. ; 23x17 cm. (Novos serões de província ; 2º)
- JD22.** Physiologia, sciencia, arte, objecto, methodo, philosophia [Manuscrito]. [7] f. ; 28x21 cm  
Dentro de um envelope com a inscrição: "Dissertação sobre artes, sciência, philosophia, etc."
- JD23.** [Poesias] [Manuscrito]. [22] f. ; 33x16 cm  
Inclui entre outros: "Falsos amigos"; "Uma consulta"; "Dae-me do campo as mais festivas flores" e o projecto de uma obra dramática com o título "A infanta de Portugal"

- JD24.** [Poesias dedicados a José Joaquim Pinto Coelho por ocasião do seu aniversário] [Manuscrito] / Joaquim Guilherme Gomes Coelho. 1859-1866. 39 f. ; 28x22 cm + capa (2 f.)  
Na f. [1]: "Epistola a meu primo"
- JD25.** O ramo de maias [Manuscrito] / por Gomes Coelho. [3] f. ; 32x22 cm
- JD26.** Um rei popular [Manuscrito]: drama original em dous actos / por Joaq.m Guilherme Gomes Coelho. Porto: Julho de 1858. [2], 86 p. ; 32x23 cm
- JD27.** Um retabulo de aldeia [Manuscrito]: programa. [2] f. ; 23x17 cm. (Novos serões de província ; 3º)
- JD28.** O romance d'um guarda barreira [Manuscrito]. [4] f. ; 21x16 cm
- JD29.** Um segredo de família [Manuscrito]: comedia original em 3 actos / por J.G. Gomes Coelho. 1860. 128 f. ; 23x17 cm  
No final, relação de 8 comédias: A nuvem pela deosa: comédia em 2 actos; O último baile do Sr. José da Cunha: comédia em 1 acto; Inconveniente de amar às escuras: comédia n'um acto; Pintor e capitalista: comédia em 2 actos; Similes similibus: comédia n'um acto; Um rei popular: comédia histórica em 2 actos; Um segredo de família: comédia em 3 actos; Sebastião o grande. Sebastião o pequeno: comédia histórica incompleta.
- JD30.** Similes [sic] similibus [Manuscrito]: comedia original em um acto / por J.G. Gomes Coelho. 22 de Maio-1 de Junho 1858. [4], 100 p. ; 23x17 cm  
1ª cópia
- JD31.** O ultimo baile do Sñr. José da Cunha [Manuscrito]: comedia original em um acto / por J.G. Gomes Coelho. 1857. [4] f. ; 22x16 cm  
Anotação da p. 1: "2ª cópia"
- JD32.** O ultimo baile do Sñr. Jozé da Cunha [Manuscrito]: comedia original em 1 acto / por J.G.G. Coelho. 4 de Janeiro de 1857. 37 p. ; 33x22 cm  
Anotação da p. 1: "Passou duas cópias"
- JD33.** A vida das pequenas cidades e das villas... [Manuscrito]. 14 f. ; 33x23 cm  
Parcialmente publicado em Inéditos e esparsos, cap. "D. Doroteia"

- JD34.** A vida nas terras pequenas [Manuscrito]: apontamentos biographicos d'um cirurgião de partida. [8] f., 28 p., [8] f. ; 34x12 cm

### Dactiloscritos

- JD35.** O ultimo baile do Snr. José da Cunha [Dactiloscrito]: comédia-original em dois actos / por J.G. Gomes Coelho. 1857. [1], 8 f. ; 22x16 cm  
Transcrição de Egas Moniz para a edição de Teatro inédito (1924)? 3 exemplares

### Outros manuscritos do autor (cadernos)

- JD36.** A [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. 206 p. ; 22x16 cm  
Na p. [1]: "J.G. Gomes Coelho, Livro de assentos, 14 de 8bro de 1861"  
Faltam as p.: 89-90, 99-100, 139-144, 199-200  
Contém entre outros: "Catálogo geral dos livros" (p. 6); [Diário dos capítulos escritos de Uma Família inglesa] (p. 71); "Relação dos livros que me emprestam" (p. 75); "Relação dos livros que empresto" (p. 95); [Caracterização das personagens de Morgadinha dos canaviais] (p. 105); [Relação de capítulos de Uma família inglesa] (p. 109); "Despesa feita em livros desde 1854" (p. 115); [Diário dos capítulos escritos de As pupilas do senhor reitor] (p. 134)
- JD37.** B [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. [6], 191, [4] p. ; 22x17 cm  
Etiqueta colada na capa: "J.G. Gomes Coelho"  
Vestígios de folha arrancada entre p. 186-187  
Guardas escritas  
Contém entre outros: [Apontamentos de História] (p. [1]); "A sciencia a dar razão aos poetas" (p. 13); "Noite de nupcias" (p. 33); "A noviça" (p. 47); "Serões da província" (p. 60)
- JD38.** C [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. 354 p. ; 21x16 cm  
Na p. [1]: "Tentativas poeticas: collecção de versos / J.G. Gomes Coelho, Julio Diniz. 1859"  
Na p. 403: "Índice das materias contidas neste livro"  
Páginas numeradas à mão, a última com o número 404. Folha [327]-[328] cortada ao meio. Saltos de paginação: da 330 para a 343; da 346 para a 387  
Guardas escritas



- JD39.** D [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. [61] f. ; 20x17 cm  
Na f. [2]: "Subsidios para o romance Os fidalgos da caza mourisca". Anotações a partir de: SILVA, Rebelo da -  
Compendio de economia rural para uso das escolas populares  
criadas pela lei de 27 de Junho de 1866.1868  
Na f. [60 v.]: cronologia referente à elaboração de Os  
fidalgos da casa mourisca  
Vestígios de f. cortadas
- JD40.** E [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. [44] f. ; 21x14 cm  
Muitas f. em branco  
Texto escrito em direcções opostas  
Inclui entre outros: "Notas"; "Ideias que me ocorrem";  
"Índice das cartas litterarias a proposito dos meus livros"  
(cfr. Inéditos e esparsos)
- JD41.** F [Manuscrito]: [caderno] / Julio Diniz. [4], 182, [2] p. ;  
20x14 cm  
Na p. [3]: "J.m G. Gomes Coelho, Julio Diniz, Impressões do  
momento, 1865"  
Índice nas p. [183-184]  
P. 155-156 truncada e p. 157 a 160 totalmente cortadas  
Anexa uma f. com a poesia "No transito de uma noiva"  
Guardas escritas

### Cartas do autor

- JD42.** [Carta] 1865 Jul. 24, Felg. [Felgueiras a José Joaquim  
Gomes Coelho] [Manuscrito] / Joaquim. [2] p. ; 21 cm  
Dentro de um envelope com a anotação: "Carta do tio Joaquim  
para o pae".
- JD43.** [Cartas para José Joaquim Pinto Coelho] [Manuscrito] /  
Joaquim. 1865-1870. 7 espécies  
Uma das cartas incompleta
- JD44.** [Cartas para Rita de Cássia Pinto Coelho] [Manuscrito] /  
Joaquim. 1863-1870. 10 espécies
- JD45.** [Correspondência para Ana Constância Gomes Coelho]  
[Manuscrito] / Joaquim G. Gomes Coelho. 1862-1867. 23  
espécies.  
Bilhetes e cartas  
Anexo um sobrescrito com o que resta de um abraço-de-vide

### Cartas ao autor

- JD46.** [Cartas para Joaquim Guilherme Gomes Coelho] [Manuscrito] / Faustino Xavier de Novaes. 1867-1868. 2 espécies  
Nome do destinatário atribuído com base no sobrescrito que acompanhava as cartas
- JD47.** [Cartas para Joaquim Guilherme Gomes Coelho] [Manuscrito] / Fran.co de Paula Mendes. 1870. 2 espécies

### Recibos, facturas, etc.

- JD48.** Obras de Julio Diniz [Manuscrito]: n.º 2: [conta corrente]. 100 f. ; 32x23 cm  
Separadores para: "Notas", "Agenda", "Família", "Fidalgos", "Inéditos", "Morgadinha", "Poesias", "Pupillas", "Serões" e "C/corrente"  
Recibo de As Pupilas do Senhor Reitor acondicionado à parte, com o mesmo número
- JD49.** [Recibos e conta das obras de Júlio Dinis] [Manuscrito]. 1868-1884. 12 espécies  
Documentos outorgados por Joaquim Guilherme Gomes Coelho e por José Joaquim Gomes Coelho, seu pai

### Concursos

- JD50.** Concurso para a illustração das obras de Julio Diniz [Texto impresso]. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1890. 7 p. ; 23x16 cm  
Anexo um recorte de jornal com artigo intitulado: "Concurso artistico - concessão de prémios"  
Entre as p. [2] e [3], uma f. com a relação das obras de Júlio Dinis publicadas pela Companhia Nacional Editora

### Recortes de imprensa

- JD51.** Cousas jocosas que parecem sérias [Texto impresso]: [recortes de jornais]. 4 f. ; 32x21 cm  
Dentro de um envelope  
Artigos publicados entre 20 de Novembro e 4 de Dezembro de 1879
- JD52.** Impressos a respeito do tio e suas obras [Texto impresso]: [recortes de jornais]. 20 f. ; 42x33 cm ou mais pequeno  
Dentro de um envelope

- JD53.** [Recortes de jornais sobre Júlio Dinis] [Texto impresso].  
35 recortes + 1 envelope

### Manuscritos de terceiros

- JD54.** [Poesias] [Manuscrito]. 1853-1869. 24 p., [4] f. ; 23x17 cm  
Na p. 1: "parte d'hum livro mandado por a prima Gloria ou pela Ritinha Pinto Coelho e que pertence a Ritinha C. Pinto"  
Inclui: A folha solta do olmeiro ; Devaneio peninsular ; Em horas tristes / Joaquim Guilherme Gomes Coelho. Cópias de Rita de Cássia Pinto
- JD55.** [Poesias] [Manuscrito] / José Joaquim Pinto Coelho. 1859-1876. 1-7, 12-15, 24-31 p., [6] f. ; 20x13 cm  
Inclui traduções ou adaptações de poesia de Lamartine, Goethe, Robert Lytton e Xavier Mermier, bem como produção do próprio
- JD56.** [Poesias várias, algumas dedicadas a José Joaquim Pinto Coelho] [Manuscrito]. [23] f. 25 cm  
Algumas das poesias copiadas e assinadas por Rita de Cácia Pinto e uma por Ernesta Guilhermina Pinto  
Inclui entre outros: "O Alferes D. Affonso V: romance histórico", cópia de Rita de Cássia Pinto Coelho

### Cartas de terceiros

- JD57.** [Carta] 1868 Set. 15 [Manuscrito] / J.J. Rodr. de Fr.tas J.or. 3 p. ; 21 cm. Sem indicação de destinatário  
Remetente: Rodrigues de Freitas
- JD58.** [Carta] 1875 Jun. 29, Lisboa [a José Joaquim Pinto Coelho] / António X.er Roiz Cordeiro. 4 p. ; 21 cm  
Remetente: António Xavier Rodrigues Cordeiro  
Nome do destinatário atribuído com base no sobrescrito que acompanhava as cartas